**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**

**CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**EMIDIO FONTENELE DE BRITO**

# AS HABILIDADES SOCIAIS DAS BENEFICIADAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BAIRRO PARQUE GENIBAÚ – FORTALEZA-CE

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2019**

EMIDIO FONTENELE DE BRITO

# AS HABILIDADES SOCIAIS DAS BENEFICIADAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BAIRRO PARQUE GENIBAÚ – FORTALEZA-CE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Profa. Drª Marinina Gruska Benevides.

FORTALEZA – CEARÁ
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Brito, Emidio Fontenele de .
As habilidades sociais das beneficiadas do Programa Bolsa Família no bairro Parque Genibaú ? Fortaleza-CE [recurso eletrônico] / Emidio Fontenele de Brito. - 2019.
1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 343 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.
Área de concentração: Planejamento e políticas públicas.
Orientação: Prof.ª Dra. Marinina Gruska Benevides..

1. Pobreza. 2. Políticas públicas de Assistência Social. 3. Programa de Transferência de Renda . 4. Bolsa Família. Mobilidade tática. 5. Habilidades sociais, capitais (econômico, cultural e social). I. Título.

EMÍDIO FONTENELE DE BRITO

# AS HABILIDADES SOCIAIS DAS BENEFICIADAS DO BOLSA FAMÍLIA NO BAIRRO PARQUE GENIBAÚ - FORTALEZA-CE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 25/09/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Marinina Gruska Benevides (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. Wellington Ricardo Nogueira Maciel
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. Rosendo Freitas de Amorim
Universidade de Fortaleza - UNIFOR

Ao meu irmão Humberto Fontenele de Brito com profundo carinho e agradecimento.

Aos meus pais falecidos, vivos em meu coração, Umbelina Fontenele de Brito e Raimundo Rodrigues de Brito.

## AGRADECIMENTOS

Eu, Cristão pela fé, acredito em Deus comunidade de amor que me ensinou a envolver-me com a ciência e a dedicar-me a defesa dos mais pobres. A Deus, meu reconhecimento e amor.

À minha família, meu muito obrigado.

À Profa. Dr. Marinina Gruska Benevides, gostaria de agradecer a firmeza na condução deste trabalho. Não poderia escrever com confiança se não estivesse pensando na sua exigência de um padrão científico. Meu muito obrigado.

Aos Professores, Dr. Rosendo Amorim e Dr. Wellington Maciel, agradeço a disponibilidade em participarem da banca de avaliação. Seus conselhos foram fundamentais para a correção de rota desta dissertação.

A todos que fazem o Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da UECE meus agradecimentos pelo convívio e aprendizagem, prazerosos.

À minha Comunidade Educativa, Liceu do Conjunto Ceará, que reforçaram os laços de amizade e profissionais capazes de está estudando e terminando esse Mestrado. Os saberes produzidos nesse trabalho são dedicados ao serviço da aprendizagem de meus alunos.

À SEDUC, Secretaria de Educação do Estado do Ceará, que fez muito bem pensar na necessidade de um espaço formador para os professores do Estado. É esse o caminho para a excelência acadêmica e ao serviço a comunidade educativa.

Aos profissionais que fazem o CRAS Genibaú por me dispensar toda atenção possível capazes de realizar esse trabalho acadêmico.

Às mães e avós, filhos/as, netos/as beneficiados com o Programa de Transferência de Renda, Bolsa Família, gostaria de agradecer o convívio generoso que me possibilitou aprender com vocês. Sou agradecido por vocês contribuírem com a minha formação.

## RESUMO

Esta dissertação está centrada nos *atores sociais*, mulheres, que são beneficiadas com o Programa de Transferência de Renda, Bolsa Família no bairro Parque Genibaú, Fortaleza, Ceará. Portanto, olhar *o que fazem e como fazem* no cotidiano para responder ao problema crucial da pobreza que além de ser constatado nas suas condições de vida e restrição de oportunidades está incorporado no modo de pensar, sentir e agir. *As habilidades sociais precárias* (*habitus*) definem seu espaço de classe, aprendidas e reproduzidas por aprendizagens contínuas restringe as respostas às situações de pobreza. Serão os pobres marcados por uma sina escrita no cosmo que determina viverem em situação restritivas que atrapalha o seu desenvolvimento integral como classe em sociedade? Os pobres poderão ser os autores de sua própria libertação? "Que mobilidade tática" possui os pobres e, em especial, as mulheres beneficiadas com o programa bolsa família para responderam a seu problema crucial, a pobreza? Essas mulheres, beneficiadas com o bolsa família, estão apoiadas por uma política pública de Assistência Social do Estado que é palco de disputas na sociedade para definir as forma e condição mais adequadas de assistência aos pobres e extremamente pobres. As classes altas (ricos e classe média) estão de olho na forma dessa assistência (redistribuição), pois o modo como é feita a definição dessa redistribuição restringe a mobilidade e poder das classes hegemônicas. O problema de como redistribuir recursos essenciais (capital econômico, capital cultural e capital social) em sociedade é o campo de disputa que precisamos investigar de perto, pois repercute na forma destas mulheres beneficiadas, responderem as situações de pobreza. O Programa de Transferência de renda, bolsa família, será estudado em suas características através de documentos que sustenta sua operacionalidade. Para verificar suas intenções. Nossa pesquisa, em resumo, buscará investigar dois níveis de problema em nossa sociedade brasileira: o nível macro das políticas públicas de Assistência Social e, portanto, o bolsa família e o nível micro das ações cotidiana de mulheres tentando responder seus desafios cruciais, a pobreza. Nosso percurso metodológico além da pesquisa bibliográfica, documental utilizou da pesquisa de campo. Aplicamos entrevistas e questionários para nos referenciar com informações adequadas e gerar conhecimento para nos possibilitar responder a nossa pergunta central: como as mulheres pobres, beneficiadas com uma bolsa em dinheiro, com suas habilidades sociais, respondem, afinal, ao problema da pobreza, em situações com fatores tão adversos onde seu espaço de manobra (ação) são reduzidos?



**Palavras-chaves**: Pobreza. Políticas públicas de Assistência Social. Programa de Transferência de Renda. Bolsa Família. Habilidades sociais, capitais (econômico, cultural e social). Mobilidade tática.

## ABSTRACT

This dissertation focuses on social actors, women, who benefit from the Income. Transfer Program, Bolsa Família in the Parque Genibaú neighborhood, Fortaleza, Ceará. Therefore, looking at what they do and how they do in daily life to respond to the crucial problem of poverty that is not only found in their living conditions and restricted opportunities is embedded in the way they think, feel and act. The precarious social skills (habitus) define their class space, learned and reproduced by continuous learning restricts the responses to situations of poverty. Are the poor marked by a fate written in the cosmos that determines that they live in restrictive situations that hinder their integral development as a class in society? Can the poor be the authors of their own liberation? "What tactical mobility" do the poor, and especially women benefiting from the family allowance program, have to address their crucial problem, poverty? These women, who benefit from the family allowance, are supported by a State Social Assistance public policy that is the scene of disputes in society to define the most appropriate form and condition of assistance to the poor and extremely poor. The upper classes (rich and middle class) are looking at the form of this assistance (redistribution) because the way this redistribution is defined restricts the mobility and power of the hegemonic classes. The problem of how to redistribute essential resources (economic capital, cultural capital and social capital) in society is the field of dispute that we need to investigate closely, as it affects how these women benefit from responding to situations of poverty. The Family Cash Transfer Program will be studied in its characteristics through documents that support its operation. to verify your intentions. Our research, in short, will seek to investigate two levels of problem in our Brazilian society: the macro level of social welfare public policies and, therefore, the family grant and the micro level of women's daily actions trying to answer their crucial challenges, poverty. Our methodological path beyond the bibliographical, documentary research used the field research. We applied interviews and questionnaires to reference us with appropriate information and generate knowledge to enable us to answer our central question: How do poor women, who benefit from a cash grant, with their social skills, ultimately respond to the problem of poverty in situations of concern? with such adverse factors where your room for maneuver (action) is reduced?



**Keyword**: poverty, public welfare policies, income transfer program, Bolsa Familia, social classes and skills (primary, secondary and precarious), capital (economic, cultural and social), conformism or resistance.

## LISTA DE FIGURAS


**Figura 1 - SER V.....** 98

**Figura 2 - SER VI.....** 99

**Figura 3 - Mapa dos bairros mais ricos e mais pobres da cidade.....** 100

**Figura 4 - Acesso a Serviços Públicos.....** 109

**Figura 5 - Estados mais dependentes do Programa Bolsa Família.....** 117

**Figura 6 - Bolsa Família em 2017 no Ceará.....** 118

**Figura 7 - Relatórios de Informações Sociais.....** 119

**Figura 8 - Delimitação do Bairro Parque Genibaú.....** 148

## LISTA DE GRÁFICOS


**Gráfico 1 - Receitas em % do PIB..... 74**
**Gráfico 2 - Índice de Geni (rendimento mensal real)..... 94**
**Gráfico 3 - Renda média domiciliar per capita (em R$)..... 94**
**Gráfico 4 - Domicílios que recebem recursos do Bolsa Família..... 95**
**Gráfico 5 - Os 10 maiores bairros de Fortaleza..... 99**
**Gráfico 6 - Gastos assistenciais (R$ bilhões, preços de jul/17)..... 116**
**Gráfico 7 - SER V Bairros mais populosos..... 118**
**Gráfico 8 - IDH Bairro..... 149**
**Gráfico 9 - População Habitantes Genibaú – Renda média Pessoal..... 150**
**Gráfico 10 - Índice analfabetismo..... 150**
**Gráfico 11 - Famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família..... 151**
**Gráfico 12 - Idade das entrevistadas..... 152**
**Gráfico 13 - Cor das entrevistadas..... 153**
**Gráfico 14 - Crenças..... 154**
**Gráfico 15 - Grau de instrução..... 154**
**Gráfico 16 - Renda Familiar..... 157**
**Gráfico 17 - Herança familiar e escolar..... 183**
**Gráfico 18 - Valores fortes repassados pelas beneficiadas pro Programa Bolsa Família..... 184**
**Gráfico 19 - Valores fracos: percebidos,, mas ainda não devidamente reforçados..... 185**
**Gráfico 20 - Papel da escola na educação do futuro..... 188**
**Gráfico 21 - Relação pedagógica família e escola..... 189**
**Gráfico 22 - Resultados esperados da relação habitus familiares e escola..... 192**
**Gráfico 23 - Relação família e pobreza e sua solução na sociedade..... 205**
**Gráfico 24 - Família e situações de pobreza..... 206**
**Gráfico 25 - Capital social: partilha na comunidade..... 207**
**Gráfico 26 - Ser rico: características..... 208**
**Gráfico 27 - Características das famílias pobres..... 208**
**Gráfico 28 - Características das famílias em extrema pobreza..... 209**
**Gráfico 29 - Origem da pobreza..... 209**

**Gráfico 30 - Resolução da pobreza.....** 210
**Gráfico 31 - Saúde pública.....** 216
**Gráfico 32 - Críticas ao Sistema de Saúde local.....** 217
**Gráfico 33 - Unidades de Saúde preferidas no Genibaú.....** 218
**Gráfico 34 - Encaminhamento para tratamento de doença em outras unidades de saúde.....** 220
**Gráfico 35 - Doenças mais citadas para encaminhamentos.....** 221
**Gráfico 36 - Descrição do ambiente do bairro.....** 228
**Gráfico 37 - Tipos de crimes.....** 229
**Gráfico 38 - Causas da criminalidade no bairro.....** 230
**Gráfico 39 - Ação policial no bairro.....** 230
**Gráfico 40 - Serviços – exemplos.....** 231
**Gráfico 41 - Necessidades cruciais para as beneficiadas do Programa Bolsa Família.....** 234
**Gráfico 42 - Conhecimento do Programa Bolsa Família.....** 249
**Gráfico 43 - Tempo de incorporação no Programa Bolsa Família.....** 250
**Gráfico 44 - Grau de dependência do Programa Bolsa Família.....** 251
**Gráfico 45 - Programa Bolsa Família: a quem se deve direcionar?.....** 252
**Gráfico 46 - Mal uso do dinheiro da Bolsa.....** 252
**Gráfico 47 - Sobre os recursos em dinheiro do Programa Bolsa Família.....** 253
**Gráfico 48 - O dinheiro do Programa ajuda a retirar da situação de pobreza, os pobres.....** 254
**Gráfico 49 - Sugestões para melhorar o Programa Bolsa Família.....** 255
**Gráfico 50 - Críticas dos que são contrários ao programa Bolsa Família.....** 255
**Gráfico 51 - Justificativa dos que precisam do Programa Bolsa Família.....** 256
**Gráfico 52 - A importância de exigir as condicionalidades.....** 257
**Gráfico 53 - O Programa Bolsa Família e as eleições.....** 263
**Gráfico 54 - Questões sobre a pobreza.....** 264
**Gráfico 55 - Corrupção política atrapalha o uso adequado dos recursos públicos.....** 264
**Gráfico 56 - Prioridades do Governo Bolsonaro segundo os beneficiados do Programa Bolsa Família.....** 267
**Gráfico 57 - Prioridades da prefeitura no bairro segundo os beneficiados**

**PBF**..... 268
**Gráfico 58 - Diante das desigualdades: o governo deveria intervir ou não?**..... 272
**Gráfico 59 - Faltam oportunidades ou é culpa dos pobres a sua situação**..... 273
**Gráfico 60 - Serviços públicos ou particulares direcionados a população pobre**..... 273
**Gráfico 61 - Distribuir renda e riqueza (melhorou ou piorou)**..... 274
**Gráfico 62 - Pagar mais imposto ou pagar menos imposto**..... 275
**Gráfico 63 - Renda mínima: só para os pobres ou para todos**..... 276
**Gráfico 64 - Todos pagam impostos por igual ou os ricos pagam mais?**..... 277
**Gráfico 65 - Valor do Bolsa Família alto ou baixo?**..... 278
**Gráfico 66 - O valor de R$ 85,00 é justo ou injusto para definir quem é pobre?**..... 278
**Gráfico 67 - Ser necessário ou não o Programa Bolsa Família**..... 279
**Gráfico 68 - O PBF tira ou não a pobreza**..... 280
**Gráfico 69 - O valor da Bolsa deve permanecer baixo ou aumentar**..... 280
**Gráfico 70 - O dinheiro: só para os pobres e vulneráveis ou para toda a população**..... 281
**Gráfico 71 - Saúde e educação somente para os pobres e miseráveis ou para todos**..... 282
**Gráfico 72 - Permanecem pobres (não correm atrás) ou não tem oportunidades**..... 283
**Gráfico 73 - Status social: pobres ou classe média**..... 283

**SUMÁRIO**


| | | |
|---|---|---|
| **1** | **INTRODUÇÃO.....** | 15 |
| **2** | **A ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL: DA PROTEÇÃO SOCIAL AO SEGURO SOCIAL.....** | 21 |
| 2.1 | INTRODUÇÃO..... | 21 |
| 2.2 | AS POLÍTICAS SOCIAIS EM DISPUTA NA SOCIEDADE: ENTRE A PROTEÇÃO E A SEGURANÇA SOCIAL..... | 26 |
| 2.3 | A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL..... | 44 |
| 2.4 | AS BASES DOCUMENTAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL FUNDAMENTADAS NO TERRITÓRIO E NA FAMÍLIA..... | 79 |
| 2.5 | IMPASSES E DESAFIOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL..... | 88 |
| **3** | **POBREZA, DESIGUALDADE E PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA, BOLSA FAMÍLIA: UM DESAFIO À DEMOCRACIA.....** | 90 |
| 3.1 | INTRODUÇÃO..... | 90 |
| 3.2 | CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA..... | 92 |
| **3.2.1** | **Pobreza e desigualdade no Brasil.....** | 93 |
| **3.2.2** | **A cidade de Fortaleza em suas contradições.....** | 97 |
| 3.3 | A TRAJETÓRIA DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL E CARACTERÍSTICAS..... | 101 |
| **3.3.1** | **Programa De Transferência De Renda.....** | 110 |
| **3.3.2** | **Programa De Transferência De Renda Que Prioriza As Famílias Pobres E Extremamente Pobres.....** | 113 |
| **3.3.3** | **Programa De Transferência De Renda Descentralizado E Intersetorializado.....** | 120 |
| **3.3.4** | **Programa De Transferência De Renda E O Controle Social.....** | 122 |
| 3.4 | UM SENTIDO PARA COMPREENDER O TERMO POBREZA E SUA RELAÇÃO COM A FAMÍLIA COMO CAPACIDADE DE REAGIR AO MUNDO CIRCUNDANTE PELA CIDADANIA..... | 124 |
| 3.5 | IMPASSES E DESAFIOS À POLÍTICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA..... | 138 |

**4 DISPOSIÇÕES DE CLASSE DE MULHERES BENEFICIADAS COM O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIAS NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA: CONFORMISMO OU RESISTÊNCIA..... 140**
4.1 INTRODUÇÃO..... 140
4.2 LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO PARQUE GENIBAÚ E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM NÚMEROS..... 147
4.3 IDENTIFICAÇÃO DAS ENTREVISTADAS BENEFICIADAS DO BOLSA FAMÍLIA..... 152
4.4 A SITUAÇÃO SOCIAL DAS BENEFICIADAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA..... 168
**4.4.1 A herança familiar e escolar (capital cultural)..... 170**
**4.4.2 Família e Pobreza..... 192**
**4.4.3 Saúde pública, uma condição importante para a resolução do problema da pobreza..... 211**
**4.4.4 Moradia no parque Genibáu; a repercussão do contexto social na configuração dos indivíduos e famílias beneficiadas no Programa Bolsa Família..... 222**
**4.4.5 Sonhos, Pessoais e Profissionais..... 233**
**4.4.6 O Bolsa Família e os impactos nas famílias que moram no bairro Parque Genibáu..... 236**
4.5 CIDADANIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA..... 259
4.6 REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA. PROGRAMAS SOCIAIS, POBREZA E DESIGUALDADE..... 271
**4.6.1 Sobre a redistribuição de renda..... 271**
**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 584**
**REFERÊNCIAS..... 292**
**APÊNDICES..... 309**
APÊNDICE A- QUADRO DE REFERÊNCIA 1: IDENTIFICAÇÃO DAS ENTREVISTADAS – RESUMO SOBRE A HISTÓRIA DE CADA UMA DELAS PRODUZIDO PELO AUTOR..... 310
APÊNDICE B - QUADRO DE REFERÊNCIA 3: HERANÇA FAMILIAR E ESCOLAR (PRODUZIDO PELO AUTOR)..... 313

ANEXO C - QUADRO DE REFERÊNCIA 4: FAMÍLIA E POBREZA (PRODUZIDO PELO AUTOR)..... 318
ANEXO D - QUADRO DE REFERÊNCIA 5: SAÚDE PÚBLICA..... 323
ANEXO E - QUADRO DE REFERÊNCIA 6: MORADIA..... 326
ANEXO F - QUADRO DE REFERÊNCIA 7: SONHOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS..... 331
ANEXO G - QUADRO DE REFERÊNCIA 8: O BOLSA FAMÍLIA..... 333
ANEXO H - QUADRO DE REFERÊNCIA 9: CIDADANIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA..... 341

# 1 INTRODUÇÃO

A *pobreza* é um problema complexo e instigante para investigação numa dissertação de Mestrado. A dificuldade de aproximação desse assunto se deve à necessidade de nos aprofundarmos em nossa identidade de brasileiros. Uma investigação profunda, com jogo limpo, sobre a explicação do porque foi produzida, como é reproduzida e quais mecanismos são utilizados para perpetuá-la. Portanto o assunto pobreza é carregado de interesse e situa-se num campo de disputas entre sujeitos e grupos, pois capaz de definir lugares sociais relevantes e de irrelevância. Mexe com a distribuição de recursos essenciais que fortalecem e empoderam indivíduos e grupos nas negociações sobre as regras do jogo social que serão definidas e os status sociais a serem distribuídos em sociedade. E, em contra partida, fragilizam outros indivíduos e grupos sociais.

Ao tratarmos da pobreza, não podemos deixar de lado a discursão da *distribuição de recursos essenciais* em sociedade. Mais do que uma questão econômica é uma questão de fundo político, pois uma distribuição desigual de recursos gera distribuição desigual de poder.

Quais são esses *recursos* tão importantes para a vida em sociedade encarregados de distribuir status e poder de negociar com mais vantagens o mundo que se instalará e continuará regulando todas e quaisquer regras sociais de orientação?

São três os recursos sociais relevantes, fundamentais, em sociedade. *O capital econômico, o capital cultural e o capital social.* Para a discursão sobre a pobreza nos interessa dizer que o *capital cultural* é a condição de possibilidade de acesso aos outros capitais e ao uso adequado desses recursos. A questão não é viver na riqueza ou viver na pobreza, o grande problema é aprender a comportar-se diante dessas realidades. A partir de habilidades sociais que são disponíveis, incorporadas e alimentadas cotidianamente na família e outros ambientes com o objetivo de encaminhar soluções para os problemas pelos quais indivíduos e grupos se confrontam em definir em sociedade.

Nesses capitais há modos de uso específicos. *O capital econômico* lidar com a produção ou investimentos para obter lucro. Há uma racionalidade própria. *O capital social* é a capacidade de estabelecer relações de compartilhamento. Outra lógica procedimental. *O capital cultural* é a maneira como a sociedade, durante o tempo, produziu conhecimentos e recolheu modos de fazer, reconhecidos e testados em sua eficácia social segundo critérios de grupos dominantes e as repassou; também é a história de como os indivíduos e grupos as aprenderam, as incorporaram (tornando-as ações automáticas e pouco refletidas) e as utilizando em ressignificações; saberes e práticas aplicadas na resolução de problemas.

A sociedade, ao longo da produção de consensos sociais nos quais são geradas as regras sociais que balizam a ação, retêm, guarda, distribui para alguns escolhidos e grupos grandes arsenais de opções de saberes e procedimentos e a outros, restringem.

Portanto na perspectiva em que nos situamos *a distribuição desigual do capital cultural* afeta, sem sombra de dúvidas, as capacidades individuais e de grupos de concorrência em pé de igualdade com outros indivíduos e grupos sociais no acesso a outros recursos, como econômicos (bens e serviços), sociais e políticos e, consequentemente, reduzem o poder de responder aos desafios enfrentados em sociedade. Sujeitos e grupos sociais bem equipados socialmente com habilidades sociais adequadas (também chamados de *habitus*, primárias e secundárias) respondem com mais facilidades seus desafios. Sujeitos menos equipados com habilidades socialmente produzidas (também chamados de *habitus*, precários) possuem mais dificuldades de respondem a contento seus desafios cotidianos e os de maior complexidade.

Aos problemas que precisam ser resolvidos ao lidar com a questão da pobreza aproximou essa dissertação a dois pesquisadores – Jessé Souza e Neil Fligstein, dentre outros capazes de dispor de quadros teóricos complementares e suficientemente amplos para esquadrinhar os meandros de nossa sociedade brasileira, tão desigual, permitindo explicá-la em seus mecanismos de exclusão. Também explicam os mecanismos sociais de dominação simbólicos utilizados em sociedade para restringir o acesso aos procedimentos sociais utilizados pelos pobres para lidar com situações de pobreza, ou seja, dar soluções locais às suas mazelas que se incorporam no corpo e mente dos pobres.

Esses autores são muito importantes, pois podem permitir (a) estudar as relações entre diversos atores sociais e seus grupos numa sociedade num mesmo campo de atuação; (b) estudar atores individualmente com suas habilidades sociais incorporadas e verificar sua capacidade de resposta aos seus problemas e mazelas; (c) estudar grupos nos quais indivíduos estão atuando e interagindo em trocas diversas de aprendizagem e verificar como desenvolvem estratégias a partir das habilidades normais que revelam seus procedimentos sociais característicos, elaborando respostas a outros grupos, na competição, que requer saber lidar com respostas satisfatórias e inovadoras.

Nessa pesquisa, o foco é duplo e complementar: um estudo *macroestrutural* da formação da pobreza no *Brasil*, apresentando *o motivo por que somos tão desiguais*; o campo propicio para teste são as Políticas Públicas da Assistência Social no qual o programa de transferência de renda, o bolsa família está inserido (capítulos 1 e 2). Um segundo foco, um estudo das *relações micro estruturais locais*, que envolve um bairro pobre da periferia de Fortaleza, Parque Genibaú, no qual mulheres utilizam do programa bolsa família para poder

suprir suas necessidades básicas. A questão proposta a ser respondida pela pesquisa é: *como mulheres pobres (mães e avós), beneficiadas com uma bolsa em dinheiro, com suas habilidades sociais, respondem, afinal, aos problemas da pobreza, em situações com fatores tão adversos onde seu espaço de manobra (ação) são reduzidos?* (capítulo 3)

Diante disso, a pesquisa tem como *objetivo geral* apresentar *as respostas das mulheres beneficiadas com o programa bolsa família aos problemas da pobreza em situação de desvantagem social.*

Esse objetivo procura explicitar como mulheres, com habilidades sociais aprendidas de forma precárias ou pouco equipadas com capital cultural, ao absorver uma ajuda em dinheiro, como resolvem situações limites que expressam sua pobreza? Nossa intenção é perceber a "*mobilidade tática dos pobres*" (CERTEAU, 2005) em face das estratégias dos fortes, que se apresentam na vida cotidiana dessas mulheres em algumas situações de limites e estresse (herança familiar e escolar, contexto de periferia, moradia, criminalidade, educação, saúde e vivencias da política e cidadania). Encontraremos na vida cotidiana, onde as estruturas institucionais dos fortes espreitam, possibilidade dos fracos produzir alguma resistência?

Os *objetivos específicos* podem ser postos do seguinte modo: a) descrever o âmbito da política pública de Assistência Social na qual se insere o Programa de Transferência de renda, bolsa família; b) descrever a historicidade do Programa de transferência de renda, bolsa família, em suas características e especificidades: unificação, intersetoriedade, focalização, condicionalidade e controle social; c) conhecer as mulheres beneficiadas com o Programa bolsa família, o modo como pensam, se comportam e valorizam suas experiências (habilidades apreendidas socialmente) tematizando suas respostas as situações de desvantagem social segundo o tipo de acesso que tiveram aos bens culturais e econômicos a sua disposição.

Estávamos ouvindo, acompanhando e trocando ideias com as mães e avós, beneficiadas com o Programa bolsa família no bairro Genibaú, registrando tudo num caderno de campo, fazendo entrevistas e aplicando questionários. Registramos dados sobre suas experiências com o programa. Na abordagem dessas mulheres escolhi alguns caminhos: ir ao CRAS Genibáu (Centro de Referência e Ação Social) e encontrá-las. Foi nosso primeiro contato. Conversando, podemos perceber algumas dificuldades para ser aceito. Estando no CRAS, a percepção das beneficiadas era que seríamos representante do governo, pronto a ouvi-las, pegá-las em contradição e cortar seus benefícios. Mesmo explicando nosso papel de pesquisador, o que justificava a presença no local, o medo continuava. O medo não

contaminava a todas. Muitas delas marcavam em suas casas o primeiro encontro e íamos conversando em seu local de moradia.

As outras mulheres, mães e avós, participantes do programa, tivemos acesso a elas graças a ajuda de seus filhos e netos, estudantes na escola na qual trabalho como professor. Por meio deles consegui conversar com várias mães. Continuei visitas e conversas espontâneas nas residências com o primeiro grupo de mulheres conhecidas através do CRAS e com esse grupo de mães intermediada pelos estudantes. Depois de muitas interações com essas mães e conversas com os agentes públicos que trabalham no CRAS, centrei minha atenção em 12 mães e avós. As visitas a essas mulheres foram feitas duas ou mais vezes, quando necessário.

São essas doze mulheres, mães e avós, que são retratadas na pesquisa. O que elas pensam, como agem, que escolhas fazem, intermediadas pelo recebimento de uma bolsa em dinheiro, nos momentos de desafios na vida cotidiana? Que espaços de manobra possuem quando respondem a situações de desvantagens sociais?

São essas mulheres que entrevistei usando um roteiro a permitir registrar uma história de vida com os seguintes elementos: *dados pessoais, moradia, sonhos pessoais e profissionais, valores; vida educacional e familiar; trabalho, renda e necessidades básicas; situação de saúde; experiência de morar no bairro Genibaú; situação social, pobreza, impactos e soluções para a pobreza; vizinhos e vizinhança; bolsa família e família; cidadania, política públicas e redistribuição de renda.*

A intensão com esse roteiro foi captar os valores fortes que são transmitidos e reforçado e os valores fracos que inda são poucos reforçados em família. O mais importante é verificar quais desses valores se corporificaram em ações que expliquem e revelem quem são, como respondem as situações de pobreza. Estão de acordo com os valores e prática sociais apontadas como ideais e úteis para saírem da pobreza? Souberam incorporar esses valores capazes de "catapultá-las" e seus filhos para fora do mundo dos pobres?

Tendo essa intenção a vista, o melhor instrumento que se adequa para analisar as entrevistas é a *análise de conteúdo* (BARDIN, 2002). A análise de conteúdo quer precisar o sentido das palavras comunicadas a interlocutores pelo uso de uma técnica objetiva. Portanto vamos ler as entrevistas comunicadas a nós, prepará-las e categorizá-las e, finalmente, interpretar as falas procurando sentidos pessoais e coletivamente construídos nesse grupo de mulheres.

O instrumento de análise de conteúdo será aplicado de forma mais simplificado: fazer as entrevistas e as prepará-las adequadamente para a análise, as colocando na forma de

quadros de sentido (apresentados no apêndice). Serão diversos quadros de sentido que seguiram temas chaves já apresentados acima. Preparados esses quadros, (a) procederei fazendo uma análise particularizada das ideias e valores que cada entrevistada elaborou em cima de cada tema e, finalmente (b), um apanhado das semelhanças e dessemelhanças encontradas nos discursos, produzindo sobre os temas.

Apliquei também as mães e avós um questionário (objetivo) com perguntas sobre as seguintes questões: *redistribuição de renda (apoiam ou não); programa sociais (bolsa família); pobreza, desigualdade e mobilidade social.* Esse questionário os apliquei no último dia de visitas, com calme, fazendo pergunta e anotando suas respostas. Muitas vezes repetindo para tornar claro a pergunta. Apesar de algumas dificuldades, pois muitas delas são analfabetas procurei clareza e palavras simples para expressar as ideias, procurando ouvi-las com atenção. O questionário foi feito para conter uma pergunta em cada quesito e três alternativas a ser escolhida: escolha da primeira alternativa ou segunda alternativa ou indiferença.

As mães e avós sempre foram avisadas do anonimato. Tudo que poderia identificá-las procurei alternativas para não as revelar. Outra preocupação foi perguntá-las se me autorizariam utilizar suas falas para o uso na pesquisa e foi-lhe apresentado um termo de anuência e posterior assinatura.

Uma restrição que prejudicou o andamento da pesquisa de campo foi o ataque das facções criminosas em Fortaleza que me impediu de entrar no bairro e entrevistar as beneficiadas do programa bolsa família. Somente em fevereiro/março de 2019 pude retomar o contato com as entrevistadas.

A pesquisa está desenvolvida em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. Após a introdução no *capítulo dois*, apresento a Assistência Social como política pública no Brasil e a transição de sua configuração da proteção social para o seguro social. Inserido como um dos componentes desse processo de transição a criação do Programa de Transferência de renda, bolsa família. O *capítulo três* caracteriza o contexto das situações de pobreza no Brasil e Ceará; apresenta a história da constituição do Programa de Transferência de Renda, bolsa família e suas característica marcantes e procura definir o termo pobreza e sua relação com a família na sua capacidade de reagir ao mundo circundantes utilizando os conceitos de *habilidades sociais* ou *habitus*. No *quarto capítulo*, apresentamos os resultados da pesquisa com gráficos que ilustram o perfil das entrevistadas e com a análise dos dados coletados que retratam *as disposições de classe* das mulheres, mães e avós, beneficiadas com o bolsa família na capacidade de resolver seus problemas em situações

limites de pobreza. Por fim, nas considerações finais pondero, através da observação refletida das potencialidades e fragilidades das mulheres, mediado pelos teóricos sua possibilidade e limites para responderem ao problema da pobreza.

# 2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL: DA PROTEÇÃO SOCIAL AO SEGURO SOCIAL

## 2.1 INTRODUÇÃO

O "*grande jogo*" que constitui a sociedade brasileira vista sob o ponto de vista da formação dos seus *segmentos sociais de classe* é uma configuração formada nas lutas, perdas, consensos tácitos e ganhos, históricos[1]. "*Ganhadores*" e "*perdedores*", como figuras de um resultado esperado de confrontos historicamente localizados, continuam a desempenhar o seu papel de entreolharem-se, medir forças e capacidades, na configuração de um mundo bem específico[2]. Exemplos de configurações sociais propicias na sociedade brasileira para a formação do modelo de proteção social segundo o padrão de um Estado de Bem-Estar social podem ser vistas nos bastidores das lutas nos anos 30 e Constituição de 1988 que configurou *os direitos sociais* como direitos humanos fundamentais. Se o primeiro período citado foi uma necessidade do Estado, amalgamado com o mercado, de constituir no Brasil novas regras sociais mediando patrões e empregados e os incluindo na nova divisão internacional do trabalho com suas *regulações próprias*, o segundo período da Constituição brasileira de 1988 foi resultado de lutas pela redemocratização sob o influxo dos movimentos sociais organizados e pouco ou quase nada as elites puderam fazer para impedir o anseio geral de mais democracia e abertura social, cabendo a elas introduzir, na nova carta, futuras armadilhas para reformá-la. Isso pode ser verificada nas diversas reformas constitucionais que tivemos na medida que trouxe grandes impactos sociais e econômicos, gravíssimos. E o mais importante deles foi a desregulamentação do mercado financeiro no país. Essa reforma está, em nossos dias, ganhando força na medida em que reduz drasticamente o setor produtivo, trazendo desemprego estrutural e abandonando as massas ao desemprego e a vulnerabilidade social enquanto os setores da classe média e ricos estão protegidos de flutuações econômicas drásticas pois são alimentados por juros pagos pelo governo que, por sua vez, esvaziam o Estado do seu poder de investir. Nessa revanche neoliberal ganha formato a tentativa de privatização dos serviços públicos. Ela começa avançar através da política pública de Assistência Social. Então, essa luta tem por motivo as questões econômicas? Diremos, por agora, que o econômico é o que aparece; no entanto, escondido, fora da visão dos

[1] ELIAS, Nobert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994
[2] BOURDIEU, 1996; FLIGSTEIN, 2007.

bisbilhoteiros, está um outro motivo, esse principal: a luta por valores que *guiam* os corpos e *conduzem* as mentes que fazem agir.

A *pobreza* e a *desigualdade* social são frutos da produção e reprodução de *falsa concepção de valor*, gerada da inculcação na cabeça dos indivíduos e no seio familiar: os que são mais preparados, vencem e, os que menos se esforçam, perdem. Esse valor, classificador e excludente, é representado pela ideia da *meritocracia*. A necessidade de termos cuidado em examinar a realidade social com um olhar mais criterioso – especialmente se estamos tratando da sociedade brasileira fundada sob hierarquias transmitidas e incutidas através da socialização − desmanchar sua inconsistência é um chamado a fazer o trabalho do conceito e ir desdobrando, dobra por dobra, as bases da sua *violência simbólica* (BOURDIEU, 1989) estabelecida pelos segmentos sociais superiores contra os inferiores numa operação de exercício da dominação. Há vários tipos de exclusão, no entanto, a *exclusão do capital cultural* é a condição fundamental e extremamente ignóbil dos segmentos sociais superiores afastarem do acesso a renda e riqueza, os pobres, e, produzirem, a desigualdade[3].

*Cultura* e *bem-estar de vida* estão intrinsecamente ligados e não podem ser separados. Para obter bem-estar é necessário *renda* suficiente para gerar esse padrão, considerado por indivíduos, grupos e sociedade, adequado e, para isso, precisa-se de saberes, capacidades, competências e habilidades que se constroem através de um ambiente familiar e de estudos adequados repassados constantemente até se tornar uma *segunda natureza* capazes de constituir indivíduos em grupos preparados em pé de igualdade para competir por recursos. A falta de *meios (conhecimentos, renda)* reduz ou atrapalha as *possibilidades* de bem-estar (SEN, 2000).

> ***O papel da educação básica*** no processo de desenvolvimento e progresso social é amplo e importantíssimo. Em primeiro lugar, ***a capacidade de ler, escrever e contar*** tem efeitos poderosos sobre a nossa qualidade de vida: a liberdade para compreender o mundo, para levarmos uma existência bem informada, para nos comunicarmos com os outros e, de um modo geral, para estarmos em contato com a realidade. Na sociedade contemporânea, em que tanta coisa depende da palavra escrita, ser analfabeto é como estar preso, e a educação escolar abre uma porta através da qual as pessoas podem escapar do encarceramento (...) a ***perspectivas de emprego dependem bastante do nosso nível educacional e das nossas habilidades aprendidas***. A capacidade de compreender a informação escrita e dominar as operações numéricas envolvidas em tarefas específicas pode ser uma qualificação imprescindível até mesmo para tarefas simples, sobretudo com o aumento da especialização nos processos de produção e distribuição. A necessidade (...) de uma força de trabalho razoavelmente escolarizada para atender às demandas de controle

[3] BOURDIEU, P. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

> de qualidade e treinamento de habilidades envolvidas na produção de bens e serviços para o mundo como um todo[4](os grifos são meus).

Numa *estrutura social*[5] de relações e lugares sociais marcada pela concentração de *meios ao longo do tempo* em determinados segmentos sociais alimentam a existência do *risco* e *vulnerabilidades* sociais. Ora, sem *meios culturais* (herança familiar e escolar), − em quantidade e qualidade no tempo de vivências e experiências, − e *renda* possivelmente teremos uma *sociedade da exclusão, hierarquizada e despolitizada*. E consequentemente uma concentração do poder nas mãos das elites culturais e econômicas. Um empobrecimento da participação da maioria da população nas representações partidária e, muitas vezes, na própria comunidade local. Um povo sem voz e passivo[6]. Um povo sob o imperativo da ideologia e controle social.

Ter *qualidade de vida* é critério para medir situações de pobreza. Envolve as possibilidades (meios) para obter outros fins (acesso a certos bens e serviços necessários a vida). Evidentemente definir bem-estar sujeita-se a critérios segundo cada comunidade humana. É verdade que também se faz necessário o acesso aos serviços públicos e aos programas sociais governamentais para que as famílias em situações de vulnerabilidade vivam e possam ter acesso a padrões concernentes ao minimamente aceitável em relação aos direitos humanos.

O ***Programa Bolsa família*** através de sua disponibilidade nos CRAS municipais, dentre outros espaços, como serviço do ***Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*** é um fator fundamental para começar a gerar equidade entre os segmentos sociais, mas não o único necessário. Acompanhado a esse programa deveriam ser implementados a melhoria e ampliação do acesso aos serviços públicos aos segmentos mais pobres e não tornar o bolsa família a única alternativa. Constata-se, no entanto, serviços públicos sem gestão adequadas e sem recursos necessários para suprir os desafios crescentes da extensão em quantidade e qualidade dos serviços aos mais pobres.

A implementação do ***Programa de Transferência de Renda***, *focada* e *condicionada nos pobres* nos governos de esquerda – política de origem neoliberal − se foi causa da diminuição da pobreza e pensado, posteriormente, conectado a serviços públicos universais e outras políticas públicas complementares passa a estar servindo, nos governos ultraliberais, − como foi uma tendência no governo Temer e agora uma política a ser

---

[4] SEN, Amartya. Glória Incerta: a Índia e suas contradições. São Paulo. Companhia das Letras, 2015

[5] BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007:91ss.

[6] SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. 2010; Glória Incerta: a Índia e suas contradições. São Paulo. Companhia das Letras, 2015

implementada no governo Bolsonaro, − como única alternativa de política social de proteção. Liberando os serviços essenciais como, educação, seguridade, saneamento, transporte público e, posteriormente, saúde a privatização. Esse dado como um horizonte de possibilidade – sem reações à altura – está se tornando real: seu início, com a Assistência Social, estende-se na reforma da educação básica e inclusão da influência de empresas de educação privadas no governo federal e estaduais, se desloca para as reformas trabalhista e previdenciária e depois chegará as reformas tributária e áreas do saneamento básico. Estamos diante de uma verdadeira revanche neoliberal que deseja incorporar a coisa pública a seus negócios e passar a ganhar com mais um ativo privatizado. Deixando os pobres abaixo da linha da pobreza a depender do estado através de transferência de renda e a estar vinculado ao crédito disponibilizado pelo mercado financeiro. A ideia liberal de que esses pobres, dependentes de transferência pública de renda, podem poupar e acessar o mercado para empreenderem por conta própria, assumindo riscos, adequando sua realidade a situações de bem-estar possíveis, segundo o valor dos serviços que podem pagar é um verdadeiro engodo. A necessidade de incorporar *novos padrões de sociabilidade* a curto e médio prazo através da *elevação do nível educacional dos mais pobres* para se tornarem formas de ação inclusivas aceitáveis socialmente é um fator não destacado nas ideias neoliberais de empreendedorismo nas periferias. Porque às elites não interessa colocar a discussão esse problema. Na verdade, esse é a raiz do problema brasileiro.

Se programas sociais do tipo semelhante ao Programa de transferência de renda aos pobres via poder público são importantes, políticas econômicas voltadas a ativar a economia são fundamentais. Como fundamentais são as políticas de inclusão produtiva e formação para o mercado de trabalho destes que acessam as políticas sociais por necessidade de sobrevivência.

A política de Assistência Social e o Programa Bolsa Família estavam atrelados com a política econômica – como constatou-se no 2º. Período do governo Lula − mas seu poder de gerar desenvolvimento para o país ficou limitado ao curto e médio prazo. Com a mudança de governo, − governo Dilma, − a política social e econômica ficou a depender de relações conturbadas no Congresso brasileiro que representavam as forças em luta na sociedade, anulando o seu poder transformador. O próprio movimento do mercado de capitais ao perceber as políticas de *radicalização das políticas sociais que poderiam ser trazidas à luz com a baixa dos juros da dívida pública* encaminhada pela Presidenta Dilma trata de reagir e apoiar o golpe parlamentar, impedindo transformações sociais e econômicas continuadas. Esse complexo movimento político mostra que ambos governos, a depender de suas intenções

de inclusão dos pobres na agenda governamental, estavam dentro de lutas por poder. Qualquer política social − novamente atrelada ao modelo econômico de inclusão social e na cidadania das camadas desfavorecidas deste país − de nada serviria se não transformada numa realidade clara e efetiva banhada em reflexão nacional sob os pressupostos que conduzem o desenvolvimento e crescimento atuais. E isso requer discutir a fundo a origem das desigualdades entre nós enquanto se constrói fundamentos mais críveis para um pacto mais realista e viável de nação. Os aspectos hegemônicos das classes superiores desta pais estão fundados num *autoritarismo de raiz* que dificultam enormemente uma refundação de nossos pressupostos e fundamentos sociais. Faz-se necessário uma revisão as claras nesse quesito para permite possibilidades de inclusão social e refundação de uma nova República com caras mais democráticas, como veremos nesse trabalho.

***Quem são e onde estão os pobres?*** Que expectativas os pobres carregam? Em que situações vivem? Qual a sua relação com a vida pública? Qual a qualidade dos serviços públicos oferecidos a eles? Participam ativamente do controle dos serviços a eles prestados? Há um bom senso que diz que as coisas funcionam quando os beneficiários de um programa social estão participando desses serviços, envolvidos seja por meio de trocas de saberes entre público alvo atendido e instituições sociais, seja por um controle mais institucionalizado. Quando não envolvidos, crescem a probabilidade de encontrar preocupantes distorções nos programas sociais. Na realidade a vida pública, de debates, reinvindicações e avaliações públicas, deveria guiar propriamente essas instituições. Mas, o grande desafio é como fazer *os deserdados* se tornarem cidadãos?[7]

O objetivo deste capítulo é apresentar a *Assistência Social* enquanto política pública no Brasil e mostrar sua mudança de configuração da *proteção social* ao *seguro social*, como uma tendência, assumindo a figura representativa da política social nos dias de hoje, *os Programas de transferência de Renda*. Esvaziando, assim, os serviços públicos sócias como os realmente fundamentais.

Na seção (2.2) apresentamos as políticas sociais de Assistência como disputas entre duas visões de mundo, a *libertária* e a *igualitária*. Em disputa dois modelos de assistência social, a que assegura *proteção social* aos cidadãos e outra, que gera o *seguro social* e, portanto, a focalização de serviços públicos. A seção (2.3) apresenta-se a constituição e desenrolar da política social constituída como uma história de disputas entre os

[7] Uma grande iniciativa poderia ser posta em nossa sociedade quando contrabalançarmos os direitos aos deveres como pensam as nações africanas. Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Disponível em: <http://www.achpr.org/pt/instruments/achpr/>. Acesso em 02 de junho de 2019.

segmentos sociais. Na seção (2.4) são tratados e trabalhados alguns documentos referentes a Assistência Social tais como LOAS, PNAS, NOB/SUAS procurando pensar a assistência social territorialmente localizadas e direcionadas às famílias. Finalmente (2.5) em termos de fechamento apresentamos reflexões sobre os *impasses e desafios* para a Assistência Social no Brasil.

## 2.2 AS POLÍTICAS SOCIAIS EM DISPUTA NA SOCIEDADE: ENTRE A PROTEÇÃO E A SEGURANÇA SOCIAL

O novo mundo que estamos envolvidos dos anos 70 para cá mantêm vivas e intensas as lutas entre *concepções utópicas*[8]. Uma, ***igualitária***, outra, ***libertária***.

A ***primeira concepção***, defende a figura da coletividade: mostra-se através da luta por ampliação de serviços públicos básicos como, por exemplo, segurança alimentar, saúde, assistência, saneamento, educação, moradia e renda. Assegurando para as gerações do presente e do futuro o bem-estar social. Instituindo oportunidades para todos/as[9]. Essa concepção traz também uma configuração de cidadãos intrinsecamente envolvidos com a *participação ativa*.

A ***segunda concepção***, chamada de liberal: enfatiza a força da personalidade individual competitiva e meritocrática fazendo-se e impondo-se como a alternativa. Essa segunda concepção defende a redução do tamanho do Estado através das privatizações dos serviços públicos, passando a cobrar por esses serviços aos cidadãos. O *indivíduo* como protagonista e, mesmo, a coletividade numa espécie de *corpo social colaborativo* (capital social) visando ganhos é a imagem central por excelência[10]. Nesse sentido temos uma imagem reduzida da participação política centrada no protagonismo do mercado. São duas forças poderosas que arregimentam os corações das pessoas. Em outra perspectiva KERSTENETZKY (2006) designa essas duas forças a partir de compreensões de justiça diversas: uma, *estadocentrica* e outra, *mercadocentríca*.

Na origem do desenvolvimento do capitalismo, com suas *crises estruturais e periódicas*[11], *centradas nas contradições* ***capital*** e ***trabalho*** está as bases da ***Questão Social***.

---

[8] SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos de globalização: fatalidade ou utopia? Porto: Afrontamento, 2002.

[9] Esta imagem da igualdade e oportunidades para todos/as chegou entre nós desde os grupos cristãos, passando pelo pensamento político de Jean Jacques Rousseau e das lutas dos trabalhadores no mundo moderno até os dias de hoje diante do novo olhar feminista sobre o assunto.

[10] Por trás desta configuração político-econômica estão as concepções de John Locke.

[11] HARVEY, D. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

Essas contradições ao conduzir a uma nova organização do trabalho, a distribuição dos lucros socialmente produzidos de forma desigual, a condições de vida aviltantes dos trabalhadores e a pouca margem de manobra dos trabalhadores em organizar-se e responder as investidas da nova ordem econômica fizeram com que surgissem no século XIX reinvindicações mais sólidas sobre os direitos sociais, exigências de leis trabalhistas e de uma nova forma de organização do capital. De acordo com a nova *sociabilidade* que se formou desde os anos 70 em termos de mudanças na forma de gerir e organizar o processo de produção na nova divisão internacional do trabalho (ANTUNES, 2005; 2007), na passagem do fordismo para o Toyotismo, de flexibilização do capital, na sua forma de financeirização, desencadeou a eliminação de postos de trabalho e o crescente desemprego e produção de uma imensa massa de trabalhadores descartados e impossibilitados de voltar ao mercado de trabalho. Nesse meio, a reprodução das desigualdades, da pobreza e vulnerabilidade social das famílias (PETRINI, 2003) fruto de relações de desencaixes sociais gerados por essas contradições.

Neste contexto de complexidade da formação do capitalismo e seus rebatimentos deletérios nas condições de vida da população mais fragilizada são forjadas ***as políticas sociais*** tentando construir relações mais próximas da ***justiça*** (minorar os impactos negativo do capital na vida dos indivíduos através da atuação de políticas compensatórias públicas) e melhoria das condições de bem-estar dos mais vulneráveis. São políticas de melhorias das condições de vida para os pobres e extremamente pobres, mas não são políticas de resolução das desigualdades e do problema da pobreza estrutural. Nesse sentido ***as políticas sociais*** são ações estatais – envolvidas e definidas pelos choques de interesses entre os diversos atores sociais − que ***determinam o padrão de proteção social*** voltadas para a redistribuição de benefícios ***socialmente aceitáveis*** conforme um modelo econômico e socialmente produzido, visando diminuir as desigualdades do desenvolvimento das forças produtivas.

O contexto em que a políticas social nasce pode ser entendido de forma diferente conforme o paradigma que os autores se encontram.

OFFE (1984) situa a definição de ***política social*** no contexto dos embates dentro da sociedade de classe tendo como referência o marxismo ocidental. O Estado para OFFE é um importante regulador das relações sociais a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto demarcando o potencial diferencial das forças em disputa, preponderando *as forças do capital* sobre outras forças menos preparadas para os embates, a saber, *os grupos de trabalhadores*. Uma importante *assimetria* nas relações entre as forças dos proprietários dos meios de produção e as forças do trabalho. O Estado, para esse autor, se responsabilizaria em qualificar permanentemente os trabalhadores necessários ao capital

através das políticas que o norteiam no horizonte do capital e de programas sociais, procuraria, ainda, manter sob o controle parcelas da população não capazes de serem inseridos no movimento de geração de capital. Esse modelo de política social tem como medida limite de expansão a dominação e controle do capital econômico

SOUZA (2003) mostra *a política social* demarcada por disputas assimétricas entre, de um lado, os detentores do ***capital*** subsidiados pela conjugação de interesses culturais com ***a classe média*** e, de outro lado, as ***classes pobres e despossuídas*** de recursos pelo subterfúgio das classes superiores não permitirem acesso aos bens culturais/escolares reforçando assim o controle dos primeiros sobre os pobres e os submetendo ao controle social de classe. Nesse sentido a preponderância das classes superiores, quando em relação a obtenção de recursos culturais e renda, oferecem as melhores condições de barganhar com o Estado a obtenção de mais recursos necessários as suas necessidades e ao funcionamento da reprodução do capital. O seu modelo paradigmático é relacional avaliando *os pressupostos dos valores* (acesso da socialização familiar ao capital cultural incorporado a longo prazo) que guiam indivíduos e grupos em relações sociais que dão acesso a bens e serviços a uns e reduzem esse acesso a outros e, portanto, regulando o acesso das classes menos favorecidas aos serviços públicos sociais e vida dignas.

HAYEK (2010), na esteira de John Locke, estabelece sua definição de *política social ligada a prestação de serviços pelo mercado à população*. Seu modelo paradigmático é o *indivíduo* com *vontade e capacidade atuando dentro de um campo de forças sociais intensos*. Coloca a centralidade da vida política e econômica na inviolabilidade dos ***direitos dos indivíduos*** (autonomia e responsabilização na condução da própria vida segundo os dotes e inclinações dos indivíduos e forte defesa da propriedade privada) frente aos ditames do Estado[12]. Situa-se na perspectiva de "menos Estado e mais Mercado" e, portanto, é partidário do modelo no qual *o mercado assuma o protagonismo da questão social incorporando a seu métier a administração e prestação de serviços sociais em troca de pagamento*.

Essa ideia do mercado ativo se esparramando e controlando os espaços sociais tornou-se exequível depois dos anos 70/80 com a fragilização dos fundamentos do Estado de

[12] Na verdade, essa ideia neoliberal esconde os mecanismos sociais que são os que produzem os indivíduos numa passagem de sujeitos disciplinados para sujeitos controlados, passando a tratar e situar os indivíduos entre superiores e inferiores, autoridade e subordinados minando as relações sociais de proximidade e as relações democráticas. Cf. FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir – História da Violência nas Prisões. Petrópolis: Vozes, 2015; DELEUZE, Gilles. Conversações. Rio de Janeiro: 34, 1992; GUATTARI, F.; ROLNIK, Sueli. Micropolítica: Cartografias do Desejo. 3. Vozes, 1993

Bem-estar social[13] e se firmando como horizonte capaz solucionar os problemas candentes da sociedade. No Brasil essa visão começou a ser introduzida no governo Collor, aprofundada no governo FHC e ganhou linhas de "administração da pobreza" no sistema político-econômico neodesenvolvimentista do governo Lula[14]. E ganha hoje notoriedade político-econômica no governo Bolsonaro. Enfim, o Estado através de políticas focadas de distribuição de renda e bem direcionadas, abandona a prestação de serviço públicos e as deixa aos cuidados do mercado. A chamada ***mercadorização*** das políticas sociais reforça a ideia do liberalismo em colocar o mercado e os indivíduos comportamentalmente responsáveis pelos seus destinos a frente de tudo na sociedade estabelecendo o controle e dominação do mercado sobre o social e enfraquecendo a capacidade protetora do Estado em oferecer bem-estar e tornar seguro esse bem-estar (BAUMAM, 2013).

Nesse sentido, para HAYEK a intervenção do Estado constitui uma grande ameaça aos *indivíduos autônomos e capazes de autogestão*, inibindo a livre iniciativa e concorrência privada que seleciona os melhores nas suas especialidades, nesse item, impede os mecanismos de mercado capazes de solucionar os desequilíbrios e equacionar as relações entre os indivíduos e promover oportunidades nas condições estruturais da sociedade.

Uma oferta universal de serviços sociais – "provisão de serviços públicos de caráter universal, ... propiciando padrões básicos de serviços e bens ..." seria para HAYEK prejudicial as escolhas por parte dos individuais de obter serviços de acordo com *seus interesses e vontade* e, portanto, seus efeitos seriam contrários, diminuir possibilidade dos serviços sociais desejados. Neste sentido essa perspectiva defende uma *lógica do seguro social* (FAGNANI, 2011).

KEYNES (1983) na sua *Teoria Geral* situa sua definição de ***política pública social*** diametralmente diferente do autor anterior, ligando a ideia de demanda efetiva dos trabalhadores – *obter bens e renda* − como a capacidade de compra dos produtos e geração de bem-estar fazendo com isso a roda da economia funcionar e desenvolver-se. Nesse sentido o Estado deve intervir para evitar a insuficiência de demanda pelos trabalhadores e assim,

---

[13] DANNER, Leno Francisco. Habermas e Giddens sobre a crise da esquerda ocidental: considerações em torno à crise do Estado de bem-estar social. Universidade Federal de São João del Rey. Revista Estudos Filosóficos nº 9/2012. Disponível em:
<https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art8_rev9.pdf>. Acesso em 07 de junho de 2009.

[14] Chamamos de "administração da pobreza" por percebermos que o governo Lula tinha intenção de diminuir a pobreza e possivelmente construir uma democracia mais ampliada, mas as consequências atuais de sua política revelam o seu erro político de avaliação de não ver nessas escolhas, como por exemplo, o modelo de focalização e condicionalidade nos pobres, possibilidades de uso político pelos futuros governos de implantar– como acontece hoje numa revanche neoliberal - políticas de desestatização do campo social. Fortalecendo assim a focalização e criando possibilidades concretas para privatizações dos serviços públicos.

poderem suprir dignamente suas necessidades. E essa intervenção se consolidaria através de influências sobre as decisões de investimentos dos empresários, pelo volume de recursos que poderia mobilizar e isso impactaria a econômica e incentivaria a criação de emprego. Enfim, um conjunto de medidas sociais e econômicas podem ser criadas para potencializar a produção e, por sua vez, ativar a demanda dos trabalhadores pelo consumo[15].

Segundo HÖFFLING (2001) ***o processo de definição da política pública social*** reflete os conflitos de interesse, os arranjos feitos nas esferas do poder que perpassa os lugares institucionais do Estado e da sociedade. Nesse sentido FLIGSTEIN (2003) indica que os processos culturais ou, a abordagem político-cultural estabelecidos pelos indivíduos e grupos, das definições do ***que incorporar ou rechaçar*** são resultados das construções e conflitos socialmente vivenciados e são ***definidos sob o imperativo daqueles que tem mais força para os impor***. No entanto, ***os valores*** impostos são frutos de ***certo consentimento tácito*** entre a comunidade social e política. Ou, em outras palavras, os processos de *políticas na área econômica e social* podem se tornar propulsores de melhorias para o desenvolvimento econômico e social ou não por estarem perpassados por *relações sociais*[16] cujo objeto de disputa são valores que carregam distribuições e distinções de espaços sociais e simbólicos (que envolve dominação de uma classe por outras por processos de socialização). Portanto antes de desenvolver qualquer política pública social precisar-se cuidar de estabelecer ***as regras sociais*** a partir das quais serão postas em prática tais políticas e verificar ***seus limites e possibilidades*** de efetivação real da igualdade e isonomia numa sociedade. As políticas sociais devem ser avaliadas, portanto, dentro dos limites de possiblidade que tradicionalmente uma sociedade dispensa, aceita coerentemente, para o desenvolvimento de pessoas e famílias pobres. No caso do Brasil esses limites de desenvolvimento das camadas mais baixas ou possibilidade de ascensão social é bastante controlada por causa de seu autoritarismo social incrustado. Portanto, as políticas sociais na perspectiva da inserção dos mais pobres no Brasil não visam, ao meu entender, o atendimento das necessidades humanas dos pobres brasileiro, mas a inserção desses pobres em um mercado de trabalho precário de longo prazo e socialmente desprotegido. Os valores-guias de nossa sociedade que estão nos corpos e nas mentes dos indivíduos de nossa sociedade são hierarquicamente excludentes e devem ser

[15] Discursão mais aprofundada sobre o Keynesianismo cf. PEREIRA, Bresser. Uma escola de pensamento keynesiano-estruturalista no Brasil? Revista de Economia Política, vol. 31, nº 2 (122), pp. 305-314, abril-junho/2011. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2011/11-Escola_Pensamento_Macroeconomico.REP.pdf>. Acesso em 28/06/2019.

[16] Marques, Rafael. "Introdução, os Trilhos da Nova Sociologia Económica", in João Peixoto; Rafael Marques (Orgs.), A nova sociologia económica. Oeiras: Celta Editora, 2003:1-67.

postos as claras para possibilitar discursão social desde baixo e a construção de um novo pacto social mais equitativo.

Em um *Estado de feição liberal*, as ações e estratégias sociais governamentais propagam *políticas compensatórias, em programas focados e condicionados* voltados para *indivíduos/grupos incapacitados* de decidirem e agir e, nesse sentido, não há vislumbre de extensão do direito de usufruir do progresso social. Consequentemente ações nesse *modelo de justiça* não tem o condão de mudar situações desiguais, e, preponderantemente reforçam os mecanismos de exploração de grupos sobre outros, produzindo estados de pobreza e vulnerabilidade.

As políticas públicas compensatórias em governos sociais democratas ou desenvolvimentistas para ganhar efetividade a curto e médio prazo deveriam estar baseadas numa compreensão ampliada de política, uma política igualitária, inclusiva e participativa nos programas públicos e sociais[17]. Uma política participativa nos processos de constituições das políticas públicas. No entanto a esse tipo de fazer política não avistamos espaços de realização, mas sim, restrição participativa no *espaço público da política atual brasileira, criminalização acelerada das classes populares mais vulneráveis e limites à democracia*.

Este desenrolar de raciocínio mostra que os processos de definições dos *modelos de proteção social (ligados a presença do estado no social) e de seguro social (ligado à saída do estado do social dando lugar a compra de serviços sociais)* estão ligados aos processos socioeconomicamente estabelecidos no decorrer da história[18]. Os momentos das crises econômicas, são sobretudo momentos utilizados, nas ***interações capital, estado e sociedade***, para estabelecer modelos restritivos de proteção (*focados e condicionados na pobreza*), justificáveis socialmente, − falo do modelo de implementação do *seguro social* utilizados no Brasil desde o governo FHC e fortemente rearranjado nos governos Lula e Dilma como complemento às políticas econômicas – sob as feições de programas de transferência de renda, visando (a) fortalecer e robustecer os processos concentradores do capital e escoar, por sua vez, das mãos do estado e sociedade, os recursos socialmente produzidos (LAVINAS, 2017). Os recursos públicos utilizados nestes programas são pequenos em termos de PIB, e,

[17] CARVALHO, Alba Maria Pinho de. RADICALIZAR A DEMOCRACIA: O desafio da reinvenção da política em tempos de ajuste. Disponível em: < file:///C:/Users/dell/Downloads/3757-11758-1-PB.pdf>. Acesso em 07 de junho de 2019; Boaventura de Sousa. Prefácio do volume 1 — Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa (Orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[18] Santos denuncia uma volta do conservadorismo e o levantamento de uma maré ideológica contra a agenda de inclusão gradual e crescente no contrato social naquilo que ele chama Demoliberalismo. SANTOS, Boaventura de Sousa. Poderá o direito ser emancipatório? Revista Crítica de Ciência Sociais, 65, maio, 2003. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/podera_o_direito_ser_emancipatorio_RCCS65.PD. Acesso em 02 de junho de 2019.

portanto, fica aberta a capacidade de escoamento de grande parte dos recursos excedentes ao capital e, (b) por outro lado, gerar e preparar a sociedade para aceitar a *mercantilização* dos serviços públicos.

> Nos últimos 50 anos, o capitalismo aprendeu a inimaginável e desconhecida arte de *criar* novas "terras intocadas", em vez de se limitar às já existentes. Essa nova arte tornou-se possível porque o sistema viveu uma transição. A "sociedade de produtores" converteu-se numa "sociedade de consumidores". E a fonte principal da "agregação de valor" já não está na relação capital-trabalho, mas na que há entre mercadoria e cliente. Lucro e acumulação baseiam-se principalmente na progressiva mercantilização das funções da vida; na mediação, pelo mercado, da satisfação de necessidades sucessivas; na substituição do desejo pela necessidade, como engrenagem principal da economia voltada para o lucro (BAUNAM, 2012).

Bauman (2012) ao falar da capacidade reprodutora e de reinvenção do sistema do capitalismo, em momentos de crise sistémica, compara esse momento com parasitismo e estado predatório, exaurir por completo ou quase completamente a sociedade e, neste, prejudicando principalmente os mais vulneráveis, restringindo os aportes dos serviços públicos e realocando-os para o mercado[19]. Completa essa realidade com uma profunda crise no tecido social e político, como também empobrecimento das massas e uma sutil, mais firme, criminalização dos revoltosos.

Os períodos de grandes riscos sociais, depois de 1929 e guerras mundiais, por exemplo, configuraram-se no grande momento de recuo do *mercado* e ascensão do processo de política pública, social e econômica, voltada para reestabelecer a paz social, a proteção e oferecer equilíbrio econômico sustentável, como base para o emprego e renda. LAVINAS (2018) defende o modelo de política social ampliada e, portanto, totalmente contrário ao modelo do *seguro social* quando reforça a ideia de que

> provisão de serviços públicos de caráter universal, cuja razão de ser maior é justamente dirimir iniqüidades horizontais e verticais, propiciando padrões básicos de serviços e bens que garantam igual acesso e iguais oportunidades a todos os cidadãos.

Diante do exposto até agora, uma definição clara do significado e intenção da ***política pública (social)*** torna-se necessária para reforçar essa relação importante e fundante entre *Estado, sociedade e política pública (social)* e esclarecer o sentido de *seguro social* aplicada a Assistência Social nos dias de hoje em detrimento da figura de *proteção social*.

---

[19]Um exemplo bem atual encontramos nas políticas do governo Bolsonaro, quero dizer, do economista Paulo Guedes, em privatizar tudo que é do Estado. 'Tem que ir tudo', diz Guedes ao defender privatização das estatais. Em evento sobre liberalismo, equipe econômica diz que meta é vender o que puder. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/em-evento-no-rio-presidentes-de-estatais-defendem-privatizacao.shtml>. Acesso em 02 de junho de 2019.

Inicialmente, apresentar o conceito de "*política*" (BOBBIO, 2000; RUA, 2018) é fundamental para evidenciar a presença de indivíduos e grupos em uma comunidade determinada e num dado território – pautados pelo conflito e vontade de convencer, influenciar, condicionar e determinar o comportamento de outros sujeitos − tentando conquistar e exercitar o poder (WEBER). Relacionando ***política*** com o ***poder***, a ***sociedade*** transformar-se num espaço simbólico de ação no qual indivíduos e grupos convencem outros e aceitam a proposição mais coerente segundo as possibilidades e margem de manobra encontrada pelos grupos desfavoráveis diante da atuação dos mais poderosos e fortes. Também significa a capacidade de construir coerentemente um consenso tácito sobre o melhor que poderemos denominar de "mediação de conflitos" sem o uso da força.

A ***ação do Estado*** visa justamente ***convencer*** sobre o bem coletivo mais apropriado para uma determinada comunidade. A perspectiva do conflito situa a presença do ***Estado***, não acima da sociedade, mas ***dentro e envolvido em suas entranhas, portador e mediador dos interesses divergentes, mas imerso e compreendido na formação histórica da estrutura social de uma nação.*** Daí que a presença do Estado é compor-se com as diferentes expressões da sociedade e trata de fazer progredir e sobreviver ***tal sociedade (e os agentes que estão a frente, no controle)*** e, neste sentido, ***os conflitos*** devem ser mantidos dentro do tolerável e ***administrado*** a partir da política[20].

É importante ter claro a presença das ***forças sociais na atuação do Estado***, para compreender que este não atua sozinho e, muitas vezes, organismos não governamentais e iniciativa privada estão focados em influenciá-los na configuração de políticas públicas, seja para prevenir situações de riscos, ou interferir no combate resolução de catástrofes. Para RUA (1997) *as políticas públicas*

> "compreendem o conjunto de decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores". Nesse sentido é necessário distinguir entre políticas públicas e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estratégias selecionadas para implementar as decisões. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressão – em maior

[20] "No caso brasileiro, não dispomos de estudos correspondentes sobre a estrutura de intermediação e de poder político [dos grupos financeiros] que estes interesses geram, atropelando qualquer tentativa de controlar, regulamentar, tornar minimamente razoável o nível dos seus lucros. Mas ficou evidente, quando o governo Dilma tentou reduzir os juros absurdos (tanto sobre a dívida pública como para pessoas jurídicas e pessoas físicas) em 2013: eles partiram para a guerra total. O mundo financeiro e os rentistas [Classe média] reagiram em bloco e este movimento foi aproveitado por diversas esferas de oportunismo político e jurídico" (DOWBOR, Ladislau. A era do capital improdutivo. São Paulo: Autonomia Literária, 2017). Também conferir BOBBIO, Noberto. Liberalismo e Democracia. São Paulo: Brasiliense, 2013.

> ou menor grau – uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis...”

Enfim, *as políticas públicas* envolvem, em seus inícios, (a) decisões a partir dos conflitos equacionados dentro de uma sociedade, (b) recebido e produzido pelas forças políticas do Estado [agentes políticos; burocratas] (c) num sistema configurado de princípios, diretrizes, ações e programas direcionados e instituídos sobre a chancela da autoridade públicas (executivo) (d) buscando solucionar problemas significativos àquela sociedade (RUA, 2018). A busca de metas e uso de meios ou instrumentais legais orientadores na busca de um desenvolvimento sustentável, duradouro em relação aos problemas centrais de uma sociedade.

Para Teixeira (2002) ***o centro da política pública*** é responder as demandas preeminentes nascidas nas necessidades de uma sociedade. Nesse encaminhamento as demandas dos *indivíduos e grupos mais periféricos* deveriam ser o centro das preocupações da comunidade política, porque são aqueles menos incluídos no horizonte da vida política e social desejados e valorados, que são os direitos socialmente estabelecidos na Constituição de um Estado. Nesse sentido *os direitos de cidadania* é o foco das políticas públicas sociais. Mas SANTOS (2003) alerta que os direitos de cidadania até agora considerados inalienáveis estão sendo agora confiscados, e sem eles os excluídos passam de cidadãos à servos[21].

São políticas sociais públicas aquelas ações, determinadas por ***um horizonte último de valores e prioridades***, que objetivam a proteção social voltados a ampliar serviços públicos e possibilitar bens e oportunidades para todos, configurando a realidade de bem-estar desejado por uma sociedade (HÖFLING, 2001). Nesta possibilidade a realidade das políticas sociais voltadas para os menos inseridos socialmente e, portanto, mais excluídos dos fluxos dos interesses de outros segmentos sociais de classe, são frutos das lutas calcadas em seus movimentos organizativos e em seus modelos de justiça visando erradicar as desigualdades, empoderar e emancipar verdadeiramente os segmentos mais pobres e extremamente pobres. Essas ***lutas por direitos*** querem o registro implícito no contrato social (normatizado de sentido) de um lugar equânime de oportunidades. Por isso que BENEVIDES (2016) afirma que os direitos – encontrado nesse contrato social implícito - impulsionam mudanças.

Para Demo (1994) *as políticas sociais se distribuem em três horizontes práticos*: *políticas de assistência social*, *políticas socioeconômicas* e *políticas participativas*.

---

[21] Sobre as bases da revolução conservadora de Bolsonaro de livrar o estado de qualquer obrigação de se solidarizar com os pobres necessário é despolitizar a sociedade brasileira: consultar o vídeo TUTAMÉIA entrevista Vladimir Safatle. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sRhxmCrf2ug>. Acesso em 02/07/2019.

Inicialmente Demo (2005) define a vida em sociedade com a primazia do social sobre as forças econômicas. A vida entre as pessoas não pode está submetida a lógica do mercado. Hoje, diz Demo (2005) reconhecemos mais facilmente que as sociedades humanas não buscam apenas o direito à igualdade [condições de vida dignas e expansão em oportunidades de renda e acesso a diversos meios para a consecução das liberdades objetiva dos cidadãos (SEN, 2010)], mas também à diferença [querer ser reconhecido como uma pessoa com dignidade diante de outro, que o vê como portador de direitos inalienáveis, FRASER (2007)], por conta da complexidade das relações sociais. Neste encaminhamento podemos dizer que para DEMO "as políticas assistenciais ou de proteção social" não é ajuda do Estado, mas

> "um processo social, por meio do qual o necessitado gesta consciência política de suas necessidades, e, em consequência, emerge como sujeito de seu próprio destino, aparecendo como condição essencial de enfrentamento da desigualdade sua própria atuação organizada[22]

*A assistência social* aparece em todas as sociedades que há grupos que não se auto sustentam cabendo ao Estado sobretudo a obrigação de assistir por estar envolvido *direitos de cidadania*: a sobrevivência condigna é um direito fundamental. A constituição incorporou no seu ordenamento jurídico o direito a Assistência, englobando no conceito de seguridade social – saúde, previdência e assistência social. Nesse sentido alguns grupos são bastante consensuais nesta assistência: crianças, jovens e adolescente e o idoso e, por sua vez, a família, são exemplos. Esses grupos sociais cabe-lhes uma assistência estrutural em termos de lhes direcionar políticas e serviços sociais por parte do Estado. Num capítulo posterior trataremos do caso dos programas sociais de transferência de renda a pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza como complementaridade aos direitos de serviços públicos universais de qualidade para todos.

*O campo das políticas socioeconômicas* da política social remete a relação vida social e vida produtiva. Volta-se para as condições de aumento dos bens das pessoas, diminuindo a pobreza material dando importância ao emprego e renda para diminuir as desigualdades. O Estado com a tarefa de conduzir as políticas econômicas para expandir ao maior número as riquezas produzidas socialmente. São exemplos de políticas socioeconômicas: políticas de emprego, políticas de profissionalização, políticas de habitação para baixa renda, políticas de saúde, política de transporte urbano, dentre outros.

[22] Sobre ser sujeito do próprio destino ver SEN, Amartya, 2015.

No tocante *as políticas participativas* voltam-se para a formação do sujeito político e empoderado, capaz de agir com outros na melhoria de sua sociedade. A ideia da qualidade política do povo tem a ver com ***espaços sociais*** *habitados por pessoas e movimentos sociais organizados*. Ocupar o espaço público para garantir direitos a justiça, segurança e serviços públicos adequados aos cidadãos. Componentes das políticas participativas podem ser citadas: políticas educacionais e culturais, políticas de conquista da cidadania e respeito aos direitos humanos, políticas de organização da sociedade civil, políticas de justiça, de participação sindical e de participação na gestão da segurança, dentre outra.

No tocante a ***política pública de assistência social*** e a adoção de programas de ***transferência de renda focado, condicionado e não contributivo*** podemos enfocá-los sob outro aspecto, a saber, sob os critérios dos modelos de proteção social adotado pelo ocidente que se originaram historicamente (VAN PARIJS, 1995): o primeiro modelo, de inspiração bismarkiana, se baseia num sistema de seguro social de caráter obrigatório que funciona *ex-post* em favor dos contribuintes; o segundo modelo beverigeano que recorre a um noção de solidariedade forte entre indivíduos que se expressa na prestação de programas do Estado aos cidadãos que pode ser universais ou focados; e um terceiro modelo, o paineano, sustentado na equidade, materializando-se na concepção de renda básica incondicional.

As políticas sociais são constituídas de *transferências de renda* sob duas modalidades: *forma monetária*, é o caso Bolsa Família, focada, condicionada e não contributiva *ou* incondicional e universal *ou provisão de serviços públicos universal* sob a administração do Estado. *As políticas sociais* segundo LAVINAS (2000) pode ser conceituada como "(...) um regime específico de transferências sociais, de base fiscal, cujo objetivo é promover o bem-estar dos indivíduos mediante uma redistribuição da renda e da riqueza (ativos) comprometida com a ideia de justiça". Enfocaremos no segundo capítulo o programa de transferência de renda, Bolsa Família.

Falar e viver ***os direitos sociais*** ainda é um processo longo em nossa sociedade[23]. Os mecanismos de reprodução dos ***segmentos mais favorecidos*** estão ainda muito fortes e enraiados na estrutura social. ***As minorias sociais*** continuam sendo empurradas

[23] O processo de construção da cidadania é oscilante, a depender do envolvimento individualizante nos processos de lutas por direitos segundo OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. Violência nas relações de gênero e cidadania feminina. Fortaleza, EDUECE, 2007.

constantemente para as periferias, as famílias e mulheres[24] continuam empobrecidas e inseridas em situações de desigualdade aviltantes. Crescer em direitos requer um aprofundamento dos cidadãos dos mecanismos que fomentam o isolamento social dos horizontes dos direitos de cidadania e requer mais ainda uma ação efetiva de disputa por espaços sociais antes considerados das elites. Para tanto uma visita rápida a esses mecanismos de dominação existentes nas políticas sociais públicas faz todo um sentido propedêutico para a *emancipação*[25].

Diante da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009) o ***Estado*** assume um duplo papel, por um lado, de regulador da economia e, por outro, dar execução a políticas sociais com a finalidade de diminuir os impactos deletérios do processo de uma economia em crise. No primeiro caso, o Estado age para potencializar o capital, construindo políticas macroeconômicas de suporte a acumulação de mais capital, facilitando, por sua vez, a drenagem dos recursos principais do Estado a concentração de capital e, consequentemente, ao aumento das desigualdades. No segundo caso, o Estado age para compensar indivíduos e grupos familiares em situação de vulnerabilidade forte, estabelecendo políticas compensatórias na tentativa de minorar os impactos da desigualdade. Essa é a ***função*** que o ***Estado*** assumiu depois do fim do Estado de bem-estar social no hemisfério Norte e, que no Brasil, se configurou nos anos Collor, passando pelos governos Fernando Henrique Cardoso, com a implementação do neoliberalismo, com os governos de esquerda, Lula e Dilma, com suas políticas de unir desoneração fiscal ao mercado e intervenção social, caracterizando a política com a denominação, desenvolvimentista.

Diante da crise brutal do sistema capitalista no hemisfério sul, principalmente na América Latina e, em especial, no Brasil, por meio da implementação de políticas neoliberais, que se fortaleceram no período FHC com ações de Estado desregulamentando o conjunto da economia e a abrindo ao mercado, este mais restritivo e propenso a um novo modelo de trabalhador submetido a precarização do trabalho, configurou um novo modelo de reestruturação e reforma do Estado (ANDERSON apud SADER,& GENTILI, 1999) contrário àquele estabelecido no modelo de inclusão dos cidadãos posto com a Constituição de 1988.

Nessa esteira ***indivíduos e grupos familiares,*** com **pouco** ou **nenhum preparo** em termos de competências e habilidades às novas especificações dos modelos de trabalho

[24] Famílias e mulheres, chefes de famílias, encontram-se na periferia assumindo papéis de socialização e fortemente assumindo o papel de provedoras. Como maioria da população são elas que recorrem aos serviços públicos e buscam usar estratégias de enfrentamento de seus problemas causados pela pobreza.

[25] SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo : Boitempo, 2007

toyotista ficaram à mercê das políticas sociais focalizadas e condicionadas imposta pelo Estado. Enquanto *os primeiros* (com pouco preparo) ainda dispunham de segurança social contributiva obrigatória, mas, sujeitos aqui e acolá de perderem seus empregos e ficarem desprotegidos, os segundos (com nenhum preparo) submetidos a condições de trabalho informal, a bicos e a exploração do trabalho pela classes sociais mais altas, submetidos a baixíssimos salários sem segurança social passavam a se submeter às políticas sociais de Assistência social não contributiva, na sua expressão de distribuição de renda, focada e condicionada, assegurados pelo Estado como medidas compensatórias.

Com ***um Estado submetido aos interesses do capital***, hoje sob a mediação do capitalismo financeiro, fica patente o imperativo de manter a qualquer custo o aumento de ganhos de capital e rentabilidade dos mais ricos. Concentrar renda é um imperativo do mercado, visto na perspectiva de uma sociedade na qual os bens e riquezas são produzidos socialmente, significa abandonar a própria sorte e não distribuir riqueza (renda) a parcelas da população potencialmente ativa. Significa restringir ao máximo as condições de possibilidade de obter oportunidades de competir igualmente com todos, seja pelo acesso à escola/cultura, seja a renda que o acesso ao estudo poderia permitir (SOUZA, 2009). Portanto para o empoderamento do capital é essencial excluir os mais pobres, no entanto, mantê-los em condições de uso. Foi e continua sendo a prática operado pelos grupos dominantes da sociedade brasileira que com essa não inclusão social excluir também das condições de participação política na sociedade[26].

Nessa esteira ***o capital*** encontrou possibilidade de ***se reproduzir nas situações de desigualdade*** transformando-a em ***ativo*** e possibilidade de ganho real. A situação de pobreza e a intervenção necessária do Estado objetivando minorá-la, através das ***políticas de assistência social expressa na implementação de Programas de Transferência de renda*** (em dinheiro) cada vez mais focada em grupos pobres e em extrema pobreza (vulneráveis socialmente) e com condicionalidades. Essa possibilidade de renda aos mais pobres, foi avaliada pelo mercado como uma das condições de ***potencializar a acumulação do capital capaz de o fortalecer*** a curto prazo. O Estado ao combater a pobreza com tais políticas seletivas contribui, por sua vez, com o gerenciamento da pobreza e, portanto, da submissão socialmente desejada das populações empobrecidas (FOUCAULT, 2008b). O controle social se dá pela via da inclusão social, através da transferência de renda via políticas de Assistência

[26] Um exemplo é o Projeto de Lei sobre a Reforma da Previdência. CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Reforma da Previdência "escolhe o caminho da exclusão social". NOTA DA CNBB SOBRE A PEC 287/16 – "REFORMA DA PREVIDÊNCIA". Disponível em: < http://www.cnbb.org.br/ano-mariano-e-discipulado-missionario/>. Acesso em 02 de junho de 2019.

Social, que oferece às camadas pobres e extremamente pobres a oportunidade de se incluir no consumo interno. Portanto levando os excluídos – do trabalho e da previdência social contributiva – a prática do consumo bancado por recursos públicos, o mercado recupera-se de suas falhas (LAVINAS, 2014). O Exemplo maior desse processo de inclusão e ao mesmo tempo de uso das estratégias do Estado para o benefício do mercado é o programa de transferência de renda, Bolsa família.

Reparem que tal ***mecanismo em ação*** não para aqui: estes consumidores de baixa renda com acesso ao consumo, podem, também, por decisão estatal, ter acesso a outros recursos, como empréstimos em bancos (acesso ao crédito) e, isso levando a mais consumo. Também é um fato que esse modelo de obter renda através de juros bancários muito altos, se expressa muitas vezes através do *endividamento das famílias*[27]. Neste sentido os bancos ganham mais com o serviço dos juros e com a rolagem de dívida, seus lucros triplicam. Com os lucros exorbitante o valor na bolsa, destes bancos, só aumenta. Está aí revelado as artimanhas do mercado[28], na sua versão de capitalismo financeiro.

Outros mecanismos são postos em ação para aumentar a capacidade do *mercado em se autogerir*. Na verdade, essa lógica, por sua vez, leva a afirmar que o ***crescimento da economia das corporações e do sistema financeiro*** deve ser a principal prioridade para haver distribuição de renda. Uma política econômica centrada no mercado é capaz de resolver os problemas do sistema social e desigualdade, na medida em que fortalece os mais capazes, que produzem riqueza e empregos, incluído também, dessa forma, os mais pobres. É o mercado através das livres trocas comerciais e financeiras o responsável por distribuir os benefícios e os serviços públicos sociais, por sua vez, são também responsáveis de atender os vulneráveis sujeitos a imprevisibilidade da vida. O que se retira daqui é uma constatação:

> a maximização da vida privada, a consequente ascensão da individualidade enquanto categoria primordial para o desenvolvimento da própria vida e a precariedade da situação de participação política na esfera pública (FERNANDES, 2012).

[27] PAIM, Bruno. Perfil da dívida das famílias e o Sistema Financeiro Nacional. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 9-24, 2015 Disponível em: < file:///C:/Users/dell/Downloads/3499-21193-1-PB.pdf>. Acesso em 28 de jan. de 2018. Pesquisa CNC (Confederação Nacional do Comércio de bens, serviços e turismo). O perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2017. Disponível em:< http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/perfil_de_endividamento_das_familias_brasileiras_em_2017.pdf>. Acesso em 28 de jan, de 2018.

[28] Os empregados são também beneficiados e incentivados ao consumo via decisão estatal. Jornal Folha de São Paulo. Julio Wiziack; Mariana Carneiro. Injeção de R$ 155 bilhões reanima o consumo. Disponível em:< http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1929084-injecao-de-r-155-bilhoes-reanima-o-consumo.shtml>. Acesso em 27 de jan. de 2018.

Portanto estamos lindando (BAUMAN, 2011) com uma verdadeira *privatização das tarefas e desafios de nosso tempo e uma destituição de tudo que é sonho coletivo*[29]. É por sua vez, de forma gravíssima, constituído um discurso sobre direitos humanos, privatizados. Direitos humanos, no sentido de centra-se, na "individualidade" faz-se na defesa da diferença e no fortalecimento da vontade em escolher seus próprios modelos de felicidade e modos de vida adequados. Os indivíduos são os únicos responsáveis pelas suas escolhas. Enquanto ao poder público, ou para falar bem melhor, da *comunidade política*, resta-lhe permitir que "cada um siga seu próprio caminho e, também, o de manter a paz neste caminho, ou seja, *a* segurança". O que importa são sujeitos eficientes economicamente e racionalmente estabelecidos numa ótica instrumental (KERSTENETZKY, 2006) capazes de operar em liberdade numa sociedade regrado pelas *vontades* do mercado[30]. Ou seja, o papel da eficiência é sobrevalorizado quando da influência nos negócios públicos, no caso, como se deve encaminhar a assistência social tendo, como controle racional o foco dos "*gastos públicos*"[31]. O limite da assistência social nesta ótica é o controle dos gastos público, os seus custos e benefícios.

Mas, como mostramos, os pobres e vulneráveis sem condições estruturais socialmente estabelecidas pouco ou nada podem deslocar-se socialmente na hierarquia social. Na verdade há um "*retrato falado*" da pobreza que bem assinalou ARROYO (2013)

> A postura mais comum é ***ver a pobreza como carência*** e, consequentemente, os pobres como carentes. Porém, de que forma esse ***desprovimento*** é, muitas vezes, entendido? Percebemos que, na pedagogia, frequentemente ele tem sido compreendido como ***escassez de espírito, de valores e, inclusive, incapacidade para o estudo e a aprendizagem***. Contudo, sabemos que, ao invés disso, devesse atentar para ***as privações materiais que impossibilitam uma vida digna e justa a esses sujeitos*** (os grifos são meus).

---

[29] Um exemplo disso é a discursão na Câmara dos Deputados sobre a privatização do saneamento básico em tramitação. CÃMARA DOS DEPUTADOS. COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS. Trabalhadores e especialistas do setor criticam medida provisória que pode privatizar o saneamento básico. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/trabalhadores-e-especialistas-do-setor-criticam-medida-provisoria-que-pode-privatizar-o-saneamento-basico>. Acesso em 02 de junho de 2019.

[30] Sobre o *homo economicus* neoliberal e sua "condução da conduta" dos indivíduos (subjetivação) e políticas públicas num olhar Foucaultiano da biopolítica ver as análises de HAMMANN, Trent H. Neoliberalismo, governamentalidade e ética. ecopolítica, 3: 99-133, 2012.
Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/12910-30890-1-SM.pdf.> Acesso em 29 de jan. de 2018.

[31] CAMARGO, José Márcio. Gastos públicos: focalização versus universalização; THEODORO, Mario, DELGADO, Guilherme. Políticas Sociais: universalização ou focalização – subsídios para o debate. In: IPEA (INSITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). Políticas Sociais – acompanhamento e análise /7/ ago. 2003

Os pobres fracassaram e, sobre eles, a sociedade institui "uma desconfiança quase naturalizada" e uma visão moral que é necessário puni-los de muitas formas (FOUCALT, 2008a; 2008b): impondo-lhes *condicionalidade* para receber ajuda estatal, pois devem esforçar-se para merece-la, "devem assumir suas responsabilidades", é o caso da imposição de condicionalidade na assistência social (Programa de Transferência de renda); ou, "desconfiança" do adolescente pobre em idade escolar que deve "*provar*" que pode e sabe ser capaz, nos exames de qualificação, o ENEM, lidar com o futuro próximo de incerteza, mundo "ordenado" da *vida cotidiana*, da *universidade* ou do futuro *emprego*. Os alunos precisam ser testados ou excluídos da presença dos "selecionados". Eles devem ter incorporado nos seus corpos (*habitus*) os elementos de *empreendedorismo [capital cultura]* (BOURDIEU, 1998), a racionalidade de medir custos e benefícios em relação as suas ações e pensamentos. Os alunos pobres devem poder incorporar, como empreendedores de si mesmos, pois são os únicos responsáveis, pelo seu sucesso ou, fracassaram; "uma desconfiança" baseada na compreensão que os pobres tendem a infringir a lei, comum a todos, usando o jeitinho – que os pobres não abusem das boas intensões da sociedade - , e, por isso, o Estado deve responder com *a criminalização* de forma exemplar as investidas de infratores sociais, e, daqueles que fogem as regras estabelecidas e querem impor-se em defesa de alguma imoralidade, estou me referindo "a defesa das questões de gênero", que é prejudicial ao modo de vida socialmente aceitável. O número alarmante de jovens negros e pardos na prisão e a insistência da sociedade em reduzir a maioridade penal são exemplos. Os grupos de extermínios que amedrontam as periferias das grandes cidades, são também exemplos[32]. A Estrutura montada de criminalização dos pobres alimenta as empresas que vendem proteção.

O *modelo libertário*, carrega, portanto, um importante déficit em relação a defesa dos direitos humanos. O *modelo ideal igualitário* está fundamentado em direitos universais e, o maior exemplo, mesmo com leituras que a pretendem deturpar, é a Constituição de 1988 como exemplo podemos citar o artigo 203, que no seu caput, diz:

> ***A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade*** **social**, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e

[32] WACQUANT, Loïc. Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: F.Bastos, 2001, Revan, 2003; Bourdieu, Foucalt e o Estado Pena na era neoliberal. Revista Transcreções: ciência criminal em debate, Natal, vol.3, n. 1, maio de 2015.

> a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (O grifo é meu).

Somente uma área da seguridade social, denominada Previdência, que também é um dever constitucional do Estado, não foi incluído na universalidade pela Constituição Federal. Foi-lhe exigido uma contribuição prévia dos trabalhadores para ter acesso, por exemplo, a aposentadoria.

É muito curioso, que tanto *o modelo neoliberal*, tendo como exemplo singular o governo de FHC, como *o modelo neodesenvolvimentista* proposto pela Presidente Lula, seguem um padrão *focalista e de condicionalidades em suas propostas de assistência social*, em especial nos PTR (Programas de Transferência de Renda) e, neste sentido, resta saber se o governo Lula conseguiu aproximar-se ou não do modelo universalista de políticas sociais[33], propagado pela Constituição Federal de 1988, que se sustentam em direitos do cidadão. Veremos isso na parte histórica.

> Tais programas, entretanto, não asseguram a cobertura de todo o público-alvo potencial, pois a focalização visa justamente a restringir a demanda. Engendram, portanto, ineficiências horizontais; têm impacto positivo na ***diminuição da pobreza extrema e, sobretudo, na redução da intensidade da pobreza***, mas ***não combatem eficazmente nem preventivamente a pobreza***; costumam ser financiados através de tributos indiretos, que incidem sobre o conjunto da população, o que agrava sua regressividade e reduz seu impacto redistributivo; são baratos, nunca comprometendo mais de 0,6% do PIB (caso do Programa Bolsa Família) o que inibe bastante seu efeito redistributivo; o valor dos benefícios e as linhas de pobreza que estabelecem os critérios de elegibilidade não acompanham a evolução do poder de compra, o que também reduz sua efetividade no combate à pobreza; são estabelecidos em patamares extremamente baixos; e ***como tais benefícios compensatórios não são direitos, podem ser suspensos, eliminados ou modificados a qualquer momento, em função de ajustes fiscais***. Sua força e "novidade" consistiram menos na sua capacidade para reduzir a pobreza e mais por viabilizar, por toda a região, ***acesso a mercados, uns mais tradicionais e outros, novos, atenuando falhas de mercado que constrangiam a expansão do consumo de bens e serviços.*** Vários autores (LAVINAS, 2013; INCHAUSTE et al. 2012) e também a "Segundo dados da ANFIP (2013), as despesas com mínimos monetários

[33] CARNELOSSI (2013) baseada no seu estudo sobre a inclusão da assistência social na seguridade social por escolha constitucional, norteados pelos princípios de universalidade, redistributivo, democrático, participativo e descentralizado, e na análise de documentos como PNAS/2004 (Política Nacional de Assistência Social), NOB/2005 e NOB/Suas 2012, por um lado, confrontados com os documentos fundadores do Programa Bolsa Família, por outro, chega à conclusão que o Programa Bolsa Família, visto sob os critérios normativos da Assistencial Social, seria incompatível com a Universalização e participação democrática e, portanto, é um programa que segue a seletividade e a focalização e sua condicionalidade. No entanto a autora encontra dissonância/conflitos com as formulações da Assistência Social, distinguindo benefícios socioassistenciais e, portanto, direitos universais, de Programas de combate a pobreza, focalizados e recursos sujeitos aos gastos públicos. Com a massificação do Programa de transferência de renda, Bolsa Família, este assumiu quase que totalmente a função de "proteção social" de forma indevida, esvaziando o sentido da Assistencial social.

> compensatórios passaram de 7,1% das despesas do orçamento da Seguridade em 2005 para 9,91% em 2012." convergem ao reconhecer que o ***fator determinante na redução da pobreza na América Latina na década passada foi o crescimento do emprego***. Segundo a CEPAL, novas oportunidades no mercado de trabalho explicam ¾ do recuo da pobreza na região (LAVINAS, 2014).

Neste sentido ***as políticas públicas de saúde, educação, de seguridade social*** e, em especial de assistência social ficaram esvaziados. Nestes anos todos as políticas públicas baseadas em direitos sofreram redução bruta, com rebatimentos deletérios no SUS (Sistema única da Saúde), Suas (Sistema Único de Assistência Social), e redução de recursos para a Educação através da DRU[34] (desvinculação de receitas da União) para o pagamento da dívida pública. Portanto, beneficiando o mercado financeiro[35]. Manter o grau de investimento diante da comunidade internacional foi prioridade para todos os governos.

> Não bastasse, os mecanismos de desoneração tributária, que seguem vigentes, afetam sobremaneira o já gravíssimo subfinanciamento do SUS, infirmando a rede pública como opção first best e tornando-a alternativa para os sem opção. A falência da segurança pública ...traduz sem retoques a face mais cruel da desigualdade, já que o indicador informal "vítimas por bala perdida" tem perímetro demarcado: as comunidades pobres, daqueles a quem foi negado o direito à moradia decente. (...) São muitos, persistentes e a cada dia mais graves nossos déficits de democracia, porque nossos serviços públicos, nossos espaços públicos e nossa infraestrutura pública são dilapidados, encolhem e perdem centralidade em nossas vidas e na estruturação da nossa condição de cidadãos. Tanto mais agora que a preeminência do privado reflete a marcha acelerada da grande finança na reprodução e gestão do nosso cotidiano. Não é só a mentalidade de acionista e investidor – à qual sucumbimos – que reformata nossos valores e comportamentos, comprometendo a valoração e a consequente provisão de bens e serviços públicos, senão também a forma predominante que toma a política social: benefícios monetários ganham supremacia nos sistemas de proteção social, em detrimento da oferta de bens públicos. Essa é a forma mais imediata e smooth de fomentar a financeirização, já que, para seguir na sua expansão, liderada pelas dinâmicas de securitização (LAVINAS, 2017; LEYSON e THRIFT, 2007), a acumulação financeira demanda fluxos constantes e previsíveis de renda, a servir como colateral (LAVINAS, forthcoming 2018). E uma das novas atribuições da política social é justamente nutrir essa fonte de renda regular, por meio dos benefícios monetários, que vão, assim, adentrar o circuito financeiro, como colaterais na obtenção de empréstimos, levando a que dívidas passem a alimentar os mecanismos de capitalização. Essa é a cadeia de produção de valor no âmbito do sistema financeiro global, que agora passa a subsumir a política social e a esfera de reprodução da vida (LAVINAS, 2017).

Mesmo a proposta de uma Renda Mínima de Cidadania, defendida por Suplicy e tornada Lei no governo Lula que defende uma renda mínima idêntica a todos, individualmente, independente de outra renda proveniente de trabalho ou de outras fontes, sem condicionalidade e por tempo indeterminado, carrega em pressuposto, a substituição dos

---

[34] LAVINAS, 2014.

[35] Uma importante teoria econômica que discute a questão da dívida pública que estrangula a econômica produtiva e esvazia investimentos no campo das políticas públicas sociais encontramos no pensamento de DOWBOR, Ladislau. A era do capital improdutivo. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

demais programa sociais. Nesse programa os serviços públicos podem ser mercantilizados, restando a população arcar com o preço. Neste sentido o bem público que é a fonte dos direitos estaria profundamente reduzido e dirigido a suprir as necessidades do mercado.

O que resta então de alternativa nas lutas dos segmentos sociais mais vulneráveis diante desse deslocamento como tendência da proteção social ao seguro social? Isso veremos proximamente na conclusão enquanto fazemos outras reflexões pertinentes. No próximo seguimento vamos apresentar a trajetória das políticas social no Brasil.

## 2.3 A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Esta secção tratará da constituição histórica das *políticas sociais* no Brasil, em especial da *Assistência Social* e, em seu bojo, a passagem de programas de proteção social, instituído pela via da conquista social na Constituição Federal de 1988, para programas de seguro social, demonizados *Programa de Transferência de Renda (PTR)*, iniciado no governo FHC e fixado posteriormente no Bolsa Família. Programa estabelecidos no governo Lula.

Quando devolvemos alguma realidade ou acontecimento a historicidade, ela ganha vivacidade e substância – seus eventos são aí compreendidos e remontados em suas relações que permitiram, num campo de luta, o real se fazer − para revelar, aos intérpretes hodiernos, seu valor. Uma "gênese das estruturas"[36] nos devolve a realidade, sua vida e expõe sua formação, as tensões, os atores envolvidos, os jogos estabelecidos, as boas e as maus jogadas. Ganhadores e perdedores. Assim, faremos com *o campo* (BOURDIEU, 1983; 1989) da assistência social[37].

Geralmente os intérpretes se situam "em lugares sociais" determinados. Em especial, o autor se pensa situado, no campo das "epistemologias do Sul"[38], ou seja, insistirá em ler a realidade sob o ângulo dos menos favorecidos e excluídos das estruturas sociais, que os fazem desiguais. Quer repensar diferente, de forma crítica e reflexiva, um mundo globalizado do capitalismo que se desdobra em situação de hegemonia continuada dos padrões económicos, sociais, culturais e políticos que conduziram o mundo a este momento de impasses histórico e a profundas e abissais exclusões. Esse saber anterior – de onde partirá

[36] BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004

[37] [...] à medida que as sociedades se tornam maiores, e com uma divisão social do trabalho mais complexa, certos domínios de atividade se tornam relativamente autônomos. No interior desses setores ou campos da realidade social, os indivíduos envolvidos passam, então, a lutar pelo controle da produção e, sobretudo, pelo direito de legitimamente classificarem e hierarquizarem os bens produzidos. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009)

[38] SOUSA SANTOS, Boaventura de; ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. Sociologias, Porto Alegre, ano 18, no 43, set/dez 2016, p. 14-23. Disponível em:<file:///C:/Users/dell/Downloads/68312-286812-1-PB.pdf>. Acesso em 02 de março de 2018.

a leitura do autor − é fundamental ser exposto desde o início na área da pesquisa nas ciências sociais.

O capitalismo, como realidade social voltada em termos de racionalidade para a dominação simbólica e poder sobre o comportamento do indivíduo, no qual deixa-se guiar (e se submete) a um discurso de convencimento, tido como homólogo a seu modo de pensar e ser – se estendeu a todos os campos da vida, neste sentido, mesmo ao campo da assistência social. Neste sentido a seguridade social e, em especial, a assistência social no Brasil, é conduzida a reproduzir o capital. Perceber a lógica do campo, as lutas internas que alimentaram a formação – os traços constitutivos - da assistência social no Brasil é de fundamental importância para revelar os atores envolvidos e estratégia. Fundamental é perceber como cada "segmento social" legitima sua vida e sua ação no mundo (SOUZA, 2017).

No entanto, ver o jogo de forças, historicamente constituído, no interior da assistência social, em termos das disputas é também cuidar de observar os atos de conformismo e resistência dos atores sociais pobres e perceber, nisso, os atos de emancipação humana que aí acontece.

A intensão é marcar os atos "críticos", "tensionais" no processo de constituição da Assistência Social que anunciam disputas e as jogadas estabelecidas entre os atores envolvidos.

A instituição da Assistência Social no Brasil, em termos de direitos, tem o seu início nos anos de 1930, no governo de Getúlio Vargas, época do aparecimento de muitas transformações sociais, políticas e econômicas. As relações ***capital*** e ***trabalho*** se tornam complexas e surge a necessidade de uma *mediação* na qual o ***Estado*** terá um grande e fundamental papel, criando as institucionalidades legais para essa mediação, a CLT de inspiração fascista. Legalidade com forma de demarcar o modo capitalista de lidar[39] com as relações de trabalho, diferente da maneira comunista. A burguesia brasileira, especialmente a paulista, começa a pensar inserida nos laços do mercado mundial. Também a política do Estado procede nessa mesma linha, mas com uma face mais diretiva e na linha do desenvolvimentismo que requer a constituição de um Estado forte e indutor do desenvolvimento brasileiro. A Estado brasileiro ganhará uma *estrutura legal* própria para realizar esta tarefa. Em relação aos trabalhadores, no geral, sua característica foi de

[39] Depois da 2ª. Guerra mundial, 1945 a 75, o capitalismo precisava se constituir diferente da modalidade comunista. Evidentemente o capitalismo na Europa precisava adotar políticas sociais e econômicas propícias a alavancar a economia e condições sociais.

conformismo às propostas do Estado; aceitação pura e simples das legalidades em relação ao trabalho, pois em sua ótica representava um fundamental avanço.

No entanto precisamos entender esse período numa corrente de mudanças das mentalidades e no âmbito dos *habitos* culturais que se foram tecendo no interior do novo circuito econômico mundial e na sua percepção das mudanças que deveriam ser postas em prática. Só para dar uma ideia deste momento efervescente basta seguir a literatura brasileira[40] que se discutia, naquele momento: as relações campo e cidade, moderno e antigo, relação entre o atrasado e o novo, o atraso do sertão, ignorante em termos de letramento e cultura diferenciando-se dos mais preparados, letrados e capazes; exigia a uma nova modernidade que se deveria gestar. O Getulismo, por exemplo, ao enterrar o período da República Velha, com novas práticas para a época, está inserido neste esteio por mudanças. No entanto, se na cabeça das elites culturais e econômicas o Brasil precisaria ser *modernizado*, esta *modernização*[41] deveria ser bem conduzida por um Estado "guia" que conseguisse manter uma divisão de recursos culturais e econômicos centralizadas nas elites, mantendo as relações senhoriais existentes, o conformismo, como o diferencial dos pobres.

O serviço de Assistência Social aparece neste período, portanto, através do eixo de aproximação entre Estado e segmentos da elite. As elites representadas por organizações da sociedade civil de cunho filantrópicas auxiliados por subversões do Estado tornam-se responsável pelo *amparo social* dos pobres que se mostram como benemerência. Surge neste período a LBA (Legião Brasileira de Assistência) em 1942, legalmente constituída como órgão colaboradora do Estado, mas como corpo de ação diferente do Estado, como serviço de amparo dos mais pobres através das "damas da sociedade" geralmente organizadas em grupos filantrópicos, como um ato de bondade. Surge neste mesmo ano o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) como o objetivo de adequar a força de trabalho com qualificações técnica necessárias ao trabalho e preparar o trabalhador para o exercício próprio de um *ethos* de trabalho (SPOSATI, 1992). Justamente a Constituição de 1937 dá a educação

[40] Casa grande e senzala (1933) de Gilberto Freire e Raízes do Brasil (1936) de Sergio Buarque de Holanda. No entanto poderíamos voltar no tempo é marcar a literatura de os sertões de Euclides da Cunha e a obra de Monteiro Lobato.

[41] BASTOS, Pedro Paulo Z. & FONSECA, Pedro Cezar D. (orgs). A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012. A opção desenvolvimentista adotada nas quase duas décadas em que Vargas permaneceu no poder (1930/45 e 1951/54) apresenta a necessidade de mudança de uma economia agrárioexportadora voltada para fora em outro modelo de economia industrializada e voltada para dentro. Getúlio criou instituições que contribuíram para o desenvolvimento econômico e social do país. A Consolidação das Leis do Trabalho; o salário mínimo; a ampliação do crédito agrícola via programas do governo federal e de carteiras do Banco do Brasil; a criação do BNDES, que ainda financia boa parte dos investimentos na indústria e na infraestrutura; a criação das companhias Vale do Rio Doce e Siderúrgica Nacional (ambas em 1942) e da Petrobrás (em 1954).

uma direção de preparar os trabalhadores para atender à demanda da economia brasileira e o foco seria a educação profissional. Com isso temos posto dois tipos de educação: uma educação integral (o ginásio e colégio secundários) voltada para as classes mais ricas e outra, para os mais pobres (ensino técnico-profissionalizante), direcionada para o trabalho (PALMA FILHO, 2005). Assim os mais ricos tinham mais acesso a saberes e capacidades mais ampliadas e de usos variados às aprendidas no ensino profissionalizante oferecidas aos mais pobres.

Nos anos JK (Juscelino Kubitschek), entre 1955 e 1961 o Brasil passou por grandes transformações políticas e econômicas. É com este contexto que precisamos entender o âmbito da Assistência Social. No âmbito político tivemos fortes tensões entre ***os liberais-conservadores***, do partido UDN (União democrática Nacional), ante Getúlio, e ***os liberais de centro e mais à esquerda***, o PSD (Partido Social Democrático) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) de orientação getulista, respectivamente. Este último ligado aos movimentos operários e sindicatos. O PSD e o PTB elegem como presidente JK e como vice-presidente João Goulart.

A luta política, dentro das elites, se encontra na pergunta: em que direção conduzir o Brasil? *O liberalismo-conservador* como queria a UDN, defendia que as próprias forças do mercado iriam solucionar os problemas brasileiros desde com a ajuda dos mercados internacionais. De outro lado, os liberais de centro e esquerda tendiam a conduzir o capitalismo a partir das necessidades nacionais e, portanto, um Estado forte, o nacionalismo político. A tendência dessa corrente é defender o desenvolvimento da economia, criando um mercado consumidor no país. Vamos ver essas tendências, com outros rostos, nas próximas etapas e projetos nacionais, como por exemplo nos governos FHC e Lula.

No aspecto econômico (CATANI, 1984) modernizar a economia brasileira requer ampliação da capacidade produtiva, salto tecnológico, formação do trabalhador. A modernização nacional requeria o Estado associar-se com grande grupos multinacionais industriais e financeiros, via transferência de tecnologias e recursos econômicos, para saltar períodos e o país desenvolver-se, mesmo que gerando uma grande dependência externa.

CARDOSO (1987) centra o governo de JK na luta contra o subdesenvolvimento

> O desenvolvimento constitui ‘a mudança na rota de um País empenhado em transpor a barreira do subdesenvolvimento e ocupar, entre os povos do Mundo, o lugar que lhe cabe pela sua extensão, pelas suas riquezas, pelo valor dos seus filhos...

Neste sentido o antigo e o moderno se confrontam: uma economia baseada em setores de subsistência (agrícola) e informalidade deve dar lugar ao moderno sistema de produção capitalista baseado, notadamente, na indústria estrangeira, nos setores básicos como químicos, de siderurgia e de energia. Em contrapartida o Estado tem que criar as condições de infraestrutura.

Essa ânsia pelo progresso econômico, pela modernização (SOUZA, 2000) e, portanto, abandono do atraso, coloca uma outra postura e nova mentalidade que começou nessa época e continua nos nossos dias, o desprezo pelos pobres, mal preparado e analfabeto (digno de pena e de deixar as migalhas cair da mesa dos ricos) que se bifurcaram em dois tipos: o primeiro, os chamados os pobres desajustados às estruturas da nova ordem social e econômica (o pobre delinquente) e, o segundo, que conseguiu incorporara o valor da racionalidade e autodomino para o trabalho (o pobre honesto).

> "...a pobreza e a inadaptação [para essa mentalidade de modernização] são passageiras, quase sempre decorrentes de situações transitórias, como a passagem do campo para a cidade. Os países condenados a serem exportadores de matérias-primas todo o tempo não são mais chamados de subdesenvolvidos, mas sim de "em desenvolvimento" para assinalar uma transição que, na verdade, como também se comprova no caso brasileiro, nunca termina (SOUZA, 2017).

Neste sentido a modernização que se proporá nestes tempos JK e que se irradiou para os nossos dias, em especial nos governos Temer e Bolsonaro, na medida em que a lógica do desenvolvimento, como crescimento econômico, distinto da lógica da dinâmica social do crescimento que deveria incluir os socialmente mais vulneráveis. E, no caso, concentra recursos (culturais, pela educação, e econômicos, pela produção da riqueza socialmente produzida e capitais) nos mais ricos. Foi o que aconteceu nesta época e o que acontecerá nas épocas subsequentes no Brasil, mesmo nos tempos do governo Lula, houve distribuição de recursos, mas que não logrou dissipar a desigualdade, pois os recursos (culturais e econômicos) continuaram concentrados.

No projeto utópico de trazer para o país, em cinco anos, o progresso equivalente a cinquenta anos, *a política social* era uma peça subsidiária. No seu plano de metas o foco era preparar o trabalhador com recursos capaz de fazê-los trabalhar. Portanto a Assistência Social tem seu foco sob a caracterização de proteção assegurada pelo trabalho e não como a assistência social como um direito universal.

A *ditadura militar* (de 1964 a 1985) precisa ser elucidada como um período de clara disputa pelos rumos que a nação deveria tomar; muitas forças estavam agindo para interferir no processo diante do contexto de crise política, econômica e cultural que existia no

país. Se crescentes setores marginalizados estavam se empoderando como os trabalhadores, grupos urbanos de periferia e rurais[42], outros, atentos as mudanças no cenário da produção e trabalho e, portanto, se situando numa nova mentalidade do capitalista[43] (ALVES, 2005), também agiam para reverter qualquer avanço que significasse "apoiar qualquer proposta de mudança social que, de alguma forma, as desprivilegiasse, mesmo que tais mudanças significassem o implemento de políticas que se justificassem por um maior capital de justiça social" (SOUSA E COSTA, 2007). E mais uma vez, a dominação e poder, expresso na hegemonia de grupos sobre outros, exigia o controle da capital econômico e cultural escassos. Assim as forças políticas ideológicas estavam em lutar representadas através do

> 1) Liberalismo não-desenvolvimentista, de orientação não-industrialista. "Neoliberais" reunidos em torno da UDN, da FGV, do Conselho Nacional de Economia, da Associação Comercial do Estado de São Paulo e outras entidades. Entre os mais conhecidos defensores destas posições estavam Eugênio Gudin e Octávio Bulhões; 2) Liberalismo desenvolvimentista, de orientação não-nacionalista. Perspectiva ideológica que se vincula à burocracia pública. Entidades representativas: BNDE, Comissão Mista Brasil—EUA. Entre seus economistas, destacam-se Roberto Campos, Lucas Lopes, Glycon de Paiva etc.; Caio Navarro de Toledo 18 Revista Brasileira de História, vol. 24, nº 47 3) Desenvolvimentismo privatista: CNI, FIESP. "Herdeiros" de Roberto Simonsen: João Paulo de A. Magalhães, Hélio Jaguaribe e outros; [grupos que formavam a elite nacional] 4) Desenvolvimentistas nacionalistas. Entidades como ISEB, CEPAL, setores do BNDE, PTB. Figuras representativas: Celso Furtado, Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida, Evaldo C. Lima, Guerreiro Ramos e Vieira Pinto; 5) Socialistas/Comunistas. PCB e PSB. Intelectuais representativos: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Alberto Passos Guimarães e outros [grupos representativos dos setores mais à esquerda, ligados a mais participação e democracia] (TOLEDO, 2004).

Segundo TOLEDO (2007) duas motivações fizeram pôr em prática o golpe militar de 64: de um lado, *barrar as reformas sociais* defendidas por amplos setores da sociedade, que poderíamos dizer, com outras palavras, reformas sociais com a finalidade de diminuir as desigualdades social existentes no país, e por outro, *minar a frágil democracia brasileiro, ou evitar a participação popular* que naquela época se estava insistindo como necessidade.

---

[42]"Nossa tarefa, nossa dignidade, nossa liberdade surgem quando, rompendo com o papel de espectador submisso, resignado, quando abandonando o estatuto de objeto modelado pelos conformismos do momento, tomamos a decisão sempre inconfortável de dizer face e de nos situar, interrogar, determinar com exatidão, ir ver, situar-se, todos esses atos de liberdade". (GADOTTI, Moacir. Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito. Cortez, 2003.

[43]Brasil vivenciou três fases de reestruturação produtiva: Primeira fase: desenrolada nos anos 1950, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), com o surgimento da grande indústria de base taylorista-fordista. Na segunda fase: época do "milagre econômico", momento da ditadura militar, na década de 1970. Por fim, a fase atual ocorre em tempos de crise do capitalismo brasileiro, gestado nos anos 1980 e que se estendeu pelos anos 1990 e pela primeira década do século XXI, sob o ideário neoliberal. O autor denomina esse último estágio de reestruturação produtiva de "novo complexo" por abarcar a fase de acumulação flexível no contexto da Terceira Revolução Tecnológica. Cf. ALVES, 2005.

Portanto, o golpe centrou-se em minar dois pilares da uma sociedade democrática: o social (distribuir renda) e o político (exercício da cidadania)[44].

Com exceção dos grupos totalmente liberais, − no qual só o mercado traz progresso, redistribuição de renda e bem-estar −, como constatados nas reflexões de Eugênio Gudim e Roberto Campo à época, todos as outras forças acreditavam na necessidade de o Estado está à frente para impulsionar a econômica (SONDRÉ, 1982). No entanto, esta concepção tinha uma compreensão bastante específica para os grupos que apoiavam o golpe militar.

Para o Regime militar a intervenção do Estado na economia, produzindo crescimento, estava atrelada a intermediação das grandes multinacionais[45], através de sua presença no país, recebendo incentivos fiscais diversos e fornecendo-lhes matéria prima e forças de trabalho baratos, num contexto de repressão brutal. Segundo o grande jargão de Delfin Neto, ministro da economia à época, essa modalidade ajudaria o país a crescer para que o bolo fosse dividido. No entanto, se houve crescimento, foi graças ao endividamento do país e "dependência" do Brasil aos grandes grupos econômicos. Ficamos presos ao círculo da financerização mundial que se estava iniciando com a globalização. No entanto o que se constatou foi altas concentrações de renda por parte das elites econômicas.

Nesta versão de desenvolvimentismo político econômico adotado pelo capitalismo no Brasil levado a frente pela ditadura, a educação precisava está atrelada a um novo modelo de tecnologia educativa, *o capital humano*. Essa teoria creditava ao trabalhador a necessidade de estar preparado com competências e habilidades para desempenhar bem suas funções no trabalho. Neste sentido retirava toda responsabilidade objetiva das forças governamentais e de suas políticas educacionais a responsabilidade da aprendizagem ou não do aluno. "A educação passa, então, a constituir-se num dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho e, consequentemente, as diferenças de produtividade e renda." (FRIGOTTO, 2006). E o indivíduo que precisa formar-se e, nesse sentido, ele carrega

[44] Sobre o golpe parlamentar que derrubou a presidente Dilma consultar SOUZA, 2017;2019.

[45] No decorrer da crise do capitalismo em 1975 os países centrais mudam seu modelo de organização da produção e relações de trabalho, abandonando o modelo fordista e introduzindo um novo modelo de organizam da produção e relações de trabalho, o Toyotismo. Esse modelo baseado nas tecnologias da comunicação e informação e, portanto, no controle dos bancos e multinacionais que manipulam os fluxos econômicos através de sistemas informatizados, possibilitando, pela circulação de investimentos pelo mundo, o controle dos países de economias periféricas, impondo suas exigências de lucro, como aconteceu no Brasil no regime militar. Esse modelo se tornará mais exigente dos anos de 1990 aos nossos dias quando se vai produzindo continuamente a ideia que o poder público não é competente para gerir os próprios interesses públicos e, assim, fortalece-se as privatizações continuamente vista pelo fortalecimento das empresas de educação, grupos de saúde e seguro social. Tal modelo seguia as regras de uma racionalidade tecno-instrumental denominada neoliberalismo fazendo que os países do hemisférico sul fossem explorados economicamente pelos países centrais.

– em suas disposições – o fracasso ou o sucesso econômico de um país. Esse modelo traz sérias consequências para os mais pobres, quando não possuem as precondições para acompanhar os estudos e, por isso fracassam; restam, portanto, as elites serem as mais preparadas.

Diferentemente, o pensamento daqueles que seguiam o modelo desenvolvimentistas[46] que acreditavam na força do Estado para dinamizar a indústria e torná-la autônoma em termos de tecnologias e, portanto, construindo um capitalismo segundo o rosto da nação. Evidentemente esses grupos possuíam nuances. No entanto, não conseguirem se impor ideologicamente e resolve a crise que deflagrou na ditadura.

Nessa esteira as Políticas sociais (FAGNANI, 2005), em especial a ***Assistência Social***, foram impedidas de prosperar devido algumas medidas que são estruturais e, portanto, eficientes no processo de esvaziar os dois aspectos supracitados, o social e o político: a) *a assistência social* estava ligada aqueles que trabalham e, portanto, os serviços de apoio a eventualidades eram sustentados pela contribuição de trabalhadores e empregados. O governo obrigado por Lei a contribuir nunca cumpriu o imperativo legal. Os mais pobres e vulneráveis estavam sujeitos a prestação de serviços filantrópicos de grupos de caridade privados; b) centralização dos recursos e poder no governo federal em suas agências burocratizadas mediadoras de repasses de recursos para agências privadas de ajuda aos pobres; c) o grande influxo e influência dos interesses particulares nas decisões públicas e isso aconteceu na assistência social quando a assistência social era utilizada para beneficiar segmentos econômicos (fornecedores particulares) e políticos desde os municípios gerando, assim, *clientelismo*; d) reduzido caráter redistributivo.

O regime militar brasileiro é expressão de grupos fechados em si mesmo. Quando o regime assumiu a política nacionalista e da segurança nacional, estavam na verdade tratando de *proteger os interesses das elites nacionais associados aos grandes grupos internacionais*. Nessa ótica, *os mais pobres e vulneráveis pouco tinham chance de insinuar resistências*.

*A partir dos* ***anos 70*** testemunhou-se grandes transformações societárias em termos mundiais, com valor diferenciados para as sociedades não centrais, tendo por causas as mudanças na economia e em seu suporte técnico-científico (3ª. Revolução industrial), com o novo modelo de organização econômica (o neoliberalismo) e reorganização das relações de trabalho e da produção com o modelo toyotista estabelecido no lugar do Fordismo; mudanças nos costumes com a abertura para um mundo em ebulição e contestação para efetivação dos

[46]Sobre o conceito de desenvolvimentismo cf. SANTOS, Theotonio dos. Desenvolvimento e civilização: homenagem a Celso Furtado / Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

direitos das minorias civis, políticas, sociais e identitárias; fim da bipolaridade capitalismo verso comunismo nos anos de 1989 com a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética em 1991 com seu modelo de Estado burocrático "empreendedor geral" (absoluto)[47] dos setores econômico e social.

Enquanto em sociedades europeias e americanas o esgotamento do modelo do Estado de bem-estar social se fazia sentir devido à forte crise mundial nos anos 70 que travou o ritmo de crescimento nos países industrializados emergiu um novo paradigma econômico, o ***neoliberalismo***, compreendido como um novo movimento de reajuste da economia mundial e dos países de primeiro mundo. Ascenção nos EUA da era Reagan e, na Inglaterra, ascensão da primeira ministra Margaret Thatcher proponente do novo modelo econômico.

A estratégia de implementação e imposição desse novo modelo econômico ao mundo se deu através do "*Consenso de Washington*" /1989 (FAGNANI, 2011), que em grandes linhas condessa um conjunto de regras e de condicionantes padronizados para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Acompanha-se medidas macroeconômicas de estabilização, e reformas estruturais liberalizantes (ajuste fiscal, desregulamentação dos mercados, privatizações no setor público e redução do Estado, dentre outras propostas).

A ***crítica neoliberal*** ao antigo sistema, conhecido como ***Welfare State***, funda-se no excesso de intervenção do Estado na Economia que impedia "a lógica natural" do desenrolar do mercado. A crítica tocava direto nos ***excessos de gastos socais através de políticas de Assistência Social***. Para essa tendência fazia-se urgente desmontar esses mecanismos de gastos para tornar o Estado mais enxuto financeiramente. As décadas entre 1970 e 2010, no mundo, foram períodos de "um capitalismo desregulado" (FAGNANI, id), mas que continuou desregulado, apesar das crises sérias, sem regras claras para o funcionamento do mercado internacional e, de alguma forma, sem uma volta ao controle dos Estados em relação a suas economias (COMPARATO, 2015).

Essa agenda liberal era antagônica aos ideário do modelo do Estado de bem-estar social **defendendo a *focalização*** das políticas sociais nos grupos mais desprotegidos socialmente (que ao cabo não poderia ser abandonado a sorte e risco) versus a universalização dos serviços sociais a toda a população); defesa do *Seguro social* que em outras palavras seria a mercantilização dos serviços sociais liberados para adequa-se às leis do mercado contrário

[47] Jornal Folha de São Paulo, Suplemento Mais, Entrevista com o Sociólogo Robert Kurz. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs141205.htm>. Acesso em 12/09/2019.

ao modelo de seguridade social ofertado sem contribuições pelo Estado; *desregulamentação do mercado de trabalho* versus direitos trabalhistas e sindicais (FAGNANI, id) .

Defender ***a focalização das políticas sociais*** em detrimento de sua gradual universalização significa ***o Estado visar os indivíduos e famílias "abaixo da linha da pobreza"*** (critério estabelecido pelo Banco Mundial). O termo "*linha de pobreza*" descreve um nível de renda *per capita* mensal com o qual uma pessoa ou família não possuirá condições para obter todos os recursos necessários para sua sobrevivência. O programa de transferência de renda Bolsa Família do governo federal em 2018 estabeleceu que o valor do *benefício básico* pago as famílias mensalmente em situação de extrema pobreza, no valor de R$ 85,00 por pessoa. A lógica para receber ajuda do Estado passa por essa linha de pobreza que marca a focalização. O problema deste raciocínio focalista é a consequência insana do procedimento de ***desmonte gradual e silencioso das políticas de serviços públicos*** direcionados aos mais pobres, com a justificativa de ajustar a despesa do Estado a suas reais necessidades de pagar o déficit público. O Estado passa a atuar desde esse limite considerado justa socialmente. A linha acima deste valor fica a cargo da exploração econômica do mercado. Essa é a grande mudança trazido pelo neoliberalismo: agora a necessidade de pagar para receber serviços e, com isso alimenta a acumulação do capital através do financiamento às pessoas para que elas paguem pelos serviços. As políticas de transferência de renda entram num processo de alimentar o capital

> Existe hoje um **modelo de proteção social** que vem aparecendo como inovador, positivo, porque reduz a pobreza extrema e que aparece como uma coisa muito boa. Na verdade, esse **modelo é muito aquém do se poderia esperar se a gente quer ter sociedades mais igualitárias, integradas, coesas, com menos violência**. Esse modelo é um modelo que garante, essencialmente, renda na margem para aqueles que estão completamente fora do mercado. Evidentemente, **se você tem gente fora do mercado**, é muito mais difícil que essas pessoas venham a consumir. **E se elas não consomem, elas estão diminuindo o índice de lucratividade de uma determinada empresa ou vão criar uma série de falhas de mercado**. Por exemplo, distorções: no Brasil, essa coisa do "gato". Se eu privatizo a energia elétrica e as pessoas roubam energia, pegam energia através do "gato" e não estão pagando, então evidentemente eu não vou realizar completamente a produção de excedente que eu, empresa, tenho. Eu vou perder dinheiro e isso não deve acontecer. Então a gente tem um processo que, ao invés de ser um processo de desmercantilização da força de trabalho, é um processo novo para garantir a incorporação ao mercado desses grupos mais vulneráveis, mais pobres. No Brasil, visa os mais pobres. Nos países andinos, as populações indígenas. Todo mundo recebe um mínimo monetário e evidentemente, se o governo não oferece os serviços públicos que você espera que ele ofereça, de saúde, educação etc., onde é que as pessoas vão buscar isso? Na rede privada (os grifos são meus)[48].

[48] VIA MUNDO. Por Heloisa Villela. Lena Lavinas: Bolsa Família é positivo, mas também serve à financeirização. 2017. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/lena-lavinas-bolsa-familia-e-positivo-mas-tambem-serve-a-financeirizacao.html>. Acesso em 01/06/2018.

As políticas neoliberais passam a criar processos de inserção dos mais ***pobres transferindo-lhes recursos financeiros para que eles sejam capazes de enfrentar e administrar os "riscos" e incertezas das situações de vida futuras numa lógica de auto responsabilização***, acessando diretamente o mercado usando os meios de transferência de renda do Estado ou uso de empréstimos dos bancos para que comprem no mercado de bens e serviços sociais que necessitem. O seguro social vindo através de Transferência de renda submetidos a processo de aprendizagem comportamentais de serem úteis socialmente desenvolvendo uma atitude produtiva, superando os baixos níveis de produtividade e informalidade (FAGNANI, ID).

Anteriormente apresentamos historicamente no Brasil os governos com programas desenvolvimentistas, no qual o Estado tinha importante papel indutor da economia e, como vimos, seus programas sociais eram restritivos e ligados a inserção social dos indivíduos na estrutura produtiva e, ainda, sujeitos a práticas clientelistas. Conheceremos mais adiante um outro modelo, caracterizado pela universalização dos direitos propugnado pela Constituição de 1988, a saber, um conjunto de lei que propiciava a expansão de ofertas de benefícios e serviços estendidos para todos em quantidade e qualidade. E esses dois aspectos foram pensados para atingir suas realidades no decorrer do aperfeiçoamento da Constituição, mas sabemos, passará a sofrer um processo de desmonte sob o modelo liberal-conservador dos operadores do mercado.

É interessante aqui fazer uma ***digressão sobre o (neo)liberalismo*** que encontraremos no Brasil. O neoliberalismo quando veio se estabelecer entre nós encontrou raízes culturais muito profundas e a elas se adaptou. O Brasil que desde muito cedo, através das capitanias hereditárias, foi transformado pelo Estado português, em espaços demarcados para o ganho financeiro privado sob a exploração da cana de açúcar. Depois com o ciclo do ouro, e mais adiante com a exploração do latifúndio com o uso da exploração de escravos (primeiramente o índio nativo e, depois, o escravo africano), do período colonial ao Império[49]. Com a proclamação da República nossa população, na sua imensa maioria constituída por escravos libertos, jogados livres sem suporte do Estado e pobres brancos, formou "o povo" ou "a ralé brasileira"[50], sempre a margem de condições de vida, trabalho e salário digno.

[49]A escravidão negra foi implantada durante o século XVII. Intensificar-se entre os anos de e 1700 e 1822. O apogeu do afluxo de escravos negros pode ser situado entre 1701 e 1810, quando 1.891.400 africanos foram desembarcados nos portos coloniais.

[50]SOUZA, Jessé; colaboradores André Grillo ... [et al.]. Ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

O capitalismo que se formou no Brasil sempre ligado ao Estado e protegido nunca arredou o pé desta proteção. A crise que sofremos não é outra coisa que a consequência da má ***relação entre Estado e capital*** que privilegiou o capital nas decisões de Estado. O Estado público tornou-se privado. E nos dias de hoje, por tramas nunca vistas, impõe o mesmo querer para desenvolver-se exigindo reformas trabalhistas, previdenciária, educacionais, tudo a margem dos interesses e motivações do "*povo*".

Na perspectiva destas "elites", econômicas ou letradas", sempre foi bem claro que o acesso a bens e serviços, a qualidade de vida e, fundamentalmente, ao controle das massas, − a "*dominação*[51]" − dependeria, inexoravelmente, do controle de dois capitais essenciais: o primeiro, *o capital econômico*, e, o segundo, *o capital cultural*[52]. Nesse controle são fundamentais: relações com o poder estatal ou agentes públicos cuja principal função é a arrecadação de impostos. Todavia, ***o recurso oriundo de arrecadação pública*** vem se mostrando ***essencial no processo de concentração de renda e poder*** nas mãos de políticos e empresários ao invés de favorecer a população brasileira de um modo geral. Para sustentar a desigualdade urge construir estratégias discursivas que a legitimem. Discursivamente se diz que a classe dominante subjuga as demais por que é constituída de pessoas mais preparadas, competentes, esforçadas, racionais, ou seja, dominam econômico e simbolicamente os pobres que não conseguem ascender economicamente porque são preguiçosos, estruturam seus relacionamentos em termos pessoais (emocionais), são inconstantes e incapazes de projetar um futuro alternativo.

Na verdade, *o equilíbrio da relação capital e trabalho* foi tentado muitas vezes e, no governo Lula, ensaiou-se de fato, iniciativas expressivas. Atualmente os desequilíbrios são enormes. Um destes desequilíbrios está localizado no problema da exclusão social e de direitos à cidadania da imensa massa de pobres e extremamente pobres. Tal fato abala exponencialmente a recém-formada democracia no Brasil e reduz a capacidade de desenvolvimento do país. Só há desenvolvimento com a redução dos desequilíbrios sociais e econômicos.

***O Estado***[53], ***no Brasil capitalista***, enfim, dependente simbioticamente e historicamente de relações de forças econômicas, seja interna, nacional, seja internacionais,

[51] WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília: UNB, 1992.
[52] BOURDIEU, Pierre. A distinção. São Paulo, Edusp: 2012; A miséria do mundo. Petrópolis, vozes, 2001.
[53] Sobre uma intepretação do Estado: FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968; Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de janeiro: Zahar, 1973; A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Brasil, sociedade nacional-dependente. NOVOS ESTUDOS

***não conseguiu tornar-se uma instituição independente*** e, portanto, democrática – nascido de uma sociedade civil organizada, pois sua legitimidade e representação ficou presa principalmente a interesses seja, dessas forças econômicas muitas vezes e, em outras, estas forças pactuaram e, mesmo traíram, quando necessário, os parceiros das camadas mais pobres**.** Efetivaram sua dominação de classe mantendo ***o controle, de perto, das ações do Estado***, prognosticado como âmbito de atuação e do interesse dos mesmos e situando as questões sociais sob suspeitas ou usando estratégias "de falsos apoios" aos pobres e forte controle dos recursos do Estado sob seu interesse.

Portanto ***os pobres*** – visto sob essa perspectiva típico-ideal: uma construção histórica do tipo de capitalismo que conseguimos construir no Brasil – ***foram isolados socialmente***, não incluído como cidadão e, quando tentaram organizar-se, foram, por muitas vezes, embarreirados pelas forças políticas reunidas pelas elites[54]. Mesma quando nos referimos a sua inclusão no trabalho, no Brasil, percebemos as artimanhas das elites de aprisionar os mais pobres em políticas públicas escolares incapazes de levá-los a capacitação e preparo profissionais, adequados, como também reformas trabalhistas que precarizam o trabalho e diminuindo a renda.

Voltando agora a avaliar historicamente a situação do Brasil nessa onda neoliberal podemos dizer que o período de 1986 (governo Sarney) com a redemocratização do país ao período inicial do governo Collor (1990), o Brasil viveu o período de defesa da universalização das políticas sociais (dos direitos sociais básicos) devido ao forte apelo da abertura política e da necessidade de socializar direitos antes nunca respeitados. No entanto, podemos caracterizar essa abertura democrática até os nossos dias atuais, 2019, como um período em que "*o povo*", como corpo da nação, não se equipou de forma adequada com as habilidades e competências, condições do exercício democrático. O exercício da democracia supõe vivencias democráticas. Isso não aconteceu, quando o espaço público foi esvaziado e, controlado sutilmente. Seguiu-se desde Collor, governo FHC, passando pelos governos do PT, ***as forças dos segmentos socialmente privilegiados se rearranjando e ensaiando políticas neoliberais e o retorno silencioso a atitudes conservadoras, de barrar os mais pobres ao acesso a direitos***, como testemunhados nesses tempos vergonhosos das políticas ultraliberais do Presidente Michel Temer a agora no governo Bolsonaro. O povo, bestializados, permanecem alheios e atônitos aos acontecimentos; quem sabe, movidos por

---

CEBRAP 93, julho 2012 pp. 101-12. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n93/n93a08.pdf>. Acesso em: 03 de junho 2017.

[54]Cf. Capítulo 1: a construção do mito da "brasilidade" in SOUZA, Jessé et al. Ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

um *apaziguamento cultural, imposto,* e, pôr fortalecer, não a *justiça* (reconhecimento) concreta das vivências e aprendizagens que emergem no decorrer da vida social, mas numa forma de reforço de promessas idealizada e irreais (produzida ideologicamente) de uma libertação solipsista, que isola "os bons" (os direitos socialmente que agradam as normalizações e igrejas) dos "ruis socialmente"; nesse sentido movidos por dispositivos que desvinculam o ser humano vivo e atuante da próprio humanização[55].

Desde a abertura "gradual e segura" para a democracia, como assinalavam os governos militares últimos, houve transição que testemunhou a ascensão de uma figura importante, *os movimentos sociais,* que ganharam rostos vivos e diferenciados.

> (...) foi uma década pródiga em movimentos sociais e em participação da sociedade, organizando-se, por meio de entidades, organizações não governamentais (ONGs) e sindicatos, para participarem do movimento pré- Constituinte, bem como para denunciar o descumprimento das propostas por parte do governo. Tanto que "os anos 80 foram marcados por uma notável dinâmica associativa e organizativa que alterou o cenário político do país e introduziu fissuras importantes no pesado legado autoritário brasileiro". (COUTO, 2010)

Esta efervescência social contribui para a construção de uma nova Constituição de 1988 marcada pela participação popular em sua formação. Neste sentido temos a crescente mobilização social representado pelo Novo Sindicalismo, no MST e posteriormente o PT que se juntaram com outras forças políticas para dilatar as condições sociais no Brasil. Essas condições inibiam qualquer força do mercado em sua tentativa de controle do Estado, como vai acontecer mais adiante a partir dos anos 90. Essa constatação merece um adendo importante: o período em preparação a constituição servirá doravante como um paradigma para as futuras gerações quando desejarem espelhar-se no caminho da solução de nossos problemas atuais e se posicionarem como fonte soberana do direito e agente de controle social mais ampliada do nosso sistema político-econômico e das políticas públicas. Pois naquela época a participação popular era uma exigência essencial para construir um sistema democrático a partir do próprio povo, fonte da soberania, como tradicionalmente dito nas ciências políticas, mas que não é tratado como tal. Se percebido agora na sua forca o artigo 1º, § 1º da CF/1988 que diz que "todo o poder emana do povo" [a fonte da soberania], que "o mesmo é exercido por meio de representantes eleitos ou *diretamente*," saberíamos que a participação através dos movimentos e organizações sociais também surge como legítimos representantes da democracia e importantes complementos das decisões das assembleias

[55] DUMONT, Louis. O individualismo. São Paulo, Rocco, 1993; Homo hierarchicus. São Paulo, Edusp, 1997; Homo aequalis. São Paulo, Edusc, 2000.

existentes nas esferas do Estado (BOBBIO. 2009) Caberíamos ainda crescer na experiência política e construção de efetivos mecanismos de encaixar a democracia direta na indireta.

É verdade que a repercussão e força de atuação de grupos representativos da sociedade, nas áreas de saúde, trabalho e assistência social, frente aos deputados constituintes e aos interesses que representavam foram diferenciados, dependendo muito da sua organização anteriores. Mesmo o clima político-ideológico não estava propício que grupos conservadores se mostrassem em defesa de restrições de direitos. A "luta por liberdade" falava mais alto. No entanto, a abertura às inciativas conservadoras interessadas em desmantelar direitos foram inseridas sorrateiramente no próprio processo de escrita constitucional que, no decorrer da história da República, deu oportunidade de estabelecerem mudanças, como pode ser constatada, por exemplo, em não dotar de recursos financeiros da união o sistema de proteção social estabelecidos em lei. Ficando ao sabor das decisões de Estado, muitas vezes, direcionar recursos da proteção social para a solução de crises do sistema econômico (BOSCHETTI, 2010; SALVADOR, 2010) como podemos constatar nas diversas reformas a constituição nos governos FHC e Lula (GENTIL, 2006).

Na constituição de 1988, grupos de pressão foram mais destacados no seguimento saúde e previdência social e mais fracos no seguimento da assistência social, porém a assistência ganhou o *status* de política universal a ser disponibilizada a todos cidadão que dela necessitar (CONSTITUIÇÃO, 1988; a Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS/ NOB-SUAS −Sistema Único de Assistência Social). *A fragilidade das forças do lado da assistência social* deveu-se, principalmente, da *baixa organização dos grupos populares mais pobres* e, também, ao reforço da perspectiva assistencialista que poderemos ainda testemunhar nos momentos pós-constitucionais. ***As políticas sociais*** unidas num ***único sistema de proteção social*** (saúde, previdência e assistência), na constituição de 88, ganham força de *direitos*. No entanto, o cenário econômico das décadas de 1980 e 1990 relega ao país profundos níveis de desigualdades que o sistema de proteção social recém-implantado ainda não daria conta. Nos períodos do governo Sarney e Collor a constituição não passou pelo processo de regulamentação ficando frouxo a figura do cidadão com direitos, acontecimento estabelecido somente a partir dos anos de 1993 a 2003.

Os período compreendido pelos governos de José Sarney (1985-90), Fernando Collor (1990-92), Itamar Franco (1992-94) e, em especial, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi o período que o setor privado (mercado) ganhou a dianteira nos processos de ganhos de capital e, sobretudo nos tempos FHC a iniciativa do neoliberalismo e a

financeirização da economia que uso as políticas públicas sociais ao processo de acumulação do capital em tempo de crise sistêmica.

No Brasil as décadas de 80 aos anos 2003 podem ser descritas por grandes desafios e contradições operadas pelo estigma da inflação e incertezas em relação a perspectiva política no qual a economia seria conduzida para principalmente acalmar o mercado, nunca resolver os problemas sociais. Observando as condições objetivas a ***questão social*** ficou sempre a reboque da economia e suas crises, não percebendo essas políticas que o problema social é um fato gerado pela má distribuição de oportunidades, incluindo ampliação da culturais/educação as classes populares e renda.

Com as crises econômicas abriu-se espaço para que o Banco Mundial e o FMI impusessem as receitas neoliberais (ajuste fiscal - corte de gastos; estado enxuto, abertura da economia ao mercado externo, focalização das políticas sociais) e a financeirização da economia em troca da renegociação da dívida externa para o país. Portanto a necessidade de imersão do país no dinheiro externo e a transferência de todos os produtos sociais ao capital produzindo-lhes acumulação ao capital interno e consequentemente partilha com o capital externo. Teremos neste período uma verdadeira reconversão dos modelos universais de proteção social a modelos restritivos, focados. Neste sentido, este período de 1980 a 2003, fica mercado pelo fim do ciclo do Estado como indutor da economia (FIORI, 1993, como foi o período Vargas, o período JK e o período do milagre econômico (chamado também de período fordista de nossa economia). São período denominados de Estado Nacional desenvolvimentistas. Evidentemente como modelos diferenciados. Somente com o governo Lula veremos uma nova reorganização do Estado e um novo pacto capital-trabalho num esforço de desenvolver a economia para redistribuir renda.

Depois do governo Sarney (1985 – 1990) a população, sob o impacto de uma tremenda frustação com as promessas postas a mesa pelo presidente: controle da inflação, equilíbrio fiscal do problema da dívida externa, retomada do crescimento econômico e, principalmente, distribuição de renda, entra num processo eleitoral sobre forte disputa entre dois projetos políticos: *o liberal-social* de Fernando Collor de Mello e *o popular-democrático* à frente Inácio Lula da Silva, do Partido do trabalhadores. Fernando Collor de Mello sob o Lema "caça aos marajás" (contra os privilegiados da sociedade") é eleito presidente da República (1990 – 1992). Collor foi fortemente apoiado pela mídia e pelo grande capital, mas também por setores atrasados do capital brasileiro e por camadas médias conservadoras. E isso é baste significativo e revelador das nossas classes sociais: a classe média foi a grande incentivadora da proposta de Collor fundado em ideias conservadoras de moralidade: eles (os

corruptos, o próprio Estado corrompido precisava ser diminuído e controlada contra os rapinadores burocratas. Mas nunca se fala dos corruptores contra nós (os bons, honestos). Reduzir o Estado social, torná-lo probo e fortemente redutor dos serviços sociais; uma volta ao antigo papel do Estado como mediador da benemerência da sociedade. Ou seja, isolar os mais pobres do acesso a recursos necessários (a bens e serviços sociais públicos, como educação de qualidade e a renda); e, fortalecer o capital com recursos do Estado e prever recursos e oportunidades àqueles que o servem, a classe média (SOUZA, 2009). Esses podem pagar serviços essenciais, como educação, saúde, moradia, previdência (COHN, 2000) pois vivem de investimentos na compra da dívida pública, que os tornam rentistas.

A união política de diversas denominações do capital com a finalidade de derrotar a esquerda não foi suficiente para agradar esta coalização em termos do projeto econômico (o plano Collor) oferecido pelo presidente. Se houve consenso em relação ao corte de gastos estatais, inclusive dos direitos sociais, à redução do funcionalismo público, ao controle do déficit público e à revisão dos direitos sociais e trabalhistas garantidos pela constituição; se o confisco das poupanças das classe médias, que foi fortemente prejudicadas, propiciou a alguns setores do mercado ganhos com a política de incentivos (a indústria automobilística, o setor de construção civil e a agricultura), as disseções na questão da abertura comercial e bancaria e da privatização das estatais era suficientemente forte para impedir a formação de uma base de sustentação de apoio ao governo (MACIEL 2008). Juntando a isso a corrupção e o impeachment, o governo caiu.

O governo Collor com essas políticas estabeleceu o primeiro momento de desfiguração do Estado de Bem-Estar propugnado pela Constituição Federal. O Estado deixa de ser uma figura indutora de políticas públicas universais para torna-se um estado indutor da saída do estado das políticas públicas, promovendo a focalização do atendimento aos mais pobres e fortalecimento do papel privado (privatização dos serviços públicos: previdência, assistência, saúde e educação) (BRASIL, 1991; FAGNANI, 2005; VIANNA, 1998). O governo Collor direcionava suas políticas social como moeda de troca, sendo o Ministério da Ação Social (MAS) promotor desta estratégia: a utilização preferencial da figura jurídica de convênios, mais ágeis e menos sujeitos a controle externo para afastar o Estado do compromisso social (FAGNANI, 2005).

Com o fim do processo de impeachment assume a presidência Itamar Franco (1992-1995) para completar os dois últimos anos restantes. Sua ótica de resgate da ética na política e implantar um novo plano econômico foram suas metas.

Segundo PAIVA (2009) no Tempo de Itamar Franco começou-se a estabelecer uma relação de respeito entre o poder executivo e a sociedade civil organizada, tendo sob a mediação a Carta Constitucional de 1988 e, portanto, o fomento a participação cidadã. Nesse sentido a luta contra a fome e a miséria tornou-se uma política de governo. A linha desta política insistia numa sintonia com os setores populares muito diferente da relação dos governos anteriores com a população: o modelo populista de Vargas, com as maneiras de cooptação dos governos militares e o clientelismo que orientava o governo Sarney. Mais uma vez PAIVA (id) insiste que superar desconfianças e estabelecer uma relação governamental pautada pela ética ajudou a retirar o combate a fome e a miséria do campo do assistencial (tratar o brasileiro como "o necessitado" e "pobres) para o campo da proteção social, ou seja, tratar o/a brasileiro/a como cidadão/a por si mesmo/a.

Mostra PAIVA (id) que Itamar Franco por ter sido eleito junto com Collor através de um partido de aluguel, o PRN (Partido de Renovação Nacional), mas originado do partido MDB, percebendo que, em pouco tempo de governo, não poderia se contrapor as forças políticas econômicas neoliberais que se fortaleciam no Congresso tratou, por um lado, de continuar com as políticas macroeconômicas neoliberalizantes propugnados por empresários e banqueiros (a cargo do Ministro da Economia FHC com o Plano Real) e, por outro, estabeleceu uma prioridade de dar procedimento aos direitos constitucionais de cidadania. Optar em conclamar a sociedade organizada a pressionar o Congresso a estabelecer a legalização das medidas constitucionais para assegurar direitos.

Foi no governo Itamar que se iniciou e efetivou-se em termos legais (as chamadas **Leis Orgânicas**) que tornavam efetivas o que a constituição estabeleceu: da Previdência Social, da Função Social da Propriedade Fundiária e da Assistência social. Além de estabelecer discussões sobre a educação básica.

Em relação a Assistência Social o então ministro do Bem-Estar Social, Jutahy Magalhaes articulado com movimentos representativos da sociedade civil, mesmo entre choques e entrechoques com os mesmos movimentos, promoveu encontros regionais em todo o país para a discussão do **LOAS** (Lei Orgânica da Assistência Social) culminando com a Conferência Nacional da Assistência Social, realizado em junho de 1993. A proposta do LOAS foi aprovada em 1993 pela câmara e em novembro do mesmo ano pelo Senado e sancionado pelo Presidente em dezembro de 1993.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995 – 1998/primeiro mandato; 1999-2002/segundo mandato) ficou marcado por uma tentativa de conciliar políticas macroeconômicas de estabilização, como é o caso do *Plano Real*, e reformas sociais

conduzidas pela eficiência das políticas públicas. Mas uma versão para dizer que as políticas sociais estão a reboque da situação econômica e das decisões circunstâncias de governo nas tentativas de resolver as crises e, portanto, as políticas públicas estão sob forte controle de gastos e, por isso, submetidos a processos de direcionar os gastos públicos para a focalização nos mais pobres e canalizar os grandes recursos ao fortalecimento do grande capital nacional e internacional. Nesse sentido acompanho FAGNANI (2005) quando avalia que houve nesse período uma grande incompatibilidade entre economia e inclusão social. Nessa sua avaliação *o plano real* e com ela *a reforma do Estado* minou as bases financeiras e institucionais do Estado (federal, estadual e municipal), debilitando sua capacidade de intervenção, em geral; e na política social, em particular, a implantação da focalização como política social possível no Brasil. Segundo FIORI (1997)

> FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial.

Se é verdade que as agências internacionais (FMI. Banco Mundial) pressionavam para o ajustamento da economia nacional ao mundo do capital internacional, os empresários daqui exigiam políticas de estabilização monetária e privatizações, mas também havia um mal está no presidente direcionado a encontrar modelos de ação do Estado para minorar as condições de pobreza e desigualdade gritante. Esse modelo como veremos se coaduna com as propostas neoliberais que podem ser sinteticamente postos desta forma: redução de gastos públicos, como consequência rebatimentos na redução de gastos sociais; terceirização dos serviços públicos e, nessa linha dos próprios serviços sociais que passariam à responsabilidade (como quer o neoliberalismo) e controle das OS (Organizações Sociais) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) - Lei Federal n.º 9.790/99 que criou uma qualificação para pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos. A lei buscou reconhecer o caráter público de um conjunto de organizações da sociedade civil a ser inserida nos processos de assistência social e atender determinados setores da sociedade e com o tempo passarem a privatizá-las (BRASIL, 1997).

*Em relação as políticas sociais do governo* (FAGNANI, 2005) podemos dizer que se no primeiro momento o governo procurou afirmar que suas políticas seriam não só de cunho emergencial, focados e direcionados às áreas críticas de pobreza, a saber, educação, saúde e renda (conduzidas pelo *Programa Comunidade Solidária*, criada em 1995) mais também procurando ampliar e melhorar os serviços públicos com uma natureza mais

universal (BRASIL, 1996), constata-se que a partir do segundo governo o *Programa Comunidade Solidária* perdeu força e os programas de transferência de renda ganharam predominância e os serviços focados nos mais pobres se tornaram o retrato das políticas sociais do governo.

É importante enfocar desde já a concepção de pobreza que conduzia as políticas sociais do governo. Podemos apresentar dois modelos muito ampliados de pobreza: o primeiro modelo, acredita que a pobreza é fruto de causas morais (que diz respeito ao comportamento individual). Essa é a *postura dos neoliberais*; o segundo modelo estabelece que suas causas estão inseridas na própria estrutura social, resultado da desigualdade social típica do capitalismo. Essa é a *postura universalista*. A proposta neoliberal funda-se na ideia que sociedade se constitui de um grupos de indivíduos livres e iguais, que buscam satisfazer seus desejos e preferências e que, na competição, não logram um nível aceitável de sobrevivência, tornam-se pobres, chegando, inclusive, até a exclusão social. Ora a culpa por esse infortúnio é individual pois não foram capazes de se preparar a contento para obter sucesso. São incapazes. Os outros, os vencedores, são, portanto, os merecedores. Há uma ideia baseada na *meritocracia*. Ganha os melhores, e enquanto tal, são esses os merecedores de usufruir dos recursos produzidos socialmente. Nessa concepção esconde-se algo pior: assistir socialmente "perdedores", os torna dependentes da sociedade. Portanto, somente políticas focadas e bem delimitadas nos mais carentes, podem ser aceitas, pois afinal a sociedade não os pode deixar no risco absoluta da morte (SOUZA, 2017; MORENO, 2000). Nesse sentido exposto o governo de FHC acreditava que a política econômica seria a grande responsável em devolver as condições de desenvolvimento da população e, portanto, os indivíduos deveriam estar preparados para competir. Em relação aos pobres direcionar serviços focados de educação: elevar a escolaridade de jovens e analfabetos para incluí-los no mercado de trabalho e na alfabetização de adultos; na saúde, oferecimento de programas de nutrição e suplementação alimentar e saneamento urbano e, em termos de renda (programas de geração de emprego e renda).

*Em relação as políticas públicas macroeconômicas do governo, em traços gerais* (FAGNANI, 2005) podemos assentar que *o Plano Real* é uma política econômica interessada na inserção do Brasil na economia mundial e isso significava abertura da economia brasileira para a entrada no país dos fluxos de *capitais especulativo* e de *mercadorias*, no entanto, sem o controle por parte do Estado. Ora, isso reduz o poder de intervenção do Estado no controle de políticas de cambio, monetária, e fiscal, pois são os mercados financeiros mundiais que passam a determinar suas regras. O grande problema dessa inovação (passagem do modelo

econômico industrial para o modelo econômico financeiro) e, ao mesmo tempo o nó dos problemas atuais, é que a economia financeira não produz nada, nenhum bem, simplesmente especula com o dinheiro dos poupadores, reemprestando a outros consumidores de dinheiro para o consumo (COMPARATO, 2015). Ora, se não produz nada, a consequência é a desindustrialização do país dos setores principais básicos e o desemprego em massa. Com isso, a fantástica desigualdade social, criada no mundo inteiro por esse modelo econômico fictício. Essa política de abertura comercial e financeira de FHC foi pensada para equilibrar o mercado interno em termos de preço de mercadorias através da concorrência internacional, no entanto, gerou a desindustrialização no país, pois as indústrias não foram preparadas para a concorrência em termos de tecnologias e com produtos estrangeiros.

Mais dólares na economia, mas sobrevalorização do real, a moeda recém-criada. A aposta do governo é que o mercado se equilibraria, quando as indústrias brasileiras investissem mais em tecnologia e se tornassem mais competitivas em termos de produtividade. Não podemos esquecer que uma política de juros altos, atrai ao mercado interno, dólares, e aumenta as reservas nacionais. O problema é que se o mercado é livre para entrada e saída, sem controle, os países que mais oferecerem lucratividade – pagarem mais para que os dólares internacionais fiquem no país – atraem mais capital. Portanto, juros altíssimos são imperativos para atração de capital. Os Juros são o dinheiro que um país paga em troca de mais dinheiro, ou seja, dólares, moeda mais valorizada. Estamos falando de endividamento público e privado das empresas que tomam empréstimos com os grandes bancos internacionais. E a consequência foi o endividamento público e privado. Gerou-se um problema: a estagnação da economia no 2º. mandato de FHC.

Hoje, os Estados, no mundo inteiro e no Brasil estão submissos à dominação dos bancos no sentido que a progressiva substituição dos tributos pela dívida pública (o Estado pede emprestado dos bancos ou população via tesouro direito), no financiamento das despesas estatais. Os papeis dessa dívida, como não poderia deixar de ser, são tomados pelos bancos e repassados aos investidores privados.

Nesta esteira o papel do Estado em termos de serviços públicos através da falta de recursos aplica a regra do mercado: deixar os serviços públicos aos cuidados daqueles mais eficiente e com mais recursos. Portanto, transfere para as redes pagas as tarefas do Estado. E isso se completa que os serviços de transferência de renda focados nos pobres se coadunam nessa perspectiva privatista.

O caráter excludente da economia em termos de assoreamento das propostas sociais e, aqui, serão descritas no âmbito da assistência social, pode ser traduzido em algumas notas (FAGNANI, 2005):

A desorganização do mercado de trabalho gerou o desemprego estrutural que exigia, para seu equilíbrio, reformas trabalhistas e maior flexibilização do trabalho. Diminuir o custo Brasil era o imperativo;

Tais políticas recessivas geraram a margem pequena do governo federal, estadual e municipais para investimentos em termos de orçamento nas políticas sociais além, é claro, da parte do governo federal da redução do orçamento da seguridade social, para aplicar na economia, o chamado "Fundo social de emergência" através de emenda constitucional.

Em relação ao LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), em consequência, regulamentada em 1995 no governo de Itamar Franco, foi a criação do BPC (Benefício de Prestação Continuada) direcionado a idosos e deficientes que comprovem não ter meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida pela família. Para fazer jus ao benefício o idoso deve ter 70 anos ou mais e não exercer atividade remunerada. A partir de 1998, no governo de FHC, a idade mínima para o benefício baixou para 67 anos e no ano 2000 para 65 anos. Isso restringiu, significativamente, o seu alcance, uma vez que o acesso ao benefício foi limitado às famílias com patamar de renda de ¼ de salário mínimo.

Tivemos várias repercussões negativas das políticas macroeconômicas que minaram investimentos nas áreas dos âmbitos da habitação popular, do setor de saneamento básico, transporte público devido a privatizações.

Seguimos mais uma vez FAGNANI (2005) para afirmar que em alguns tópicos, a saber, *educação* e *assistência social* houve, de fato, uma reestruturação de mecanismo institucionais e de gestão dessas políticas sociais. Trataremos somente destes duas por acharmos que atinge nosso propósito de ver se os processos econômicos nesse governo engendraram desenvolvimento social e, a educação, é um importante vetor de condições sociais de desenvolvimento, mesmo que não esteja no setor propriamente dito da assistência social.

A partir de 1995 o governo federal assume o papel de indutor, coordenador e reorganizador em nível nacional do ensino fundamental apresentando a LDBE (Lei de diretrizes e bases da educação Nacional) e a instituição do FUNDEF (Fundo de Manutenção do Ensino fundamental e de valorização do Magistério). A LDBE foi um importante descentralizador de ações e co-responsabilização entre os níveis de governos no setor da educação.

No setor da assistência social podemos destacar o fim de estruturas burocráticas caducas (LBA – Legião Brasileira de Assistência, por exemplo, e outras) baseadas no assistencialismo e instituição da Secretaria de Assistência Social (SAS) vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, que passou a ser responsável pelas políticas nacionais de Assistência Social. Seguindo as diretrizes do LOAS, também foi instituído o CNAS (Conselho Nacional da Assistência Social. Também o FNAS (Fundo Nacional de Assistência Social) foi regulamentado como instrui o LOAS, com o objetivo de financiar, de forma descentralizada, benefícios, programas e projetos na área da Assistência Social.

De importância foi também a formulação da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) em 1996 e NOB (Norma Operacional Básica) em 1997 ambos seguindo o LOAS de perto.

Mesmo com políticas de reorganização institucional nestes campos, de repasses, de forma pactuada e cooperação, encargos e responsabilidades para os estados e sobretudo para os municípios houve um conjunto de medidas macroeconômicas que anularam essas possibilidades de transferência de fundos e capacidades dos estados e municípios reagirem com políticas sustentáveis.

Numa situação de escassez de recursos possibilitado pela implantação de políticas neoliberais e, por sua vez, devido reforma do Estado ficando no recuo de gastos públicos restou ao governo federal focar as políticas públicas sociais em programas de transferência de renda aos mais pobres. Ou, dito em outras palavras, com o desmonte do Estado em suas bases de financiamento público e de forte redução de mecanismos de intervenção, a política macroeconômica conseguiu enfraquecer os serviços sociais do estado à sociedade e impor a focalização como política social possível (a partir de 2000) através de diferentes bolsas dispersa em diversos ministérios, no quadro da Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária (FAGNANI, 2005).

Luís Inácio Lula da Silva[56] foi eleito Presidente do Brasil em 2002 depois de concorrer várias vezes para o cargo sob disputa acirrada com o candidato do governo José Serra, PSDB. A Tônica da disputa se deu sobretudo entre duas propostas político-partidária, de um lado a política neoliberal de reformas do Estado e a necessidade de a aprofundar pois nos últimos dias de governo FHC estava perdendo vivacidade na geração de soluções para a crise econômica, de um lado, e, por outro lado, um anseio por mudanças que vinham de baixo, das organizações populares e de várias outras de suas representações que desejavam retomar e

[56] Esta apresentação do governo do PT servirá como paradigma também para o governo Dilma, ciente, evidentemente, de suas especificidades.

aprofundar o ciclo de mudanças que a Constituição de 1988 abrira. Nesse sentido o grande mote era, e, de alguma forma permanece, a necessidade de mudar as estruturas que sustentam e reforçam as atuais desigualdades e mantem a maioria da população presa a pobreza.

"***A Carta ao Povo brasileiro***" escrita por Lula (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 2002), revela as tensões existentes entre as classes sociais, fundada na disputa por recursos, na qual cria socialmente a exclusão dos pobres e sua inserção na miséria [nas palavras de Lula apresentando um contraponto a essa visão: "... construindo um Brasil mais solidário e fraterno, *um Brasil de todos*." (grifo meu)]; *a Carta ao Povo* é fundada, por um lado, na necessidade de construir um "*novo contrato social* capaz de assegurar crescimento com estabilidade" (os grifos são meus), e, por outro lado, na necessidade de acalmar as elites, classe média e, principalmente, o mercado internacional, que seu governo respeitaria os acordos, no entanto, apresentaria a ideia de uma transição necessária para "...o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais...", gerando "segurança" ou, nas palavras de KERSTENTZKY (2012), "o governo Lula executou políticas econômicas socialmente orientadas".

> O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, ***incluir, pacificar***. Mudar para ***conquistar o desenvolvimento econômico*** que hoje não temos e ***a justiça social que tanto almejamos***. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político. Quer abrir o caminho de ***combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais*** consistentes e criativas. O caminho das ***reformas estruturais*** que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. ... a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica...Será necessária uma lúcida e ***criteriosa transição*** entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. ...Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a ***um novo contrato social***, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação (Carta ao Povo Brasileiro. Os grifos são meus).

*A Carta ao Povo*, tem como alvo os diversos segmentos de classe, o mercado, a classe média e o povo; os quer reunir num *novo contrato social*. E para tanto o governo Lula e intelectuais do PT (Partido dos trabalhadores) operaram uma verdadeira interpretação do passado, desde os anos 30, para demarcar o grande nó do Brasil, desde a tentativa de Vargas no poder e, na verdade de todas as políticas desenvolvimentistas que vieram depois dele: tentaram estabelecer contratos para construir o Brasil do futuro que, na verdade, falharam.

As bases de todos esses contratos passados foram inconsistentes fundamentalmente porque geravam concentração de renda absurda e conhecimentos/educação

para os ricos e classe média, deixavam *os pobres*, com trabalhos precarizados com pouca *segurança (políticas públicas*, previdenciária, assistência, saúde, educação, habitação) e, mais gravemente, deixavam *os pobres semianalfabetos*, sujeitados ao subemprego, mal remunerados e, *os miseráveis*, numa situação de apartheid social grave. Portanto, faltavam a essas políticas macroeconômicas desenvolvimentistas as bases sólidas de sustentação: o social tratado como investimento público gerador de crescimento ou, a presença de políticas sociais públicas universais alimentando a política econômicas.

Não havia *um mercado interno* construído capaz de alimentar um padrão de vida capaz de gerar bem-estar social, sustentáculo da economia e dos impactos econômicos internacionais, que, em outras palavras requeria distribuição de renda, aumento de salário, melhoria da produtividade, incremento de tecnologias, educação. Fundamentalmente, faltavam *serviços sociais públicos*, *básicos*, como determinou a Constituição de 1988 em relação *a proteção social*.

Os segmentos sociais mais desfavorecidos não eram tratados como consumidores e, portanto, incluídos no processo da produção, eram separados em lugares bem demarcado socialmente; as políticas sempre de cima para baixo revelando índices de baixa participação política e democracia pífia; havia brasis ou regiões ricas, médias e pobres. Uma desigualdade regional (ARAÚJO apud SADER, 2013) que não suportava realizar o desenvolvimento sustentável necessário e requerido. O Brasil que foi construindo pelas diversas políticas econômicas foram concentradoras de recursos (econômicos e sociais). O conhecimento/educação como tecnologia, fonte da riqueza econômica e de oportunidades sociais, definida como sustentáculo econômico depois dos anos 70, fixado pelo novo capitalismo financeiro, foi mais ainda concentrado na classe média amalgamada com os mais ricos, deixando os pobres sujeitos as crises sistêmicas do mercado e, muitas vezes, pagando os dividendos para recuperá-las.

São essas, em grandes linhas, o esforço que os intelectuais do PT e do próprio Lula, desde muito tempo, de primeiro, pensar o Brasil, de forma macro, perguntando-se, como antes se vinham produzindo *os contratos sociais* que mantinha o Brasil num mínimo de coesão e, qual a qualidade destes contratos.

O segundo aspecto que a *Carta do Povo* apresenta são as mudanças operadas pelo ciclo neoliberal (de Collor a FHC). É um novo aspecto que passou a conduzir as políticas econômicas e atuando com profundas mudanças no cenário econômico e político. A economia brasileira vinha passando por mudanças na sua configuração econômica e mesmo de mentalidades. O governo Lula estava diante de um outro Brasil inserido nas disputas de

mercado, e seu governo deveria dar conta dessa inserção em termos políticos, econômicos e, principalmente social. Como operar a máquina pública a partir desse novo contexto? Como tratar *o Social* a partir de um contexto de forte influência do mercado? Como definir políticas sociais realmente *justas* (e seus critérios) se historicamente ficou naturalizado no país bases estruturais fincadas na expropriação de recursos básicos?

FAGNANI (2005) insere e compreende ***a política social de Lula*** a partir de dois momentos: *o primeiro momento,* ***2003 a 2005***, marcado pela continuidade da política macroeconômica de cunho neoliberal do governo anterior, com um ministro ligado ao mercado. Portanto com agentes públicos defensores de um Estado Mínimo em luta com defensores de um Estado ampliado e em defesa de políticas públicas universais. Nessa luta afirmou-se nesse momento, portanto, *políticas sociais focadas*, restritas aos pobres. Uma política econômica que trata as políticas sociais como gastos e não como investimentos; *o segundo momento,* ***2006 a 2010,*** se ensaia mudanças para um outro modelo, o desenvolvimentista. Esse momento marcado pela crise de 2008 que enfraqueceu o poder interventor das políticas neoliberais, fazendo surgir contra elas, duras críticas. O Estado passou a participar ativamente como indutor de diversos setores da economia, operando vultosas transferência de recursos, gerando crescimento do número de empregos e salários, investindo em setores como educação, no projeto ligado a construção civil, *minha casa, minha vida* favorecendo as contas públicas e consequentemente aos gastos sócias. Segundo FAGNANI (id) passou-se a combinar estratégias de políticas sociais focadas com universais.

KERSTENETKHY (2012) vai acrescentar que a partir de 2006 aconteceu uma inflexão no governo Lula, de políticas econômicas operadas sob a bandeira neoliberal – nesse sentido políticas sociais, voltadas para atender os pobres, tratadas como gastos − para políticas nos quais *o social é tratado como meio/investimento para o desenvolvimento do país*. Esse período foi propício para a economia como para a área social gerando crescimento sustentável e inclusivo.

> De acordo com Crocco, a crise de 2008 veio para solapar a lógica macroeconômica calcada na privatização. China e Japão interromperam processos de privatização de ***bancos públicos e de desenvolvimento***. Os Estados Unidos chegaram a discutir a criação de uma nova instituição pública destinada ***a financiar a infraestrutura***. Neste novo paradigma, ***os bancos públicos*** americanos e europeus ***tornaram-se mitigadores de risco para a atuação do mercado de capital***. O Brasil teria seguido as duas primeiras fases - ***antecipar o investimento autônomo para criar a demanda e, posteriormente, a privatização***. "Durante os governos Lula, isso inverteu. Criou-se um mercado de massa. ***Os bancos públicos reduziram taxa de juros, dando o acesso ao consumo***", disse Crocco. "Hoje há uma indigência intelectual da ortodoxia. Estão cumprindo uma agenda dos anos 90, privatizando tudo, quando organismos internacionais já aceitaram que não é por aí". Para ele, é preciso "uma

> resistência de salvaguarda destes instrumentos que serão fundamentais para ***uma política de criação de demanda efetiva, de industrialização e transição de economia***" (Carta Capital. Diálogo com Marco Aurélio Crocco, 2018; os grifos são meus).

A política neoliberal defende as privatizações, com a finalidade de enxugar o peso do Estado na vida econômica, no entanto, foi necessário o governo criar mecanismos diferentes de saída das crises econômicas sistêmicas que passaram a surgir em intervalos mais curtos. O capital passa a se completar e a se reproduzir mais facilmente com a atuação *indutora e saneadora do Estado*. As empresas públicas passaram a assumir um papel complementar para gerar equilíbrios no mercado. E o caso, a título de exemplos, das parcerias público-privado (PPP), no qual o estado banca parte do valor do serviço (exemplo, construção de metro), também é o caso das concessões de uma obra pública na qual o mercado passa a explorar o serviço (rodovias, energia, telefonia, mídias, etc.). Esse mecanismo é fundamental para o capital se reproduzir.

A partir dessa ótica o papel do Estado em  usar mecanismos do tipo keynesiano são fundamentais, ou seja, usar as instituições públicas e de desenvolvimento (bancos públicos), através da definição em que setores econômicos e sociais se fará investimento, estabelecimento de critério e, em determinar em que proporção serão usada recursos do orçamento público, para amenizar o principal problema do capitalismo, obter recursos, como também diminuir os efeitos negativos do mercado, em termos da produção da pobreza. Mas, por sua vez, o Estado conseguiu combinar, esses processos produtivos privados com processos públicos de inclusão dos mais pobres, através da inclusão destes nos critérios governamentais, gerando respostas sociais. Exemplos notórios foram o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), *minha casa minha vida*, o Programa Bolsa Família. Muitas vezes o Estado usou recursos público para emprestar dinheiro ao setor privado para comprar suas próprias empresas com juros mais favoráveis (vantajosos).

Ora, nessa nova lógica econômica, a focalização nos pobres e extremamente pobres se faz necessária na condução das políticas sociais. No entanto, ligar essa focalização com serviços universais públicos. O Bolsa Família exige as *condicionalidades* (saúde, educação etc.) aos beneficiários como forma de *ensinar*, *gerar demandas* dos serviços públicos, melhorá-los e, como o tempo, fortalecer tais políticas sociais. Torna-las *naturalizadas* na sociedade. A sociedade brasileira, através do controle das suas elites ávidas por recursos essenciais, educação e capital (SOUZA, 2006; 2015), que influem nas práticas econômicas e nas indiretamente econômicas (saúde, educação etc.) (BOURDIEU, 1979), construíram historicamente uma estrutura social a base do controle "biopolítico"

(FOUCAULT, 2008b), restringindo em termos simbólicos e práticos, o direito à população a serviços públicos de qualidade. Os serviços públicos não funcionam visivelmente. Por que isso acontece? Lembrando que o Estado não é só o governo; é uma estrutura baseada no jogo de forças, em tensões contínuas, envolvendo a estrutura legislativa, judiciária, partidária, burocrática e os interesses dos segmentos sociais. *O campo político* são as forças atuando, se entreolhando, analisando posições e forças dos oponentes, e as "impondo" na figura do convencimento com as seguintes possibilidades ou, mantendo a ordem ou, gerando crises nas disputas pelo poder e direção do lugar social e político ou, raramente, mudando as posições de poder societárias (BOURDIEU, 1996; FLIGSTEIN, 2003).

O Governo Lula percebia que as mudanças deveriam ser lentas para não aguçar o interesse das classes mais elevadas. Uma ótica própria de governar transformando o social e impactando as gerações futuras pela inclusão econômica e política. Pensava os pobres como o foco primeiro das políticas públicas, as casando com o setor econômico e, assim, o dinamizando. A forma do governo Lula engendrar as políticas públicas econômica e sociais seguiam o modelo de *pacto social amplo* de produzir aumento da inclusão destes segmentos pobres, mas, por outro lado, não mexer em problemas profundos e enraizados de classe. Vamos dar um exemplo: *o Programa Fome Zero* era um bonito e eficiente programa, não durou nem um ano e foi substituído pelo Programa Bolsa Família, − ele passou a existir num outro formato, − com objetivo de alimentação e nutrição das camadas mais baixas. Por que não foi a frente? Simplesmente porque o programa atingia um problema de classe profundo e não resolvido na sociedade brasileiro. O Programa fortemente baseado na defesa de uma reforma agrária e com fortalecimento dos pequenos produtores rurais que passariam a fornecer ao governo seus produtos para escolas e, também gerava uma política de barateamento dos preços dos alimentos. Tudo isso foi feito, mas de forma diferente a não causar choques de classe, pois o Congresso, mesmo como aliados do governo, colocaria empecilhos ao Programa ou, a qualquer Programa que fossem contra seus interesses. Isso geraria conflitos políticos desnecessário frente aos abissais problemas de pobreza e desigualdade. Se visto na perspectiva que em 10 anos (curto espaço de tempo) o governo Lula implementou políticas "nunca antes vista, na história deste país" (DE PAULO, 2011; GALVÃO, 2009), seu governo operou uma revolução. Uma revolução "fraca" à espera de mudanças mais concretas na estrutura social E isso depende da gestação de uma nova mentalidade política entre os cidadãos. Na visão de Lula o povo apesar de sábio, participava de uma corrente para "manter a ordem" (manter a pacificação, cf. Carta do Povo). O povo

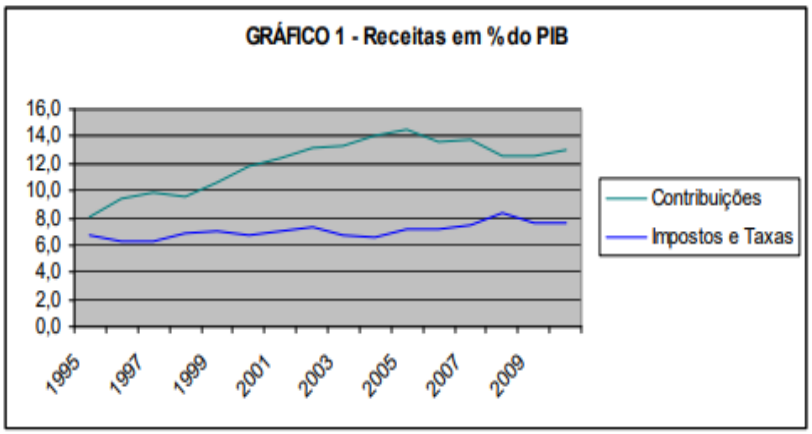
precisava aprender a participar e, para isso, as ouvidorias, os conselhos, as conferências foram reforçados[57].

Antes as políticas públicas falharam, por que sujeitadas as estruturas sociais estranha ao acolhimento dos interesses dos mais pobres. Portanto, o governo Lula direcionava seu governo a diminuir a pobreza e inserir os pobres nos serviços públicos de forma casada com os projetos econômicos. Seus fundamentos lógicos são um tipo de pragmatismo que diz "*primeiro, eu vou fazer o necessário, depois eu vou fazer o possível e, quando menos imaginar, estarei fazendo o impossível*" (Lula, apud SADER, 2013). Essa frase diz que a política é a arte da negociação, de fazer o possível que à época permite e, nesse sentido, o que as pessoas, dentro da estrutura social, permite. (políticos, o povo, as elites, os burocratas do Estado). Lula gostaria de acabar com as desigualdades? Gostaria em termos político. Mas a *real política* era, naquele momento, a possiblidade de melhorar as condições de vida dos mais pobres e não provocar com vara curta as elites. Quando Dilma tentou aprofundar as coisas, o ritmo da política de forma mais forte, foi derrubada pelas elites (SOUZA, 2016). Justamente porque tocava nos interesses nevrálgicos das elites, desfaziam estruturas naturalizadas de poder.

O governo Lula usou em diversos momentos do seu governo a política de superávit primários para pagar a dívida pública, e o fez, por exemplo, através da ***Desvinculação de Receitas da União*** (DRU) em 2003, 2007, 2009 com a qual a seguridade social e assim também a Assistência Social passa a ser a mais atingida – pois seus recursos veem da seguridade. O orçamento do governo federal é dividido em termos constitucionais em dois: *orçamento fiscal* e *orçamento da seguridade social*. A receita de impostos e taxas, integrante do orçamento fiscal o governo federal deve dividir entre estados e municípios, manteve-se no patamar de 7 a 8% do Produto Interno Bruto (PIB). Não pode ser desvinculado; já a receita de contribuições sociais e econômicas (não sujeitos a tal partilha), em sua maior parte integrante do orçamento da seguridade social, passou de 8,1% do PIB, em 1995, para 12,9% em 2010. Essa hipertrofia das receitas da seguridade social é evidenciada no gráfico 1:

[57] Instituto Lula. Conferências, Conselhos e Ouvidorias. Disponível em: <http://www.brasildamudanca.com.br/participacao-e-transparencia/conferencias-conselhos-e-ouvidorias>. Disponível em 12/09/2019.

**Gráfico 1 – Receitas em % do PIB**




Fonte: Fernando Álvares Correia Dias.

Desvinculação de 20% dos recursos destinados às políticas da Seguridade Social diminuiu a capacidade de atendimento aos mais pobres. ANTUNES e GIMENEZ (2007) classifica essa operação como *transferência de renda direta a rentistas*. Ou seja, a dívida pública é fabricada quando o Estado não tem dinheiro e, por isso pede emprestado. Para pagar essa dívida chamada "pública" ele promete pagar um valor muito superior de juro ao emprestador (pessoas física ou jurídica) para compensar financeiramente o empréstimo. Ora, esse é um grande problema em termos de ***má distribuição de renda***. Um ***aspecto gerador da desigualdade social no país***. As camadas superiores vivem, portanto, do Estado, restando aos mais pobres poucos recursos a serem aplicados por exemplo nos serviços públicos essenciais, como educação, saúde, habitação. Agora, é fácil entender o que acontece com as dívidas internacionais. Um verdadeiro roubo do dinheiro público em relação as exigências de juros em troca do empréstimo.

Sabemos que ***o orçamento público*** (SALVADOR apud SCHMIDT E SILVA, 2015) não é simplesmente uma peça técnica, mas lugar de disputa, por diferentes forças políticas, pelos recursos públicos. Compreender isso ajuda a perceber quanto do orçamento público vai para as políticas sociais (especialmente em relação a Seguridade Social e, em especial para a Assistência Social), pois são pilares escolhidos de cidadania pela Constituição de 1988.

Os estudos de SCHMIDT E SILVA (2015), relacionando o orçamento da assistência social com o orçamento da União mostram o período 2005 a 2013 como um *aumento dos gastos com a assistência social* em relação ao orçamento da União a cada ano. Dentre desse período os gastos com assistência social subiram 122% nos recursos investidos.

Essa informação reforça o compromisso do governo Lula, olhando a série, em promover políticas públicas de assistência social efetivas. Isso mostra a importância que a seguridade passou a ter nesse cenário político e econômico.

Comparado o total do orçamento para gastos da seguridade social com o pagamento da dívida interna olhando o orçamento da união, temos: *em 2005*: segundo os autores, 57,7% com gastos com a dívida públicas contra 1,43% com gastos com a seguridade social; *em 2013*, depois do governo Lula, no entanto expressa a série do crescimento do orçamento para o pagamento da dívida contra o orçamento para a assistência social, uma proporção de 46,8% para o pagamento da dívida contra 2,35% direcionado ao orçamento da assistência social. Essa análise de SCHMIDT E SILVA (2015), mostra uma priorização do pagamento da dívida pública frente a urgência em superar a subalternidade da Assistência Social historicamente detectada. O grande problema é que os fundos públicos e mais especialmente os fundos da seguridade social ao serem diminuídos ao sabor das crises econômicas, como decisão de governo, pensa somente numa determinação política econômica centrada nos ganhos de capital (o rentíssimo) e não na centralidade e capacidade de gerar benefícios aos beneficiários e, estes, operarem mudanças no mercado. No regime de acumulação operados pelas forças econômicas, o fundo público é vital para o funcionamento do metabolismo do capital financeiro e para a produção. Daí que o orçamento é campo de luta entre o capital, o trabalho e os pobres (influenciando nos seus impactos) e o Estado é local deste campo. As escolhas fazem uma nação.

Comparando os destinos dos recursos dentre da Seguridade social podem notar seguindo SCHMIDT E SILVA (2015) que os recursos estão assim distribuindo: em relação ao ano de *2005* a *Assistência social* obteve recurso de 6,2% do total de recursos destinados a seguridade social. Fincando *a Previdência Social (e trabalho)* com 79,4%, e *a saúde* com 14,4%. Em relação ao ano de 2013: a Assistência Social ocupa 8,5% dos recursos da seguridade social; a saúde com 13,4%; em relação a previdência social os recursos foram de 78,1% dos recursos da assistência social. Destaca-se a aproximação em termos de volume investido de gastos da assistência social em relação a saúde. Mostrando o crescimento da importância da assistência nos planos estratégicos do governo. Em relação aos *Programas de transferência de renda* dentro da Assistência Social os autores supracitados detectam o aumento da participação do Programa Bolsa família.

Outra questão são os investimentos do Estado em *políticas públicas de incentivo a economia* que atingem e privilegiam empresários do setor produtivo, com a finalidade de ampliarem o mercado de trabalho. Se serve para ampliar o mercado produtor e produzir

empregos são investimentos fundamentais. Se são usados para outros fins, desviam os objetivos dos investimentos públicos, e por isso, tais recursos deveriam ser mais fiscalizados em termos de retorno da política econômica.

Mas observado a série histórica no governo Lula, constata-se que os investimentos na economia (PAC; minha casa, minha vida) foram propícios a ampliação de *empregos e da renda*, como também proporcionou *aumento dos salários anuais*, fixando uma política pública diferenciada e, junto com *o Programa de transferência de renda Bolsa família* ajudou a alavancar a economia. Esse processo repercutiu rapidamente no comercio. O Produto interno bruto cresceu a uma média anual de 2003 a 2006 3,5% e de 2007 a 2010 4,6 % favorecendo segurança a classe média e os mais pobres (MATTOSO apud SADER, 2017).

> Como consequência, a classe média – formada por famílias com ganhos de R$ 1.064 a R$ 4.591 – cresceu 44% em oito anos, tornando-se um dos principais símbolos da economia na Era Lula e a classe majoritária no país, representando mais de 50% da população. Em oito anos, o consumo entre os integrantes da classe C cresceu 6,8 vezes e quase se igualou às despesas das classes A e B somadas, segundo o IBGE (BBC NEWS BRASIL. Era Lula chega ao fim com emprego recorde e risco inflacionário)

Sobre esse dado precisamos seguir *o bom senso*: a evolução do emprego e a inserção dos pobres e extremamente pobres no mercado consumidor pode passar a impressão de os mais pobres foram incluídos na Classe média como defendem (NERI, 2008; POCHMANN, 2012), no entanto um exame dos dados baseados em entrevistas (SOUZA, 2010) revelam que surgiu um outro segmento de classe, que Jessé Souza denomina de *os batalhadores brasileiros*. Ser da classe média supões um conjunto de disposições culturais/ educação, modos de agir em relação ao trabalho, a educar filhos, um olhar específico sobre o que é o mundo, ou seja, aos habitus (BOURDIEU, 2007) socialmente construídos e, portanto, a passagem de grupos pobres para uma outra mentalidade requer tempo e aprendizagem. Que Lula, como sua sensibilidade, entendeu muito bem. ***Os batalhadores*** são os pobres que aprenderam a operar na ótica do trabalho, conseguiram inculcar procedimentos que os extremamente pobres ainda não conseguiram e que SOUZA (2009) os denominam de ***A Ralé brasileira***. Os batalhadores são os pequenos empreendedores' constituídos por pequenos comerciantes (lojinhas de garagem, barracas de rua ou em feiras, lojinhas de bairro e comunidades populares), donos de indústrias de pequeno porte (confecções, serralheria, carpintaria) e pequenos agricultores. No caso das mulheres, o abandono dos maridos a única fonte de geração de renda da família. Há também os batalhadores 'assalariados' dedicados ao trabalho em pequenas e médias indústrias, vendedores, técnicos, profissionais do setor de

serviços como telemarketing. Portanto o governo Lula ajudou a gestar, nos processos que desencadeou, em termos de distribuição de renda, aumento de salários anuais, acesso ao crédito não só potencializando a economia, mas também e principalmente ativou uma transformação abissal nos costumes dos seguimentos sociais mais pobres e excluídos.

> Esses anos, se não foram os melhores, fazem parte do melhor período que este país viveu em muitos e muitos anos. Se formos analisar as carências que ainda existem, as necessidades vitais de um povo na maioria das vezes esquecido pelos governantes, vamos perceber que ainda falta muito a fazer para garantir a esse povo a total conquista da cidadania. Mas, ***se analisarmos o que foi feito, vamos perceber que outros países não conseguiram, em trinta anos, fazer o que nós conseguimos fazer em dez anos. Quebramos tabus*** e conceitos preestabelecidos por alguns economistas, por alguns sociólogos, por alguns historiadores. Algumas verdades foram por água abaixo. Primeiro, provamos que era plenamente possível crescer distribuindo renda, que não era preciso esperar crescer para distribuir. Segundo, provamos que era possível aumentar salário sem inflação. Nos últimos 10 anos, os trabalhadores organizados tiveram aumento real: [...] o salário-mínimo aumentou quase 74% e a inflação esteve controlada. Terceiro, durante essa década aumentamos o nosso comércio exterior e o nosso mercado interno sem que isso resultasse em conflito. Diziam antes que não era possível crescer concomitantemente mercado externo e mercado interno. Esses foram alguns tabus que nós quebramos. E, ao mesmo tempo, fizemos uma coisa que eu considero extremamente importante: provamos que pouco dinheiro na mão de muitos é distribuição de renda e que muito dinheiro na mão de poucos é concentração de renda (Entrevista com Lula apud SADER, 2013)

Focaliza-se as políticas sociais, através de Programas de transferência de renda, por terem um impacto reduzido no PIB, − não mexe com interesses das elites − no entanto, tais recursos impactam indiretamente todos uma cadeia produtiva que em termos substanciais favorecem a economia como um todo e insere os pobres no consumo.

Incentivam-se a ampliação de créditos (SINGER, 2012) seja em termos de consignados que atingiu idosos e pessoas portadoras de deficiência (principalmente aqueles que recebem o BPC – Benefício de Prestação continuada) como aqueles beneficiários do programa sociais Bolsa Família que, por sua vez, através do consumo, produzem forte impactos no mercado interno.

O aumento do poder de compra produzido pelo equilíbrio dos preços facilitou o acesso a bens de consumo e a serviços dando poder as camadas pobres através da inflexão ocorrida a partir de 2006 (SINGER, 2012).

> Em função do estímulo ao mercado interno e uso intensivo dos bancos públicos, o Estado obteve um comando sobre a economia que lembrava o do milagre de 1967 a 1976. Desde essa posição, pôde induzir a rápida retomada de 2010, após o recuo de 2009. O setor privado foi puxado pelas desonerações fiscais e financiamentos estatais como o do ***Programa Minha Casa Minha Vida (mcmv)***, que poderia ser tomado como símbolo da terceira fase, da mesma maneira que ***o Bolsa Família*** foi da primeira e ***o aumento do salário mínimo***, da segunda. A importância do mcmv está em que o subsídio público e o crédito concedido à habitação popular levou à contratação de trabalhadores na construção civil, o que foi um dos carros chefe da

> retomada do emprego depois da onda de demissões no primeiro trimestre de 2009. Graças a essa política, o desemprego foi contido, tendo sido gerados 1,3 milhão de vagas em 2009 e 2,5 milhões em 2010 (recorde). Na média do biênio, 1,9 milhão de postos foram criados, igual a 2007 (antes da crise). Simultaneamente, o mcmv facilitou a setores de baixa renda o acesso à moradia própria, um dos principais itens na transformação das condições de vida dos pobres. Celso Furtado indica que o acesso à moradia é uma "habilitação" fundamental para superar a pobreza em contexto urbano. (...) Não obstante, parece haver algum progresso em relação à absoluta precariedade das moradias anteriores (SINGER, 2012).

Esse texto acima citado estabelece uma leitura interessante do governo Lula ligando o social como indutor da economia e estabelecendo um processo ou, um avançar das políticas públicas econômicas e sociais do governo: a primeira fase foi o *Bolsa família*, transferindo renda aos pobres e extremamente pobres, a segundo fase o *aumento do salário mínimo,* aumentado o poder de compra da classe média, e junto com isso, a estabilidade nos preços dos produtos de primeira necessidades, e a terceira fase a implantação do projeto *minha casa, minha vida* , que facilitou o acesso às pessoas de baixa renda a moradia e gerou empregos e salários, como esteio para o desenvolvimento social e econômico.

A visão de Lula sobre *economia* e *a situação de pobreza no Brasil* passou por um processo de transformação, de um radicalismo revolucionário para um tipo de modelo político que respeita as possiblidades dadas nas circunstâncias do tempo, que constrói opções viáveis, evitando conflitos. Um Lula que se fixou não no fim da desigualdade, mas na limitação possível e sustentável das condições de saída da pobreza.

Daí que o problema da pobreza está ligado não somente a transferir renda, − que a curto prazo impacta uma sociedade carente de recursos − mas transformar os mais pobres, os sem formação profissional, via educação, em *trabalhadores com salário*. Percebam, por exemplo, que as transferências de renda passaram a exigir *condicionalidades*. Como forma de produzir o cidadão, o trabalhador.

No entanto, a geração do trabalho é um entrave no sistema mundo do capitalismo atual (WALLERSTEIN, 1974 a, b), operado sob o influxo do capital financeiro. Há trabalho, mas somente para aqueles bem equipados com competências e habilidades específicas necessárias. A criação do trabalho (SINGER, 2000; POCHMANN, 2001) passa por processos de indução da economia por parte do Estado. A grande massa de pobres e extremamente pobres ficam a margem. Precisam ser incluídos, na ordem neoliberal, como consumidores. Como fazer? O governo aplica as políticas de focalização, transferência de renda. Políticas desse tipo ajudam a diminuir os impactos das crises no mercado. O problema do trabalho é um problema sério nos dias de hoje e liga-se umbilicalmente a questão social, a solução de problemas de manutenção da vida.

Não se há de negar que o governo Lula operou nos marcos do capitalismo financeiro, no entanto, tentou reorganizar tais políticas neoliberais de forma a adequar-se a um quadro invertido: antes de Lula os agentes públicos operavam com um olhar econômico, não sobre um olhar que a partir do social, se tornava o mote para mudanças econômicas. Nessa ótica o mercado era meio e fim para a ação. E nesse sentido as pessoas, e os mais pobres, deveriam encaixar-se (ou tentar esforçar-se de acompanhar o campo competitivo do mercado de trabalho e de consumo) no movimento gerador do metabolismo que o capital estabelecia em seus círculos econômicos. Lula, estabeleceu uma mudança radical. Seu olhar parte da *situação da falta*, do "risco social" para perguntar-se em que circunstância isso pode mover a economia.

> A opção de Lula pelos mais pobres revelaria não ser correta a avaliação que vê um "caráter completamente neoliberal do seu governo", pois uma das características do neoliberalismo é favorecer o aumento da desigualdade. Procurei mostrar no capítulo precedente que as políticas de inclusão não teriam sancionado as "fraturas sociais", mas sim favorecido a diminuição da desigualdade. Entretanto, para melhor compreender o lulismo, é necessário qualificar melhor o igualitarismo em marcha SINGER (2012).

SINGER (2012) tentando compreender o modelo econômico que atravessa não só Lula, mas alguns personagens do PT, nessa nova fase de interpretar os anseios dos empobrecidos e de entender, por sua vez o movimento do capital financeiro hodierno, diz que esse modelo pode ser chamado de "*reformismo fraco*": que percebido sob a ótica dos mais pobres, pode ser entendido como querer "deixar de existir" e tornar-se inserido no mercado formal de trabalho, querer garantir um padrão mínimo de consumo e estar assegurado pelas garantias ("*segurança*" social dos direitos) que Estado deve promover. Nessa ótica econômica e social de Lula, as relações econômicas e sociais passam por um pacto anterior entre os segmentos sociais de que todos enquanto engajados devem respeitar. Nesse sentido o que Lula e sua economia produziram foram tentativas de convencer o empresariado de uma aventura de ***encaixar*** a todos (empresários, classe média, os trabalhadores e a ralé), num círculo produtivo vigoroso e sustentável. Mesmo que isso não produza o arrefecimento da desigualdade, mas gere diminuição gradual da pobreza e o fim da fome.

> Desde esse ponto de vista, é correto afirmar que, mesmo tendo havido redução da desigualdade no governo Lula, ela foi insuficiente para tirar o país do quadrante em que estão as nações mais desiguais do mundo. O argumento, no entanto, se aplica menos ao que aconteceu no governo Lula e mais ao que veio antes de Lula. O Brasil permaneceu parado num escalão elevadíssimo de desigualdade, por momentos o mais alto do mundo, durante cerca de duas décadas, desde o fim dos anos 1970 até o começo dos anos 2000. A herança da brutal desigualdade legada pelo século xx foi desembocar no governo Lula, com os 10% mais ricos se apropriando de quase 50% da riqueza e deixando aos 40% mais pobres apenas 8%! A desigualdade "atravessou

> impassível o regime militar, governos democraticamente eleitos e incontáveis laboratórios de política econômica, além de diversas crises políticas, econômicas e internacionais", lembram Ricardo Paes de Barros e colaboradores (SINGER, 2012).

O governo Temer leva na sua insígnia de governo "*Ordem e Progresso*" querendo com isso representar as forças do mercado em ação rumo ao futuro. Um Brasil do futuro. Mas para quem? O que oferecerá? Um futuro no qual o mercado é o começo e o fim de todas as respostas possíveis. "Não reclamem, trabalhem" diz ele no seu primeiro discurso à nação. Um capitalismo que já de antemão já tem os seus escolhidos: às elites.

O governo Lula assumiu como slogan de governo "*Brasil, um país de todos*" justamente para reforçar a necessidade de um novo pacto social, mas também para tentar gestar, nas possibilidades da história do Brasil, uma transformação no *ethos* nacional. Poderíamos, como sugere SINGER (2012) apostar num outro slogan para o governo Lula "*Ordem e Mudança*" justamente para expressar seu esforço de interpretar o Brasil como ele é e não como o queremos: de um lado, uma estrutura desigual, historicamente desigual e uma cultura brasileira no qual o povo sabe o que quer, "ser incluído, ser cidadão", mas ainda aguarda numa espera pacífica um futuro de prosperidade, de outro lado, um ato, um esforço de um indivíduo, com certeza não solitário, de engendrar por dentro do capitalismo brasileiro, de forma sorrateira não uma esperança vã, mas passos concretos de esperança, introduzindo "um princípio esperança" capaz de, quem saber, fazer o povo deixar a esperança pacífica à uma atitude transformadora na história. "Nunca antes na história desse país" se ouviu falar de um "líder" de tal expertise em termos de entender a sensibilidade do seu povo, uma visão pedagógica, de esperar ao atuar na esperança de despertar a todos, principalmente "o povo". Um ato, não tão grande e nem tão pequeno, que acene para frente, mas que não impeça o protagonismo dos outros seus companheiros. Pois são esses os verdadeiros protagonistas. Não seria isso o verdadeiro fundamento do "poder" (WEBER, 2009). A grande questão: o seu povo estará à altura de grande transformação? Ou deveremos ainda esperar um futuro distante?

## 2.4 AS BASES DOCUMENTAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL FUNDAMENTADAS NO TERRITÓRIO E NA FAMÍLIA

O reconhecimento de situações sociais aviltantes na qual vivem o povo mereceu da ***Carta Magna*** a garantia dos *direitos sociais*. O artigo 6º da Constituição determinou *os direitos sociais* e o artigo 194 marcou a concepção de *seguridade social*

> **São direitos sociais** a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
>
> **A seguridade social** compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas **a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social**. (CF, Art.194. V.) (os grifos são meus)

A *Seguridade social* é marcada na CF/88 por uma tríplice prioridade como *políticas sócias públicas* e como serviços fundamentais aos cidadãos: saúde, previdência e assistência social. São direito que cobrem indivíduos nas suas diversas fases da vida e grupo familiar e, portanto, tornam-se um dever do Estado, sendo *a saúde e a assistência social* não contributivas, sob a influência do modelo de Beveridge, em defensa da universalização dos direitos e a *previdência* destinada aos que a ela contribuem, sob a influência do modelo bismarckiano, contributivo. Marcam formas diferentes de intervenção do Estado e demarcam diferentes formas de políticas públicas influenciados pelo peso das estruturas econômicas. Na verdade, tais políticas são integradas marcando, assim, um peso maior do modelo universal de Beveridge.

Segundo Sposati (2009):

> A CF/88, ao estabelecer o direito à seguridade, ***determina não ser necessário que um brasileiro primeiro mostre que não tem renda para depois ter acesso a um serviço público***. Esse modo de gestão do serviço público seria vexatório, por submeter que ***o cidadão*** abdique da ***condição*** de ter ***direitos ou força própria*** e que se mostre como necessitado. O enquadramento como pobre, carente, necessitado é a antítese do direito à cidadania, ou do direito a ser incluído no serviço a partir de sua necessidade (o grifo é meu)

O cidadão, fazendo parte do povo, figura na Constituição Federal como o *soberano* para o qual converge as ações do Estado independente de sua condição social.

A ***Assistência Social*** é um direito do cidadão e um dever do Estado (Art. 1º; LOAS/1993 - Lei Orgânica da Assistência Social), deve ser prestada a quem dela necessitar, sem necessidade de prévia contribuição (art. 203 da CF). Sua finalidade, dentre outras, é *a* ***proteção das famílias*** e dos seus elementos formadores provendo com "mínimos sociais" para garantir as necessidades básicas (art. 1º, LOAS). O Artigo 3º da Constituição define os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre eles o de *erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.* Ora, O LOAS como Lei que regulamenta a CF, estabeleceu normas e critérios objetivos para organizar a Assistência Social fixando que os cidadãos portão direitos fundamentais e, pela falta de condições de usufruí-los por vontade própria, o Estado passa a oferece-los por meio da proteção social articulada a outras políticas sociais e realizada através de um conjunto de

benefícios, serviços e programas com recursos da seguridade social (artigo 204). Portanto garantir atendimento as necessidades básicas.

Essas *normas e critérios orientadores* estabelecidos para a proteção social no Brasil passaram em 2004, via deliberações de *Conferências* e aprovação de órgãos do MDS[58] (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome) – Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)[59] − a receber um desenho mais claro através da *Política Nacional de Assistência Social* (PNAS).

> A Assistência Social como política de proteção social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa ***garantir a todos***, ***que dela necessitam***, e sem contribuição prévia a provisão dessa ***proteção***. Esta perspectiva significaria aportar ***quem, quantos, quais e onde estão os brasileiros demandatários de serviços e atenções de assistência social***. [O PNAS apresenta] um certo modo de olhar e quantificar a realidade, a partir de: ***Uma visão social*** ... pautada na dimensão ética de ***incluir "os invisíveis***", [resultado] uma situação social coletiva; ...***conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais*** a que estão sujeitos, bem como ***os recursos com que conta*** para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível; ... captar as diferenças sociais, entendendo que ***as circunstâncias e os requisitos sociais circundantes do indivíduo e dele em sua família são determinantes para sua proteção e autonomia***; ... entender que a população tem necessidades, mas também ***possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas***; ... ***identificar forças*** e não fragilidades que as ***diversas situações de vida possua***. ... levar em conta ***três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família***. ... maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem. ***... relacionar as pessoas e seus territórios***, no caso os municípios ... A

[58] PAIVA, Ariane Rego de; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. O papel do MDS na institucionalização do Sistema Único de Assistência Social. SER Social, Brasília, v. 13, n. 28, p. 157-183, jan./jun. 2011. Disponível em: < file:///C:/Users/dell/Downloads/5625-17953-1-PB.pdf>. Acesso em 21 de jun. de 2018.

[59] O MDS foi criado para dispor de um lugar institucional próprio e delimitado capaz de integrar áreas estratégias para o cumprimento do plano de governo no que diz respeito às políticas de combate à pobreza. A Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) será a responsável no MDS pela gestão da Política Nacional de Assistência Social e do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Também garante o funcionamento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e implementa programas, benefícios e serviços da rede de proteção social. No Ceará, a Secretaria Municipal de Fortaleza homologa é a Secretaria de Direitos humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS). Segundo a Seite da Prefeitura Municipal de Fortaleza a SDHDS "... foi criada em 2017, com a fusão das antigas Secretarias de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Setra) e de Cidadania e Direitos Humanos (CSDH). Tem o objetivo de promover, garantir, valorizar e difundir os direitos humanos e sociais da população. É responsável por ações, equipamentos, eventos e conselhos voltados para executar políticas públicas para idosos, população LGBT, negros, mulheres, pessoas com deficiência, segurança alimentar, assistência social, com destaque para a população em situação de rua" (cf. Prefeitura de Fortaleza. Disponível em:< https://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/a-secretaria-333>. Acesso em 21 de jun. de 2018). O LOAS estabeleceu o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão de deliberação colegiada entre governo e sociedade civil, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência (PNAS). Há conselhos ao nível Estadual e Municipais. A cidade de Fortaleza possui o CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) "... é um órgão deliberativo e fiscalizador da Política Municipal de Assistência Social. O colegiado é formado por 40 conselheiros, entre titulares e suplentes. Metade dos conselheiros representa o poder público e a outra metade a sociedade civil – entidades socioassistenciais, usuários e trabalhadores da Assistência Social –, eleitos, por meio de assembleia geral, para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos à função uma única vez. (Prefeitura de Fortaleza, id). Segundo o Art. 30 do LOAS a condição de repasse de recursos aos municípios e estados a efetivação e funcionamento dos conselhos e do fundo de assistência social, como controle e orientação dos conselhos e ter um plano de assistência social; como também a comprovação do uso dos recursos

> unidade sociofamiliar, por sua vez, permite o exame da realidade a partir das necessidades, mas também dos recursos de cada núcleo/domicílio (BRASIL, PNAS, 2004/2005; os grifos são meus)

Na Política Nacional de Assistência social estão dados o desenho da política de Assistência Social e o instrumento básico chave para concretizá-la: o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

**Para o PNAS a *Assistência social*** como prática de *proteção social* visa garantir a todos, que dela necessitam e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. Aqui ***não*** se ***focaliza as políticas, as torna universais àqueles indivíduos e grupos familiares "demandatários" de serviços e assistência a suprir suas necessidades básicas, como cidadão.*** Escolhe três vertentes sobre as quais a proteção atuará: *as pessoas* e suas circunstâncias e seu núcleo de apoio, *a família*. Caracteriza estes "demandatários" como "*invisíveis*", "*vulneráveis*", em situação de "*risco*" naturais e sociais (a velhice, a doença, o infortúnio, as privações), fruto de uma imposição social, econômicas e políticas.

As políticas públicas sociais visam suprir *as necessidades básicas* destes demandantes, através de aquisições materiais e sociais: as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social, desenvolvendo talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia (DI GIOVANNI, 1998 apud PNAS; NOB/SUA, BRASIL, 2010). Portanto, o Estado e a sociedade publicamente acolhem e reconhece como legítimos os direitos destes demandantes. Nesse sentido passamos a entender que a *seguridade social sob a figura da Assistência Social* é um processo de construção de relações de reconhecimentos mútuos em sociedade que passa por processos redistributivos (FRASER, 2007)

*O papel de proteção social* também assumido pela *Assistência Social*, pode em outras palavras, ter sentido em três aspecto básico de *garantir a segurança* (PNAS, 2004): *segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar*.

**A segurança de rendimentos,** é a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego. É o caso de pessoas com deficiência, idosos, desempregados, famílias numerosas, famílias desprovidas das condições básicas para sua reprodução social em padrão digno e cidadã. Exemplos podem ser dados: O BPC (Benefício de Prestação Continuada) e o Bolsa família. O Programa Bolsa Família também se constitui benefício da

assistência social, e tem por objetivo: a) gerar alívio imediato da situação de pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; b) viabilizar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação (condicionalidades), de modo a contribuir para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; c) coordenar os programas complementares, visando o desenvolvimento das famílias, a fim de que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

**A segurança da acolhida** opera com a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade.

**A segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio** supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações.

Em 2005 foi aprovada a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS que normatiza a implementação do SUAS (Sistema única de Assistência Social) estabelecido PNAS/2004 em todo o território brasileiro, integrando os entes federados e consolidando o sistema descentralizado e participativo instituído pelo LOAS.

O PNAS determina que o SUAS (Sistema único de Assistência Social) regule e organize as ações assistenciais de caráter permanente ou eventuais existentes em todo o território brasileiro. São diversos serviços, programas, projetos e benefícios prestados diretamente pelos entes governamentais integrados ou através de convênios,

De acordo com a PNAS (2004), ***os eixos estruturantes da intervenção do SUAS*** são: a *matriz sociofamiliar; descentralização político-administrativa e territorialização; novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil; financiamento; controle social; política de recursos humanos; informação, monitoramento e avaliação.* Esses eixos serão utilizados como referência obrigatória ao trabalho dos CRAS (Centro de Referência de Assistência social). Abaixo trataremos de alguns desses eixos de intervenção.

Também o PNAS define para o SUAS a implementação da política nos serviços da Assistência Social segundo as seguintes referências: *vigilância social, proteção social e defesa social e institucional.* Aqui, em especial dar atenção aos serviços de proteção social. Em termos de serviços de *vigilância social* preocupa-se, em grandes linhas, conhecer e monitorar as formas de vulnerabilidade social e os riscos em diversos territórios. A função é de prevenção e de antecipação dos problemas através de diagnósticos; ***o serviço de proteção social*** faz-se presente através da segurança de rendimento gestando a autonomia através de benefícios continuados (BPC) e eventuais (Bolsa família); o serviço de *defesa social e institucional* busca garantir aos seus usuários o acesso ao conhecimento dos direitos

socioassistenciais e sua defesa. São direitos socioassistenciais a serem assegurados na operação do SUAS a seus usuários: "direito ao atendimento digno, atencioso e respeitoso, ausente de procedimentos vexatórios e coercitivos. Direito ao tempo, de modo a acessar a rede de serviço com reduzida espera e de acordo com a necessidade. Direito à informação, enquanto direito primário do cidadão, sobretudo àqueles com vivência de barreiras culturais, de leitura, de limitações físicas. Direito do usuário ao protagonismo e manifestação de seus interesses. Direito do usuário à oferta qualificada de serviço. Direito de convivência familiar e comunitária" (PNAS, 2004).

O SUAS, segundo o PNAS assegura a proteção social em dois aspectos: *Proteção Social Básica* e *Proteção Social Especial* (de Média e de Alta Complexidade), tendo como equipamentos públicos, respectivamente, *os Centros de Referência de Assistência Social* (CRAS) e os *Centros de Referência Especializados de Assistência Social* (CREAS), esse último especializado em proteção de média complexidade. Trataremos somente da *proteção social básica* que pode ser definida

> "como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando a enfrentar situações de risco social ou de privações sociais" (JACCOUD, 2013).

Este tipo de proteção tem como principal foco a prevenção de situações de riscos. É voltada a população em situação de *vulnerabilidade* (PNAS 2004) cuja origem na pobreza, gera ausência de renda e, portanto, em situação de privação, precário ou nulo acesso aos serviços públicos. Também situações de relações de convívio baseado em conflitos.

***O SUAS*** já se estabeleceu praticamente na totalidade dos municípios brasileiros se materializando nos serviços de proteção básico oferecidos pelos CRAS. O CRAS, unidade pública de base municipal estabelecido em áreas de vulnerabilidade e risco social é referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no seu território de abrangência.

> O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias (LOAS, 2011, art. 6º- C)

A ***Proteção Social Básica*** busca o fortalecimento de potencialidades, vínculos e autonomia dos beneficiários, tendo um tríplice caráter, *preventivo, protetivo* e *proativo*. *O caráter preventivo*: ***o CRAS*** via conhecimento prévio do território e das famílias atendidas e

de suas demandas sociais e dos níveis de desproteção social decorrentes busca reduzir os impactos das vicissitudes sociais e/ou naturais relacionadas ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família, assim como referentes aos laços afetivos e relacionais. *O caráter protetivo*: o CRAS busca centrar esforços nas intervenções buscando apoiar, amparar, resguardar, defender e garantir o acesso das famílias e seus membros aos seus direitos. No *caráter proativo do CRAS* busca-se antecipa ou impedir a ocorrência de situações de vulnerabilidade ou risco social. A atuação proativa deve intervir em situações que impõem obstáculos ao acesso aos direitos.

Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que disponha de *espaço físico, equipe compatível e capacidade de atendimento do número de famílias no território* (NOB/ SUAS, Art. 63 §2º.). Segundo o mesmo NOB/SUAS no seu Art.63 §3 o CRAS será organizado conforme o número determinado de famílias a ele referenciados conforme observando-se a seguinte divisão: I - até 2.500 famílias, o CRAS atenderá 500 famílias; II - de 2.501 a 3.500 famílias o CRAS atenderá 750 famílias; III - de 3.501 até 5.000 famílias o CRAS atenderá até 1000 famílias; com seus respectivos números de técnicos.

No CRAS a população encontra o atendimento do Cadastro Único, instrumento de informações para identificar as condições sociais e econômicas de famílias com baixa renda no país, obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família.

O CRAS atua a partir de eixos estruturantes: a territorialidade e as relações socio familiares.

> **A territorialização** refere à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento. A adoção da perspectiva da territorialização se materializa a partir da descentralização da política de assistência social e consequente oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários.
> **A matricialidade sociofamiliar** se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. A família, segundo a PNAS, é o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS - CRAS,2009)

De acordo com o PNAS, o SUAS atua com os seus serviços público socioassistenciais através dos CRAS, a partir dos municípios. Partir do território é fundamental pois é dele que emergem as necessidades da realidade local, suas características, os principais pontos de vulnerabilidades e potencialidade para dar condições ao poder público atuar eficazmente. O território deve ser entendido não simplesmente como espaço geográfico

delimitado, mas espaço de relações de trocas, de construção e desconstrução de vínculos, de disputas, contradições e conflitos. É o terreno de atuação das políticas públicas a partir do qual pode-se atuar e enfrentar os desafios. No território busca o CRAS: (a) articular *redes socioassistenciais* de proteção social básicas (centro de juventudes, entidades filantrópicas, centro de geração de renda, entidades comunitárias, etc.) facilitando o acesso efetivo da população aos serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social; (b) *a articulação entre os setores* e saberes para responder de forma integradas, a um objetivo comum; promovendo o diálogo entre as políticas públicas de assistência social com as demais políticas públicas e setores promovendo o acesso as famílias aos serviços setoriais; (c) *a busca ativa*, importante ferramenta de proteção social, gera informações sobre o território e ações preventivas da proteção básica por meio da identificação das famílias vulneráveis e suas potencialidades, permitindo compreender a realidade social de sua atuação.

No PNAS/SUAS a família é o centro para o qual objetiva o trabalho do CRAS, a sua proteção integral. O LOAS considera as famílias o elemento central de interesse das políticas públicas de Assistência Social.

> ...a NOB-SUAS admite que os CRAS sejam instalados, prioritariamente, em territórios com maior concentração de famílias com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo, uma vez que as vulnerabilidades sociais podem ser agravadas pela situação de empobrecimento das famílias. Em geral, territórios com concentração de famílias pobres são mais vulneráveis pois, desprovidos de serviços, o que evidencia a necessidade de uma maior atenção do Estado (BRASIL, 2009)

A família é concebida segundo o NOB/SUAS (2012) um meio afetivo, vinculados por *laços consanguíneos* onde os vínculos de obrigações recíprocas e mútuas, organiza-se em torno de relação de gênero e geração e, ou *solidariedade*. Amplia, portanto a imagem tradicional de família e a insere na diferenciação sociocultural de uma pluralidade de arranjos familiares produzido em sociedade. O PNAS diz que a família é mediadora de relações entre sujeitos e sociedade, mantendo e cuidando os seus membros e, portanto, o Estado precisa protegê-la (BRASIL, MDS. Orientações Técnicas/CRAS, 2009). E o faz implantando serviços, programas, projetos e benefícios através dos CRAS.

A família, na organização capitalista, vive profundas situações de desigualdade, pobreza e conflitos internos e sociais frente à sua luta pela sobrevivência e provisão de suas necessidades básicas. Os serviços, programas, projetos e benefícios oferecidos através do SUAS e materializados pelos CRAS podem reproduzir em seus serviços e, muitas vezes o fazem, a inculcação do capital de responsabilizar as famílias por se encontrarem em condições de pobreza e extrema pobreza. Refiro-me a imposição das condicionalidades. Se, de um lado,

obriga a família a se responsabilizar em levar seus filhos à escola e ao posto médico, pensando na quebra do ciclo de pobreza, por outro, essa exigência é mais uma forma de reforçar a obrigação de pagar pelo recebimento destes serviços. Alguns segmentos sociais brasileiros supõem que a escola e o acesso a postos de saúde ou a quaisquer serviços livrarão os pobres da condição de pobreza. O acesso ajuda e é necessário, no entanto, perguntas devem ser feitas: como é o acesso aos serviços públicos? Como são a qualidade desses serviços? Os profissionais estão capacitados a oferecer condições de incluir e receber os mais pobres, como cidadãos ou como meros serviços sociais paliativos? A situação, hoje, não passa em somente (e isso é fundamental) acabar com a pobreza que se materializa na fome ou desproteção social, mas ir fundo em desmontar as situações estruturais que geram a desigualdade (OXFAM/BRASIL, 2017).

Para PEREIRA (2010) esta forma de relacionar do Estado com as famílias, tem um fundo excludente que emerge da própria estrutura social desigual colocando de um lado, a proteção do estado, mas de outro lado, continuamente pressionando a família a se responsabilizar e os seus grupos de suportes próximos a lhe oferecer ajuda e, portanto, reforçando a culpa familiar e da sociedade local (contexto) na constituição de sua própria situação socioeconômica. Diz ela que

> Além disso, é fato empírico que a redescoberta da família não propiciou a produção de conhecimentos e de métodos de captação da realidade, capazes de descartar falsas visões ainda existentes nas chamadas políticas de família [...]. Por exemplo, [...], ainda prevalece uma "visão idílica" da família, das comunidades locais e de grupos informais, que deverão funcionar como fontes privadas de proteção social, tais como as que existiam a cinqüenta anos. [...] essa visão prejudica a obtenção de um conhecimento mais realista da possibilidade de a família vir a assumir um decisivo papel de apoio aos indivíduos numa sociedade em rápida mutação. Isso sem falar do equívoco da recuperação de antigos encargos domésticos, incluídos nos planos governamentais sob o nome de solidariedade informal, os quais, por recaírem mais pesadamente sobre as mulheres, incompatibilizam-se com o atual status de cidadã autônoma e de trabalhadora conquistado por esse segmento (PEREIRA, 2006)

Introduz, nesta perspectiva algo estranho ao pensado pela Constituição de 1988, e sutilmente apresentando o modelo liberal que sutilmente busca construir um *ethos privatista* na sociedade brasileira, assumindo os cuidados com a questão social e esvaziando o Estado, o poder público, destas funções. Assim nesse modelo neoliberal a família e a sociedade devem compartilhar com o Estado certas responsabilidades na provisão social até que o a sociedade civil e o mercado assumam por completo.

Fortalecer a vida familiar é fundamental quando se percebe a família como uma forma de vida em grupo, duradoura, que gera vínculos de pertencimento e a isso que o Estado

tem que reforçar através de sua rede de proteção com políticas públicas sólidas que a ajude a volta-se a constituir “pessoa para outra” e assim preparando para “viver com o outro” (BAUMAM, 2003). Portanto reforçando os laços de uma democracia sólida.

## 2.5 IMPASSES E DESAFIOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Como cientista social, lindamos com objetos construídos socialmente e já nos é natural utilizar a técnica de *desnaturalização* ou desmitificação da realidade e mostrá-la como *campo de disputa*. É isso que procuramos fazer em relação a Assistência Social. Procuramos, quando no momento de historicizar a Assistência Social, mostrar as disputas entre os agentes marcando seus lugares simbólicos de forca atuando num combate buscando delimitar o que é aceitável e não-aceitável em termos de serviços públicos. A Assistência Social pública não é simplesmente uma ação estatal publica direcionada aos pobres. Ela, quando bem estruturada, pode transformar uma realidade desigual e introduzir possibilidades impensáveis para segmentos sociais anteriormente excluídos. E isso faz diferença numa sociedade na qual, na sua grande maioria, são pobres, negros e à margem de bens e serviços públicos. Tentar fazer mudanças pode atrair o olhar das elites e, elas, interromperem processos de mudanças. Esse é um dos grandes impasses à Assistência Social no Brasil. Uma Sociedade que ainda não reconhece direitos básicos a grande maioria de sua população por temer enfraquecer-se e dividir recursos. Tendo em vista as experiências das nações desenvolvidas e a tentativa do governo Lula de ativar a economia via distribuição de renda (seja em termos de salários, transferência de renda, etc.) ou tratar o social como meio para o desenvolvimento achamos que são essenciais para criar um mercado interno que alavanque a economia e transforme nosso mercado interno em sustentável e dinâmico. Ganham todos os segmentos sociais.

É essencial um novo pacto federativo que redistribua melhor os recursos públicos, os tornando mais regionalizados. Esse proposito torna mais eficiente o atendimento em termos de Assistência aos mais carentes socialmente.

Ainda se percebe nos documentos (PNAS, SUAS, LOAS) uma visão pouco clara do sujeito beneficiário. Quem é ele? Os documentos afirmam que é o cidadão, no entanto, os sujeitos são tratados com deveres de prestar contas. Muitas vezes se percebe a carga de responsabilização dos sujeitos mais pobres como os responsáveis pela sua condição e não são vistos como indivíduos que sofrem o peso das estruturas que geram pobres e impedem os serviços públicos de serem eficientes e eficazes no serviço social público. Percebeu-se que efetivamente as políticas públicas sociais são baseadas na focalização (mesmo quando usada

esse terno de forma diferente, no caso do governo Lula). A base dos serviços públicos devem ser a universalização e melhoria de todo a cadeia de prestação de serviços público oferecido pela SUAS. E os programas sociais, por exemplo, complementares.

Trazer os beneficiários do SUAS a participar mais efetivamente das decisões dos serviços sociais e mais particularmente no CRAS.

# 3 POBREZA, DESIGUALDADE E PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA, BOLSA FAMÍLIA: UM DESAFIO À DEMOCRACIA

## 3.1 INTRODUÇÃO

Função primeira da ***democracia*** numa sociedade não é gerar situações de conflitos irresolvíveis e alimentar as diferenças de renda e oportunidade entre famílias. A nossa democracia atual é fruto da repetição histórica ininterrupta de relações verticalizadas e, portanto, de processos políticos (SOUZA, 2003, 2015; BOURDIEU, 1996, 2007; FLIGSTEIN, 2001, 2007; FOUCAULT, 2015; DEMO, 2001) de dominação das elites nacionais sobre as camadas mais pobres e despreparadas para o exercício do poder. Os cidadãos pobres brasileiros são pacíficos e odeiam choques e entrechoques, porque submetidos por longo tempo a exclusão da participação política e presos a labuta diária e sobrevivência. Nossas características democráticas passam por estruturas de poder na qual o Estado, por constantes vezes na história, e o nosso tempo não é exceção, é privatizado.

Quando surgem clarões dilatadores nos quais os mais pobres entram em cena e atores políticos empoderados conseguem fazer um jogo favorável, as forças ligadas as elites se associam novamente para restabelecer o controle possesivo da máquina estatal e de seus recursos quebrando as regras do jogo (BOBBIO, 2009). São exemplo imbatíveis o pós-constituinte que tratou de desmontar os benefícios legais ou os direitos fundamentais e, para completar, em nossos dias, o golpe político parlamentar que destituiu do seu exercício da Presidência, Dilma Rousseff. Mais recentemente, em nossos dias, a Projeto de Lei da Previdência social, como a anterior Reforma Trabalhista. Finalmente, outra grave disruptiva na nossa democracia, revelado pelo Intercept Brasil pelo jornalista Glenn Greenwald, o conluio entre os poderes da república em manter preso injustamente o ex-Presidente Lula.

Não só os políticos, mas os políticos empresários e milionários que habitam em sua maioria os corredores do congresso e das elites letradas e judiciárias que se juntaram numa associação espúria no intuito de fragilizar a nossa tão jovem democracia. As coisas acontecem na vida nem sempre com intencionalidade, mas diante da trama da história levou esses personagens, avistando parceiros com objetivos comuns, a tecerem os fios para se fortalecerem e acumular poder.

Como os pobres em suas diversas categorias (desde a ralé [extremamente pobres], passando pelos batalhadores [pobres] e classe média baixa) (SOUZA, 2003) não aprenderam a

arte da política, pois submetidos muitos anos à exclusão de recursos essenciais (capital cultural e renda), quase nunca foram capazes de alçarem à participação cidadã na vida social. Já é hora, por tudo que passamos, dos pobres ou, numa linguagem já antigas, as massas, não só ensaiarem saídas às ruas, para depois desaparecerem e dar seu lugar a classe média opulenta e moralista, mas realizarem o fim de suas vidas, obterem do Estado o lugar a que tem direito, não só bem-estar, mas o poder político[60]. Pois a *Política é a utopia da democracia*[61].

Inserir o conflito que separou os brasileiros foi uma estratégia impressionante, mesmo quando se repete o já conhecido padrão do liberalismo ao falar da importância da meritocracia, dizer que há privilégios que não são merecidos e que os mesmos devem ter um único critério, o saber e o saber fazer, marcado pela competência. Isso esconde mais uma vez a diletante ideia das elites de não se separar do acesso a recursos essenciais, poder (conhecimento) e dinheiro que lhe dão acesso a bens e serviço. Outra estratégia utilizada e, mais uma vez chocante por sua repetição na história brasileira, é o uso da moralidade e dos bons costumes: combater a corrupção; e ela reside no Estado e, portanto, a sociedade deve diminuí-lo. E devolve a iniciativa privada a condução dos interesses da nação. Mas o que não se mostra é que os corruptores estão na iniciativa privada, os empresários são corruptos.

Uma das estratégias cheia de malícia, devolver as coisas públicas para aqueles que sabem fazer, uma delas foi a criação do ***Projeto de Transferência de renda***, que além de diminuir a fome dos pobres, melhorar a economia, não impactar os interesses empresariais, tem no fundo, a capacidade de inserir os pobres na vida economia e alimentar o consumismo no mercado. Isso não é mostrado. Estratégia bem-feita de construir modelos de transferência de renda no qual o Estado foi assumindo, inicialmente concebido pelo modelo liberal para depois ser integrado no modelo comunitarista das esquerdas. Amenizar a pobreza, mas não resolver o problema da desigualdade é a solução mais "digna" dispensado aos pobres (na união Estado e poder privado) para, como isso não prejudicar a hegemonia das elites e, nem mexer na estrutura social brasileira.

O Estado tem um importante papel educador quando ele mesmo, em termos de suas políticas alimenta processos democráticos e participativos que são propedêuticas fundamentais para a vida democrática. Infelizmente esses processos precisam ainda ser fomentados com a vinda de mais participação não só no poder executivo e no exercício de pôr em movimento suas políticas públicas, mas também no poder legislativo, no qual a sociedade

[60] SANTOS, Boaventura de Sousa. Esquerdas do mundo, uni-vos! Boaventura de Souza Santos. São Paulo: Boitempo, 2018.
[61]Instituto Milenium. O que é democracia? Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MLQkIDxyCcQ>. Acesso em 26 de julho de 2018.

civil possa ter mecanismos de mais participação na autoria de leis, o própria judiciários precisa ser incluir o povo nos processos de julgamentos. Sem democratizar a nação inteira não aprenderemos a ser cidadãos.

A política pública de transferência de renda, Bolsa família, atuando localmente através das municipalidades devem ser esses espaços de exercitar a democracia participativa. Doravante precisamos ver se em seus processos participam os beneficiados com parceiros autônomos no projeto.

Nosso capítulo foi pensado com uma introdução (3.1.), seguido com uma caracterização do contexto das situações de pobreza no Brasil e no Ceará; segue-se com a parte (3.2) que apresenta a história do programa de transferência de renda, bolsa famílias com suas características principais, passando (3.3) por uma reflexão sobre a vulnerabilidade das famílias em situações de pobreza e extrema pobreza e finalmente (3.4) apresentando os impasses e desafios à política de transferência de renda.

## 3.2 CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Habermas (2012) anunciou desde os anos 80 o crescente avanço do ***sistema econômico*** sobre ***o mundo da vida*** (o mundo da *cultura*, da *sociedade* e das *pessoas*), dominando com uma *racionalidade instrumental* na qual seu único objetivo é o lucro e o desencaixe de pessoas, individualizando-as como consumidoras e responsáveis únicas por suas ações e consequências, e as distanciando da consciência de uma *corresponsabilidade sobre o mundo que se objetiva criar*, produzindo-lhes uma falsa liberdade e, noutro fim, gerando uma prisão numa "jaula de aço" (a expressão é de Max Weber). Nesse contexto desolador gestado desde os anos 80 e aprofundado em nossos dias (mais tristes e preocupantes) produziu-se a concentração de pessoas nos grandes centros urbanos, as continuas reestruturação da organização do trabalho, a concentração de renda, pobreza que continuamente se fixa em nossos dias com origem estrutural dos processos capitalista e, nesse sentido, a necessidade do próprio sistema de incluir esses "descartáveis" nos processos de lucro via *Programas de Transferência de renda*.

Nesse sentido os Programas de Transferência de renda estão sendo implantados em quase todo o mundo como medida complementares de ajuda ao mercado e não por causa das pessoas que sofrem por algum motivo "*riscos*" sociais momentâneo. No avançar dos anos pós-constitucional, os direitos sociais, no Brasil, estão sendo esvaziados de sua força protetora

e da ideia da corresponsabilidade de qualquer corpo político pelos seus cidadãos (CORTINA, 2005) e, mesmo da responsabilidade ética das pessoas e países pelos mais pobres no mundo que crescem em situação de miséria graças a exploração e concentração de renda[62] mundial atual.

### 3.2.1 Pobreza e desigualdade no Brasil

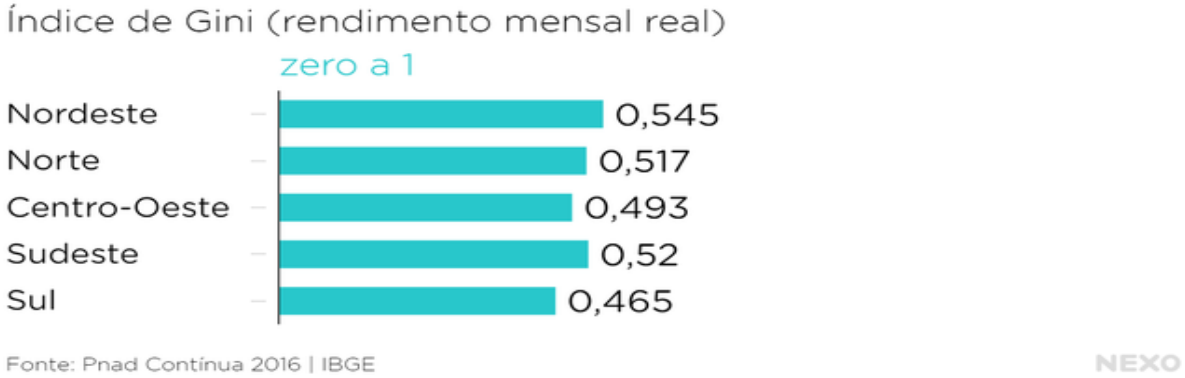
Segundo o IBGE (apud NEXOS[63]) em 2016 o ganho médio de uma pessoa que integra o grupo do 1% mais rico (889 mil pessoas) era equivalente a 36 vezes do ganho de uma pessoa que integra o grupo da metade mais pobre (44, 4 milhões) do país. Em 2016 o 1% mais rico tiveram em média um rendimento mensal de R$ 27 mil. E o grupo que integra os 50% com menor renda em 2016 ganhou em média um rendimento mensal de R$ 747 reais, inferior ao salário mínimo.

O *Índice de Gení* − índice que vai de 0 (perfeita igualdade) a 1 (desigualdade máxima); quanto mais próximo de zero, mais igualitária a distribuição de renda − usado para medir a desigualdade, ficou em 0,549 no país em 2016. Entre as grandes regiões, o menor índice foi no Sul (0,465) e o maior, no Nordeste (0,545). O Sul do país, portanto, contêm melhores condições de vida e oportunidades em relação ao Nordeste, por exemplo. Em 2016, o índice variou de acordo com a região e, nesse sentido, a desigualdade continua mais alta no **Nordeste**, 0,545.

[62]"Segundo os dados coletados pelo grupo de Piketty, os milionários brasileiros ficaram à frente dos milionários do Oriente Médio, que aparecem com 26,3% da renda da região. Na comparação entre países, o segundo colocado em concentração de renda no 1% mais rico é a Turquia, com 21,5% em 2015 — no dado de 2016, que poucos países têm, a concentração turca subiu para 23,4%, de acordo com o levantamento. O Brasil também se destaca no recorte dos 10% mais ricos, mas não de forma tão intensa quanto se observa na comparação do 1% mais rico. Os dados mostram o Oriente Médio com 61% da renda nas mãos de seus 10% mais ricos, seguido por Brasil e Índia, ambos com 55%, e a África Subsaariana, com 54%" (EL PAÍS. Reportagem Rodolfo Borges. DESIGUALDADE ECONÔMICA. Brasil tem maior concentração de renda do mundo entre o 1% mais rico. Pesquisa comparativa liderada por Thomas Piketty aponta que 27,8% da riqueza nacional está em poucas mãos. Disponível em; <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/13/internacional/1513193348_895757.html>. Acesso em 09 de julho de 2018).

[63]NEXO. Reportagem Lilian Venturini. Como está a desigualdade de renda no Brasil, segundo o IBGE. disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/30/Como-est%C3%A1-a-desigualdade-de-renda-no-Brasil-segundo-o-IBGE>. Acesso em: 09 de junho de 2018. Sobre a pesquisa "Rendimento de todas as fontes 2017", divulgada nesta 4ª feira (11.abr.2018) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística), com base em dados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). Disponível em: <https://www.poder360.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Pnad-Continua-Rendimentos2017.pdf>. Acesso em 09 de julho de 2018.

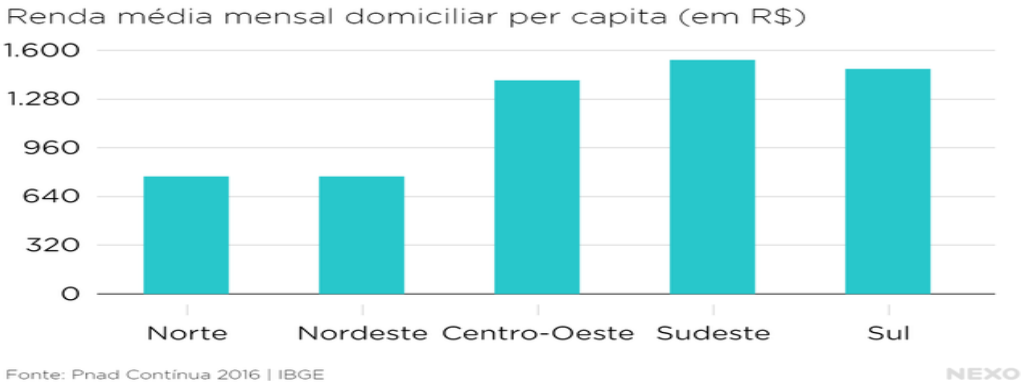
**Gráfico 2 – índice de Geni (rendimento mensal real)**




Fonte: Pnad contínua 2016/IBGE

Comparando o Índice de Gení (rendimento domiciliar *per capita*) (IBGE Apud NEXO, Id) do Brasil com o Estado do Ceará temos: *no Estado o índice é de 0,553* e, portanto, mais desigual. No Nordeste os Estados do *Alagoas* e *Maranhão* estão em melhor situação, mais próximos de Zero, respectivamente: 0,526 e 0,528. Mais próximo de 1, no índice de Geni, os Estados do Nordeste que estão gerando os piores índices, respectivamente, *Piauí* (0,546), *Bahia* (com 0,548), *Ceará* (0,553), *Rio grande do Norte* (0,558), *Sergipe* (0,572), *Pernambuco* (0,578).

**Gráfico 3 – Renda média domiciliar per capita (em R$)**




Fonte: Pnad contínua 2016/IBGE

A pesquisa do IBGE apresentou *o rendimento médio real domiciliar per capita* foi de R$ 1.242 mil, em termos de país. *Norte* e *Nordeste* ainda apresentam rendimento inferior ao verificado nas demais regiões.

**Tabela 1 - O rendimento médio domiciliar per capita por estado, em reais. Brasil comparado com o Estado do Ceará**

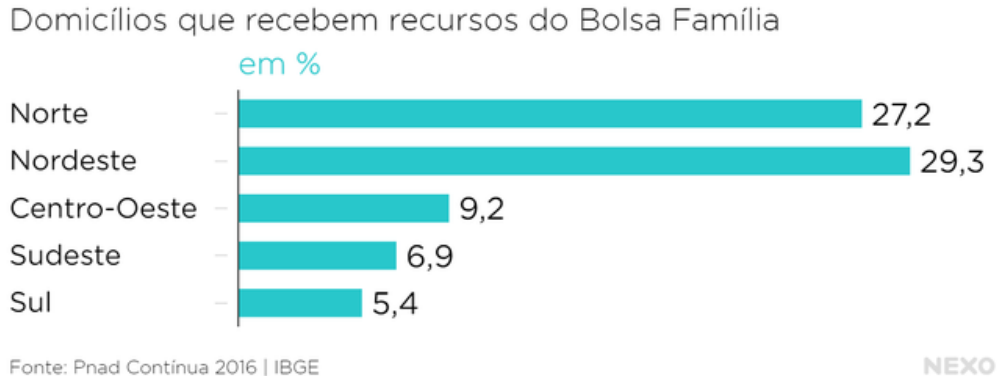
| Estado | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 |
|---|---|---|---|---|
| Brasil | 1268 | 1226 | 1113 | 1052 |
| Ceará | 824 | 751 | 681 | 616 |

Fonte: IBGE

Segundo o IBGE (apud NEXO) a *informalidade produzida pela pouca escolaridade* são um fator que explicar a diferença entre as regiões. Nesse sentido Norte e Nordeste possuem o maior número de famílias que dependem de *programas de transferência de renda*, como ***o Bolsa Família***.

> No Nordeste, em 2016, por exemplo, 29,3% dos 18,3 milhões de domicílios recebem recursos repassados pelo programa federal. Segundo o IBGE, o Nordeste é a região em que se verifica o menor percentual de rendimentos oriundos do trabalho e, por outro lado, o percentual mais alto de brasileiros com rendimentos vindos de "outras fontes", o que inclui os programas de transferência de renda. Essa característica dá a dimensão do peso dos recursos assistenciais na renda familiar (IBGE apud NEXO).

**Gráfico 4 – Domicílios que recebem recursos do Bolsa Família**




Fonte: Pnad Contínua 2016/IBGE

Segundo os indicadores (PNAD, 2016) a maioria das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família vivem na região Nordeste e Norte e são as que vivem em *situação de vida mais precárias* e com *baixos índices de escolaridade.*

Os dados revelam que a pobreza no Brasil tem um rosto bem característico, *negra* e *parda*. Sobretudo no Norte e Nordeste. No Sul predomina a cor branca e maior taxa de escolaridade.

Temos encontrado na passagem de 2016 para 2018 um aumento da pobreza muito visível nos grandes centros urbanos. Essa visibilidade da pobreza começa a aparecer no PNAD contínua de 2017 divulgado pelo IBGE na qual mostra que o número de pessoas em situação de *extrema pobreza* no país passou de 13,34 milhos em 2016 para 14,83 milhos em 2017. Segundo os analistas isso aconteceu porque muitas destas pessoas não chegaram e não

puderam encontrar um *emprego formal*. Encontramos essas pessoas trabalhando como camelôs, vendedores ambulantes, nos serviços, enfim, na informalidade, empreendendo como podem e, a depender de sua escolaridade, uns ganhando mais, a minoria, outras ganhando menos, a maioria, comparativamente.

> As pessoas pobres no Brasil não vivem apenas com pouco dinheiro, mas as condições de vida em suas casas também são piores do que a média, revela a Síntese de Indicadores Sociais 2017. Na média nacional, 62,1% dos brasileiros vivem em domicílios que possuem acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico (abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial e coleta direta ou indireta de lixo). Entre os 52 milhões de brasileiros que vivem com menos de 5,50 dólares (18,24 reais) por dia, uma das linhas de pobreza do Banco Mundial, só 40,4% vive em domicílios com esses três serviços (VEJA, janeiro de 2018[64]).

Numa sociedade como a Brasileira acostumada historicamente com situações aviltantes de miséria e desigualdade estrutural a transferência de renda em dinheiro às famílias assume um papel essencial de retirar da fome e da humilhação, milhões de brasileiros. E isso se faz necessário nesta transição econômica difícil no Brasil. No entanto, os programas devem ser complementados com serviços públicos adequados em quantidade e qualidade assistindo o/a cidadão/a como dignidade. No entanto não avistamos, nas atuais disposições no campo da política brasileira, plano para dilatar os serviços públicos direcionados para os pobres devido principalmente ao congelar investimentos públicos e a LOA 2018 (Lei Orgânica Orçamentária) que irá conduzir as políticas sociais nesse ano.

> Os cortes em alguns programas sociais previstos...para o próximo ano chegam a 97%, como no caso da pasta de desenvolvimento social. Se a proposta for mantida como está, o programa Bolsa Família terá redução de 11%, o que deve provocar a exclusão ao benefício de mais de 800 mil famílias. Outra estimativa surpreendente é em relação aos investimentos em infraestrutura. A redução prevista no orçamento do Programa de Aceleração do Crescimento é de 95%. Há cortes ainda em programas da saúde, educação, segurança pública, turismo, cultura, agricultura, ciência e tecnologia, defesa social e em infraestrutura.

Também com o governo eleito para os próximos quadro anos (2019-2022) nas mãos do Presidente Jair Messias Bolsonaro com uma referência neoliberal estrema – manter transferência de renda imensas essencialmente para o mercado financeiro e correntistas privados da classe média alta − não avistamos outro resultado que fixar as políticas sociais em programas de focalização e com condicionalidades.

---

[64]REVISTA VEJA. IBGE: 52 milhões de brasileiros estão abaixo da linha da pobreza. Dados da instituição mostram que cerca de um quarto da população no país vive com menos de US$ 5,50 (R$ 18,24) por dia, critério usado pelo Banco Mundial. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/ibge-52-milhoes-de-brasileiros-estao-abaixo-da-linha-da-pobreza/>. Acesso em 09 de julho de 2018.

### 3.2.2 A cidade de Fortaleza em suas contradições

Com os saberes e tecnologias à nossa disposição, situações de pobreza e desigualdade, produzidas por relações instrumentalizadas (dominação, subjugação acesso desigual a recursos socialmente produzidos), gerando estruturas sociais desfavoráveis ao bem-estar de todos, é uma situação que deve indignar-se, todos. No Brasil nossas elites (empresarial e classe média, pensadas como um todo e não em suas diferenças internas) construíram situações econômicas, sociais e culturais tais, que não admitem padrões de bem-estar mínimos para as camadas mais vulneráveis em nossa sociedade.

Exemplos podem ser dados, além daqueles ligados ao controle de recursos e acesso a serviços, quando por exemplo, na cidade de Fortaleza podem ser distinguidas duas cidades (em termos gerais): região Leste, rica, e as periferias, no Oeste. São dois tratamentos diferenciados que o poder municipal dá a cada um destes espaços com ambientações completamente diferentes e estéticas diferenciadas bastante claras. Um espaço direcionado para a vivência e experiências dos pobres com um ambiente marcado pela feiura estética e, outro, marcado pela opulência e cuidados. Esses espaços demarcados e apartados direcionados aos mais ricos, onde existem serviços básicos à disposição, inclusive a diversão, os pobres não podem acessar devido a restrições financeiras e aos estigmas referidos a eles.

Os recursos públicos (HARVEY, 2014), nesse sentido, são canalizados e concentrados para os processos empresariais ligados a grandes empresas, imobiliárias e turísticas, em busca do lucro rápido e, desprestigiando qualquer processo de planejamento da cidade mais participativos que possam privilegiar os mais pobres.

> Para o arquiteto e urbanista Renato Pequeno, os conflitos tendem a se agravar na ausência de uma estratégia de desenvolvimento sócio-espacial e pelo crescimento desordenado decorrente da supremacia dos projetos urbanos sobre os processos de planejamento. Segundo diz, a concentração de investimentos públicos nos mesmos setores atendendo a pressões do setor imobiliário é um dos motivos para o crescimento desordenado, acarretando dificuldades para a população. "***Crescimento desordenado significa dificuldade na mobilidade para aqueles que são levados aos recantos mais periféricos, significa insalubridade para os mais pobres que ficam sem acesso ao saneamento e ausência de equipamentos sociais"***. De acordo com o relatório das Nações Unidas State of the World Cities 2010/2011: Bridging the Urban Divide, a capital cearense é a 5ª cidade mais desigual do mundo. Essa distinção pode ser evidenciada, também, pelos números de ocupação. Com área de 314,93 Km², Fortaleza conta, atualmente, com 119 bairros, entre os ricos e pobres, novos e antigos e os dotados de infraestrutura domiciliar e urbana ou não. Quase a metade da população local (44%), no entanto, reside nos bairros das Secretarias Executivas Regionais V e VI. Com população de aproximadamente 77 mil habitantes, o bairro mais populoso é o Mondubim, na Regional V, e o menos populoso é o Pedras, na VI, com menos de 1.500 habitantes. Outra disparidade diz respeito aos serviços básicos de infraestrutura, ainda distribuídos de forma desigual.

> Dos mais de 780 mil domicílios, por exemplo, apenas 422 mil têm acesso a um tipo de esgotamento sanitário, conforme o último Censo Demográfico (os grifos são meus).[65].

***O Ceará*** atingiu a marca dos 9 milhões de habitantes em 2017. O 8º Estado mais populoso do Brasil. Com o total de extremamente pobres de 1,5 milhões de pessoas. Fortaleza possui deste total 8,9% de extremamente pobres (a maior participação dentre os 184 municípios).

A população de ***Fortaleza*** (IPECE, 2012) segundo o Censo Demográfico do IBGE 2010 é de 2.452.185 habitantes e chegou em 2017 a uma população de 2 627 482 habitantes; são 119 bairros dividida em 6 *Secretarias Executivas Regionais* (SER I, II, III, IV, V, VI) mais o Centro da cidade. Fortaleza é a 5ª. Capital do país. As regionais V (formada de 18 bairros, e VI (formado por 29 bairros), são as mais populosas. Mais precisamente 9.022.477 pessoas. A cidade de Fortaleza, comparado com a população em 2010, possui 134 mil pessoas em situação de estrema pobreza (5,5% de sua população) tendo como (linha de corte) o valor de renda familiar per capita mensal inferior a R$ 70,00.

**Figura 1 – SER V**

| SER V | Bairros | População / Área | Dados Econômicos[2] |
|---|---|---|---|
| Endereço: avenida Augusto dos Anjos, 2466. Siqueira. CEP: 60720-600 Telefone: (85) 3433.2917 Fax: (85) 3433.2918 | Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Canindezinho, Genibaú, Conjunto Ceará I, Conjunto Ceará II, Parque São José, Bonsucesso, Parque Santa Rosa, Conjunto Esperança, Vila Manoel Sátiro, Maraponga, Mondubim, Novo Mondubim, Jardim Cearense, José Walter e Parque Presidente Vargas. | Área Total: 56,11 Km2 População 2008: 536.134 População 2010: 541511 Domicílios 2000: 127.651 Domicílios 2010: 167170 | Responsável pela geração de 19.421 empregos, a regional V registra 2.777 empresas, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A atividade econômica de maior destaque da Regional é o comércio, responsável por 6.980 empregos num total de 1.448 estabelecimentos. |

Fonte: disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/09/24/noticiafortaleza,3319666/as-secretarias-executivas-regionais-de-fortaleza-e-seus-bairros.shtml>. Acesso em 21 de julho de 2018.

[65]Jornal DIÁRIO DO NORDESTE. Reportagem Renato Bezerra. Entre crescimento e contrastes, que Fortaleza a população conhece? À medida que a cidade cresce rápido em pouco tempo, contrastes físicos já existentes ficam mais evidentes. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/entre-crescimento-e-contrastes-que-fortaleza-a-populacao-conhece-1.1299583>. Acesso em 21 de julho de 2018.

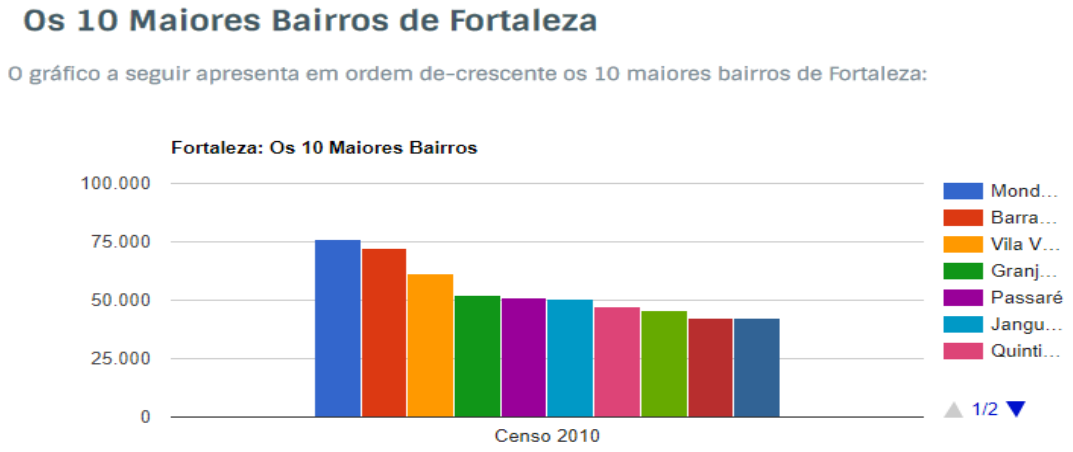
**Figura 2 – SER VI**

| SER VI | Bairros | População / Área | Dados Econômicos[2] |
|---|---|---|---|
| Endereço: rua Padre Pedro de Alencar, 789. Messejana. CEP: 60840-280 Telefone: (85) 3488.3181 | Aerolândia, José de Alencar, Alto da Balança, Ancuri, Barroso, Cajazeiras, Cambeba, Cidade dos Funcionários, Coaçu, Curió, Dias Macedo, Edson Queiroz, Guajeru, Jangurussu, Jardim das Oliveiras, Lagoa Redonda, Boa Vista, Messejana, Parque Dois Irmãos, Parque Iracema, Parque Manibura, Passaré, Paupina, Pedras, Sabiaguaba, Sapiranga/Coité, Conjundo Palmeiras, São Bento. | Área Total: 119,98 Km2 População 2008: 516.398 População 2010: 541160 Domicílios 2000: 122.952 Domicílios 2010: 167347 | Possui 3.728 empresas e 39.952 empregos formais. A atividade mais significativa é a de serviços, com 14.488 postos de trabalho, num total de 1.151 estabelecimentos. |

Fonte: disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/09/24/noticiafortaleza,3319666/as-secretarias-executivas-regionais-de-fortaleza-e-seus-bairros.shtml>. Acesso em 21 de julho de 2018.

Segundo dados do IBGE (2010) o maior bairro de Fortaleza é o *Mondubim* (sede) com 76.044 hab. Em segundo lugar *Barra de Ceará* com 72.423 hab. O terceiro maior bairro é *Vila Velha* com 61.617 hab. Em quarto *Granja Lisboa* com 52.042 hab e em quinto *Passaré* com 50.940 habitantes. No mapa abaixo são apresentados os bairros mais ricos e os mais pobres.

**Gráfico 5 – Os 10 maiores bairros de Fortaleza**




Fonte: Censo 2010 disponível em: <http://populacao.net.br/os-maiores-bairros-fortaleza_ce.html>. Acesso em 21 de julho de 2018

**Figura 3 – Mapa dos bairros mais ricos e mais pobres da cidade**




Fonte: IBGE

Em relação aos *bairros mais pobres da cidade de Fortaleza* tendo como critério a distribuição espacial da pobreza em termos absolutos, constata-se o 1. *Conjunto Palmeiras* (com uma população de 36.599 pessoas, destas 6.277 pessoas ou 36,6% são extremamente pobres), 2. *Jangurussu* (com uma população de 50.479 pessoas, destas 5.511 pessoas ou 10,92% são extremamente pobres), ambos no SER VI, 3. *Granja Lisboa* (com uma população de 52.042 pessoas, destas *4.949 pessoas* ou 9,51%, em situação de estrema pobreza, SER V), 4. *Barra do Ceará* (com uma população de 72.423, destas 4.808 *pessoas* ou 6,64%, *em situação de estrema pobreza*, SER I), 5. *Mondubim* (com uma população de 76.044 pessoas, destas 4.521 pessoas ou 5,95%, estão em situação de estrema pobreza, SER V), 6. *Canindezinho* (com uma população de 41.202 pessoas, desta com 4.314 pessoas ou 10,47%, em situação de estrema pobreza, SER V), 7. *Vicente Pinzon* (com uma população de 45.518 pessoas, destas 4.249 pessoas ou 9,33% são extremamente pobres, SER II), 8. *Granja Portugal* (com uma população de 39.651 pessoas, destas 4.141 pessoas ou 10,44%, estão em situação de estrema pobreza, SER V), 9. *Genibau* (com uma população de 40.336 pessoas, destas 4.092 pessoas ou 10,14% são extremamente pobres, SER V) e 10. *Siqueira* (com uma população de 33.628 pessoas, destas 3.994 pessoas ou 11, 88% são extremamente pobres, SER V) como constatado pelo mapa acima e tendo seus números explicitados abaixo.

**Tabela 2 – Bairros com maior intensidade de pessoas na extrema pobreza**

| Bairros | População total | Extrema Pobreza | |
|---|---|---|---|
| | | % de pessoas | Nº de pessoas |
| Conjunto Palmeiras | 36.599 | 17,15 | 6.277 |
| Jangurussu | 50.479 | 10,92 | 5.511 |
| Granja Lisboa | 52.042 | 9,51 | 4.949 |
| Barra do Ceará | 72.423 | 6,64 | 4.808 |
| Mondubim (Sede) | 76.044 | 5,95 | 4.521 |
| Canindezinho | 41.202 | 10,47 | 4.314 |
| Vicente Pinzon | 45.518 | 9,33 | 4.249 |
| Granja Portugal | 39.651 | 10,44 | 4.141 |
| Genibau | 40.336 | 10,14 | 4.092 |
| Siqueira | 33.628 | 11,88 | 3.994 |
| | 487.922 | 9,60 | 46.856 |

Fonte: IBGE, 2010.

Esses 10 bairros juntos possuem uma população de 487,9 mil pessoas (representando quase 20% da população total de Fortaleza); desta população 46,9 mil pessoas estão em situação de extrema pobreza (35% do total das pessoas nessa condição).

## 3.3 A TRAJETÓRIA DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL E CARACTERÍSTICAS

Em 1975 o professor Antônio Maria da Silveira, falecido em 2006[66], foi o primeiro no Brasil a publicar na Revista Brasileira de Economia[67] um artigo sobre Renda Mínima no qual propunha um programa de renda mínima negativo direcionado aos indivíduos que não possuísse renda a um determinado patamar fixado. Sua proposta de renda mínima iniciaria beneficiando primeiro os idosos das populações mais pobres partindo progressivamente até os mais novos (SILVA; YAZBEK; DI GIOVANNI, 2004; FONSECA, 2001). Sua contribuição foi muito importante para o debate sobre a erradicação da Miséria numa época de crise econômicas contínua. Silveira é um precursor da ideia do BPC (Benefício de Prestação Continuada) ao antecipar a figura importante do idoso pobres. Em 1991 Silveira contribui como assessor técnico do Senador Suplicy na proposta de uma renda mínima universal.

---

[66]LOPES, Carlos Lagrota; FREITAS, Fabio N. P. de . Homenagem a Antonio Maria da Silveira. Rev. econ. contemp. vol.11 no.1 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482007000100007>. Acesso em 09 de julho de 2018.

[67]SILVEIRA, Antônio Maria da. "Redistribuição de renda". Revista Brasileira de Economia, v. 29, p. 3-15. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/148-15908-1-PB.pdf. Acesso em 09 de julho de 2018.

O debate sobre a necessidade de criar Programas de Transferência de Renda no Brasil surgiu de forma mais propícia em 1991 quando o Senador Eduardo Suplicy apresentou um Projeto de Lei nº 80/91 (SUPLICY e BUARQUE, 1997). Este Projeto apresentava a ideia de instituir um *Programa de Garantia de Renda Mínima Universal (PGRM)* cujo objetivo era erradicar a pobreza e as desigualdades sociais e, portanto, a necessidade de distribuir a renda socialmente produzida na sociedade. Programa Universal, por dois motivos: o primeiro motivo, uma forma de distribuir a renda socialmente produzida pelos trabalhadores com os trabalhadores e, segundo a distribuição se daria sob a forma de um imposto de renda negativo (SUPLICY, 2012), inicialmente direcionado à trabalhadores com idade superior a 25 anos que recebessem um rendimento bruto inferior a R$ 2,5 salários mínimos, à época. E, posteriormente, atenderia gradualmente outras faixas etárias de acordo com a arrecadação do governo Federal.

Foi assim que se passou a disseminar experiências localizadas pelo Brasil: em 1995 foram criadas Bolsas de garantia de renda mínimas focadas e condicionadas em Campinas, no qual o diferencial era beneficiar famílias e, Ribeirão Preto, São Paulo; a bolsa, também, foi implantada em Brasília. Nessa última iniciativa vinculou-se a recebimento da Bolsa à frequência escolar, daí o nome Bolsa Escola. Segundo SILVA, YAZBEK e GIOVANNI (2004) no ano de 1996 juntaram a iniciativa os municípios de Vitória, Santos, Belo Horizonte, Jundiaí, Boa Vista, Franca e Salvador.

Foi nos dois anos finais do governo FHC (2000 – 2002), espelhando-se em Programas de Transferências de Renda (PTRs) municipais e do Distrito Federal implantados nos anos 90 voltados para à população mais pobre, foram criadas os PTRs Federais. Inicialmente foi implantado o BPC (Benefício de Prestação Continuada)[68]. Programa previsto pela Constituição de 1988 e regulado pelo LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social). Seu objetivo é transferir uma renda monetária mensal no valor de 1 salário mínimo. Seus beneficiários são idosos (a partir de 65 anos) e pessoas com deficiências. Também em 1996 implantou-se o PETI (Programa de Erradicação do trabalho infantil). O programa estabelecia que famílias com crianças trabalhando (de 7 a 15 anos) deveria receber um pagamento regular do Estado e, em contrapartida, colocá-las na escola, exigindo uma frequência mínima de 75% às aulas.

[68]Promulgado pelo artigo 203 inciso V da Constituição Federal de 1988. Regulamentação através do Decreto Federal nº. 1.744 de 05 de dezembro de 1995. Sob a coordenação do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social).

Em 2001 cria-se mais outros programas: *o Programa Bolsa Escola Federal*[69], *o Bolsa Renda*[70], *o Programa Bolsa Alimentação*[71] e *o Auxílio- Gás*[72]. Junto a esses programas foi criado em 2001 o *Cadastro Único* (CadÚnico)[73], como um importante instrumento-auxiliar na construção de um único cadastro para registro dos beneficiários e base para os programas sociais federais focalizados.

O contexto de surgimento destes programas se dá diante das pressões políticas e de setores sociais exigindo o abrandamento da situação de pobreza agravado pelas crises econômicas [em 1998 (México) e 1999 (Rússia)] que se abateu no Brasil. Também se pode constatar um forte apoio das instâncias internacionais como o Banco Mundial sobre os processos adequados de se lidar com a resolução da crise econômicas: implantar políticas mais focalizadas nos pobres com o objetivo de conter os gastos públicos no setor social. A crise econômica fez também cair a popularidade do governo e, portanto, sua reação foi implantar estes programas sociais com condicionalidades no âmbito do *Programa Comunidade Solidária*.

Em 2001, sob a iniciativa do então Senador Eduardo Suplicy, propõe-se a ideia de uma Renda de Cidadania para todos os brasileiros através do Projeto de Lei no. 266 de 04 de dezembro e, portanto, uma *Renda Básica Universal* (sem condicionalidade).

No primeiro ano do governo Lula, o destaque é o ***Programa Fome Zero***[74] lançado em ***janeiro de 2003*** com a fundação do Ministério Extraordinário para a Segurança alimentar e o combate à fome no Brasil (MESA) coordenado por José Graziano da Silva à época. Atualmente Graziano é o Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a

[69]*O Programa Bolsa Escola, Programa Nacional de Renda Mínima,* foi criado por Medida Provisória no. 2.140, de 13 de fevereiro de 2001. Era de responsabilidade da área de Ministério da Educação. Destinou-se a criança de 7 a 15 anos de idade com a contrapartida de frequência escolar.

[70]*O Programa Bolsa Renda* foi criado por Medida Provisório no.2.203, de 8 de agosto de 2001. Programa de caráter emergencial destinado a atender temporariamente agricultores familiares atingidos pela estiagem em municípios em estado de calamidade público ou situação emergencial. Substituído em 2003 pela Bolsa Alimentação.

[71]O Programa Bolsa Alimentação foi criado por Medida Provisória no. 2.206, de 10 de agosto de 2001. Foco deste programa era a melhoria das condições de saúde e nutricional de gestantes, nutrizes e crianças de até seis anos de idade pertencendo a famílias de baixa renda (renda per capita de até ½ salário-mínimo. Sob a responsabilidade do Ministério da Saúde.

[72]O Programa de Transferência de Renda Auxílio-Gás foi criado por Medida Provisória no. 18, de 28 de dezembro se 2001. É um programa criado para compensar os mais pobres com o fim do subsídio universal à aquisição do botijão de gás de cozinha (GLP). Sob a responsabilidade do Ministério de Minas e Energia.

[73]Criado por Decreto no. 3. 877, de 24 de julho de 2001.

[74]O Programa Fone Zero, o Minha casa, minha vida (ano 2009), as políticas de inclusão do movimento social, a política de segurança pública, o programa de juventude, foram propostos, segundo o próprio Lula, no *Instituto Lula* por diversas equipes (Org. Ivana Jinkings (et. al.). A verdade vencerá: o povo sabe por que me condenam. São Paulo: Boitempo, 2018).

Alimentação e a Agricultura (FAO). As palavras de Lula em seu discurso de posse apontavam para uma diretriz importante em relação a situação social do país:

> "Vamos criar as condições para que todas as pessoas no nosso país possam comer decentemente três vezes ao dia, todos os dias, sem precisar de doações de ninguém. O Brasil não pode mais continuar convivendo com tanta desigualdade. Precisamos vencer a fome, a miséria e a exclusão social. Nossa guerra não é para matar ninguém – é para salvar vidas." Luiz Inácio Lula da Silva Presidente da República. Discurso de Posse, 1o de janeiro de 2003

*O objetivo* principal do *Programa Fome Zero* era garantir o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos por meio da promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome, através de ações e programas articulados pelo Governo Federal com estados, municípios e sociedade civil.

No entanto o Programa Fome Zero se deparou com muitos conflitos internos na confecção de sua feição que podemos reduzir no seguinte

> o debate ocorreu já na equipe de transição com relação à proposta de criação de um programa alimentar baseado no programa americano Food Stamp. As controvérsias no seio da própria equipe levaram à opção por um programa de transferência direta em dinheiro ao invés dos "cupons ou cartões eletrônicos que seriam utilizados para as compras de alimentos em varejistas previamente cadastrados" (Fome Zero 2001, p.35). Essa primeira mudança no desenho de um dispositivo do PFZ foi fruto de muitos debates e do convencimento por parte da equipe do Fome Zero de que o modelo de transferência de renda dos programas como Bolsa Escola apresentavam custos menores e já eram "consagrados" (Takagi 2013). Ainda sobre o Cartão Alimentação, Maya Takagi (2013) e José Francisco Graziano da Silva (2009) destacam que a controvérsia se estendeu também ao comprovante de compras dos alimentos. Outro ponto importante apontado por nossos entrevistados (Crispim Moreira 2009; Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto) 2009; Maya Takagi 2013) diz respeito à criação dos comitês gestores. O conflito se deveu às diferenças de concepção sobre o papel da sociedade na execução do programa e da capacidade das prefeituras em identificar e cadastrar as famílias (Tomazini 2015). Finalmente, no que se refere à questão do diagnóstico do número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, os dados sobre a extensão da pobreza apresentados pelo PFZ receberam críticas de diversos tipos (TOMAZINI e SILVA, 2016).

Patrus Ananias, importante político dos quadros do PT, explica (apud TOMAZINI e SILVA, 2016) o motivo de incorporar *o Cartão Alimentação*[75] do Programa Fome Zero ao programa recém estruturado de *Transferência de Renda Bolsa Família (PBF)*

> "Na ocasião, havia programas de transferência de renda, dispersos e fragmentados. O Bolsa Família assumiu um outro desenho, mais amplo, com foco definido na família, no núcleo familiar. É um programa que superava a fragmentação dos outros e que se apresenta como propósito de atender todas as famílias pobres e muito

[75]Criado por Medida Provisória no. 108, de fevereiro de 2003

> pobres. Não era possível interromper o pagamento dos benefícios dos outros programas para começar a implementar outro. Costumo usar uma imagem para nosso desafio: tínhamos de trocar o pneu com o carro em movimento".

Uma outra razão de desprestígio do *Programa Fome Zero* (PFZ) e fortalecimento do *Programa Bolsa Família* foi, nas palavras de TOMAZINI e SILVA (2016): "... um confronto entre paradigmas de políticas públicas: a segurança alimentar defendida pelos funcionários ingressantes e os programas de transferências de renda defendidos por alguns setores da burocracia federal" (TOMAZINI e SILVA id).

Ora, desmontar todo uma estrutura com funcionários, equipamentos, estratégias e tecnologia já existentes, o apoio de políticos com forte poder de influência e uma tecnologia a disposição já prontas como o encontrado no Cadastro Único fragilizou a implantação de um programa novo ainda a se fazer. Restava, portanto fortalecer aquele programa com mais apoio político e com possibilidade de retorno mais rápido e eficiente em termos de transferência de renda que servem aos objetivos econômicos.

As ideias do PFZ também produziria embates e um forte impacto intervencionistas na vida econômica das pessoas, como também traria um enfraquecimento político ao grupo poderoso da economia agroexportadora nacional, são também causa para o desprestígio do Programa Fome Zero frente ao programa de transferência de renda: "investimentos para baratear o preço dos alimentos, intervenção na economia territorial para a dinamização da economia local, fortalecimento dos pequenos produtores, por meio da compra e venda de produtos, entre outro" (TOMAZINI e SILVA id).

Em ***dezembro de 2003*** aconteceu a extinção do MESA e a criação do MDS (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome) na qual foi criado a Secretaria Nacional de Segurança alimentar e Nutricional que incorporou o Programa Fome Zero e a Secretaria executiva do Programa Bolsa Família.

Nesse altura pode-se notar que os inícios do governo Lula é pautado pela vontade de encontrar um caminho novo sobre um formato único para os antigos programas de transferência de renda: inicialmente, no âmbito interno ao Partido do trabalhadores, antes das eleições, há o esforço de circunscrever para a área social um modo de proceder mais geral e, em especial, para os Programas de Transferência de Renda, pensando modos para unifica-los onde pendia-se para a ideia de universalização destes programas, pelo menos em termos de suas intenções ideológicas (COLIGAÇÃO LULA PRESENDENTE, 2002 apud MOURA, 2012); depois, no período de transição do governo, sob o comando do futuro Ministro da Economia Antônio Palocci, os Programas de transferência de Renda foram pensados através

do Relatório de Ana Fonseca (FONSECA, 2002 apud MOURA, 2012) onde se sustenta o caminho da universalização dos programas sociais, a centralização no atendimento a indivíduos e não a famílias, insistência da não condicionalidade e fortalecimento de direitos, por fim, a defesa de uma coordenação geral e de um modelo gerencial dos programas de transferência de renda na qual se resolveriam diversos problemas, tais como, integração de ações, a unificação de critérios de entrada nos programas sociais, unificação dos valores. No entanto, os programas ainda estariam sob os cuidados de cada um dos ministérios. A unificação é entendida aqui, somente em termos de uma coordenação única e não transformação dos programas sociais em termos de um único programa.

Segue-se outras discursões e disputas políticas-ideológicas para chegar ao atual formato que hoje temos encontrado para o Programa Bolsa família, ou seja, de uma política público de Assistência Social fruto de uma trajetória de muitas disputas que envolvia basicamente o problema da universalização e focalização dos programa, fixando-se na focalização, a figura dos beneficiários que se firmou na família e entre condicionalidade e incondicionalidade, escolhendo as condicionalidades. A ideia de encontrar um formato político e social aceitável para os Programa de transferência de renda para as diversas forças que atuam na sociedade, estruturada sob o poder dos grandes grupos empresariais, classe média e agentes do Estado (ministros, secretários, assessores), evitando conflitos desnecessários foi o que pautou as decisões governamentais no governo Lula.

O Programa Bolsa Família – programa do governo federal - como figura de proteção e política pública social é tecnicamente chamado de *mecanismo condicional de Transferência de recursos às famílias pobres e extremamente pobres,* e, portanto, *focado*, instituído pelo governo Lula através de Medida Provisória no. 132, de 20 de outubro de 2003, transformada em Lei no. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, sendo regulamentado pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004. O Programa Bolsa Família tem *cinco objetivos básicos*, os quais consistem em:

> 1) Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; 2) Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; 3) Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; 4) Combater a pobreza; 5) Promover a intersetorialidade, a complementariedade e a sinergia das ações sociais do poder público. (Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004)

Com esses objetivos o Programa pauta-se na articulação de três dimensões consideradas essenciais à superação da fome e da pobreza

> Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias mais pobres, garantindo, assim, o direito à alimentação; Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; Coordenação de programas complementares que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza (MDS, 2008).

É, de fato *um novo Programa*, aperfeiçoado no decorrer do tempo, diferenciado dos outros programas anteriores, pois envolve (SILVA E SILVA (coord.), 2014) uma nova racionalidade, processos de monitoramento e avaliação, simplificação do acesso da população ao referido programa através do cadastro único, carregando a marca de política intersetorial, pactuado com estados e municípios através de convênios − uma política partilhado com os entes federais e, portanto, descentralizada − com repasses direitos de recursos federais aos fundo estaduais e municipais. Essa política tenta, com muitas dificuldades e problemas, integrar dois processos: *a focalização* em *famílias* consideradas elegíveis procurando enfrentar a fome e a pobreza no Brasil e, através das *condicionalidades*, gerar o acesso facilitado as políticas públicas sociais e a melhoria de seus serviços em quantidade e qualidade num processo contínuo de desenvolvimento. Aqui, temos um outro problema: a quantidade e qualidade dos serviços públicos oferecidos.

O Programa Bolsa Família (PBF) se justificaria, em tese, como um novo modo de proceder que deixa de vez o assistencialismo e se fixa na proteção social e nos direitos dos cidadãos. Finalizaria, portanto, a intermediação política dos agentes políticos aos bens e serviços públicos em troca de ganhos eleitores e respostas a seus interesses produzindo, de outro modo, a intermediação pública e sob critérios para o acesso a esses bens e serviços públicos.

Em 2011 com a ascensão a Presidência de Dilma Rousseff foi criado o *Plano Brasil sem Miséria*[76]que "criou, renovou, ampliou e integrou vários programas sociais, articulando ações do governo federal com estados e municípios" (PREFÁCIO DE DILMA AO PLANO, id,).

A estratégia se propõe tratar a pobreza além da questão renda, e, portanto, tratará doravante a pobreza como uma "*perspectiva multidimensional*" (PREFÁCIO DE DILMA AO PLANO, id):

> "com estratégias articuladas entre si e diferenciadas para cada contexto, como o campo e a cidade, e para cada público, como os adultos e as crianças, para citar apenas alguns exemplos. O Plano criou oportunidades de inclusão para jovens,

[76]BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria / Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. – Brasília: MDS, 2014.

> mulheres, negros, população em situação de rua, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais e vários outros grupos vulneráveis." (PREFÁCIO, id).
>
> "O ponto de partida do Plano é que a pobreza atende por diversos nomes: insuficiência de renda; acesso precário à água, energia elétrica, saúde e moradia; baixa escolaridade; insegurança alimentar e nutricional; formas precárias de inserção no mundo do trabalho, entre outros. As diversas características que traduzem as distintas manifestações da pobreza têm expressão no território e assim se pode afirmar que a miséria tem nome, endereço, cor e sexo e, embora a renda também seja um indicador de pobreza, trata-se de um mecanismo insuficiente para medir o bem-estar. A pobreza se manifesta, sobretudo, em privação do bem-estar. Com isto, afirmamos que a pobreza é um fenômeno multidimensional e, portanto, requer também indicadores não monetários para seu dimensionamento"[77]

O Programa Bolsa Família sofreu algumas mudanças como o *Plano Brasil sem Miséria* acelerando a intervenção e a eficácia deste Programa segundo os autores[78].

> A primeira delas foi o estabelecimento de ***uma linha de extrema pobreza*** que passou a organizar a priorização que o Estado faria para incluir e apoiar a população extremamente pobre. ***A renda é um forte indicador da pobreza*** e foi usada como referência para eleger o público, mas a ação do Brasil sem Miséria foi ***organizada em várias outras dimensões, em especial ampliando o acesso a bens, serviços e oportunidades***. A segunda inflexão foi o ***estabelecimento da meta de universalização das políticas voltadas para a pobreza***, como no caso do Bolsa Família, que já havia chegado à grande maioria do público pobre e extremamente pobre, mas que ainda não tinha o claro comando de chegar a todos que tinham perfil e direito. A terceira inflexão foi a ***compreensão de que os mais pobres***, exatamente pelo nível de exclusão, abandono, desinformação e isolamento***, eram os que tinham menos condições de exigir seu direito a ter direitos***. Não bastava, portanto, informar que o Estado brasileiro criara o Plano Brasil sem Miséria. Por isso, construímos um ***novo conceito segundo o qual passou a ser responsabilidade do Estado ir aonde a população pobre estava***. Foi assim que teve início ***a Busca Ativa***. O Estado chamou para si a responsabilidade de localizar, cadastrar e incluir estas famílias no conjunto de ações que seriam ofertadas. A constatação de que muitos beneficiários, mesmo recebendo Bolsa Família, continuavam com renda familiar abaixo da linha de extrema pobreza, levou à quarta mudança de conceito. Em meados de 2012, o governo da presidente Dilma estabeleceu um novo desenho para o Bolsa Família e passou a complementar a renda das famílias de forma a garantir que nenhum brasileiro, considerando a renda familiar e o benefício do Bolsa Família, recebesse menos de R$ 70. O Brasil estabeleceu, assim, o patamar abaixo do qual não era mais aceitável ter nenhum brasileiro e, ao mesmo tempo, criou uma política para garantir esse direito. Como a última das inflexões, foi criada uma estratégia voltada para ***ampliar a inclusão econômica dos adultos em situação de pobreza e extrema pobreza, baseada na criação de oportunidades para emprego e empreendedorismo***. Não havia escolha fácil em políticas com esse grau de complexidade. Os milhões de extremamente pobres têm nome, endereço e direitos. Estão espalhados por esta imensa nação, refletindo sua diversidade nas diferentes faces da miséria. Construímos um plano nacional, com grandes ações, que

[77]FONSECA, Ana. A Superação da Extrema Pobreza no Brasil e a Centralidade da Política Pública de Assistência Social. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 8. Eixo I, O SUAS e a Erradicação da Extrema Pobreza no Brasil. Caderno de Textos. 1ª Versão. Conselho Nacional de Assistência Social, 2011. Disponível em: http://www.ceas.pr.gov.br/arquivos/File/CEAS/CADERNO_DE_TEXTOS_26_07_2011.pdf>. Acesso em10 de junho de 2018.

[78]O processo de formulação e os desafios do Plano Brasil sem Miséria: por um país rico e com oportunidades para todos. CAMPELLO, Tereza; MELLO, Janine. Id, Plano Brasil sem Miséria. 2014

> beneficiou a todos, mas que contempla também as diversidades regionais. Um plano com políticas universais, mas que enfrentou as especificidades da pobreza.

As mudanças estabelecidas surgem através de três eixos: *garantia de renda*, com a indicação de uma linha de pobreza para orientar os trabalhos de proteção social e, assim, melhorar e tornar eficaz a focalização e universalização dos serviços; *acesso a serviços*, com a concepção de busca ativos dos mais pobres e extremamente pobres para incluí-los no cadastro único ofertando serviços públicos, e *a efetiva inclusão produtiva* dos mais pobres revelam mais um passo de juntar focalização e universalização, tornando-as complementares.

**Figura 4 - Acesso a Serviços Públicos**




Fonte: Ana Fonseca, 2011.

Portanto, fica estabelecido como principal objetivo do Programa Bolsa Família

> "Alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias. Ampliação do acesso a serviços públicos que representam direitos básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, por meio das condicionalidades, contribuindo para que as famílias rompam o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza. Coordenação com outras ações e programas dos governos, nas suas três esferas, e da sociedade, de modo a apoiar as famílias para que superem a situação de vulnerabilidade e pobreza"[79].

Enfatizar algumas características em relação ao Programa de Transferência de Renda são fundamentais para compreendermos seu "espírito e intenções" como programa de proteção social:

[79]Cartilha: Bolsa Família Transferência de renda e apoio à família no acesso à Saúde, à Educação e à Assistência Social, s/d. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_BolsaFamilia.pdf>. Acesso em 09 de julho de 2018

### 3.3.1 Programa De Transferência De Renda

O Bolsa Família é um programa federal[80] que está sob a responsabilidade da *Secretaria Nacional de Renda de Cidadania* (SENARC), ligado ao *Ministério do Desenvolvimento Social* (MDS). O MDS é o gestor e o operador do Programa. O SENARC entra com apoio técnico de gestão e financeiro aos estados e municípios e, para tanto, tem a sua disposição um instrumento importante o (IGD-M, criado em 2006 e IGD-E, criado em 2010), ambos índices de gestão descentralizado, municipal e estadual. Estes índices mostram a qualidade da gestão de estados e municípios do Programa Bolsa Família e do *Cadastro Único*[81]. O índice mede em relação aos municípios o desempenho nos aspectos relativos à atualização dos cadastros das famílias e, também, da atuação do município no acompanhamento das condicionalidades de educação e de saúde e no controle social do PBF e do Cadastro Único. Com base nesse indicador são calculados os valores financeiros que serão repassados pelo governo federal aos entes federados. Os recursos são transferidos diretamente pelo *Fundo Nacional de Assistência Social* (FNAS) aos fundos de Assistência Social, respectivos, de estados e municípios.

Especialmente detendo-se aos *municípios*, responsáveis pela gestão local do Programa Bolsa Família, podemos dizer que sua responsabilidade gira em torno de

> articulação com as áreas de educação, saúde — no acompanhamento das condicionalidades — e com a assistência social, no acompanhamento de famílias beneficiárias; gestão de benefícios; execução dos recursos financeiros (IGD-M); acompanhamento e fiscalização das ações; fortalecimento do controle e da participação social[82].

Aos municípios cabe-lhe a função de cadastrar as famílias pobres e extremamente pobres, no cadastro único de assistência social; cadastro este que servirá de contagem dos

[80]MDS (Ministério do Desenvolvimento Social). Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/igd>. Acesso em 11 de julho de 2018.

[81]O cadastro único foi criado em 2001 no governo FHC com diversas falhas em sua concepção e implementação e aperfeiçoado em 2003 na gestão Lula da Silva no sentido de tornar um sistema efetivo de informação sobre os pobres no Brasil. Cadastro Único atende ao sentido de ser mais eficaz na focalização nos mais pobres, selecionando de forma mais precisa os beneficiários, utilizando, para isso, critérios de renda definidos pelo governo federal. Cf. MDS. Manual do entrevistador. Cadastro único para os programas sociais. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual_do_Entrevistador.pdf>. Acesso em 12 de julho de 2018.

[82]Sobre a atribuições de cada nível de governo Cf. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/atribuicoes-de-cada-nivel-de-governo>. Acesso em 11 de julho de 2018; o Art. 14, do decreto n. 5.209, que institui o Programa Bolsa Família, de setembro de 2004 estabelece as competências dos municípios.

pobres de determinada região e servirá também para futuras inserções das pessoas cadastradas nos programas sociais.

Ao poder municipal cabe articular com outros parceiros de diferentes órgãos e instituições a realização de cursos e programas que deveram ser oferecidos aos beneficiados. Ao gestor municipal cabe-lhe suspender os benefícios e tratar das sansões para aqueles beneficiados que não cumprem as condicionalidade. No entanto a inclusão e o desligamento do Programa cabem ao MDS.

A SENARC (Secretaria Nacional de Renda de Cidadania) contrata a prestação de serviços com a Caixa Econômica Federal (CAIXA) que é responsável, por sua vez, pela escolha automatizada das famílias que serão incluídas no Programa Bolsa Família a cada mês, tendo por critério a renda per capita da família (famílias com menor renda entram primeiro no programa); a mesma instituição se responsabilizará pela geração da folha de pagamento e a atribuição de um número de identificação social único (NIS); também é responsável pelo pagamento dos benefícios através do recebimento de uma cartão magnético e pela interação de forma direta com os municípios, ao prestar suporte aos gestores municipais e às famílias beneficiárias.

O Programa transfere todos os meses dinheiro, uma determinada quantia, *diretamente* as famílias inscritas (cadastradas) no Cadastro Único e submetidos aos critérios eletivos à participação[83]. O eixo do programa pretende atingir uma complementação de renda e gerar um alívio imediato a pobreza. Portanto o Programa Bolsa família é *focalizado* em seguimentos pobres da população. Ou seja, direciona recursos públicos e programas sociais para determinados grupos familiares, considerados vulneráveis no conjunto da sociedade.

Para ter o acesso direito a uma renda monetária as famílias devem cumprir alguns compromissos (chamado de *condicionalidades*), que têm como objetivo reforçar o acesso *à educação, à saúde, à assistência social e inclusão produtivas das famílias*. Esse eixo pretende oferecer condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a oportunidades de inclusão social.

O Programa Bolsa Família atende às famílias que vivem em situação de *pobreza* e de *extrema pobreza*. Foi utilizado um limite de renda para definir esses dois patamares. Podem fazer parte do programa famílias que possuem renda média de R$85 por pessoa (*extremamente pobres*), famílias que tenham renda familiar média de até R$170 por pessoa

[83]MDS. Disponível em: http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em 11 de julho de 2018.

(*pobres*), podem também receber o benefício, desde que tenham filhos de 0 até 17 anos na família.

Podemos dividir os benefícios direcionados aos participantes do Programa Bolsa Família em: Benefício Básico, Benefício Variável e Benefício para superação da extrema pobreza[84].

> **Benefício Básico** é concedido ***às famílias em situação de extrema pobreza*** (com renda mensal de até R$ 89,00 por pessoa). O auxílio é de R$ 89,00 mensais. **Benefício Variável** é concedido ***às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza*** que tenham em sua composição gestantes, nutrizes (mães que amamentam), crianças e adolescentes de 0 a 15 anos. O valor de cada benefício é de R$ 41,00 e cada família pode acumular até 5 benefícios por mês, chegando a R$ 205,00. **Benefício Variável de 0 a 15** anos: destinado às famílias que tenham em sua composição, crianças e adolescentes de 0 a 15 anos de idade. O valor do benefício é de R$ 41,00. **Benefício Variável à Gestante**: destinado às famílias que tenham em sua composição gestante. Podem ser pagas até nove parcelas consecutivas a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês. O valor do benefício é de R$ 41,00. **Benefício Variável Nutriz**: destinado às famílias que tenham em sua composição crianças com idade entre 0 e 6 meses. Podem ser pagas até seis parcelas mensais consecutivas a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida. O valor do benefício é de R$ 41,00 **Benefício Variável Jovem**: destinado às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes entre 16 e 17 anos. O valor do benefício é de R$ 48,00 por mês e cada família pode acumular até dois benefícios, ou seja, R$ 96,00. **Benefício para Superação da Extrema Pobreza**: destinado às famílias em situação de extrema pobreza. Cada família pode receber um benefício por mês. O valor do benefício varia em razão do cálculo realizado a partir da renda por pessoa da família e do benefício já recebido no Programa Bolsa Família. As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício Básico, o Variável e o Variável Jovem, até o máximo de R$ 372,00 por mês. Como também, podem acumular 1 (um) benefício para Superação da Extrema Pobreza.

Inscritos no Cadastro único nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) mantidos pelos municípios, as famílias são escolhidas pelo sistema eletrônico segundo os dados que informaram[85], também a concessão depende de quantas famílias já foram atendidas em relação a quantidade de famílias pobres nas localidades do município, como também se observa o limite orçamentário do programa.

---

[84]BRASIL. Caixa Econômica Federal. Disponível em: < http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em 12 de julho de 2018.

[85]Quantidade de membros da família; nível de escolaridade; renda e atribuição profissional de cada pessoa; gastos, situação de moradia, características do domicílio (número de cômodos; tipo de construção, tratamento de água, esgoto e lixo); composição familiar (número de membros, existência de gestantes, idosos, mães amamentando, deficientes físicos); qualificação profissional e situação no mercado de trabalho; rendimentos; despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros). Como os dados a disposição dos governos municipais, estaduais e federal podem ser elaborados diagnóstico sócio-econômico das famílias cadastradas e consequente análise das suas principais necessidades. Cf. MDS. Formulários. Disponível em: < http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/a-gestao-do-cadastro/processo-de-cadastramento/formularios>. Acesso em 13 de julho de 2018.

Os CRAS são os responsáveis pelo cadastramento e atualização cadastral das famílias; pelo acompanhamento das condicionalidades.

### 3.3.2 Programa De Transferência De Renda Que Prioriza As Famílias Pobres E Extremamente Pobres

O foco na família e não nos indivíduos como sujeitos da proteção social foi bastante discutido nos debates que se seguiram a eleição do Presidente Lula nos diversos grupos de trabalho que se seguiram para fixar as diretrizes do Programa Bolsa Família em 2003. Também o SUAS (Sistema únicos de Assistência Social), implantado em 2005, definiu a família como foco de suas ações inspirado, potencialmente, na linha estabelecida nos anos 90 no SUS (Sistema único de Saúde) colocando critério de tomar a família como eixo centralizador de ações nas políticas de saúde, criando o Programa Saúde da Família.

No artigo 2º. § 1º. I da Lei 10. 836 de 2004 que funda o Programa Bolsa família apresenta um conceito ampliado de família, a saber:

> "família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros.

O Programa Bolsa Família tem como base de proteção social grupos familiares atendendo *famílias extremamente pobres* (com renda per capita mensal de até R$89) independente de sua composição e da idade dos membros e *pobres* (com renda per capita mensal de R$ 85 até R$170), desde que possuam gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes entre o a 17 anos.

Tendo esse quadro acima mostra que o acesso das famílias sem filhos ao Programa somente é aceito às famílias em situação de extrema pobreza, o acesso as famílias pobres sem filhos não são permitidas pelo programa. Isso é um fator redutor de atendimento as famílias em risco social no Brasil. O Programa Bolsa Família atende mais de 13,9 milhões de famílias[86] no país e a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e

[86]UOL Notícias políticas. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/04/30/temer-reajuste-bolsa-familia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 12 de julho de 2018. Segundo o Jornal Valor Econômico a relação do número de beneficiados com o Bolsa Família e a população dos Estados do Nordeste ficou estabelecidos no seguinte: Maranhã é o estado com maior relação entre a população e quem vivem dos valores do Bolsa família (48% da população). Depois vem Piauí e Acre com 43%, Paraíba (com 39%), Alagoas (com 38%), Ceará (com 37 %) e Pernambuco e Bahia (ambos com 36%). JORNAL VALOR ECONÔMICO. Reportagem Lucas Marchesini. Benefícios do Bolsa Família sustentam 21% da população do

Alimentação)[87] estima que são desassistidas pelo Programa mais de 7 milhos de famílias pobres.

Se formos ler a Constituição Federal de 1988, Artigos 1º., III e 226 §7 e 8, a *dignidade da pessoa*[88] é o fundamento dos direitos fundamentais e, portanto, a família está na função de potencializar essa dignidade e dar o suporte para o desenvolvimento de seus elementos, crianças, jovens, adultos e idosos. Nesse sentido o Programa Bolsa Família ganharia potencialidade transformadora nos lares quando ativar e operar com eficiência e eficácia duas ações fundamentais, além da transferência de renda: *o primeiro* é ampliar os serviços públicos em quantidade e qualidade para todos e *o segundo*, implementar de forma mais atualizada com as necessidades do mercado e as necessidades da sociedade o complemento às famílias de inclusão econômica no trabalho, empreendedorismo e microcrédito. Mesmo a LOAS/1993, o PNAS/2004 afirmam para que a família possa proteger, promover e incluir socialmente seus membros, ela precisa ter condições materiais e garantias de sustentabilidade e o Programa Bolsa Família através da transferência de renda direta a família e com os demais serviços ofertados pelos municípios/SUS/SUA, proporcionem a elas algumas dessas garantias.

As condicionalidades impostas pelo programa, portanto, devem funcionar como potencialidades para o desenvolvimento efetivo da comunidade familiar onde os indivíduos podem encontrar oportunidades. É preciso, portanto, examinar as possibilidades de inserção social e profissional que realmente estão sendo oportunizadas às famílias beneficiadas.

Diferentemente da Previdência Social e do Seguro desemprego, o Programa Bolsa Família é uma política de distribuição de renda não contributiva, ou seja, as pessoas recebem uma renda que não precisam contratar anteriormente através do financiamento. Também não é um direito adquirido, mas um benefício revisto a cada dois anos[89] através do recadastramento das famílias.

Em relação a cobertura do Programa Bolsa Família, como política social pública de atendimento a população pobre e extremamente pobre, podemos dizer que somente é inferior aos gastos da educação pública, do SUS e da Previdência Social. Notamos no

---

país. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5306087/beneficios-do-bolsa-familia-sustentam-21-da-populacao-do-pais>. Acesso em 12 de julho de 2018.

[87]JORNAL VALOR ECONÔMICO. Reportagem Ligia Guimarães. IBGE subestima total de beneficiados pelo Bolsa Família, afirma ministério. Disponível em: https://www.valor.com.br/brasil/5230247/ibge-subestima-total-de-beneficiados-pelo-bolsa-familia-afirma-ministerio>. Acesso em 12 de julho de 2018.

[88]MENEZES, Joyceane Bezerra de. A família na Constituição Federal de 1988 – uma instituição plural e atenta aos direitos de personalidade. NEJ - Vol. 13 - n. 1 - p. 119-130 / jan-jun 2008. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2722.pdf>. Acesso em 12 de julho de 2018.

[89]Artigo 21 do Decreto no. 6.392, de 12 de março de 2008.

decorrer dos anos o aumento dos gastos públicos e do público alvo. A cobertura do PBF é nacional, abrange atualmente todos os municípios brasileiros. Entre 2004 e 2013, verificou-se um aumento contínuo no número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. O Programa, que começou em 2003 com o atendimento de 3,6 milhões de famílias, ultrapassa em 2013 14 milhões de famílias, como mostra o quadro abaixo. Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família por ano:

**Quadro 1 – Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família por ano**

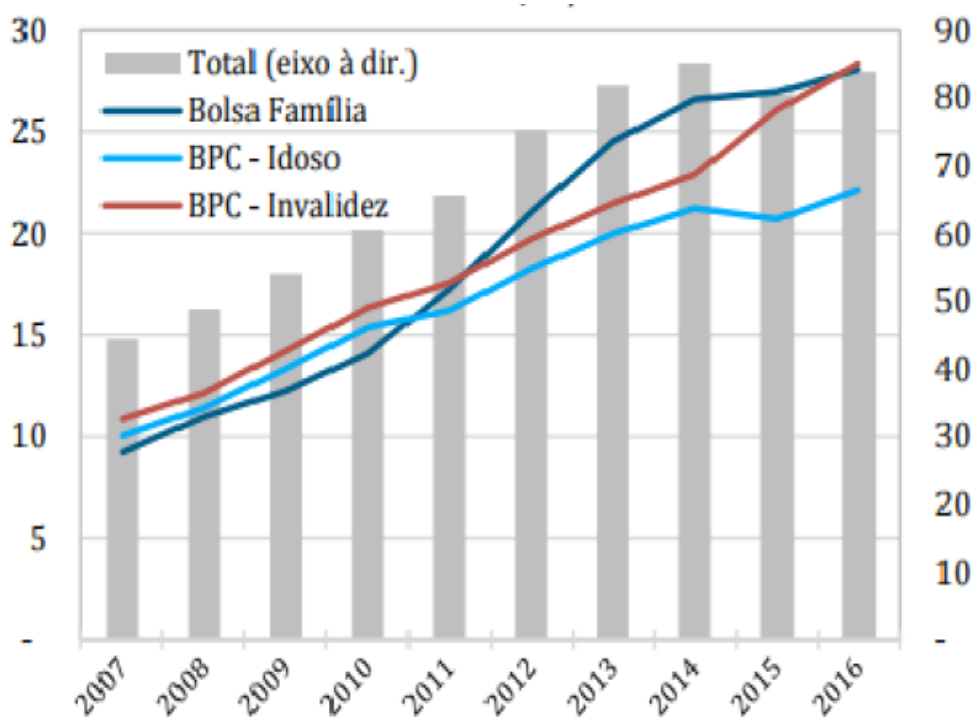
| Ano | Número de famílias |
|---|---|
| 2004 | 6.571.839 |
| 2005 | 8.700.445 |
| 2006 | 10.965.810 |
| 2007 | 11.043.076 |
| 2008 | 10.557.996 |
| 2009 | 12.370.915 |
| 2010 | 12.778.220 |
| 2011 | 12.952.039 |
| 2012 | 13.902.155 |
| 2013 | 14.086.199 |
| 2014 | 14.003.441 |
| 2015 | 13.936.791 |
| 2016 | 13.569.576 |

Fonte: MDS, 2017

Os gastos com Assistência Social[90] dentro do orçamento da união, se observado no gráfico abaixo, são compostos basicamente pelo programa *Bolsa Família* e pelo *Benefício de Prestação Continuada* (BPC). Em 2016, o gasto assistencial total foi de R$ 83,8 bilhões, R$ 28,1 bilhões (33,5%) para o Bolsa Família e R$ 50,4 bilhões (60,3%) para o BPC (Gráfico abaixo). Em 2007, observando os gastos com assistencial havia sido de R$ 44,4 bilhões, evidenciando um crescimento real de 89% nos últimos dez anos. Esse avanço constata-se em termos relativo foi crescente no caso do Bolsa Família, que teve sua despesa aumentada em cerca de 200% no período. Vale notar, ainda, o crescimento mais acentuado, desde 2015, do BPC por invalidez relativamente ao BPC por idade.

[90]Instituto Fiscal independente. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/531520/RAF_08_2017_pt04.pdf>.Acesseo em 17 de julho de 2018.

**Gráfico 6 – Gastos assistenciais (R$ bilhões, preços de jul/17)**




Fonte:IFI

**Quadro 2 – Ano e valor total acumulado**

| Ano | Valor total (Acumulado) |
|---|---|
| 2003 | 570.144.695,00 |
| 2004 | 3.791.787.498,00 |
| 2005 | 5.691.670.161,00 |
| 2006 | 7.524.662.822,00 |
| 2007 | 8.965.499.608,00 |
| 2008 | 10.606.500.193,00 |
| 2009 | 12.454.715.899,00 |
| 2010 | 14.372.702.865,00 |
| 2011 | 17.364.278.589,00 |
| 2012 | 21.156.744.695,00 |
| 2013 | 24.890.107.091,00 |
| 2014 | 27.187.295.233,00 |
| 2015 | 27.650.301.339,00 |
| 2016 | 28.506.185.141,00 |

Fonte:IFI

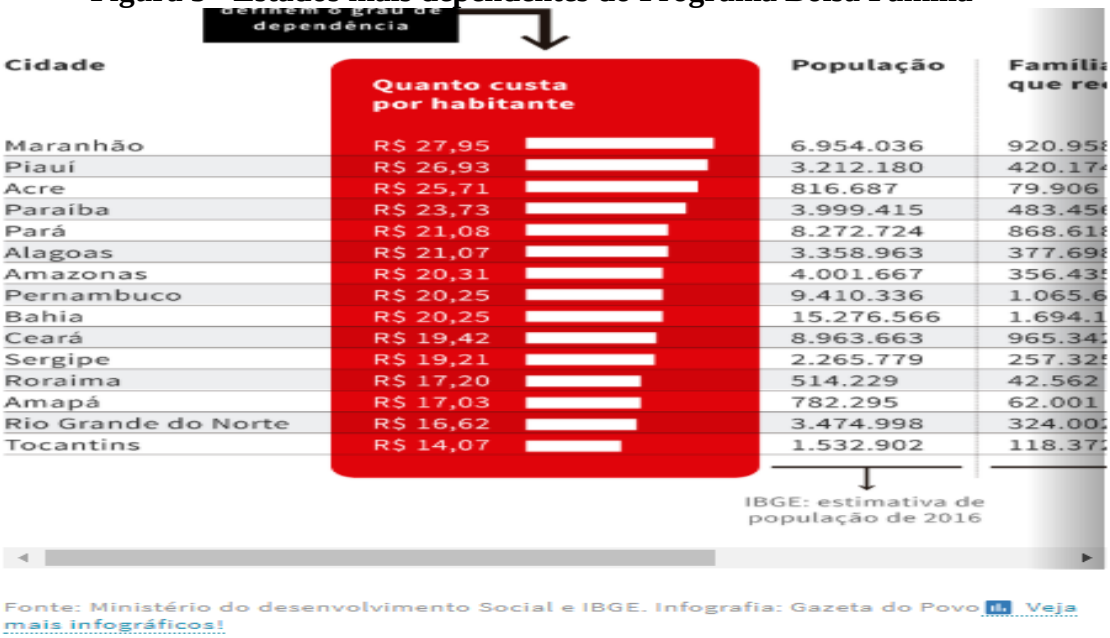
Mesmo observando os números crescentes com investimentos no Programa Bolsa Família (quadro acima) muitos fatores vão anulando os impactos na situação de pobreza da população brasileira, dentre eles a concentração crescente de renda e a tributação que pune os mais pobres. Também se junta a isso a diminuição crescente dos investimentos públicos nas outras áreas sociais como educação, saúde, dentro outras, acrescenta-se o aumento do desemprego causado pelo pouco tempo de estudo da população pobre brasileira e falta

preparo técnico-científico. Constata-se o crescimento do mercado informal e, portanto, a falta da segurança social ao brasileiro adequadas vindo da previdência.

Em 2018,[91] com dados até março, receberam o Bolsa Família 13. 919 .429 famílias aproximadamente, 46 milhos de pessoas. Com custo anual em 2017 de R$29,05 bilhões. O Benefício de Prestação Continuada paga 1 salário mínimo para muito menos pessoas (4.569.268) com custo anual (2017) de R$50, 29 bilhões. O impacto indireto destas bolsas na vida econômica de uma país como o Brasil é fundamental para o crescimento do PIB de Estados e Municípios.

Abaixo vemos os Estados mais dependentes do Programa Bolsa Família[92]. São *quinze estados brasileiros* que receberam 66,7% do total de dinheiro gasto pelo governo federal com o programa Bolsa Família em julho de 2017. O gasto com o programa *por mês* é de aproximadamente R$2,3 bilhões, dos quais R$1,5 bilhões vão para esses estados.

**Figura 5 - Estados mais dependentes do Programa Bolsa Família**




Fonte: IBGE

[91]Jornal GAZETA DO POVO. Quanto custam os programas sociais? base de dados MDS. 2018. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/politica/quanto-custam-os-programas-sociais/>. Acesso em 17 de julho de 2018.

[92]Jornal Gazeta do Povo. Saiba quais são os 15 estados que mais dependem do Bolsa Família no Brasil. Estados das regiões Norte e Nordeste receberam 66,7% do total de dinheiro gasto com o Bolsa Família em todo o país em julho de 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/saiba-quais-sao-os-15-estados-que-mais-dependem-do-bolsa-familia-no-brasil-6lwh6cto646hrt8dkrs506fuf>. Acesso em 17 de julho de 2018.

**Figura 6 – Bolsa Família em 2017 no Ceará**




Em 2017, segundo reportagem do Jornal O Povo[93], o Ceará sofreu corte no Programa Bolsa Família em junho deste ano de mais de *1 milhão de famílias beneficiários* caindo esse número para *965.342* famílias. Os valores no Ceará saem de R$180.559.906 milhos em junho para 174.110. 960 milhos em julho. Segundo o Jornal o Povo são 41.691 famílias que foram cortadas no Bolsa Família em julho de 2017.

> O professor do curso de Economia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fábio Maia Sobral, considera desastrosos os cortes. "Precisamos avaliar que estamos em uma época de desemprego. E mesmo sobre os que estão empregados, o Ceará tem, historicamente, um grande mercado informal". O especialista destaca que, do ponto de vista econômico, os cortes representam "o abandono das periferias e do interior". "O retorno da fome, da pobreza extrema (JORNAL O Povo, 2017).

Segundo ***informações do Cadastro Único*** *(*RELATÓRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO**,** 2018**)** que reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, permitindo os governos conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais, − há no ***município*** *de Fortaleza* cadastrados *388.019 famílias*. Destas 177.321 famílias possui uma *renda por pessoa de até R$85* reais; 51.032 famílias possuem uma renda por pessoa entre R$85 a R$170, 99.229 famílias possuem uma renda por pessoa entre R$170 e meio salário mínimo e 60.435 famílias possuem uma renda por pessoa acima de meio salário mínimo.

[93]Jornal O Povo. Maior corte da história exclui 41 mil do Bolsa Família no Ceará. Em todo o Brasil, 543 mil benefícios foram cortados em um mês. Estado tem cortes contínuos desde março. 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/08/maior-corte-da-historia-exclui-41-mil-do-bolsa-familia-no-ceara.html>. Acesso em 17 de julho de 2018.

**Figura 7 - Relatórios de Informações Sociais**

| | | Mês Referência |
|---|---|---|
| Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família | 196.082 | 06/2018 |
| Valor total de recursos financeiros pagos em benefícios às famílias (em Reais - R$) | 32.197.550,00 | 06/2018 |
| Quantitativo por Tipo de Benefícios | | |
| Benefício Básico | 172.697 | 06/2018 |
| Benefícios Variáveis | 246.560 | 06/2018 |
| Benefício Variável Jovem - BVJ | 33.893 | 06/2018 |
| Benefício Variável Nutriz - BVN | 4.089 | 06/2018 |
| Benefício Variável Gestante - BVG | 7.038 | 06/2018 |
| Benefício de Superação da Extrema Pobreza - BSP | 77.809 | 06/2018 |

Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2018[94]

Segundo os dados do SAGI (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2018) e Cadastro Único o Programa Bolsa Família beneficiou no mês de junho de 2018, 196.082 famílias em Fortaleza, (cobertura de 110% da estimativa de famílias pobres no município de Fortaleza. As famílias recebiam um valor médio de R$196.082 e o valor total transferido pela união em benefício das famílias do município alcançou R$32.195,555,00 no mês em 2018. Estima-se que ***as famílias de baixa renda/extremamente pobres*** (Perfil Cadastro Único/IBGE/2010) são compostas de ***261.411 famílias*** no município de Fortaleza e de ***pobres***, ***177.158 famílias***.

O ***benefício variável*** possui o maior valor pago com R$ 246.560, seguido do ***benefício básico*** com valor de R$ 172,697 e depois ***o benefício variável Jovem*** (BVJ) com o valor pago de R$ 33.893. Finalmente ***o benefício Gestante*** (com valor pago de R$7.038) e ***o benefício variável nutriz*** com um valor recebido por família de R$4.084.

Sobre ***as condicionalidades em relação ao público acompanhado*** no município de **Fortaleza**/2017 (SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2018) anota o seguinte: total de beneficiário com perfil educação (6 a 15 anos), 150.141; total de beneficiário com perfil educação (16 a 17 anos), 39.313; total de famílias com perfil saúde (com crianças de 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos, 165.759. Em relação aos resultados dos

[94]Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Benef%C3%ADcios>.Acesso em 17 de julho de 2018.

acompanhamentos temos: total de beneficiados acompanhados pela educação (6 a 15 anos), 136.328, referência 2017; total de beneficiários acompanhados pela educação (16 a 17 anos), 33275, referência 2017.

### 3.3.3 Programa De Transferência De Renda Descentralizado E Intersetorializado

O Plano Brasil sem Miséria, no governo Dilma, estabeleceu *três eixos* no qual o Programa Bolsa Família deve *implementar*: *Garantia de Renda, Inclusão Produtiva e Acesso a Serviços públicos.* Portanto determinadas ações devem ser implantadas para que esses eixos se tornem concretos.

Em relação ***a garantia de renda*** devem ser repassados às famílias um valor em dinheiro, a transferência de renda. Em relação ***a inclusão produtiva*** o programa deve incluir famílias no programa Pronatec/2011. O PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) objetiva

> "oferecer cursos de Educação Profissional e Tecnológica para a população brasileira, oferecendo vagas em cursos de qualificação gratuitos e de qualidade para trabalhadores, estudantes e pessoas em vulnerabilidade social, com direito a auxílio alimentação, auxílio transporte e material escolar". Criado no dia 26 de outubro de 2011 com a sanção da Lei nº 12.513/2011.

O *Pronatec* como sistema que integra os beneficiários (filhos e pais) em cursos de preparação para o trabalho ou cursos profissionalizantes e tecnológicos como também capacitação de trabalhadores está ameaçado nessa transição pelo impeachment de Dilma e ascensão de Temer ao poder, gerando importante inflexão negativa nesse eixo de inclusão produtiva.

Em relação ao ***eixo acesso a serviços públicos*** ou exigência de obediência dos beneficiários as condicionalidades obrigatórias ao programa buscando inserir as famílias nos serviços básicos de saúde, assistência social e assim como a manutenção de frequência escolar para as crianças e jovens das famílias beneficiárias, também encontramos muitas dificuldades de oferecer serviços públicos de qualidade.

Para a consecução[95] dessas exigências expressas pelos três eixos necessitam que as próprias instituições e órgãos governamentais estejam em sintonia, a saber, *articulação entre setores de assistência social, saúde, educação e trabalho*. A isso chamamos de

[95]ARAÚJO, Fábio Resende de (et ali). Uma avaliação do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 49(2):367-393, mar./abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n2/0034-7612-rap-49-02-00367.pdf>. Acesso em 12 de julho de 2018.

integração entre os setores governamentais. O *governo federal* planeja, monitora e avalia as ações do programa e *os municípios* executam. Também é necessário que o governo federal, estadual e municipal esteja integrado e agindo em sintonia. A isso chamamos de integração descentralizada das forças governamentais nos seus diversos níveis de ação e competência.

O Programa Bolsa Família atribui à Assistência Social a coordenação geral do Programa, do cadastro único para os programas sociais por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS[96]). Ao MDS compete articular juntos aos gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal para implementar o PBF e o CadÚnico, além de acompanhar e fiscalizar a política. A SENARC (Secretaria Nacional de Renda de Cidadania) órgão do MDS é a responsável pela gestão de iniciativas de transferência de renda do governo federal.

As Secretarias Municipais de Assistência Social, ao aderir a um termo de compromisso[97] com o MDS, cumprem a responsabilidade de implementação processos tais como o cadastro e atualização do mesmo, como também, acompanhamento familiar, portas de saída, busca ativa por novos beneficiários, apuração de irregularidades, colocar em prática formas de controle e de participação social, estabelecendo tanto o Conselho do Programa Bolsa Família, quanto as reuniões com os beneficiários, fazer o acompanhamento das condicionalidade recolhendo os dados sobre o seu cumprimento, entre outros sob monitoramento e apoio das Secretarias Estaduais da mesma agenda.

> A execução e a gestão do Programa Bolsa Família são públicas e governamentais e dar-se-ão de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social (Artigo da Lei no. 10.836/2004 que instala o PBF).

A avaliação integrada da eficácia desse arranjo de ações em estados e municípios é feita através do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)[98]. O índice varia entre zero e 1.

---

[96]O MDS conta com algumas secretarias (citadas aqui as principais): a Secretaria executiva; SNAS (Secretaria Nacional de Assistência Social); SENARC (Secretaria Nacional de Renda de Cidadania); SESAN (Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional); SISP (Secretaria de inclusão social e produtiva) e a SAGI (Secretaria de Avaliação e Gestão de informações).disponível em: http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional> . Acesso em 17 de julho de 2018.

[97]ART. 2º. da Portaria GM/MDS N. 246, de 20 de maio de 2005. MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). Coletânea da Legislação Básica do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família (A legislação expressa nesta coletânea foi mantida de acordo com o texto original publicado). Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cadernos/Coletanea_LegislacaoBasica.pdf>. Acesso em 17 de julho de 2018.

[98]MDS. IGD (Índice de Gestão Descentralizada). Disponível em:<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/igd/igd>. Acesso em 13 de julho de 2018; CADERNO DO IGD-M. Manual do Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (Municípios e Distrito Federal). BRASÍLIA, 2016. Disponível em:

Quanto mais próximo de 1, melhor o resultado da avaliação da gestão. Com base nesse indicador, o MDS calcula o valor dos recursos financeiros que serão repassados aos entes federados. Este índice pretende estabelecer um ranking das experiências de implementação do PBF, dando visibilidade e premiando àquelas bem-sucedidas.

Importante notar que é fundamental para o funcionamento do Programa Bolsa Família tocar na questão da capacitação dos gestores e técnicos municipais a cargo da coordenação estadual do Bolsa Família, como também perceber que esses servidores públicos tem uma função primordial de intermediação cidadãos e estado e, por isso realizar sua competência com o máximo de probidade, respeito àqueles que atendem. São a estes que devem prestar serviço com a reverencia pública.

### 3.3.4 Programa De Transferência De Renda E O Controle Social

A Constituição de 1988 deixou claro a necessidade de os cidadãos participarem da vida do Estado. Doravante as políticas públicas, educacionais, de saúde, de assistência social, dentre outras deveram existir instância de *controle social*[99] por meio dos conselhos e das conferências. Portanto *a participação popular* deve guiar a vida institucional dos CRAS braço, nos municípios, da Assistência Social[100]. Portanto, o "controle" é a participação no âmbito público da sociedade estabelecendo critérios, orientações à ação pública (TEIXEIRA, 2001; WENDHAUSEN, 2002). A sociedade civil estabelece vigilância sobre dois fatores: o respeito aos direitos dos cidadãos e o cumprimento do dever do Estado. Segundo TEIXEIRA (id) realiza-se aqui um resgate da soberania popular sobre o mandato público de prestar um serviço.

Um dos objetivos dos CRAS municipais é incentiva a participação dos beneficiários do Programa Bolsa família por ser eles o objetivo primordial de suas atividades. Como ensina DEMO (2001) a existência da democracia efetiva está em função da participação dos cidadãos.

---

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Guias_Manuais/ManualIGD.pdf>. Acesso em 13 de julho de 2018.

[99]MDS. Participação e controle social. disponível em: http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/participacao-e-controle-social>. Acesso em17 de julho de 2018.

[100]FAQUIN, Evelyn Secco; PAULILO, Maria Ângela Silveira. SUAS, CRAS e controle social: um estudo sobre Londrina. Sociedade em Debate, Pelotas, 16(2): 63-86, jul.-dez./2010. Disponível em: < file:///C:/Users/dell/Downloads/674-2499-1-PB.pdf>. Acesso em 13 de julho de 2018.

Nesse sentido o CRAS precisa estar conhecedor do território, no sentido de compreender as relações sociais existentes, seus problemas concretos, as potencialidades e as soluções a partir do recorte territorial (BRASIL, 2004; KOGA, 2003 e 2005).

> Desdobra-se para as políticas públicas, e em particular para a Política de Assistência Social, a necessidade de compreender as particularidades de cada território e incorporar a abordagem territorial na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Para tanto, é fundamental pensar as potencialidades ativas dos territórios na constituição de processos e relações sociais e de poder (KOGA; NAKANO, 2005).

O conhecimento da vida social, econômica e da comunidade são primordiais para uma efetiva ação do CRAS e, nesse sentido, permite agir fomentando estratégias pensadas a partir dos cidadãos, de suas necessidades.

O controle social no nível local deve ser feito por um conselho formalmente constituído pelo município com paridade estado e sociedade civil, incluindo a representação dos beneficiários. *Os conselhos* têm um caráter deliberativo, com atribuições de acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução do Programa Bolsa família no âmbito municipal. São três dimensões do controle social[101] são: **Política** - Mobilização da sociedade para influenciar a agenda governamental e indicar prioridades. **Técnica** - Trabalho da sociedade para fiscalizar a gestão de recursos e a apreciação dos trabalhos governamentais. **Ética** - Construção de novos valores e de novas referências, fundadas nos ideais de solidariedade, de soberania e justiça social.

A implantação de uma estrutura voltada para à promoção da participação social é importante para articular as ações de governo, mas também gerar canais de diálogo que envolva a sociedade em todas as fases do debate. O Programa Bolsa Família tornar-se-á forte e sustentável em termos de alcançar seus fins quando facilitar os laços entre beneficiários e agentes públicos, produzindo confiança que precisam ser estabelecidos na interlocução.

> Por isso, convém insistir na ideia de que a participação social não é apenas um tema, um conteúdo de política pública, mas também um método, um jeito de fazer a própria gestão governamental. Nesse modo participativo, o agente governamental permanece com a responsabilidade decisória naquilo que é sua competência por força de lei, mas garante à sociedade o direito de participar da construção dessa

[101]CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) Nº 003/2009 (Orientações para as Conferências Municipais de Assistência Social, 2009. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/cnas/vii-conferencia-nacional/orientacoes-conferencias-de-assistencia-social-2009.pdf>. Acesso em 13 de julho de 2018.

> decisão trazendo informações, ideias, opiniões e propostas que serão legitimamente levadas em consideração[102].

Abrir o cidadão para o Estado e o Estado para os cidadãos; dividir o poder entre agentes públicos, que representam o Estado, e os cidadãos; fomentar parcerias entre instituições públicas e sociedade civil organizada; gerar, portanto, ações mais efetivas com menos burocracias; criar novos processos decisórios na gestão pública; estimular novos conhecimento técnicos e científicos que permeiam a gestão publica tendo em vista as necessidades dos beneficiários do Bolsa família são processo a serem fortalecidos segundo NOGUEIRA (2004).

Fortalece essa ideia, pondo outro ângulo de visão, DEMO (2009) quando diz que entre agentes públicos e beneficiários deve pautar um diálogo claro e honesto e que o agente público, trabalhando com na ótica da participação social, deve trabalhar para diminuir sua tendência impositiva e tratar os beneficiários não como clientes, mas como cidadãos. A qualidade daquilo que faz o Estado através de programas de assistência social como o Programa Bolsa família não está nas mãos do estado, representados pelos seus agentes públicos, mas está na qualidade organizativa da população. Portanto a participação deve ser um critério a ser seguido pelos CRAS municipais.

## 3.4 UM SENTIDO PARA COMPREENDER O TERMO POBREZA E SUA RELAÇÃO COM A FAMÍLIA COMO CAPACIDADE DE REAGIR AO MUNDO CIRCUNDANTE PELA CIDADANIA

Com os governos Lula (gestão 2003 – 2010) e Dilma Rousseff (gestão 2011 – 2014) a questão da pobreza ganhou destaque na política principal de *proteção social* no Brasil. O enfoque foi *aliviar* a pobreza e a miséria através da transferência em dinheiro às famílias. Em relação a questão da desigualdade – mais difícil de ser tratada pois envolve processos de mudanças e potencialidades conflitivas em termos de estrutura social – há ainda a necessidade de construir um sério debate na nação sobre prioridades de desenvolvimento econômico, social, cultural que a comunidade política deseja traçar e, para isso, pensar uma nova redistribuição de poder e tributária regional e uma reforma tributária e agrária no país; aumentar em qualidade e quantidade a melhoria da cobertura dos serviços públicos (saúde,

[102]Plano de Ação do Compromisso Nacional pela Participação Social. Guia Técnico orientador, 2014. Disponível em: http://www4.pucsp.br/nexin/dissertacoes/donwloads/mariana-louzada-de-toledo.pdf. Acesso em 13 de julho de 2018.

educação, cultura, habitação, criação de emprego e renda, dentre outros). Constata-se, nesse sentido, muita desigualdade no acesso a oferta de bens básicos, como também ao reconhecimento dos/as outros/as em termos raciais, de gênero, orientação sexual ou condição social.

Em 2014 para cá − com o acontecimento do golpe parlamentar apoiado por empresários e parte da classe média que retirou não democraticamente a Presidenta Dilma − as condições de solidez democrática e de participação vem sofrendo declínios sérios e um retorno de um ultraliberalismo exacerbado e predatório vem privatizando os bens públicos (privatizações sem critérios) e desrespeitando os cidadãos comum, abandonando-os a *sua própria sorte*. As políticas públicas e sociais estão à deriva e um verdadeiro "*salves quem puder*" enfraqueceu a já declinante *coesão social* brasileira e fortalecendo ainda mais as classes empresariais e média e desprestigiando os pobres e miseráveis brasileiros, a saber, os "batalhadores" e os socialmente descartáveis (extremamente pobres). O próprio Programa Bolsa Família anda sofrendo cortes inaceitáveis sob a aparência de evitar fraudes, fazendo crescer a pobreza e a miséria nos centros urbanos e interiores.

Fortalece-se aquilo que CHAUÍ[103] contextualizou com a noção de que as diferenças são tratadas no Brasil em situações e lugares sociais hierarquizados e, mesmo havendo comunicação entre os segmentos sociais (classes), os mais ricos tratam os mais pobres como subalternos, no qual seu único dever é obedecer e vender seu trabalho ao custo da exploração. Portanto, subjaz a estrutura social no Brasil uma sociedade autoritária que, por sua vez, é o causador de violências[104].

Culturalmente o discurso das elites funda-se na tentativa de justificação e convencimento sobre as necessidades de seus privilégios que é fundado na desculpa da meritocracia (SOUZA,2006), ou seja, cada pessoa *deve estar* em condições de resolver suas necessidades básicas através de seus méritos (e dinheiro!), seu trabalho e suas relações pessoas (capital social) e só contar com o Estado quando encontrar-se em condições de não poder cuidar de si ou dos seus. Nessa lógica o pobre e, mais ainda, os miseráveis encontram-se onde estão por não se esforçarem; são incompetentes na fala e no saber fazer. Uns são mais iguais que outros, gerando uma abissal desigualdade. Ora, essa justificativa não explicita em

[103]CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. In: Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires : CLACSO, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>.Acesso em 19 de julho de 2018.

[104]Revista CULT. Entrevista a Juvenal Savian Filho e Laís Modelli. Marilena Chauí analisa momento no Brasil: de violência e autoritarismo (Entrevista). Disponível em: < https://www.pambazuka.org/pt/governance/marilena-chau%C3%AD-analisa-momento-no-brasil-de-viol%C3%AAncia-e-autoritarismo-entrevista>. Acesso em 19 de julho de 2018.

quais condições as classes superiores foram constituídas para estar onde estão; já os brasileiros em situação de pobreza e estrema pobreza estão nessa situação por exclusão deliberadas das condições de vida dignas, cultura (aprendizagem), trabalho, renda. As condições de possibilidade (*meios*), funcionalidades, para desenvolverem suas capacidades (*fins*) (SEN, 2000) foram retiradas e deliberadamente frustradas nos embates no decorrer histórico brasileiro.

Sem acesso a cultura e educação integral, a relações escolares mais horizontalizadas e a práticas pedagógicas que saibam unir vida cotidiana e os saberes formais os pobres não acessariam empregos de qualidade, somente empregos de salário mínimo e subalternos, e muito menos aprenderiam a exercer seus direitos, somente suas obrigações.

A noção do *trabalho* para a sociedade brasileira é importante por revelar contradições. Para o modelo de sociedade, construído por nossas elites, *quem trabalha* e obtém resultados terá *acesso a direitos,* acesso a alimentos de qualidade, salário, proteção social. ***As condicionalidades*** revelam isso em relação aos pobres e miseráveis: como não trabalham de forma a se esforçar para obter sucesso devem mostrar-se em condições de receber os favores do Estado. Nesta ótica as condicionalidades são modos dos pobres mostrarem empenho, esforço. Os pobres nesse sentido são destituídos de dignidade; desprovido daquelas condições de assumirem e decidirem sobre caminhos a tomar. Esse conhecimento distorcido e incutido na cabeça dos pobres, produzido pelas elites, enfraquece o envolvimento dos pobres com a política e vida cidadã. As elites produzem também, nesse sentido, os que não se interessam pela política, por aquilo que o Estado faz. Daí o que muitas vezes ouvimos, "*não me interesso por política*", "*política, nem pensar, só tem corruptos*". As elites produziram situações de despolitização das massas, quando mantiveram por longos anos o povo fora do exercício do poder. E, eles, dentro do poder influenciando. Historicamente aquilo que é necessário para o exercício da política foi negado aos mais pobres: o diálogo e ação comum sobre as políticas públicas. A atuação geralmente se resume a reclamar e a nada fazer, "pois nada posso". Sozinhos nada se pode. As elites (empresários e classe média) fazem seus pactos de dividir o poder: um tem o poder econômico, outro, tem o poder do conhecimento que juntos influenciam o corpo estatal (governo, legislativo e o judiciário).

A Fome, a pobreza passaram desde os anos de 1990, no Brasil, a ser entendido como um problema social e econômico a ser considerado e enfrentado. Estes dois problemas possuem uma história que não vamos aqui retomar, no entanto, precisamos denunciar que ***a Fome e a pobreza*** deixaram de ser uma questão que envolve a *corresponsabilidade humana da comunidade política* para ser *um caso de engenharia social* e inserido em processos de

quantificação, de estratégia econômica que envolve custos e benefícios, − a pobreza não é e nunca foi uma questão a ser tratada e resolvida por burocratas − que no final das contas esquecem das reais pessoas que sofrem esses males.

A política não é administração de agentes público tomando decisões sozinhas sobre problemas de uma sociedade, de cima para baixo, ela é decisão que envolve pessoas e grupos em conflito, em tensões, em disputa, sobre um lugar e determinado mundo a se construir. Esquecemos, portanto, que a real questão da pobreza e da desigualdade, passa pelo *desvelamento* das estratégias humanas de inserção da exclusão de pessoas e grupos dos bens construídos coletivamente, especialmente a cultura e acesso a bens e serviços através da renda; excluídos dos processos de decisões, pois também postos fora socialmente da aprendizagem dos processos do controle sábio dos discursos sobre a boa distribuição de bens e serviços necessários no mundo de hoje.

Nessa sessão marcaremos o sentido do termo *pobreza*, como ***vulnerabilidade social*** ou, dito de outra forma, como inclusão de indivíduos e famílias em processos de reprodução do capital que transforma os pobres em "objetos" de uso, para a manutenção do sistema-mundo[105] e seus desdobramentos regionais diferenciados. O capitalismo nos lugares por onde passou conseguir introduzir seu *ethos* característico, no entanto, soube adaptar-se as culturas locais, as absorvendo e as modificando, ganhando nos diversos espaços rosto de capitalismo diferenciados. Há neste sentido "uma inclusão que excluir" (inclusão no sistema, para usá-los e descartá-los ao mesmo tempo). Podemos perceber isso nas favelas ocupadas também pela lógica econômica do capitalismo que transformam as pessoas em agentes do lucro

> um conjunto de economias comunitárias marcadas pelo registro da diferença: ocupante, favelado, sem terra, crédito informal. Mas pode-se argumentar, como já fiz em meu trabalho recente (Roy, 2010), que as economias dessas pessoas também são as fronteiras ativas do capitalismo contemporâneo, os locais vacantes em que novas formas de acumulação são forjadas e expandidas – nos interstícios da favela, nos circuitos da microfinança [...] A favela, em sua densidade territorial, representa um espaço crucial para o capitalismo dos "bilhões de baixo", onde as populações pobres podem facilmente ser tornadas visíveis para o capital global. [...] o desenvolvimento imobiliário também é o domínio das "máfias empreendedoras" – "sindicatos criminais locais, frequentemente com conexões globais". Tais máfias operam em conjunto com o capital imobiliário, o Estado e a polícia. Isso também é um urbanismo de ocupação – dos poderosos – e ele existe em interpenetração

[105]MARTINS, José Ricardo. Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? IBEROAMÉRICA SOCIAL. Revista-red de estudios sociales. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/Martins-J.-R.-2015.-Immanuel-Wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual.-Iberoamrica-Social-revista-red-de-estudios-sociales-V-pp.-95-1.pdf>. Acesso em 12 de fevereiro de 2018. A formação do sistema-mundo e a divisão do mundo em três níveis hierárquico – centro, periferia e semiperiferia contribuem para a compreensão da realidade, especialmente as relações assimétricas do mundo globalizado.

> complexa com a política do "banco de votos" e a reivindicação territorial dos subalternos urbanos (ROY, 2017)

Estamos a nos referir ***a ideologia do consumismo*** imposto pela dominação do mercado (SANTOS, 1999; 2000; 2002) que invadindo as burocracias do Estado, criando *políticas compensatórios*, como o Bolsa Família, envolvendo as famílias mesmas, em situação de pobreza, no circuito de consumo.

> a família, enquanto unidade de reprodução social e biológica, constitui-se também como unidade de cooperação econômica e de consumo coletivo de bens materiais e simbólicos. As possibilidades de consumo estão relacionadas à heterogeneidade dos atributos sociais de seus integrantes, como idade, grau de escolaridade, ocupação, forma de inserção no mercado de trabalho, e repertório cultural, que, conjuntamente, conferem a cada um deles possibilidades diferenciadas de auferirem determinado rendimento[106].

Com a atual crise econômica e desestruturação do mercado de trabalho, aprofundada entre nós pela reforma trabalhista, atingindo os setores formais da economia e, portanto, tornando o acesso ao trabalho mais restrito e inseguro, também repercute na vida dos menos preparados em termos de capital cultural e os jogam em situações do subemprego e pobreza, enfim, em ***risco social***. A ideia de *risco* revela que a qualquer momento indivíduos podem estar desempregados e jogados no trabalho precário[107], em *situação de pobreza e desprotegido*. Nesta situação muitas famílias ficam fragilizadas nos seus vínculos e sujeitas a ajuda social. "A vulnerabilidade opera apenas quando o risco está presente; sem risco, vulnerabilidade não tem efeito" (YUNES e SZYMANSKI, 2001). A *vulnerabilidade* se refere a situação dos sujeitos, às famílias; em relação as famílias mais pobres, ser vulnerável é se encontrar sem condições de responder as situações de risco externas. Sem predisposição à resposta a essas externalidades, há risco. Neste sentido àquelas famílias sem acesso à cultura, a saberes e conhecimentos de mundo, podem se encontrar mais sujeitas a vulnerabilidades. Daí porque a vulnerabilidade é socialmente construída por grupos interessados.

Ambas as situações referidas, em termos de situações de risco, podem ser caracterizadas como um déficit de nosso sistema político, ou esvaziamento *do poder do Estado*, em termos de sua incapacidade de resolver problemas econômicos (participação no sistema de produção de bens e serviços socialmente produzidos e redistribuí-los

---

[106] PORRECA, W. Famílias recompostas: casais católicos em segunda união. 2004 citada por OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra Recomeçar: família, filhos e desafios / Nayara Hakime Dutra Oliveira. –Franca: UNESP, 2009.

[107] Jornal El País. Reportagem: Heloísa Mendonça. Topa tudo por trabalho: brasileiros aceitam salários menores e postos sem carteira para driblar desemprego. Trabalhos informais e por conta própria já superam o emprego formal no Brasil. São Paulo, fev. de 2018. Disponível em:< https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/02/politica/1517580002_384940.html>. Acesso em 12 de fevereiro de 2018.

equitativamente); ***o Estado retira-se da economia, tratando o problema do trabalho e da desigualdade como um assunto que diz respeito a discricionalidade da oferta e procura.*** Tanto o trabalho como a pobreza são deixados a cargo do mercado, pelo menos é isso que o jogo subterrâneo dos interesses econômicos no Brasil está pretendendo. Nesta linha de raciocínio *limita-se o entendimento de espaço público e restringe o poder da sociedade política em regulá-lo.* Neste sentido estamos vivendo um dos piores momentos em que *o exercício da cidadania e a participação foi mais violada*. Precisamos migrar para um outro paradigma para tratar destes assuntos: ***transitar de uma noção de carências sociais***, do não atendimento das necessidades básicas ***para o campo dos direitos sociais***, da equidade, da emancipação e do pertencimento (LAVINAS, 2003; OLIVEIRA, 1995)

Quando indivíduos e famílias, de estratos sociais desfavorecidos e mal preparados, − em termos de habilidades socialmente estabelecido pelo atual contexto do mercado: *habitus* socialmente construídos − são inseridos no trabalho precário e com baixos salários ou, postos para fora vivendo sem condições de vida dignas, estamos produzindo a inseguranças da vida familiar, ou seja, o estado de vulnerabilidade social. Acentuam-se as desigualdades sociais e de renda das famílias submetendo-as aos serviços públicos de assistência social existentes.

A vulnerabilidade social, como acentua CASTEL (1997) "é uma zona intermediária instável que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de aproximação". A desfiliação social, como perda de suportes aos indivíduos pela sociedade e produzindo, por sua vez, a desintegração social gera nas camadas mais despossuídas de renda e sem condições de oportunidades, a desesperança e, portanto, limitação ao estabelecimento de uma direção em termos de metas a solucionar problemas. O contexto de insegurança se estabelece, principalmente em situações de pobreza social e de renda.

> ... todos aqueles aos quais a cidade oferece sonhos, mas não oferece trabalho; aqueles nos quais a cidade mata o fio de esperança que ela própria criou. Toda a angústia existencial dessa vida severina passa por uma única questão que, embora possa parecer, nunca diz respeito somente à economia em sentido estrito: como ganhar dinheiro? Foi a falta de resposta a essa questão que levou Márcio, o pai de Carlos, ao desespero do provedor incapaz de prover. Sua impotência produtiva era ao mesmo tempo uma impotência moral contra a qual ele tentou lutar, durante certo tempo (SOUZA, 2009).

Elementos que fortalecem cotidianamente a vulnerabilidade social (ou condições precárias de vida) pode ser encontradas no reduzido acesso a bens simbólicos, como os culturais (que lhes podem dar acesso a modos variados de compreender e possibilidades alternativas de proceder praticamente na vida), refiro-me mais detidamente a educação, e

podem também ser inclusas como fator importante, a negação de acesso a possibilidades e oportunidades (SEN, 2000) como também a renda submetendo os indivíduos e famílias à condição subalterna. A *renda* é importante enquanto facilita o *acesso a meios* que transmitem conhecimentos e proporcionam a prática que levam ao *desenvolvimento da capacidade* (SEN, 2000). Este processo na vida social e histórica brasileira, por exemplo, quase nunca foi propiciado a grande maioria das pessoas[108].

Esse estado de vulnerabilidade implica está submetido a situações de exploração, redução da autonomia e autodeterminação, redução das capacidades para viver no espaço familiar mais sociável e responsáveis com menos possibilidade de oferecer amparo a seus membros. Completa-se o despreparo para lidar com as questões públicas.

> Para Kaloustian & Ferrari (1994), a família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal; é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e morais, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais. O que se afina com Sarti (1996) quando afirma que: A família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura sua explicação do mundo (GOMES E PEREIRA, 2005).

Estamos empenhados em mostrar a atual situação de vulnerabilidade social − dentre as famílias pobres e extremamente pobres, em condições precárias de vida, − a situando em processos endógenos de lutas por recursos que a denominamos de "classe" ou entre pertencimento social. Numa situação de pobreza estrutural como a nossa que situa os mais pobres a experiências do "mínimo" e a serviços públicos precários só pode representar o estado de situação em que uma sociedade está envolvida: afastar os estratos sociais mais baixas do acesso a recursos essenciais necessários ao bem-estar.

Na constituição de 1988 *a família* é a base da vida social e está sob a proteção do Estado *(*Art. 226.) e faz parte de suas responsabilidades, junto com a sociedade e o Estado, assegurar aos seus membros *os principais direitos fundamentais*

[108]Jornal El Pais. Resportagen:Luis Ruffato. Falta de educação. A violência na escola é apenas uma extensão da violência fora dela – e a violência fora dela é a expressão de um país socialmente injusto, no qual acesso à educação de qualidade é um privilégio, não um direito. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/30/opinion/1504096899_970922.html. Acesso em 13 de fevereiro de 2018.

> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." (Constituição Federal de 1988)

Nesse sentido de "*é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar*..." direitos e vida digna a seus membros segundo as condições de produção socialmente estabelecidas.

No entanto, por um lado, no complexo social que é o Brasil, − fundado em desigualdades abissais de renda, historicamente constituídas – os diversos grupos não conseguem acordos para orientar projetos e ações para resolver as diversas situações e vivências de pobreza[109]. O motivo disso pode ser encontrado na formação do povo brasileiro baseados em relações de exploração e expropriações das individualidades e culturas (SOUZA, 2017), como podemos constatar na história da escravidão no país[110].

> Afinal, o processo de competição social não começa na escola, como pensa o economicismo, mas já está, em grande parte, pré-decidido na socialização familiar pré-escolar produzida por "culturas de classe" distintas [...] O economicismo liberal, assim como o marxismo tradicional, percebe a realidade das classes sociais apenas "economicamente", no primeiro caso como produto da "renda" diferencial dos indivíduos e no segundo, como "lugar na produção". Isso equivale, na verdade, a esconder e tornar invisível todos os fatores e precondições sociais, emocionais, morais e culturais que constituem a renda diferencial, confundindo, ao fim e ao cabo, causa e efeito. Esconder os fatores não econômicos da desigualdade é, na verdade, tornar invisível as duas questões que permitem efetivamente "compreender" o fenômeno da desigualdade social: a sua gênese e a sua reprodução no tempo (SOUZA,2009).

Por outro lado, as famílias que deveriam ser as responsáveis por sua prole, por motivos múltiplos, não conseguem criar uma unidade familiar coesa e introjetar *padrões sociais e morais estabelecidos socialmente* (modelos de personalidade básicas e controle do comportamento) com os quais seus filhos possam incorporar *habitus*[111].

---

[109]Jornal El pais. Reportagem: Marina Rossi. Desigualdade social. Seis brasileiros concentram a mesma riqueza que a metade da população mais pobre. Estudo da Oxfam revela que os 5% mais ricos detêm mesma fatia de renda que outros 95%. Mulheres ganharão como homens só em 2047, e os negros como os brancos em 2089. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/22/politica/1506096531_079176.html>. Acesso em 12 de fevereiro de 2018.

[110]FERNANDES, Florestan. Integração do Negro na Sociedade de Classes. Ed. Ática, 1978. Esta importante obra apresentará a transição do negro e do mulato da ordem escravocrata à competitividade no trabalho e suas dificuldades de adaptação ao mundo burguês do trabalho.; CHALHOUB, Sidney. A forca da escravidão – ilegalidades e costumes no brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

[111]Sobre os habitus cf. BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social. Sao Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.SOUZA, Jessé. (Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é "ser gente"?. Lua Nova, no. 59, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ln/n59/a03n59.pdf. Acesso em 12 de fevereiro de 2018.

> atribuir à constituição e reprodução de um *habitus* específico, no sentido de Bourdieu – a apropriação de esquemas cognitivos e avaliativos transmitidos e incorporados de modo pré-reflexivo e automático no ambiente familiar desde a mais tenra idade, permitindo a constituição de redes sociais, também pré-reflexivas e automáticas, que cimentam solidariedade e identificação, por um lado, e antipatia e preconceito, por outro – o lugar fundamental na explicação da marginalidade ... [das pessoas mais pobres]. Este ponto é central, posto que, se é a reprodução de um "***habitus precário***" a causa última da inadaptação e marginalização desses grupos, então o problema não é "meramente a cor da pele", como certas tendências empiricistas acerca da desigualdade brasileira tendem, hoje, a interpretar. Se há preconceito nesse terreno, e certamente há e agindo de forma intransparente e virulenta, não é, antes de tudo, um preconceito de cor, mas sim um preconceito que se refere a ***certo tipo de "personalidade", julgada como improdutiva e disruptiva para a sociedade como um todo*** (o grifo é meu; SOUZA, 2003).

Se nesse aspecto não há uma organicidade familiar de propósitos pressuposto numa socialização primária e neste sentido uma organização dos papeis familiares, institui-se as incertezas e insegurança no mundo social (SOUZA, 2003). A violência doméstica, o assédio sexual de menores, pode ser exemplos dentre tantos outros[112] da aprendizagem de "*habitus precários*". Também é revelado nessa citação a causa do ódio aos pobres pelas elites (classe média e ricos): uma certa incorporação de uma personalidade considerada "improdutivo" e "inútil", principalmente pela incapacidade de atender às demandas de disciplinamento produtivo do capitalismo[113]. Nesse sentido a causa da inaptidão e falta de disciplina dos mais pobres (negros[114], pardos ou brancos) a não serem inseridos no mercado de trabalho, por exemplo, ou não se sentir adequados a determinados ambientes sociais e, portanto, marginalizado socialmente e muitas vezes humilhados, foi o abandono histórico das classes populares da inserção a socialização através de "*habitus primária e secundários*[115]" que lhes daria cidadania e reconhecimento. Portanto, *a educação básica*.

---

[112]"De acordo com o *Mapa da Violência 2012: Homicídios de Mulheres no Brasil (Cebela/Flacso, 2012)*, duas em cada três pessoas atendidas no SUS em razão de violência doméstica ou sexual são mulheres; e em 51,6% dos atendimentos foi registrada reincidência no exercício da violência contra a mulher. O SUS atendeu mais de 70 mil mulheres vítimas de violência em 2011 – 71,8% dos casos ocorreram no ambiente doméstico. Não à toa, a pesquisa *Violência e Assassinatos de Mulheres (Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013)* revelou significativa preocupação com a violência doméstica: para 70% da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil. Os dados dessa pesquisa revelam ainda que o problema está presente no cotidiano da maior parte dos brasileiros: entre os entrevistados de ambos os sexos e de todas as classes sociais, 54% conhecem uma mulher que já foi agredida por um parceiro e 56% conhecem um homem que já agrediu uma parceira" (violência doméstica e familiar. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres/#dados-nacionais>. Acesso em 12 de fevereiro de 2018).

[113]Sobre a exigência de preparação ao mercado de trabalho nas diversas fases do capitalismo consultar TEIXEIRA, Déa Lúcia Pimentel; SOUZA, Maria Carolina A.F. de. Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rae/v25n4/v25n4a07.pdf. Acesso em 12 de fevereiro de 2018.

[114]A questão do racismo social no brasil ganha uma nova no pensamento de Souza; pois o racismo é uma camada secundária do que está por baixo da epiderme do ódio aos pobres.

[115]O conceito de habitus em Bourdieu sofre modificações no estudo de Jessé Sousa. Cf. Souza, 2003:61ss

Bourdieu (2007) conceitua *habitus* no sentido geral, produzindo um sentido restritivo e não historicizado, no entanto, SOUZA (2003) percebe três tipos de *habitus* socialmente constituídos que é situado num processo de "consolidação histórica contingente de lutas políticas e aprendizados sociais e morais múltiplos de efetiva e fundamental importância..." (SOUSA. 2003: 61-62)[116]:

O ***habitus primário*** vai corresponder as mudanças operadas pela burguesia sobre os modos de vida dos indivíduos na sociedade tradicional e em instituir modos de proceder generalizados e homogêneos correspondentes ao domínio da razão sobre as emoções, cálculo prospectivo, auto-responsabilidade sobre às classes dominadas. Modos avaliativos e dispositivos de comportamentos objetivamente internalizados e incorporados que permite o compartilhamento de uma noção de "*dignidade*" compartilhada que leva o outro em consideração por partilhar o mesmo proceder. Nesse sentido aqueles que estão revestidos destes valores práticos são considerados preparados para viver no sistema-mundo capitalista. Participa, portanto, de uma ética ou modo de proceder (cf. Weber[117]) que visa o lucro no mercado de bens e serviços. Estamos falando aqui dos burgueses ricos e super ricos. Aqueles que não incorporaram tais disposições estão foram de serem reconhecidos. Então, a burguesia utilizou tática de convencimento sobre ser isto o melhor para todos. É essa ausência que permite pensar as relações entre as classes dominantes (os proponentes) e dominadas (desafiantes)[118].

Ora, se o capitalismo como força estratégica conseguiu impor um *ethos* sociopolítico e econômico nos dias de hoje, incorporando nos indivíduos modos de comportasse, fica aberta a possibilidade de pensar num outro tipo de reação contracultural a depender das estratégias usados pelos desafiantes a esse modele de dominação.

O ***habitus precário*** seria o reduzido uso[119] limitado (ou seja, não saber jogar no jogo estabelecido pelos dominados) das regras estabelecidas socialmente e dominantes. São tipos de personalidades e disposições de comportamentos que não atendem às demandas objetivas para que sejam indivíduos e grupo sociais no qual possam ser considerados produtivo e útil em sociedade do tipo moderna capitalista. Todas as consequências negativas

[116]"Se o *habitus* representa a incorporação nos sujeitos de esquemas avaliativos e disposições de comportamento a partir de uma situação socioeconômica estrutural, então mudanças fundamentais na estrutura econômico-social deve implicar, consequentemente, mudanças qualitativas importantes no tipo de *habitus* para todas as classes sociais envolvidas de algum modo nessas mudanças" (Souza, 2003).

[117]Sobre a atualidade de Max Weber em relação a nosso assunto consultar SOUZA, Jessé. A Atualidade de Max Weber (Editora UNB)

[118]Permitam ver aqui a luta de classe envolvendo a luta pelo poder. Cf. Foucault, M.. Microfísica do Poder. Ed. grau

[119]Lembro aqui de Wittgenstein nas suas lições sobre o "uso" (saber jogar) no livro Investigações filosóficas.

de um mundo capitalista que não reconhece os pobres e os humilham, os fazem achegar, − por exclusão histórica sistemática dos recursos necessários à vida, − e viver dos sistemas de proteção social (Programas de renda mínima) precisamente por não ter incorporado esse sistema de vida social capitalista posto hegemônico na sociedade.

O ***habitus secundário*** corresponde as atitudes preferidas de um grupo específico em exercer, do seu modo, os *habitus primários*. Enquanto os mais ricos exercem a faceta de *um ethos capitalista* sob o aspecto econômico e técnico instrumental outros, exercem outro aspecto do *ethos* primário sobre o ângulo dos saberes e domínio da ciência. Portanto, esse aspecto é o responsável pela dinamização (inteligibilidade) dos processos utilizados pela capital e, portanto, é responsável pela sua constante atualização. Seu fracasso pode ser a explicação das crises mundiais que ronda o capitalismo. Estou falando da classe média que assumiu os *habitus* primários na sua feição cultural, do exercício do saber estratégico e a serviço do capital econômico entre os agentes que exercem o capital econômico (proponentes) e os que exercem os hábitos culturais existem também atitudes de convencimento e acordos de manter as classes com o domínio cultural em situação privilegiada e a serviço dos mais ricos.

> Falo de ***habitus primário***, dado que se trata efetivamente de um habitus no sentido que essa noção adquire em Bourdieu. São ***esquemas avaliativos compartilhados*** objetivamente, ainda que opacos e quase sempre irrefletidos e inconscientes que guiam nossa ação e nosso comportamento efetivo no mundo. É apenas esse tipo de consenso, como que corporal, pré-reflexivo e naturalizado, que pode permitir, para além da eficácia jurídica, uma espécie de acordo implícito que sugere, como no exemplo do atropelamento no Brasil, que algumas pessoas e classes estão acima da lei e outras abaixo dela. Existe como que uma rede invisível, que une desde o policial que abre o inquérito até o juiz que decreta a sentença final, passando por advogados, testemunhas, promotores, jornalistas etc, que, por meio de um acordo implícito e jamais verbalizado, terminam por inocentar o atropelador. O que liga todas essas intencionalidades individuais de forma subliminar, e que conduz ao acordo implícito entre elas, é o fato objetivo e ancorado institucionalmente do não valor humano do atropelado, posto que é precisamente o valor diferencial entre os seres humanos que está atualizado de forma inarticulada em todas as nossas práticas institucionais e sociais. Não se trata de intencionalidade aqui. Nenhum brasileiro europeizado de classe média confessaria, em sã consciência, que considera seus compatriotas das classes baixas não-europeizadas "subgente". Grande parte dessas pessoas votam em partidos de esquerda e participam de campanhas contra a fome e coisas do gênero. A dimensão aqui é objetiva, subliminar, implícita e intransparente. Ela é implícita também no sentido de que não precisa ser lingüisticamente mediada ou simbolicamente articulada. Ela implica, como a idéia de habitus em Bourdieu, toda uma visão de mundo e uma hierarquia moral que se sedimenta e se mostra como signo social de forma imperceptível, a partir de signos sociais aparentemente sem importância, como a inclinação respeitosa e inconsciente do inferior social quando encontra um superior, pela tonalidade da voz mais do que pelo que é dito etc. O que existe aqui são acordos e consensos sociais mudos e subliminares, mas por isso mesmo tanto mais eficazes, que articulam, como que por meio de fios invisíveis, solidariedades e preconceitos profundos e invisíveis. É esse tipo de acordo, para usar o exemplo do atropelamento acima, que está por trás do fato de que todos os envolvidos no processo policial e judicial na morte por atropelamento do subhomem não europeizado, sem qualquer acordo consciente e até contrariando

> expectativas explícitas de muitas dessas pessoas, terminem por inocentar seu compatriota de classe média (SOUZA, 2003).

Creio que está colocado em grandes linhas o sentido dos *habitus* que aqui diferenciam a existência das classes e como através das relações entre elas percebemos as sutilizas e as tensões entre elas.

Desde o governo FHC (1995-2002) quando começou as políticas de transferência de renda no Brasil e, principalmente no governo Lula (2003-2011), com a criação do Bolsa Família, aperfeiçoando o programa anterior e o ampliando, instituiu mecanismos de renda que melhorou a vida de milhões de brasileiros

> Numa favela no bairro pobre de Santo Amaro, em Recife (PE), [mora] Rúbia Ferreira da Silva, de 31 anos [...] Com nove filhos e os pais desempregados, a família depende inteiramente dos 722 reais que recebe do programa para sobreviver -um valor mais alto do que a média, pela situação de extrema vulnerabilidade. As crianças estão com as vacinas em dia e frequentam a escola direitinho, pré-requisitos para que o valor não seja cortado. "Tem alguma sugestão para melhorar o Bolsa Família?", perguntou a ela o ministro. "Que melhore muito e nunca corte, né?", disparou a mulher[120].

No entanto alguns autores, dentre eles LAVINAS E VARSANO (1997) concluem que o programa deveria ser completado com outras políticas públicas complementares de educação e de geração autônoma de renda. Sem isso há muitas probabilidades das famílias comtempladas por esses programas retornarem à condição de pobreza.

Para construir uma classe e delimitar suas fronteiras, no sentido sociológico do termo, no sentido posto por SOUZA (2010), o central é privilegiar o estudo da dinâmica entre as relações de produção e as classes sociais. Nesse sentido precisar-se ***mudar o foco, do estritamente econômico (renda), para pensar as classes, utilizando o aporte da cultura (questões ideológicas, éticas, morais, educacionais, políticas precisam ser pensadas como construtoras da vida individual e grupos distintos)***. O fator renda não é o único determinante – a "incorporação" de certas capacidades e virtudes é o que realmente separa as classes.

> O que o mercado, o Estado, uma "ciência" e um senso comum dominantes — mas dominados por uma perspectiva conservadora, acrítica e quantitativa — nunca "dizem" é que ***existem precondições "sociais" para o sucesso supostamente "individual".*** O que todos escondem é que ***não existe o "talento inato",*** o mérito "individual" independentemente do ***"bilhete premiado" de ter nascido*** na família certa, ou melhor, ***na classe social certa***. ***O indivíduo privilegiado*** por um aparente

[120] JORNAL EL PAIS. Reportagem: Bolsa Família. Ministro pede sugestão a usuária do Bolsa Família e ouve: "melhore o programa e não corte". Se na área econômica o Governo Temer agrada quando diz que tudo muda, na social a expectativa é que tudo continue e evolua. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/20/politica/1463759843_598643.html. Acesso em 12 de fevereiro de 2018.

> "talento inato" é, na verdade, ***produto de capacidades e habilidades transmitidas de pais para filhos por mecanismos de identificação afetiva por meio de exemplos cotidianos, assegurando a reprodução de privilégios de classe indefinidamente no tempo. Disciplina, capacidade de concentração, pensamento prospectivo (que enseja o cálculo e a percepção da vida como um afazer "racional") são capacidades e habilidades da classe média e alta que possibilitam primeiro o sucesso escolar de seus filhos e depois o sucesso deles no mercado de trabalho.*** O que vai ser chamado de "mérito individual" mais tarde e legitimar todo tipo de privilégio não é um milagre que "cai do céu", mas é produzido por heranças afetivas de "culturas de classe" distintas, passadas de pais para filhos. A ignorância, ingênua ou dolosa, desse fato fundamental é a causa de todas as ilusões do debate público brasileiro sobre a desigualdade e suas causas e as formas de combatê-la. Como a "ralé" se reproduz como mero "corpo", incapaz, portanto, de atender às demandas de um mercado cada vez mais competitivo baseado no uso do conhecimento útil para ele, ela não se confunde com o antigo "lumpemproletariado" marxista. O lumpemproletariado podia funcionar como "exército de reserva" porque podia ser empregado em épocas de crescimento econômico ao lado da força de trabalho ativa. O pressuposto dessa possibilidade de substituição é um capitalismo em estágio inicial em que a "incorporação de conhecimento" técnico pelo trabalhador, para que este possa exercer uma atividade útil e produtiva, era mínimo. Hoje em dia, o capitalismo pressupõe uma alta — comparativamente — incorporação de conhecimento técnico para o exercício de qualquer função produtiva no seu setor mais competitivo. Desse modo, ainda que a "ralé" inegavelmente disponha de "capacidades" específicas que permitem desempenhar seus subempregos e suas relações comunitárias, essas "capacidades" não são aquelas exigidas pelo mercado moderno em expansão. [...] É desse modo que essa classe é explorada pelas classes média e alta: como "corpo" vendido a baixo preço, seja no trabalho das empregadas domésticas, seja como dispêndio de energia muscular no trabalho masculino desqualificado, seja ainda na realização literal da metáfora do "corpo" à venda, como na prostituição. Os privilégios da classe média e alta advindos da exploração do trabalho desvalorizado dessa classe são insofismáveis (SOUZA, 2009).

O capital cultural e a forma como historicamente foram utilizadas no jogo social (uso na prática) possibilitou o controle dos recursos econômicos/ materiais socialmente construídos, gerando concentração de renda e uma inclusão das classes menos favorecidas em processo de exploração. A estrutura social tornou-se historicamente injusta, pois com distribuição de renda desigual e de inclusão no processo de reconhecimento social diferenciados, hierarquizados.

Em termos de classe SOUZA (2009; 2010) distingue hierarquias: o nível mais baixo, a "***ralé brasileira***" (uma "classe de indivíduos" que nasceram sem o "bilhete premiado" de pertencer às classes alta e média), "sem talentos inatos" como sustenta a ideia da meritocracia e sem as pré-condições sociais necessárias para desenvolver-se autonomamente, segue, logo acima, "***os batalhadores***" (a nova classe trabalhadora); em outro nível, ***a classe média tradicional*** (o que lhes distinguem são o controle do capital cultural) e o ricos (o controle do capital econômico). Entre estas classes há relações bem precisas que revelam a exploração de classe dos mais "ricos" sobre os mais "pobres" (que sofrem obstrução, de todo tipo no jogo social brasileiro, de acesso ao capital cultural que lhes poderia dar acesso ao bem-estar).

***O que distingue as classes***, portanto, é a incorporação diferenciada dos capitais impessoais mais importantes da sociedade moderna, capital econômico e capital cultural". Exemplos podem ser citados: pequenos comércios explorados em um serviço de entregas extremamente cansativos, no setor de serviços mal pagos, em bicos, no trabalho doméstico, nos catadores de lixo ou recicladores de lixo que perambulam pelas cidades. Os que recebem um benefício do Estado, o Bolsa Família, − que vivem em situação de pobreza − são famílias que anteriormente foram tornadas *ocultas/ausentes e presas a relações injustas e predatórios* (SANTOS, 2002*)* na sociedade e economia, cujos fundamentos estruturais da vida social são excludentes e, por necessidade do capital, em especial em períodos de crise, passam a serem *visibilizadas* em sua situação de empobrecidos e inseridos na rede de proteção do Estado (Assistência social sob a forma de benefícios mínimos) que por sua vez, passa a fazer parte do circuito do consumo e, ao mesmo tempo, percebidos com desconfiança pelas mesma sociedade (uma forma subordinada de integração, precária e instável). Na realidade os benefícios mínimos revelam uma forma de inclusão num sistema que em sua natureza é excludente.

DEMO (2001, 2003, 2006) percebe que *a política pública* é um campo de luta, de disputa entre os seguimentos sociais (classes) no qual estão envolvidos recursos escassos que se tornam bens fundamentais, em sentido material e imaterial, aos cuidados do Estado. Sobre esses recursos existem disputas. Os pobres são pobres simplesmente porque foram aleijados do poder de decidir e acessar esses recursos fundamentais para o bem-estar social da população mais pobres. DEMO (id) nos leva a conclusão de que a situação local de pobreza e o pobre que sofre suas consequências são frutos da *injusta distribuição* de bens escassos, no qual os principais são: *o poder e o dinheiro*. Acrescento, seguindo SOUZA (2006) e FOUCAULT (2015), que ao se referir ao *poder* precisamos entender o que está em jogo, os saberes e conhecimentos (capital cultural) que abre o caminho para o dinheiro (renda) e bem-estar.

DEMO (2003) diz claramente que o pobre e os extremamente pobres (miseráveis) foram destituídos do fazer política, que em outras palavras, não participam da elaboração das políticas públicas e não as avaliam. Geralmente são burocratas que as elaboram e as avaliam, junto com o corpo estatal, nunca os pobres participam de sua elaboração e avaliação, a partir de sua própria perspectiva política. Ser pobre não é somente *não ter (passam fome, não possuem lugar onde morar ou habitam em lugares inapropriados, etc.)*, mas *ser impedido* deliberadamente de participar dos meandros do poder público e, portanto, de fazer políticas públicas. Ser pobres ganha o sentido de pessoas que vivem em condições de "massa de

manobra, de objeto de dominação e manipulação, de instrumento a serviço dos outros" (DEMO, id). Importante, portanto, recuperar a autodeterminação, pensando e fazendo política. DEMO (2006) chama a isso de "*politicidade*" que é aprender a habilidade "...de, dentro das circunstâncias dadas, tomar o destino em suas mãos e construir a autonomia relativa possível como sujeito". Em termos de raciocínio podemos agora perceber que o Estado em suas políticas públicas, além de distribuir renda (dinheiro), deveria ampliar o acesso aos pobres e miseráveis também o capital cultural, que empodera as pessoas. Ou seja, o poder que encontramos no fazer política.

## 3.5 IMPASSES E DESAFIOS À POLÍTICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

O Programa de transferência de renda, Bolsa Família, desde 2003 vem desempenhando o papel de aliviar a pobreza no Brasil e a dinamizar a economia através dos seus gastos sociais. Não avançou em políticas de inserção ao trabalho dos membros adultos das famílias pobres e miseráveis.

O "pôr em ação" da política pública nos CRAS dos municípios apesar das diferenças de cada um deles em termos de acolhida dos beneficiários ainda não desenvolveu uma metodologia mais participativa. Ainda notamos uma verticalidade na operacionalidade da política que se despreocupa em inserir a família e os responsáveis pela bolsa em processos mais participativo da política.

Há um descompasso entre exigir condicionalidades e, por sua vez, não melhorar os serviços de saúde e educação. A renda é fundamental, mas deveriam ser acompanhadas efetivamente de serviços públicos com qualidade e quantidade. A preparação educação das famílias, tanto em termos dos membros adultos com formação para a cidadania, cursos profissionalizantes de curta duração e intermediação para emprego, como para os filhos, em termos de novas metodologias educativas experienciadas mais horizontalmente e aprofundamento cultural do mundo propiciando experiências outras extracurriculares como preparação para as novas tecnologias e inserção no mercado de trabalho são condições fundamentais para a melhoria do programa.

Uma outra questão central a ser encaminhada seriamente na resolução das diferenças de acesso a oportunidades que no meu entender é o foco da democracia: inserir pessoas e famílias nos processos que a riqueza social-econômica-cultural brasileira produz – acesso com equidade − em condições de dispor esses indivíduos e famílias autonomia e bem-estar necessário a vida. Essa realidade se sucederá com um sério debate sobre a regras para

incluir mais a mais pessoas nos processos de decisão. Significando com isso a busca de unir nosso sistema representativo com o sistema de mais participação dos cidadãos[121].

[121] SANTOS, B.S. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

# 4 DISPOSIÇÕES DE CLASSE DE MULHERES BENEFICIADAS COM O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIAS NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA: CONFORMISMO OU RESISTÊNCIA

## 4.1 INTRODUÇÃO

A tendência na ***vida cotidiana*** das pessoas que vivem nas periferias das grandes cidades é tratar ***a pobreza*** como algo dado, está aí. Pelo fato de nos acostumarmos a ela, precisamente presos aos seus ritmos diários e códigos de ação, tendemos a naturalizá-la. Entretanto, o "*jogo*" que transcorre nas *relações sociais cotidianas nas periferias* – influenciadas, dentre outras, pelas *mídias* que representam os interesses do mercado, pelos condicionamentos impostos pelos representantes locais do *Estado*, escolas, hospitais, assistência social, etc, pelo impacto do *trabalho* nas condições de vida dos moradores, nas respostas psicossociais mediando as relações entre indivíduos e grupos, na religião e seus valores conservadores, na violência corriqueira – contribuem para constituírem modos de distribuição desigual de *recursos sociais escassos produzidos socialmente.* São recursos distribuídos diferencialmente entre os moradores, muitas vezes representados, unicamente, pelo poder de compra diferenciados das famílias nas periferias. Essa situação de uns, terem muito mais e outros, terem menos e, outros ainda, não terem nada, revela as condições de produção e reprodução da sociedade nas suas condições materiais, resultados do esforço das disputas desiguais entre os segmentos sociais.

Por trás de *estruturas econômicas* a partir das quais os homens se relacionam e constituem seu mundo há *processos sociais*[122] educativos, muitas vezes não tematizados explicitamente que lhe garante sentido. Esses processos educativos construídos no decorrer da vida social de um povo, − que se revelam em modos de agir "adequados" em determinadas situações, formas de aplicar regras "corretamente" em certos procedimentos, etc − são também historicamente *selecionados* com adequados sob um ponto de vista de interesse das elites e distribuídas como ***o padrões sociais de valor entre as famílias*** de forma desigual, de acordo com seus status sociais (lugar) e mostrando, portanto, capacidade de responder aos desafios cotidianos que se lhe apresentam de forma desigual. Determinados grupos ao *definir os padrões* valorativos *"corretos"* de procedimentos para se seguir numa sociedade, abandonando outras possibilidades como "incorretos"[123], controlam, por sua vez,

[122]BOURDIEU, 1996; FLIGSTEIN, 2007, 2012; TAYLOR, 2013.
[123] TAYLOR, Charles. As Fontes do Self: A construção da Identidade Moderna. Loyola, São Paulo, 2013.

procedimentos padronizados de ensino adequados em relação aos modos de fazer, agir e pensar. Portanto, controlando os modos corretos de preceder em determinadas situações através da distribuição no ensino informal e formal, algumas famílias já hábeis em manejar valores e práticas sociais controlam também a distribuições de outros recursos, econômicos, políticos, relacionais etc. excluindo outras famílias, menos hábeis socialmente, do acesso a esses bens. São esses recursos simbólicos, selecionados como adequados por um grupo e impostos socialmente pela ação do poder político de convencimento à sociedade, configurando um mundo, repassados na aprendizagem social e familiar, escassos socialmente e com procedimentos precisos de aprendizagem e, por isso, mal distribuídos, devem ser apresentados como a condição primeira que justificam que uns tenham mais que outros.

Esses processos sociais de aprendizagem socialmente construídos, que apontam algumas práticas e valores como os melhores e essenciais a uma sociedade em relação a outros valores e práticas menos ou nada valorizados – que não deixam de ser escolhas de grupos com interesses precisos de poder − ganham o seu sentido vindo de ***uma hierarquia de valores*** transmitidos por socialização com origem em nossa *modernidade*[124]. Modernidade que se configura atualmente nas tradições que nos situam no mundo das relações de mercado capitalista. Esses processos educativos − conduzidos por *pessoas hábeis*, através do *uso adequado de ferramentas* − acontecendo na *família, escola e mundo social cotidiano* (socialização)[125], preparam os indivíduos com capacidades de atrair outros indivíduos e grupos e envolvê-los, pelo convencimento, de forma a serem conduzidos a determinar certa distribuição de bens escassos e, por sua vez, instituir determinadas relações relativas de classe (lugar social).

*Ser habilidoso em utilizar determinadas ferramentas*, de um lado, e pouco habilidosos de outro, depende muito como historicamente foi distribuído esses bens sociais. Ser hábil ou não depende da *qualidade de incorporação*, por determinados indivíduos, através da aprendizagem, desses ***dispositivos, esquemas avaliativos*** que a partir disso deverão determinar as pré-condições implícitas que ***explicam por que determinadas pessoas e grupos se comportam precisamente de uma forma esperada e não de outras*** (distinção de classe).

[124]A modernidade foi o período em que as tradições de valores historicamente constituídas foram organizadas e se perenizaram como forte vetor orientador da nossa atualidade e identidade ético-cultural. TAYLOR, Charles. As Fontes do Self: A construção da Identidade Moderna. Loyola, São Paulo, 2013.

[125] SOUZA, 2003: “o meu interesse é tentar chegar ao fundamento da questão da desigualdade e de como ela poder ser legitimada e tornada invisível pela ideologia espontânea do capitalismo tardio...” (p. 131); “Uma ordem moral [hierarquizada]) estipula as obrigações e os direitos que configuram e organizam nossa relação com os outros...”(p. 142)

Portanto, a partir desses "esquemas avaliativos" incorporados ou pouco incorporados, implícitos, automatizados, permitem que os indivíduos *percebam, avaliem e escolham* qualquer situação nas quais estão envolvidos e, por isso, optem, segundo suas condições de possibilidade. As preferencias, as escolhas são, portanto, aquilo que diferenciam indivíduos de um grupo de indivíduos de outros grupos[126]. É precisamente esse modo de pensar que explica porque determinados sujeitos são bem abastecidos socialmente de bens e, portanto, chamados de ***classe média*** (habilidosos com as característica do domínio do conhecimento) e ***ricos*** (habilidosos na produção de bens materiais e financeiros) e, outros, pouco abastecidos, ***os pobres*** (habilidosos com o trabalho braçal) e, por fim, ***os miseráveis*** (despossuídos deste mundo) [127].

Precisamente chamados de *capital cultural*, transmitidos socialmente, ou, na forma como aparecem socialmente no cotidiana, em ***modos de fazer/ habilidades***, socialmente aprendidas, incorporadas e não tematizadas, expresso[128] em escolhas emocionais, morais, culturais e políticas justamente dispondo com determinadas condições para enfrentar, em cada momento, os desafios que os indivíduos e grupos sociais competitivos estabelecem no mundo.

No contexto de produção da vida cotidiana as condições disposicionais nos quais se encontram ***os pais/ mães/ avós*** terão que ser levadas em consideração no processo mesmo que influencia ***os filhos (as)/ netos (as)*** nas capacidades e habilidades de acesso a determinados bens e serviços que lhes asseguraram um determinado lugar relativo de classe, segundo os critérios de ***uma hierarquia de valores estabelecido pelas duas principais instituições sociais***, ***o mercado e o estado***[129].

Dentro de determinada percepção relativa do mundo onde se encontram inseridos, expresso em comportamento (falas e ações), a grande maioria da população brasileira – e, em especial, **as mulheres** ***beneficiadas*** socialmente e em desvantagens ***do Programa Bolsa Família*** – precisa ***tematizar*** (FREIRE, 1996; DEMO, 2000) ***as situações de humilhações e mal-estar social como experiencias cotidiana que sofrem***, por intermédio da ajuda das

[126]BOURDIEU, 2007.
[127]Sobre o conceito de habitus, BOURDIEU (1989); sobre a diferença entre habitus primário, secundário e precários, SOUZA (2006: 33ss). Conferir a primeira parte deste trabalho no capítulo 2 na sessão 3.4.
[128]SOUZA, Id, ibid., 2003:64. Ser hábil socialmente de maneira simplificada é capacidade de cumprir uma tarefa específica com um determinado nível de destreza
[129]SANTOS mostra que essas duas instituições procuraram, de forma muito íntima e dependentes, privilegiar o capitalismo em detrimento da democracia. Invisibilizando o pacto social inclusivo das classes pobres. SANTOS, Boaventura de Sousa. O Estado, A Sociedade e as Políticas Sociais. o Caso das políticas de saúde. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Estado_Sociedade_Politicas_Sociais_RCCS23.PDF>. Acesso em 03 de junho de 2019. No Brasil essas instituições surgem na passagem do Brasil colônia para o Brasil, Reino Unido a Portugal. com a vinda da família real portuguesa e abertura dos portos ao mercado internacional.

ciências, sociológica e política[130]. Portanto a face excludente mais séria não é propriamente ter acesso precário a bens materiais, mas aquela "***exclusão incrustada na repressão do sujeito***"[131], que ***nega*** o reconhecimento de ***existência aos pobres***.

> ignorância: o pobre sequer consegue saber e é coibido de saber que é pobre. Por conta disso, atribui sua pobreza a fatores externos, eventuais ou fortuitos, sem perceber que pobreza é processo histórico produzido, mantido e cultivado. Não chega à idéia crucial de que, para sair da pobreza, é mister, primeiro, compreender que se trata de injustiça e de imposição social, e, segundo, de desenhar projeto próprio de solução, no qual a peça fundamental seja o próprio pobre[132]

Uma ciência para ser objetiva não significa deixar de falar a partir de um *lugar social*. Justamente ela é objetiva quando, por desnaturalizar a realidade objetiva como lugar construído, revelar as tensões, as disputas reais por recursos essenciais escassos em todas as relações sociais, como é o caso das *políticas sociais*[133]. Oferecer uma explicação dos mecanismos que justificam a continuidade de situações de desvantagens sociais na vida dessas beneficiadas do Programa Bolsa Família significa mostrar que essas são frutos de relações sociais propositais que geram pouco ou nenhuma distribuição de habilidades e ferramentas sociais (capital cultural) que interferem e as tornam incapazes de lhe possibilitar acesso a bens e serviços (capital econômico) conjuntamente produzidos. Portanto a grande contribuição das ciências sociais é ajudar os mais pobres a potencializar a ***cultura do lugar social*** onde vivem com a capacidade de ler sua realidade politicamente (FREIRE). Despertar a capacidade da *auto-formação* desde seu lugar social de escassez. "*Aprender é, no fundo e propriamente, inventar oportunidades e, principalmente, fazer-se oportunidade*"[134].

Nos pobres foi incutido a falsa ideia que todos os brasileiros são *iguais*[135], – e. se existem alguns com melhores salários e oportunidades que outros ou, se destacam na vida

---

[130]SOUZA, Nelson Rosário. O que é a sociologia política? Disponível em: <http://www2.videolivraria.com.br/pdfs/8697.pdf>. Acesso em 29/03/2019.

[131] DEMO, Pedro. Direitos humanos e educação: Pobreza política como desafio central. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/textos/demo_direitos_humanos_e_educacao.pdf>. disponível em 29/03/2019.

[132] DEMO, Id. Ibid.

[133]A campanha da Fraternidade desses anos questiona as respostas fáceis que podem ser dadas pelas políticas públicas e chama ao debate toda a população a pensá-la e transformá-la. "Refletir sobre Políticas Públicas é importante para entender a maneira pela qual elas atingem a vida cotidiana, o que pode ser feito para melhor formatá-las e quais as possibilidades de se aprimorar sua fiscalização" (capítulo "ver" do texto base da CAMPANHA DA FRATERNIDADE (CF) 2019). A Companha da Fraternidade traz como temática: Fraternidade e Políticas Públicas inspirada pelo versículo bíblico: "Serás libertado pelo direito e pela justiça" (Is 1, 27).

[134] DEMO. Id. Ibid.

[135]Nesse sentido a ideia de isonomia importada de fora, dos movimentos revolucionários que nos influenciou aqui dentro - constituindo o estado e o mercado - como um processo a ser construído (social e economicamente) foi aceito sem pouca tematização pelos brasileiros. Nesse sentido a isonomia foi entendida no espaço público brasileiro como uma capacidade e exercício para poucos, as elites. A história da escravidão no Brasil como também o trabalho de Florestam Fernandes sobre A integração do negro na sociedade de classes (1978) em São

política, isso é um questão que se pode resolver graças ao *empenho*, a *dedicação* − estabelecido no fato gerador de uma *atitude de responsabilização* pelos seus atos (falas e ações); todos possuem as mesmas capacidades para agir e conseguir realizar seus sonhos através do trabalho. São dotados das mesmas capacidades e, portanto, podem vencer. É dito aos pobres: vocês têm acesso a todo uma configuração de saberes e habilidades, peguem-nas e as utilizem para o seu proveito e grandeza. Apresenta-se uma verdadeira violência contra os pobres e miseráveis, no intuito de enganá-los, quando são lhes repassados a ideia de existir habilidades sociais – bens sociais − já dadas de antemão, com acesso democratizado. Para essa perspectiva a sociedade é neutra: não faz distinções entre indivíduos e grupos.

Hora, se os pobres continuam em *situações de pobreza ou miséria* e não se estabelecem como indivíduos com *idoneidade (capazes)* é devido a falta de esforço e perseverança. Não se comprometem em estudar, a pensar racionalmente. Querem estar sujeitos a gastar seu tempo na rua, nos prazeres passageiros que de longe não levam ao comportamento de sucesso, como leva aquela vida comprometida com a racionalidade que conduz a ação, o futuro que se busca antecipar no presente. São, portanto, preguiçosos e não merecedores dos loiros da *vida boa* que lhe dá acesso a bens, serviços e a salários gordos, por causa do esforço e seriedade na condição da vida e trabalho.

Os pobres, sujeitos a gastar tempo com o que não importa, devem ser deixados de lado, pois não se ajudam. E, se ajudados, o Estado lhes proponha uma ajuda inicial enquanto se preparam para se erguerem com suas próprias pernas. Nessa lógica somente o **mérito *pessoal*** explica o motivo dos pobres não estarem no topo[136]. É, portanto, ***o mérito*[137]*,*** a nova ideologia de nosso tempo, que se tratou de incutir como ***o padrão a partir do qual tudo é jugado e distinguidos, as pessoas e instituições***.

No entanto o processo de *integração* das massas ao mundo do trabalho (FERNANDES, 1978), ao acesso a bens sociais e à participação política no Brasil, mostrou-se perpassado por uma outro configuração fundada na desigualdade distributiva de bens culturais e, portanto, distribuição escassa de oportunidades por redução ao acesso a bens materiais. Essa postura histórica é a mais adequada – ao contrário dessa ideologia meritocrática – de

---

Paulo, são os exemplos clássicos de que a ideia de isonomia é bastante restrita e excludente. Gerando subcidadãos. Cf. SOUZA, Jessé. A elite do atraso – da escravidão a Bolsonaro (edição revista e ampliada). Estação Brasil, 2019.

[136]YANNOULAS Silvia Cristina; GARCIA, Adir Valdemar (Organizadores). Educação, pobreza e desigualdade social. Em Aberto / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. v. 1, n. 1, (nov. 1981. Ver também: ARROYO, M. G. O direito à educação e a nova segregação social e racial – tempos insatisfatórios? Educação em Revista, v. 31, n. 3, p. 15-47, jul./set. 2015; ARROYO, M. G. O humano é viável? É educável? Revista Pedagógica, v. 17, n. 35, p. 21-40, maio/ago. 2015.

[137]SOUZA, 2006:3 ss.

compreender a constituição de todas as sociedades e explicitar as singularidades em cada país[138].

A questão não é a fala ou o fazer, mas *o modo como a fala e o fazer se expressa em atitudes capazes* de *envolver outros e estabelecer um mundo próprio ao sabor de indivíduos e grupos sociais determinados e interessados (racionalidade procedural que calcula, controla e disciplina*)[139]. Isso é um capital que não pode e não se deve distribuir, pois ele *distingue indivíduos e seus grupos de outros* (BOURDIEU, 2007). Essa racionalidade procedural, de distinção (ser reconhecido socialmente) e controle das elites, − calculabilidade, raciocínio prospectivo, autocontrole e trabalho produtivo − é aquela que passa a controlar e a nortear a vida prática do trabalho e da família.

No sentido preciso, *a vida prática* é envolvida e conduzida por esses *valores hierarquizados implícito e não tematizado* gerado por "*uma corrente de vida*" (laços de convergência) que aproxima as elites; essas passam a ingerir-se e administrar as formas institucionais mais importantes da sociedade, a saber, o mercado e o Estado. No Brasil essas formas tiveram uma configuração muito singular. Ora, esses valores implícitos e poucos tematizados só podem ser frutos de um tenso processo de disputa, sutil, entre aqueles indivíduos e seus grupos interessados na condução da vida em sociedade (FLIGSTEIN, 2007, 2012)[140]. Portanto, por dentro de nossa sociedade pode ser encontrada um implícito valorativo que separa as pessoas como ***respeitáveis/boas/úteis*** daqueles ***perigosas/sem serventia/problemáticas*** pois não desempenham função adequada ao desenvolvimento do capital[141].

---

[138]SOUZA, 2003.

[139]BOURDIEU, 1996; FLIGSTEIN, 2007, 2012; FOUCAULT, 2008a, 2008b.

[140]As reformas da previdência social e da seguridade social são exemplos de disputas que são vendidas com tonalidades de bem público que privilegiará a todos e não somente a alguns. Sobre outros exemplos de disputas sociais no Brasil: SOUZA, Jessé. A elite do atraso... (edição revista e ampliada), Estação Brasil, 2019.

[141]"Mary Myaluak Gai tinha 13 anos quando seu pai decidiu, sem sequer questioná-la minimamente, dá-la em casamento a um tio. A menina se recusou, mas a família a entregou assim mesmo ao homem, que, em primeiro lugar, decidiu estuprá-la. Mary vivia no Sudão do Sul e não tinha escolha senão fugir. Assim, atravessou a fronteira e chegou à Uganda, mas foi presa e enviada de volta para Juba. Hoje, encontrou refúgio em um dos muitos campos de refugiados espalhados pela fronteira entre os dois países. Ela está estudando e quer se tornar advogada dos direitos humanos. Mary é a pessoa mais pobres do mundo, o alter ego de Bill Gates. Ela ficou no primeiro lugar da lista especial realizada pela ONG australiana Fund for Peace, que inclui as 100 pessoas mais pobres, a "Bottom 100". Desse modo, a ONG decidiu responder indiretamente ao famoso ranking dos mais ricos do mundo, publicado todos os anos pela revista estadunidense Forbes. A razão é simples: "É fácil demais pensar em bilhões de pobres abstratamente. Esperamos que, ao lançar luz sobre um número muito pequeno de pobres, consigamos dar um rosto aos sofrimentos e às desigualdades que sobrecarregam tantas pessoas", explicam os autores da pesquisa". REVISTA IHU ON-LINE. A pessoa mais pobre do mundo. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/569147-a-pessoa-mais-pobre-do-mundo>. Acesso em 25 de março de 2019.

Aqui veremos, que sob a máscara da defesa de processos democráticos e do desenvolvimento dos indivíduos numa sociedade, se escondem o efetivo delito que separa pobres de ricos. Países superiores e avançados de países inferiores e atrasados. Portanto a produção e reprodução das pré-condições (distribuição desiguais de habilidades) morais, culturais e sociais é o verdadeiro motivo que produz a miséria dos desclassificados ("*dos fracassadinhos*", com diz uma das entrevistadas)[142]. Ou seja, no processo histórico que nos constitui como nação os mais pobres foram impossibilitados de ter acesso ao aprendizado social e político (ou seja, não equipados suficientemente com habilidades sociais capacitadoras) que lhe poderiam constituí-los como dignos e úteis socialmente. ***O nosso grande desafio é identificar essas habilidades restritivas do desenvolvimento social, político e emocional das brasileiras pobres (mães e avós inseridas no programa bolsa família) e procurar colocar em outras bases um processo de socialização mais libertária.***

A localização, explicitação e discursão desses ***valores*** operantes de forma ***singularizados***, sútil e não tematizado, ***nas falas e modos de comportar das beneficiadas do programa bolsa família*** – estilo de vida peculiar dos pobres e miseráveis − pode ajudar a explicar como respondem aos desafios que a vida as colocam – revelando a distinção característica deste grupo − e, portanto, mostrar os possíveis resultados à busca de soluções ao problema da pobreza. Estamos, portanto, atrás de ***explicitar a estrutura de classe (psicossocial) que diferencia os pobres de outros segmentos sociais***[143].

Outro importante consequência da explicitação desses valores norteadores é levar os pobres e miseráveis caírem na conta sobre suas ***possibilidades concretas*** no jogo social (interpelarem a si mesmo) e poderem se rearticular em ***novas jogadas e possível conquista*** da capacidade de passarem eles mesmos a estabelecem seus valores como orientadores da vida numa relação com outros cara-a-cara gerando um nova sociedade possível e mais justa[144]. Nesse sentido a grande intuição de nosso tempo é a "capacidade de fazer história própria, individual e coletiva, e sobretudo solidaria"[145].

---

[142]SOUZA, 2006: 10ss.

[143]SOUZA, 2003:77ss, 2006:31ss.

[144]DUSSEL, E. Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2002; FREIRE, Paulo, 1996

[145]DEMO, id. Ibid. "... a solidariedade se traduz no enfrentamento aos "efeitos destruidores do 'Império do dinheiro', como os deslocamentos forçados, as migrações dolorosas, o tráfico de pessoas, a droga, a guerra, a violência". Todas essas realidades que muitos de vocês sofrem e que todos somos chamados a transformar. (...) ... é lutar contra as causas estruturais da pobreza, a desigualdade, a falta de trabalho, a terra e a violência, a negação dos direitos sociais e trabalhistas" A solidariedade, entendida em seu sentido mais profundo, é um modo de fazer história e isso é o que fazem os movimentos populares" (Discurso do Papa Francisco aos participantes no encontro mundial

Nesse capítulo voltado a responder à pergunta, ***como pensam e agem as mulheres beneficiadas do Programa Bolsa Família em situações de explicita desvantagem social*** estamos interessados em captar os valores fortes que estão guiando e explicam possíveis respostas às suas condições de pobreza. Apresentamos inicialmente uma introdução ao problema (4.**1**). Segue a sessão 4.**2** em que pretendemos fazer uma apresentação de dados estatísticos referentes ao bairro Parque Genibaú e inserir alguns dados do Bolsa Família referente as beneficiadas do programa. Na sessão 4.**3** seguiremos com a identificação das entrevistadas. Na quarta parte (4.**4**) a situação social das beneficiadas do Programa Bolsa Família é tratada. Subdividimos essa parte em seis sessões: sessão a: herança familiar e escolar (capital cultural); sessão b: a relação entre família e pobreza; sessão c: saúde pública, condição importante para a resolução do problema da pobreza; sessão d: morar no Parque Genibaú; sessão e: sonhos pessoais e profissionais; sessão f: o bolsa família e os impactos nas famílias que moram no Parque Genibaú. Na quinta parte (4.**5**) trataremos do tema cidadania, políticas públicas e redistribuição de renda. Seguindo a sexta parte (4.**6**) com os resultados de um questionário sobre a percepção das entrevistadas sobre o assunto, redistribuição de renda. programas sociais, pobreza e desigualdade**.**

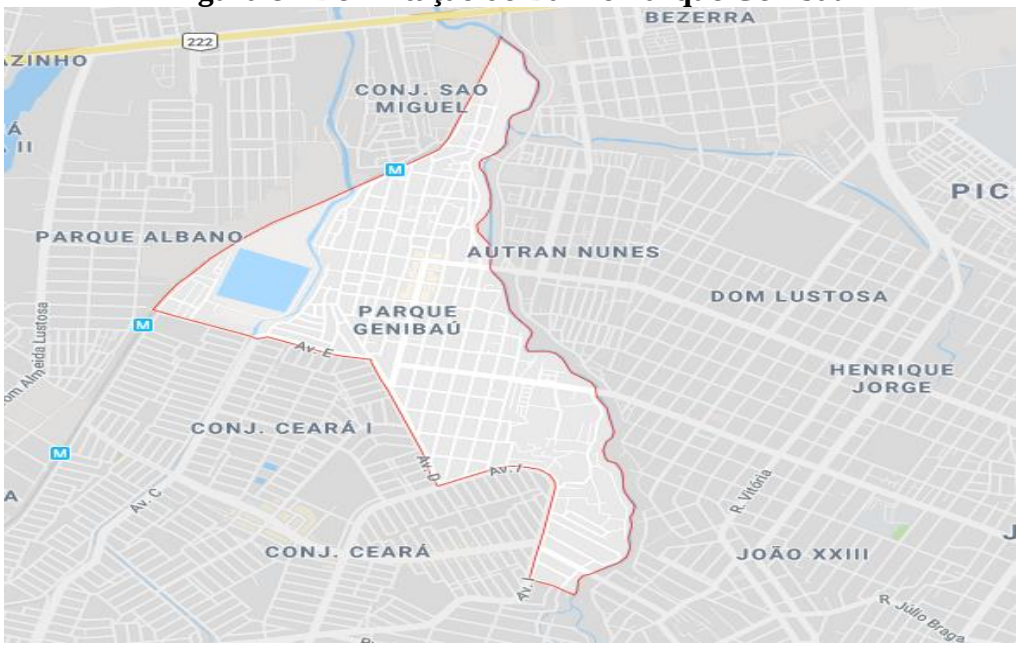
## 4.2 LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO PARQUE GENIBAÚ E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM NÚMEROS

O bairro Parque Genibaú é um bairro periférico da cidade de Fortaleza, localizado na zona Oeste, administrado pela Secretaria Executiva Regional (SER) V, área administrativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza. O bairro tem como limites o Município de Caucaia (bairro São Miguel, Parque Albano), o bairro Conjunto Ceará (I e II), Granja Portugal, Bom Sucesso, João XXIII, Henrique Jorge, Autran Nunes e Antônio Bezerra.

---

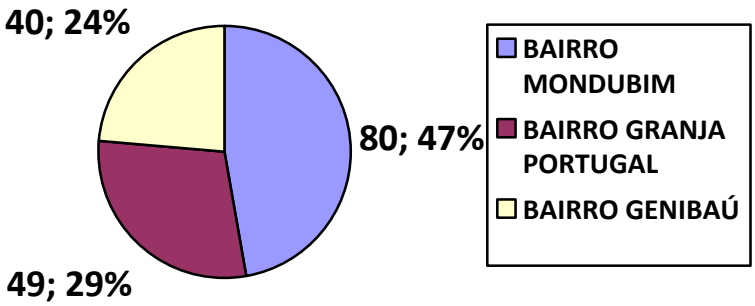
dos movimentos populares. Pontifício Conselho Justiça e Paz; Pontifícia Academia de Ciências Sociais. Encontro Mundial dos Movimentos Populares. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141028_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html>. Acesso em 13/09/2019.

**Figura 8 - Delimitação do Bairro Parque Genibaú**




O bairro tem uma população de ***40.336 habitantes***, o terceiro maior bairro da regional V, segundo o Censo Demográfico 2010 disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O primeiro mais populoso é o bairro Mondumbim com 80 mil habitantes, seguido do bairro Granja Lisboa com 49 mil habitantes.

**Gráfico 7 - SER V Bairros mais populosos**

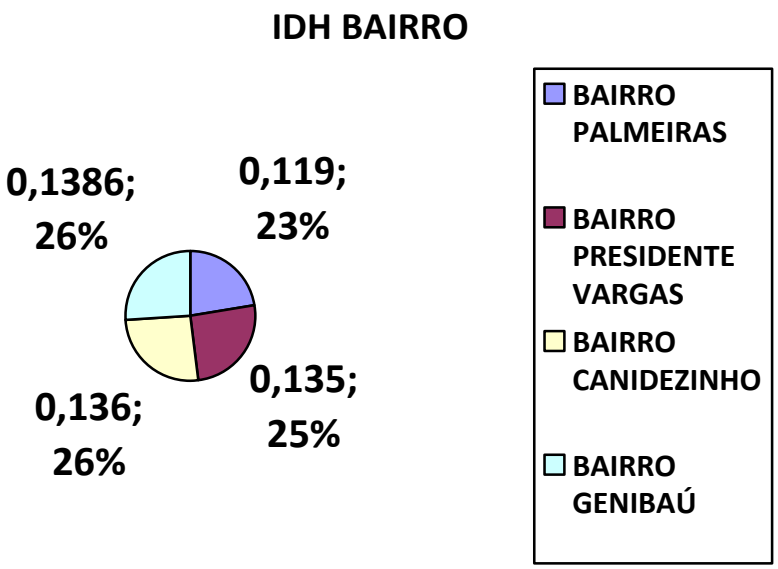



Fonte: preparado pelo autor (2019)

O bairro *Parque Genibaú* tem o 4º. mais baixo desempenho no IDH-bairro (Índice de Desenvolvimento humano bairro). Seu índice é de ***O,1386*** pontos. Em pior situação estão os bairros *Conjunto Palmeiras* (0,119), *Parque Presidente Vargas* (0,135), *Canindezinho*

(0,136)[146]. A classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1 melhor o nível de desenvolvimento humano e, em sentido contrário, quanto mais próximo de 0 pior o nível de desenvolvimento.

**Gráfico 8 - IDH Bairro**



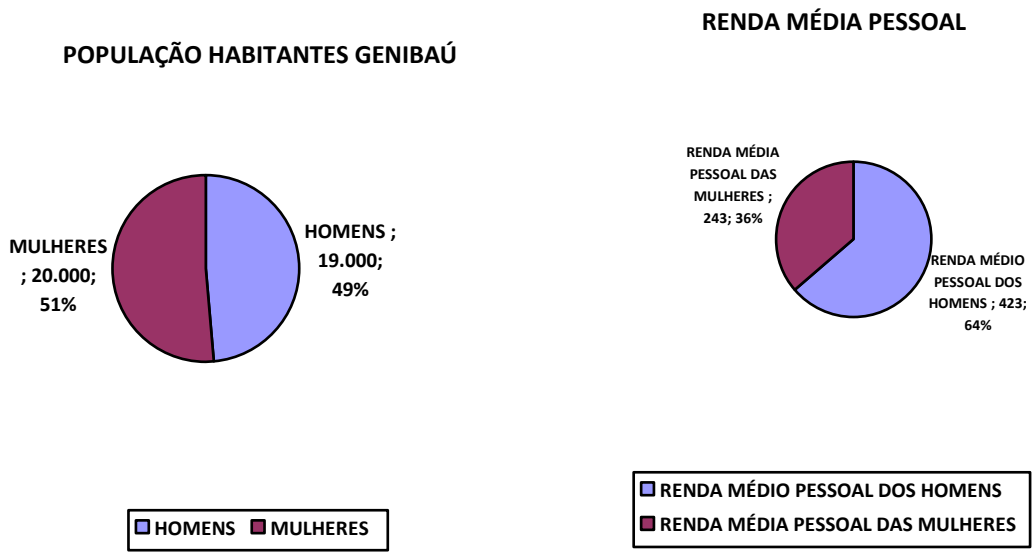

Fonte: preparado pelo autor (2019)

A renda média pessoal no bairro Parque Genibaú[147] é de ***R$ 329,98*** (trezentos e vinte nove reais e noventa e oito centavos), sendo que a população de homens com 19 mil habitantes o salário médio chega a ***R$ 423*** (quatrocentos e vinte e três reais) e a população feminina de quase 20 mil habitantes com um salário médio de ***R$ 243*** (duzentos e quarenta e três reais.

[146] Elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico [SDE] de Fortaleza com base nos dados do Censo Demográfico 2010.

[147]Já os dez bairros com menor renda média pessoal são: Conjunto Palmeiras, Parque Presidente Vargas, Canindezinho, Siqueira, Genibaú, Granja Portugal, Pirambu, Granja Lisboa, Autran Nunes, e Bom Jardim. Entre os bairros mais pobres, seis estão localizados na SER V. FORTALEZA2040 EDIÇÕES IPLANFOR - SÉRIE FORTALEZA 2040 - Nº 2 - ANO II – 2015. disponível em: http://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/publications/fortaleza2040_iniciando_o_dialogo_17-08-2015.pdf. Acesso em 27 de maio de 2019.

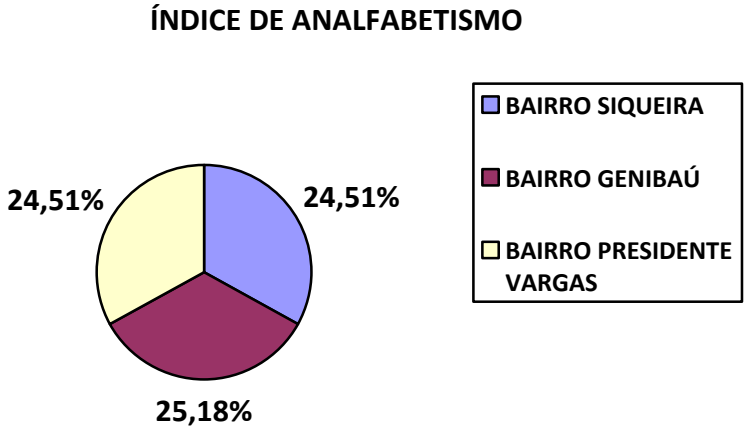
**Gráfico 9 - População Habitantes Genibaú – Renda média Pessoal**




Fonte: elaborado pelo autor (2019)

Em termos de índice de analfabetismo o *bairro Genibaú*, na Regional V, é o segundo mais impactado com ***25,18%.*** O primeiro nesse índice está *o bairro Siqueira* com 25,58%; o *Parque Presidente Vargas* está na terceira posição com 24,51% como o mais impactado com este problema. No bairro Genibaú o número de mulheres alfabetizadas (89,60%) é maior aos dos homens (87,50%)[148].

**Gráfico 10 - índice analfabetismo**



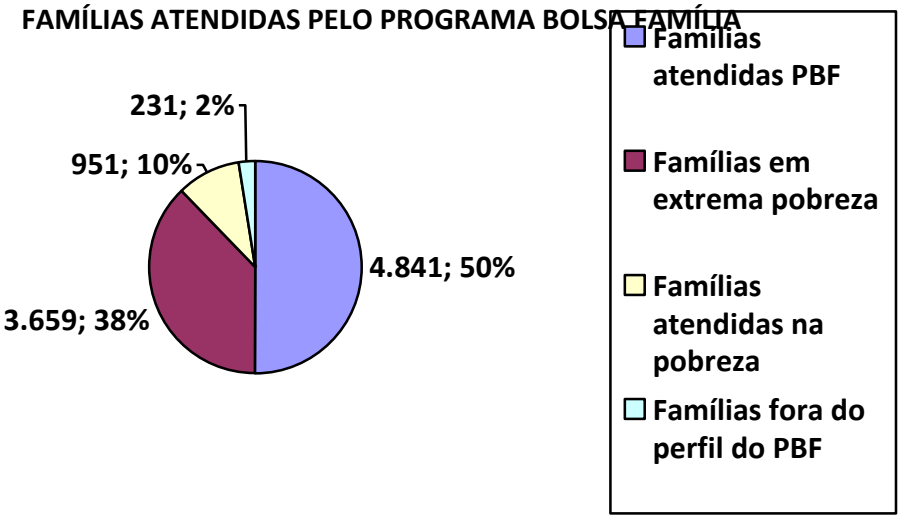

Fonte: produzido pelo autor (2019)

[148]IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará). Informe, No. 47 – Dezembro de 2012. Edição especial. Perfil Municipal de Fortaleza. Tema XI: Perfil do Analfabetismo nos bairros. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2012/12/Ipece_Informe_47_03_dezembro_2012.pdf. Acesso em 27 de maio de 2019.

A renda domiciliar *per capita* no bairro Parque Genibaú é de ***R$ 24,76*** (vente e quatro reais e setenta e seis centavos).

Dos mais de 40 mil habitantes do bairro Parque Genibaú **4.841**(quatro mil e oitocentos e quarenta e uma) **famílias são atendidas pelo Programa Bolsa Família**. Pessoas atingidas com o programa são **14.150** (catorze mil e cento e cinquenta pessoas). Destas **3.659** (três mil seiscentos e cinquenta e nove) ***famílias*** estão em ***situação de extrema pobreza*** (renda per capita até R5 89,00). O número de **famílias** atendidas em **situação de pobreza** (renda per capita acima de R$89,00 até R$178,00) no bairro são **951** (novecentos e cinquenta e um). O número de **Família fora do Perfil do Programa Bolsa Família beneficiadas** com o Programa são **231** (duzentos e trinta e uma).

**Gráfico 11 - Famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família**




Fonte: elaborada pelo próprio autor (2019)

O bairro[149] já conta com um comércio relativamente desenvolvido: lojas de móveis e roupas, distribuidoras, restaurantes, revelação de fotos e Lan houses. Uma das principais redes de supermercado de Fortaleza fica localizado no bairro Genibaú, o Center Box.

O bairro é margeado pelo Rio Maranguapinho, onde se concentram grande parte dos seus problemas. O local está passando por um processo de urbanização. O Parque Genibaú possui inúmeras carências como sistema de saneamento básico, pois boa parte do bairro ainda necessita de um sistema de rede de coleta de esgoto; ausência espaços públicos

[149]FORTALEZA 2040 EDIÇÕES IPLANFOR - SÉRIE FORTALEZA 2040 - Nº 3 - VERSÃO ATUALIZADA - ANO II – 2015. Disponível em: <http://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/publications/fortaleza2040_revista-fortaleza-olhar-dos-bairros_15-09-2015.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2019.

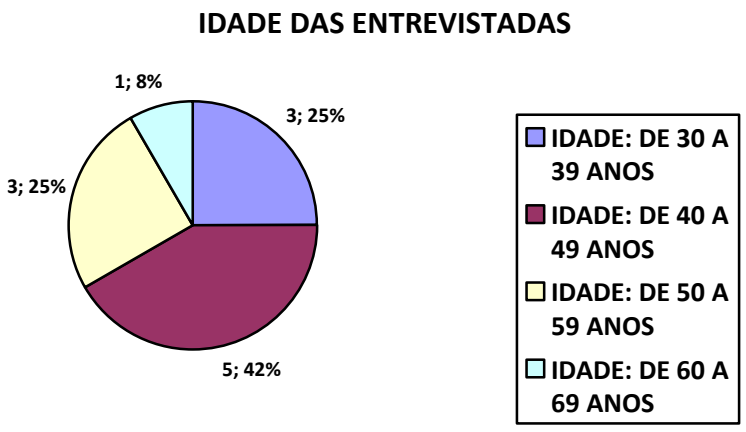
para lazer; um dos grandes problemas do bairro é a falta da posse da escritura do imóvel. A maioria dos crimes referidos no bairro diz respeito ao consumo de drogas e ao tráfico.

## 4.3 IDENTIFICAÇÃO DAS ENTREVISTADAS BENEFICIADAS DO BOLSA FAMÍLIA

Abaixo[150], estabelecemos alguns dados sobre a história de vida destas mulheres com algumas *características das nossas entrevistadas*. São *mães e avós* responsáveis em administrar o dinheiro advindo do Programa Bolsa Família. Características como *sexo, idade, cor, religião, nível de instrução, profissão, estado civil e algumas notas que as individualizam*. Com elas pretendemos estabelecer inter-relações propiciando ter um retrato destas mulheres e de seu contexto próximo e colher não um pensamento individualizado (que é importantes) mas uma construção aproximada dos impactos do programa bolsa família sobre a vida destas, como também e, fundamentalmente, saber como pensam e agem essas pessoas em situações de desvantagens sociais ou, em outras palavras, equipadas diferencialmente e em desvantagens com habilidades e saberes.

Em relação *a idade* das entrevistadas as dividimos no seguinte aspecto[151]: (a) ***de 30 a 39 anos***: um total de **3 mulheres** (**25%**); (b) ***de 40 a 49 anos***: um total de **5 mulheres** (**42%**). (c) ***de 50 a 59 anos***: um total de **3 mulheres** (**25%**). (d) ***de 60 a 69 anos***: um (**1) mulher** (**8%**).

**Gráfico 12 - Idade das entrevistadas**

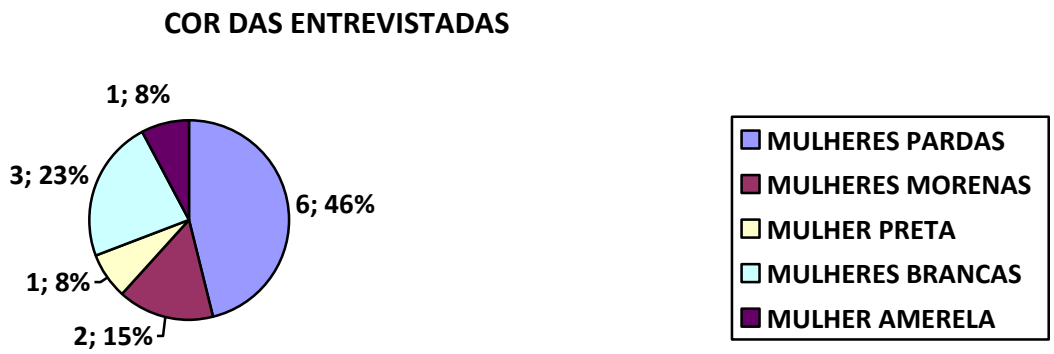



Fonte: Elaborada pelo autor (2019)

[150] Sobre uma apresentação personalizada da vida de cada uma das entrevistadas reportamos ao apêndice: quadro de referência 1.
[151]A partir de agora usaremos para identificar as entrevistadas com a letra E seguida de números, por exemplo, E1 (Entrevistada 1).

Em relação *a cor* temos: *seis* mulheres que se autodenominaram *pardas* (46%); *duas morenas* (15%), *uma preta* (8%), fazendo o total de **9 mulheres** (**69%**); *três* se autodenominaram *brancas* (23%) e *uma amarela* (8%), fazendo um total de **4 mulheres (31%)**.

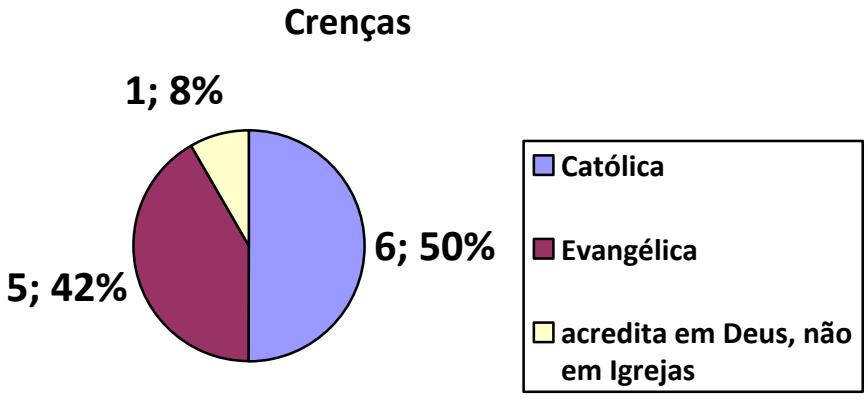
**Gráfico 13 - Cor das entrevistadas**




Fonte: elaborada pelo autor (2019**)**

Em relação a religião podemos notar: **6 mulheres** que professam a Religião Cristã, na cosmovisão **Católica**; **5 mulheres** que professam a Religião Cristã, na cosmovisão **Evangélica**; **1 mulher** que é cristã, mas não acredita na necessidade de nenhuma Igreja.

**Gráfico 14 - Crenças**

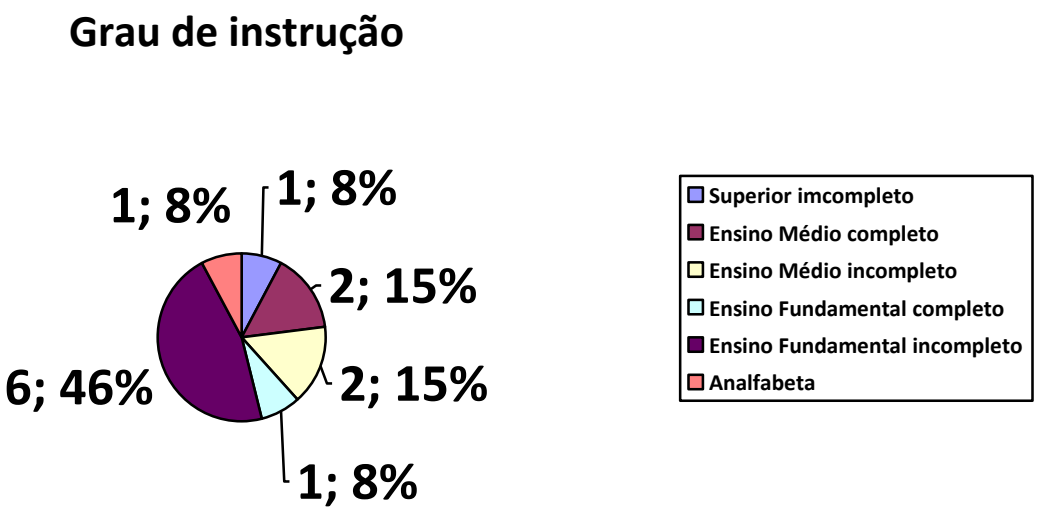



Fonte: elaborada pelo autor (2019)

Atribuindo às mulheres *grau de instrução* temos: **uma** (1) mulher com **superior incompleto (8%)**; **duas** (2) mulheres com **Ensino Médio completo (15%)**, uma pelo EJA e

outra pelo Pró-jovem; **duas** (2) mulheres **com Ensino Médio incompleto (15%)**; **uma** (1) mulher terminou **o Ensino Fundamental completo (9º. Ano)**, **(8%); seis** (6) mulheres terminaram **o Ensino Fundamental de forma incompleta (46%)**; **uma** (1) mulher **analfabeta (8%).** As mulheres brancas e católica tem um nível de instrução melhor, seguida por aquelas sem religião, mas crente; as mulheres evangélica e de cor parda e preta/morenas são as que tem um nível de instrução mais baixo.

**Gráfico 15 - Grau de instrução**




Fonte**:** elaborada pelo autor (2019)

Relacionando os dados do *grau de instrução* a *renda familiar dentre outros dados (cf. quadro de referência 2, logo abaixo)*, temos:

A família **com maior renda familiar** (R$ 2.500, 00 reais) é a da **E7**, 42 anos, branca, evangélica, Ensino *Fundamental incompleto* (3º. Série). Moradores da casa: 4 pessoas. Renda *per capita R$ 625,00.* Ela trabalha como *empregada doméstica*, carteira assinada, ganha um salário mínimo (R$ 954,00 reais, base 2018). O que explica a renda familiar elevada em relação as outras famílias é que seu marido é autônomo – já trabalhou em empresas de fábrica de móveis − e possui um *know-how* nesse segmento. O rendimento do marido segundo ela é variável a época e meses;

A **segunda menor renda familiar** (R$ 2.200,00 reais) é a da **E8**, 51 anos, cor parda, Católica, Ensino Fundamental completo, 9º. Anos (EJA – Educação de Jovens e Adultos). Moradores da casa: 5 pessoas. Renda *per capita* R$ 440,00. A entrevistada começou a estudar quando jovem e solteira, era empregada doméstica, parou de estudar para

cuidar das filhas quando se casou, mas sempre vendia roupas para completar a sua renda particular ("*ter um dinheirinho seu*") e da casa. Quando os filhos ficaram um pouco maiores, resolveu estudar com forte obstáculo do marido, mas insistiu e terminou o 9º. Ano do Ensino Fundamental. Agora pode realizar seu sonho de ser empreendedora alugando uma sala para vender roupas e alguns assessórios. A sua filha mais velha também é lojista. *Seu sonho é regularizar a empresa* e ter ajuda do SEBRAE pois pretende crescer nos negócios. Portanto o programa bolsa família não computou através do Cadastro Único tal informação pois não foi informado. O marido, tem ensino fundamental incompleto, trabalha numa empresa como pedreiro ganhando R$ 1.400 reais. Ela tira por volta de R$ 800, 00 reais por mês, podendo variar.

A **terceira menor renda familiar** (R$ 2.000 reais) é a da **E5**, 42 anos, cor preta, sem religião, *Ensino Médio completo (pró-jovem)*. Moradores da casa: 6 pessoas. Renda *per capita* R$ 333,00 reais. Essa entrevistada é a "estrategista" ou empreendedora que está por trás de dois empreendimentos (*não há legalização do negócio*): venda e compra de joias que conduz com dedicação e a "loja" de equipamento de som e outros complementos, à frente seu "companheiro" e ajuda do filho de 19 anos;

A **quarta menor renda familiar** (R$ 1.900,00 reais) é a da **E12**, 39 anos, católica, cor branca, *Ensino Superior Incompleto*. Moradores da casa: 5 pessoas. Renda *per capita* R$ 380,00 reais. Ela se dedica a educação dos filhos e cuidado da casa. Dar aulas de reforço para alunos do ensino fundamental da prefeitura de Fortaleza na qual ganha um dinheiro extra para ajudar nas despesas. O marido tem Ensino Médio completo. É o único que trabalha, como porteiro; ganha um total de aproximadamente R$ 1.670,00 reais. O bolsa família foi cortado por ultrapassar a renda familiar estabelecida pelo programa.

**Quinta menor renda, empatados com um valor** de (R$ 1.431 reais) estão: a **E6**, 38 anos, católica, cor amarela, *Ensino Médio incompleto.* Vende lingerie e bijuterias. Moradores da casa: 4 pessoas. Renda per capita R$ 357,75 reais. O marido que é carpinteiro e pintor ajuda a constituir essa renda. Antes tinha uma empresa que faliu. A **E3**, 57 anos, cor parda, Ensino Médio completo (Educação de Jovens e Adultos). Trabalha em casa produzindo para uma facção de roupas. Ganha por produção. O marido que é comerciário e o filho mais novo que mora com ela (contribui com parte das despesas) a ajuda a compor a renda familiar. Moradores na casa: 4 pessoas. Renda *per capita* R$ 357,75 reais. Observação: como é mostrado no quadro 1 a neta da E3 não vive dependente do Programa Bolsa Família, mesmo que seja a beneficiada indicada pela mãe. Quem usufrui o benefício do Programa é a sua mãe (favor conferir as notas do quadro 1 referentes a E3);

A **sexta menor renda familiar** com o valor de (R$ 954,00 reais) é da **E4**, 68 anos, católica, cor branca, Ensino fundamental incompleto (5º. Série/ Educação de Jovens e adultos). Moradores na casa: 4 pessoas. Renda *per capita* R$ 238,50 reais. Essas informações foram dadas pela entrevistada, no entanto, acreditamos que a família, por ter no primeiro andar o deposito de matéria de construção a ajude. Além disso, não posso conjecturar (consultar o quadro de referência 1 atribuída a E4). Ela diz que recebe um salário mínimo do genro, não é aposentada, e não falou de pensão do ex-marido. Outra observação deve ser feita: o neto é o beneficiado do Programa bolsa família, no entanto, quem é o efetivo usuário é sua mãe (cf. quadro de referência 1 referente a entrevistada);

**Sétima faixa de renda familiar mais baixa** com a valor de (R$ 730,00 reais) é a da **E11**, 45 anos, evangélica, cor parda, com Ensino Fundamental incompleto (4ª. Série). Moradores na casa: 2 pessoas. Renda *per capita* R$ 365,00 reais. O filho recebe do Pai R$ 130,00 reais. Esse dinheiro ela se refere como a pensão. A casa é dela e do ex-marido, mas ele exerce uma pressão e controle que ela tenta administrar. O andar de cima é alugado, mas pertence ao marido. Ela trabalha como ajudante de cozinha, sem carteira assinada, de 8 da manhã a 14 horas da tarde, recebendo uma renda de R$ 600,00 reais;

A **oitava faixa de renda familiar mais baixa** com o valor de (R$ 480,00) é a da **E2**, 48 anos, evangélica, cor morena, *Ensino Fundamental incompleto (6º. Anos)*. Moradores da casa: 2 pessoas. Renda *per capita* R$ 240,00 reais. A entrevistada trabalha *ajudando* no transporte escolar de crianças e faz diárias para sobreviver.

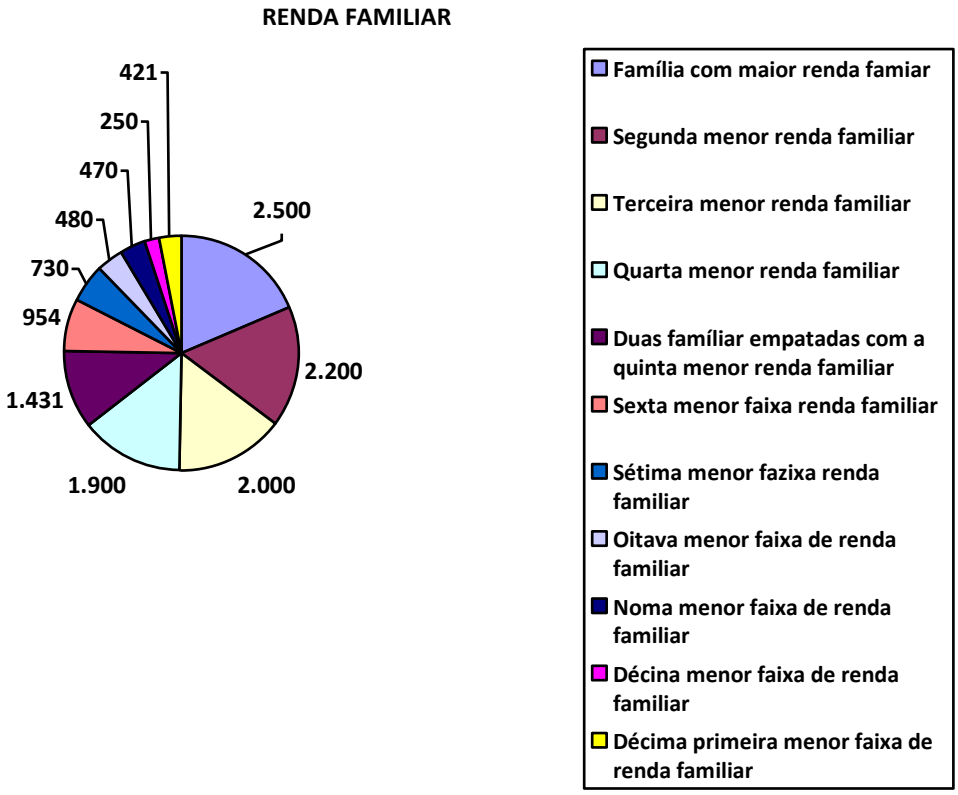
A **nona faixa de renda familiar mais baixa** com o valor de (R$ 470,00) é a da **E10**, cor parda, *Ensino Fundamental incompleto (8ª. Série/ EJA- Ensino de Jovens e Adultos)*. Moradores da casa: 3 pessoas. Renda *per capita* R$ 156,60 reais. Algumas observações: a entrevistada disse que só tem para contar para sobrevivência da família o valor do bolsa família no valor de R$170,00 reais. Ela recebe esse dinheiro por conta que sua filha mais jovem estuda. Ela sofre de diversos problemas, como a depressão e toma remédio controlado. A filha, desde esse ano, participa também do *Projeto Jovem aprendiz* do governo do Estado e ela ganha aproximadamente R$ 300,00 reais. Parte desse dinheiro também ajuda a contribuir para a manutenção familiar. O filho está preso. Ela disse que não recebe esse dinheiro que todo mundo fala que o preso recebe. O marido faz bico e é analfabeto.

A **décima faixa de renda familiar mais baixa** com o valor de (R$ 250,00) é da **E1**, 42 anos, evangélica, cor parda, diz que só escreve o nome e não lê. Moradores da casa: 4 pessoas. Renda *per capita* R$ 62,50 reais. Ela relata que carrega o vírus da AIDS e é acompanhada pelo CRAS, através do PAIF. Diz que o esposo da filha faz bicos. Ela tem uma

neta, na qual é responsável em receber o bolsa família. Sua filha está grávida novamente. Parou de estudar. Segundo ela os pais do genro dão uma ajuda. Ela mesma faz faxina na casa do pai que é muito idoso e engoma as roupas dos irmãos com os quais ganha algum dinheiro;

A **décima primeira faixa de renda familiar mais baixa** com o valor de (R$ 421, 00 reais) é da **E9**, 46 anos cor morena, católica, com *Ensino fundamental incompleto (5º. Ano*), não sabe ler e escreve muito pouco. Moradores da casa: 5 pessoas. Renda *per capital* R$ 84,20 reais. Ela relata que é o único dinheiro que entra em casa é o do Programa bolsa família no valor de R$ 421,00 reais O marido está doente, mas ainda trabalha (bico) montando e carregando móveis numa transportadora. Quando trabalha ganha. Ganha por serviço. Ele teve hanseníase, mas sofre sequelas. Diz que a família dar uma ajuda.

**Gráfico 16 - Renda Familiar**




Fonte**:** elaborada pelo autor (2019)

## Quadro 3 - comparativo dos dados socioeconômicos

| | E1 (D. **Ana**) | E2 (D.**Elizabete**) | E3 (D. **Carla**) | E4 (D.**Daniela**) | E5 (D.**Eveline**) | E6 (D.**Fabiana**) | **E7** (D.**Gabriela**) | E8 (D.**Helena**) | E9 (D.**Inácia**) | E10 (D.**Juliana**) | E11 (D.**Luduina**) | E 12 (D.**Mariângela_** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Profissão da mulher** | Dométicа/ Faz faxina | Transporte escolar/ Diarista | Produção de roupa para facção | Dona de casa/ Ajuda no comércio | Compre e vende joias/ Dona de loja de acessórios | Vende langerie e bujuterias. | Empregada dométicа/ carteira assinada. | Venda de roupas | Dona de casa | Dona de casa | Ajudante de cozinha | Dona de casa |
| | | | | | | | | | | | | |
| **Grau de instrução** | Analfabeta | En. Fund. imcompleto 6 anos | En. Médio completo (EJA) | Em. fund. Incompleto 5 anos | En. Médio completo (Projovem) | Em. Médio imcompleto | En.Fund. incompleto 3 anos | En. Fund. Completo 9 anos (EJA) | En.fun. imcompleto 5 anos | En.Fund. imcompleto 8 série | En.Fund. Imcompleto 4 série | En. Superior imcompleto |
| **Profissão do esposo** | ------ | -------- | Comerciário | Separada | Trab. com acessório de son | Pedreiro e pintos (autônomo) | Carpinteiro | Pedreiro (numa empresa) | Transporte de móveis | Bicos | ? | Porteiro |
| | | | | | | | | | | | | |
| **Grau de instrução** | --------- | ---------- | En.fund. 1 série | En.fund. 5 série | En.fund. 4 série | En.fund. 1 série | Autônomo | En.fund. incompleto | Em. fund. 7 série | Analfabeto | ? | En. médio |
| | | | | | | | | | | | | |
| **Hab/resid.** | 4 pessoas | 2 pessoas | 4 pessoas | 4 pessoas | 6 pessoas | 4 pessoas | 4 pessoas | 5 pessoas | 5 pessoas | 3 pessoas | 2 pessoas | 5 pessoas |
| | | | | | | | | | | | | |
| **Renda familiar** | R$ 250,00 reais | R$ 480,00 | R$ 1,431 | R$ 954,00 | R$ 2.000 | R$ 1.431 | R$ 2.500 | R$ 2.200 | R$ 421,00 | R$ 470,00 | R$ 730,00 | R$ 1.900 |
| | | | | | | | | | | | | |
| **Renda per capita** | R$ 62,50 reais | R$ 240,00 | R$ 357,75 | R$ 238,50 | R$ 333,00 | R$ 357,75 | R$ 625,00 | R$ 440.00 | R$ 84,20 | R$ 156,60 | R$ 365,00 | R$ 380,00 |
| | | | | | | | | | | | | |
| **Pessoa/as que recebem o bolsa família** | Neta | 2 netos | Neta | Neto | Três filhos | 2 filhos | 2 filhos | Dois filhos | Três filhas | Filha | Filho | Filho |
| | | | | | | | | | | | | |
| **Valor do bolsa família** | R$ 130 | R$ 110 | Não soube dizer o valor | Não soube dizer o valor | R$ 253 | R$ 244 | R$ 180 | R$ 170 | R$ 421,00 | R$ 170 | R$ 130 | Cortado |

Em relação a *capacidade produtiva* destas mulheres empreenderem assim entendemos[152]: A **E8**, 51 ano, *cor parda*, *católica*, mantêm **uma microempresa** de venda de roupas no bairro Parque Genibaú. A E8 terminou o Ensino Fundamental. Essa microempreendedora reforça a ideia de continuar estudando para crescer no trabalho e da necessidade da ajuda técnica adequada, a ajuda do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Ela se encontra naquele critério da racionalidade prática e de um olhar prospectiva para o futuro a partir do presente, procurando antecipar um futuro de sucesso[153]; a **E5**, 36 anos, *cor preta e sem religião* mantêm **dois negócios em atividade**: um negócio pessoal que se baseia na compra e venda de joias e, outro, em parceria com seu "companheiro" mantêm um negócio para instalar som em automóveis e outros periféricos para carros. Podemos dizer que essa entrevistada se encontra numa lógica pragmática e de racionalidade para a condução dos negócios. Reforça a ideia da importância dos estudos para obter sucesso. Como também a importância da dedicação ao trabalho, ser capaz de se adaptar a situações adversas e ter um capital de giro, mesmo que pequeno ["*poupar para reinvestir no negócio*"]. Ela terminou o Ensino Médio no Pro-jovem; a **E3**, 57 anos, *cor parda*, católica, com Ensino Médio completo, a **E6**, 38 anos, cor amarela, católica, com o Ensino Médio incompleto e a **E11**, 45 anos, cor parda, evangélica, trabalha na perspectiva de um **emprego** que lhes dê **um equilíbrio financeiro**. Quero destacar a **E12**, 39 anos, cor branca, católica que resolve em comum acordo com o esposo deixar de trabalhar para ficar em casa **cuidando da educação dos filhos e os preparando para os desafios futuros da vida e emprego**. Estamos aqui numa perspectiva inusitada nos quais os pais procuram **antecipar desde já um futuro** para os filhos oferecendo ferramentas propícias para a competição futura na vida e mercado de trabalho e, portanto, os preparando para a empregabilidade. Claro que nessa vida nada é garantido, mas é posto aqui as condições de futuro para os adolescentes desde a família; a **E7**, 42 anos, cor branca, católica, afirma um papel dos **trabalhadores domésticos** que usam o seu tempo para dar tempo de ócio ou preparação adequada à resolução dos interesses das classes mais elevada relativamente a ela. Assim, também estão em termos relativos aquelas que trabalham com faxina, diaristas – em um nível mais baixo da cadeia de

[152]Sobre "existe algo de comum na reprodução simbólica das sociedades modernas?" Cf. SOUZA, Jessé. A tolice...,2015. Neste livro o autor pensa encontrar uma hierarquia moral que subjaz o capitalismo mundial e brasileiro. Uma dimensão simbólica compartilhada que determina o que é considerado relevante no contexto do capital e na determinação de um lugar social de classe. Nesse modo de pensar o capital cultural e econômico são determinantes para localizar as pessoas com certa relevância para o sistema e descartar outras, explorando-as ou as descartando.

[153]Sobre a necessidade do brasileiro se adaptar a nova ordem competitiva cf. SOUZA, Jessé. A tolice...,2015.

importância do trabalho: refiro-me as **E1**, 52 anos, cor parda, analfabeta, evangélica, a **E2,** 48 anos, morena, evangélica. A **E9**, 46 anos, cor branca, evangélica, 5º. Série, a **E10**, 42 anos, cor parda, evangélica, 5º. Ano, estão numa situação de **dependência grave dos programas sociais** do governo, devido a problemas de formação e incapacidade familiar de os preparar para os desafios da vida. Já que os seus país não dispunha de nenhuma condição de preparo educacional ou recursos necessários para disponibilizar oportunidade para as preparar para a vida e concorrência no trabalho. Esse fato deve-se, evidentemente, a grave e histórica disparidade de renda que dividiu a população brasileira naqueles privilegiados, a minoria da população e, de outro, a imensa maioria da população desnuda das habilidades e instrumentos necessários a uma competição mais equânime.

Segundo SOUZA (2003) o critério utilizado pela sociedade capitalista para valorizar ou não determinados atores podem ser encontrado na ***hierarquia moral subjacente a todas as sociedades***. É uma dimensão simbólica compartilhada (com os mesmos princípios morais não tematizados) por todas as sociedades, mas que se singularizam em cada contexto social. Quem vão ter sucesso e desenvolver-se e quais são aqueles que serão subutilizados ou mesmo descartados são determinados pela incorporação desses princípios morais. São esses critérios não tematizados, que os da classe média alta ou mais ricos vivem e respiram que os separam dos "*bem fracassadinhos*" (**E3**, 57 anos); separam os países avançados dos países atrasados. No caso de nos referirmos a capacidade produtiva das mulheres e de seus filhos, evidentemente, pois pela socialização são influenciados por estes valores, o capitalismo aplica o critério de que quem ganhará mais espaço são aquelas mulheres e filhos que possuem um cabedal de saberes culturais de mundo e verdadeiramente equipados para responderem aos seus desafios e, por esse modo, acessarem renda e se incluíram no sistema.

Na coleta de dados percebemos que nenhuma dessas mulheres empreendedoras (**E5, E7, E8 e E12** [empreendedora por outros motivos]) justificam suas investidas nos negócios por causa do incentivo do Programa Bolsa Família. Um dos motivos está no medo de perder a ajuda do Programa. Outro motivo encontra-se por ser seus negócios não formalizados[154]. A realidade de perder o Programa para essas mulheres é real, pois elas não

[154] Em 2014, o número de beneficiários do Bolsa Família formalizados era de 521 mil. Os dados poderiam ser maiores. O que impede é o medo que muitas famílias têm em se profissionalizar e perder o benefício. Ter registro de MEI pode excluir a família do programa Bolsa Família, mas isso depende dos requisitos do benefício, dentre os quais o principal é a renda familiar. O Bolsa Família beneficia grupos familiares que têm renda mensal de R$ 178 por pessoa. O tipo de benefício recebido depende da condição socioeconômica da família. Pode ser o básico (auxílio de R$ 89 por mês) ou o benefício variável, quando os membros podem acumular até cinco benefícios. Por outro lado, caso a família exceda o valor da renda, pode sim perder o benefício, mas o corte não é feito de forma automática. Acontece no ano da atualização cadastral". SEBRAE. Paulo Teixeira do Valle

estão "exatamente" nos critérios do Programa. Elas burlam através da ocultação de informações para poderem serem incluídas. Não é por má fé, não. A vida econômica destas famílias varia muito, segundo momentos políticos e econômicos. Pobres não podem dar o luxo do risco social; prejudicar suas famílias. Reforça, portanto, uma crítica que os limites impostos pelo programa são relativos e que o programa deve repensar esse critério.

Uma das condicionalidades do Programa Bolsa Família segundo o **Plano Brasil sem Miséria** lançado em 2011 pela Presidenta Dilma é a *inclusão produtiva* e o *empreendedorismo*[155]. Ou seja, os beneficiados do Programa Bolsa Família podem ser incluídos em programas de Geração de ocupação e renda sob diversas modalidades: Qualificação profissional, Intermediação/oportunidades, Economia solidária, Microcrédito, Microempreendedor individual – MEI. Portanto, contemplando a figura do Microempreendedor Individual no Programa Bolsa Família. Isso significa que as instituições precisam falar mais sobre os objetivos do Programa Bolsa Família para poder ampliar as possibilidades de melhorias das famílias de baixa renda. Além é claro de repensar os critérios de pobreza.

Nesse contexto das determinações de hierarquias morais do capital, como acima falamos, não há indícios de determinação de uma influência observável das Igrejas evangélica, por exemplo, na vida pública. Não foi observado uma inflexão da influência de uma nova ética para a vida (condução da vida) e para acesso ao mercado de trabalho ou mundo dos negócios. O que o trabalho reforça é que uma boa educação familiar transmitida na socialização primária, tornada permanente e reforçada no seio familiar, produzirá um aluno "com uma mentalidade" (**E12**) incorporada e pronto para respirar o ambiente dos desafios na escola e mundo competitivo, portanto, procedimentos incorporados baseados em valores como o autocontrole, disciplinamento, visão de futuro, auto entendimento de si e dos outros, produzem um outro indivíduo. Vejam para tanto os exemplos da **E8, E5** e, principalmente, da **E12**

A **E5** reforça a ideia que determinadas experiências se esgotam, mas aqui e agora é necessário aproveitar enquanto lhes está dando determinados ensinamentos; é o momento de preparar-se para *ser autônoma*. Eis, portanto, um exemplo de *um novo procedimento* exigida para ser incluído socialmente na hierarquia social do capitalismo.

---

Pereira. Se fizer o registro de MEI perco o Bolsa Família? Disponível em: <https://blog.sebrae-sc.com.br/registro-de-mei-bolsa-familia/>. Acesso em 09/07/2019.

[155] BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome. Plano Brasil sem Miséria. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/caderno_brasil_sem_miseria.pdf>. Acesso em 09/ 07 de 2019.

> as pessoas devem se orientar, pois o bolsa família não é prá sempre. Um dia vai se acabar. Quem receber que aproveite com alguma coisa. Fazer alguma coisa pra melhorar. No dia 19 eu já vou comprar umas telinhas pra ajeitar aqui. As pessoas têm que se orientar e saber o que está fazendo com seu dinheirinho que recebe da bolsa. Tem muita gente que recebe, 300, 500, 600, tem gente que recebe, mas não sabe o que fazer. Não são controlados, são descontrolados, mesmos. Eu faço muita coisa com o dinheiro que recebo (E5, cor preta, sem religião, Ensino Médio completo, pelo Pró- Jovem).

A **E8** inicia sua fala sobre os conhecimentos que devem ser repassados pelos pais sobre o mundo. "*Os jovens sabem, mas precisam ser lembrados*", diz ela. Educar para **E8** é estar em cima, acompanhando. É uma fase necessária. É cobrar. *Aprender os ritmos, os modos de fazer, de falar, as dinâmicas da vida*. A **E8** dá um exemplo dessa aprendizagem na vida dos negócios que ela está envolvida. Aprender é incorporar ritmos na vida, automatizá-los. Eis mais um exemplo dos valores exigidos para ser incluído no mundo do capital.

> Hoje os filhos sabem mais que os pais, mas é necessário aumentar os conhecimentos sobre esse mundo. Quando mais vamos lembrando, mas vai abrindo a mente. Os jovens estão sabendo, mas precisam ser lembrados das coisas. Sabe o que é ter filhos? Eles trazem tarefas de classe, mas nós temos que está encima. É a fase. Eu cobro muito deles prá estudar. Sabendo como eles estão. Assim eu acompanho. Eu falo por meus filhos que a educação é importante. Que hoje quem não estuda, não tem trabalho. Hoje o mínimo é o ensino médio o caminho é estudar. (...) a educação na vida de uma pessoa é muito importante. Você chegar num canto e as pessoas lhe receber com cuidado e você responder da mesma forma. Isso não é bom pra você. No nosso trabalho [ela tem uma loja de roupas] requer saber lidar com os clientes. Os professores saber ensinar nossos filhos, eu mesma que posso ser sua aluna. A educação vem de casa primeiramente, depois vamos ampliando na escola. A educação é algo necessário. Todos os meus filhos estudam. A minha terminou o ensino médio e montou um negócio de venda de roupas, ao lado do meu negócio. Um está terminando a faculdade em mecânica, e os outros estudando ainda no ensino médio (E8, 51 anos, cor parda, católica, 9º. Ano do Ensino Fundamental no EJA).

*Antecipar o futuro no presente* é uma atitude fundamental para possibilitar oportunidades melhores para os filhos. É isso que relata a **E12**. Fala do esforço dos pais para possibilitar oportunidades para a filha mais nova. A reclamação da escola pública por não ter aquele ambiente já existente no ambiente familiar. Eis, portanto, um reforço de que as famílias devem se preocupar em *criar*, em suas casas, *um ambiente propicio* ao desenvolvimento das crianças, adolescente e jovens, como também veremos que um ambiente social propicio pode *aguçar* e *desenvolver* crianças e jovens como também, em ambiente desfavoráveis, como os de violência, prejudicaram. Estamos falando aqui de cultura que potencializa crianças e jovens para serem incluídas na hierarquia socias ou, podem, de outras formas, contribuir para a exclusão social.

> Muitas pessoas podem pensar porque minhas filhas estudam em escola particular e vão de transporte escolar e podem dizer que essas famílias têm dinheiro. Mas não

> sabe onde a gente aperta o sinto para mantê-las. Pode ter certeza que o sacrifício que a gente faz é pensando no futuro. Se eu soubesse que a escola pública de ensino fundamental no caso tivesse condições de minhas filhas estudarem lá talvez eu mudasse esse pensamento. Mas quando não me provarem o contrário, não coloco. Continuarei fazendo sacrifícios, eu e meu marido, para possibilitar um futuro diferente que eu tive (E12, 39 anos, católica, Ensino Superior incompleto).

Os processos pensados e estruturados em práticas pelas Igrejas Evangélicas (penso na Igreja universal, por exemplo) – como hipótese – não desenvolveram aquilo que tanto propagam: uma transformação ética da vida dos indivíduos com impactos na vida pública (social e econômica).

Ao nosso ver, o processo de incorporação no fiel de uma modalidade nova de procedimentos, não se realizou, pois o que se pôde verificar foi o deslocamento para "um outro autor culposo ("*o encosto*") a culpa de incitar no fiel a ação, o pensar e o sentir desmedido, negando, portanto a autoria do fiel. Ora, transferir para um outro personagem não livra o crente de uma prática indesejada. O que permite mudar e incorporar um novo procedimento – não é via negação do passado vivido, e nem culpando outro para justificar ações próprias, mas por *imitação* e *identificação* com o sujeito ou sujeitos que realizam o ato que acreditam[156]. Não há outro modo de mudar práticas erradas e avaliadas como ruins se não através da autoelucidação que se dá no meio de outros, descobrindo os mecanismos que os fazem e nos fazem atuar.

Em relação ao *sexo* todas as nossas entrevistadas são do ***sexo feminino***. O nosso quadro reafirma o papel central das mulheres em serem *mediadoras* confiáveis do dinheiro dispensado pelo governo à sobrevivência das famílias. E isso se dá, pelo seu papel na esfera da família reproduzido segundo um modelo patriarcal dominante[157]. Mas apesar disso se mostra como processo de resistência silenciosa, quando assume esse papel de orientadora da casa e em sua administração trazendo outros aportes econômicos nessa manutenção e de sua vida privada[158].

---

[156] Sobre a discursão sobre a constituição do indivíduo em sociedade. Cf. ARRUDA, Rodolfo. Notas sobre o conceito de indivíduo na teoria social contemporânea: Um percurso a partir das obras de Stuart Hall, Norbert Elias, Richard Sennett e Zygmunt Bauman. AURORA ano IV número 6 - JUNHO DE 2010. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/Rodolfo.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2019; NORONHA, Gabriel Vieira. ROCHA, Luiz Guilherme Burlamaqui Soares Porto. Elias e Bourdieu - Para uma sociologia histórica, ou seria uma história sociológica? Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 47-58, 30 mar. 2008. Anual. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/11282-22618-1-PB.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2019.

[157]Sobre isso reportamos ao estudo de FROTA, Maria Helena de Paula; OSTERNE, Maria do Socorro (ORG.). Família, Gênero e Geração: temas transversais. EDUECE, 2004.

[158] AGÊNCIA BRASIL. Sumaia Villela. Na luta contra a pobreza, mulheres buscam autonomia por conta própria. Dos 22 milhões de brasileiros que superaram a pobreza extrema nos últimos quatro anos, 12 milhões são mulheres. 2016. "Quando a gente trabalha fica poderosa". Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/na-luta-contra-pobreza-mulheres-buscam-autonomia-por-meio-do>. Acesso em 09/07/2019.

No entanto algumas observações devem ser feitas. Em nossa pesquisa nos aproximamos de um tipo de mulher que a chamarei aqui pelo nome de "***batalhadoras***". Submetida ainda as incursões da dominação masculina, mas que assumem um protagonismo apesar dessa dominação. A **E3**, 57 anos, de *cor parda*; a **E4**, 68 anos, *cor branca*; a **E5**, 36 anos, de *cor preta*; a **E8**, 51 anos, *cor parda*; a **E9**, cor morena; a **E11**, 45 anos, cor parda possuem uma similitude: todas elas passaram de alguma forma pelo **jugo masculino** e **responderam** de maneiras diferenciadas a **tentativa de submissão**: respectivamente, a **entrevistada 3** reclama implicitamente de sua família por não reconhecê-la como uma daquelas que contribuem efetivamente para a manutenção da família. Ela responde com a determinação do trabalho como uma forma de independência e afirmação; as **entrevistadas 4 e 11** depois da descoberta da traição dos marido resolvem: a primeira o identifica como "*homem não confiável*" e o desqualifica como parceiro e cumplice e, portanto, impossível uma volta ao casamento e, a segunda, depois de ser desmoralizada firma a intenção de construir sua independência financeira pelo trabalho e em ir em frente, criar sua independência. A **entrevista 5** insiste no seu direito de ser feliz e determinar os critérios firmes para qualquer parceiro se aproximar. "*Se não deu certo, pega o beco, se não prestar* [para mim e minha família] *pega o beco*". A **entrevistada 8** se mostra firme com o marido quando ele a proíbe de estudar. Pois estudar faz parte de seu projeto de vida e complementa com seu sonho de torna-se uma mulher de negócio. A **E7**, 42 anos, branca, afirma que teve que se dedicar, desde muito cedo, a cuidar da casa e da criação dos irmãos pois sua mãe se encontrava doente. Por isso nunca pode dedicar-se aos estudos. Nas palavras dela: "*a minha vida sempre foi viver a vida dos outros. Fui sendo levada*". O interessante é que a maioria delas apostaram no estudo, muitas fizeram o EJA (Educação de Jovens e Adultos) como forma de reencontrar e restabelecer com um destino a ser construído. A **E7** passou a ver os filhos e o marido como sua extensão de vida. Nessa pesquisa a mulher que se considera parda ou preta sofrem mais as imposições da dominação masculina, mas que também são as que souberam se impor de forma pessoal aos seus desafios cotidianos. A **E9** quando empregada doméstica no início da juventude sofreu tentativa de assédio sexual do seu patrão que lhe deixou marcas: "*a mulher de alguma forma tem que ser forte*", diz ela.

As entrevistadas 1 e 2 recebem em nome dos netos o valor do bolsa família (respectivamente R$130 e R$ 110,00 reais), que são importantes para eles e, também, para sobrevivência delas. A entrevistada 3 por criar e sustentar a neta (filha de um de seus filhos) não necessita do dinheiro do bolsa família. A mãe foi que inscreveu a filha no bolsa família e a usufrui do mesmo, por necessidade, pois não trabalha. Sendo o seu recurso principal.

O programa Bolsa Família não tem um lugar específico para as famílias se inscreverem. São vários os lugares que a inscrição pode ser feita, como por exemplo, o CRAS, a Regional, o *Vaptvupt*, dentre outros. Nesse sentido é importante dizer que a entrevistada 1 é a que mais frequenta o CRAS (Centro de Referência e Ação Social), por participar das reuniões e encontros do PAIF[159] (Serviço de proteção integrada à família) que consiste num trabalho social que o CRAS desenvolve com as famílias com maior necessidade protetiva e integração familiar além de ajudar na qualidade de vida familiar. Sempre que a entrevistada 1 era chamada a participar das reuniões do PAIF, a encontrava nas reuniões que participei entre julho, 2018 a março, 2019 sempre discreta e amável. O PAIF, não necessariamente participam os selecionados no Programa bolsa Família. Devem estar em situação de risco social. Ou seja, o Programa Bolsa Família não está ligado necessariamente as atividades do CRAS e de seus programas. Alguns inscritos no Programa Bolsa Família podem estar nos critérios para participarem das atividades desenvolvidas pelo CRAS.

A aproximação a essas entrevistadas foi feita com a disposição de não estabelecer nenhuma pré-noção anterior, mas tentar entrar no seu mundo e entendê-las em seus pensamentos e ações. Isso para dizer que não podemos nos apressar e dizer que determinadas entrevistadas não estão simplesmente dentro dos critérios estabelecidos pelo Programa Bolsa Família (como por exemplo as entrevistadas 3, 4, 5 e, em especial a entrevistada 12), mas, ver a partir das necessidades reais que emergem em suas circunstâncias de vida.

A **E3** ajuda a criar a neta (titular da bolsa família) e quem a mantem é o seu pai, financeiramente. Literalmente não precisa do bolsa família. No entanto, a mãe de seu neto (separada do filho da entrevistada 3, que tem 40 anos,) precisa do dinheiro para manter sua família e, por isso foi quem a inscreveu. A entrevistada diz da sua antiga nora, "*ela não trabalha. Em que? Só vive do dinheiro do governo (rindo)"*. E a chama de "*preguiçosa*". E o bolsa família é para sua ex-nora, "*uma tábua de salvação*". E acrescenta: "*são para fracassadinhos*", esse tipo de pessoas. Diz, portanto, que o governo [ela denomina de "*o sistema*"] está transformando as pessoas "*esmoles*" (dependentes) e não as educando na "*responsabilidade de cumprirem suas obrigações*". Ela insiste muito que o esforço pessoal faz a pessoa. Mas além das divergências familiares, precisamos ater-nos a realidade social da outra família. A ex-nora, com pouco estudo, não terminou o ensino médio, trabalha como

[159]Um resumo da origem e funções do PAIF Cf. Disponível em:<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>. Acesso em 18 de março de 2019.

manicure e constitui outra família. Nessa perspectiva não conseguiria se manter sem a ajuda do programa bolsa família.

A **E4** fala da mãe de seu neto, que não trabalha (e fala isso com certo desdém), pois segundo ela "*até quem vende limão, vive bem*"; mas devemos visitar o contexto de vida descrito pela própria entrevistada 4 ao falar da "*outra família que ela [mãe de seu neto] constituiu*": tem outros filhos; o marido trabalha vendendo material de limpeza que não dá para a sobrevivência da família" que a entrevistada diz "*procura ajudar como pode*". Nessa situação o bolsa família é utilizada para suprir as necessidades de uma família que passa dificuldades, mesmo que o neto esteja inscrito no bolsa família, mas que o dinheiro seja usando para manter essa família.

A **E5** parte do pressuposto que "*as famílias precisam ter condições de vida melhores*". Dar condições de vida aos seus filhos: "*o bolsa família é um ajuda complementar importante. Pois a vida é dura, qualquer ajuda é importante*". Na realidade ela critica o Programa do governo que se fixa rigidamente no limite que determina quem é pobre e quem não é. Ela se expressa com a palavra "*essa ajudinha meio humilhada*" expressando também que há sempre o medo, um "*ameaça humilhante*" de sempre poderem retirar "*aquilo que se precisa para ajudar a viver*".

Em relação **as E6, 7 e 8** podemos dizer o que segue: se aproximam por terem condições de sustentar seus filhos sem o programa bolsa família. Mas, na perspectiva destas se consideram ainda pobres e não suficientemente equilibradas financeiramente pois segundo elas a renda varia muito. Segundo os critérios do Programa bolsa Família não estariam estas famílias aptas. Mas quero salientar que eles dizem "*não possuir estabilidade suficiente,* [a médio e longo prazo] *para dispensar qualquer valor na ajudada e manutenção da família*" (entrevistadas 7 e 8, fortemente reforçam isso e a entrevistada 6, deixa a entender) para justificar ser necessário o complemento do programa bolsa família. Portanto, essas famílias poderiam ficar sem o bolsa família, mas sujeitas ainda a pressões negativas em termos econômicos na vida familiar. Numa linguagem mais simples, ficariam no aperto.

As **E9 e 10** encontra-se em situação bem precária pois somente tem o dinheiro do bolsa família para manter ela e sua família. Há casos de doenças psiquiátricas na família e reclamam, a primeira de falta de apoio familiar e a segundo de perseguição no bairro, por ter sido seu filho assassino de um dos jovens da comunidade.

A vida da **E11** destaca-se pelo sofrimento de sair de casa sem garantias nenhuma, recomeçar a vida sustentando seu filho menor no interior. Foi aí que encontrou o apoio do Programa Bolsa Família que a ajudou a superar suas dores. Marcada pela traição do marido

que lhe deixou marcas, se sentiu desrespeitada como mulher, prometeu desse momento em diante "*a correr atrás, não ficar esperando. Eu já fui separada [chora]. Eu sofri bastante, bastante mesmo...precisei das coisas...meu ex-marido podia me dar. E eu me obriguei quando eles crescessem a correr atrás...o que for preciso eu faço para conseguir*".

A **E12** disse que a pouco tempo, menos de um ano, o bolsa família foi cortado como ajuda a família. Quem os recebiam eram seus três filhos. O CRAS explicou que o motivo deste corte foi porque "*o meu marido ganhava um pouco acima de um salário mínimo e que isso seria o suficiente para a família e, também, que as filhas estarem estudando em escolas particulares*". Na perspectiva da família os filhos deveriam estudar em escola particular até o 9º. Ano, depois transfeririam para uma escola pública mais próxima do modelo particular (citou a Escola Liceu do Conjunto Ceará como a mais adequada), por causa do ENEM e as possibilidades abertas através de estar na escola pública. No entanto, os seus filhos já estariam "inculcados" com "uma mentalidade formada" e adequada a enfrentar o futuro. A entrevistada insistiu que falta na escola pública de Ensino Fundamental e na maioria das Escolas do Ensino Médio uma base de preparo acadêmico como leitura e interpretação e moralidade mais firme e, por isso, chegaram um consenso familiar, que deveriam se sacrificar para oferecer essa base escolar através do acesso à escola particular. Vamos recepcionar isso pela fala da entrevistada 12

> Eu me lembro que eu passei a receber R$ 48 reais. Foi aumentando para R$ 90,00 depois passou para 184,00, depois deu uma queda para 124,00 e depois cortaram. Eles alegaram que meu marido ganhava um pouco mais de um salário mínimo. E estava incluindo aí, estarem na escola particular. Porque segundo eles não havia necessidade desse dinheiro. Isso para nós foi injusto. Pois se somente um trabalha para sustentar a casa e sustentar cinco pessoas um salário mínimo é muito pouco. E tanto que sempre estamos apertados, fazendo malabarismo aqui e agora para manter a família. A gente passa um aperto. Vou ser muito sincero com você. Por que a gente não coloca os filhos para estudar na escola pública? Fizemos uma escolha. Eu fico em casa para acompanhar os filhos e ele trabalha. Nos estudos também. O [fulano: nome do filho] estudou até o 9 ano numa escola particular. Quando ele foi para o Liceu [do Conjunto Ceará], as referências do Liceu são ótimas, o seu nível de ensino – agradeço demais pois é uma escola incrível – mas ele já foi com uma mentalidade formada [*inculcada*; meu acréscimo] com o que ele queria para vida dele. Mas as duas meninas estão em formação. Aí eu acho que elas devem estudar na escola particular. Sabe porque: eu ensino reforço para alunos da escola pública que estudam no ensino fundamental e eu vejo que a educação é muito ruim. Não tem tarefa pra casa. Eu penso assim: colocar minhas filhas em escola pública nesse período eu acho que eu vou atrasar elas. Porque elas já têm uma base. Eu ouvi de uma amiga profissional da prefeitura dizer que ela foi orientada pela diretora dela a passar os alunos. Não deixar ninguém reprovado. Eu como mãe se soubesse isso reclamaria que eu não quero que meu filho passe, pois não há condições. Não há bases: vai se atrasar, vai se atrasar e vai chegar uma hora que os alunos se prejudicariam no seu futuro e possibilidades futuras (E12, 39 anos, católica, Ensino Superior incompleto).

São complexos os aspectos para tratar da origem e manutenção da desigualdade no país e no estado do Ceará. No entanto as entrevistadas levantam questões fundamentais que não podem ser deixadas sem respostas. Todos falam de necessidades, sobrevivência; de não conseguir se manter, suprir necessidades de uma família; falam que esse critério rígido, estabelecido num limite diferenciado quem é ou não pobre, só dificultam a ajuda que o governo pode prestar para solucionar as situações reais de pobreza das famílias; falam que o dinheiro é importante para a autônoma da mulher para dispô-las em dignidade para a vida e trabalho; falam que o dinheiro é uma condição fundamental para ajudar a família a oferecer os equipamentos necessários para o futuro, e, nesse sentido, a educação de qualidade é fundamental.

Portanto, precisamos chegar na avaliação que a estratégia das famílias pobres, recolhidas nas entrevistas, é utilizar táticas de burlar as regras do programa, pois segundo elas as necessidades devem ser prioritariamente respondidas quando as famílias estão em risco real. E, nesse sentido, as regras que compõe o programa não respondem de forma suficiente àquilo que se dispõe: resolver o problema da pobres, aumentar a qualidade da aprendizagem escolar e proporcionar a quebra do ciclo da miséria que se mostraria através da ascensão ou mobilidade social dos pais através da vida dos filhos. São diversos os adjetivos para dizerem que o dinheiro disponibilizado pelo governo aos beneficiados pelo programa bolsa família é insuficiente e, precisa ser aumentado. A necessidade de uma maior comunicação ou trocas de conhecimentos se faz necessário entre o Programa e os beneficiados. É o que veremos mais adiante.

## 4.4 A SITUAÇÃO SOCIAL[160]DAS BENEFICIADAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

A ***situação social*** diz respeito à posição que ocupa um indivíduo, família e classe em relação a outros. Portanto a ideia refere-se ao relativamente localizado. A situação social depende de ***diversos fatores*** que impactam e influência na possibilidade de desenvolvimento de indivíduos e grupos, ou seja, na distribuição de lugares de classe que lhe dão acesso a bens,

[160] Ao comentar algumas situações constituidoras das vivencias das beneficiadas do Programa Bolsa Família na vida social procederei apresentando primeiro comentários individualizados sobre aspectos de vivencias interpretados pelas beneficiadas e, em seguida, comentários de aspectos que as aproximam. No apêndice a essa dissertação apresento quadros de sentido construídos por esse autor que dão base aos nossos comentários. São os seguintes quadros de sentido apresentados no apêndice: herança familiar e escolar (capital cultural); família e pobreza; saúde pública; moradia; sonhos pessoais e profissionais; o Bolsa Família; cidadania, Políticas Públicas e Redistribuição de Renda.

serviços e direitos de forma diferenciados, os distinguindo. Evidentemente importante a ser observado nessas relações é o exercício do poder por esses indivíduos e grupos.

Um desses fatores importantes pode ser encontrado na socialização em família (herança familiar) e a educação escolar [capital cultural], como também a contribuição fundamental que diz respeito ao acesso ou não às condições materiais de existência. Portanto estamos falando dos meios a partir dos quais cria-se as condições de vida de *indivíduos, famílias e classes sociais*. Como também explica as razões de nossa conduta cotidiana, como os de outros que partilham o mesmo campo de visão historicamente construído, o campo social[161].

Dizendo de forma mais certeira. Nascemos em uma família, entramos numa escola, respiramos o mesmo ar, no entanto *o que somos, pensamos e agimos, são determinados numa luta sutil pelo poder de determinar* ***as orientações*** **básicas** *para o viver*[162], ou seja, determinar "uma concepção de país e nação"[163]. Isso é determinado historicamente. Constantemente essas orientações hegemônicas compartilhadas socialmente – não sem contestações – chegam a nós pela *educação formal e mesmo informais no família, trabalho e na aprendizagem de vida política*, na forma que recepcionamos as políticas públicas, etc. e, formam em nós − indivíduos costumeiramente obedientes a essas orientações incorporadas que influenciam decisões − disposições para pensar e agir de um modo ou de outro. Portanto, precisamos adentrar e compreender esse horizonte de sentido implícito e muitas vezes não refletido que determina as diferenças entre as classes sociais, as diferenças de gênero etc. Conhecer para aprender o caminho para libertar-se de uma *dominação simbólica* que carrega exclusões bem precisas, como o acesso à cultura, a bens e recursos, aos direitos que na verdade são produzidos socialmente, mas que são mal distribuídos pela justificação que uns são mais merecedores do que outros.

Como será realmente o modo de pensar, agir e sentir dos beneficiados do bolsa família em situações de especiais desvantagens sociais? Essas mulheres, avós e mães, como interpretam o seu atuar nesse mundo, como processos de ***conformismo ou de resistência***[164]?

---

[161] SOUZA, A elite do atraso...:2019.
[162]FLIGESTEIN, 2007; TAYLOR, Charles. As fontes do Self, São Paulo, Loyola, 2001.
[163]Ideias-força: "aquele tipo de pensamento que conduz uma sociedade em um sentido ou em outro. Souza, Jessé. A elite do atraso...:2019
[164]CHAUÍ, Marilena. Conformismo ou resistência – aspecto da cultura popular no Brasil. Brasiliense, 1986. Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas; Cortez, São Paulo, 1990.

### 4.4.1 A herança familiar e escolar (capital cultural)

Ao expor aqui os valores transmitidos na socialização pelas famílias e seus impactos nos filhos e netos procederemos apresentando uma análise individualizada do modo de pensar dessas mães e avós e as conexões com a educação escolar. Posteriormente recolheremos as aproximações e acordos entre as entrevistadas.

A ***E1*** por ser analfabeta e, portanto, desprovida de instrumentos básicas de leitura do mundo utiliza mediações importantes para "traduzir" situações da vida mais complexas: *a filha mais velha* a levou a descobrir o bolsa família e a conhecer uma instituição capaz de resolver seu problema sociais de sobrevivência; *as reuniões do PAIF* que lhe coloca numa situação de contato com outras experiências, lhe fazem muito bem. O seu mundo restrito foi ampliado. Deve ser esse o fato fundamental para a E1: "*o mundo cresceu*"; seus projetos também: conseguir ajuda para tratamento de saúde, pois tem o vírus da AIDS, ter a possibilidade de uma casa própria, significando inscrever-se no "*minha casa, minha vida*" e, quem sabe, conseguir um benefício "dela própria", pois o bolsa família é para ajudar no sustento da casa e dela mesma.

A ***E2*** diz "*não tive* ***vida boa***". Olha para o passado, completa: "não tive ***ajuda***". Portanto, nesse passado ninguém lhe estendeu as mãos, solidarizando-se, e, nem lhes possibilitou **segurança material**. Ficou-lhe um horizonte, Deus como companhia. Deve-se a isso a busca da Igreja evangélica. Sinal da presença de Deus: oração e cuidado. Mas, com vamos mostrar nem o conforto da Igreja, pode ajudá-la a ampliar seus horizontes. Mas fechou-lhes em valores conservadores.

As "***criei,*** *as minhas* ***filhas***", para "***saber*** *lidar*" contra **o mundo** "*perigoso, de brigas e mortes*". Essa é a habilidade, ensinada pela mãe para equipar as filhas, aprender a antecipar perigos – o mundo "*prega peças*" - e desviar-se deles. Mas a educação repassada não é para lidar com o mundo de forma positiva (de forma racional-estratégico), possibilitando criar oportunidades nele, mas defender-se dele (de forma a potencializar os sentidos do "afeto"), daí a pedagogia do "*não falar com...*", "*não pegar*" coisas dos outros. Os outros são "*estranhos*". Eis aí uma hierarquização das funções que distingue homens das mulheres. Dando "*a eles*" o poder de determinação das condições de existência. Uma verdadeira divisão do trabalho sexual que relega as mulheres ao trabalho invisibilizado e desvalorizado na casa e no cuidado dos filhos (como reclama a entrevistada 3). Essa

dominação simbólica masculina [do superior/espírito/razão] é incutida na fala das próprias mulheres [inferior/corpo/afeto][165].

Nesse mundo "*perigoso, de brigas e morte*" qual é o lugar que resta as filhas (mulheres)? Esse lugar do mundo, onde a entrevistada vive e conhece é reservado aos homens, ensinados a desafiar, enfrentar e matar se for preciso para viver nele. As mulheres o que lhes resta? Com certeza não exercer esse papel masculino de violência explicita. Que de uma certa forma é "um papel positivo" se visto que os homens estão enfrentando o própria mundo. Mas esse papel, se faz excludente. O mundo de disputa requer saber lidar com perigos e até matar ou morrer. À mulher resta aquele papel determinado pelos homens, próprio à submissão: "*ser mulher direita e boa mãe*". Mas Benevides (2016) alerta

> O aprendizado familiar e doméstico da violência, com sua transmissão para as novas gerações, torna-se difícil negar, quando se verifica que as vítimas aprendem com seus agressores a ser violentas ou consentirem ser violentadas futuramente.

Suas filhas não podem seguir outro papel, a de "*mulheres erradas*" que vivem com esses homens "*perigosos, de briga e que matam*".

A entrevistada 2 tocou na necessidade de famílias e escolas tratar da educação sexual. Praticamente ela tratou do papel da escola, mas não definiu até que ponto pode a escola ir nessa educação sexual de homens e mulheres. Pois *a educação familiar sexual* encontra-se, nesse sentido, muito restrita e fixando papeis tradicionais diferentemente daquilo que pregam os feminismos hoje. Nesse sentido ao defender papeis tradicionais reforça "**u*ma paz***" (uma não violência) que é, em outra maneira, submissão da mulher e reforço de uma educação masculina baseado na força impositiva, ou seja, reforça a desigualdade entre homens e mulheres.

A escola, então, poderia ser esse lugar de tematizar o papel do feminino e o processo de sua constituição no meio de uma cultura da violência? Como sabemos é socialmente disseminada e incorporada na vida das mulheres e homens os estereótipos de gênero. São produzidos e reproduzido nessa cultura das periferias a violência e, portanto, verifica-se impecílios ao exercício ou tentativa das mulheres de defender seus direitos, expressado na defesa da não violência (geração da igualdade entre gênero). Se isso é verificado na rua, se pode ver nas famílias e escolas essa disseminação da violência contra o gênero feminino.

[165]SOUZA, A elite do atraso...,2019.

Quando se referindo a escola a entrevistada a percebe como um lugar para aprender boas maneiras / comportar-se – diferentemente do "mundo hostil" – o lugar é tido como da **paz**. Como a escolar deve ensinar respeito se ***há uma separação***[166] da vida da rua, da vida da escola e mesma do espaço de convivência das relações familiares. Falta respeito em casa e na rua. Portanto, nesse sentido, poderia a escola deixar de ***alimentar estereótipos*** sobre gênero feminino e construir uma cultura de não violência? Uma cultura das diferenças?[167]

O neto, para a entrevistada 2, segundo as professoras do Ensino fundamental, "*conversa demais na escola*" – "*não se concentra*": seu ritmo espontâneo de aprender na rua continua na escola. As professoras, dizem: "*precisa aprender a se* ***comportar***". Comportar-se, ter autocontrole, para obedecer ao ritmo e concentração necessária da vida escolar. É uma outra experiência de aprendizagem que não há na rua e muito menos existe no âmbito familiar. Por isso que não há aprendizagem da criança. A culpa da não aprendizagem, nesse aspecto, recai no próprio aluno ["*Não se concentra*"], e, portanto, não aprendeu em casa a se conter, concentrar-se, manter o foco em algo, de forma a pensar e elaborar conhecimentos. Na perspectiva da escola esse aluno não conseguirá competir com outros no sucesso escolar e, posteriormente, terá dificuldades de encontrar um emprego considerado de nível A pelo mercado.

Mesmo nessa dificuldade de aprender a entrevistada diz que "*é uma obrigação a escola ensinar a ler e escrever*" e isso é uma exigência fundamental pois está ligado ao modo como o mundo lá fora está configurado: "*ele é hostil*". E sobre esse mundo hostil "*ler e escrever*" pode dar uma chance ao neto. Seria ler e escrever uma forma de sair de uma cultura da violência? A escola não seria também cumplice da violência quando também não tematiza a rua, a família? E, nesse sentido, trazer esse mundo vivido dos alunos pobres à tematização explicita. Isso a escola deveria promover. Mas não o faz.

Tematizando a influência do Programa Bolsa Família quando seu objetivo é *amenizar a pobreza, transformando sujeitos e famílias,* sobre os valores que norteiam as relações de gênero chegamos à conclusão que o Programa não dilatou a visão estreita sobre as relações de gênero segundo a perspectiva relatada pela entrevistada 2. Também, ao reforçar relações gênero, no qual homem precedem relações de poder sobre mulheres, há um reforço

[166]CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darcy de; OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. A vida na escola e a escola da vida. Ed. Vozes, Petrópolis, 1998.
[167]BENEVIDES, Marinina Gruska. Os direitos humanos das mulheres: transformações institucionais, jurídicas e normativas no Brasil. 1 ed. Fortaleza: Ed UECE, 2016

também das desigualdades materiais e morais na sociedade brasileira, portanto, nada contribui para melhorar as relações sociais e econômicas.

A ***E3***[168] refere-se às famílias como mundos com **quadros valorativos próprios que orientam as experiências humanas, inclusive o modo de comportar-se na escola e no trabalho**: há famílias com melhores quadros valorativos e outras, com valores destoantes. A base da educação dos filhos e da neta é a família. Uma pessoa não pode ser educada segundo vários registros pois esses registros geram confusão – "*se tu se mistura com ela, se contamina*" − e prejudica a integridade da pessoa, a fazendo agir de forma errada, fazendo sofrer as pessoas que estão em voltada dela. A entrevistada 3 ao se referir a neta diz: "*a cabeça dela está misturada*" pois a neta morava com a mãe e veio morar com ela aos 7 anos e isso é um fator que interfere ainda hoje no tipo de educação que ela tentou repassar para a neta.

Essa entrevistada faz uma diferença radical entre aquilo que deve ser *responsabilidade da* ***família*** e aquilo que *deve ser próprio do âmbito* ***escolar***. A família *educa*, a escola *ensina*. Educar é ensinar valores, posturas, modo de comportar-se (habilidades) diante da vida que os filhos internalizarão e deverão ser coerentes com eles (serem íntegros), realizarem, mesmo que ao seu modo esse horizonte que está intimamente ligado a perpetuar e honrar pai e mãe. Enquanto permanecerem nesse horizonte estarão seguros, mas se misturarem e conviver com alguma pessoa errada, não poderão se distinguir.

> "O *que fulano e fulano faz? Ele está usando drogas lá na pracinha [ao lado do Posto Galba], não tá?* ***Se tu se mistura com ela, se contamina****. Mesmo que tu não use, não está lá? E quando a polícia chegar, vai te meter a chibata.".* A entrevistada diz que "a burrada" dos filhos implica outros, prejudica outros: no sentido que os outros são envolvidos pelo problema.

Se a vida sexual é do âmbito familiar. A escola cabe ensinar a ler, escreve, aprender matemática. Um campo comum, identificada pela entrevistada 3, tanto dependendo da família como da escola, é a vida no *espaço público*.

O *espaço público* deve ser vivido segundo essa integridade que a família repassou e que deve ser protegida e alimentada. Manter distância dos "fracassadinhos"

> A entrevistada reclama que há "*muitos direitos para jovens e adolescentes*" [criticando o ECA). Hoje "*não podemos ser mais firmes. Dar uma mãozada nos filhos quando merecem* [quando "*fazem burradas*"] *para corrigi-los"*. "*Eu não sou a favor* [de usar] *violência para educar...eu não criei meus filhos com violência****. Eu os criei ensinando o que é o certo e o errad****o*". "Eu não os criei trancadas dentre de

[168] A E3 e a E4 são avós que cuidam dos netos, mas não possuem a guarda legal, mas quem recebe e utilizam os recursos do programa bolsa família para suprir as necessidades das famílias são as mães.

> casa. Todo canto **aqui** tem drogas. Eu os criei: olha esse caminho, é assim, Esse outro caminho leva a isso. E não tem volta é o seu fim". "Eu sempre fui muito franca com os meus filhos e tento ser [com minha neta]. No entanto, "a cabeça [de minha neta] vem ***outro sangue, pois também tem uma mistura".*** Para dizer se ela é responsável seus atos é por causa da influência da mãe (que "*faz besteira e é preguiçosa*").

A entrevistada 3 passa uma ideia que *os indivíduos devem ser responsabilizados pelos seus atos*, implicando e distinguindo, portanto, positiva ou negativamente a família, pois essa responsabilidade (que torna integro um indivíduo) tem a ver com os ensinamentos familiares.

> "eu acho que não existe colégio ruim, nem bom, eu acho que ***os alunos devem querer*** as coisas [se esforçar para estudar]. Se não presta atenção e fica de recuperação a culpa não é do professor e nem da escola. A culpa é dele [não se responsabilizou].
> "**A escola [pública]** está fazendo o papel dela (ensinar a ler, escrever, matemática, laboratórios), mas **os pais não** querem ter **responsabilidade** pelos filhos. Jogam toda a culpa na escola. Diz que ela é pública". "A escola pública é a mais cara que a particular. Porque nós pagamos impostos. Quem tem que **valorizar a escola pública** são os **alunos**...não tem nenhum **professor** analfabeto, todo são concursados. Então se os alunos não prestam atenção a aula, não fazem seus deveres e se não se interessam, não é por causa do professor, mas dos alunos. A escola [pública] pode melhorar, talvez pudesse. O meu filho foi monitor na escola (...) de matemática...se os alunos não se esforçam e estudam...a culpa não é da escola e dos professores".

A família desempenha fundamental papel no *espaço público*. O indivíduo fala e pensa segundo os ensinamentos da família. No entanto o cuidado para não se misturar com pessoas "dessemelhantes" é um tónica; não se corromper. Os filhos que respeitam os valores familiares e mantem a honra familiar é capaz de responsabilizar-se por incorporar os conhecimentos escolares pois guiados pelos ensinamentos familiares do esforço e diligência. Usando bem esses saberes escolares no seu proveito e proveito da família conseguiram emprego melhores.

O ângulo de visão da E3 sobre a distribuição de renda aos mais pobres e problemas sociais é de desconfiar dos efeitos dessa política pública. Ela se coloca crítica da ex-nora como se aproveitando desse programa pois não se responsabiliza por se mesma e pela família. A E3 ao manter fechadas as relações de aprendizagem entre pessoas e famílias, criando elites boas e más, reforço desigualdades materiais e morais, pois desqualifica os pobres por serem pobres.

Um princípio semelhando guia a entrevistada 3 e aproxima com a **E4**: ***a experiência*** (fonte da sabedoria) ensina a não cair nos erros ("*estar cego*"): guia na escolha "d*os amigos confiáveis*" diferentemente dos amigos sem firmeza de caráter; não fazer coisas erradas, e não permanecer na preguiça, ou seja, não querer trabalhar é sinal do homem sem

caráter, que não é constante e muda de opinião e age da mesma forma. O trabalho é uma importante fonte da experiência, mesmo para o jovem. O jovem pode aprender pelo trabalho a empenhar-se e deixar a preguiça.

Com **a E5** encontramos uma diferente postura diante da realidade da vida. Uma vontade de aprender com as experiencias, pensar sobre elas, não necessariamente pensá-las como ruins ou boas, per si, mas perceber as consequências para o futuro e optar.

O esforço educativo da família é fundamental para constituir sujeitos capazes de aprender, mas não suficiente, pois saber viver é alga mais amplo que precisa complemento do saber escolar: a realidade não é transparente em si mesma. E isso é mostrado quando a entrevistada diz que muitas vezes não sabemos por onde caminhamos e nem quem são as pessoas ou o que fazemos:

> "Ter cuidado com a vida lá fora. Você ***acha que conhece***, mas ***não conhece*** ninguém". "muito importante ***a educação escolar***. Muita gente não quer esse tipo de educação. Prefere ***esse mundo*** veio ***sem futuro.*** vai procurar na rua, tanto gente ***vendendo drogas***. É a educação que eles querem hoje". "***Cuidado com quem você anda***. ***Você não conhece*** fulano. As vezes fulano morre e você também ***morre porque está junto dele***. Porque você ***não sabe como é a vida dele***".

A família, a escola – se complementam – devem ajudar o jovem aprender a pensar, ver alternativas: "*Tem muita coisa que aprendi no Pró-jovem que passo para os meus filhos: cuidado para não pegar doenças como a sífilis, a AIDS, o HPV*". E o papel dos pais é "*chegar junto, ter uma postura unificada*" diante da educação dos filhos.

Se se aprende e conhece esse mundo com a ajuda da família e escola, há jovens que não querem essa educação e, por outra lado, preferem uma outra, dada pela rua: "*... muita gente não quer esse tipo de educação. Prefere* ***esse mundo*** *veio* ***sem futuro.*** *vai procurar na rua, tanto gente* ***vendendo drogas****. É a educação que eles querem hoje*".

Será que essa opção dos jovens pelo ***mundo da rua***, que fala a entrevistada 5, é devido aos pais, e mesmo a escola, não "*chegar junto*", não está próximo dessa juventude? Será que a escola e, mesmo a família, precisariam mudar em algum aspecto? Bastaria só ensinar a ler e escrever ou, há algo mais, fora do básico, que deveria ser tentado?

A **E6** fala da escola como lugar para preparar um futuro melhor para os filhos. Um futuro melhor que ela não teve pois não acompanhou o ritmo da escola: "*eu não me adaptei e sai*".

A educação na escola pública precisa evoluir para resolver esse gargalo: de uma escola tradicional − "*que só ficam na sala de aula*" − para um outra mediada por "dinâmicas"

que gerará nos alunos mais interesse. A escola que os prepare para o mercado de trabalho – ela deve ser profissionalizante.

"*A escola me chamou e descobri que ele [*o mais velho*] ficou de re re... Brinca e não estuda... Acho que é por meu* ***descuido***". A entrevistada relata que não teve a presença do pai, pois esse saiu de casa muito cedo, nunca mais o viu. Pode ser que esse "descuido" seja reflexo dessa falta da presença do Pai, imagem da autoridade e da imposição de regras. "*Tento educar o melhor possível, converso com ele o máximo possível".* Esse mundo, como ele está hoje, "*pessoas que não prestam e que não merecem confiança*". "*Praticamente ele só vive no celular*". O mundo da rua e das tecnologias são mais atrativos que a escola, no entanto, as pessoas não são de confiança. A entrevistada 6 diz que quando mais vão envelhecendo mais difícil é lidar com eles, os adolescentes. "*elas não conversam...".* Mas há explicito que o outra lado, da família: a presença dos pais é insuficiente e a escola deve propor novas práticas educativas.

A E8 parece responder a entrevistada 6 quando diz:

> "Hoje os filhos sabem mais que os pais, mas é necessário aumentar os conhecimentos sobre esse mundo. Quando mais vamos lembrando, mas vai abrindo a mente. Os jovens estão sabendo, mas precisam ser lembrados das coisas. Sabe o que é ter filhos? Eles trazem tarefas de classe, mas nós temos que está encima. É a fase. Eu cobro muito deles prá estudar. Sabendo como eles estão. Assim eu acompanho. Eu falo por meus filhos que a educação é importante. Que hoje quem não estuda, não tem trabalho. Hoje o mínimo é o ensino médio o caminho é estudar".

O acesso ao mundo é maior aos jovens, eles se envolvem, faz parte da fase da juventude, mas os pais possuem um papel de "*abrir a mente*", lembrar das "*coisas* [que importam]". O "*estar em cima*" é o papel dos pais na fase da juventude. Isso é educar. O importante é "*está presente*". O papel de testemunho de "*saber como eles estão*". Lembrar que há um futuro que deve ser preparado desde já através do estudo que leva ao trabalho. Estudar nunca é o bastante, e o ensino médio é somente uma passagem importante de preparação para os desafios da vida.

A **E7** diz que o importante é – apesar de ter pouco estudo – "*ensinar a eles a serem melhores*", o "***esforço*** *deles, agora*", os levará "*a um bom emprego*". Mas isso dependerá de terem a capacidade de "*juízo*". A entrevistada conta que o marido, − que é carpinteiro, − leva de vez em quando o filho a ajudá-lo. Diferentemente do pai dela que a criou "*meio jogada*", seus filhos terão a presença dos pais, presença eminentemente educativa de ensinar uma postura diante da vida. Mas a entrevista 7 fala da escola também tendo as mesmas funções, não amplia o papel da escola no sentido de oferecer ferramentas mais

precisas para enfrentar a competição mais acirrada no mundo. Ela mesmo dizendo que o mundo é um desafio.

Retornando a linha de pensamento da **E8** percebe-se o sentido da educação como ampliada:

> Você chegar num canto e as pessoas lhe receber com cuidado e você responder da mesma forma. Isso não é bom pra você. No nosso trabalho [ela tem uma loja de roupas] requer saber lidar com os clientes. Os professores saber ensinar nossos filhos, ..."

Para a E8 a educação primeiramente vem de casa e vai se ampliando na escola dando as pessoas possibilidades que precisa aproveitar:

> A educação é algo necessário. Todos os meus filhos estudam. A minha terminou o ensino médio e montou um negócio de venda de roupas, ao lado do meu negócio. Um está terminando a faculdade em mecânica, e os outros estudando ainda no ensino médio". Quem não estuda não tem trabalho. Hoje o mínimo é o ensino médio.

As possibilidades são diversas, depois do ensino médio, a depender de cada um e segundo suas possibilidades: *ir direto ao trabalho, montar um negócio ou continuar os estudos na universidade.*

Além da *presença dos pais*, de uma *escola boa*, a entrevistada 8 diz que o resultado dos estudos depende também do "*esforço e dedicação do aluno*":

> Eu não tenho o que cobrar, pois até agora **onde meus filhos chegaram mostra** que o ensino muito bom. Não tem nada o que pedir a mais não. **O estudo vem muito do esforço e dedicação** do aluno, **não é só da escola**. Eu não tenho condições de pagar uma escola prá eles, mas o senhor mostrou sempre uma boa escola para os meus filhos. Eu não tenho o que reclamar.

A **E9** em circunstância de vida não muito favoráveis social e emocionais [ela e sua filha universitária sofrem de depressão e essa última abandonou os estudos por causa disso], dar um conselho as filhas: "*estudem para ter suas casas*" [a entrevistada não tem casa própria]. *Só casem quando tiver um emprego em mãos. Para não ter a vida que eu tive. Antes de fechar meus olhos eu gostaria de ver minhas filhas todas empregadas*". A situação social da família é muito difícil, mas suas filhas são estudiosas: duas estão no ensino médio. Uma delas terminou o curso de línguas estrangeiras em espanhol, no entanto, a mais velha sofre de forte depressão. Algo que parece comum na família.

As dificuldades da **E10**: "*eu não tive oportunidades de estudar quando jovem*", pois minha mãe estava doente "*da cabeça*" e, nesse sentido, "*tive que sacrificar para criar*

*meus irmãos*". Quando retornou ao estudo até a 8ª. Serie tive que parar: "*não pude continuar por causa da depressão*".

A sua filha mais velha – de 23 anos − se sente como a mãe: "*saiu de casa mais cedo, casou cedo, teve filhos cedo. Teve que se virar e a mais nova tem tudo*" (palavras da entrevistada 10 sobre a filha). Não houve outras oportunidades? A entrevistada 10 responde: "*eu nunca deixei que faltasse nada em casa. Sempre fui muito preocupado com isso*".

A filha mais velha cobra da mãe ser mais dura na exigência com a educação dada a sua irmã mais nova, que faz o ensino médio a noite: "*ela tem tudo*". A entrevistada 10 confirma que a filha mais nova "*quer que ela faça tudo. Eu não tenho obrigação de fazer tudo. Ela tem 18 anos*".

A **E11** acredita que ser "***alguém*** *na vida*", ou seja, "*ter emprego que preste e viver [*com dignidade*]*" vai depender do esforço ("*interesse*") do filho. E ele é interessado, diz ela. O emprego é correlacionado ao estudo e esforço, desempenho. Relaciona "não ter estudo" a condição de pobreza: "*eu não tive estudo e as coisas são mais sacrificadas*".

Na perspectiva da **E12** a escola pública é deficiente em relação as exigências da escola particular. E essa diferença se mostra clara, segundo ela, quando a escola pública não dispõe comumente "*tarefas para casa*", e tem uma política de "*passa os alunos*". Com esse motivo, ela justifica fazer todo um esforço, "*apertar o sinto*", "*fazer sacrifício*", para manter os filhos na escola particular. O casal fez uma escolha: ela, manter-se em casa para cuidar da educação dos filhos, e o marido, trabalhar. "*Estamos apertados, fazendo malabarismo aqui e agora para manter a família*". Todos os seus três filhos estudaram em escola particular no ensino fundamental.

Querer os filhos na escola particular é apostar no futuro, "*isso faz diferença no futuro deles*". "*Futuro que nós, eu e meu marido, não tivemos*".

Quando o filho mais velho passou a estudar na escola de ensino médio pública, "*ele já foi com uma mentalidade formada* [inculcada; meu acréscimo] *como o que ele queria para a vida dele, mas as duas meninas ainda estão em formação, portanto, continuaram estudando em escola da rede particular*".

Se para a E1, o mundo vai ampliando-se com experiências no contato com pessoas e instituições – o mundo é positivo e não hostil, − o mundo da E2 é um mundo cheio de perigos, com papeis tradicionais determinados para as mulheres e reafirma-se os papeis masculino tradicionais.

A E1 mesmo com restrita visão de futuro, de conquistas, olha para o presente a se conhecer, aberto: vive o dia a dia de dependência tentando sobreviver pelo trabalho

doméstico, convivendo com pessoas no PAIF, mantendo laços com a filha. O mundo da E2, em outro extremo, está situado numa tensão entre a vida pública, própria dos homens, marcada pela violência e a vida de mulher que trabalha, mas obedecendo as regras desse mundo masculino que ainda a submete. A E3 afirma o papel da família como horizonte norteador dos indivíduos, mesmo sofrendo com o não reconhecimento dos familiares sobre a contribuição dela com o seu trabalho [ela trabalha para fações de roupas e ganha pelo que produz]. O caráter ou integridade dos indivíduos vem da experiência familiares alimentada e retroalimentada, por isso, presa a isso, resta-lhe a firmeza de seu papel na família, basta-lhe ser mãe educadora, apesar de experimentar o trabalho que lhe permite assumir uma outra identidade possível, mas que não se faz esforço em publicizá-la. Esse cuidado todo em permanecer firme no seu papel é para não se deixar contaminar com outras ideias desestabilizadoras da vida familiar. A E4 também presa a um papel dado a ela via experiência mostra-se desconfiada daquilo que não foi testado e provado. Seu marido a traiu com sua empregada, mesmo o achando bom e com certo carinho, mantem-se firme no esforço de manter-se na integridade, agindo conforme as experiencias ensinadas.

A E5 insiste na necessidade de aprender com a vida, as experiências. Não há uma realidade totalmente transparente aos sujeitos, por isso a experiência é um lugar de aprendizagem, aprender com os erros do passado, olhar para o futuro. Reinventá-lo. A Escola é uma extensão da família, mas amplia o campo de aprendizagem para enfrentar os desafios. A E6 diz que há desconfiança entre as pessoas, e a escola deve ser diferente para preparar os seus filhos para o futuro, obter competitividade, e a convivência com as outras pessoas. Mas se descuida com papel da família em acompanhar nos estudos, ensinar forte valores e lembrar o que importa. A E7 lembra que mesma tendo pouco estudo ensinar os seus filhos a serem melhores e se esforçarem. A presença da família pelo exemplo de vida é fundamental. Mas atribui a escola as mesmas funções da família e, portanto, essa postura não amplia e potencializa a capacidade crítica e instrumental das habilidades formativas da escola na competitividade no mundo que ela mesma diz ser “desafiador”.

A E8 diz que o estudo primeiramente vem de casa, essa capacidade de acompanhar e orientar dos pais é fundamental, depois vai se ampliando para a escola dando as pessoas possibilidades que precisam aproveitar: a uns, essas possibilidades as levam diretamente ao trabalho, a outras, essas possibilidades dão as habilidades de montarem seus negócios, e, outros ainda, a escola oferece as habilidades de continuarem seus estudos na universidade. Todos esses caminhos são fundamentais para uma sociedade ampla e diversa, segundo ela.

A E9 como só tem filhas, aconselha, vendo seus aperreios e experiências, a estudar para ter condições de comprar uma casa, e somente se casarem quando estiveram emprego. A postura fortemente independentista do papel da mulher é norteadora desse conselho, pois a entrevistada já sofreu assédio sexual, e isso a marcou, e por causa de problemas de saúde, a depressão, não conseguir orçar voou no trabalho e encontrar um emprego para realizá-la.

E10 conta que sua filha a pressiona a ser dura com a mais nova pelo motivo de não querer que aconteça as mesmas situações que passaram, ela e sua mãe: tiveram que deixar a escola para trabalhar, cassaram cedo e vieram os filhos e os sonhos que tinham não aconteceram. A mãe sonha em trabalhar e ter sua carteira assinada, mas não pode por causa de problemas de depressão. Essa doença causada por uma vida de muitas tribulações. A filha insatisfeita com o trabalho gostaria de ter outra oportunidade de trabalho.

Para a E11 o emprego que o seu filho conseguir para ser "**alguém**" (destacado na sociedade) vai estar atrelado a seu esforço em estudar e a seu desempenho. Esse ser "alguém" da entrevistada está ligado aos critérios da sociedade capitalista. Claro que ela não diz isso explicitamente. Mas "*ser alguém*" está em referência aos critérios da sociedade que está aí posto, não há outros modelos de sociedade no horizonte de sua experiência. A família deve ajuda, a escola deve contribuir, mas o esforço do aluno deve ser o propulsor. Mas, e as condições externas que grau de influência impacto nas escolhas do filho: a situação social de pobreza; a situação familiar de abandono que ela e seu filho sofreram, um horizonte cultural limitado de mundo a sua rua, ao bairro.

A E12 parte de um mesmo pressuposto da E11 em que "ser **alguém**" passa por obedecer a critérios da sociedade capitalista que diz o que fazer para alcançar um futuro promissor. Daí falar que seu filho já *incorporou uma mentalidade* propicia ao alcançar um futuro melhor que o casal não conseguiu. Incorporou as habilidades requeridas pelo modelo de sucesso estabelecido pelo capital. Se os filhos iram conseguir são outra coisa.

**30%** das entrevistadas falam de **experiências e valores como orientadores dos indivíduos**: enquanto a E3 pensa *as experiencias humanas* num quadro orientador de *valores* anteriormente consolidados a conduzir a realização das experiências, a E4 diz que são as próprias experiências que os indivíduos vão tendo na vida que geraram os valores guias. A E5 está convicta que as experiências de qualquer ser humano não são transparentes o suficiente para estabelecer valores orientadores, caberá vivenciá-las e com a ajuda dos conhecimentos familiares e depois escolares os indivíduos poderão escolher seu caminho.

A E3 separa indivíduos/famílias/valores antecipadamente bons de indivíduos/famílias/valores antecipadamente ruis. O resultado disso é uma compreensão que antepõe uma distribuição de bens, serviços e oportunidades feitas anteriormente e, portanto, distribuídas distintivamente entre as pessoas. O bolsa família não era nem para existir. E desperdício e gasto inútil de dinheiro para pessoas que já se sabem preguiçosas e que não gostam de trabalhar com esforço. A E4 ver indivíduos diferentes, uns pobres, outros com mais oportunidades e diz que os pobres são pobres pois não assumem a responsabilidade de esforçar-se no trabalho. Mesmo os jovens não querem trabalhar, querer receber tudo pronto. Ela compreende o lugar importante da ajuda do governo aos mais pobres em forma de uma bolsa, mas eles devem trabalhar. As coisas não devem vir fáceis. Essa perspectiva, por outro lado, só se explica se tiver como pressuposto um quadro de valores anteriores como apresenta a E3. A E4 convida a pensar as experiências vividas, não como boas ou más em si mesmas, mas o quanto elas realizam um bem para indivíduos e familiares, − uma arte da prudência que vai precisar dos saberes familiares e escolares – para perceber as consequências sobre o futuro e, optar. Nesse sentido o bolsa família é importante para ajudar as famílias, mas elas devem ver além, pensando no futuro desde o presente: o que deve fazer para hoje melhorar minha vida e ser proativo.

**20%** das entrevistadas se diferenciam na compreensão **do papel da família na escola**. Enquanto a E2, vista sob a perspectiva da escola, é negligente pois não ensina seu neto a comportar-se, esse é culpado nesse quesito pois dar mais valor as experiencias da rua e não as da escola; a E3 defende que a família é de grande medida importante orientador do comportamento dos filhos/alunos pois configura modos e hábitos que ele deve internalizar. Se o aluno não se acostuma a escola é devido a rua ou a valores familiares destoante aos valores consagrados pela sociedade.

Para a E2 ***a vida sexual*** de homens e mulheres é um papel familiar e escolar: a escola ensina a ler e escrever, ou seja, interpretar, e ajuda seus filhos e netos a lidar com o mundo hostil posto pelos homens. Nesse modo de ver, o peso de educar sobrecarrega a escola. É uma responsabilidade enorme somente da escola. O modelo familiar que a entrevistada tem a oferecer sobre a educação da vida sexual dos filhos e netos é ainda tradicional, dividindo papeis sexuais tradicionais. E, mesmo a rua, ainda é um campo de modelos de hierarquizações onde predomina as tradições masculinas. A E3 defende ***a educação sexual*** como do âmbito familiar que deve preponderar e orientar a vida pública. Ensinados determinados valores sobre a vida sexual, por consequências, os filhos e netos devem viver esse modelo de identidade posto na família. Na verdade, o círculo da aprendizagem da sexualidade é muito mais amplo e

não é restrito como quer a E3. Querer limitar a família as orientações sobre sexualidade e impedir o aspecto relacional. A entrevistada 3 fala na perspectiva de avó que cuida da neta, pois não tivemos acesso a perspectiva da mãe sobre educação sexual da filha. A avó crítica a ex-nora por ter pensamentos destoantes e, portanto, isso gerou na cabeça da neta confusão sobre diversos assuntos, sexualidade, trabalho, empenho.

**40%** das entrevistadas acreditam que **a educação familiar deve ser ampliada com as informações recebidas da escola**. Escola e família devem chegar junto enquanto está em jogo a vida escolar e futuro dos alunos. A E5 diz que os alunos precisam aprender a pensar com as informações ditas na família e escola. Ver possibilidades diversas sobre suas vidas e trabalho. Também é o que pensa a E8 ao dizer que a educação, familiar e escolar, pode levar o aluno através do esforço e dedicação, a diversas possibilidades: emprego, montar um negócio próprio ou seguir a universidade, ampliar seus conhecimentos. A E7 aposta no acompanhamento familiar bem de perto (como também acredita a E8) dos filhos nos estudos e nos afazeres domésticos, parte também da educação. A E6 diz que a escola deve preparar os alunos para um futuro melhor, mas precisa se modificar para atender aos desafios das novas exigências tecnológicas e lidar com os problemas que os alunos trazem da rua. A E6 diz que se descuidou dos filhos e isso lhe trouxe problema nos estudos na escola.

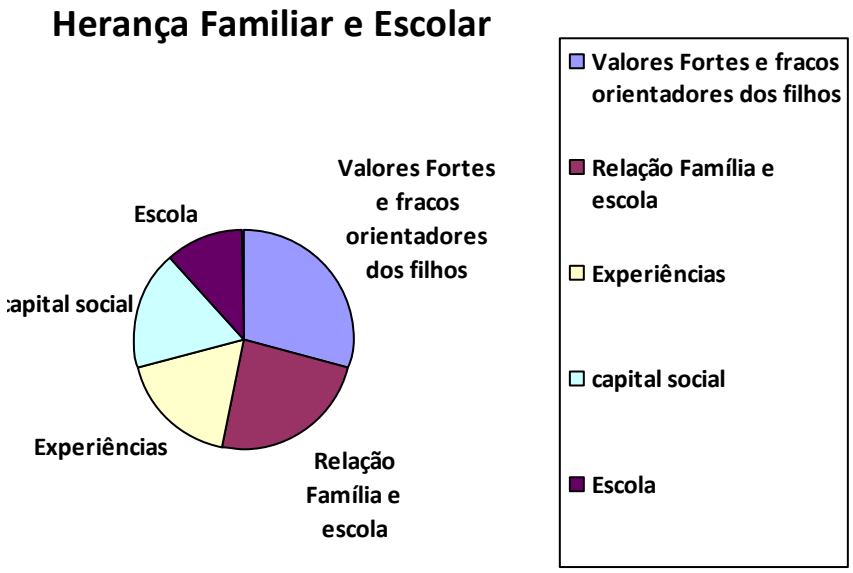
Se a E5 fala também desse problema da ***rua***: muitos jovens preferem a vida da rua, das drogas a E6 chama a escola a repensar esse espaço da rua. Trazer para a escola. Mas a E6 tem problemas em lidar com esse espaço que lhe produz desconfiança. Para a E3 as famílias devem cuidar para que seus filhos e netos não queiram se misturar com “pessoas erradas” (da rua) e, com isso, se contaminar com valores da rua. Isso teria um impacto negativo quando não lhes levariam a se distinguir nos valores comuns da sociedade. A E4 também se coloca que a rua é lugar das pessoas não confiáveis e sem caráter, lugar do fazer coisas erradas, como viver na preguiça e sem trabalho. A E5 também tem desconfiança do lugar rua que ela caracteriza como um mundo sem futuro para os jovens. O mundo das drogas. Por isso que o remédio para os jovens não quererem a rua é a família e escola estarem juntas, agirem juntas. Para a E2 a rua é o próprio mundo da violência (física, sexual etc.), das distinções entre aqueles mais forte, os que mandam e os que obedecem. Não é lugar de mulher. Seu único papel é a preservação e fuga destes lugares próprios da masculinidade.

**10%** das entrevistadas acreditam que **a família deve gerar uma mentalidade nos filhos** sobre o que é estudar e esforçar-se para obter sucesso na escola e no trabalho. A escola pública não é capaz de gerar esses valores pois ineficiente nas atividades pedagógicas.

A **E11** dizer que “ser alguém” depende do empenho do aluno, que a família deve ajudar e a escola, a desenvolvê-lo. Mas deve partir do aluno.

Recolheremos abaixo alguns dados ***sobre a relação Herança familiar (transmitidas) e escola (ensino-aprendizagem)*** sem intenção de esgotar o assunto encontradas nos discursos das beneficiadas do Programa Bolsa Família de forma, agora, as aproximar traduzidos na apresentação de valores fortes e fracos orientadores da família para os filhos, como deveriam ser a relação família e escola, a importância da experiência para os estudantes, o capital social como meio facilitador social e, enfim, o papel da escola.

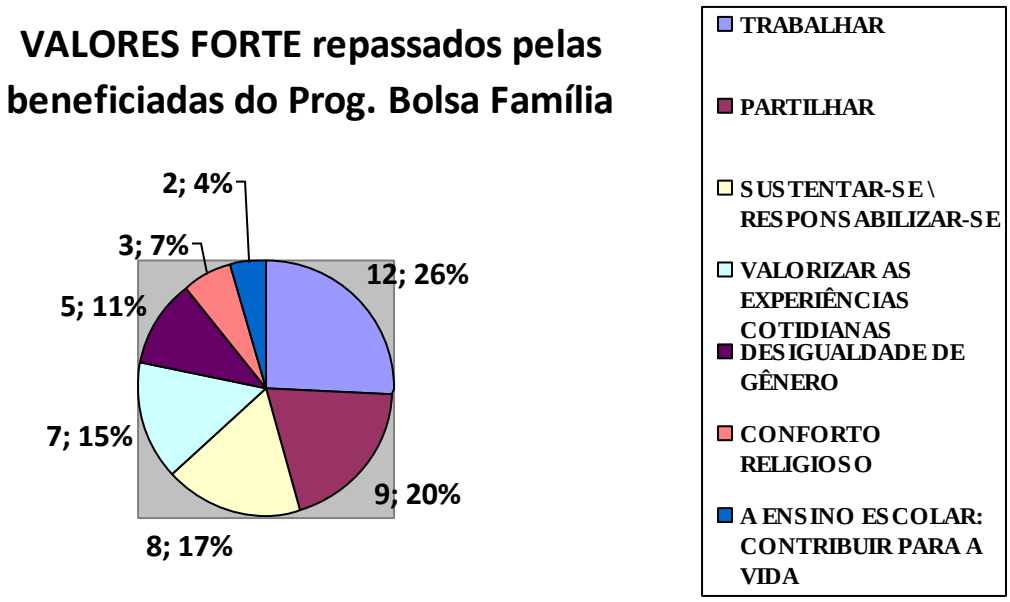
**Gráfico 17 - Herança familiar e escolar**




Fonte: produzido pelo autor (2019)

As entrevistadas que participam do Programa Bolsa Família, revelaram a *importância de “fortes valores orientadores para os filhos” como forma de diminuir as condições desfavorável da pobreza*; também são lembrados os “*valores fracos*” que ainda encontram dificuldades de se verem presentes em suas vidas e orientando a vida em família e em sociedade.

**Gráfico 18 - Valores fortes repassados pelas beneficiadas pro Programa Bolsa Família**

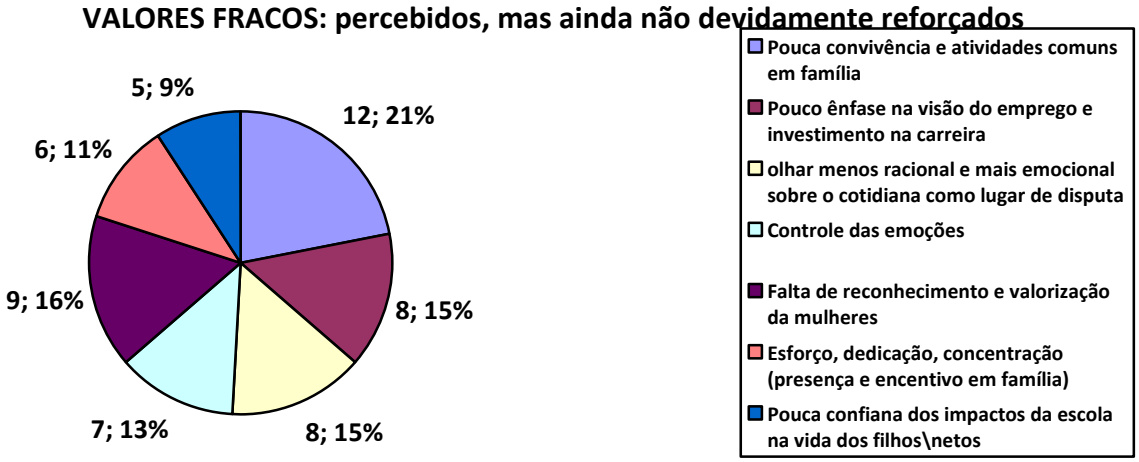



Fonte: produzido pelo autor (2019).

Para as entrevistadas é um valor importante manter os filhos e netos preparados e ativos para a vida de trabalho (**26%**). O *trabalho* é um importante sinal de dignidade (reconhecimento) entre os pobres e fator de sustento familiar. Os preguiçosos e exploradores da boa vontade dos outros não são bem vistos. No entanto a ideia de *emprego*, com uma carreira, que deve ser fomentada pelo investimento nos estudos a longo prazo, ainda está sendo fortalecida no meio das beneficiadas do Programa Bolsa Família. Nesse sentido ainda é um valor fraco; para **20%** das entrevistadas partilhar, dividir conhecimentos, objetos materiais e, mesmo, ajudar mútua em um serviço na comunidade (ativar a solidariedade) são fatores que diminuem a força das condições desfavoráveis na vida cotidiana; para **17%** das entrevistadas r*esponsabilizar-se individualmente* pelas suas ações e, por exemplo, conseguir sustentar sua família todo dia apesar das dificuldades é um sinal de dignidade. No entanto a ideia de *fracasso individual* (não dar conta dos desafios da vida) é visto negativamente, como se dependesse somente da força e vontade pessoal e não vista no contexto ampliado das disputas da vida, da distribuição desigual e diferenciadas de oportunidades; para **15%** das entrevistadas as famílias devem ser sábias em ajuda os filhos e netos a ler as experiências da vida com sabedoria (leitura pragmática da realidade). Ou seja, "aprender como a vida é realmente" (crua, difícil) e que se deve lutar para tentar vencê-la de algum modo. As oportunidades são restritas e mesmo a escola e seu ensino, como suporte de ajuda, exerce uma influência de impacto real, restrita. Expressa-se um valor fraco (confiança) que a escola tenha

força de mudança frente as condições de vida dos filhos e netos; para **11%** das entrevistadas há uma percepção clara que não são reconhecidas, naquilo que fazem e mesmo em seus trabalhos, pela família. Vivem muitas delas situadas em relações de violência e da negativa de reconhecimento por seus companheiros, filhos/netas. Portanto, muitas delas continuam reforçando padrões machistas, mas percebe-se caminhos de despertar para uma nova postura. Esse fator é um valor forte que é repassado na vida dos pobres, por isso que é um valor forte, mas negativa, pois atrapalha a melhoria das condições de vida dos pobres. Impede, por exemplo, parcerias entre os homens e mulheres. Esse valor negativo, infelizmente, está embrenhado na família, na escola e na rua; para **7%** das entrevistadas a presença das igrejas e do conforto que essas passam diante da vida dura as fazem escapar dum pessimismo sem volta. As igrejas dão esperança. No entanto esses espaços religiosos não são vistos com mais criticidade avaliativa de suas posturas e valores pelas entrevistas. As ideias religiosas recepcionadas às cegas podem ter uma influência nefasta no espaço público, como por exemplo, reforçar determinadas posturas e regras sociais como inaceitáveis socialmente. No governo Bolsonaro estamos testemunhando que valores religiosos estão guiando as escolhas de quais filmes podem ou não receber recursos do estado, a depender de sua postura. O critério é uma moral religiosa e não pública; para **4%** das entrevistadas acreditam que a escola contribui na criação dos seus filhos e netos muito positivamente, mas essa contribuição, como dito acima, é para aprenderem a viverem e, poucas se dão conta que precisam participar mais da escola e exigir uma nova postura pedagógica que preparem os filhos e netos para disputarem no mercado de trabalho.

**Gráfico 19 - Valores fracos: percebidos,, mas ainda não devidamente reforçados**




Fonte: produzido pelo autor (2019)

Para **21%** das entrevistadas falta ainda reconhecer a importância da presença dos pais na vida pessoal dos filhos\netos, incentivar atividades comuns realizadas na família, estabelecendo laços de aproximação e confiança como também acompanhamento escolar mais de perto. Esse valor pouquíssimo desenvolvido não se tornou realidade devido a diversos fatores, dentre eles a necessidade de sustento da família, como uma prioridade máxima, nos quais os pais devem ausentar-se. Relações emocionais pouco trabalhadas que se tornam claras nos diálogos familiares pouco amistosos, nível educacional dos pais e falta de clareza em que direção os pais devem encaminhar a educação dos filhos. Acrescente-se a isso a preocupação das mães e avós com a presença crescente dos filhos e netos nas ruas, soltos, desprotegidos e sem orientação adequada, no lugar de estarem em casa ou escola, possibilitando o perigo real de envolvimento com drogas e o tráfico;

**16%** das entrevistadas se veem no papel de agentes de unidade na família (papel da mulher tradicionalmente apresentado), de proteção dos filhos, mas quando, por exemplo, a mulher trabalha, ela não se sente notada por outros como uma profissional devidamente contribuindo na casa. Ela percebe os outros a tratando como guiadas por relações emocionais; seu trabalho é secundário diante do trabalho "fundamental" do marido ou dos filhos no sustento da casa. Ou, nas relações amorosas ela deve se anular diante das necessidades sexuais do marido ou, mesmo aceitar ser desqualificada pessoalmente quando a ele aprouver ou, capaz de receber o parceiro novamente mesmo quando a causa é a traição. Esse fator é um sério empecilho para o crescimento psicoafetiva e social da família e repercute negativamente na capacidade de solidariedade familiar;

**15%** das entrevistadas sabe que a vida é dura, as coisas são difíceis de serem conseguidas e que uns tem mais acesso que outros a determinados bens e serviços é uma situação mais do que clara. Mas difícil é estabelecer relações entre essa realidade e produzir explicações sobre a origem da desigualdade. A dificuldade maior na elaboração de uma explicação que exponha a origem da desigualdade é uma percepção psicológica, quase natural, dos mais pobres sobre sua realidade. Não perder tempo no aprofundamento racional das origens de uma explicação "porque as coisas são assim para minha vida". As entrevistadas se culpam por muitas falhas, por não poderem ter feito diversas coisas como planejadas (visão psicológica/individual/solipsista), mas não se aprofundam nas condições objetivas que as fazem encontrar-se com essas limitações e não conseguirem realizar seus objetivos: distribuição desigual dos recursos;

**15%** das entrevistadas o trabalho é fundamental, − o importante é o sustento pessoal e familiar − mas perceber que deve investir numa carreira, com emprego específico,

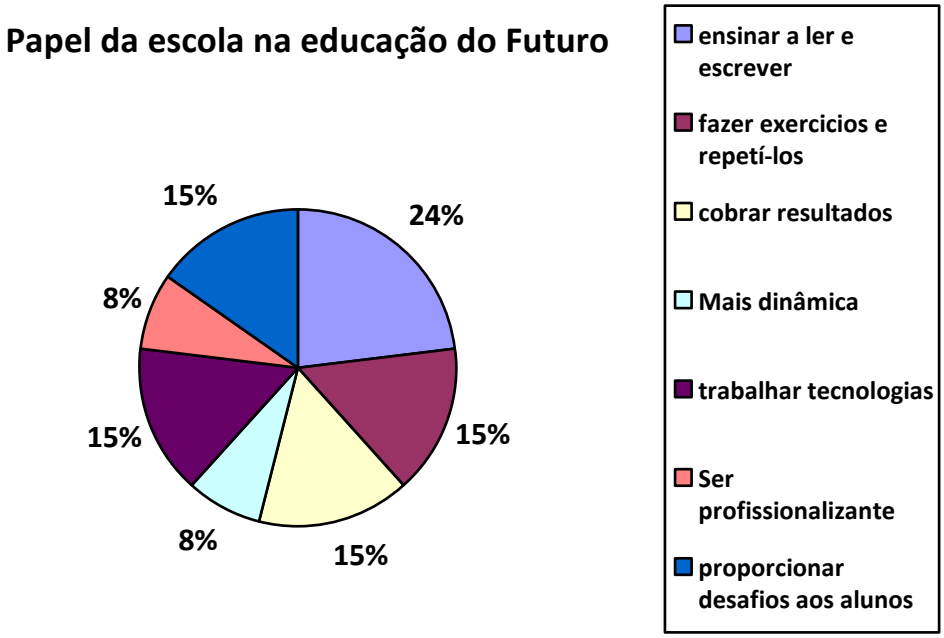
que vai lhe exigir esforço nos estudos, gasto de tempo, dedicação não faz parte ainda do seu horizonte. Esse sonho (carreira e emprego como um horizonte pensável e viável), na avaliação delas, ainda não é possível e exequível. Pois a vida não é fácil e essa tarefa é difícil. Como a visão destas ainda são personalistas – entre o horizonte e a possibilidade real há riscos, seu dever é avaliar os ganhos e perdas diante de suas possibilidades de fracassar – as mulheres não veem que os recursos educacionais também são limitados por outros (elites) e, consequentemente lhes seriam difíceis, arriscar. A tendência dessas mulheres: ficarem presas as suas possibilidades e realidades cotidianas próximas. A consequência na educação dos filhos e netos são de quererem apostar no trabalho (numa possibilidade à mão) e não numa carreira (que exigem aposta, risco e dedicação);

Para muitas escolas a reclamação é que os filhos/netos se deixam mover em suas ações por destempero, falta de controle sobre o que ouvem ou fazem contra eles (**13%**) na escola. Para as escolas, antes de agir, pensar e decidir a melhor ação. As emoções também são afloradas no meio familiar e cotidiano do bairro. Muitas vezes os filhos/os netos provocam situações de violências por falta de controle da razão. Na verdade, é quase uma exigência da escola que a razão ganhe espaço no lugar das emoções ou, pelo menos, elas sejam controladas. Pensar antes de agir são procedimentos exigidos no trabalho, por exemplo. São exigências do mundo do capital;

**11%** das entrevistadas escutam da escola a reclamação que a família deve repassar saberes como, "o seu filho precisa se *concentrar* para *aprender*, *dedicar-se*, ficar parado". O capital também precisa de pessoas dedicadas em aprender coisas, gastar tempo, concentrar-se. Há outro valor fracos, que não são ensinados, como a disciplina na família. A questão é dupla: nem a escola oferece oportunidades diferenciadas para esse aluno, adequadas as suas características, como na família não há convivência adequada e qualificada para repassar esses valores;

**9%** das entrevistas não reconhecem a escola como capazes de propiciar as condições de aprendizagem capazes de preparar os filhos para a concorrência. Elas ensinam a ler e escrever, oferecem noções que ampliam as orientações para a convivência social. Elas acreditam que a escola prepara para torná-los gente, conviver com outros e noções para o trabalho. Percebem um déficit no ensino escola (na escola pública), que não prepara seus filhos e netos para a concorrência nos vestibulares em pé de igualdade com os mais potencialmente preparados. Muitas vezes reclama que as contas raciais revelam justamente esse déficit.

**Gráfico 20 - Papel da escola na educação do futuro**

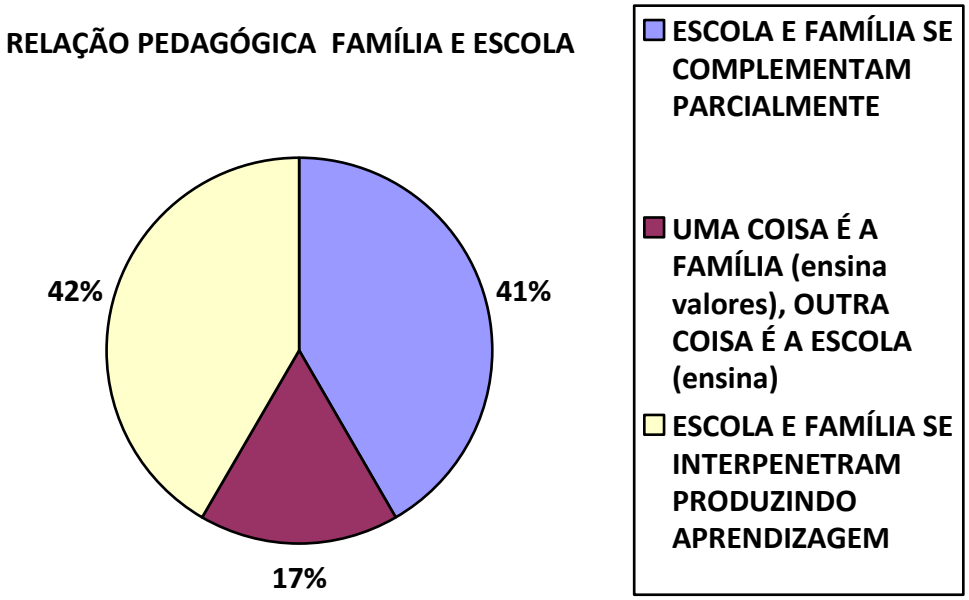



Fonte: produzido pelo autor (2019)

Para as entrevistadas as escolas públicas fazem seu **papel educativo** dentre das possibilidades quando *completam* o conhecimento com o saber (valores) aprendidos na família (visão de **41%**) ou, quando a escola fica restrita a somente instruir cabendo a família repassar valores (**17%**) ou, quando a escola faz o papel de discutir a vida, problematizando-a e a vida, retorna a escola colocando outros problemas para o ensino (**42%**). São, portanto, três visões de relações escola e vida em disputa.

A primeira *visão* é a mais *tradicional*. É a escola que temos hoje. A segundo *visão* é mais *reacionária*. Impede o fluxo de saberes e suas trocas entre escola e família e dar prioridade e controle totalitário a família ou grupos hegemônico civis e religiosos, como por exemplo "a escola sem partido". Possibilita controle social. A terceira *visão* ainda que desejada é *um projeto a se fazer*. As entrevistadas só desenham esse *contexto utópico* com poucas linhas (cf. **acima**: *papel da escola na educação do futuro*), mas não sabem como atuar ao certo. E mesmo elas se sentem não incluídas na escola. Ainda há muitas desconfianças entre ambos (família e escola) a serem resolvidas. Muitas delas ainda misturam a visão tradicional com essa visão utópica. Mas sabem que precisam mudar. No entanto essa terceira visão carrega problemas, a saber, no geral, falam que a ***responsabilidade*** de estudar e tirar boas notas, como papel exclusivamente dos alunos (reforçam a meritocracia), anulando a responsabilidade da escola, da família e da influência das políticas econômica sobre a vida social que impactam as condições de aprendizagem.

**Gráfico 21 - Relação pedagógica família e escola**




Fonte: produzido pelo autor (2019)

Nas conversas que tivemos com as entrevistadas e alunos, saber "*ler e escrever*"[169] é uma condição com a qual assegura avanço as futuras gerações em relação a atual geração. O significado mesmo é poder interpretar a realidade com outros olhos. Mesmo que impere uma visão tradicional sobre o mundo (o que está aí, um dado) se espera da escola operar uma mudança – formativa – nos filhos e netos que lhe possibilitem mudanças além daquelas experimentadas pelos seus pais. É uma esperança, pois como vimos há "no fundo" a crença que a escola, para os pobres, é para somente tornar-se "gente" (contrário de ser hostil e violento). A inclusão no mundo social de convívio do aluno com outros. Assumir a postura do emprego, por exemplo, como um projeto de longo prazo a ser desenvolvido e implicando riscos ainda é um valor fraco a ser desenvolvido. Portanto tornar-se gente (contrário a anarquia da rua) é um objetivo mais viável para os pobres, que é jogado como responsabilidade pelo Estado à Escola. E, essa tarefa, evidentemente, não oferece a escola e professores nenhuma mínimas condições de formação que foge ao escopo escolar. O Estado está repassando funções da família para a escola: agora ela trata de quase tudo. Até formar, preparar para a vida, cuidar das emoções dissonantes dos alunos. Os pais estão cansados e sobrecarregados com a imposição (implícita) do mercado capitalista para renderem − e mesmo desempregados, por causa do mercado estão se sentido cobrados por terem falhados

[169] Vamos tomar somente esse item [aprender a ler e escrever] como mote para discutir as possibilidades das entrevistadas legarem aos seus filhos e netos algumas respostas para saírem de sua condição de pobreza. Incluindo aí a questão da escola.

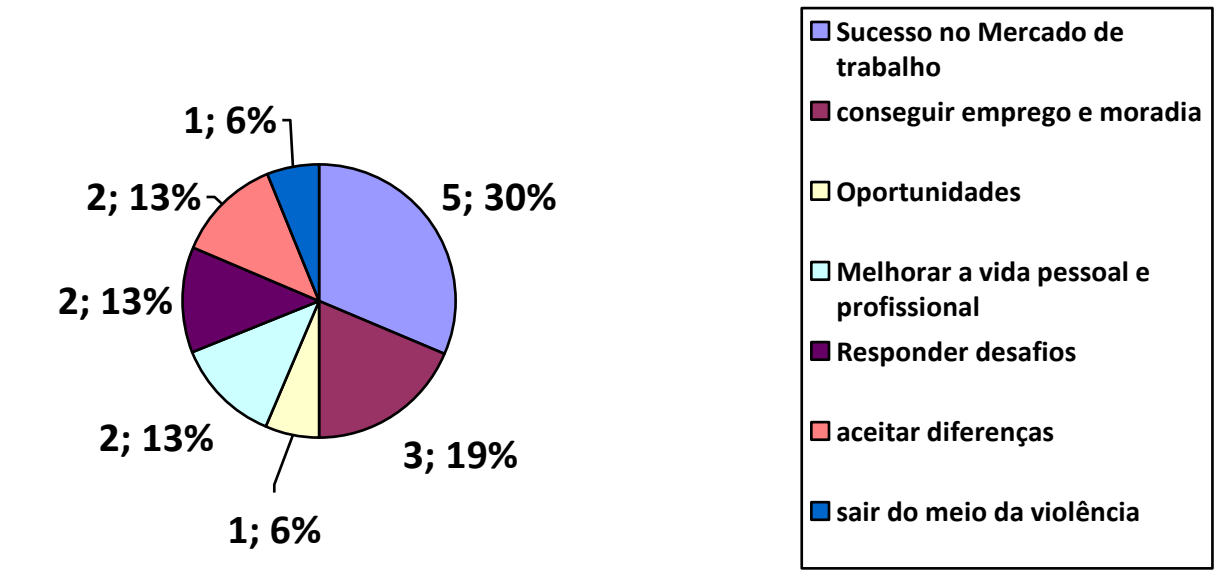
com suas famílias, com seus sonhos e sociedade (não serem úteis) − e se afastam também da função de serem pais. A família enfraquece-se na capacidade de gerar solidariedade, esperança e coesão pela experiência de se sentirem pressionadas a serem alguma coisa (posto pelos valores sociais e mercadológico) que elas mesmas e, por suas condições sociais, não podem oferecer. E, por isso, as próprias mãe – ainda imbatíveis na proteção dos filhos e da família – estão também recuando, perdendo forças, pois também sobre elas são impostos muitos desafios que não estão conseguindo absorver. Estou me referindo as mães e avós simples que precisam lidar com pressões sobre elas mesmas e sobre seu papel na família. São essas e outras questões da sociabilidade humana e familiar que reduzem o avanço dos mais pobres sobre uma vida mais autônoma, que precisa de reflexão e decisão, mas que também se encontra frágil em termos de coesão família e de apoios externos, como é o caso de redistribuir alguma renda na sociedade. A redistribuição de renda, como segurança social, reduz a pressão social sobre a família e dar-lhe mais espaço para agir.

A própria escola – estou falando de professores e gestores que se encontram perplexos − verdadeiramente, está no escuro quanto a seu papel de educar os indivíduos e grupos em sociedade. O próprio papel de uma escola para o futuro, como assinalado acima, posto por diversos especialista e por nossas entrevistadas se pautam pelas orientações do mercado. É quase o modelo único sobre o qual se realizar a reforma (mudanças estruturais) nas relações de ensino-aprendizagem na escola. Se formos pensar uma escola para o futuro o mercado de trabalho deveria ser uma das visitas que deveriam ser feitas para ajudar a definir pedagogicamente o ensino-aprendizagem de uma escola do futuro. A vida mesma dos alunos, dos pais, da família, da sexualidade humana e gênero, da rua, do mercadinho, dos conflitos raciais e tecnologias dentre outras, deveriam ser incluídas e discutidas livremente pela escola (comunidade escolar) do futuro.

Que nova escola do futuro será essa se não for restabelecida minimamente a condições de redistribuição de renda para sustento digno das pessoas e melhoria da aprendizagem? Redistribuir renda é fator clássico que incide no melhor aproveitamento dos saberes estudados pelos alunos e tornar-se-á a condição política com a qual produzirá reconhecimento social (pois há um imperativo de inclusão) e cidadania. Mas, alguma forma de resistência ou capacidade de resposta dos pobres, não são avistadas no horizonte. Esse é ainda um valor fraco de nossas entrevistadas, presas ainda aos acontecimentos da vida cotidiana. Mas, observável nas entrevistas uma tensão que pode ser criadora: as entrevistadas estão se questionando, por exemplo, sobre seu papel de mulher na sociedade. Podemos

afirmar com isso que esse anseio pode ser repassado para as gerações seguintes para fazerem elas as mudanças cabíveis de um futuro mais inclusivo.

**Gráfico 22 - Resultados esperados da relação habitus familiares e escola**




Fonte**:** preparado pelo autor (2019)

É uma forte torcida das **entrevistadas** quererem testemunhar seus filhos e netos nisso que chamamos de o "*sucesso*" (mais conhecido com a expressão "*vencer na vida*", "meu filho chegou lá") – estejam preparados – para concorrer no mercado de trabalho (**30%**) e que, portanto, consigam o emprego sonhado e suas casas próprias (**19%**). Vida pessoal e profissional deverá melhorar (**13%**). Esse entrelaçamento adequado possa ajudar seus filhos e netos a estarem prontos a responderem os desafios trazidos pela vida (**13%**). Ajudem a viverem no mundo de respeito as diferenças (**13%**) e da não violência (**6%**).

Diante desses anseios das entrevistas duas tarefas se formam: as tarefas do *emprego/trabalho* (**49%**) e da *melhoria da sociabilidade humana* (moradia, aceitar diferenças, sair do mundo da violência, responder aos desafios da vida), **51%.** Avaliando de perto as relações entre herança familiar repassada aos filhos e netos e escola encontramos numa situação de pessimismo: tanto a família como a escola estão em crise profunda avaliando seus papeis. As condições não apontam para a melhoria desses indicadores ou anseios. São diversos os sinais que fortalecem esse pessimismo e dentre as quais falamos

acima. O desemprego crescente na atualidade reforça a pressão negativa na família e as jogam no subemprego com consequência aumento da pobreza e desigualdade social; a inclusão dos pobres em novos lugares de saberes na escola, como aprender trabalhar em equipe e de forma colaborativa ainda é um anseio e não realidade. A inclusão e uso adequado das novas tecnologias também são desafios. E, o maior dos desafios, saber operar saberes e aplicá-los na realidade é também uma realidade distante do chão da escola.

Acima, vimos os desafios do papel da herança familiar e da escola para construir uma nova civilização que aposte em formar pessoas para os demais e não para o capital. Logo abaixo vamos discutir a família e as condições de pobreza que lhe envolve.

### 4.4.2 Família e Pobreza[170]

A **E1** identifica um importante suporte para a vida de sustento no dia-a-dia das famílias pobres e miseráveis, que chamamos de *capital social*[171]. Ela está falando de partilhar o que se tem entre os semelhantes que passam alguma necessidade; fala da mútua ajuda. O *capital social* é essa capacidade de indivíduos, famílias e grupos partilharem bens relevantes que possuam para o benefício comum, manutenção da vida e suporte psicossocial. Ela cita a família como o principal suporte. Cita secundariamente os vizinhos, "*que se ajudam*", apesar dos cuidados que se deve ter para que não se intrometam na vida alheia ("querendo dar conta da vida dos outros").

Uma outra questão relevante é o *contraponto* pobreza e riqueza: rico é aquele que tem "uma casa e um emprego". Pobre é não "ter nada". O emprego, a casa são suportes de segurança, proteção. Não ter nada significa a desproteção. A entrevistada não tem uma casa dela, vive com a filha num "quarto/casa" pequeno, sem privacidade, bem próximo ao muro do metro. Mas ela completa que essa desproteção pode ser minimizada pela mútua ajuda, a partilha. A partilha ou a **reciprocidade** é um dos aspectos que fazem parte do conceito de re***distribuição***[172].

---

[170] No apêndice encontra-se a disposição o quadro de referência 3 que dá suporte material as interpretações que se seguem sobre a relação família e pobreza.

[171] Sobre a história do capital social recorrer a SANTOS, Fabio Franklin Storino dos. Capital Social: Vários conceitos, um só problema; Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003.

[172]Antes da grande transformação que a sociedade ocidental apresentou com o capitalismo, os indivíduos e grupos sociais baseavam as suas economias na reciprocidade como forma de redistribuição de renda e, portanto, não eram aspectos de utilidades (racionalidade meio e fim) e maximizadoras de lucros que orientavam essas sociedades. Cf. POLANIY, Karl. A grande transformação: As origens políticas e econômicas de nosso tempo' ", Elsevier, 2011.

Redistribuir na forma de ***reciprocidade*** ou na forma ***emprego***? Quais desses caminhos resolveriam o problema da pobreza.

Numa sociedade de mercado prefigurada num sistema rentista (viver de renda e não de produção de bens), com quer o capitalismo financeiro atual, seu resultado para a sociedade é a concentração de renda. E o emprego deixaria de ser relevante, como uma opção a redistribuição. Mas, por outro lado, com a crise civilizatório construindo barreiras entra as pessoas a tendência é ficar as relações entre pessoas mais fragilizadas. Fragiliza o sistema de partilha entre famílias.

Resta a criação de Programa Sociais mantidos pelos governos. O problema é que esses programas estão cada vez mais se burocratizando (são determinações de funcionários); precisariam, para se revitalizar, devolvê-los a política, ou seja, a rediscussão no país de qual redistribuição queremos ver estabelecida na sociedade brasileira. Que não se mostra exequível num horizonte próximo já que a política econômica atual é de visão "culturalista racista"[173] e de um empobrecido liberalismo[174].

Mas a entrevistada 1 aposto que o trabalho, na figura do emprego, assalariamento, faria o papel de distribuição de ***recursos*** para os mais pobres com mais eficiência. Mas os dados do desemprego estão aí para mostrar que essa opção está sofrendo retrocesso pois não estamos nos dirigindo para pensar o crescimento econômico desde um projeto político de Brasil. A entrevistada 1 ainda reclama do valor do programa bolsa família é "muito pouco para ajudar a família".

A **E2** contrapõe *saúde* à *doença*. *Riqueza* à *pobreza*. Esse contraponto é visivelmente justificado quando sua filha é doente, merecendo dela preocupações sobre o seu futuro e sonha com um rapaz que queira se casar com ela e, assim, *a sustentar*.

> "A minha família é tudo para mim. A minha família é pouca. Minhas filhas e netos [Diz que vai falar]: para ficar mais feliz eu gostaria que Deus colocasse uma pessoa na vida de minha filha doente [a mais nova], cuidar dela quando eu faltar. Eu me preocupo mais com ela do que com a minha outra filha,"

**Ter saúde** é possuir força para trabalhar e obter dinheiro para colocar comida à mesa (sustentar). Para a entrevistada 2 a saúde revela uma condição *básica* de independência,

[173]SAKAMOTO, Leonardo. Propostas do governo Bolsonaro abandonam jovens pobres à própria sorte. Disponível em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2019/02/08/propostas-do-governo-bolsonaro-largam-jovens-pobres-a-propria-sorte/?cmpid=copiaecola>. Acesso em 05/04/2019. Também Souza, Jessé. A elite do Atraso: da escravidão a Bolsonaro. Edição revista e ampliada. Estação Brasil, 2019

[174]BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Bolsonaro, o liberalismo político e a democracia. CartaCapital, 21.3.2018. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2018/fevereiro/18.02-Bolsonaro-Liberalismo.pdf Acesso em 11/04/2019>. Acesso em 05/04/2019.

autonomia – ter força através da saúde para trabalhar e obter dinheiro − frente a outros, sem essa condição que permita viver com saúde para poder trabalhar. A doença, produzida por situações de pobreza, incorporada numa pessoa, revela um quadro de exaustão, de perda de forças que impede as pessoas de trabalharem[175].

Mas a entrevistada vai se guiando no raciocínio a perceber que a doença, na realidade, é uma situação gerada pela pobreza que impossibilita as famílias da possibilidade de sustentar a família pelo trabalho. Se a saúde é uma *condição natural* para possibilitar trabalho. O trabalho é *condição primeira* para gerar autonomia e independência as famílias financeiramente.

Numa situação de dependência, a entrevistada está se contrapondo à filha: ela cuida de crianças, faz faxina, criou as duas filhas sem um marido e a filha, doente. Impossibilitada. Dependente de um outro. Daí que precisa de um marido com saúde e que trabalhe para sustentar a família.

Por trás dessa situação envolvendo mãe e filha como símbolo do problema da pobreza (e, em outro modo, da dependência da mulher ao homem[176]) expõem-se a própria condição do pobre: foi-lhes retirado historicamente sua condição de oportunidades. A filha num diálogo exemplar diz à Mãe que a explicação para a existência de pessoas que tem mais que outras é "outras famílias ***tem tudo***", por isso "***há falta, né***". A causa da pobreza é a concentração dos bens necessários a vida nas mãos de poucos. Essa condição concentradora repercute em pobres doente fisicamente ou psiquicamente, materialmente ou culturalmente. Evidentemente tanto a mãe, como sua filha, fica nisso: "*outras famílias têm tudo*". Mas o que fazer com esse conhecimento[177] é que poderia ser uma oportunidade para se encontrar saídas para o problema da pobreza, mas a entrevistada 2, ainda não avançou nesses saberes. A causa da existência do machismo, de relações de dependência da mulher, e da própria imposição

---

[175]ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. Condições socioeconômicas em saúde: discussão de dois paradigmas. Rev Saúde Pública. Faculdade de Odontologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/2008nahead/6411.pdf>. Acesso em 11/04/2019. Esse estudo oferece dois paradigmas para entender como se deve tratar o problema da saúde do mais pobres: "Um dos paradigmas é referenciado por medidas de prestígio e diferenciação positiva entre os estratos sociais, como classificações baseadas em capital social e no acesso a bens e serviços. [ou seja, as causas da saúde em indivíduos e grupos sociais é que esses puderam desenvolver todos as suas vocações e potencialidades individuais]. O outro é referenciado por classificações envolvendo privação material e diferenciação negativa entre os estratos sociais, e envolve a proposta de reposição aos segmentos populacionais mais afetados pela privação pelo Estado [ou seja, a privação material pode ser causa e consequência de dificuldades no acesso a melhores condições de saúde].."

[176]A leitura que fazemos das falas é de um implícito, não tematizado, com valências positivas e negativas influenciado pelo horizonte da cultura moderna em luta social alimentada pelos problemas de gênero.

[177]Cf. o documentário A Ponte. Disponível em: <https://youtu.be/Rs0mbQBddag>. Acesso em 22 de maio de 2019.

masculina e de controle sobre a mulher perfeitamente visível nas relações patriarcais (conferir no quadro sobre os processos educativos em relação a entrevistada 2 e as explicações sobre a questão da relação entre gêneros).

A entrevistada 2 apresenta exemplo de cooperação e partilha entre os pobres, apesar que também reclamam da interferência dos vizinhos curiosos.

> Me dou com minha sogra. [A filha dela, casada, trouxe uma porção de café vindo da sua sogra. Há trocas constantes de benefícios, ajuda, entre a família (...)[178]]. Quando minha filha está doente, ela fica destruída, uns trazem água de coco, outros trazem um caldo, um suco. Outros vizinhos, fazem fofocas, olhando a vida alheia.

A ***E3*** reforça a ideia do trabalho, da responsabilização em usar as potencialidades e esforço pessoal como valores ensinado pela família: são qualidade que invadem e integram (configura) o todo da pessoa. Os filhos devem procurar ser coerentes com esses valores. Não ser responsável é devido à má internalização do ensinamento ou influência de outra cultura que se mostra nefastas.

A entrevistada revela como o valor do trabalho a constituiu:

> Eu tenho 57 anos. Desde que eu me entendi no mundo que eu trabalho. Pois eu com ***três anos*** de idade minha mãe deixava sozinha cuidando de minha irmã menor e ia por roçado trabalhar. Prá colocar fogo no feijão eu me atrepava em cima de um banco pra colocar os paus de lenha embaixo da panela. ***Com 7 anos*** de idade eu torrava café, eu trabalhava na roça. Eu botava água em casa e ainda cuidava dos meus irmãos. Eu digo prá [minha neta]: eu ***com dezesseis anos*** já era uma cozinheira profissional. E tu mal sabe fritar um ovo. Aí ela responde: vó os tempos eram outros. Neste tempo o povo ***tinha vergonha***. Hoje não tem mais. E aí de não fazer. Porque ele levava era peia. ***A [minha neta] não faz nada.***

A antípoda do trabalho, da humanização, diz a entrevistada 3, é *a preguiça*, é *acomodação* que se expressa na vida de sua ex-nora: "Não sei se terminou o ensino médio, não. *Ela não trabalha. Em que? Em que? Só vive do dinheiro do governo (rindo). Por isso que eu digo, o povo é morto de preguiça".* Sua neta como veio só depois morar com avó, está contaminada com essas influências da preguiça *("A [minha neta] não faz nada").* Com essa explicação (cf. quadro: processo educativo e explicação sobre a entrevistada 3) podemos agora compreender a distinção da entrevistada entre pessoas, famílias, grupos sociais que a entrevistada faz. De um lado os "***pobres de espírito***" e "***os pobres materiais***". De outro "***os ricos em espírito***" e "***os trabalhadores"***. Os pobres são pobres materialmente porque preguiçosos.

[178]Notas no Caderno de campo 05 de dezembro de 2018.

> ***Ser pobre***, prá mim, é a pessoa ser pobre ***de espírito***. (...) Não sabe receber ninguém, não sabe falar com as pessoas, não sabe o que é humanidade, na hora que precisa, não sabe ser humano. Prá mim, isso é a pobreza. (...). Sobre essa ***pobreza material*** eu sou bem radical. Eu sei que existe a pobreza material, mas sei que existe preguiça, demais. Pois as pessoas não querem trabalhar. Tem muita gente que eu conheço que não querem trabalhar. Muita gente que ***recebe essa ajuda do governo*** que tem aquilo alí, ***como tábua da salvação***. Que não lavam uma roupa (...) [que não] rapa mandioca. Plantar, capinar. E ***as mulheres*** não vão fazer isso. Pois todo mês elas têm ***aquelas migalhas, aquela esmola que o governo dá***. ***A ajuda do governo os faz preguiçosos***. ***Pois se não tivesse elas se obrigavam a trabalhar.*** E são pessoas tão boas, tão fortes, tão bonitas que não tem coragem de trabalhar. (...) É louvável a ajuda do governo, mas as pessoas não entendem que essa ajuda é uma ajuda. ***Você recebe uma ajuda do governo. É prá você fazer o que? Um curso. Uma especialização. Eu entendo se fosso assim. Prá você achar um emprego***. Mas não, as pessoas se acomodam, que naquele dia X o dinheiro está na caixa prá pegar. Isso para mim, meu amigo, é cruel. Porque as pessoas não têm ***coragem de trabalhar. É um povo preguiçoso***.

A entrevistada é muito dura com os pobres e, dentre esses, com sua antiga nora. A entrevistada fala de **um deposito cultural, pronto, comum** que todos podem ter acesso. Mas isso é o modelo meritocrático incutido na cabeça dos mais 'pobres que ralam' (os chamados pobres honestos; os pobres trabalhadores que dão duro) e que desejam se diferenciar dos pobres "desqualificados", os pobres materiais/ preguiçosos (os pobres que fazem confusão, os desordeiros, as mulheres da vida). A entrevistada não percebe a história como um processo de produção e reprodução da pobreza[179], excluindo indivíduos e grupos ao acesso à cultura, a bens e serviços privados e públicos, à política.

A entrevistada cita vários tipos de trabalho (lavar roupa, capinar etc.), todos serviços com pouco valorizados no mercado de trabalho. Com salários baixos e sem muito qualificação. Mesmo a profissão de sua ex-nora, manicure, possui as mesmas características. A entrevistada mesma trabalha como ***costureiras para "facção***" (indústrias de confecções e vestuários que fazem seus serviços exclusivamente para outras empresas de confecções), portanto, subcontratada. Seu ganho em dinheiro é por produção e sem as condições apropriadas de trabalho na sua residência, como, por exemplo, tempo de descanso. Nesse seu trabalho há todo o esvaziamento da responsabilidade da empresa: a entrevistada assume um risco (ganha se produzir; sem segurança e proteção contra doenças do trabalho).

[179]G1 Rede Globo. Relatório do Banco Mundial. "Efeitos dos ciclos econômicos nos indicadores sociais da América Latina: quando os sonhos encontram a realidade". Banco Mundial alerta para aumento da pobreza no Brasil Segundo a instituição, número de pessoas que vivem na pobreza subiu 7,3 milhões desde 2014, atingindo 21% da população, ou 43,5 milhões de brasileiros.
Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/05/banco-mundial-alerta-para-aumento-da-pobreza-no-brasil.ghtml>. Acesso em 05/04/2019.

Portanto, a causa da pobreza[180] não é porque não se assumiu uma responsabilidade tal, − na verdade essa tal responsabilização é uma forma não tematizada de dominação subjetiva dos indivíduos − mas porque não são oferecidas aquelas condições de preparação profissional, proteção e ganhos no trabalho.

Para a **E4** ser pobre é estar *acima da situação de miséria*. Ela exemplifica com algumas profissões própria dos pobres, pois ainda possuem algum suporte social para se sustentar[181]: "vender limão", "cheiro verde", "juntar lixo para vender", empurrar carrinho, "vendendo [alguma coisa]". "S*e o pessoal quiser trabalhar, esforçar-se...dá para todo mundo viver*", "*tem gente que tem até casa, moto*". Essas profissões marcam o estado de pobreza para a entrevistada. São pobres, portanto, a família de sua ex-nora (pois vivem do trabalho do companheiro, vendedor de produtos de limpeza, e ainda precisam da ajuda do bolsa família e dela). Não são de todo abandonados. Sem dúvida chamaremos esses pobres de '*pobres honestos*', que vivem no esforço de trabalho e não querem ser confundidos com desocupados. Esses pobres honestos são aqueles que podem trabalhar como assalariados – mas que não conseguem equilibrar suas contas − são aqueles que trabalham sem carteira assinada ou, também, os que carregam carroças juntando papelão, metais, para vender etc.

Mas ela crítica a ex-nora por não trabalhar e, viver do bolsa família. Isso não é sinal de ter "caráter" (pois não se esforça). Na realidade a entrevistada 4 está apontando algumas virtudes importantíssimas (trabalhar, esforçar-se) para manter-se relevante (útil) na sociedade do capital. Sem isso, a exclusão pela miséria.

A entrevistada de 68 anos situa-se como dona de casa, separada, não aposentada, mas que dá uma ajuda no deposito de construção do sogro, "*algumas vezes..., mas para estar sentada*", no qual ganha um salário e meio. Sua casa – ela é a dona − fica em cima do deposito do sogro. Ela cedeu o andar de baixo para o deposito. O andar de cima é dividido em três casas onde moram as filhas e netos. As filhas, que moram no mesmo pavimento superior, dão um suporte para a mãe idosa ("*me sustentam com roupas, calçados, roupa de cama, lençóis, brincos, cordões...*"). Uma delas trabalha como técnica de saúde: "*ajudando as mães a terem seus filhos*".

---

[180]"Por que uns aceitam infligir sofrimento a outros enquanto estes consentem em padecer o sofrimento? "Nessa frase é revelada a atual natureza do capital, a saber, a prática da injustiça como um mecanismo para obtenção do lucro e, por outro lado, da tolerância da sociedade moderna sobre as injustiças praticadas pelo modelo capitalista. DEJOURS, Christophe. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

[181]Uma palavra sobre a diferença entre miserável e pobreza na cadeia social: está numa situação de miséria é não se situar numa relação, portanto, de segurança social básica. Vivem de forma precaríssima. Sujeitas aos infortúnios materiais e morais. Essas indivíduos e grupos não possuem interesse para a "sociedade porque perderam a utilidade. Sobre a vida dos miseráveis cf. Souza, 2009

A entrevistada diz que os jovens "*não querem fazer isso aí*" (vender limão de porta em porta, por exemplo), pois tem vergonha. Não tem coragem de enfrentar o ***trabalho***. Mas ela reconhece que não há ***emprego*** para eles. Emprego é o trabalho remunerado no capitalismo[182]. É importante dizer que esses empregos são fontes de ocupações instáveis e estigmatizadas, principalmente se atribuirmos tais empregos às mulheres.

Diante do exposto, visivelmente está o problema da falta de oportunidades dos mais pobres, principalmente das mulheres e mulheres negras e pardas[183] – envolvendo o preparo escolar para o desenvolvimento econômico e social dos mais pobres. E do descaso da sociedade com os pobres e os pobres jovens em termos de políticas públicas mais sólidas capazes de incluí-los no mundo do trabalho.

A **E5** acredita que frente aos desafios da vida, uma postura mais adequada seria *ser proativo*:

> Eu me considero rico de saúde prá me trabalhar e conseguir as coisas prá mim e para os meus filhos. Se você pensa que estou aqui, ontem eu fui de bicicleta, depois do....com a minha filha atrás, carregando, lá eu fui fazer uma cobrança. Coisa que muita mulher não tem coragem de fazer. Amanhã, não, eu vou para o capuã... pegar a transferência para minha filha estudar na escola... Tem mãe que é retardada que não busca uma coisa [um objetivo] pro filho.

Ter pessoas para contar nas horas difíceis é muito importante [capital social]: sua mãe mostrou-se essa pessoa fundamental na vida dela para superar os obstáculos (*"...posso contar com minha mãe*").

---

[182]Daniel Silveira, G1 Rio. 2018. Desemprego entre os jovens é superior ao dobro da taxa geral, aponta IBGE. Jovens sofrem com barreira maior à entrada no mercado de trabalho por conta da falta de experiência, explica pesquisador: "... a falta de experiência faz com que os jovens sejam os que mais sofrem com o reduzido número de vagas. Dados ... mostram que, entre os trabalhadores entre 18 e 24 anos, a taxa de desemprego é mais que o dobro da taxa da população em geral. Enquanto a taxa geral ficou em 12,4% no segundo trimestre, entre os jovens esse percentual salta para 26,6%. "Essa taxa é muito maior entre os jovens por conta das barreiras que são impostas a ele para ingressar no mercado de trabalho. Capacitar uma pessoa para o mercado de trabalho custa caro. Por isso o mercado tende a buscar quem já tem experiência profissional", explica Cimar Azeredo, que gerencia a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). De acordo com o levantamento, a maior taxa de desemprego, no entanto, é da população com idade entre 14 e 17 anos – ela chegou a 42,7%, mais que o triplo da taxa geral. Todavia, a legislação brasileira restringe a atuação profissional nesta faixa etária, que deve ser exercida sob condições específicas, como menor aprendiz, por exemplo".

[183] "... ali onde é proeminente o número de beneficiários do Bolsa Família é pior a qualidade dos percursos. Os beneficiários do programa pesam especialmente no grupo dos que tendem a fazer trajetórias de expulsão do mercado formal, após uma rápida passagem por empregos intermediados. Ademais, nos dois tipos principais de trajetórias (seja a de permanência duradoura com contrato intermediado, seja a de expulsão do mercado formal depois de vínculo com um intermediador), nas quais se inclui a maioria dos indivíduos, predominam os pouco escolarizados (nelas, quase metade carece de qualquer diploma escolar). Os negros (pretos e pardos) chegam a ser sete em cada dez indivíduos submetidos aos percursos mais frágeis (de expulsão, classe 2) ou que não levam a um contrato direto com um empregador (de permanência em contratos intermediados, classe 1). Isso vale tanto para homens como para mulheres, ... (...)". [GUIMARÃES, Nadya Araujo; BRITO, Murillo Marschner Alves de; ANDRADA, Ana Carolina Silva; PICANÇO, Monise Fernandes. OS POBRES E O ACESSO AO TRABALHO. Novos estud. ǁ CEBRAP ǁ SÃO PAULO ǁ V36.02 ǁ 83-105 ǁ JULHO 2017. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/nec/v36n2/1980-5403-nec-36-02-83.pdf>. Acesso em 11 de 04 de 2019].

Ela define a sua família como pobres, mas *pobres que trabalham duro* para colocar as coisas em casa para a família:

> Mesmo o meu esposo trabalhando, mesmo o meu menino de 19 anos trabalhando ajudando o meu esposo. Praticamente, eu e meu esposo, temos uma loja de acessórios. Só que é uma loja de acessório que você só ganha pra se alimentar, colocar as coisas dentro de casa. Ele me dá 200, 300, 400 eu vou para o armazém. Porque se você for para o mercantil com 400 você não faz nada. Eu vou para o armazém lá embaixo. Lá eu compro de tudo. Um fardo de cada um. Abasteço a casa para dois meses. Pois aqui é muito gente. Eu não sou besta não. Esse negócio de comprar 10 sacos de arroz, não, compra de muito. Lá eu compro 30, 35 kilos de arroz. 2 fardos de feijão. 2 de açúcar. 1 fardo de farinha. Compro xampu, sabonete, tudo que for precisar. A gente compra alguma coisa por fora quando está faltando. Eu compro a vista. É um armazém, distribuidora. Eu trago na bicicleta tudinho. Eu digo pro meu marido se for me trocar por outra que seja por uma melhor.

"*Às vezes o ser humano não se ajuda*", diz a entrevistada. Receber o bolsa família não significa que não se pode trabalhar. Ele é "*ajuda humilhada*", mas não é para se ficar dependente. É para se ganhar mais força. Ficar dependente de alguma coisa, como bolsa família, aposentadoria, *não ter coragem "de dar nada, nem trabalhar*" é um atestado de *um ser humano dependente ("vive só de perturbar" os outros)*. Correr atrás, ir para a frente, lutar nas horas difíceis.

Ela reconhece que a situação de miséria desabilita as pessoas da proatividade pois muitas vezes se encontra em situações onde "*não se tem nada para comer, nem onde morar*", perde-se o ânimo. Nesse momento a ajuda tornar-se imprescindível.

A **E6** distingue "pobreza" daqueles que vivem em situação "muito pior". Esses são identificados pela fome e aspectos físicos degradantes advindos da falta de comida. "*Oferecer um prato de comida*", distribuir cesta básicas seria uma solução ao problema da estrema pobreza. Já à sua condição de pobre (ela se identifica como pobre) caracteriza-se pela falta de dinheiro, mas com alguma condição de consumo de roupas, perfumes, comida. E acrescenta ainda a possibilidade de um consumo de produtos de segunda necessidade, como o perfume que os filhos gostam. Atenção vai também para a expressão "*rica da graça de Deus*" direcionada a sua situação. É devido a graça de Deus que ela se encontra melhor que outros. Afastando das causas da pobreza, a capacidade de diferenciação entre indivíduos e grupos socialmente produzidos.

A **E7** diferencia também "*os pobres*" "*dos ricos*". A vida dos ricos se caracteriza pela facilidade de *resolver necessidades*. O dinheiro (capital econômico) é colocado como um diferenciador entre as pessoas. "*Eles podem pagar, pobres não*". Os pobres passam costumeiramente dificuldades de pagar, por exemplo, a escola.

A entrevistada faz uma visita rápida à sua vida e diz que a realidade familiar melhorou em relação a sua vida anterior. Ela não está se referindo ao bolsa família, mas ao esforço feito por ela e marido, contando com a ajuda dos filhos. Ela se reconhece como pobres pois diz que "*paga atrasado a escola, mas nunca deixou de pagar*".

Referindo-se ao bolsa família diz que é para aqueles que não tem "condições", ou que passam dificuldades (por não ter dinheiro?). Portanto, o bolsa família, mesmo para aquelas famílias melhor situadas socialmente, mas pobres, precisam da ajuda de uma bolsa, porque todo dinheiro é importante em momentos de dificuldades. É um complemento na melhoria da vida familiar.

A **E8** destaca, como faz a entrevistada anterior, a contraposição entre "*aqueles com condições financeiras*" (capital econômico), ser rico, e aqueles que vivem marcados "*pela dificuldade*", ser pobre. Ela cita outro personagem social: aqueles indivíduos que sofrem "carências, com necessidades". E são esses indivíduos que precisam do bolsa família, prioritariamente. Ela mesma conta que a 15 anos atrás precisou do programa bolsa família por "*estar passando por sérias necessidades*". Hoje, essas dificuldades arrefeceram.

A E8 pontua a importância do dinheiro[184] como importante fator de autonomia (ter mais liberdade para resolver as coisas da vida). Mas ela destaca um outra fator mais necessário: a desenvoltura em busca respostas aos problemas. Que aqui situamos como capital cultural, a condição sem a qual não haveria acesso ao emprego e ao dinheiro. E, acrescenta, a necessidade também do apoio familiar (capital social).

O dinheiro, pelo trabalho, traz dignidade pois os sujeitos deixam de ser dependentes e passam a decidir por canta própria. "*Vamos ajudar, de que forma? Dando um quilo de arroz? Não, vamos dá um trabalho para ele* [pobre ou em estrema pobreza*], ter condições, sim*". Não ter dinheiro causa dependência de outros. A entrevistada cita um fato que exemplifica algo mais profundo quando lembra que o marido não queria que ela estudasse, no entanto insistiu, depois abriu seu pequeno negócio. Começou prosperar no trabalho fazendo com que o dinheiro entrasse como um diferencial, distintivo, na relação marido-mulher. Portanto, restitui a justiça na relação do casal, quando através da segurança trazido pelo dinheiro, ganho pelo trabalho, a entrevistada ganhou respeito próprio e pode exigir *reconhecimento*[185].

---

[184]REGO, Walquíria Leão. Vozes do bolsa família: autonomia, dinheiro e cidadania. Unesp, São Paulo, 2014.

[185]FRASER, Nancy, 2018; A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, outubro 2002: 7-20. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>. Acesso em 12/04/2019.

A entrevistada, portanto, diz que o dinheiro propiciado pelo Programa bolsa família é gerador de autonomia [relativamente] para aqueles que necessitam. Mas para ela o dinheiro da bolsa é uma ajuda necessário, urgente, mas que deve se completar com o trabalho, real fundamento da autonomia.

A **E9** não se dá muito bem com a família, mas convivem. A família não aceita que ela more no andar de cima. Segundo ela, "*antigamente era meu quarto e de minha irmã e, hoje, é minha casa e de minhas filhas*". Há também o problema do seu marido com o sogro, que depois da morte de sua esposa, que segundo ela só viviam brigando, não quer ceder parte da casa para eles morarem. Portanto, na família ampliada vive-se uma situação conflituosa que chega a desqualificar e tornar inaptos a entrevistada e sua família.

A entrevistada diz que "*não temos bens materiais, não temos condições de vida, temos dificuldade de acesso a muitas coisas, mas temos paz*".

> A gente sabe que é feliz, a gente sobrevive com o que tem. As vezes minhas filhas pedem uma roupa que eu não posso dá. Aqui é uma calca dividida para as três. Não serve mais pra uma, passa pra outra.

A entrevistada compara a sua vida com a vida de sua irmã que tem acesso a bens materiais (carro, moto, dinheiro) e um marido com uma boa profissão (Músico profissional), mas que não tem paz (pois vivem, segundo ela "*um inferno na família*": sua irmã briga com o marido por ciúmes; a filha minada). "*Isso é vida*?".

No entanto, a entrevistada 9 diz que pobre é "não ter saúde. Ela diz que é pobre pois tem *depressão, sofre de síndrome do pânico e ansiedade*. Pobre é também não ter bens materiais pois são esses que possibilitam condições de vida; o que há é dificuldades de acessar muitas coisas, porque não se tem *dinheiro*. O acesso a coisas materiais é dado pelo dinheiro. A *felicidade* é identificada como "*sobreviver com o que tem*" e, isso, se verifica com a partilha/divisão do pouco que se têm. Essa partilha é que une a família e lhe dá paz (capital social). No entanto, ainda não podemos dizer que seja essa a solução da pobreza. É uma condição importante essa solidariedade que faz trabalhar juntos, mas, o que vai fundo no problema da pobreza é a descoberta que o excedente (dinheiro) ser mal distribuída e concentrado nas mãos de poucos e quais os mecanismos que alimentam essa situação de desigualdade.

A **E10** mora numa casa simples, sem reboco e nem piso. O cunhado ajudou a levantar as paredes. Ainda falta terminar muita coisa na casa. Ela cuida dos netos quando a

filha mais velha está trabalhando. Ela é dona de casa e tem problemas de depressão. O marido faz bico. Vivem do Programa bolsa família.

Somos "*pobres, mas dignos*". E essa dignidade está em não ficar esperando, mas "*se virando como pode*" para não "*deixar faltar nada [aos meus filhos], essa foi a minha maior preocupação*". E, justamente, essa preocupação da entrevistada com os filhos se revela na ação de ir atrás, que é o fundamento da dignidade dos pobres.

*A dignidade*[186] tem a ver com certa imposição de um comportamento a si mesmo, como também preocupação da preservação do corpo dos filhos, quando os alimenta e os fortalece/educa, no entanto, a sociedade, por outro lado, falta-lhe atribuir-lhe uma característica fundamental: a entrevistada não é reconhecida socialmente como capaz de ser inserida, ela e sua família, no acesso a bens e serviços socialmente determinados. Isso pode ser verificado quando ele diz: "*falta oportunidade para os mais pobres, os que podem facilitar com o trabalho, não cooperam*". Um dos atributos de uma sociedade é a proteção, quando ela não se completa – através do abandono simples dos mais carentes como inúteis – a sociedade torna-se altamente diferenciadora e desigual.

A **E11** vive com a ajuda do Programa Bolsa família, mas trabalha um período ganhando um valor salarial proporcional. Identifica a pobreza como "*passar fome*", que obriga as pessoas a pedir, tornar-se dependente e isso impacta negativamente na "casa" (ou seja, na família). Sua experiência de pobreza mais avassaladora foi quando teve que deixar sua casa com seus filhos por causa da traição do marido e, segundo ela foi uma experiência terrível: "*eu já fui separada [*ela chora nesse momento*]...eu sofri bastante, bastante mesmo...meus filhos ...precisava mesmo das coisas...e ele (o ex-marido) podia me dar, mas não ajudou*".

Com essa *experiência de abandono* a entrevistada aprendeu a se virar: "*correr atrás para conseguir alguma coisa para trazer para casa*". Ela diz que "*não podemos ficar esperando... corro atrás, o que for possível eu faço, para não faltar nada dentre de casa*".

A **E12** faz um diagnóstico geral da sociedade brasileira: "*é muito desigual*", separa ricos de pobres: "*Se você for rica e eu sou pobre e alguém faz uma festa de aniversário a pessoa vai optar em convidar você que é rico do que convidar um pobre. Ele exclui o pobre*".

Ela acha injusto cortar o dinheiro do Programa para a sua família: só porque "meu marido trabalha e tem carteira assinada", ultrapassou a linha estabelecida pelo programa, não

[186]SENNETT, Richard. Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual. Record, 2003

significa que a família conseguiu equilíbrio financeiro. Portanto ela contesta essa linha que separa as pessoas entre aquelas que podem receber e as que não possuem esse direito.

Ela diz que está difícil conseguir dinheiro para resolver as necessidades da família. O dinheiro:

> "Não é para ficar rica, mas para ter o suficiente e possibilitar uma casa arrumada e ter uma geladeira e armário cheio de alimentos para a família". Quem sabe poder ter um lazer que é importante para todo mundo. Mas as coisas estão meio apertadas. É sacrifício mesmo".

Agora vamos aproximar as ideias semelhantes das entrevistas sobre a relação ***família e situação econômica***. O sustento material das famílias, compõem-se de **duas esferas econômicas** interligadas intimamente que são operadas na vida cotidiana: a partilha e solidariedade entre famílias e vizinho (uma economia baseada na ***reciprocidade***). Também chamada de **capital social**. Essa relação econômica é considerada não suficiente para vencer as condições que geram a pobreza, mas fundamental para aproximar as pessoas, fazê-las trabalhar juntas e suprir necessidades urgentes. Esse tipo de economia social gera *felicidade*. Uma outra economia baseada na ***redistribuição de renda*** no qual o trabalho/ emprego ganha precedência e, essa sim, na perspectiva das entrevistadas, pode resolver o problema da pobreza e desigualdade. Essa política precisa da ação do Estado em termos de políticas públicas sociais ou de emprego (econômicas). O Estado age em nome dos interesses politicamente orientados tendo como horizonte o crescimento econômico e de desenvolvimento. Não tem nada a ver com o campo da felicidade, da aproximação entre pessoas. Impera nesse campo econômico as relações de trabalho e salário (dinheiro). Encontra-se essa economia mediada por relações contratuais. E, portanto, a depender desta mediação contratual sujeito a tensões internas podem essas políticas melhorarem as condições de vida, pelo consumo ampliado das famílias ou reduzir essas condições[187].

**19%** das entrevistadas concordam na ***centralidade do emprego/trabalho para a resolução da redistribuição de renda***. Apostam no *trabalho* na figura social do emprego capaz de redistribuir renda para resolver o problema da pobreza. Também acentuam que a *desigualdade* de renda (concentrar renda somente num grupo social) é causadora da pobreza gerando nos pobres, doença e desemprego e, portanto, *dependência*. Também se fala do *dinheiro conseguido pelo trabalho* como um fator de autonomia. Mas para os pobres o dinheiro (salário) sempre é reduzido diante de suas necessidades. O *trabalho* é uma disposição pessoal que desenvolve as potencialidades individuais pois é transmitido na

[187] As reflexões sobre esses dois modelos de economia foram desenvolvidas POLANYI, KARL, 2011.

família e seu contraponto é a preguiça. O *trabalho* é um traço de caráter, aprendido com a experiência. Somente com o trabalho pode os pobres viver com dignidade. Ou seja, os pobres honestos, que fazem sacrifícios. Finalmente o *trabalho, com esforço,* é a melhor forma para vencer na vida.

**16%** das entrevistadas relatam a importância das *famílias* pobres e *vizinhos* ***se ajudarem mutuamente [capital social***], partilhando algum ***suporte material ou qualquer outra ajuda*** para ***amenizar situações de vida, difíceis***. Algumas das entrevistadas dizem que a felicidade se verifica na partilha do ***pouco que se tem***.

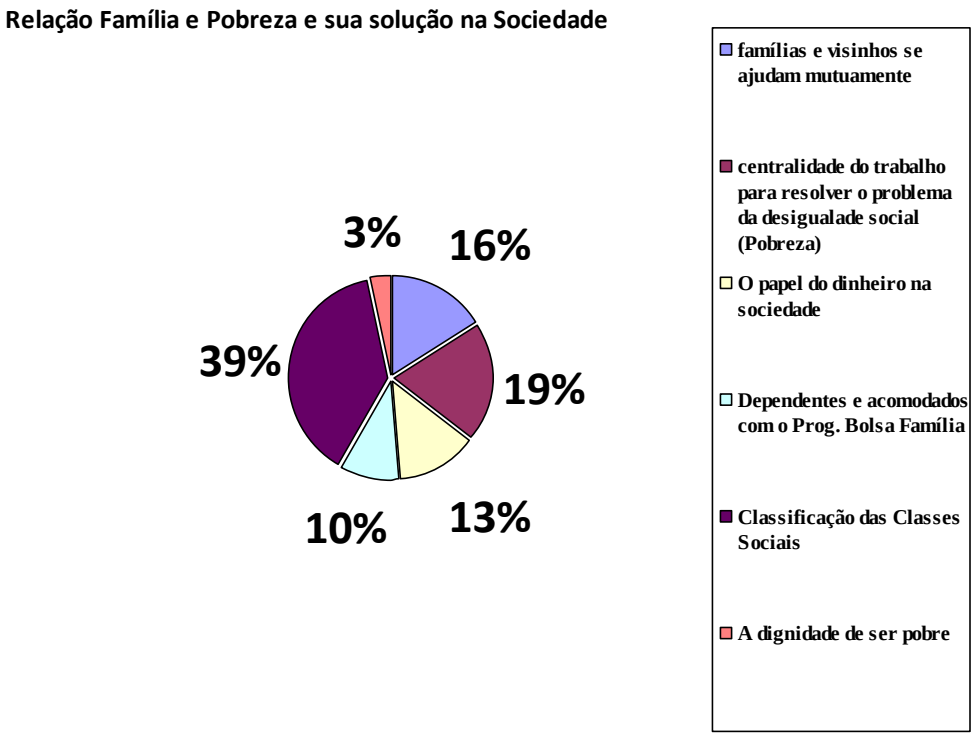
**13%** das entrevistadas destacam ***o papel do dinheiro*** na vida das pessoas: o acesso ao dinheiro é um fator de *distinção social dos ricos*; o acesso ao dinheiro pelo trabalho traz alguma margem de manobra aos pobres, no entanto, há um limite em termos de valor do salário e, portanto, também *reduzida liberdade de compra*. O rico sempre terá maior liberdade e autonomia em termos de poder em relação ao pobre, pois esse ganha pelo seu trabalho num valor limitado. E, com isso, ficará sempre enfraquecido em poder. Mas o dinheiro não traz felicidade. O dinheiro possibilita acesso a bens e serviços através da compra. A felicidade é fruto da partilha, da unidade familiar. Ou seja, um capital social.

O acesso ao dinheiro como capacidade de usufruir oportunidades materiais e serviços propícios a melhoria das condições de vida dos pobres será sempre restrito por causa que "*sempre tem famílias [ricas*; acréscimo meu*] que concentra tudo e deixa o pouco para muitos*" (filha da E2).

**10%** das entrevistadas falam de pessoas ***acomodadas/preguiçosas***, com ***falta de caráter***, dependentes que recebem o bolsa família; podem trabalhar, mas ***não querem trabalhar***. As E3 e E4 fazem um julgamento mais subjetivo das pessoas que qualificam dessa forma (acomodadas/preguiçosas/falta de caráter). A E4 faz um julgamento mais objetivo das pessoas a quem ele se refere com esse qualificativo (**dependentes**).

Dos **3%** das entrevistas usam o atributo de "*digno*" ao pobre que se vira como pode para manter sua família fora das condições de "faltar alguma coisa". Mesmo com pouco, vive-se. E isso é um comportamento aprendido que tem a ver em preservar o corpo com o alimento necessário para os fortalecer. Mas isso para a E10 não significa esquecer nunca que ao pobre falta-lhe oportunidades.

**Gráfico 23 - Relação família e pobreza e sua solução na sociedade**



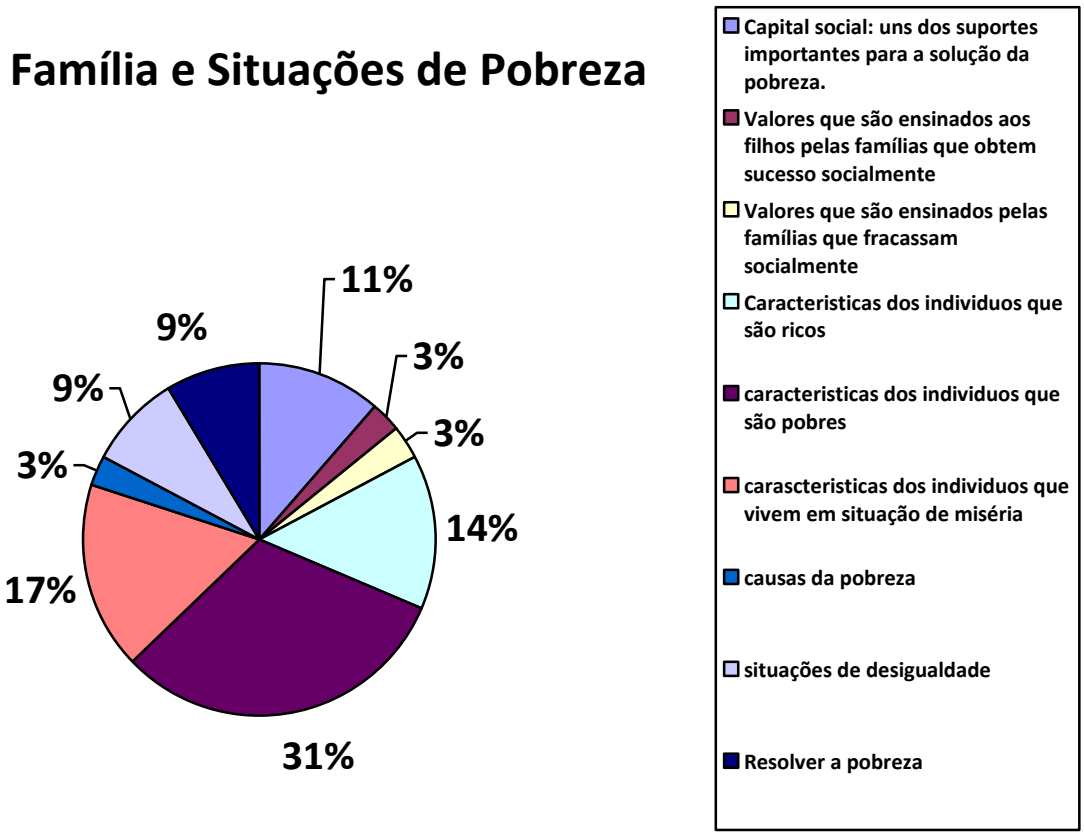

Fonte: Produzido pelo autor (2019)

**39%** das entrevistadas apresentam uma ***classificação*** das **classes *sociais*** diferenciando os ***ricos, os pobres honestos (batalhadores), miseráveis***. As entrevistadas dizem que a sociedade brasileira, historicamente, foi produtora da ***desigualdade*** (**"***famílias concentrando tudo em suas mãos e outras ficando sem nada***"**), portanto, gerando os ricos e os pobres. Apresentam um conceito de ***pobres/pobreza***: ter alguma segurança social, um emprego, uma casa. Trabalhar com esforço, obter dinheiro e colocar as coisas necessárias em casa para a família viver; os ***trabalhadores honestos*** – que ralam e dão duro. Os *trabalhadores* – que se sustentam pelo trabalho. O que marca os pobres é ***a vida com dificuldades***. Há também a constatação de ***pobres*** que, muitas vezes, são preguiçosos e não querem viver do trabalho, mas dependentes do bolsa família. Também as entrevistadas tocam nas características dos que vivem na ***miséria ou extremamente pobres*** que qualificam muitas famílias: são desprotegidos socialmente, pois não possuem nada (bens materiais) e nenhum suporte social. Não tem bens significativos, ***são dependentes e forçados pelas condições a depender da sociedade via Estado***; tais famílias se viram como pode, pois lhes faltam

oportunidades. Os ***ricos*** são destacados nas entrevistas com condições financeiras e autonomia.

Desceremos mais profundamente na compreensão das relações entre ***as famílias mulheres beneficiadas com o Programa bolsa família e o problema da pobreza*** colocando algumas questões, como por exemplo, ***o papel dos valores*** transmitidos socialmente pela família aos filhos e netos na solução da pobreza; o papel do capital social, em que contribui para diminuir os impactos da pobreza. Quais ***os valores ensinados*** em família que ***não trazem impactos positivos*** na diminuição da pobreza e atrapalha os processos de desenvolvimento pessoal e profissional? Quais ***os valores ensinados*** em família que trazem ***impactos positivos*** na diminuição da pobreza e ajudam os processos de desenvolvimento pessoal e profissional? Como caracterizam as beneficiadas do bolsa família os indivíduos e famílias ricas, pobres e miseráveis? Para elas quais são as causas da desigualdade social e como resolvê-las?

**Gráfico 24 - Família e situações de pobreza**

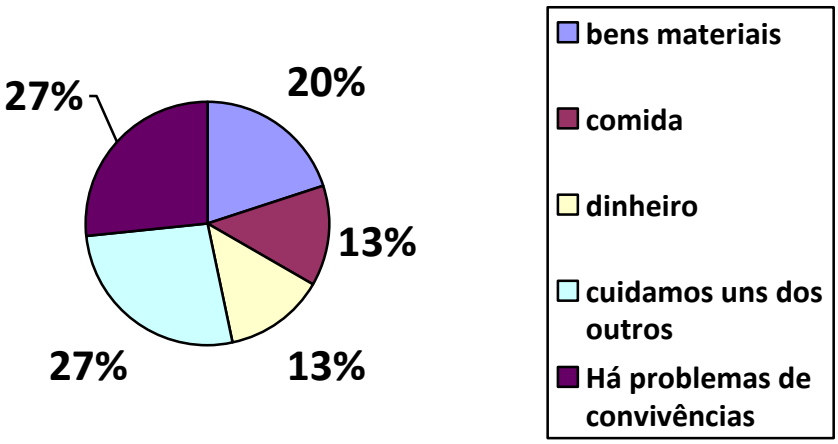



Fonte: Produzido pelo autor (2019)

De acordo com **11%** das entrevistadas o que são mais partilhados em família e na comunidade [**capital social**], como capacidade de ajuda mútua, são: *bens materiais* (roupas e objetos em geral) com 20%; empatados com 13% estão, *a comida e o empréstimo de dinheiro*. Os que dizem que cuidar *um dos outros* (27%)) é uma forma de amenizar a pobreza

também reforçam a necessidade de criar pontes entre as pessoas (27%) e gerar uma cultura de solidariedade. As ***redes de relações*** que nascem no convívio e conhecimento das necessidades uns dos outros nas periferias faz parte de uma estratégia dos pobres frente as condições desfavoráveis em suprir suas necessidades para a sobrevivência, como classe. É uma estratégia posta, alimentada permanentemente e, portanto, mantida, que produz e reproduz relações duráveis assegurando ganhos materiais e de sociabilidade. Enfim, é uma estratégia incorporada na vida dos pobres – são os pobres equipados desta noção – capazes de os ajudar a reduzir as restrições materiais na vida.

**Gráfico 25 - Capital social: partilha na comunidade**

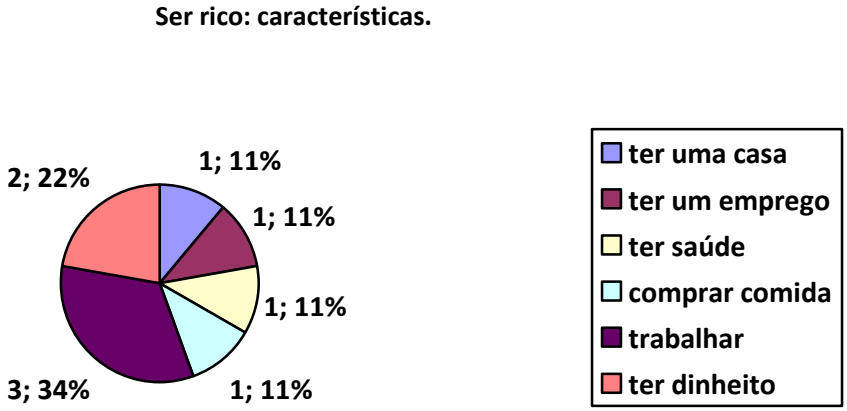



Fonte: produzido pelo autor (2019)

Para **3%** das entrevistadas as famílias com sucesso social costumam repassar aos seus filhos os valores do *trabalho, responsabilidade e esforço pessoal*. Também são para outras **3%** das entrevistadas que acham que as famílias que não obtiveram sucesso social foram por causa que fortaleceram valores como *preguiça, acomodação e desonestidade*.

**14%** das entrevistadas que apontaram características de ***atributos de pessoas ricas***: ter *casa e emprego* significa ter ***segurança social***; ter acesso a *dinheiro* significa ***autonomia*** diante da pressão dos outros e ***capacidade de resolver problemas com facilidade***.

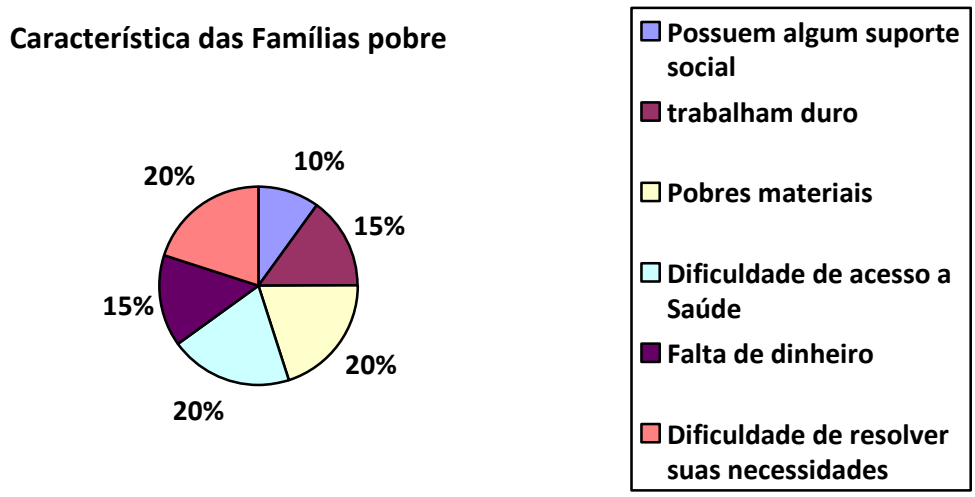
**Gráfico 26 - Ser rico: características**




Fonte: produzido pelo autor (2019**)**

**31%** das entrevistadas caracterizam situações de pobreza na família descrevendo a *pobreza material*, dificuldades das famílias pobres resolverem suas necessidades básicas e dificuldades de acesso a saúde. Depois seguem atributos como trabalho duro e desgastante e a falta de dinheiro.

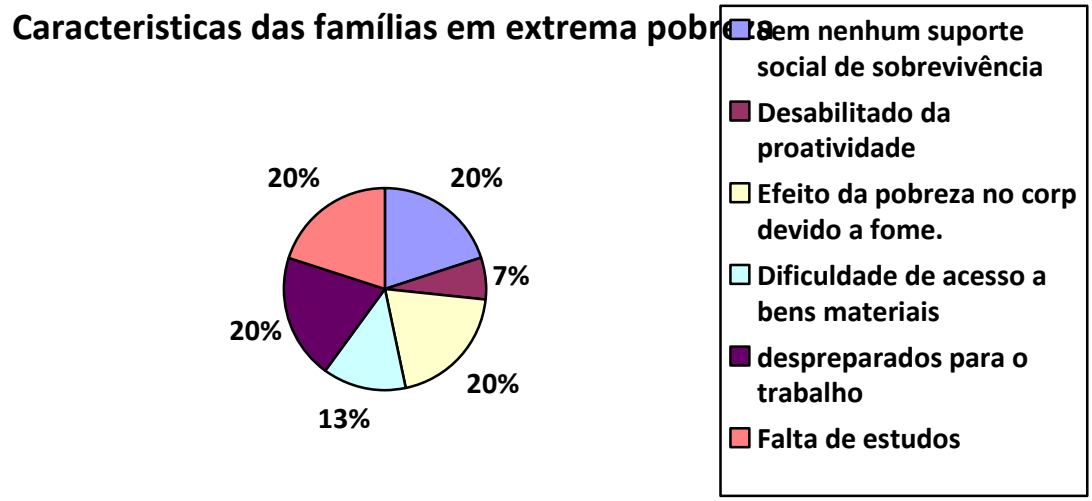
**Gráfico 27 - Características das famílias pobres**




Fonte**:** produzido pelo autor (2019)

Das **17%** das entrevistadas que caracterizam *as famílias em extrema pobreza*, essas atribuem a falta completa de suporte social (trabalho, falta de estudo) para a sobrevivência (bens materiais) com sérios impactos no corpo dos extremamente pobres através da falta de comida.

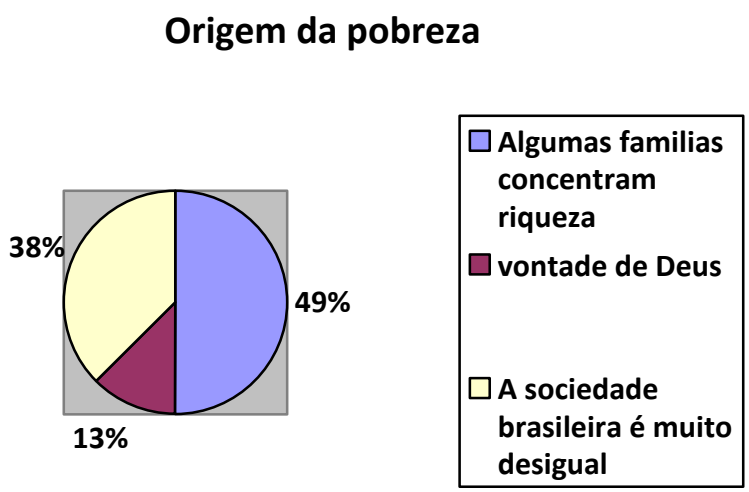
**Gráfico 28 - Características das famílias em extrema pobreza**




Fonte: produzido pelo autor (2019)

**9%** das entrevistadas dizem que a *existência da desigualdade* é, em síntese, a concentração em algumas famílias da riqueza social e, a situação de outras famílias, lhes faltam o necessário. Um pequeno número de entrevistadas tem a explicação religiosa para justificar a desigualdade social.

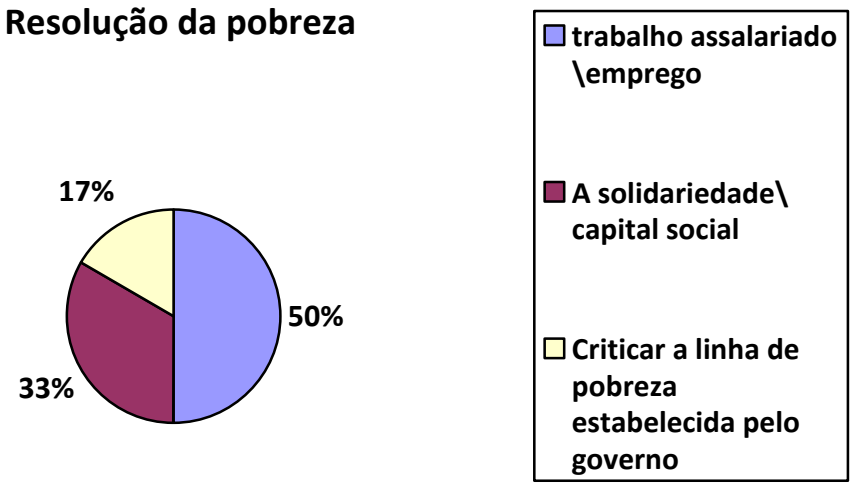
**Gráfico 29 - Origem da pobreza**




Fonte: produzido pelo autor (2019)

**9%** das entrevistadas a resolução do problema da pobreza está na criação e expansão de *emprego*/ trabalho e, em segundo lugar, a *solidariedade social* na sociedade e, em terceiro lugar, a mudança no critério estabelecido na linha de pobreza para que pudesse incluir mais famílias nos programas sociais.

**Gráfico 30 - Resolução da pobreza**




Fonte: produzido pelo autor (2019)

***Emprego, trabalho e solidariedade social*** são, em resumo, as ideias das entrevistadas para o problema da pobreza. Segundo nossas pesquisas os mais pobres, as entrevistadas, não defendem ideias liberais, − apesar que essas ideias estão sendo veiculadas aqui e acolá em um reduzido número de entrevistadas – defendem a presença do Estado na vida social e econômica das pessoas. É a criação de empregos e trabalho, registrado como um desejo repetido muitas vezes pelas entrevistadas, e nisso, a resolução do problema do desemprego pode ser produzida, pela intervenção estatal, na disseminação de obras e intervenção pública capazes, justamente, de gerar emprego, elevação da renda e expansão do consumo.

Mas, por outro lado, entender a solidariedade social como força econômica para o desenvolvimento local seria um modo de interpretar esse anseio de partilha. Por isso o Estado poderia ajudar a expandir essas redes de pessoas que se ajudam através do fomento de atividades solidarias, como a E10 sugeriu: *bazares* podem ser um exemplo de complemento de renda para muitas das mulheres em situação de pobreza. Detectar os dons locais e potencializá-los para *pequenos negócios de auto sustentação* social é a deixa destas mulheres.

Solução da pobreza e desigualdade é um problema para todos (as) que querem viver num mundo sem dilacerações e marcados pela justiça. É um profundo desafio tocado por mulheres beneficiadas pelo programa bolsa família. Outro complemento a solução da pobreza nas comunidades pobres e no município em que essas mulheres beneficiadas vivem é a discussão sobre a saúde pública e sua gestão. As mulheres entrevistadas têm muito a contribuir.

### 4.4.3 Saúde pública, uma condição importante para a resolução do problema da pobreza

O ***bairro Parque Genibáu*** só possui um Posto de Saúde o Galba de Araújo. Perto do bairro há duas UPAs, a do bairro Conjunto Ceará e do Autran Nunes.

A **E1** ao ter acesso aos serviços públicos sociais, através do PAIF (CRAS) e do Programa bolsa família, mantidos pelo Estado, encontra uma maneira de complementar sua pouquíssima renda como diarista para o sustento da família e ajuda a melhorar sua condição saúde. As assistentes sociais do CRAS Genibaú lhe encaminharam ao ***Posto de Saúde Carlos Ribeiro, Jacareacanga***[188] para tratamento da AIDS, doença sexualmente transmissível. A entrevistada destaca a importância do aporte do estado a grupos e pessoas portadoras da doença com serviços públicos especializados[189].

Também relata a existência de persistentes preconceitos na vida cotidiana aos portadores do vírus da AIDS, principalmente em relação as mulheres em ambiente pobres e, portanto, a necessidade de se manter a integridade da pessoa portadoras de DSTS em anonimato (Doenças sexualmente transmissíveis).

A **E2** apresenta um contraste: quando os hospitais são mais especializados há todo um cuidado de oferecer um aporte diferenciado aos pacientes referenciados em remédios, atendimento de médicos, enfermeiras e respeito, em outras palavras, um protocolo que regula atendimento e cuidados, diferentemente daqueles Postos de saúde locais desprovidos de condições para o atendimento preventivo.

A **E3** lembra da presença do médico cubano que atendia no Posto de Saúde Galba de Araújo que se destacava segundo ela pelo bom atendimento e o cuidado personalizado dos

[188]O Posto realiza diagnóstico precoce e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), a exemplo de HIV/ Aids, Sífilis e Hepatites B e C. O CTA de Fortaleza funciona no posto de Saúde Carlos Ribeiro (bairro Jacarecanga), vinculado à Secretaria Regional I, atendendo a pessoas de todos os bairros da Cidade e até de municípios vizinhos. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-disponibiliza-testes-gratuitos-para-diagnostico-e-prevencao-de-dsts>. Acesso em 05/04/2019.

[189] "Ao longo da última década, pesquisadores têm documentado certo número de fatores estruturais que facilitam a transmissão do HIV e sua concentração em áreas geográficas e populações particulares (...). Estes fatores podem ser agrupados em três categorias distintas, mas interconectadas: 1) (sub)desenvolvimento econômico e pobreza;2) mobilidade, incluindo migração, trabalho sazonal, e convulsão social em razão de guerras e de instabilidade política, que interagem freqüentemente com a pobreza, condicionando a vulnerabilidade relacionada ao HIV/AIDS; 3) desigualdades de gênero, que também interagem com a pobreza (e a contínua feminização da pobreza), colocando as mulheres, bem como homens desviantes com relação ao gênero (por exemplo, travestis), em situações de vulnerabilidade acentuada à infecção pelo HIV". PARKER, Richard; CAMARGO JR, Kenneth Rochel de. Pobreza e HIV/AIDS: aspectos antropológicos e sociológicos. Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 16(Sup. 1):89-102, 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Documents/download.pdf>. Acesso em 05/04/2019.

doentes. Foi o médico que lhe encaminhou para a **Maternidade Escola da UFCe** para cuidar da Menopausa. Agora reclama do atendimento e falta regular de médicos. Recebe pelo posto seus remédios para o tratamento da hipertensão.

A entrevistada mostra uma "raiva" do governo e dos serviços públicos dizendo que "*não devo nada a ele*[governo], *ele é que deve a mim*". Nos relatos a entrevistada fala que paga seus impostos, mas não recebe o que é de direito: serviços adequados de educação e saúde.

A ***E4*** nada registrou sobre serviços de saúde e sua relação com eles.

A ***E5*** tratando deste aspecto da saúde como algo de responsabilidade da gestão pública municipal que se materializa em *postos de saúde*, em programas como os dos *agentes de saúde* e o *saneamento básico*.

A entrevistada reclama que não existe saneamento básico em sua região, que os córregos são cheios de lixos, trazendo ratos e o perigo de doenças. E quando as águas estão represadas há transbordamento. A prefeitura já foi chamada muitas vezes, mas nunca resolveu o problema.

Em relação ao **Posto de Saúde Ronaldo de Albuquerque Ribeiro**, ela diz que "*ali só é beleza*". Os espaços de saúde não cumprem sua função: falta médicos, remédios, dentistas, falta "*as coisas que a agente procura*". Mas ela destaca a proximidade do posto, pois antes precisava se deslocar para mais longe no bairro.

O posto de saúde serve então para pesar os filhos que recebem o programa bolsa família, mas não há um serviço integrado de saúde a ser disponibilizado as famílias atendidas.

Como não há a presença de médicos nos posto de saúde recorrer-se ao profissional farmacêutico que lhes passa o remédio. E ali mesmo o compra, pois não há acesso a medicamentos no posto.

Ao tratar do problema das doenças sexualmente transmissíveis como um problema público ela diz que foi muito importante o papel da escola (cf. quadro de referência 3) repassando conhecimentos sobre o assunto do HPV, AIDS e, isso, posteriormente, a ajudou tratando destes problemas com seus filhos. Ao se referir sobre os postos e agentes públicos de saúde ela deixa transparecer que essa educação para a saúde pública, como ação inicial de prevenção, não é explicitada no campo da saúde municipal; o foco é o tratamento das doenças, que para ela é um erro. A saúde não é tratada de forma mais orgânica, ou seja, integrando ***escola-postos de saúde-agentes de saúde***, muito menos, há uma preocupação que assuntos como proteção contra doenças (prevenção) seja uma preocupação do poder público. Ela cita que somente o agente de saúde passa de vez enquanto para tratar de evitar a dengue.

Para suprir a necessidade de saúde dos filhos pequenos a entrevistada 5 diz que seus ex-companheiros pagam planos de saúde para os filhos pequenos. Ele diz que o companheiro atual não foi incluído no programa bolsa família e, portanto, deixa transparecer que o Cadastro Único não sabe da existência desse "companheiro" e, nem que esses filhos que recebem a bolsa, tem planos de saúde.

A entrevistada 5 cita a presença no bairro Parque Genibáu de dois postos de saúde (um, o Posto **Ronaldo Albuquerque Ribeiro**[190] e, outro, o **Galba de Araújo**) e a presença de agentes de saúde visitando as casas das famílias no bairro, mesmo que em visitas distantes uma da outra. No entanto a ***entrevistada 6*** não cita esses postos, indica, por outro lado, as UPAS (Unidades de Pronto Atendimento) como locais em que a família recorre quando "*alguém fica doente*". Mas lembrou-se que teve os seus filhos no Posto de Saúde Nossa Senhora da Conceição, um posto do bairro Conjunto Ceará.

Ela qualifica o serviço da **UPA Autran Nunes** como melhor do que a **UPA do Conjunto Ceará** (ambos fora do bairro Parque Genibaú) e, acrescenta, "*é melhor* [atendimento] *para crianças do que para adultos*". Completa a entrevistada que quando o médico passa uma receita [para estomago e infecção urinária, por exemplo] ela não encontra os remédios indicados no posto de saúde que, por sua vez, são caros. Ela, portanto, recorrer as farmácias particulares e compra os remédios que segundo ela "*pesa no orçamento pois a gente vai tirando de uma coisa pra fazer outra*".

Segundo ***a E7*** a família recorre ao **Posto de Saúde Galba** quando alguém da família está doente. O posto somente é para consultas médicas marcadas com antecedência. Quando necessário há encaminhamento para outras unidades de saúde. No caso dela, que precisou fazer uma cirurgia ela foi encaminhada para os hospitais da Santa Casa e depois para o hospital Geral de Fortaleza. Mas não deixou claro se foi o posto de saúde local que fez o encaminhamento.

Ela reclama que muitas vezes marcou o dia da consulta, mas os médicos não apareceram. Também há falta de remédios. Necessitando comprar.

A família não utiliza muito os UPAS. Mas se falou que a cada 6 meses há uma visita do agente de saúde no bairro às famílias procurando saber se estão tomando os remédios e se eles estão recebendo. O agente de saúde tira a pressão, olha se está controlado diabetes. Mas que não há um retorno sobre as reclamações.

[190]No entanto esse Posto de Saúde fica localizado no Bairro Conjunto Ceará.

Por motivo que a família participa do Programa bolsa família ela precisa ir pesar as crianças. A entrevistada diz que foi o Posto Galba que lhe informou sobre a existência do bolsa família e encaminhou ao CRAS para inscrição no Programa do Governo. Nesse período a entrevistada estava grávida da sua filha. Hoje ela tem a idade de 7 anos.

A ***E8*** nada registrou sobre os serviços públicos e sua relação com eles.

A ***E9*** relata diversos problemas de saúde em sua família. Seu marido recém curado de hanseníase com sequelas no nervo das pernas não está podendo trabalhar, mas o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) cortou o benefício que ele recebia para se manter. Continua, segundo ela, a trabalhar com dificuldades em um trabalho temporário de montagem e transporte de móveis. Ganha por serviço. Todos em sua casa são vacinados contra hanseníase. Ela própria sofre de depressão, síndrome do pânico e ansiedade. Teve problemas no pardo quando foi ter as duas filhas e já teve trombose. Ela é tratada por um psiquiatra no **CAPs do bom Jardim** [Centro de atenção psicossocial do Bom Jardim. Tipo II: acolhe e atende pessoas com sofrimentos psíquicos]. encaminhada pelo serviço social do CRAS Genibaú. Sua filha sofre também de depressão que lhe causou o abandono da faculdade. A família vive com a ajuda do Programa Bolsa família e de sua família. Sem essa ajuda não poderiam se sustentar. Quando a família está doente recorre a **UPA do Conjunto Ceará ou ao Posto Ronaldo de Albuquerque Ribeiro**.

A E9 relata que a família não tem lazer e vivem em condições de moradia precária. Não tendo dinheiro para ajeitar seus dentes ou comprar óculos para as filhas.

Segundo conversa com o psicólogo social do CRAS Genibaú[191] algumas condições propiciam a presença e existência de doenças mentais em indivíduos sujeitos a condições de pobreza e estrema pobreza: a insuficiência alimentar, famílias sem trabalho, adolescentes fora da escola e insuficiência de renda. As mulheres são as mais cometidas por problemas mentais. Portanto há uma relação próxima entre pobreza, gênero e doenças mentais. Ele explica que não é papel do PAIF-CRAS o atendimento terapêutico, mas procede-se ao encaminhamento aos grupos especializadas da rede intersetorial.

O papel do PAIF-CRAS[192] é a prevenção e proatividade em situações de pobreza e pobreza estrema articulados com serviços sociais no território local procurando minorar os impactos causadores de diversas moléstias sociais e psíquicas.

---

[191]Anotações no caderno de campo, dia 08 de novembro de 2018, quinta-feira.

[192]Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Orientação técnicas sobre o PAIF. V.2 Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral (PAIF). Brasília, 2012.

A E9, especificamente, estava submetida a diversas circunstancias[193] fortes, como por exemplo, o pai abandonou a família muito cedo e teve que se virar sem muito apoio da família; ela reclama muito de "*ser diminuída*" pela mãe e irmãs; sofreu quando mais nova - trabalhando em "casa de família" prestando serviço domésticos, - assédio sexual do patrão e isso lhe marcou muito na vida. Teve que trabalhar cedo para sustentar-se e, por isso deixou de estudar. Portanto, pouco equipadas com as habilidades necessárias à vida[194] segundo condições de pobreza, herança familiar e escolar e jogada muito cedo no sustento de um emprego (sobrecarga de trabalho) que naquele tempo era aviltante (hoje há uma legislação própria a empregadas domésticas) a entrevistada não aprendeu a sustentar-se emocionalmente o suficiente para lhe dar com essas situação. Mesmo assim, a entrevistada mostrou-se nas conversas bastante preocupação pelas filhas e as tentando encaminhar por outros caminhos diferente daquele que ela passou. Com certeza o apoio das filhas e do CRAS que lhe possibilitou a ajuda psiquiátrica necessária foi importante para a reconstituir com dignidade.

***A E10*** nota que um dos problemas sobre a saúde no bairro e na região em torno do Ganibaú é que as ações de saúde não são integradas. Não há comunicação e, portanto, conhecimento sobre o que fazem os diversos tipos de apoio referentes a saúde. Muito menos os próprios moradores conhecem ou sabem onde recorrer quando precisam.

Ela diz que muitas vezes os pobres precisam recorrer a intermediação política, assessores e vereadores, como foi o caso dela quando precisou fazer uma cirurgia urgente, pois não tinha dinheiro ou conhecimento sobre a quem recorrer. Será que há uma intenção proposital em não comunicar os atores responsáveis pelos diversos serviços públicos que cobrem a cidade? A quem isso interessa?

A **E11** diz que o **Posto Galba de Araújo** é onde ela e o filho vão quando querem tratar algum problema de saúde. Mas diz que precisa marcar com antecedência. O filho foi encaminhado pelo **Posto ao Dona Libânia** tratar da Hanseníase. A entrevistada diz que ele está curado. Precisa uma outra avaliação no Posto Galba.

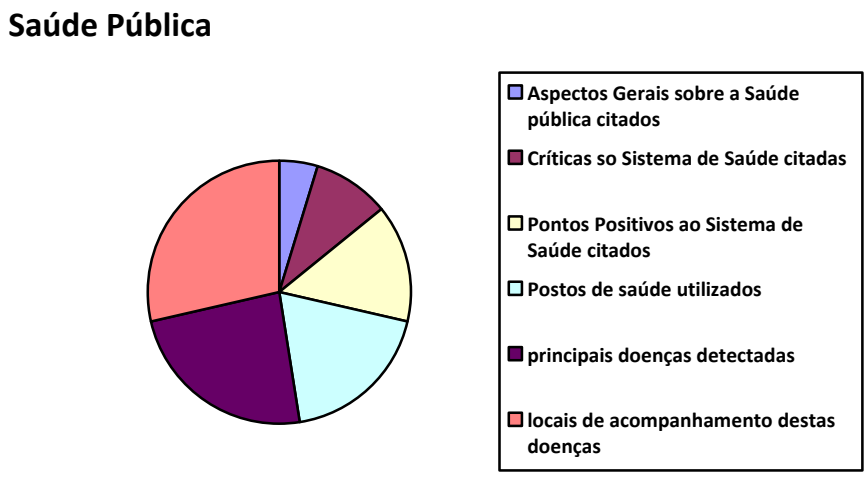
***A E12*** diz que a família recorrer ao **UPA do Conjunto Ceará** quando há algum problema de saúde e não ao UPA do Genibáu (na verdade ele quer dizer, UPA do Autran Nunes). O UPA do Conjunto Ceará é mais organizado e limpo que o outro. Houve uma vez que todos utilizavam um plano médico coletivo, mas não conseguiram pagar e agora somente

[193]COUTO-OLIVEIRA, Verusca. Vida de mulher: gênero, pobreza, saúde mental e resiliência. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Documents/22007_VeruscaCoutodeOliveira.pdf>. Acesso em 05/04/2019.
[194]SOUZA, 2009; 2018.

uma criança que sofre de problemas gástricos fortes possui um plano próprio para atendimento de crianças.

Recorreremos a partir daqui a colher informações, falas e opiniões das entrevistadas que se assemelham. Inicialmente trataremos de visitar o setor público da saúde no bairro Genibaú, no qual as entrevistadas fazem observações gerais; apresentaremos as críticas ao sistema de saúde local e seus pontos positivos; os locais de saúde utilizados no bairro, as principais doenças detectadas e seus locais de acompanhamento especializados.

**Gráfico 31 - Saúde pública**



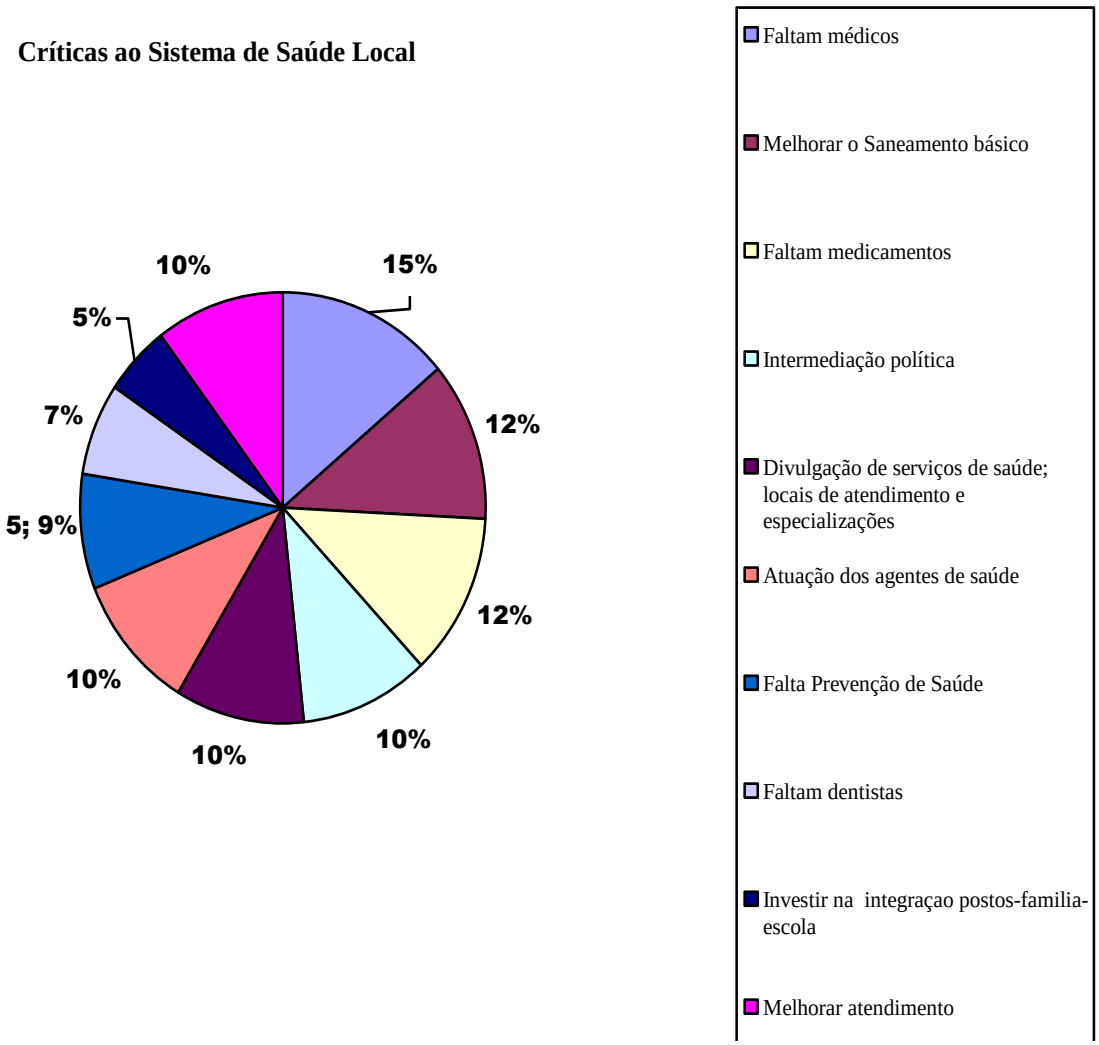

Fonte: produzido pelo autor (2019)

Para **100 %** das entrevistas ***os serviços públicos e de saúde*** são muito importantes para os pobres. Sem esses serviços públicos gratuitos ficariam muito difícil o acesso pelos pobres de serviços particulares. Portanto, complementam a falta de renda e amenizam períodos críticos em que precisam de cuidados médicos especializados. Apesar do SUS (Sistema Único da Saúde) ter seus problemas o seu papel para a superação da pobreza é imprescindível. Requer, de fato, reorganização do sistema. A saúde pública, mesmo fazendo parte do SUS, está sob os cuidados da Prefeitura Municipal com responsabilidade de construir postos de saúde, criar programas sociais como os agentes de saúde e cuidar do saneamento básico. A complementaridade entre os dois sistemas é fundamental.

As ***Críticas mais citadas ao Sistema de Saúde no bairro***: faltam médicos [principalmente com a saída dos médicos Cubanos] (**15%**); necessário melhorar o saneamento básico no bairro (**12%**); faltam medicamentos para distribuição nos postos de saúde (**12%**); há intermediação política para conseguir procedimentos de saúde com complexidade,

cirurgias, por exemplo (**10%**); necessário a divulgação dos serviços oferecidos, o que cada um faz e precisar os locais onde recorrer (**10%**); mais regularidade da atuação dos agentes de saúde (**10%**); melhorar atendimento (**10**%); falta priorizar a prevenção no sistema de saúde e não somente a doença (**9%**); faltam dentistas (**7%**); falta integração postos de saúde-família-escola (***5%***);

**Gráfico 32 - Críticas ao Sistema de Saúde local**




Fonte: produzida pelo autor (2019)

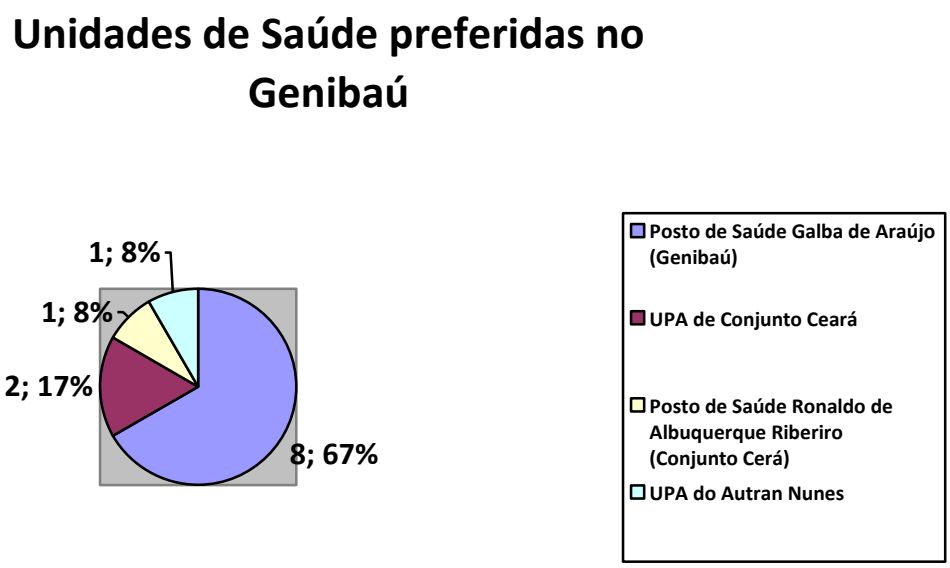
Nesse sentido *as ações de saúde* não são *integradas* com *outros órgãos público* do bairro criando uma unidade de ação pouco eficiente e mais cara pois o foco é na doença e não na prevenção; também falta distribuir mais informações, o fomento de campanhas de saúde e indicação clara dos locais de saúde onde se deve recorrer para facilitar o acesso a saúde aos moradores. Nesse raciocínio importante é avançar no aporte do Estado a grupos e indivíduos com serviços públicos de saúde adequados a comunidade local. Podemos notar nas críticas ao sistema de saúde local um contraste entre *os hospitais* e *postos de saúde*. Nesses

hospitais há mais remédios, atendimento de médicos e enfermeiras em relação aos postos de saúde com menos recursos. Afinal são esses Postos de Saúde que prestam os serviços básicos iniciais.

Também se há de observar o descaso da Prefeitura Municipal de Fortaleza no bairro em relação ao Saneamento Básico. No bairro há muitos córregos sujos represados que causam enchentes e há muito lixo e ratos que podem gerar doenças. Pede-se mais ação, já que há muitas reclamações. Nota-se uma raiva dos moradores com a qualidade da prestação dos serviços públicos pois na visão deles esses são pagos na forma de impostos e não há um retorno adequado.

Quando perguntados a quem recorrerem quando a família está doente: **67%** das entrevistadas recorrerem ao **Posto de Saúde Galba de Araújo** no *bairro Ganibáu*; **17%** recorre ao **UPA (Unidade de Pronto Atendimento) do Conjunto Ceará**; **8%** recorrem ao **Posto de Saúde Ronaldo de Albuquerque Ribeiro** que fica no *bairro Conjunto Ceará*); **8%** recorre ao **UPA (Unidade de Pronto Atendimento) do Autran Nunes** que não fica no bairro Genibaú, mas é próximo.

**Gráfico 33 - Unidades de Saúde preferidas no Genibaú**




Fonte: produzida pelo autor (2019)

Sobre o **Posto de Saúde Galba de Araújo** no bairro Genibaú as entrevistas relatam: é um posto somente para consultas médicas e se deve marcar com antecedência. Nesse posto falta médicos regularmente e não atende bem aos moradores, falta remédio. Quando necessário eles fazem encaminhamentos para outras unidades de saúde. As

entrevistadas lembram da passagem dos médicos Cubanos pois eles eram caracterizados por fazer um bom atendimento e personalizados, mas eles foram embora pois o governo Federal os desligou do Programa "*Mais Médicos*". Encaminhamento deste posto para outros unidade de saúde: encaminhamento para tratamento de Hanseníases no Posto de Saúde D. Libânia (tratamento de doenças infecciosas); para o tratamento de menopausa encaminhou-se para a Maternidade Escola da UFCe; para cirurgia encaminhou-se ao Hospital da Santa Casa ou, ao Hospital Geral; para o tratamento de saúde mental ao CAPs do Bom Jardim. Há remédios para hipertensão que neste posto se distribui; o Posto Galba de Araújo, através das enfermeiras, encaminha para o Programa Bolsa Família.

Em relação ao **Posto de Saúde Renato de Albuquerque Ribeiro** que fica no *bairro Conjunto Ceará* as entrevistadas relatam que falta médicos, remédios, dentistas, enfim, "*faltam coisas que a gente precisa*". A vantagem é que o posto é perto dos locais de moradia de alguma das entrevistadas. Mas como não há médicos e remédios elas precisam recorrer aos farmacêuticos das farmácias para se receitar e, aproveitam e compram os remédios que são caros.

A **UPA do bairro Autran Nunes** é utilizada por algumas famílias das entrevistadas. Quando o médico passa a receita o Posto de Saúde não tem esses remédios e ela precisa comprar nas farmácias. Essa compra de remédio faz falta no orçamento doméstico da família. Segundo elas a prefeitura deveria oferecer esses remédios nos postos de saúde da região, mas não são oferecidos.

Segundo a **E1** foram as assistentes sociais do CRAS Genibáu que a encaminhou para o tratamento contra a AIDS no Posto de Saúde Carlos Ribeiro no bairro Jacarecanga. Ela destaca que no bairro Genibáu há muito preconceito em relação a mulheres portadoras do vírus e, portanto, a necessidade do anonimato.

A **E12** utiliza a **UPA do bairro Conjunto Ceará** para levar alguém da família que está doente. Segundo ela é o mais organizado e limpo da região.

As entrevistadas lembram que levam seus filhos a cada seis meses para pesar como exigência para recebem o Programa Bolsa Família. Os Postos de saúde citados são o Galba de Araújo e Albuquerque de Araújo.

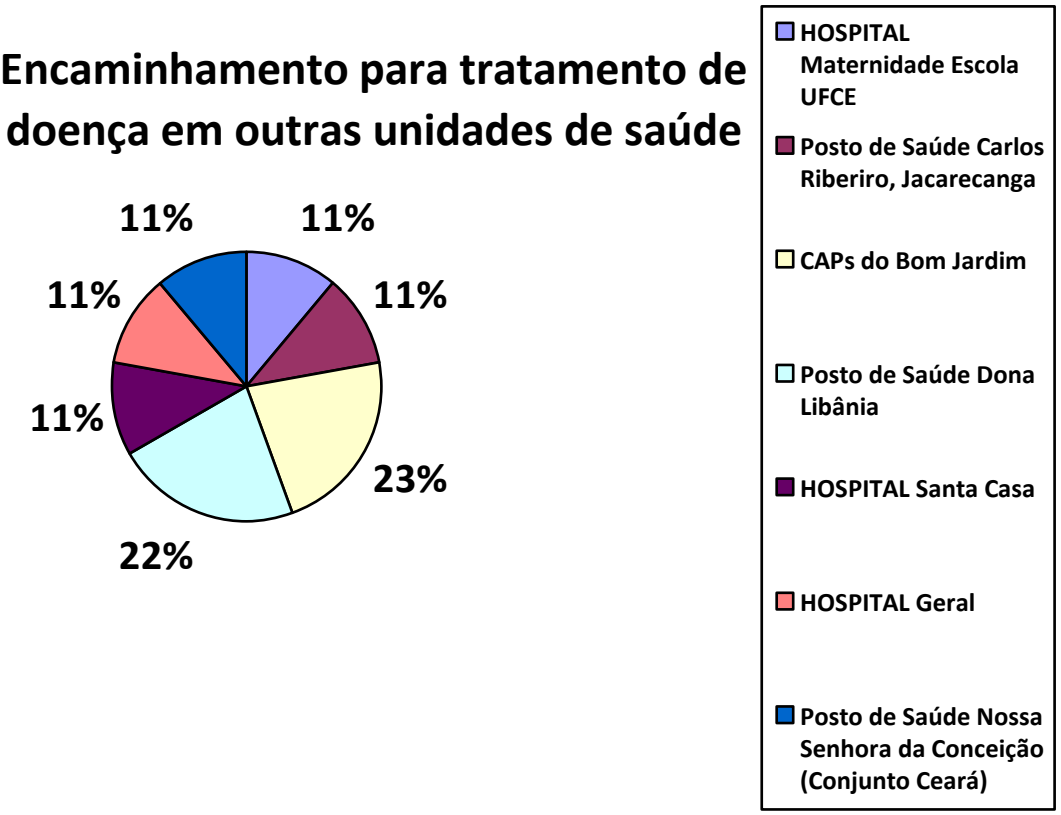
Também é informado pelas mulheres beneficiadas como o bolsa família que a cada seis meses há visitas de agentes de saúde as famílias para acompanhá-las: ver pressão; controle de diabetes etc. As reclamações feitas aos agentes de saúde, dizem, não há retorno.

A **E5 e a E12** possuem algum filho com um plano de saúde, a primeira justifica ter o plano pois os seus ex-maridos pagam pelos filhos, a segunda entrevistada diz que uma de suas filhas tem uma situação mais grave de saúde que justifica.

A **E10** diz que recorre a intermediação de políticos para ver resolvido mais rapidamente problemas de saúde grave, como cirurgias. Ela diz que é muito burocrático fazer exames ou marcar cirurgias na prefeitura ou estado sem a intermediação de políticos.

A **E9** relata que no bairro há muitos pobres que não tem dinheiro para ajeitar os dentes ou comprar óculos, muito menos dinheiro para o lazer.

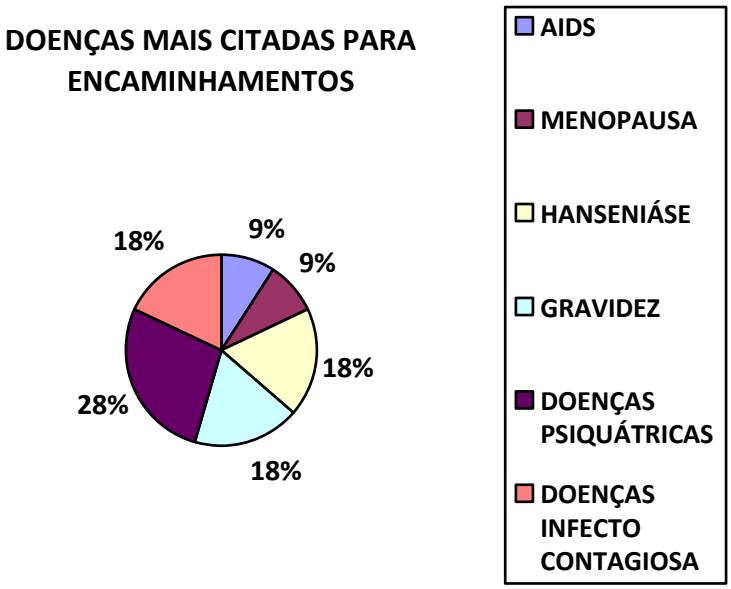
**Gráfico 34 - Encaminhamento para tratamento de doença em outras unidades de saúde**




Fonte: produzida pelo autor (2019)

Podemos observar que os casos de saúde que requer cuidados especializados são encaminhados para o devido tratamento. Encontramos grande incidência de doenças psiquiátricas em algumas famílias das beneficiadas, como também casos de doenças infecto contagiosas (tuberculose, hanseníase). Das entrevistadas, casos de contaminação por AIDS encontrou-se um só caso. A infectada com o vírus é uma das entrevistadas, tem uma vida normal e produtiva, pois controla através do uso de remédios apropriados. Geralmente o CRAS Genibaú dão um suporte e os encaminhamento necessários.

**Gráfico 35 - Doenças mais citadas para encaminhamentos**




Fonte: produzida pelo autor (2019)

Há uma relação inegável entre os níveis socioeconômicos de indivíduos e grupos e o estado de saúde, como também, infelizmente, com a organização, funcionamento e qualidade da prestação de serviço do sistema de saúde local. A pobreza e desigualdade como vimos produz doenças, como por exemplo, doenças infecto contagiosas devido a falta de cuidados generalizados com o ambiente em seu entorno (sua relação descuidada com o ambiente) e com cuidados apropriados com o corpo, por falta de dinheiro para comida. A desnutrição, por exemplo, tem sérios impactos na aprendizagem dos alunos e causam déficit de aprendizagem e consequentemente gera muitas dificuldades de acesso a emprego e ao sustento condizente dos familiares.

Com o aumento galopante do desemprego em nossos dias, muitos dos que já saíram do programa, foram obrigados a volta ao bolsa família. Agora sobre critérios restritivos na intenção de reduzir custos ao Estado no setor da assistência social. Isso devido à falta de visão governamental da atual administração que não inclui ações contra a pobreza como atividades econômicas que propiciam desenvolvimento.

Nas atuais condições de restrição de recursos públicos federais, estaduais e municipais só testemunharemos o aumento das reclamações acima feitas pelas entrevistadas. E um agravamento das situações de pobreza.

As condições de moradia e de vida no bairro são fundamentais para determinar as situações de pobreza e saber como agem essas mulheres beneficiadas com o bolsa família sob condições restritivas como o aspecto da criminalidade produzida pelo tráfico de drogas.

### 4.4.4 Moradia no parque Genibáu; a repercussão do contexto social na configuração dos indivíduos e famílias beneficiadas no Programa Bolsa Família

A **E1** caracteriza o bairro [Parque] Genibaú, onde mora, como violento, perigoso e inseguro: "*é muito perigoso. Muita morte. Um foi levado para matar pois, aqui, não pode roubar. Roubar na área é proibido*". Segundo a **E5** não há só um Genibaú, há três áreas que compõe o Genibáu, e as áreas do São Miguel, Parque Albano muito perto do Genibaú são as mais perigosas. "*Aqui não há só um Genibáu. Tem o um, dois e o três. O um e o três é mais perigo que o dois; é o que matam. Do Parque Albano pra lá. Também o São Miguel onde está a Feira do dez é perigoso...*" (E5).

"*As pessoas daqui constantemente vivem apavorada*" por causa dos "*tiros e das mortes*". "*Eu mesma me preocupo com a insegurança*": "*a polícia* [ronda, raio, que passa frequentemente] *deveria resolver, mas nada resolve*": "*quando chega já tem acontecido*". Aqui "*não se pode falar nada*". "*Todos se calam*".

O que tem no bairro de bom são os ónibus: "*podemos pegar na esquina*". "*Há também o trem*". Uma reclamação constante é a falta de dinheiro para o uso destes transportes. Reduzindo, portanto, o deslocamento destes moradores. Eles costumam usar a expressão, "*Não saio muito, só em casa*". Outra coisa boa é o CRAS [esse instrumento público está localizado no bairro Conjunto Ceará e não no bairro Ganibaú], "*que ajuda com o bolsa família*" e na inscrição na "minha casa*, minha vida*"".

A entrevistada não percebe a presença da PMF (Prefeitura Municipal de Fortaleza) no bairro, pois não liga os serviços de ônibus, a coleta de lixo e o CRAS como serviços da Prefeitura. Por isso ela diz "*Não há presença da Prefeitura aqui*".

Segundo um dos relatos colhido[195] com um dos agentes do CRAS a existência de serviços sociais públicos a disposição dos moradores do bairro não significam que esses serviços sejam efetivados e tragam benefícios objetivos para os moradores, pois se verifica a falta de verbas devido a cortes no orçamento direcionado a resolução de problemas sociais, como, por exemplo, a distribuição de enxovais para os recém nascidos em situação de pobreza, cadeiras de rodas, cestas básicas, atendimentos a idosos e crianças e falta de transporte para as visitas dos serviços sociais aos moradores do bairro. A própria E1 e outras dizem que já fazem muito tempo que não recebem cestas básicas e destacam a raridade das visitas dos agentes públicos do CRAS aos moradores. Alguns dos moradores dizem: "*eles são*

[195]Caderno de campo, 8 de dezembro de 2018. Entrevista com os agentes públicos no CRAS Genibaú.

*muito ocupados*" (E1); "*são muitas casas para visitarem por isso que não vem para minha casa*" (E5). Portanto, se há uma estrutura de serviços públicos como ônibus, coleta de lixo, os moradores não sentem a "mão" do estado próxima a eles. A presença da polícia é destacada como não efetiva na resolução dos problemas de segurança, daí os sentimentos de insegurança, impunidade ou medo dos moradores.

O único lugar social que a E1 frequente é quando é chamada para o PAIF. Ela disse que não participa de nenhum outro grupo no bairro. Há uma baixa socialização com outros, além de algumas vizinhas e familiares.

A **E2** diz "*a gente se acostuma a morar aqui*". "*Tem lugares mais perigosos do que aqui no Genibaú. Eu acho que o Genibaú está é calmo*".

A filha da E2 diz "*outro dia* [as facções] *mataram dois; iam matar outro, mas a política interferiu. Mas depois, mataram o rapaz*". "*Vivemos aflitos nessa situação e com medo de sair à noite*", diz a E2. "*Quando minha filha vai dormir na casa das amigas, fico preocupada*".

"*Todos temem as facções, inclusive a polícia que não quer se confrontar com eles*". "*Nada podemos fazer. Os cidadãos estão presos na sua própria casa, com medo, e os vagabundos estão livres na rua, soltos*". "*A polícia passa constantemente com carros e motos. Mas nada fazem. As vezes quando tem suspeitas, fazem busca de armas*".

A E2 lembra que quando morava no São Miguel a Igreja Universal faziam louvor e orava a Deus pedindo proteção para a casa e família dela. Foi nesse tempo que passavam muitas dificuldades, "*não tinha nada para comer, não tinha nada e minha filha doente*". A igreja lhes deu uma cesta básica. Mas tudo mudou quando veio receber o bolsa família através do CRAS, "*a vida melhorou 100%*".

A **E3** mora na Genibaú faz muito tempo, mas diz conhecer somente sua rua.

> "Esse pedacinho aqui já foi melhor, bem calmo. Hoje já tem muita violência. Essa rua era tranquila e calma, mas agora não é mais. Tem gente roubando aqui desde a 5 horas da manhã. Tomando celular das meninas quando saem para trabalhar. É difícil não ter. Tiroteio e morte é muito difícil. É mais para os lados do calçadão".

Segundo a E3 já foi feito abaixo-assinado e a paróquia também já reclamou: "*eu não sei qual é o problema que não se resolve*". Apesar que a "*viatura passa direto e de vez enquanto o raio faz batida. Eu acho bom. Mas não se resolve o problema*".

Ela diz que não conhece os problemas do Genibaú, mas há um problema nesta rua:

> "da Fernandes Távora até a padaria, não tem esgoto. Receberam o dinheiro do esgoto e não fizerem. Eu sei, pois a Cagese cobrou esgoto meu e eu fui lá dizer que não tinha. Elas disseram que no mapa tinha. O fiscal veio aqui e constatou que não tem. Água encanada tem. Fossa tenho na minha casa, no quintal".

Segundo a E3 não há espaço de lazer no Genibaú mas diz que a prefeitura fez uma areninha "*para aquele povo de lá*". "*Eu não gosto de andar lá*". Também de vez enquanto reformam a pracinha ao lado do Posto Galba, mas "*lá tem mais drogueiros que criança brincando. Faz até medo*".

A E3 frequenta o CSU (Centro Social Urbano no bairro Conjunto Ceará) da prefeitura para fazer hidroginástica, depois volta para o trabalho, "*cuidar das minhas obrigações*".

A entrevistada diz que o caminhão do lixo passa três dias na semana recolhendo lixo.

A **E4** diz que mora no Genibaú já faz 32 anos. Ela gosta de morar no bairro. Mas aqui "*mataram minha filha. Mataram a bala. Foi o ex-marido dela. Por ciúmes. Por maldade*".

O principal problema do Genibáu segundo a E4 são as drogas:

> Bem pertinho de casa tem uma boca de fumo. Uma boca de droga. Agora um bisneto meu, usuário de droga, ... ele pegou uma televisão que a mãe comprou por mil e tanto e colocou na boca de fumo, para comprar drogas, por 150 reais. (...) ... depois foram pegar a televisão, e eles [da boca de fumo] disseram, que agora era 250 reais.

Mas a polícia passa na rua e nada acontece. "*Aqui não se pode falar nada, dizer nada. Se não morre*"

A Entrevistada diz que só frequenta a Igreja da Paróquia Nossa Senhora de Fátima e vai ao CSU para a hidroginástica. Lá ela gostaria de fazer um curso de computação que é oferecido para os idosos.

A **E5** já mora no Genibaú a mais de 20 anos e diz que tudo é calmo na área onde mora pois.

> "Aqui não há só um Genibaú...estamos na área dois. Aqui já não pode roubar. Se roubar perde a mão. E tanto que aqui você não ver roubo...se você quiser resolver um problema, não chama a polícia, chama os caras, eles resolvem. Se ele verem que o cara é bonequeiro eles expulsam do bairro. Não pode entrar política prá cá. A polícia vem, mas ninguém diz nada a polícia.

O problema no Genibaú é o saneamento básico segundo a E5

> Aqui era cheio de rato. Minha parte [ao lado da casa dela passa um rio cheio de lixo] eu fechei, bati uma placa de cimento não aparece mais, mas prá lá, vem com o lixo

> muito rato. Aqui não era prá gente está forrando não. Era a prefeitura. Ela já veio aqui, só faz medir. Medir eu também faço. Só pegar um trema. Tudo o que cai, vem das casas lá de cima, cai nesse canal. Quando chove aqui esse canal, ele enche e entope.

Segundo a E5 no bairro Genibaú "*não há perturbação*", pois não sai, "*faz a festinha aqui mesmo com minha família. Faço um churrasco. Quem quiser que mora lá fora, não tenho nada a ver com isso*".

O ponto principal que a **E6** destaca sobre o seu bairro é que sua "*rua nunca foi asfaltada*", por um motivo

> Se você ver todas as ruas são asfaltadas, menos aqui. Dizem que essa rua nunca foi asfaltada porque o dono do [supermercado] derruba a liminar que sempre tem. Pois é do seu interesse que a avenida principal seja lá, que passe em frente ao [supermercado]. O plano que tinha é que os carros passariam lá e voltaria por aqui. Mas não foi pra frente. A prefeitura já tentou resolver mais o [fulano do supermercado], derruba a liminar. Mas essa rua é a rua mais calma que tem. Dificilmente tem assalto.

Na fala da E6 os interesses do supermercado com o uso de liminar impedem a melhoria do fluxo de carros na sua região, com um corredor de ida e volta, e consequentemente impede a sua rua ser asfaltada. Partindo desse raciocínio a Rua José Mendosa no Parque Genibaú concentra a maioria do comercio e movimento de dinheiro e que essa estratégia do supermercado impede o desenvolvimento do comercio de outras ruas paralelas.

A **E7** gosta de morar no bairro. Diz que a violência está em todo conto, mas destaca a falta de serviços como "*bodegas, padarias que preste*". Ela está falando de serviços com qualidade.

Ela remete a violência ao favelamento da região onde mora: "*a gente mora perto da favela*". Ele faz uma distinção entre o "aqui" e o "lá": "*lá estão as favelas*"; onde tem violência, mortes e venda de drogas. Mas o filho responde: "*aqui é uma favela*". Mas a mãe responde: "*prá dentro é mais favela*".

Ela diz também que falta *saneamento básico*[196], mas que há esgoto em alguns locais e recolhimento regular de lixo (segunda, quartas e sextas). Isso é reforçando pelos moradores e associações do bairro Parque Genibaú:

[196]O saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei nº. 11.445/2007 como o conjunto dos serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejos de resíduos sólidos e de águas pluviais. O Plano Municipal Básico de Saneamento (PMSB) é exigência prevista no Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), promulgado em 2013 pelo Governo Federal., e deve ser elaborado pelas prefeituras de todos os municípios do país como instrumento de planejamento e gestão nos municípios. O PMSB deve garantir a promoção da

> Iluminação, saneamento básico, saúde e educação são algumas das demandas que moradores e associações do Genibaú apresentaram, ontem, à vice-governadora do Ceará, Izolda Cela, durante o 1º Seminário Territorial do Ceará Pacífico no bairro, localizado na Regional 5 de Fortaleza[197].

A **E8** mora no Genibaú a 29 anos e diz que a violência (crime, assalto) hoje está em todo o canto. "*Antes era muito assalto, mas agora melhorou* [diminuiu a violência no Genibáu]". Para ela a violência reduziria muito no bairro se estivesse a frente "*um comandante* [de polícia] *que botasse lei*". Para ela falta o usa das leis existente para diminuir a criminalidade entre adolescentes e completa dizendo "ser contrária a pena de morte", mas a favor "da redução da maioridade penal".

> Eu não sou a favor da pena de morte. Falar em morte, já tirando a vida de alguém, mas pra ter uma lei, não isso. Eu sou a favor da diminuição da idade penal para adolescentes. Esses adolescentes acham que prá eles, não existe lei. O grande não se mete [os donos dos tráficos] e manda esses de menor fazer tudo de ruim. Porque não tem lei pra eles. Eles ponde fazer o que querem.

A E8, como é uma microempresária, destaca que o bairro tem uma vocação para o comércio e a explicação situa-se:

> "...O que tem de bom, são muitas famílias boas. Onde tem famílias tem coisas boas. Um bairro bom, bem movimentado, é bom para o comercio. Essa área da avenida Genibaú é bom prá o comércio. Eu acho melhor que o conjunto Ceará. O bairro é bom prá trabalhar.

A **E9** moradora do bairro a 30 anos destaca que os líderes do tráfico são jovens: "*sãos jovens. Quando há problemas na região são eles que resolve*".

A **E10** mora a quase 17 anos no bairro e se sente atormentada e com medo de ser morta por causa do seu filho ter matado um outro jovem. Ela conta essa situação

> Eu queria vender a casa desde o acontecimento do assassinato. Eu precisei sair com minha família por 7 meses fora pra casa de minha mãe. Hoje eu não durmo mais

---

segurança hídrica, prevenção de doenças, redução das desigualdades sociais, preservação do meio ambiente, desenvolvimento econômico do município, ocupação adequada do solo, e a prevenção de acidentes ambientais e eventos como enchentes, falta de água e poluição. Sobre isso consultar: <http://www.tratabrasil.org.br/blog/2018/04/12/aspectos-precisa-saber-saneamento/>. Disponível em 24 de abril de 2019. Também consultar PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE FORTALEZA CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE E AGÊNCIA REGULADORA DE FORTALEZA – ACFOR. Diagnóstico do Sistema de Esgotamento Sanitário Revisado Junho / 2014 [<https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/infocidade/diagnostico_do_sistema_de_esgotamento_sanitario.pdf>. disponível em 25 de abril de 2019].

[197]Jornal O POVO. Moradores do Genibaú apresentam demandas para a vice-governadora | CEARÁ PACÍFICO. 20/05/2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/dom/2018/05/moradores-do-genibau-apresentam-demandas-para-a-vice-governadora.html>. Acesso em 25 de abril de 2019.

> direito, eu tenho depressão. Eu fui ameaçada. A mãe do morto mora perto daqui. Quando eu passo ela fica apontando. A gente não quer o que aconteceu. Agente morava perto, mas sem relacionamento de vizinhos; engraçado uma convivência bem perto de casa e a gente não sabia, só depois que a agente ficou sabendo da parte de lá que o que morreu não era boa pessoa. Aí aconteceu o que aconteceu. O motivo da morte foi negócio de ciúme. Acontece que faltou ele [filho dela] se controlar, precisava se controlar nessas coisas. Se não acontece e perde a cabeça. Mas o acontecimento foi coisa que me chocou. Eu já moro aqui a muito tempo. Eu estou desgostada do lugar. Mas eu não tenho para onde eu ir. Só passando um carro eu já tenho medo. Medo de que alguém faça alguma coisa comigo e minha familiar.

A E10 também destaca a inexistência de lazer no Parque Genibaú. O lazer que existiu no passado era a *Vila no Conjunto Ceará*, hoje local de consumo de drogas, segundo ela. Também reclama do poder público por não existir nada no bairro voltado aos jovens e idosos.

> Aqui no Genibaú já teve alguma coisa boa. A vila do conjunto Ceará. Tinha muitas atividades. Tinha piscina. Tinha coisas para os adolescentes. Eu fazia atividade na vila. Fazia ginastica. Não tem mais essas coisas. Ficam dizendo que vão ajeitar, mas só tem gente consumindo drogas. Eu vejo tudo como fazendo parte. Pois aqui mesmo sendo o Genibaú a luz diz que é Conjunto Ceará. Depois do trilho é outro município Caucaia. Parque Albano. Tem o CITS[198] (Centros de Inclusão Tecnológica e Social) onde eu fiz curso de informática lá. Eu tinha vontade de fazer corte e costura. Eu acho que vou lá de novo ver o que tem de curso ou ginástica. Mas aqui no Genibáu não há nada para os jovens, seria tão bom, nem para os adultos e idosos. Nosso bairro não há nada disso. Precisa ter. Seria por causa da ser violento.

Também a E10 diz que costumava fazer com a irmã dela um bazar para ajuda na casa. Isso a fazia bem, a deixava se sentindo útil, mas teve que superar a vergonha de mexer com o que lhe parecei antes como coisa menor, mas viu que isso era besteira de sua cabeça (medo do que iria pensar outros).

> Aqui e acola eu fazia com outras (incluindo minha irmã) um bazar na feira do Genibáu para ganhar um dinheirinho. A gente apura 20 reais, 30 reais. Isso já serve muito para ajudar nas despesas de casa. Era uma coisa que me prendia, mas eu tinha vergonha. Mas foi indo, foi indo e eu passei a gostar. Nunca mais eu fui, mas vou retomar.

A **E11** relata que o principal problema do Genibaú é o tráfico e, por isso, pouco sai de casa. Somente para o trabalho e Igreja. A entrevistada gostaria de sair do bairro e morar em outro lugar por problemas com o ex-marido.

A **E12** gostaria de morar em outro lugar, pois o bairro não é adequado para criar as suas duas filhas pequenas. Queria vender sua casa e mudar-se para outra. Segundo ela o tráfico, as drogas a olho nu tornam o ambiente do bairro muito pesado.

---

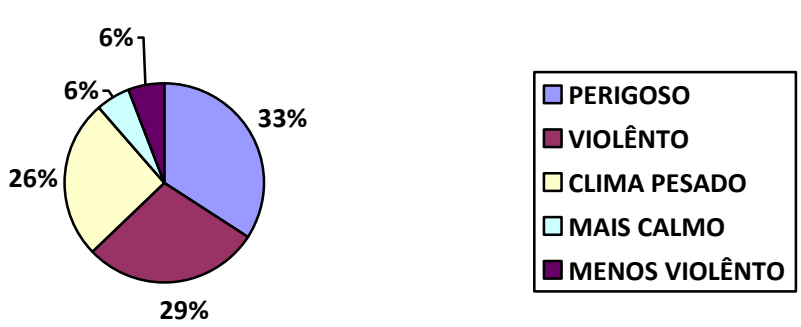
[198]O centro disponibiliza cursos, com por exemplo, organização de eventos, secretariado, recepção, atendente de farmácia, recepcionista em serviços de saúde, telemarketing, operador de caixa, cozinheiro, confeiteiro, salgadeiro, auxiliar de massoterapia, informática e inglês.

> O [meu filho, fulano] nasceu noutra rua (Campo Verde), ele veio para cá com uma mentalidade já formada e eu sei que ele é um menino que não vai envolver-se com essas coisas. Mas as meninas são muito pequenas. A minha vontade e de meu esposo é de não ficarmos aqui por muito tempo. As condições financeiras for melhorando a tendência a nos mudarmos.

A entrevistada também destaca a importância da educação da família, em termos de possibilitar uma mentalidade adequada para o seu filho, para não se envolver com drogas. Segundo ela o que impedem a mudança são as condições financeiras precária da família atualmente. Também é destacado seu estado de atenção [“*um cuidado atento*”] com os acontecimentos que possam prejudicar a vida futura de seus filhos e ver que as outras pessoas e famílias tratam o problema da violência e das drogas no bairro como costumeiros e, portanto, deixaram de se preocupar com a influência deste contexto sobre a família.

A partir daqui reunimos alguns pensamentos comuns desenvolvidos pelas entrevistadas com a intenção de estabelecer um retrato da comunidade mais próximo. O primeiro aspecto a ser tratado é **a descrição** dos moradores do bairro Parque Genibáu sobre o seu **contexto**. No bairro há três Genibaús: a área um e a área três são os mais perigosos. Destaca o bairro São Miguel, o Parque Albano (no Município de Caucaia) que estão em torno do Bairro Genibaú em termos da influência das facções criminosas e o tráfico de drogas. O bairro é caracterizado como violento, perigoso, inseguro e “com um clima pesado” para crianças e jovens cresceram. No entanto muitos moradores dizem que gostam de morar aqui pois *crimes, assaltos, mortes* estão em todos os cantos. Enquanto outros gostariam de se mudar. Outros sentem medo de ser assassinados. A **E4** diz “*aqui mataram a minha filha*”.

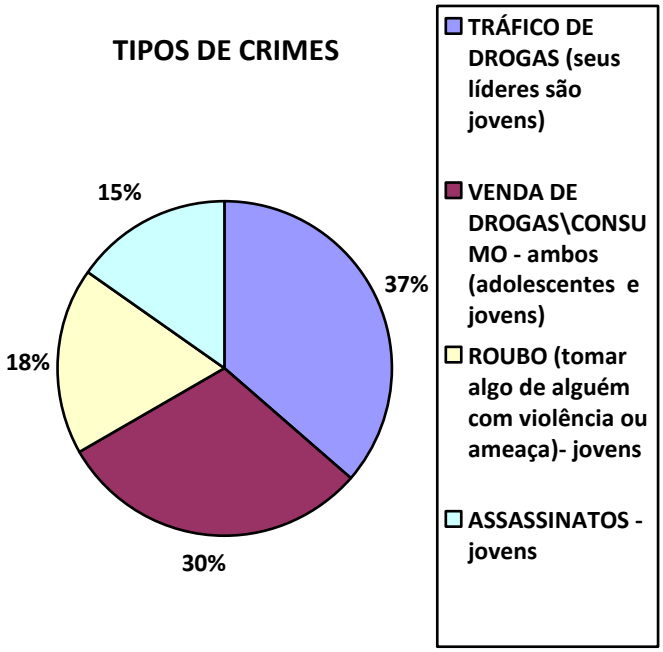
**Gráfico 36 - Descrição do ambiente do bairro**




Fonte: produzida pelo autor (2019)

Sobre o principal **problema do bairro**: **70%** das entrevistadas apontam o tráfico de drogas, controlado pelas facções criminosas. A **E2** diz "*acostumamos morar aqui*" e as **E11 e E12** dizem que gostariam de ir embora para outros bairros, pois o bairro "não é adequado para criar os filhos"; "*o tráfico de drogas torna o ambiente do bairro pesado*" (**E12**). A **E7** dentre outras (**E3 e E5**) reclamam que no bairro não há Saneamento básicos em todo as áreas no bairro. A **E5** diz que os chefes do tráfico na região são novos em idade.

**Gráfico 37 - Tipos de crimes**

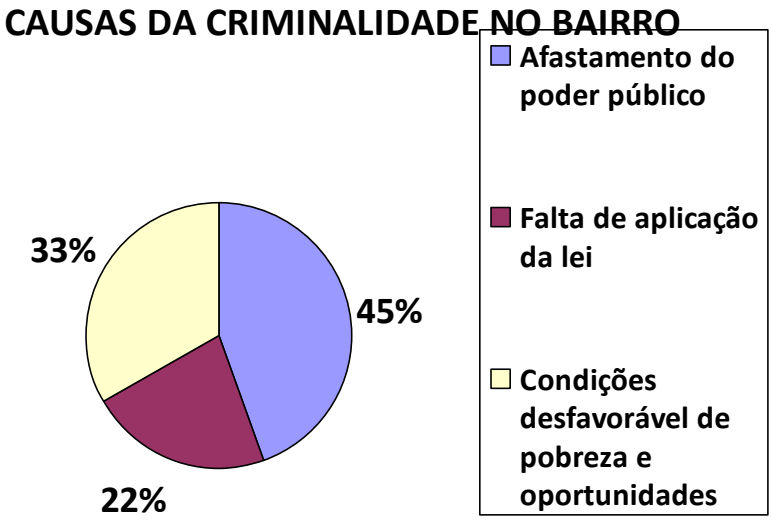



Fonte: produzido pelo autor (2019).

Segundo **45%** dos moradores sentem falta da **presença do Estado** na região: se sentem "*apavoradas por causa de tiros*", "*com medo de sair à noite*", "*presos em suas casas e os vagabundos soltos nas ruas mandando*"; a melhor atitude é "*ficar calados, ninguém viu nada*", "*tenho medo de ser morta*". A **E12** diz "todos se acostumaram", mas o que não estamos nos perguntando é: "*e a influência desse ambiente sobre a família e nossos filhos*".

Sobre **a origem da criminalidade** no bairro: **45%** dizem ser por causa afastamento do poder público da vida do bairro por muito tempo; **22%** reclama da falta do uso de leis para diminuir a criminalidade entre os adolescentes (**E8**); já para **33%** das entrevistas o favelamento no bairro (empobrecimento) contribui para o surgimento do crime.

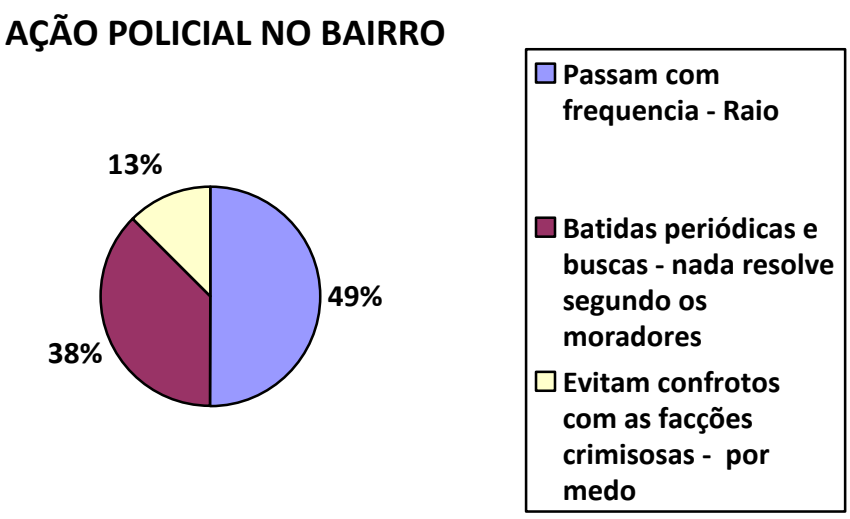
**Gráfico 38 - Causas da criminalidade no bairro**




Fonte: produzido pelo autor (2019)

Sobre **o papel da polícia** no bairro Genibaú **49%** dos moradores dizem que passam o raio com frequência com carros e motos, mas nada fazem. Às vezes, para **38%** das entrevistadas, quando há suspeitas, fazem alguma batida e buscas. Mas nada resolvem. Para **13%** das entrevistadas a própria polícia teme as facções e, por isso, não querem se confrontar com ela. Por isso há muita insegurança (**E1**) no bairro. A **E8** diz que a violência diminuiria se houvesse "*um comandante de política que botasse lei*". "falta o uso da lei...". Somente uma pessoa, a **E8**, diz que a solução para o problema de violência no bairro é a redução da maioridade penal, mas é contra a pena de morte.

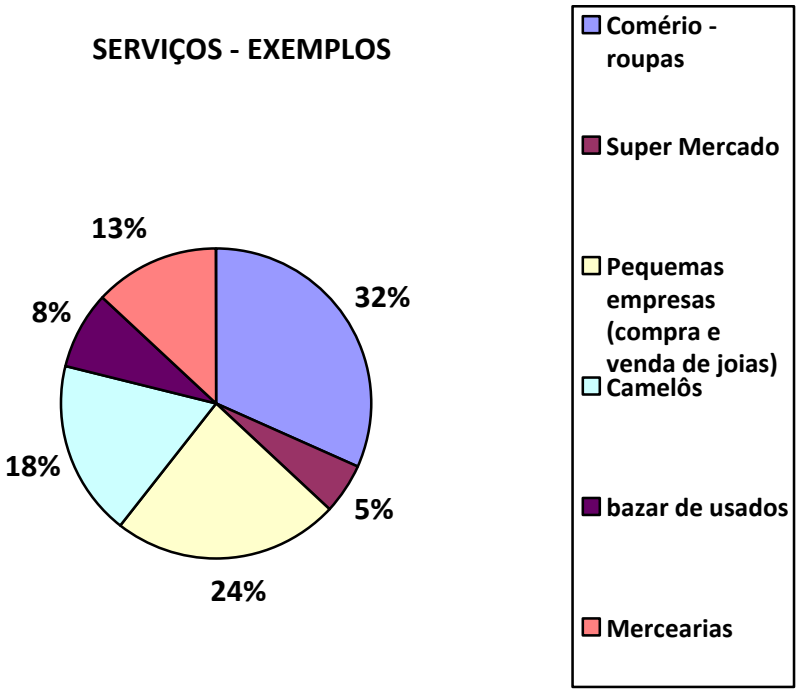
**Gráfico 39 - Ação policial no bairro**




Fonte: produzido pelo autor (2019)

Sobre **os serviços encontrados** no bairro. Muitas das entrevistadas citam que o bairro tem uma vocação para *o comercio*, "*vende melhor que no Conjunto Ceará*". Há pelos relatos presença de microempresas informais que lida com *venda de roupas*. Há também no bairro "*bodegas, padarias, mercadinhos*. Há práticas de se montar *bazares* para vender e ajuda nas despesas de casa. As entrevistadas relatam que ajudaria muito o despertar do bairro [na vida dos negócios] aumentar a socialização entre os vizinhos e famílias. Mas um problema surge: "*falta dinheiro*" é um problema bastante citado. A prefeitura segundo algumas entrevistadas deveria oferecer oportunidades de formação para o emprego, que hoje não há, voltados para jovens e idosos. Diversificar os lugares do tráfeco de ônibus pelo bairro, pois há muitos empresários de supermercados grandes que entram na justiça para não deixar circular ônibus por outros ruas. Isso justifica porque muitas ruas nunca foram asfaltadas. As entrevistadas relatam que *o dinheiro* do Programa Bolsa Família ajuda muito na economia local, pois segundo a **E2**, "*os comerciantes facilitam a compra de produtos fiados, pelo uso do caderninho, pois sabe que muitos dos moradores recebem o bolsa família*".

**Gráfico 40 - Serviços - exemplos**




Fonte: produzido pelo autor (2019)

Muitos reclamam que no bairro Parque Genibaú que não há **espaços de lazer**. Muitos espaços que existem estão fora do bairro, mas já fecharam como a vila do Conjunto Ceará perto da Escola Liceu do Conjunto Ceará. Há poucas praças no bairro, mas quando

reformam são "*ocupadas por drogueiros*". Algumas das entrevistadas, frequentam o CSU (Centro Social Urbano da Prefeitura) que fica no bairro Conjunto Ceará para fazer hidroginástica. É um centro gratuito que tem diversas atividades, mas que não se encontra no bairro Genibaú.

O tráfico de drogas sob a tutela das facções criminosas está submetido a organização de uma empresa, uma mais que outras, mas uma empresa do crime gerida "por jovens", como diz as entrevistadas. O sistema funciona tendo como modelo a solidariedade entre os traficantes (criminosos) e, portanto, o mesmo modelo de capital social encontrado facilmente nas periferias para suprir suas necessidades de proteção social se falta a presença do Estado. A presença do Estado como foi mostrado é tímida o suficiente para permitir esse empreendedorismo de negócio. Pelo que ouvi das entrevistadas, o tráfico é um fator muito negativo para a vida de seus moradores, portanto, não podemos dizer, baseados em nossos dados, que seus moradores apõem suas iniciativas, mesmo quando afirmam que há regras nas quais pela obediência a esses ditames vive-se sem choques com as facções.

Creio baseado nas entrevistas afirmar que a vida cotidiana das periferias sempre foi, historicamente, tratada com a desconfiança dos poderes públicos, devido ao enorme grau de suspeita da capacidade organizativa de sua sociabilidade. E isso acontece por um fator muito simples, o preconceito e o racismo incrustado das elites burocráticas do Estado sobre os pobres. Eles são tratados antecipadamente pela ótico de movidos pelos desejos sem controle e não pela razão. Isso deve explicar a ação violenta e pitoresca da repressão de tratar todos pobres como criminoso em potencial. Cabe ao estado reprimi-los, contê-los em seu lugar social evitando esparramarem por locais que frequentam trabalhadores honestos (submetidos ao sistema de trabalho sem contestação nenhuma) e locais de consumo. Seja por isso ainda que há poucas políticas reais de inclusão dos pobres na formação e inclusão no mercado de trabalho. Portanto, finalmente, falta aos jovens da periferia do Parque Ganibaú oportunidades educativas e de trabalho para encontrar novas opções e por os pés em outras oportunidades de desenvolvimento pessoal e local.

Deixemos os aspectos da moradia e partamos a examinar o mundo dos sonhos das beneficiadas com o bolsa família. Afinal, seus sonhos recebem algum freio? Sabem elas o caminho para realizá-los?

### 4.4.5 Sonhos, Pessoais e Profissionais

Sobre a realidade dos sonhos pessoas e profissionais ou das necessidades prementes podemos dizer que **as entrevistadas 1,2 e 9 querem ter uma casa própria. A entrevistada 1** inscreveu-se na "*minha casa, minha vida*" aconselhada pelas Assistentes Sociais do CRAS Genibaú. **A entrevistada 9** diz que não tem condições financeiras de comprar uma casa (atualmente mora numa casa cedida pela mãe) mas quem sabe no futuro colocar um piso no chão, colocar a janela (que quebrou) e porta no banheiro. Ajeitar as goteiras. A **entrevistada 2** deseja ganhar na loteria para compra uma casa para ela e suas filhas.

A **segunda prioridade das entrevistadas 1, 2,** são respectivamente: ter sua própria bolsa família, porque precisa; ganhar na loteria para dar conforto as filhas e comprar uma geladeira, um liquidificador (o fogão dela só têm duas bocas);

**As entrevistadas 5, 6, 7 e 10** sonham em ajeitar a casa. A **entrevistada 5** diz que ajeitando a casa será bom demais. Quer fazer um andar em cima. Elas contam com a ajuda de sua mãe que sempre está a apoiando. **A entrevistada 6** diz que sua casa foi uma conquista e está a ajeitando aos poucos. A **entrevistada 7** diz que aos poucos vai reformando a casa. Fez diversas intervenções com a ajuda do marido que é carpinteiro. Fez os móveis e armários. A **entrevistada 10** diz que a casa, um quartinho, foi construída aos poucos com a ajuda do cunhado que é pedreiro, mas que precisa rebocar, passar um cimento.

Uma **segunda prioridade das entrevistadas 5, 6, e 10** são respectivamente: dar uma vida melhor para os meus filhos (um cantinho); tornar-se empresário. "Se der certo, deu. Se não der certo, não deu"; ter uma carteira assinada (ela já tentou continuar os estudos, mas não conseguiu. Ela não trabalha. Tem problemas psíquicos).

A **entrevistada 3** diz que está construindo com o marido uma casa no interior para quando se aposentar lá morar. Faz aos poucos quando lá visitam.

**A entrevistada 11** trabalha, mas não ganho um salário mínimo. Gostaria de tornar assalariada para ajeitar a casa. Está sem forro, quando chove molha tudo.

**A entrevistada 8** diz que seu sonho profissional é melhor sua lojinha, ampliar e receber acompanhamento do SEBRAE.

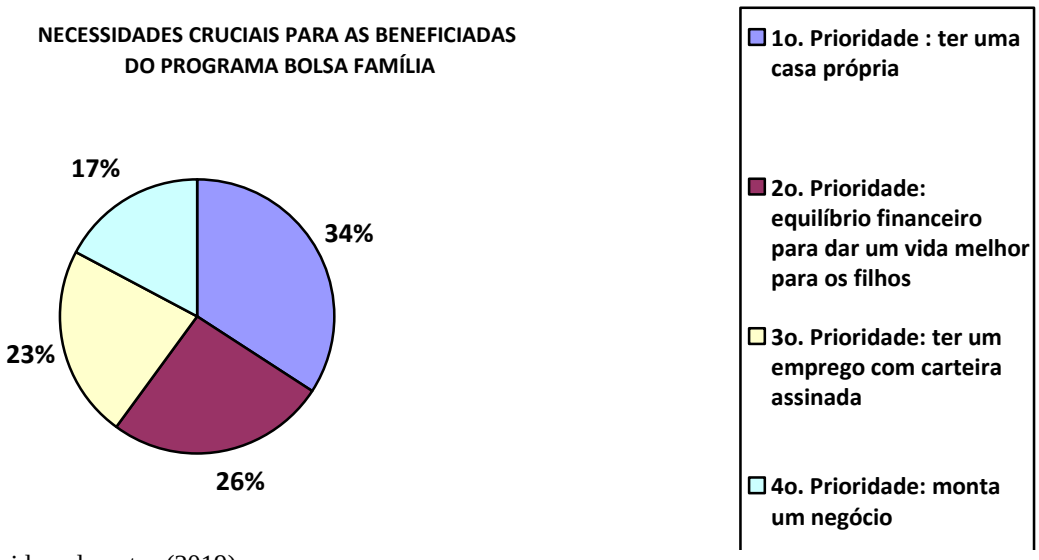
**A entrevistada 12** diz que o sonho da família é melhorar financeiramente para ter a casa arrumada (ainda precisando rebocar e pintar), abastecer sua casa com alimentos e ter o direito de ter lazer.

A **entrevistada 4** não explicitou seus sonhos pessoais e profissionais.

Fazendo uma ***síntese geral das informações***: para **34%** das entrevistadas os seus sonhos giram em ter **a casa própria** ou, quando as entrevistadas as tiverem, gostaria de reformar.

Uma segunda prioridade para **26%** das entrevistadas é dar conforto e uma vida melhor para seus filhos e, para isso, ter **equilíbrio financeiro**. Uma terceira prioridade para **23%** das entrevistadas, ter um **emprego com carteira assinada**. Uma quarta prioridade para **17%** das entrevistadas é **montar um negócio** e ter uma lojinha para vender roupas e joias. Depois seguem sonhos diversos: ter seu próprio bolsa família (**E1**); comprar uma geladeira, um liquidificador e um fogão (**E2**).

**Gráfico 41 - Necessidades cruciais para as beneficiadas do Programa Bolsa Família**




Fonte: produzido pelo autor (2019)

**45%** das entrevistadas possuem a casa própria, algumas sem escritura. Essa condição de não possuir escritura legalizada da moradia se reflete nos baixos salários dessas moradoras; muitas delas moram numa casa apertada e, muitas vezes, inacabada; **25%** desejam fazer alguma reforma em sua casa (pintar, colocar um piso, forrar, rebocar, ampliar). Falta crédito aos pobres; outras, por causa do contexto da criminalidade querem mudar, mas mão podem. **30%** pagam aluguel e necessitam ter uma moradia e, por isso falam do programa "*minha casa, minha vida*". Todas as entrevistas já moram no bairro Genibaú a bastante tempo. Fixaram laços.

A ***moradia*** para todas as entrevistas (**100%**) é ***um bem necessário***; ter moradia significa *proteção, segurança* e, portanto, *é um* ***direito***. A casa, para as entrevistadas, não pode ser simplesmente lugar de proteção, mas lugar de bem-estar — um *viver descente* —,

mesmo num espaço comprimido como encontramos no bairro Genibaú. As mulheres falam em reformar com a ajuda da mãe sua casa para dar conforto os filhos (“*minha mãe vai ajudar comprando tijolo, cimento. Sempre conto com ela*”, **E5**); contam com ajuda (capital social) de parentes que são pedreiros que ajudam a construí e pintar. Falam que, com muito sacrifício, utilizam um pouco do dinheiro do programa bolsa família para completar a compra de algum produto para a reforma. Falam de sacrifícios. Tudo é feito através da ajuda familiar ou de vizinho. A tentativa de criar um ambiente de casa. Não ter recurso e nem financiamento público é o grande empecilho da concretização da casa almejada para a família e, por isso a solidariedade familiar. A casa é local de segurança contra a violência; mas acontece que esse espaço da casa é violado, invadido por traficantes a mando das facções criminosas que expulsam seus moradores[199]. A falta da presença do Estado através da polícia para garantir a segurança familiar (da casa) contra os criminosos é um problema; ou, se submete a proteção do tráfico que exigem contrapartidas para não serem incomodados. Essa experiência de medo e insegurança por falta da presença do Estado, com a proteção, e, enquanto sujeitados a violência policial é um modo de vida que caracterizaremos pela ***segregação***.

O problema da falta de moradia (**30%**) para muitas das mulheres e famílias, beneficiadas com o Programa Bolsa Família, − muitas delas são chefes de família − se resumem a viverem de aluguel. Aluguel pago com muito sacrifício. E, por isso, que na boca delas o desejo de serem beneficiadas com o programa “*minha casa, minha vida*” do governo federal. Portanto a moradia é uma reivindicação aos poderes públicos das mulheres beneficiadas com o programa de transferência de renda, bolsa família.

Obter equilíbrio financeiro é um desejo para **26%** das entrevistadas. A renda que os sustentam não consegue suprir suas necessidades e, muitas vezes, as expressões que ouvimos são: “*cobre uma coisa, descobre outra*”, “*esse mês está aperreado*”. E ter equilíbrio financeiro é ter um emprego/trabalho com carteira assinada (**23%**) e melhorar as condições de vida para a família. **17%** das entrevistadas falam das condições incertas dos empregos dos maridos e companheiros e delas mesmas, reclamam do desemprego e, muitas pensam, outras, montam seu próprio negócio com ajuda dos companheiros e filhos. São negócio informais. Outras pegam no batente lavando, passando, fazendo faxina, prestando serviços. Uns começam e terminam, outros permanecem, mas na informalidade.

[199] G1 Ceará. Bando suspeito de expulsar moradores é preso dentro de casa ocupada no Ceará. Pelo menos 52 famílias foram expulsas de casa por facções criminosas em Fortaleza. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2018/07/20/bando-suspeito-de-expulsar-moradores-e-preso-dentro-de-casa-ocupada-no-ceara.ghtml>. Acesso em 21 de agosto de 2019.

Os sonhos a serem projetadas muitas vezes são limitados pela condição de pobreza. Aí vem um Programa social que oferece uma bolsa em dinheiro. Será a solução para as restrições que a vida impõe?

### 4.4.6 O Bolsa Família e os impactos nas famílias que moram no bairro Parque Genibáu

A primeira notícia que a **E1** nos informa é que precisou da Assistência Social, através do CRAS, para manter sua família. Conversou com a Assistentes Social sobre sua situação precária familiar e de sua saúde. Foi feito sua inscrição no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família. Ela, portanto, é a responsável no Cadastro Único pela sua família. Estão inscritos ela, sua filha, grávida, seu cunhado, - que faz bico - e sua neta. Quem recebe a ajuda do Programa bolsa família é sua neta, no valor de R$ 130, 00 reais.

Segundo ela, o bolsa família é para "*beneficiar* [famílias*] as mais carentes*. *Como ela*". E a carência é identificada em famílias que precisam suprir as necessidades primárias, como "*pão, leite*", "*uma frauda*" para a neta. "*Muitas pessoas não têm dinheiro para comprar o pão*". Ela também fala da importância da ajuda do corpo familiar ampliado para a manutenção da sua casa. Ela trabalha lavando, passando, fazendo faxina e em troca recebe algum dinheiro para completar a renda familiar.

Mas a E1 identifica famílias que não são carentes que recebem do Programa. Elas têm casa, carro, moto e, portanto, não são carentes. Essas pessoas "*vivem melhor que ela*". Para ela "*isso é errado*" pois o programa não é para esse tipo de famílias.

A entrevistada, portanto, identifica a *pobreza* com o aspecto da *subsistência*. Mas o estado de pobreza não é apenas não dispor de bens de primeiras necessidades. Há também a pobreza de proteção, pobreza de afeto, pobreza de entretenimento que encontramos nas falas das entrevistadas como um todo. Pobreza não é apenas falta de subsistência. Mas como diz DEMO (2003) pobreza é não poder comandar o seu própria destino ou como diz AMARTYA SEN (1999) não se identificaria apenas com o não ter, mas o não ser ou está impedido de ser.

A E1 diz que os recursos direcionados as famílias pelo Programa Bolsa Família são "*muito pouco*", mas, para as famílias "*carentes é uma ajuda muito grande*". No entanto não oferece as condições para as famílias saírem da pobreza: "melhorar sua situação". "Há no bairro muita carência" e, por isso, há a necessidade de aumentar o valor da bolsa.

Também a entrevistada faz uma observação sobre o impacto do dinheiro do bolsa família na econômica local: os comerciantes da região vendem fiado, através do caderninho,

às pessoas que participam do Programa bolsa família, pois sabem que todo mês entram algum dinheiro. Isso dá segurança.

A E1 relata que durante o período que está no Programa nunca participou de avaliações coletivas sobre o programa e nem lhe pediram sugestões para a sua melhoria. Seria importante um acompanhamento mais de perto das famílias, de suas necessidades. "*Ouvir as famílias*". Para poder "*dar orientações*" para que as famílias possam se desenvolver (sair da pobreza). Ela diz não saber quem criou o Programa bolsa família.

A **E2** conheceu o bolsa família quando lhes falaram do CRAS Genibaú, quando num momento de muita dificuldade. Lá inscreveu-se no Cadastro Único e passou a receber: inicialmente, ela ficou responsável em receber o dinheiro por sua filha, mas como deixou de estudar, o dinheiro foi cortado. Depois inscreveu no Cadastro Único seus dois netos. Passou a receber pelo bolsa família o valor de R$ 110, 00 reais. Os netos não moram com ela, mas com sua filha mais velha.

O dinheiro da bolsa, a E2 diz gastar na compra do gás e alimento. Pois segundo ela o dinheiro é um importante complemento de renda para o sustento familiar. E que precisa. Antes do bolsa família diz ela, "*passei muitas dificuldades para viver*". Ela recebe o dinheiro pelo Banco Caixa Econômica Federal, via cartão.

Para a E2 o Programa Bolsa Família deveria ser ampliado no bairro, pois há "*muitas pessoas necessitando desta ajuda para se sustentarem. São pobres, carentes. Que passam fome. E estão desempregados".* Uns, que precisam realmente desta bolsa, por serem necessitados, se inscrevem e não conseguem e, outros, que não precisam deste dinheiro, inscrevem-se e conseguem rapidinho. "*Eu tiro por mim, eu preciso do bolsa família. Mas tem gente com aposentadoria, com carteira assinada, não pode. Eu acho isso errado*"[200].

A E2 diz que o valor do dinheiro da bolsa está bom para ela, pois é uma ajuda no sustento familiar.

> Pois isso é uma ajuda pós pobres, pós carentes. Tem muita gente que tem raiva do programa bolsa família, pois acham que o dinheiro é fácil. Fácil por quê? Se está beneficiando um bocado de crianças, que tem muito criança com fome, que tem dia que não tem nem o que comer. É Verdade que tem pais e mãe, mas cadê o trabalho. O trabalho está difícil. O bolsa família já é uma ajuda. É isso. O mais importante é atender os que precisam. O bolsa família ajuda a diminuir a pobreza, pois serve para comprar uma roupa, um chinelo, comprar a matéria da escola.

[200]A pobreza absoluta é definida por DEMO [Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira. São Paulo. Armazém do Ipê. 2006.] como a pobreza material, e a pobreza relativa como a distância entre ricos e pobres. O autor afirma que no ataque à pobreza absoluta bastam políticas distributivas de transferências de renda; enquanto para erradicar a pobreza relativa são necessárias políticas redistributivas que desconcentram a renda entre a população. ALENCA, Luciana Cordeiro de; FEITOSA, Gustavo Raposo Pereira. Repensado a pobreza e a concepção de necessitado na atuação da defensoria pública. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=460d2456c49e58db>. Acesso em 01 de maio de 2019.

A E2 deixa transparecer que há muitas *famílias desempregadas* [ou que vivem de bicos ou com salários reduzidos como outros entrevistados também relatam] que também deveriam receber algum dinheiro do Programa Bolsa Família, pois o sustento da vida através do acesso ao trabalho está muito difícil. Ela mesma trabalha, mas não ganha salário integral, somente uma ajuda.

> a adoção do conceito pecuniário [como critério do Programa Bolsa Família], isoladamente, não retrata a real dimensão desse fenômeno [, da pobreza]. Faz-se necessário, para a análise integral, verificar outros aspectos importantes como o grau de acesso (ou falta de acesso) que uma população tem aos serviços públicos essenciais, a integração profissional e social das pessoas, dentre outras dimensões na vida dos indivíduos e grupos. Baixos indicadores de renda pessoal ou familiar podem vir acompanhados de oferte de alguns serviços públicos que ampliam a qualidade de vida e superam, por vezes, eventuais benefícios do incremento dos rendimentos. A possibilidade de usufruir de escolas, transporte, saúde pública ou saneamento interferem significativamente sobre os padrões e vida dos cidadãos e na sua capacidade de gerir os recursos obtidos com o trabalho. Tal complexidade exige um olhar mais acurado sobre os sentidos da pobreza, especialmente pelo caráter histórico e culturalmente contextualizado que o conceito pode ter[201].

Para a E2 as exigências das condicionalidades em saúde e educação feita pelo Programa Bolsa Família aos pais é importante pois a frequência destas crianças ao médico e a escola obrigam as mães a acompanhar seus filhos e isso é fundamental para preparar as crianças para um futuro melhor.

Segundo a E2 ela nunca foi chamada a participar de nenhuma reunião de avaliação do programa e dar alguma contribuição.

> seria importante os beneficiários participar de alguma forma, dando opinião e contribuir para a melhoria do programa, pois o bolsa família não é para beneficiar a gente? Eles [os técnicos do governo] deveriam "participar" mais com a agente, não só quando fazer algum cadastro. Uma das coisas que ela nota e sugeriria ao programa é incluir os mais pobres, os mais necessitados no programa, pois ela ver muito pobreza no Genibaú. Se ela fosse convidada a participar de alguma reunião ele participaria com certeza.

Para a E2 o criador do Programa Bolsa Família foi o Presidente Lula pois

> O Lula pensou nos pobres. Ele via que tinha muitas famílias carentes [a filha também respondeu: que o Lula pensou nos pobres]. Ele quis ajudar pois o Lula já foi muito humilde. Ele era pobre, como nós.

Para a E2 a pobreza é uma situação difícil de se sair quando ainda houver muita concentração de renda nas mãos de alguns. Como já foi mostrado em outro lugar.

[201]ALENCAR, Luciana Cordeiro de; FEITOSA, Gustavo Raposo Pereira. Id, Ibid.

A **E3** diz que sua ex-nora foi quem inscreveu a filha no Programa Bolsa Família no CRAS Genibaú. A sua neta vive com a ajuda do dinheiro do Pai e ela, a educa. Não precisa do dinheiro do governo. Quem usufrui o dinheiro da bolsa é sua ex-nora e sua outra família. Constatou-se que a família citada é de baixa renda. A E3 não sabe o valor em dinheiro recebido pelo programa pela sua ex-nora.

A E3 diz que o bolsa família era a antiga bolsa escola. É direcionado para ajudar as "*pessoas muito carentes*", mas que elas tratam como "*uma tábua de salvação*"

Segundo a mesma entrevistada sua ex-nora soube do Programa Bolsa Família por que "*quem não tem o que fazer*" (desocupada, preguiçosa) e não quer trabalhar sabe de tudo dos Programa do governo que prestam algum auxílio. Insiste a E3 que a sua ex-nora tem o bolsa família como "*tábua de salvação*". Que prefere vive da bolsa do governo que trabalhar.

> O que o governo deveria ter feito, **emprego** pró povo. trabalho, pró povo. Mas não, o que esse **governo** fez, estou falando da máquina**, transformou o país em esmoleu**. Porque isso é uma esmola. Transformou o país em esmoleu e surrupiou o dinheiro. (...).

O bolsa família, como um programa do governo federal, incentiva a preguiça e a não se esforçar na busca de um trabalho para se manter por canta própria.

O dinheiro da bolsa é uma "*migalha, uma esmola*", que aqueles que recebem "*se acostumam viver, pois recebem todo mês*". "*Eu não sei como é que fazem prá sobreviver desse jeito. Mas parecem que sabem viver de qualquer jeito*", pois o dinheiro recebido é tão pouco.

> A ajuda do governo os faz preguiçosos. Pois se não tivesse elas se obrigavam a trabalhar. E são pessoas tão boas, tão fortes, tão bonitas que não tem coragem de trabalhar. É louvável a ajuda do governo, mas as pessoas não entendem que essa ajuda é uma ajuda. Você recebe uma ajuda do governo. É prá você fazer o que? Um curso. Uma especialização. Eu entendo se fosse assim. Prá você achar um emprego. Mas não, as pessoas se acomodam, que naquele dia X o dinheiro está na Caixa [Banco] prá pegar. Isso para mim, meu amigo, é cruel. Porque as pessoas não têm coragem de trabalhar. É um povo preguiçoso. (...).

A E3 diz que o dinheiro da bolsa é uma ajuda. Aqueles que recebem precisam entender isso, não é "*uma tábua de salvação*", que os leva a se acostumar com as coisas são. Tais pessoas "*são fortes, boas*", mas "*não tem coragem de trabalhar*". Não querem crescer fazendo um curso, se preparando para um futuro emprego. "*Elas se acostumam, se acomodam na preguiça*".

A E3 diz que as lotéricas são muito cheias nos dias de receber o dinheiro do bolsa família. Eles recebem esse dinheiro da Caixa Econômica Federal. Mas ela diz que há tanta gente recebendo é porque no Genibáu "*é cheio de fracassadinho*".

> **Aqui no Genibáu tem uma parte, muita gente que é bem fracassadinho** mesmo, mas prá dentro. Bem fracassadinho mesmo, mas eu nem ando dentro dessas ruas. Eu não conheço não. Mas o Genibáu é muito grande mesmo.

A E3 termina sua fala com um desabafo: "*a verdade é que o pessoal* [daqui] *não quer nem mudar. Não é o governo que não quer mudar. É o povo que não quer mudar. A maior das coisas que acontece a culpa é do povo*".

A E3 introduz uma compreensão que "*os fracassadinhos*" são aqueles que querem viver dependentes da ajuda do governo. A culpa por serem "*fracassadinho*" é "*do povo*" que não se esforça e não querem trabalhar. Mesmo que haja esforço do estado em prover emprego. Esse povo carrega um gene recessivo, querer viver da ajuda do estado. Na preguiça.

Essa compreensão traz um pano de fundo implícito: que as condições são distribuídas por iguais para todos as pessoas e que, portanto, qualquer um pode ascender ao trabalho, desde que queiram. Mas sabemos que essa compreensão carrega uma fratura que a desmancha: a distribuição das condições básicas para a vida e seu desenvolvimento são distribuídas de forma desigual historicamente, gerando as desigualdades de oportunidades[202].

A **E4** contextualiza a procura de sua ex-nora e mãe de seu neto ao Programa Bolsa Família no CRAS Genibaú por não ter um emprego e seu atual marido não conseguir sustentar a família com o que ganha. Ela diz que o neto mora com ela e é uma das responsáveis pelo seu bem-estar. Ajuda também a sua ex-nora.

A E4 critica a ex-nora por "*não trabalhar*", mas diz que ela utiliza o dinheiro que recebe com o bolsa família para "*a manutenção da casa: comida, roupas e dar uma pontinha para o neto*". O dinheiro que o seu marido ganha vendendo produtos de limpeza não dar para a manutenção. A E4 não sabe dizer o valor do bolsa família.

A E4 reconhece a necessidade da família de sua ex-nora em precisar do bolsa família, mas que deveria encontrar outros meios. E o meio é o trabalho. A sua ex-nora tem pouca formação. Não terminou o ensino médio.

A **E5** explica da necessidade de inscrição no Cadastro Único dos Programas Sociais do governo, recebendo um NIS (Número de identificação Social) para ter acesso à baixa renda e ao Programa Bolsa Família. A sua inscrição foi através do CRAS. Ela já possui o Bolsa Família a bastante tempo. A mais de 10 anos. Ela é a responsável em receber o dinheiro e seu filhos são os beneficiados. No início todos recebiam, até que seu filho completou os 19 anos e parou de receber. O valor caiu de R$ 257,00 reais para o valor de R$ 253,00 reais.

---

[202]PAUGAM, Serge. A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ/Cortês, 2003; MORENO, L. Ciudadanos precarios. Barcelona: Ariel, 2000.

Ela diz que o dinheiro do bolsa família é uma "*ajuda, mas ajuda humilhada*". Para dizer que é muito demorado e precisar informar muitos dados. Agora ela diz que a inscrição no NIS não é somente no CRAS, mas nos *Vaptvupt*, na regional e outro lugar desiguinado pelo governo.

A E5 diz que recebe o dinheiro pela Caixa Econômica Federal através do cartão Magnético que facilita muito.

Para a E5 as famílias não podem esperar somente pelo bolsa família, mas as pessoas devem procurar trabalhar. Elas "*precisam se ajudar*" e "*não depender somente do governo, do programa*".

Para a E5 o dinheiro do bolsa família, uma ajuda, uma renda familiar complementar, deve ser bem utilizado segundo as necessidades da família.

O dinheiro do Programa não é para sempre, algum dia acaba, e, por isso, ele deve servir como trampolim para melhorar as condições de vida familiar. O bom uso desse dinheiro faz diferença no futuro. Requer ter um controle e não desperdiçar. Ela diz usar o dinheiro para comprar roupas, calcados, alimentação para os filhos. "*Eu faço muita coisa com o dinheiro que recebo, pois sou controlada*".

A E5, no entanto, diz que o dinheiro é muito pouco e deveria ter aumento. Aumento considerável. Isso é uma questão de respeito pelo povo. "*O que se faz com esse pouco dinheiro?*" Outra coisa que demostraria respeito ao povo é não ameaçar cortar ou tirar o bolsa família. "*Isso é terror*". Também mostraria respeito ao povo se o Programa fosse "*direcionado aos pobres. Aos pobreza que passam fome e necessidades. O bolsa família deveria preparar as famílias para crescerem. E isso precisa orientações as famílias*". "*Não é só dá, mas orientar no que melhorar*". "As visitas as famílias são importantes, mas acontecem muito poucas".

Segundo a E5 os técnicos do CRAS deveriam ir às casas procurar dar uma orientação mais concreta sobre o que fazer para aproveitar o tempo que está recebendo o dinheiro do Programa[203]. "*Mas eu estou esperando. São muito ocupados. São muita gente para acompanhar*". Palestras ajudariam, conversar com os beneficiados, pois há pessoas que não tem noção sobre o uso do dinheiro ou o que fazer em termos de trabalho, cursos. Que deveria ser melhor aproveitados pelos beneficiados. Outra coisa é o tipo de curso que é oferecido. Quais são aqueles que preparam para o mercado de trabalho.

[203]Atenção: o Programa bolsa família e seus objetivos não está necessariamente ligado aos CRAS, pode ser requerido em outras lugares institucionais. Portanto o CRAS não tem obrigações em oferecer tais serviços, no entanto, o governo, poderia, como diz a E5, ouvir as sugestões dos usuários do programa para potencializá-los. Oferecer palestras. Dar sugestões de cursos profissionalizantes mais orientados as necessidades das famílias.

Mas a E5 diz que prefere cuidar do marido pois ele tem pressão alta do que procurar os cursos. Pois do trabalho do marido é que sua família vive, não é do bolsa família que é somente uma ajuda.

Segundo a **E6** ela já tinha ouvido falar do Programa Bolsa Família. Ela morava, nesse tempo, numa casa de dois cômodos e sem reboco. Foi "*quando vieram umas pessoas saber de minha situação social*": "*...se estava necessitando mesmo" (...) Eu achava que existia pessoas com mais necessidades do que eu"*. "*Eles fizeram o meu cadastro aqui mesmo, respondendo perguntas*". Ela diz que não sabe se foram pessoas enviadas pela Caixa ou pela regional. "*Depois de dois meses, passei a receber o dinheiro do bolsa família*".

Segundo ela a renovação é feita por ela a casa dois anos na regional V. Muito mais rápida e menos burocrática que o CRAS. "*Na regional agente é bem atendida. Ninguém me olha de lado*".

Segundo a E6 "*todos na casa dela são inscritos no bolsa família, menos o seu marido pois ele montou uma microempresa de descarregar mercadoria a serviços do center box, mas não deu certo, pois entrou na falência*". Ela teve medo de colocá-lo e não receber o dinheiro do bolsa família.

O valor em dinheiro recebido pelos dois filhos é de R$ 244,00 reais. Segundo a E6 o dinheiro

> Eu não gosto comigo, assim, eu compro roupa para os meus filhos, compro merenda pra eles, compro perfumes pra eles, que eles gostam de andar cheirosos. Eu compro a prestação e vou pagando quando vou recebendo o bolsa família. É isso que eu faço com o dinheiro. Com o bolsa família melhorou 100% porque eu pago minhas continhas todo tempo, como disse pra você, eu compro as coisas para os meus filhos. Compro o que precisa. Sempre ele vem numa boa hora. Ele [o dinheiro do bolsa família] chega quando eu estou sem dinheiro. Nesse mês eu vou receber já dá prá comprar a roupa deles do final do ano. Eu já vou tirar esse dinheiro já pra compra as roupas deles. Eu sou pobre, olha meu celularzinho, mas eu estou muito satisfeita com ele. Acredita.

O uso do dinheiro do Bolsa Família é para comprar roupas, merenda, e perfume que ela paga a prestação, "*pois eles gostam de andar cheirosos*". "*Nesse mês[*dezembro*] eu vou receber o dinheiro do programa bolsa família e comprar a roupa deles do final do ano*".

Segundo a E6 o dinheiro do Programa bolsa família deveria "*ajudar as pessoas que mais necessitam. Carentes*".

> Que ***não tem condições de se sustentar***. Eu acho que o bolsa família deveria ser ***para os mais necessitados***. Tem os pobres e os mais necessitados. São esses que deveria receber. Eles [o governo] viram um meio de ir colaborando com a população. É um bem. tem uns que não precisam. O bolsa família é uma ajuda pra mim. Você sabe que quem vive de venda, tem dia que está bom, tem dia que não vende. Tai esse homem que eu vendi pra mulher dele, que mais de um ano ela não

> me paga, mas ele veio hoje, pois eu fui falar com sua esposa. Ela foi discutir comigo. **O bolsa família foi criando** pra amenizar a situação dos mais pobres.

Ela diz que além dos carentes, há "os pobres". Seria nessa faixa na qual sua família se inseriria? Ela diz que "*quem vive de venda*, [como ela], *tem dia que está bom, tem dia que não me pagam*". E que os bolsa família "*é uma ajuda para mim*": "Sempre ele [o dinheiro do bolsa família] vem numa boa hora. Ele chega quando eu estou sem dinheiro. Isso justificaria ela receber a ajuda do bolsa família?

A E6 diz que o programa bolsa família é uma forma do governo colaborar com a população. "*Amenizar a situação dos mais pobres*": os carentes? *Mas tem gente que não precisam*".

A E6 diz que "*há exigências* [do governo] *para receber o bolsa família*": "*os filhos continuarem na escola, terem frequência. E levá-los ao posto [de saúde] fazer acompanhamento*". Ela acha importante essas exigências pois faz com que os pais saibam como estão os seus filhos em termos de saúde e educação.

Umas das coisas que o programa bolsa família deve melhorar é que "*tem muita gente que necessita do bolsa família e não recebem. E muita gente que não necessita e recebe muito mais do que é pra receber*"; outra coisa, "*chamar para conversar os beneficiados para avaliar o programa, pois eles saberiam quem realmente precisa e quem não precisa*".

Há pessoas que são contrárias a redistribuir renda aos mais carentes, mas eles dizem isso segundo a E6 pois eles não precisam desse dinheiro.

Ela disse que quem criou o Programa Bolsa Família foi o Lula, para "*colaborar com a população*", que "*passa muitas necessidades*".

A **E7** diz que soube da existência do Bolsa Família pelas enfermeiras do Posto de Saúde quando estava grávida da mais jovem. Foi ao CRAS Genibáu inscrever-se no Cadastro Único e depois de quatro meses passou a receber em nome dos filhos.

Houve um tempo que foi suspenso. Elas não se lembram o motivo. Foi ao CRAS resolver e depois, normalizou. O valor recebido do Programa Bolsa Família por dois filhos é de R$ 180,00 reais.

Ela reclama da burocracia do CRAS: "*tem que marcar, depois voltar*". Ela que trabalha como empregada doméstica ir ao CRAS, faz perde muito tempo.

Segundo a E7 o dinheiro da bolsa dar para os filhos ou o dinheiro ajuda a completar na compra de alguma roupa. Mas segundo ela e segundo os próprios filhos o dinheiro "*é muito pouco, não dar prá comprar nada, mas a gente completa esse dinheiro*

*para alguma compra. É uma ajuda. Se fosse uma pessoa que não trabalhasse como poderia viver?”.*

A E7 acha que deveria aumentar o valor do dinheiro para as famílias e ampliar o número de pessoas beneficiadas. Pois é uma ajuda para aqueles que não tem nada para sobreviver.

O filho da E7 reclama que existe pessoas “*com vida boa [tem dinheiro], e recebe o bolsa família*”. Isso, para ele, é errado.

Chegou um tempo, disse a E7, que pensou que o bolsa família seria cancelado, mas não aconteceu

> “porque [a sua filha] estuda na escola particular, mas eu expliquei que a minha patroa ajuda a pagar a escola. Eu achei que por isso até seria cortado o benefício, mas mão cortaram”. Eu disse [aos agentes do CRAS] “o quanto eu gasto em casa para manter a família e o que faço com o dinheiro; disse que trabalho com carteira assinada, mas graças a Deus voltou a pagar o Bolsa Família”.

A E7 disse que já assistiu palestras sobre o Bolsa Família, mas nunca lhe pediram sua opinião sobre o programa. Ela crer que isso não foi importante ainda. Não sabe explicar.

“*O Presidente Lula foi quem criou o Bolsa Família. Ele pensou nos pobres, ajudar os pobres, melhorar a vida dos pobres*”, diz a E7.

Ela diz que sabe que tem gente que não concordo com a existência do Bolsa Família, mas que tem que ser respeitado. Mas há pessoas que precisam. Não se pode negar essa ajuda.

A **E8** conta que “*numa determinada época estava passando por muitas necessidades e estava precisando mesmo do bolsa família, uma ajuda do estado*”. “*Eu fui me inscrever, na época, na Escola América Barreira para receber a bolsa em dinheiro. Naquele tempo não tinha o CRAS*”.

A entrevistada conta que a 15 anos atrás se fazia uma entrevista e anotavam as informações dadas nas fichas. Depois de inscrita esperou um ano para receber “*e, sempre, no olheirão direto*”.

Segundo a E8 são por seus dois filhos que ela recebe o dinheiro do bolsa família. o valor em dinheiro é de R$ 170,00 reais. O dinheiro era usado quando pequenos para comprar mochilas e cadernos. Depois quando cresceram passou a comprar calçados e as fardas.

Para a minha família esse dinheiro ajuda. E nunca deixei de atualizar o cadastro.

Segundo a E8 o Programa Bolsa Família exige que os filhos estejam na escola pois segundo ela

> Já é fácil prá pessoas o bolsa família e, então, é preciso uma certa exigência. Um esforço da pessoa. Tem muita criança que as mães não estão nem aí. Não vai para a escola, não quer ir, não vai. Então essa obrigação prende as mães a cumprir responsabilidades.

A E8 diz que nunca foi chamada para participar de reuniões e dar sugestões sobre o programa bolsa família porque acha "*que não sou só eu, são tantas, muitas mães*."

> Era bom chamar para saber se a gente tem alguma coisa pra reclamar ou a cobrar deles mesmos. Isso não é para ouvir? Não somos as que recebemos? O que pesamos sobre várias coisas? O que queremos? Eu, por exemplo, sei o que faço com o dinheiro, mas há mães que não sabem usar o dinheiro. Há mães que recebe um monte [de dinheiro], 300, 400 reais, por que elas recebem? Eu não vou reclamar, pois tem mães que não reclamam, fica por isso. Eles não chamam prá explicar. No dia que faltar eu vou até eles e eles vão me cobrar alguma coisa. A frequência dos meninos sempre teve, eles cobram.

A E8 diz que "*alguma coisa tem para reclamar ou cobrar. Isso não é para ouvir*? *Não somos as que recebemos? O que pensamos? O que queremos?*" Por exemplo, "*porque tem mães que recebem mais e outras menos*". Outras que devem ser orientadas a usar o dinheiro. Tem mães, diz ela que "*não saber usar o dinheiro*".

Segundo a E8 "*existem famílias carentes que precisam*". Mesmo que existam pessoas que não querem, é uma necessidade o estado não as abandonar.

A **E9** diz que o marido ganha por serviço prestado. E o serviço é incerto. Ela é dona de casa e com problemas de saúde. A família não tem outro modo de viver se não for a ajuda do governo, através do bolsa família, e ajuda de sua família.

A entrevistada fez sua inscrição e faz seu recadastramento no *Vaptvupt* e não no CRAS Genibaú. Pois aí é muito demorado.

São três as filhas pelas quais ela recebe a ajuda em dinheiro do Bolsa Família. O valor recebido é de R$ 421,00 reais.

A E9 diz que dar todo mês um dinheirinho para as filhas, como mesada, e o resto ela usa para a manutenção da casa: "*pagar água, luz e gás*".

Segundo a entrevistada "*há pessoas que precisam de ajuda para viver. As coisas são difíceis de acontecer. Sem essa ajuda a vida piora*".

A **E10** diz que conheceu o Programa Bolsa Família quando "*algumas pessoas passaram pelo bairro Genibaú fazendo o cadastramento de famílias carentes*". Ela se inscreveu em 2003, e, depois de cinco anos, passou a receber o dinheiro do bolsa família. Nesse dia ela soube que era um Projeto do Governo Federal "*a mando*" de Lula para "*ajuda os pobres*".

> Eu só tenho para viver o dinheiro do bolsa família, uma ajuda em dinheiro que minha filha contribui por ganhar no projeto Jovem Aprendiz e, aqui e acolá, a ajuda da minha mãe. A minha mãe dá um alimento ou uma coisa.

"*Eu achei que não era capaz de receber, pois deve ter mais gente necessitada que eu. Quando chegou, foi uma felicidade tão grande*", diz a E10.

A E10 conta que houve um bloqueio do Programa para sua família por causa da infrequência da filha à escola. Isso aconteceu pois tiveram que fugir às pressas do bairro e morarem algum tempo com sua mãe no Autran Nunes por causa do seu filho ter assassinado outro rapaz no bairro. Teve medo de acontecer alguma coisa com a família. Ela diz que ficou sem receber um bom tempo, mas ela foi lá e resolveu com os técnicos.

> Mas voltou...fui atrás...é coisa pouca mais serve é muito. E como serve, pois, quem vai atrás sou eu. Eu sei o que esse dinheirinho ajuda. A gente vai é cedo, pois a gente tem que estar é cedo no CRAS Genibáu...Diminuiu muito de 135 para 35 reais. Foi. Foi e foi aumentando. Creio que é por causa do meu perfil. Agora recebo normalmente. Ela recebe o bolsa família e diz ela que houve um aumento passando de R$ 130,00 para R$ 170, 00.

O dinheiro é uma ajuda e ela sabe onde precisa colocá-lo. Segundo ela houve um aumento por causa do seu perfil.

A E10 diz que usa o dinheiro com "*as coisas de casa. Paga água, compra remédios dela (quase quarenta reais). Ajuda a manter a casa*".

Mas ela reclama: "*mas se o governo desse uma oportunidade de trabalho? Eu era uma que queria. Preciso de um trabalho, mas se for com carteira assinada. Ficaria muito feliz*". Lembrar que a E10 tem problemas de depressão forte.

A E10 diz que *"para todos, ela não daria esse programa, mas que o governo procurasse um meio de dar para aqueles que realmente precisam. Eu sei que preciso. Mas tem outro que precisam e não recebem. Eu procuro ver a situação do próximo*".

A entrevistada diz "*que sua vida e de sua família melhoraram*", pois "*ela não tinha esse ganho*" com o dinheiro do Programa".

Finalmente a entrevistada 10 diz que nunca pediram sua opinião sobre o programa, pois eles devem saber. Mas o governo deveria assegurar o bolsa famílias para os "mais carentes".

A **E11** diz que ouviu falar do bolsa família quando veio de Fortaleza morar em Itapagé por intermédio de sua avó. Ela lá se inscreveu, pois estava passando por momentos muito difíceis financeiramente, depois de separada. Foi o tempo que voltou a morar em

Fortaleza. Mas precisou voltar para receber a bolsa em dinheiro. O valor do bolsa família por um filho é de R$130,00 reais.

Já em Fortaleza costuma frequentar a regional V e não o CRAS Genibáu para informar qualquer mudança nos dados da família. E em dois em dois anos precisa se recadastrar. Tudo ela resolve na regional.

A E11 acha importante ser ouvida sobre sua opinião ao Programa Bolsa Família:

> "para mim seria muito importante eles perguntarem sobre o programa, pois uma dona de casa sabe tudo o que necessita a família. Por exemplo, há o gás, a energia, a água prá pagar. Essas coisas em pago com o dinheiro do bolsa família. Um sapato prú filho ajuda a comprar. Inclusive, agora, ele está indo de ônibus e o dinheiro do bolsa família ajuda a pagar a passagem (meia). É uma ajuda importante para aqueles que não tem. E, eu não tenho. Tenho que ter ajuda".

A **E12** transferiu-se do bairro Montese, onde morava, para o bairro Genibáu foi quando uma vizinha do bairro lhe falou do Programa Bolsa família. O filho mais velho dela estava com 2 anos. Ela diz que foi ao CRAS Genibaú inscrever-se no Cadastro Único e depois de 2 meses passou a receber. "*Eu não tive nenhuma dificuldade em conseguir o Bolsa Família*", diz a E12.

A pouco mais de um ano o bolsa família foi cortado e o motivo

> Eu me lembro que eu passei a receber R$ 48 reais. Foi aumentando para R$ 90 depois passou para R$ 184,00 depois deu uma queda para R$ 124,00 e depois cortaram. Eles alegaram que meu marido ganhava um pouco mais de um salário mínimo. Porque segundo eles não havia necessidade desse dinheiro [do bolsa família]. Isso para nós foi injusto. Pois se somente um trabalha para sustentar a casa e sustentar cinco pessoas um salário mínimo é muito pouco. E tanto que sempre estamos apertados, fazendo malabarismo aqui e agora para manter a família. A gente passa um aperto.

O corte do Bolsa Família para a família foi muito duro. Pois a bolsa família apesar de pouco ajudava a complementar alguma necessidade no final do mês.

> Eu recebia no final do mês o dinheiro do bolsa família. E você sabe que na casa de pobre esse momento, o dinheiro é superimportante. O dinheiro que recebe no salário paga o que deve ser pago, faz o mercantil e o dinheiro vai embora. E o resto do mês a gente vai se virando. Nesse sentido ajudava a complementar as necessidades. Agora, sem esse dinheiro, eu trabalho com reforço, entra um dinheiro para comprar alguma coisa, comprar pão. Portanto esse dinheiro chegava numa hora maravilhosa. Mas acabou, que pode fazer. Faz falta.

Segundo a E12 os órgãos governamentais deveriam repensar os critérios de distribuição do Bolsa Família – é uma questão mal trabalhada - pois seria importante os

pobres terem melhores condições de vida e não somente receber sob condições de estrema necessidade.

> Eu acho que essa regra do bolsa família deveria ser mudada. Eu acho que deve ser bem estudando isso. Um salário mínimo é muito pouco, precisa estudar, precisa ter um lazer. Será que não temos esses direitos. Um lazer é importante para a vida familiar, a cada mês ou a cada três meses, sei lá. Ir a um cinema. Uma praia. O bolsa família deveria ver isso. Se a gente for para esses lugares a gente pensa que vai faltar para outras coisas mais importantes. Como comida, escolar. Saúde. Essa questão no bolsa família é uma questão mal trabalhada.

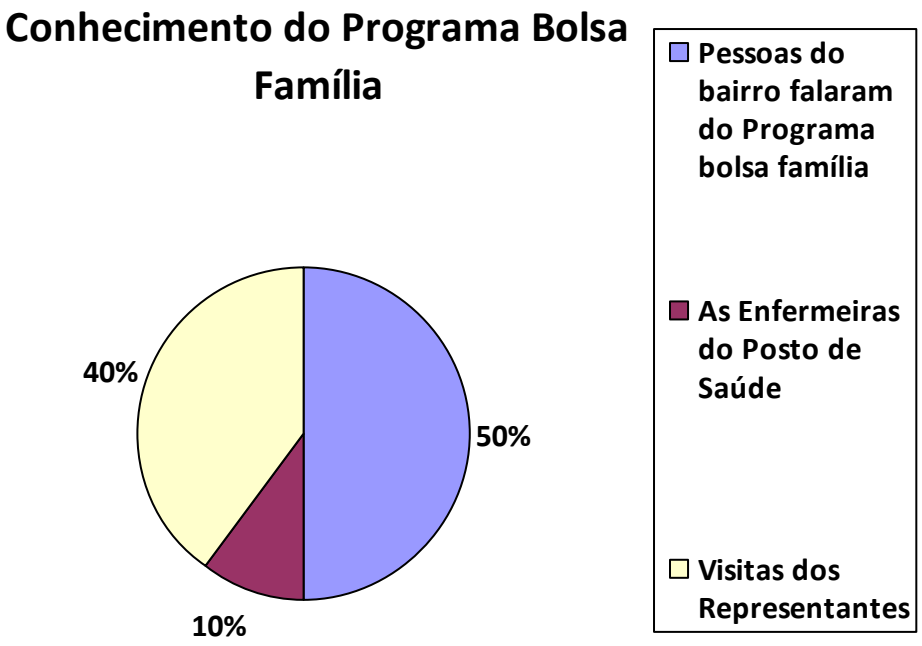
A E12 entende que se ser pobre já é difícil pois se tem que pensar em responder primeiramente as necessidades mais urgentes (como comida, saúde) e num contexto de "aperta aqui, aperta ali", o pobre deve ter o direito de uma diversão, um lazer. Mas completa: "*se a gente for a esses lugares a gente pensa que vai faltar para outras coisas mais importantes*". "vivemos apertados". "*Todo mês é tenso para cumprir as responsabilidades de família*".

Todas as entrevistadas precisaram do Programa bolsa família numa situação social familiar precária, de muitas dificuldades financeiras.

Agora, esforçando em reunir algumas expressões comuns de acordo entre as mulheres beneficiadas com o Programa Bolsa família vamos apresentar concepções de pobreza, definição de uma renda limite para participar do bolsa família, o papel do dinheiro, novas posturas dos agentes diante das necessidades das famílias, formação para o trabalho.

**50 %** das entrevistadas ouviram falar do Programa Bolsa Família pela boca de *vizinhos ou familiares*; **40 %** afirmam ter recebido *visitas de agentes públicos* cadastrando famílias carentes no Programa no bairro Genibaú; **10%** das entrevistadas referem-se *as enfermeiras no posto de saúde* que lhes falaram do Programa bolsa família. **A E8** relata que *a escola* onde seus filhos estudaram na época *foi* o lugar onde agentes públicos estavam cadastrando famílias carentes no Programa; **a E11** ouviu falar no *Município de Itapagé* onde morava pela boca de familiares.

**Gráfico 42 - Conhecimento do Programa Bolsa Família**

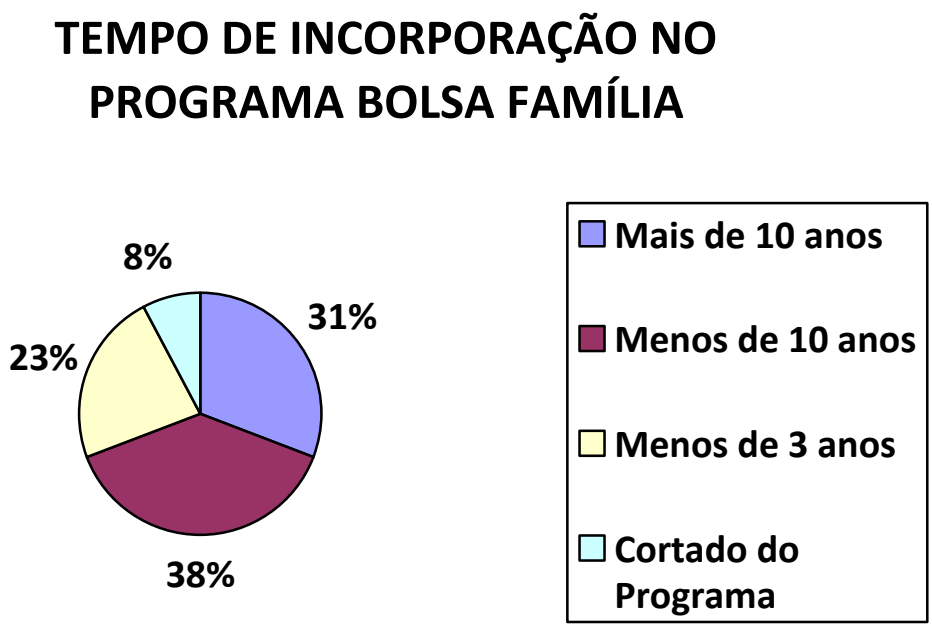



Fonte: produzida pelo autor (2019)

Todas as entrevistadas relatam (**100%**) que inscreveram inicialmente no cadastro único (CadÚnico) para serem acompanhada pelo Programa Bolsa Família no *CRAS Genibáu*; **a E5** inscreveu-se inicialmente num dos CRAS onde ela morava, mas faz seu recadastramento ou, no *CRAS Genibaú ou, na Regional V*; A **E9** inscreveu-se no cadastro único no *VaptVupt* do bairro Genibaú e lá faz seu recadastramento; a **E11** inscreveu no cadastro único na *Prefeitura de Itapagé*, mas faz seu recadastramento na *Regional V*.

**31%** das entrevistadas já possuem o programa *a mais de dez (10) anos*. **38%** entrevistadas estão no programa *a menos de 10 anos*. **23%** das entrevistadas foram incorporadas ao programa *a menos de 3 (três) anos*. Sendo que **8%** das entrevistadas o bolsa família foi *cortado a menos de um (1) ano*.

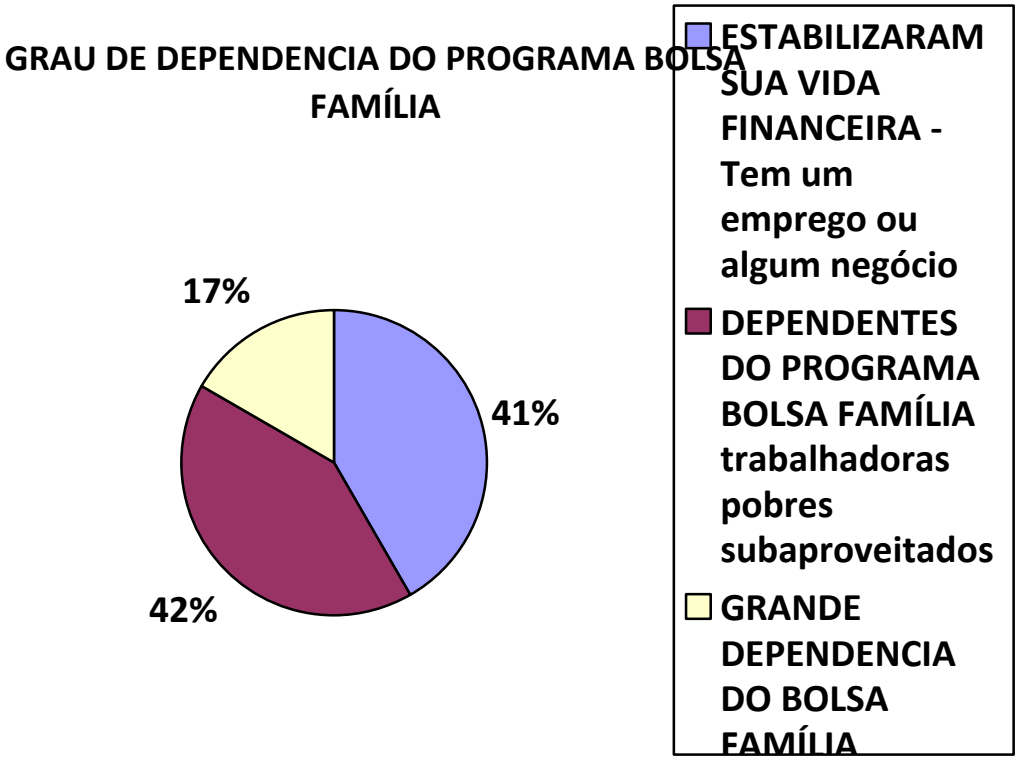
**Gráfico 43 - Tempo de incorporação no Programa Bolsa Família**




Fonte: produzida pelo autor (2019)

As famílias que conseguiram estabilizar a vida familiar financeiramente por causa de ter empregos ou manter algum negócio próprio, estão **41%** das entrevistadas. As denominamos ***trabalhadores pobres***; as que estão ainda dependentes da ajuda do Programa Bolsa Família estão as **42%** das entrevistadas. A **E2**, **E11** trabalham, mas sem carteira assinada e recebem bem abaixo do salário mínimo. A **E1**, trabalha com serviços gerais (engoma e passa) para ajudar a manter a família, mas ganha abaixo de meio salário mínimo; As **E3 e E4**, avós que foram as entrevistadas possuem situação financeira boa, mas as mães dos seus netos que vivem com a ajuda do Programa bolsa família trabalham em casa como manicures e possuem a ajuda dos companheiro que trabalham fazendo bicos. Essas entrevistadas as chamamos de ***trabalhadores pobres subaproveitadas***; **17%** das entrevistadas somente possuem o bolsa família para viverem. Sem a ajuda do programa não conseguiriam viver. Essas entrevistadas possuem sérios problemas de saúde mental e seus maridos vivem de bicos. São os trabalhadores pobres, ***dependentes da ajuda social***.

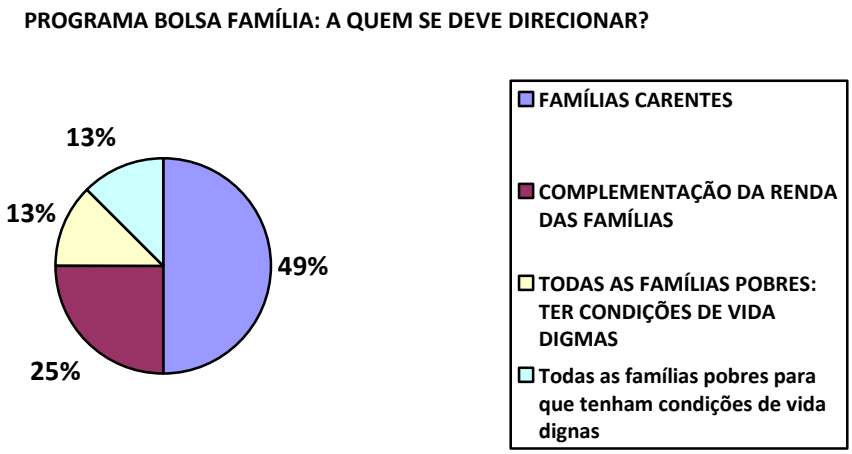
**Gráfico 44 - Grau de dependência do Programa Bolsa Família**




Fonte: produzido pelo autor (2019)

Para **49%** das entrevistadas o programa bolsa família deveria ser direcionadas para *as famílias carentes* ("*muito carentes*"; "*sem condições de se sustentar*"; "*que não tem nada para as ajuda a sobreviver*", "*que precisam de ajuda para sobreviver*" são outras expressões utilizadas); para **25%** das entrevistadas o programa bolsa família tem que servir na "*complementação de renda*" das famílias; para **13%** das entrevistadas o programa bolsa famílias deve ser direcionado para "*as famílias que não conseguem emprego e ou, que não conseguem se sustentar por conta própria";* finalmente, para **13%** das entrevistadas o programa bolsa família devem ter como foco "*todas as famílias pobres, para que tenha condições de vida dignas*".

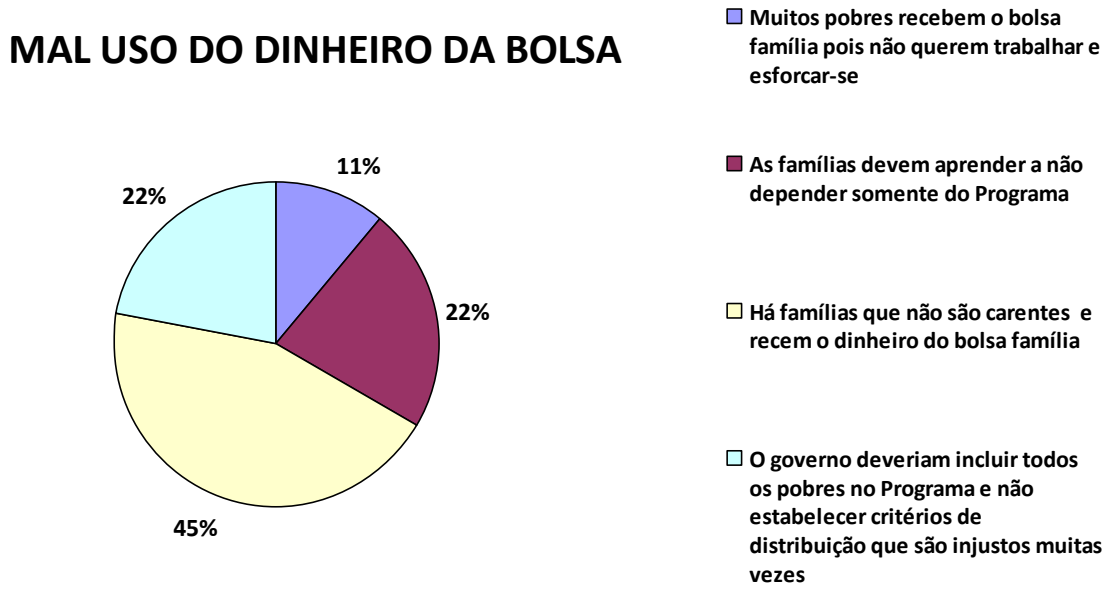
**Gráfico 45 - Programa Bolsa Família: a quem se deve direcionar?**




Fonte**:** produzido pelo autor (2019**)**

**11%** das entrevistadas dizem que muitos pobres têm esse *dinheiro* como "*tábua de salvação*" e não querem se esforçar e buscar trabalho, são preguiçosos; **22%** das entrevistadas dizem que há pessoas que participam do programa "*devem aprender a não depender somente do bolsa família*"; **45%** das entrevistadas dizem que há famílias com dinheiro e recebe o bolsa família; **22%** as das entrevistadas dizem que o governo deveria repensar os critérios de distribuição de renda e incluir os pobres que trabalham mas que ainda vivem uma vida familiar que não é digna (sobrevive com dificuldade financeiramente e não tem diversão, vivencia de cultura).

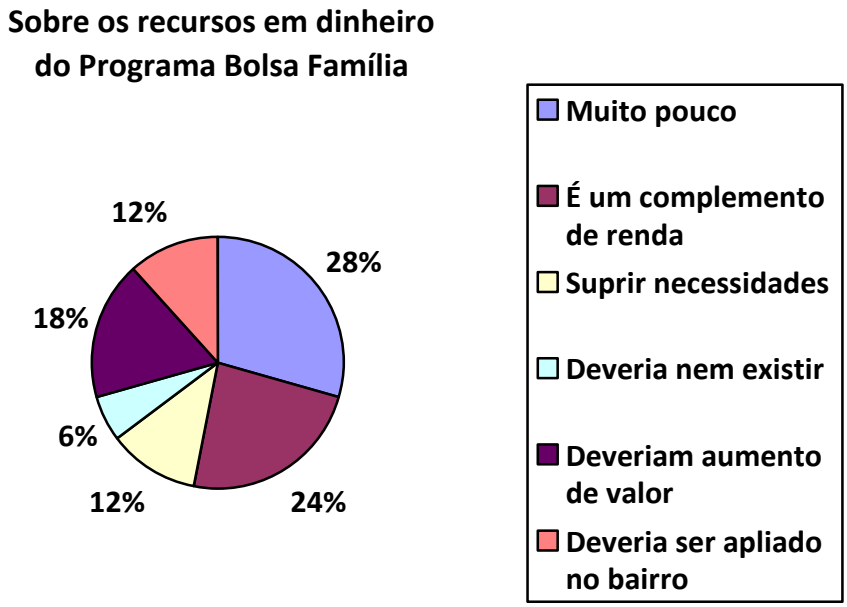
**Gráfico 46 - Mal uso do dinheiro da Bolsa**




Fonte: produzido pelo autor (2019)

Em relação aos recursos em dinheiro **28%** das entrevistadas acham que são muito pouco, mas é uma ajuda; ameniza a pobreza; para **24%** das entrevistadas é um complemento de renda; para **12%** das entrevistadas os recursos do programa é para suprir necessidades das famílias; **6%** das entrevistadas dizem que esse dinheiro não deveria nem existir, faz as pessoas preguiçosas e não propensos ao trabalho mas o governo deve ajudar os "fracassadinhos" (**E3**); para **18%** das entrevistadas acham que os recursos em dinheiro deveriam o seu valor aumentar para serem repassados as famílias e algumas entrevistadas **(12%)** acham que o programa bolsa família deveria ser ampliado no bairro por ser um bairro carente .

**Gráfico 47 - Sobre os recursos em dinheiro do Programa Bolsa Família**

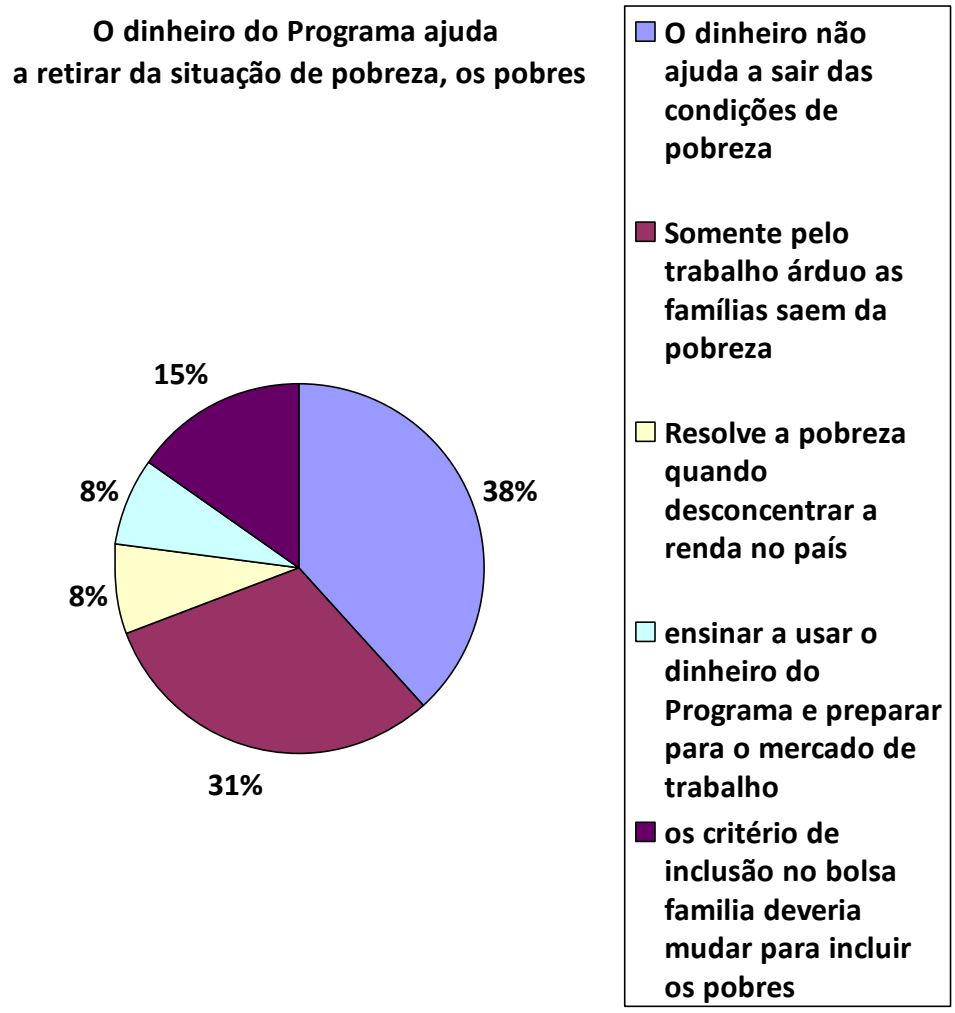



Fonte: produzido pelo autor (2019)

**38%** das entrevistadas acham que os recursos disponíveis em dinheiro as famílias não as ajuda a saírem de sua situação de pobreza; **31%** das entrevistadas acham que somente pelo trabalho árduo se sai das condições de pobreza; para **8%** das entrevistadas pensam que enquanto existir a concentração de renda o problema da pobreza não é resolvido; para **8%** das entrevistadas o governo deveria oferecer uma consultaria aos pobres de como usar o dinheiro enquanto os prepara para o trabalho; para **15%** das entrevistadas insistem que os critérios do Programa Bolsa Família deveriam ser modificados para ampliar os critérios de inserção das famílias no programa. Há pobres fora da faixa delimitado pelo Bolsa Família que tem dificuldades financeiras para manter sua família e o salário deveria ser não só para manter-se,

mas para ter um lazer. Para ela o que está em jogo é a qualidade de vida das famílias, sua dignidade.

**Gráfico 48 - O dinheiro do Programa ajuda a retirar da situação de pobreza, os pobres**

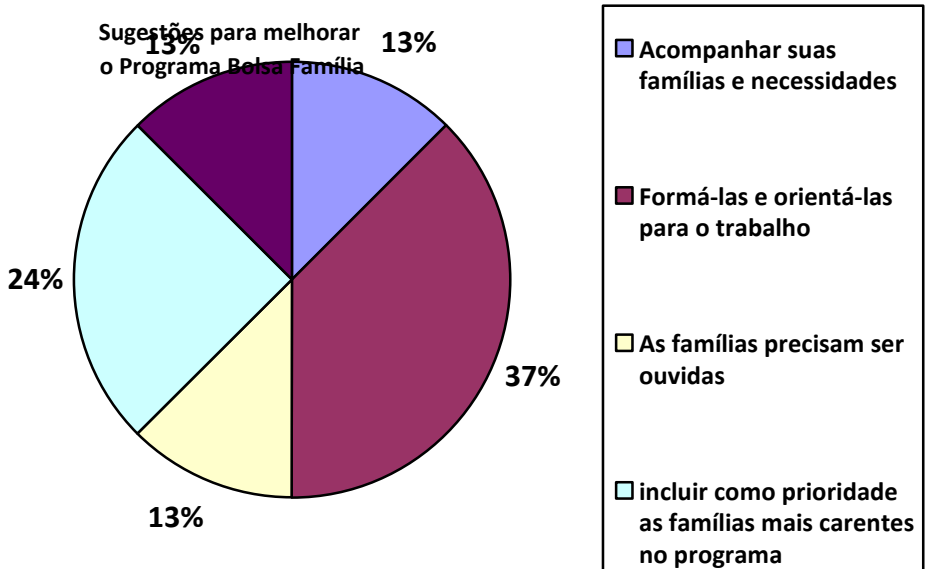



Fonte: preparado pelo autor (2019)

Sobre *avaliações ao programa* Bolsa Família **100 %** das entrevistadas dizem nunca lhe pediram sugestões e chamaram a participar de nenhuma reunião. Mas fazem *sugestões*: o governo deveria assegurar o programa para as famílias mais carentes e ampliar seus atendimento no bairro Genibaú; o programa deveria aumentar o seu valor; os responsáveis pelo programa não acham importante a nossa participação (**E7**); são muitas famílias para ouvir (**E8**); o governo não deveria dar dinheiro, mas possibilidade de trabalho (**E3 e E4**); ameaçam cortar ou tirar o dinheiro das famílias que participam no programa. Isso é gerar terror e humilhá-las (**E5**). O programa deveria acompanhar as famílias, suas necessidades, formá-las e orientá-las para o trabalho; os próprios beneficiados precisam

avaliar também o que realmente recebem (**E2, E6**); as famílias precisam ser ouvidas (**E8, E10**).

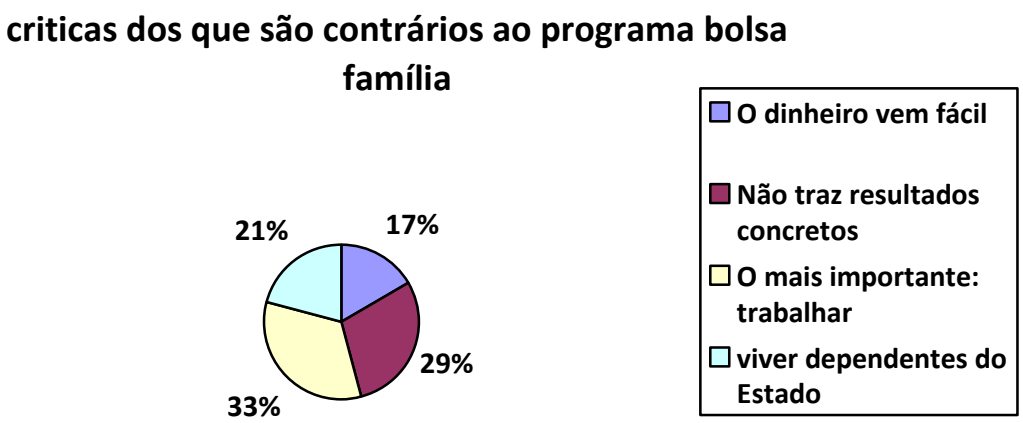
**Gráfico 49 - Sugestões para melhorar o Programa Bolsa Família**




Fonte: preparado pelo autor (2019)

Há muitas pessoas que *não estão a favor da existência do Programa* elas dizem o seguinte segundo as entrevistadas: o dinheiro vem fácil, **17%**; **29%** dizem que o programa bolsa família não traz resultados concretos na resolução da pobreza. No lugar desse programa deveria ter oportunidades de emprego (**33%**); eles não querem trabalhar, mas viver dependentes do Estado (**21%).**

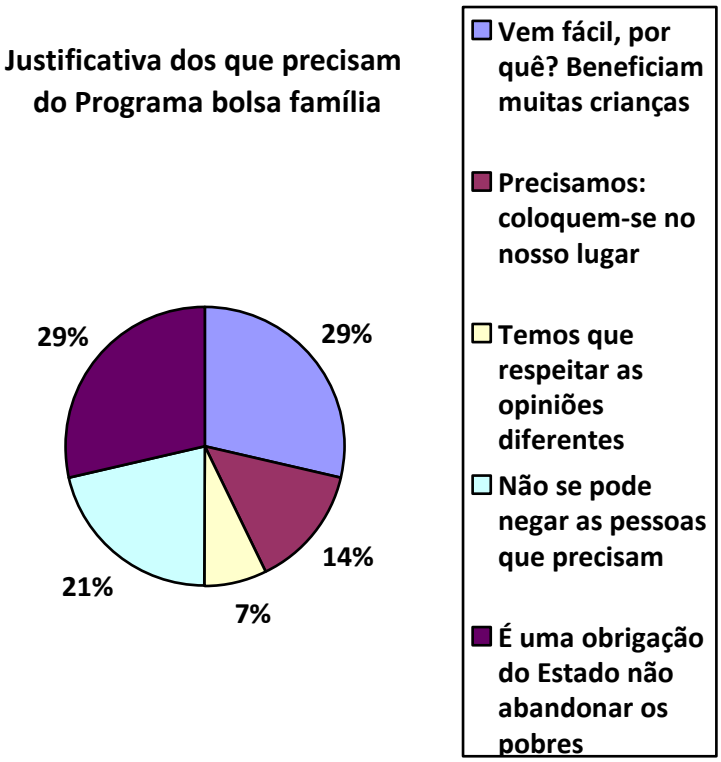
**Gráfico 50 - críticas dos que são contrários ao programa Bolsa Família**




Fonte: produzido pelo autor (2019)

*A resposta das entrevistadas aquele que acham que o programa não deveria existir* são: "*vem fácil, por quê? Beneficiam muitas jovens e crianças que não tem o que comer e passam fome. É verdade que tem pai e mãe. Mas cadê emprego? O trabalho está difícil. O bolsa família já é uma ajuda. Atendem os que precisam*" (E2) / **29%**; se precisassem não diriam isso (**14%**); temos que respeitar essas opiniões (**7%**). Mas é fato que há pessoas que necessitam. Não se pode negar essas ajuda **(21%**).; é uma obrigação do estado não abandonar essas famílias carentes a própria sorte (**29%**).

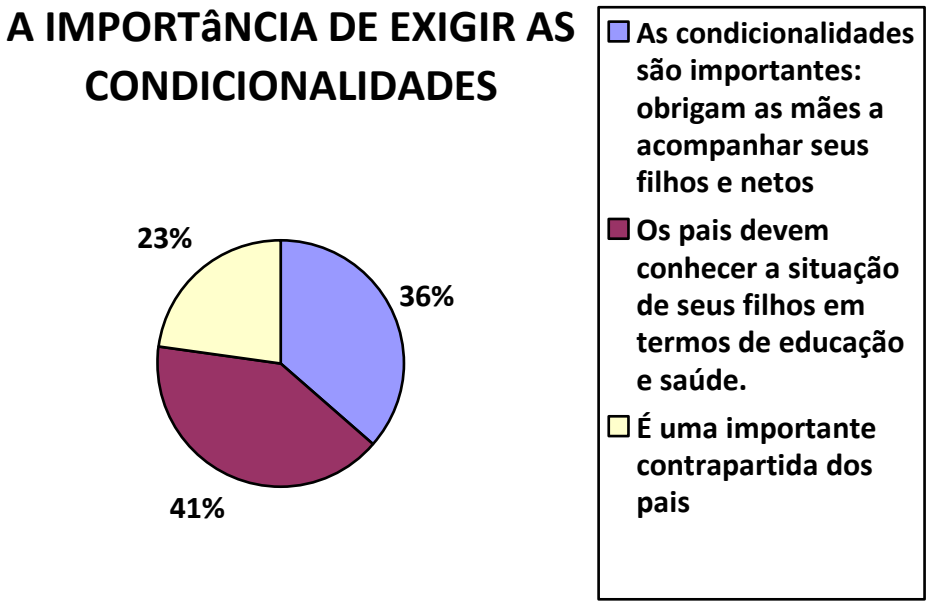
**Gráfico 51 - Justificativa dos que precisam do Programa Bolsa Família**




Fonte: produzido pelo autor (2019)

Em relação à ***condicionalidade*** ou exigência de participação no programa temos as seguintes opiniões das entrevistadas: as condicionalidades em educação e saúde são importantes. Pois a frequência das crianças e adolescentes à escola e ao médico obrigam as mães acompanhar seus filhos e isso é fundamental para preparar as crianças para um futuro melhor (**36%**); importante para que os pais conheçam como estão os seus filhos em termos de saúde e educação (**41%**); as exigências que os filhos sejam acompanhados é uma forma de contrapartida dos pais. Tem crianças e adolescentes que as mães não estão nem aí. Não vão para a escola. Então essa obrigação prende as mães ao cumprimento dessas responsabilidades (**23%**).

**Gráfico 52 - A importância de exigir as condicionalidades**




Fonte: produzido pelo autor (2019)

Sobre quem criou o Programa Bolsa Família dizem as entrevistadas: mão tocaram nesse assunto a grande maioria das entrevistadas. Mas, muitas mulheres reconheceu o protagonismo do Presidente Lula. Ele pensou nos pobres.; percebeu que tinha muita gente carente; quis ajudar. “Lula já foi muito humilde. Ele era pobre, como nós”; o bolsa família foi criado para amenizar as situações de pobreza. O Lula criou o Programa para colaborar com a população, que passa muitas dificuldades; o Presidente Lula. Pensou nos pobres, quiz melhorar a vida dos pobres; é um projeto de governo federal a mando de lula par ajuda os pobres.

**40%** das entrevistadas destacam que os comerciantes do bairro vedem fiado, através do uso do caderninho, às famílias que participam do Programa Bolsa Família, pois todo mês entram algum dinheiro. Isso é uma segurança para as famílias poderem consumir.

Há reclamações importantes que devem ser levadas em consideração quando as entrevistadas apontam a necessidade de retirar famílias que participam do programa, mas que possuem condições financeiras e bens que não justificam a ajuda social governamental (**88%**). Outro dado importante é a necessidade de o governo gerar condições, empregabilidade e treinamento, para que as famílias possam aos poucos sair do bolsa família. E, finalmente, há um número representativo de entrevistadas que entendem que o programa deveria atender todos os pobres.

Os dados acima mostram que muitas das mulheres entrevistadas já estão no Programa a aproximadamente 10 anos (**69%**) e não saírem ainda da proteção da assistência

do governo. E estas mulheres continuam no programa empregadas e, portanto, burlaram informações ao cadastro único, e com negócios de pequeno porte, próprios, ainda que não registrados (**41%**). As outras **59%** das entrevistadas são ou, *subempregada*s e, portanto, ainda dependentes relativamente do bolsa família ou, totalmente dependentes do programa. Esses dados afirmam que o Programa amenizou situações sociais difíceis para a sobrevivência, que algumas delas ultrapassaram o perfil de pobreza estabelecido pelo programa, saído desse padrão de pobreza colocado, mas não resolveu o problema da pobreza, entendido como a renda obtida, mas não suficiente para sobrevivência familiar (vivemos sempre apertadas). A renda limite estabelecida pelo governo que demarca quem é ou não pobre deixa de fora do bolsa família muitas famílias que vivem situações dificílima de sobrevivência prejudicando o desenvolvimento familiar e potencialidade não desdobradas como os materiais, sociais, políticas e de crescimento pessoal. Ou, dizendo de outro modo, desenvolver na família as capacidades de aprender, ter saúde, condições habitacionais e renda. Todas essas mulheres afirmam em momentos diversos, a dificuldade das famílias no Genibaú desenvolverem esses aspectos fundamentais. Essa linha de pobreza estabelecido pelo governo de forma indiscriminada, sem levar em conta critérios regionais e locais, não responde as necessidades das famílias que vivem no bairro, pelo menos vista sob a perspectiva destas mulheres que sabem avaliar suas condições de sobrevivência. Como vamos ver os valores em dinheiro, por exemplo, não são suficientes e, precisam ser aumentados segundo as necessidades locais e inflação do período (relativos à alimentação e itens básicos para o consumo). Os serviços de saúde e educação devem oferecer seus serviços e ajudar no pleno desenvolvimento da família e de seus membros.

Reunindo as informações até agora e completando as reflexões anteriores a conclusão que tiramos é que o dinheiro disponibilizado pelo programa bolsa família é pouco para resolver o problema da pobreza (**38%**), mas é um complemento à renda já existentes das famílias - ameniza a pobreza - e, portanto, deveria ser ampliado no bairro Genibaú, por ser pobre e carente. Nesse sentido o critério da linha de pobreza deve ser revisto (**15%**). A saída da pobreza na perspectiva das mulheres beneficiadas está na expansão dos empregos (31%).

As sugestões das mulheres beneficiadas ao Programa Bolsa Família giram em torno algumas questões: o programa deve orientar e formar para o trabalho; incluir famílias carentes (aumentando o valor da bolsa) e reexaminar as necessidades das famílias (relaciona-se com o programa deve ouvir as beneficiadas). Portanto o Programa, nessa perspectiva, deve rever algumas posturas.

Acima reafirmam a centralidade do trabalho como fator de melhoria das condições de pobreza das famílias, mas criticam aqueles que só querem viver do programa sociais (e, neste sentido, criticam esse valor de dependência). O programa bolsa família é visto como um fundamental complementar a renda já existente das famílias e repercutem no desenvolvimento dos jovens e crianças. Essas políticas segundo as mulheres beneficiadas do Programa Bolsa família fazem parte "das obrigações do Estado" como forma de segurança social (não abandonar as pessoas que precisam).

A destacar nesse item a necessidades das mães e pais retomarem o conhecimento sobre seus filhos (crianças e adolescentes), acompanhando de perto as questões de saúde e evolução nos estudos. Isso segundo as entrevistadas está a importância das condicionalidades à participação do programa bolsa família.

As reflexões feitas por essas mulheres sobre o programa bolsa família deve ser ouvidas pelo governo, para aperfeiçoá-lo. Mas o fundamental, a raiz de todos as soluções deve ser deixado por final, a saber, a relação entre ***cidadania, Estado e suas políticas públicas***.

## 4.5 CIDADANIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A **E1** diz não ter tempo para participar de nenhum grupo que busque trazer melhoria ao bairro, pois trabalha em casa, mas espera que o governo federal, a frente o Presidente eleito Jair Bolsonaro, acabe com os dois problemas que mais lhe aflige, além ansiar por *uma casa*, acabar com *a violência* e baixar *o custo de vida*.

Mesmo que a entrevistada tenha avançado muito participando do grupo do PAIF, que ampliou seu horizonte, ela não avança no passo seguinte de que as respostas as necessidades seriam fruto de luta travadas anteriormente. Não ouvi em nenhum momento preocupações do tipo 'vamos nos juntar e procurar conseguir algo'. A palavra forte utilizada foi *precisamos, esperamos*. Um plural passivo.

Agora ela detecta problemas próprios à situação de pobreza: custo de vida elevado que impacta a sua vida familiar de pobreza e mesmo "anula" o dinheiro recebido do bolsa família, pois o custo de vida aumentou, a violência no bairro que a mete medo e inspira cuidados redobrados, a necessidade de moradia.

Ela também diz que a prefeitura "*deveria*" aumentar o número de ónibus e diminuir o tempo de espera. "*queria*", também que "*a prefeitura colocasse academia no bairro para atividades físicas*".

Enquanto houve apenas sinais do Estado em mitigar a pobreza estrema e não acontecer uma sinalização de ação dos pobres sobre isso que é a pobreza, pressionado esse mesmo Estado não haverá transformações estruturais. O verdadeiro direito nasce quando há ações afirmativas daqueles que são falsamente incluídos[204].

A **E2** toca no assunto das eleições: "*todo mundo estava apostando no Haddad, candidato de Lula, mas quem ganhou foi Bolsonaro*". Mas, depois, continua: "*tanto faz o candidato*". Logo depois critica a Prefeitura: "*faz melhoria não sei por onde, não aqui*". Ela gostaria que a Prefeitura colocasse "*mais hospitais, mais polícia e pracinhas para crianças brincarem*". Ela, pessoalmente, gostaria de ter sua casa própria. Nacionalmente gostaria de o Presidente eleito "*colocasse mais trabalho para os pais de famílias*[205]". Colocasse "*mais escola, mais curso*[206]". A entrevistada consegue ver diferenças de tratamento do espaço territorial da cidade, ou seja, uma visão ampla além do seu lugar.

Acompanhando a história da E2 as pessoas estavam com medo de cortes no bolsa família com ascensão de Bolsonaro. Portanto, ela e outros no bairro estavam torcendo por Haddad. Por um tipo de política pública.

O importante é notar que a entrevistada, "*mesmo dizendo tanto faz*", aposto em situações e tendências de mudanças posteriores. Portanto, faz alguma análise política da situação brasileira. Mas como a E1 usa termos como "*espera que ...*"; "*colocasse mais*". Termos políticos passivos. Mas houve avanço em relação a E1.

A **E3** faz uma avaliação rápida dos últimos governos, do governo Lula e Dilma, do Partido dos trabalhadores, para depois pensar o governo de Jair Bolsonaro: inicialmente diz que foi um erro o governo criar o bolsa família. Porque o bolsa família é uma esmola. Não resolve o problema da pobreza. O que resolveria esse problema é trabalho para o povo. Emprego. O que fez a máquina do governo [governo Lula] criou o bolsa família e transformou o país: agora vive de esmola. O dinheiro, a máquina estatal, **desvio para outros fins**. Desviou para Venezuela. O intuito é transformar o Brasil numa Venezuela. O Brasil está falido. A maioria das coisas que acontece no Brasil a culpa é do povo. O povo teve o bolsa família como uma tábua de salvação. Ficaram dependentes.

---

[204]PAUGAM, S. Desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ & Cortez, 2003.

[205]A taxa de desemprego no Brasil ficou em 12,4% no trimestre encerrado em fevereiro, atingindo 13,1 milhões de pessoas, segundo divulgou nesta sexta-feira o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 29 de mar de 2019

[206]BRASIL. MEC contraria discurso e tira verba da educação básica, além de faculdades. O presidente Jair Bolsonaro havia dito que dinheiro economizado com as universidades seria gasto no ensino básico, mas 2,4 milhões de reais foram bloqueados. Disponível em: < https://exame.abril.com.br/brasil/mec-contraria-discurso-e-tira-verba-da-educacao-basica-alem-de-faculdades/>. Acesso em 17 de maio de 2019.

A prioridade do governo Bolsonaro são três segundo a E3: *saúde, educação, segurança*. Se ele conseguir ajeitar essas três coisas ele concerta o país. Precisará da mão divina, enorme é o desafio. E a prioridade do trabalho? E uma coisa de necessidade imediata para a sobrevivência, não é?

Outro ponto interessante chama a atenção a E3 quando diz que a nossa Amazônia está sendo explorada por estrangeiros, roubando ervas, fazendo medicamentos e vendendo de volta aos consumidores brasileiros bem caro. O país precisa estar atento e barrar essa invasão que rouba nossas riquezas.

A **E4** lembra que há pessoas pobres, que o governo deve ajuda com o Programa bolsa família. É, o mais importante, dar *atenção redobrada aos jovens*[207]. O novo governo deve criar *empregos para esses jovens*. Outra prioridade é "acabar com a bandidagem".

Para a entrevistada 4 está precisando no bairro *espaços de lazer* e *cursos de formação*. Ela está pensando em espaços de lazer e cursos para jovens e idosos. E a prefeitura de Fortaleza cabe oferecer essas políticas.

Para a **E5** os "*próximos anos do governo Bolsonaro*" para os jovens que "*não escutam pai e mãe*", "*vão entrar na chibata*". "*A Polícia vai sair prá bater*". "*Vai acabar com a marginalidade.*"

No município de Fortaleza a entrevistada 5 aponta como necessário "*o saneamento básico*".

Segundo a **E6** nas últimas eleições ela anulou o voto por não ver em nenhum dos dois candidatos, Bolsonaro e Haddad, a política sendo feita, ou seja, tratando dos problemas [do Brasil]. O que ela testemunhou foi um ringue.

A **E7** "*espera que o governo Bolsonaro seja melhor*", pois "*a gente já passa tantas coisas ruim; se ficar pior que isso teremos muitas dificuldades*". O seu governo deveria ser marcado por "*mais trabalho, colégio melhor, mais posto de saúde, mais médico, pois as vezes a gente vai e nos postos não tem*".

Também para a entrevistada 7 o governo deveria priorizar políticas para a juventude: cada vez mais cedo eles estão entrando na vida do crime. Isso precisa ser resolvido.

[207] Bolsonaro defende que jovens não devem se interessar por política. Afirmação foi feita durante a posse do novo ministro da Educação. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-defende-que-jovens-nao-devem-se-interessar-por-politica/>. Acesso em 17 de maio de 2019.

Segundo a **E8** o governo tem uma prioridade: "*a crise financeira tem que melhorar* [ser resolvida], *pois o custo de vida é alto para nós. É geral, todos nós aqui sentimos, tem que agir o mais rápido possível pois a gente afunda mais ainda*".

A **E9** faz um diagnóstico da situação brasileira: "*as coisas estão difíceis para acontecer. Há pessoas que precisam de ajuda pra viver. Sem essa ajuda piora a vida*". As prioridades do governo devem ser: primeiramente, "*arranjar emprego*", "*melhorar a saúde*"; "*a educação também é muito importante. Sem isso não vai*".

A **E10** apresenta uma realidade cotidiana na vida dos mais pobres: quando doente a quem recorrer? Ao hospital, ao SUS, certo? Errado. Ele diz que sua cirurgia urgente foi arranjada por intermédio de conhecidos de um vereador. E finaliza: "*preciso fazer isso se não como resolver esse problema e outros. Não temos saída*".

A E10 relata uma verdadeira disputa entre grupo, uns contra outros a favor do candidato Bolsonaro. Mas efetivamente, diz ela: "*ele está no poder*". Devido as suas circunstâncias particulares de vida [fugido do bairro por sofrer ameaças de morte devido ao filho ter matado um outro] ela "*acha que ele [o Presidente] deveria colocar trabalho para os presos para ajudar as famílias"*. Ela reclama que todos falam que presos tem direito a um salário mínimo, "*mas na minha casa nunca chegou*". Relata também é que muito caro manter um preso, "*eu tenho que manter [meu filho]com tudo [roupa, vassouro, sabão], quando posso*".

A violência no bairro Genibaú como relatada pela E10 desestruturou ainda mais sua família e causou sérios problemas psicossociais.

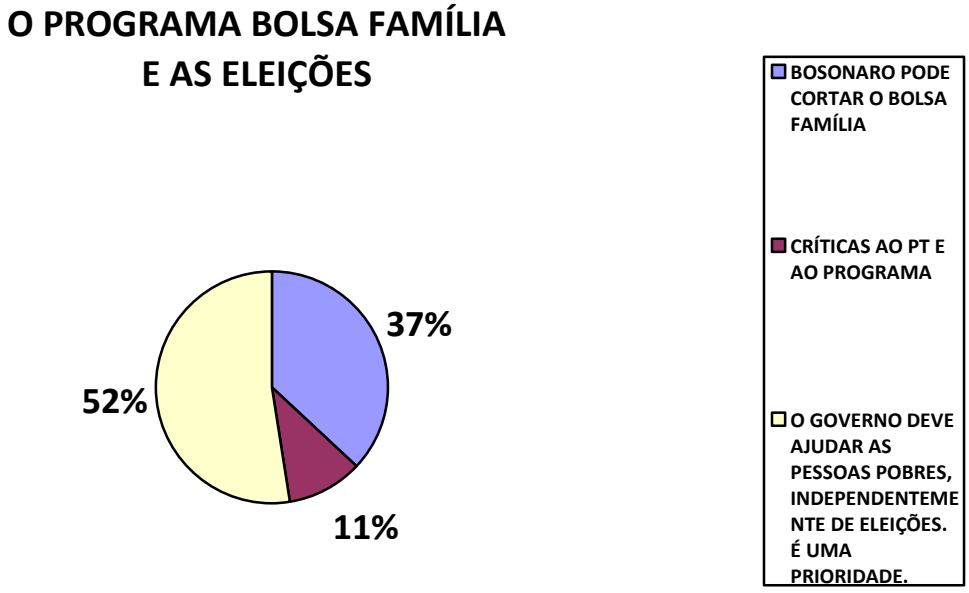
A **E11** centra o problema social em duas questões: a criminalidade e a falta de trabalho. Acabar com a criminalidade foi uma promessa do atual Presidente Bolsonaro. Mas, ela diz "*outra coisa que ele deveria priorizar, para ajudar as famílias a melhorarem de vida, é ter mais trabalho*". A E11 faz um diagnóstico: "*ter mais trabalho"* [criar empregos], "*ajuda as famílias a melhorarem de vida*". E, essa política, não seria mais efetiva para diminuir a criminalidade?

A **E12** inicia sua avaliação da política pela última eleição. A escolha de Bolsonaro para Presidente segundo ela, foi "*a pior aberração", (...), mas, o povo escolheu. Eu tenho que aguentar*". Mas o que deveria priorizar no governo? A E12 diz que é "*a educação e saúde*". E acrescenta: "isso como prioridade resolve o problema da violência. Realmente precisamos de segurança", mas, "*pondo em prática essas duas prioridades*".

Vamos, abaixo, reunir os pontos de contatos comuns entre as mulheres beneficiadas com o programa bolsa família sobre política, cidadania e estado.

As entrevistadas ao tratar da disputa eleitoral entre Haddad e Bolsonaro cuja objeto de disputa voltou-se para a permanência ou não do programa bolsa família relatam: medo de votar em Bolsonaro, com a possibilidade de corta o Programa Bolsa Família (**32%);** crítica ao PT (Partido dos Trabalhadores) e ao programa bolsa família (**11%**); o governo deve ajudar as pessoas pobres com o Programa bolsa família independente de governo que ganhar (**52**%).

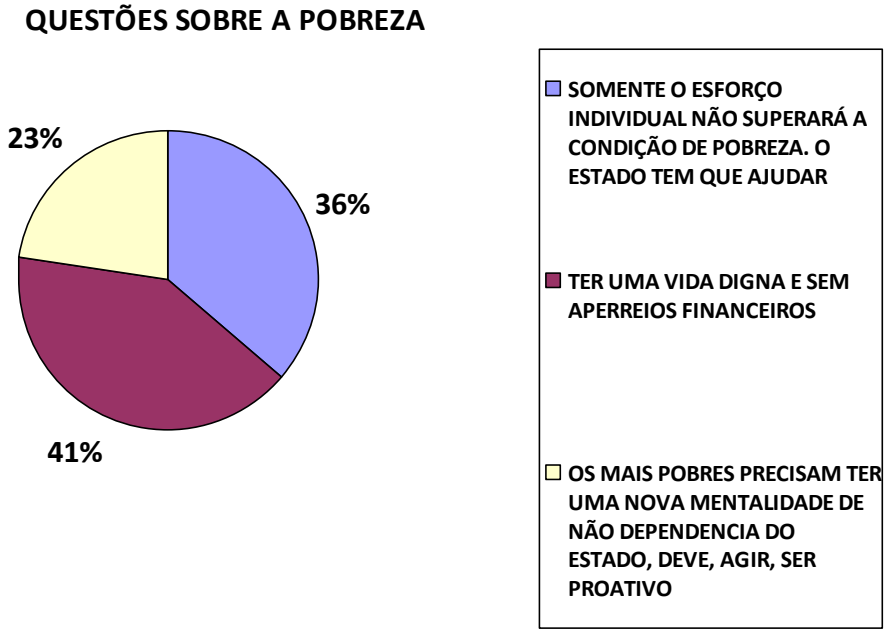
**Gráfico 53 - O Programa Bolsa Família e as eleições**




Fonte: produzida pelo autor (2019)

**26%** das entrevistadas levantam uma importante questão para a situação de vida dos mais pobres: por mais que se esforcem é muito difícil superar tão grandes barreiras, da pobreza, para poderem mover-se socialmente e, por isso, faz-se necessário a ajuda do Estado em forma de políticas públicas. Isso é mostrado pelas expressões: "se ficar pior que isso teremos muitas dificuldades" (E7); "o custo de vida é alto" (E8); "*precisa de ajuda para viver*" (E9). "*somos gente como outras, precisamos viver, crescer, ser feliz...*" (E5); **41%** das entrevistas falam das necessidades das famílias pobres e do direito a ter uma vida digna; **23%** das entrevistadas dizem que os pobres precisam ser mais proativos e não dependentes.

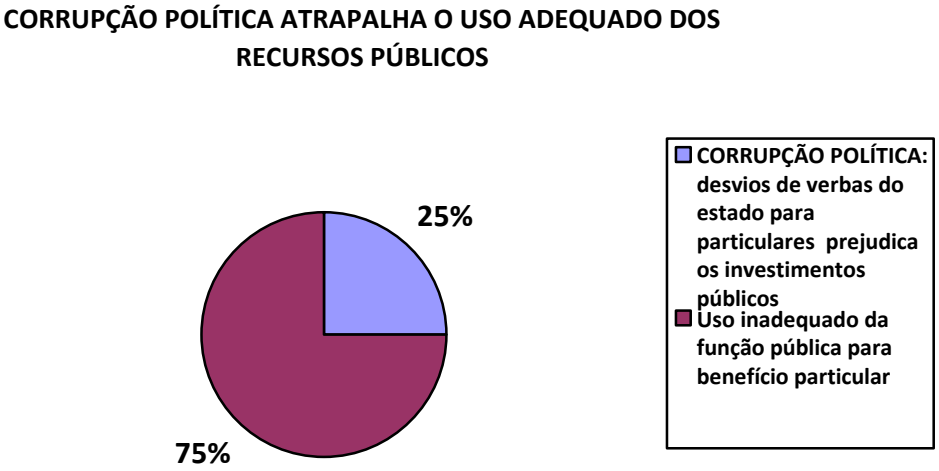
**Gráfico 54 - Questões sobre a pobreza**




Fonte: produzida pelo autor (2019)

25% das entrevistadas levantam problema sobre a corrupção política que se expressão no desvio de verbas públicas, de um lado, como também, por outro, o mal-uso da função pública.

**Gráfico 55 - Corrupção política atrapalha o uso adequado dos recursos públicos**




Fonte: produzida pelo autor (2019)

Como exemplos podem ser citadas as falas das **E3** e a **E10** que levantam questões referentes a corrupção política.

A E3 coloca a questão da corrupção num contexto de pós-eleição do governo Bolsonaro. Toca no problema do desvio do dinheiro público para outras finalidades dizendo que o Bolsa Família distribui esmola que não resolve o problema da pobreza no Brasil para que o resto do dinheiro seja desviado para a Venezuela. Por isso o Brasil faliu.

A questão proposta pela E3 apresenta uma *leitura ideológica* da corrupção. E nisso alimenta a ideia que os serviços públicos não prestam e nada presta e funciona no Estado, pois o que fazem (os governos de esquerda), por serem doutrinadores, desviam o dinheiro público etc. O que presta, então, seriam a condução da iniciativa privada? Não seria a iniciativa privada − através das forças do mercado financeiro com seus ganhos exorbitantes de juros e pelos ganhos da renda nacional pela dívida pública − o maior dos corruptos no Brasil? Mesmo sendo a corrupção um problema comparando com o PIB, ela não tem o poder de colapsar os serviços públicos. E como ficariam a imensa massa de brasileiros que não teriam condições de arcar com pagamentos de serviços públicos? A questão não é a *corrupção*[208], mas a má distribuição de recursos entre os brasileiros: uns com mais acesso que outro. A corrupção é um problema que deve ser pensado também através do grau de participação dos cidadãos na vida pública.

Quando acompanhamos essa entrevistada (**E10**) ela nos relatou do poder dos vereadores na região[209]. Sem a intermediação deles à prefeitura "*as coisas não acontecem*". Esse relato mostra como é ainda frágil os canais normais de atendimento aos mais pobres. Canais que deveria pautar-se pelo não envolvimento político, mas pela rapidez e eficiência no serviço ao público. Por outro lado, isso mostra o grau fraco de imersão da cidadania no controle do poder público e no seu lugar a montagem de redes sociais de dependência entre políticos-cidadãos-prefeitura que rodeiam os lugares de periferia sustentando o poder de um vereador. Portanto o que vemos aqui na descrição da Entrevistada 10 são práticas sociais de poder hierarquizadas nos lugares periféricos.

Práticas como essas norteadoras de relações sociais colaboram para a não efetivação de uma sociedade mais igualitária e efetivamente guiada por redistribuição de oportunidades.

---

[208]A corrupção real e a dos tolos | Jessé Souza. Disponível em: <https://youtu.be/S0RnfwJdX4I>. Aceso em 18 de maio de 2019.cf. Souza, A elite do atraso.

[209]Caderno de campo, 15 de fevereiro de 2019.

**27%** das entrevistadas escolhem como **primeira** (1º.) **prioridade** a ser assumida pelo governo de Jair Bolsonaro a "*geração de trabalho"*; "*emprego para a juventude*"; a criação de "*trabalho em prisões*". Não levamos em consideração aqui as diferenças entre os sentidos da palavra trabalho e emprego. Os sujeitos desses empregos/trabalho são ***os jovens e presos***.

**23%** das entrevistadas escolheram com como **segunda (2º.) prioridade** a ser assumida pelo governo de Jair Bolsonaro acabar com a *criminalidade*, dando atenção aos *jovens que se envolvem com a marginalidade*; as expressões que surgem são: a violência [nas cidades]; a corrupção política, empatados; a *segurança* com atenção *prisão* de "*bandidos*"; criação de políticas para a juventude com foco a evitar seu envolvimento com o crime. A conceito mais ampliado é a palavra **violência** em seguida a palavra **criminalidade**. A palavra "*marginal*" próximo a palavra "*bandido*" aplicado a ***jovens*** e a corrupção política (***políticos***) sujeitos da ação de produzirem violência. Os jovens "bandido" / "marginais" é o sujeito que mais preocupa aos beneficiados do Programa Bolsa Família que devem ter prioridade na ação das políticas públicas do governo, além da expressão criar políticas públicas aos jovens para afastar dessas situações.

**16%** das entrevistadas escolheram como **terceira (3º.) prioridade** a ser assumida pelo governo Bolsonaro a melhoria das condições de **saúde da população**; as expressões utilizadas são *melhoria dos serviços de saúde* e dos *postos de saúde e investimento em mais médicos em profissionais de saúde.* A preocupação de serem bem atendidos com *dignidade* e *respeito* entram no rol das expressões utilizadas.

**16%** das entrevistadas escolhe como **quarta (4º.) prioridade** do governo Bolsonaro a ação na *educação*, reveladas em expressões como: a melhoria da educação *nas escolas e cursos profissionalizantes*. Investimento na reciclagem dos trabalhadores para fazer frente ao desemprego. A palavra com sentido mais amplo é o termo educação, seguida pelo termo escola e cursos. O sujeito são os alunos, filhos dos beneficiados do Programa Bolsa Família e muitas vezes os próprios beneficiados.

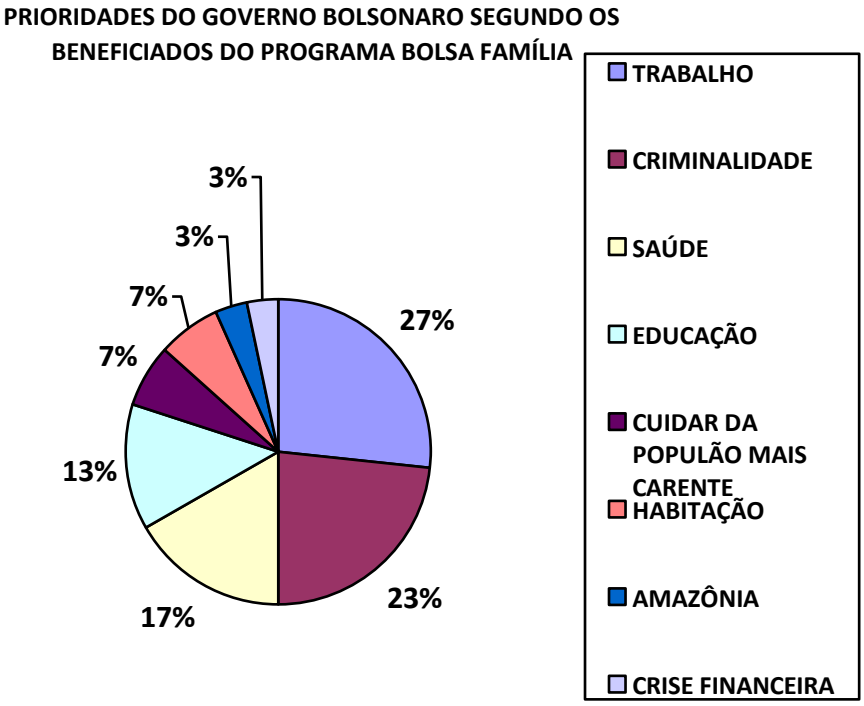
**7%** das entrevistadas lembram, no seu aspecto geral, o papel do Estado em priorizar a ajuda aos que mais precisam (o uso da expressão **carentes** é a mais citada). E o Programa bolsa Família é a política pública citada. Os sujeitos são os mais carentes.

**7%** das entrevistadas escolhem como prioridade do governo Bolsonaro a expansão da *habitação* para os mais pobres. Elas citam "minha casa, minha vida". Os sujeitos escolhidos são *os pobres*.

**3%** das entrevistadas falam de um outro problema que deve ser tratado por Bolsonaro o **"***roubo de nossas riquezas na Amazônia*". Os sujeitos escolhidos são os *cidadãos da nação.*

**3%** das entrevistadas acha que a principal atividade prioritária do Estado, enquanto no governo Jair Bolsonaro, é resolver a "*crise financeira para diminuir o custo de vida"*. Os sujeitos escolhidos para serem atendidos são *os pobres e extremamente pobres*.

**Gráfico 56 - Prioridades do Governo Bolsonaro segundo os beneficiados do Programa Bolsa Família**



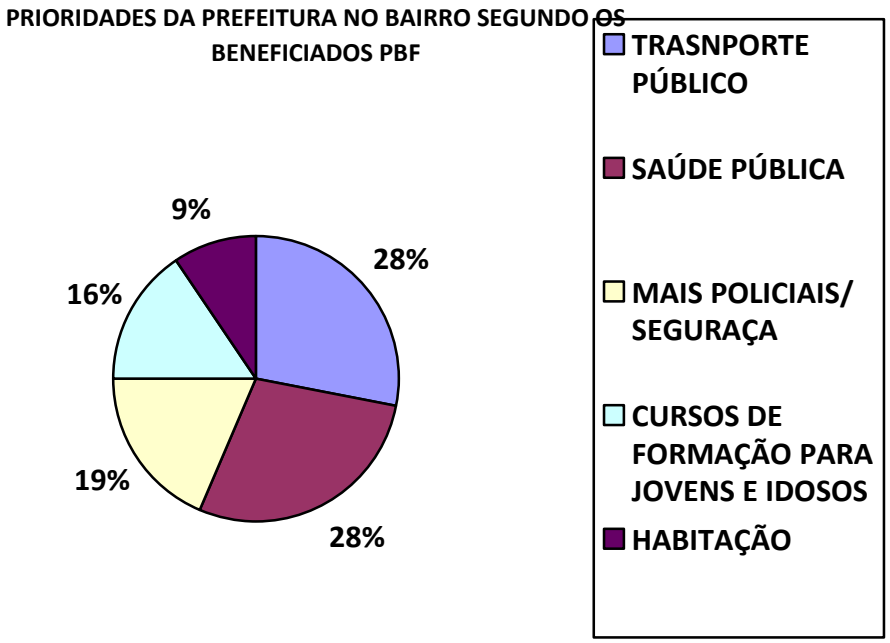

Fonte: preparado pelo autor (2019)

Portanto citamos abaixo, por ordem, as principais prioridades de governo de Jair Bolsonaro sugeridas pelos beneficiados do Programa Bolsa Família: geração de **emprego**; seguido pelo combate a violência/ **criminalidade**; **saúde**; melhoria da **educação;** expansão do **programa bolsa família**; expansão do **projeto "minha casa, minha vida"**; **combate ao roubo de nossas riqueza no Estado do Amazônia** e o **combate a crise financeira para diminuir o custo de vida.** Mas o centro do problema foi colocado com a ideia de **tratar dos problemas do Brasil**.

Cremos que essas orientações dos beneficiados do bolsa família estão em desacordo com *o Projeto ultra-liberal,* mais radicalizado que os governos Temer e Jair Bolsonaro apresentam. Essas orientações vão contra a perspectiva de um Estado mínimo.

As prioridades apresentadas em relação as ações da Prefeitura Municipal de Fortaleza podem ser colocadas desta forma: empatadas em primeiro lugar (**1º**.): o melhoria do **transporte público** e da **saúde** ( incluindo aqui, construção de hospital/ posto de saúde e do Saneamento básico e, enfim, a criação de **espaço de lazer)** para atender as periferias. Em relação ao lazer instalação de **academias em áreas públicas** para atividades físicas **e pracinhas** para crianças; em segundo lugar (**2º**.), mais **policiais** gerando segurança; em terceiro lugar (**3º.**), **cursos de formação** para jovens e idosos; em quarto lugar (4º. Lugar), expansão de projetos da **casa própria** nas periferias. Dando uma certa ordem as ideias apontadas pelos beneficiados do Programa Bolsa Família para ações da Prefeitura Municipal de Fortaleza na região do bairro Parque Genibaú, temos: melhoria do **transporte público**, **saúde** pública, espaços de **lazer**, criação de **cursos** de formação para jovens e idosos e mais **policiais** e, finalmente, **habitação**.

**Gráfico 57 - Prioridades da prefeitura no bairro segundo os beneficiados PBF**




Fonte: preparado pelo autor (2019)

Uma tendência constante no pensamento das mulheres entrevistadas que participam do programa bolsa família é ter clareza do papel do Estado, muitíssimas vezes falam da necessidade de *ajuda (proteção) aos mais pobres*. O Estado é o governo e esse, independentemente da política, deve cumprir sua *função social*. Elas demarcam a função do

Estado na prestação de serviços (ajuda) e melhoria das condições de vida que tragam “uma vida digna” aos pobres.

Está claro a visão do Estado. Ele não pode ser mínimo. É não pode ser diferente por persistir situações de pobreza e desigualdade. Ele deve intervir nas relações de trabalho, na vida social e na melhoria da presença dos pobres nas decisões (quando se diz na urgência de ouvir e capacidade de mudar as prioridades para atender as necessidades dos beneficiados do programa bolsa família, como por exemplo, repensar o modelo de linha de pobreza escolhido pelo governo para incluir mais gente [das periferias urbanas] que são pobres e carentes).

São escolhidas, por elas, as prioridades no âmbito nacional de ações a serem posta em prática com urgência: a prioridade do *trabalho*, para incorporar jovens e adultos. O problema do desemprego é um pano de fundo constante na necessidade de gerar trabalho. O trabalho é qualificado, vem acompanhado por uma formação anterior para o mercado de trabalho; *controle da criminalidade*, *saúde* e *educação*. Âmbitos que afetam as beneficiadas no dia a dia. Esses desafios são propostos para o futuro governo Bolsonaro.

As prioridades para o governo municipal são levantadas tendo como ponto de vista a vida cotidiana dos desafios diários no bairro Genibaú: transporte público de qualidade e mais baratos, saúde pública, mais policiais nas ruas, cursos profissionalizantes para o mercado de trabalho, habitação e lazer.

Na ação de Estado (governo) as mulheres beneficiadas com o programa bolsa família detectam problemas que atrapalham a gestão pública: a corrupção na forma de uso do bem público para obter benefícios políticos e particulares. O primeiro exemplo, é aplicado aos vereadores quando usam sua influência na prefeitura para intermediar favores políticos e outro exemplo é aplicado a todo político que desviam verbas públicas de seus objetivos que repercute na má qualidade dos serviços públicos e contribuem para aumentam a pobreza.

Há um dado interessante nas falas de algumas das entrevistadas: os pobres precisam desenvolver frente ao Estado, independência; “*serem proativos*” em resolver seus próprios problemas. Elas querem dizer: assumir a cidadania? Lutar por direitos? Isso é uma questão propriamente política ao se tratar do desenvolvimento de certa autonomia frente a influência de situações e grupos sociais. Isso se dá por diversos fatores, um deles, muitas vezes, é por causa da não presença do Estado na vida corriqueira dos moradores do bairro Genibáu. Eles precisam, portanto, se virar. Agir por conta própria na resolução de seus problemas corriqueiros seguindo procedimentos aprendidos e incorporados do modo que a vida lhes permitiu. Seria essa postura uma incorporação de aspectos do liberalismo

econômico/ político na vida dos mais pobres? Não encontro respostas nessa pesquisa, somente algumas questões podem ser levantadas diante do proposto pelas entrevistadas.

Acho que é uma influência, sim, de ideias liberais, mais influencia política que procura levar os pobres ao erro e, portanto, a vejo como uma forma de *dominação simbólica*.

Há ações no cotidiano que são simples de serem desenvolvidas e requer poucas instruções aprendidas socialmente e, principalmente na família. Há outras ações mais complexas que requer saberes e modelos de ação apreendidos que os mais pobres não incorporaram o suficiente devido a interferência e interesses estratégico de outras classes. Mas os pobres não deixam de tomarem decisões e avaliações. Vivem e respiram normalmente durante seus procedimentos cotidianos, mas estão *impedidos* socialmente de agir com desenvoltura – não foram equipados com habilidades suficientes para poderem responderem aos desafios que a vida lhes traz relativamente a outros, possíveis atores que agem na concorrência. A aprendizagem dos pobres ficou aquém ao necessário para poderem desafiar com vantagens na concorrência, em situações diversas (trabalho, por exemplo) outros atores de classe, diversos.

Há sim, aqui e acolá, nas falas das mulheres um esforço de trazer para si a autoria dos atos e responsabilização por esses, levando-as a culpar-se por não agido adequadamente. Entendo que lhes faltam uma visão histórica do conflito da realidade na qual estão inseridas. Muitas vezes nossos atos, por não nos serem completamente conscientes, mas movidos por incorporações de atitudes aprendidas anteriormente, não nos permite perceber uma dominação simbólica que orienta nossas ações e, também, devido a repasses de orientações parcialmente compreendidas e incorporadas – um déficit de aprendizagem cognitivo e de ação pragmática pouco desenvolvida - de aprendizagem cotidiana que responde por nosso fracasso. Esses déficits na aprendizagem para desempenhar atividades as mais diversas – na escola, na vida, emprego, na solução de problemas, - é frutos de estratégias das elites econômicas e políticas que retém saberes e modos de fazer, habilidades, que prejudicam a gestão da vida dos pobres. Isso é um conflito que não veem as mulheres beneficiadas com o programa bolsa família e, portanto, a urgência da aprendizagem política para perceber uma dominação quando ela está a nossa espreita.

Cidadania, se visto amplamente, é a capacidade de viverem já agora, os pobres, situações que precisem (de definir) e qualifiquem positivamente suas vidas: se veem incluídos e incorporando valores sociais, habilidades e riquezas produzidas socialmente. Na perspectiva das mulheres beneficiadas do programa bolsa família isso ainda não se tornou real ainda. Na nossa visão e tentando ouvir o máximo as vozes e o sentido das falas dessas mulheres,

pensamos encontrar um anseios de liberdade, por exemplo, nas lutas dessas mulheres no cotidiana, tentando produzir resistências sutis, mas ainda dentro de uma configuração de ações de poderosos agindo para impedi-las de reagir, por isso encontram-se com margem de manobra ainda limitadas. São começos e passos de liberdade e libertação da dominação social, política e econômica. Nossa vida política baseada no Estado de direito ainda não é nem republicana e nem democrática o suficiente para permitir que ousadas mulheres pobres possam querer ensinar os caminhos da justiça e dos direitos sociais, políticos e econômicos. Mas elas tentam sutilmente abrir brechas possíveis através de suas falas e ações demostrando a possibilidade da justiça mais equitativa entre nós.

## 4.6 REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA. PROGRAMAS SOCIAIS, POBREZA E DESIGUALDADE

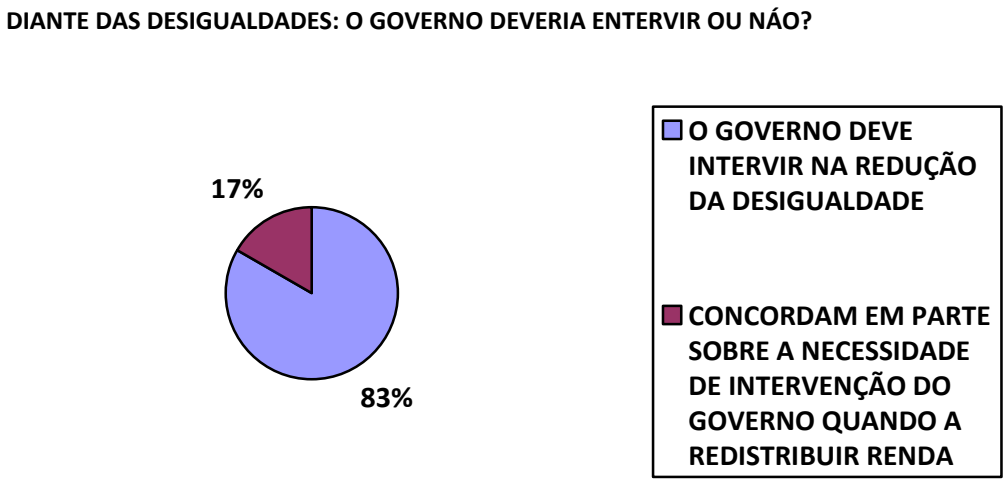
Nessa seção recolheremos a opinião das entrevistadas, mães e avós, responsáveis em administrar o uso do dinheiro do Programa Bolsa Família sobre redistribuição de renda, programa sociais do governo, pobreza e desigualdade[210].

### 4.6.1 Sobre a redistribuição de renda

Perguntadas, ***diante da constatação da existência da desigualdade entre ricos e pobres, essa seria natural*** ou ***o governo deveria intervir na sua redução***: **100%** das entrevistas se colocaram na opinião que a desigualdade não é natural, é gerada socialmente. **Para 83**% das entrevistadas se põem de acordo sobre *a urgência do governo intervir* para a redução das desigualdades. Já **17%** das entrevistadas concordam em parte sobre a necessidade da intervenção do governo. Para elas o papel do governo deveria ser de criar as condições iniciais de igualdade, e deixar os mais pobres exercerem sua própria responsabilidade de buscar trabalho. Os pobres devem se responsabilizar por seu estado de pobreza.

[210]Os questionários foram aplicados de novembro de 2018 a março de 2019. Mas as entrevistas nas nossas conversas reforçam a forca desses questionários.

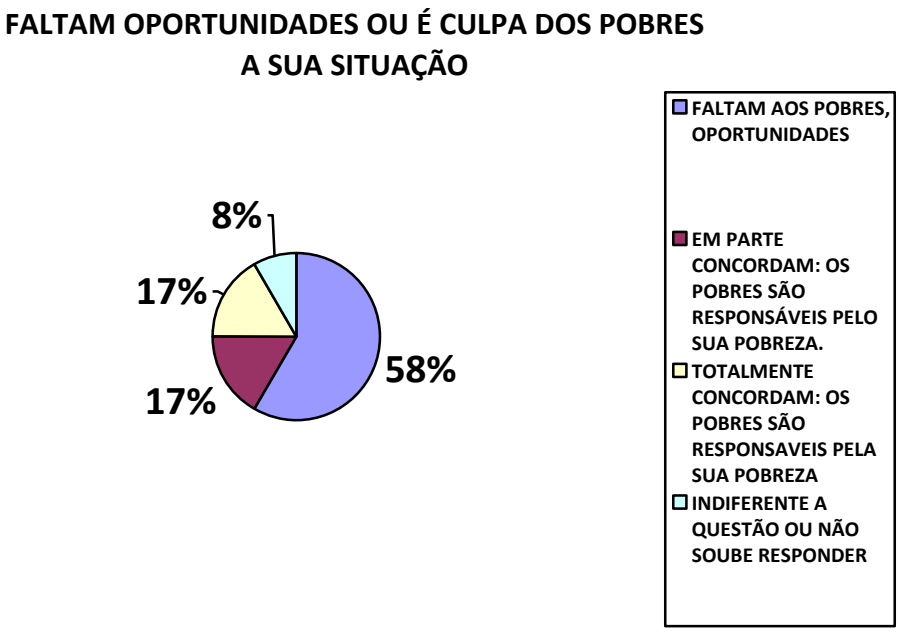
**Gráfico 58 - Diante das desigualdades: o governo deveria intervir ou não?**




Fonte: produzida pelo autor (2019)

Quando perguntadas: ***os pobres são os principais responsáveis por suas condições de pobreza pois não se esforçam*** ou, ***aos mesmos lhes faltaram oportunidades históricas e se faz necessário o governo intervir na correção destas distorções***, assim responderam as entrevistas: a favor totalmente estão **58%** das entrevistas com a 2º. Alternativa [faltam aos pobres, oportunidades] afirmando que a pobreza é criada socialmente e, portanto, as oportunidades em relação aos pobres são restritas. Nesse sentido o governo deve intervir, sim; a favor, em parte, com a 1º. Alternativa [os pobres, responsáveis por sua condição] estão **17%** das entrevistadas**.** Dizem que a pobreza é uma constituição histórica social, mas acreditam que há outras formas que simplesmente a intervenção do governo. Os pobres possuem responsabilidades sobre sua pobreza, também. O estado só deve criar oportunidades e deixar aos pobres um papel de ir atrás de resolver também seus problemas; **17%** das entrevistadas concordam totalmente, com a afirmação de que os pobres são os principais responsáveis por suas condições de pobreza, pois não se esforçam. Para essas duas entrevistadas os pobres não podem ficam só esperando pela atuação do governo, devem se empenhar em solucionar seus problemas de pobreza com suas capacidades; ***8%*** das entrevistadas se colocam indiferente a questão ou não quiseram ou souberam responder.

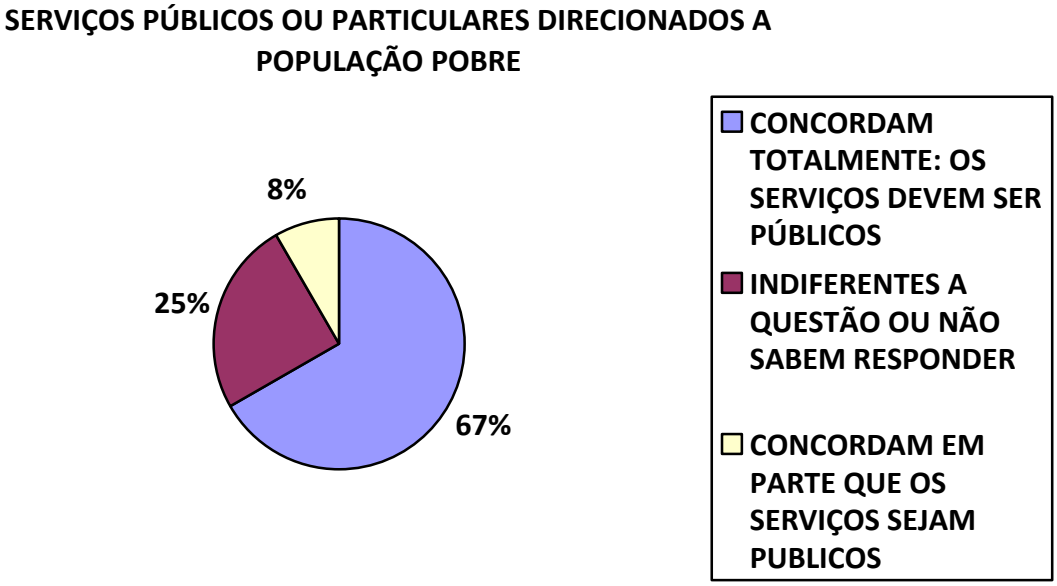
**Gráfico 59 - Faltam oportunidades ou é culpa dos pobres a sua situação**




Fonte: produzida pelo autor (2019)

As entrevistadas são agora colocadas na situação de opinarem sobre dois caminhos: ***os pobres devem ser ajudados somente por serviços públicos*** ou ***devem pagar por serviços particulares***: 67% das entrevistadas aposto que os serviços devem ser públicos, totalmente. ***25%*** das entrevistadas se colocam como indiferente a questão. 8% das ***entrevistas*** concorda em parte com a ideia de serviço públicos gratuitos. Crer na necessidade de ter serviços participares para aqueles que assim desejarem. E, portanto, exigirem algo a mais por eles.

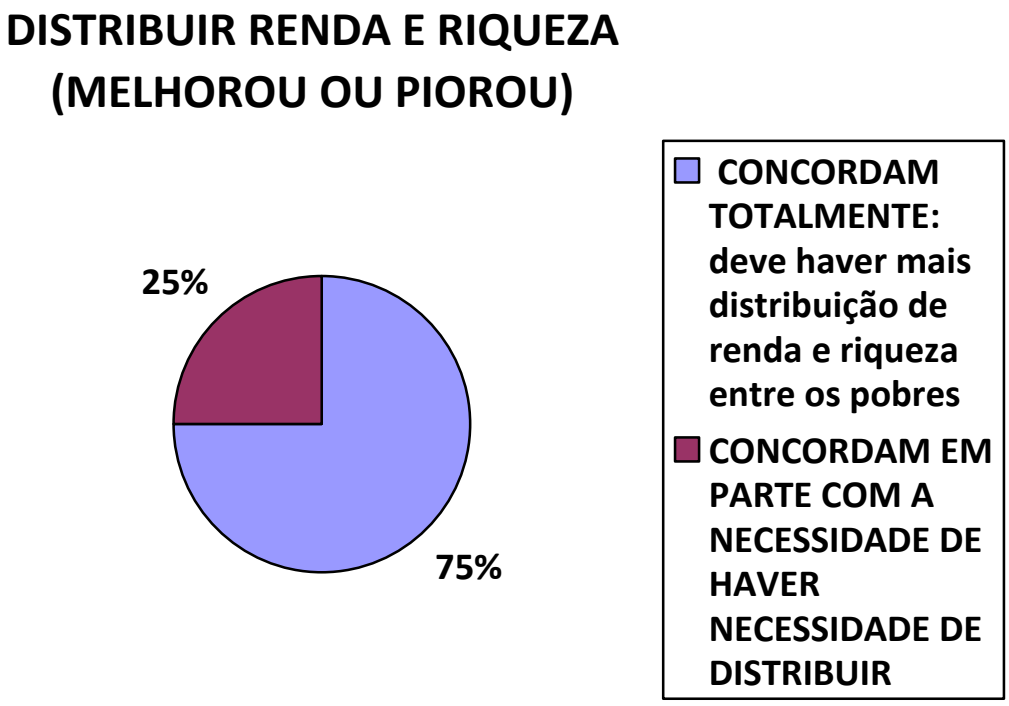
**Gráfico 60 - Serviços públicos ou particulares direcionados a população pobre**




Fonte: produzida pelo autor (2019)

Perguntam às entrevistas: ***a distribuição de renda e riqueza, melhorou e não é mais preocupante*** ou ***piorou e precisa ser combatida***. 100% das entrevistadas são de acordo que a distribuição de renda e riqueza piorou e que precisa ser combatida. Afirmam a urgência de combater a má distribuição de renda ***75%*** das entrevistadas. Já **25%** das entrevistadas concordam em parte.

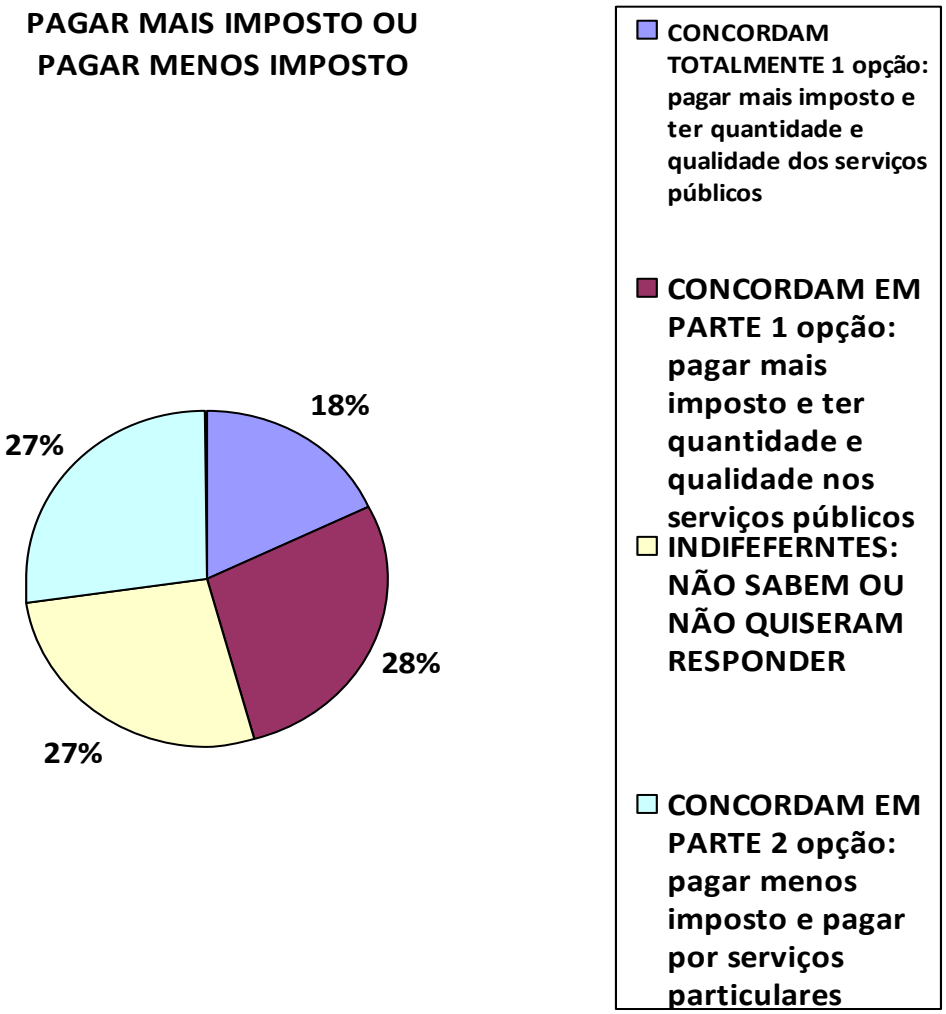
**Gráfico 61 - Distribuir renda e riqueza (melhorou ou piorou)**




Fonte: produzida pelo autor (2019)

As entrevistadas são colocadas a escolher sobre ***pagar mais imposto e ter mais serviços de saúde, educação*** ou, ***pagar menos imposto e pagar por serviços particulares***: ***18%*** das entrevistas concordam totalmente com a primeira opção. **28%** das entrevistadas concordam em parte com a primeira opção. Elas não gostam da ideia de pagar mais imposto. Já pagam muito. Para elas os serviços devem ser públicos. Acharam estranha essa ideia. Indiferentes ou não quiseram responder as duas questões estão ***27%*** das entrevistadas**.** Concordam em parte com a segundo opção estão **27%** das entrevistadas. Reparem que o grupo 'concordam em parte com a segundo opção' acreditam que já pagam muito imposto e não recebem os serviços públicos com qualidade. Reclamam de sua ineficiência. Confrontando com a questão anterior (serviços públicos gratuitos) só reforçam essa opção.

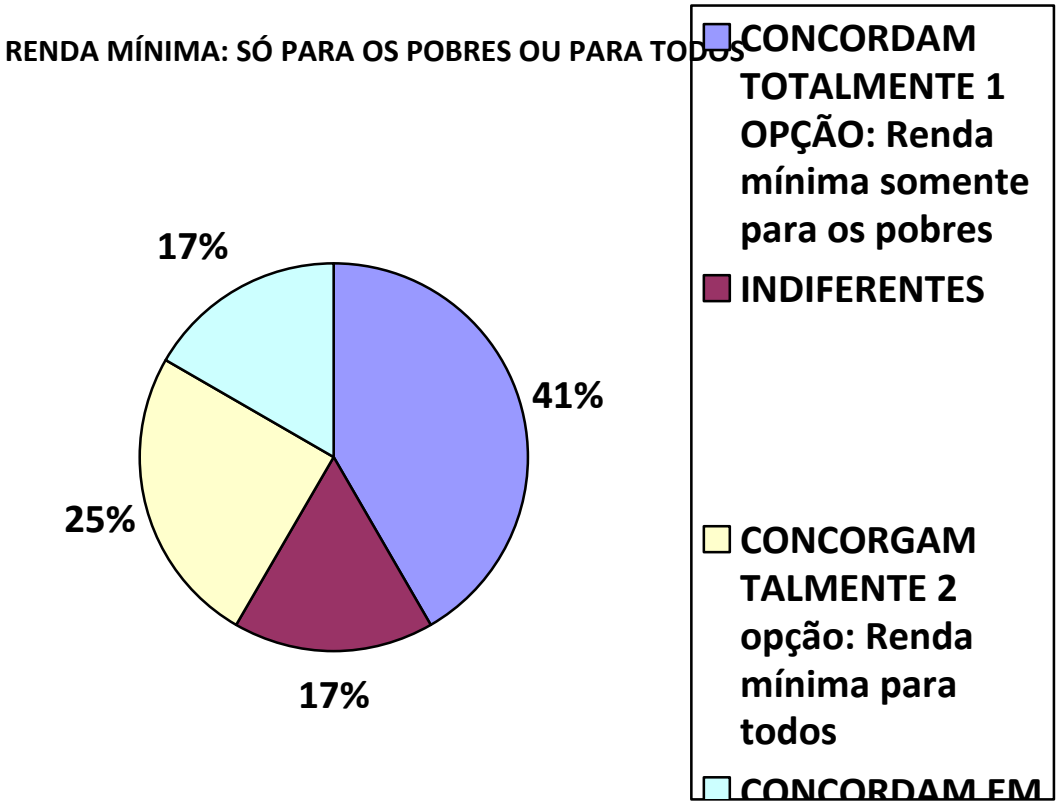
**Gráfico 62 – Pagar mais imposto ou pagar menos imposto**




Fonte: preparado pelo autor (2019)

Perguntas as entrevistadas: ***o governo deve dar uma renda mínima somente para os pobres*** ou ***para todos***. Concordam totalmente com a primeira alternativa as **50%** das entrevistadas. São indiferentes **20%** das entrevistadas. Concordam somente com a segunda alternativa estão ***30%*** das entrevistadas. Concordam em parte com a segunda alternativa ***estaõ 17%*** das entrevistadas. E interessante que a palavra "todos" pode dar um sentido de democratizar o dinheiro público.

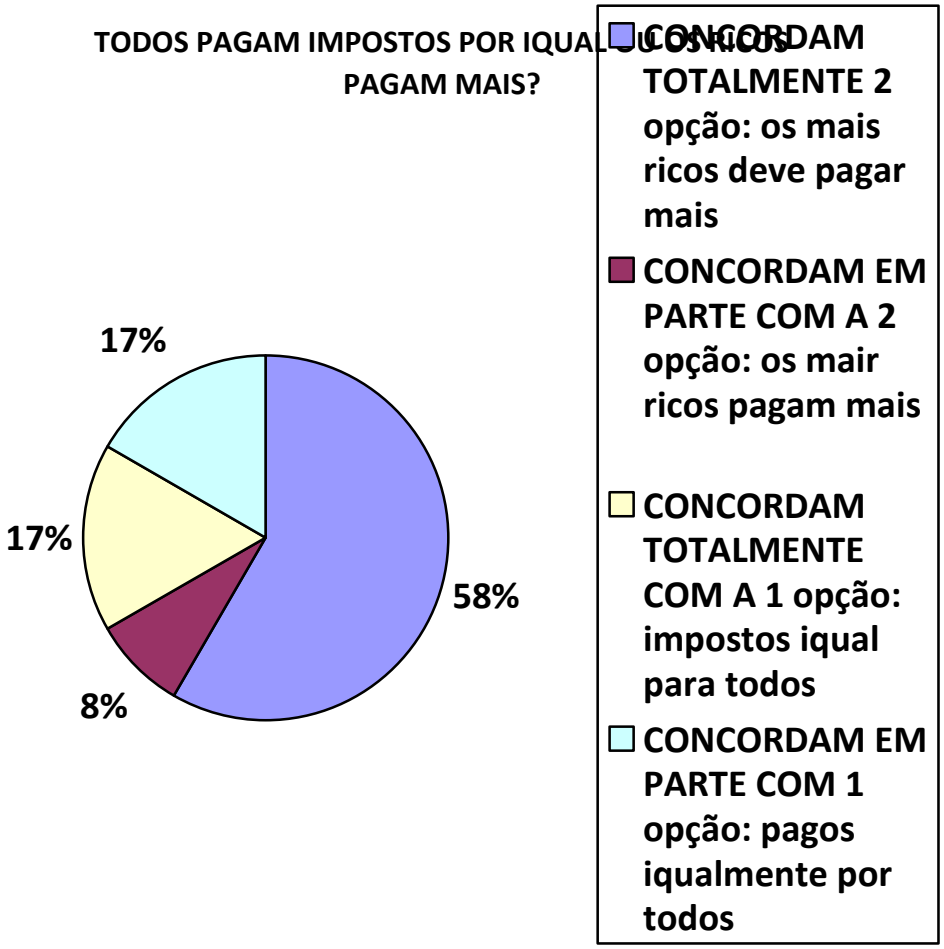
**Gráfico 63 - Renda mínima: só para os pobres ou para todos**




Fonte: produzido pelo autor (2019)

Diante das alternativas: ***os impostos devem ser pagos igualmente por todos*** ou ***as mais ricas devem pagar uma porção maior de sua renda***. As entrevistadas assim se posicionaram: **58%** das entrevistadas se posicionaram totalmente pela segunda opção. **8%** das entrevistadas concordam em parte com essa segunda opção. **17%** das entrevistadas concordam totalmente com a primeira opção. Concordam em parte com a primeira opção foram ***17% das entrevistadas***. Nenhuma indiferença. A ideia de *igualdade* pode ser uma sugestão que pode confundir seu sentido e ficar de fora a ideia de concentração de renda. Mas como podemos ver a primeira alternativa ganhou força se mantando unanima.

**Gráfico 64 - Todos pagam impostos por igual ou os ricos pagam mais?**

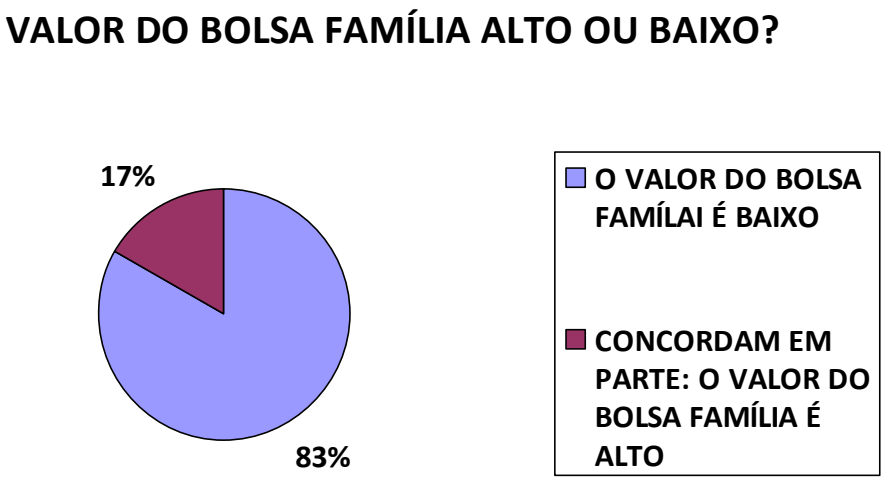



Fonte: produzido pelo autor (2019)

**SOBRE OS PROGRAMAS SOCIAIS**

Perguntadas: se ***o valor do bolsa família é alto*** ou ***baixo?*** **83%** das entrevistadas disserem que é baixo. **17%** das entrevistadas disseram que concordam em parte.

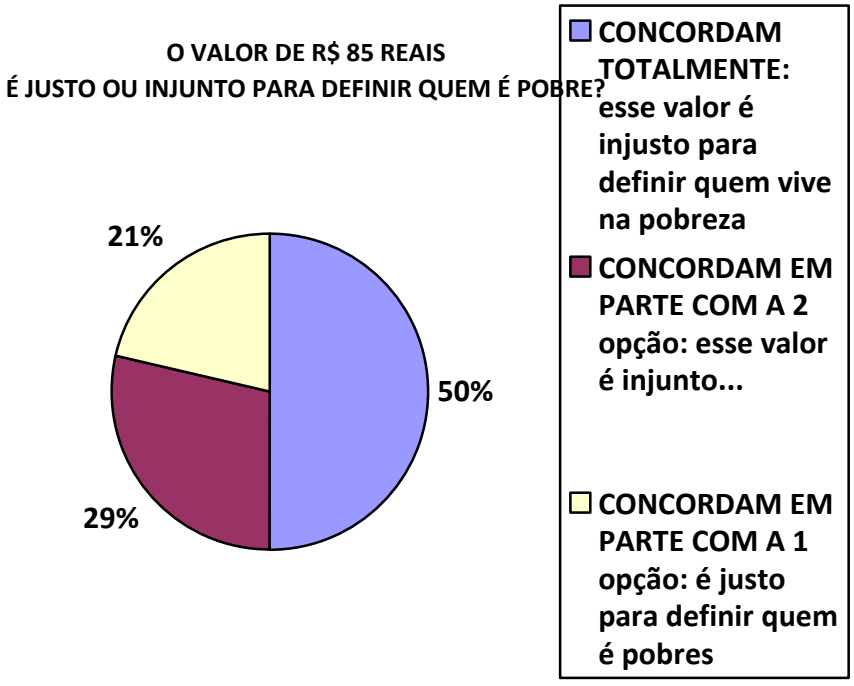
**Gráfico 65 - Valor do Bolsa Família alto ou baixo?**




Fonte: produzido pelo autor (2019)

Colocado a questão: são **considerados pelo governo extremamente pobres aqueles que vivem com renda igual ou inferior a R$ 85 reais**, perguntou-se: ***esse valor é justo para definir quem é pobre e precisa de ajuda*** ou ***esse valor é muito baixo para definir quem vive na pobreza de fato***. As entrevistadas **1, 5, 7, 8, 9, 10, 12** concordam totalmente com a segundo opção. Concordam em parte com a segundo opção as entrevistadas **2, 4, 6, 11**. A entrevistada **3** concorda em parte com a primeira alternativa.

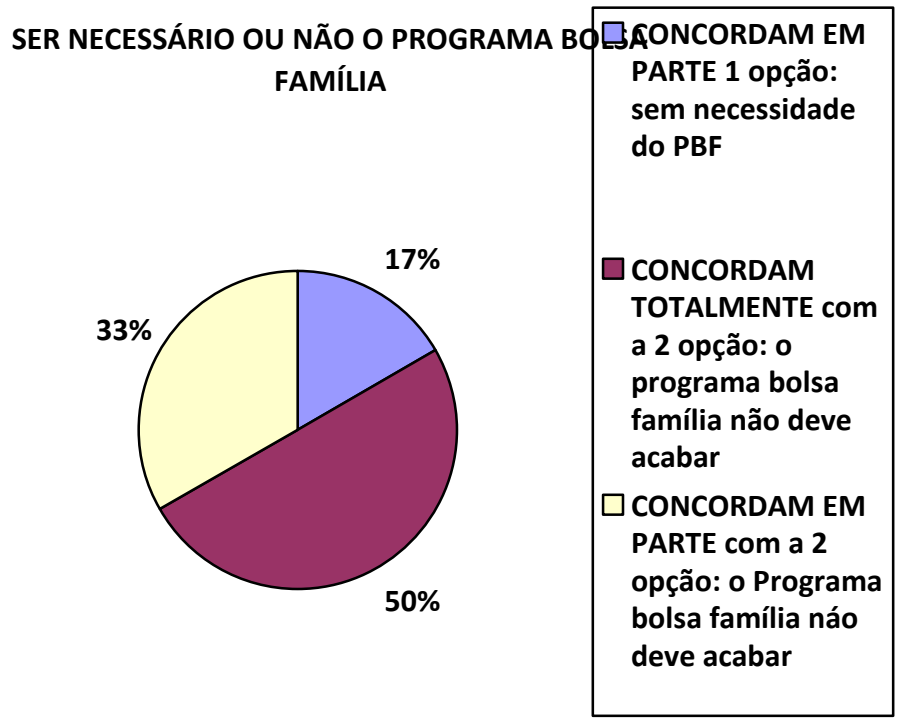
**Gráfico 66 - O valor de R$ 85,00 é justo ou injusto para definir quem é pobre?**




Fonte: produzido pelo autor (2019)

Diante das alternativas: ***se todos cuidarem de si, não haverá mais pobres. logo, não haveria necessidade do Programa Bolsa Família*** ou ***sempre haverá pobres***. ***Logo, programas como o bolsa família não devem acabar***. Concordam em parte com a primeira alternativa **17%** das entrevistas**.** Concordam totalmente com a segundo alternativa 50% das entrevistadas. Concordam em parte com a segunda alternativa 33% das entrevistadas**.**

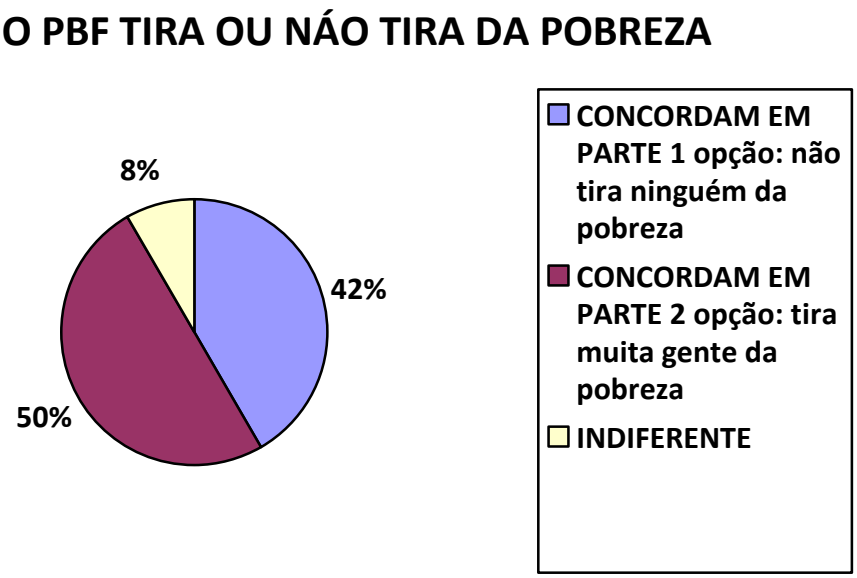
**Gráfico 67 - Ser necessário ou não o Programa Bolsa Família**




Fonte: produção do autor (2019)

Diante da alternativa: ***o bolsa família não tira ninguém da pobreza*** ou ***o bolsa família tira muita gente da pobreza*** as entrevistadas assim responderam: concordam em parte com a primeira alternativa **42%** das entrevistadas. Concordam em parte com a segundo alternativa **50%** das entrevistadas**.** Indiferente ao não sabe são **8%** das entrevistadas.

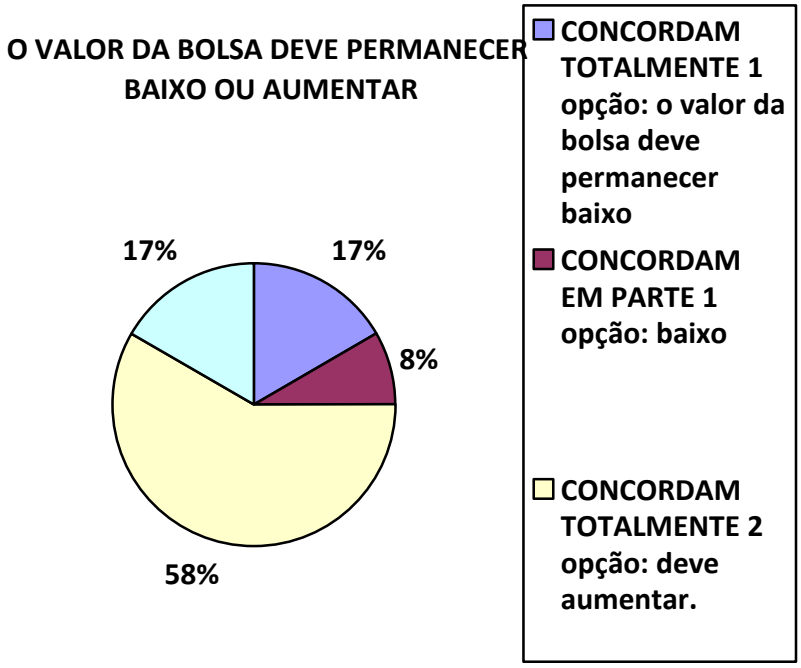
**Gráfico 68 - O PBF tira ou não a pobreza**




Fonte: produzido pelo autor (2019)

***O governo deve manter o valor do bolsa família baixo para que as famílias não se tornem dependentes*** ou ***o governo deve aumentar o valor do benefício do bolsa família para que as famílias saiam da pobreza***. Concordam totalmente com a primeira alternativa **17%** das entrevistadas; concordam em parte com a primeira alternativa **8%** das entrevistas; concordam totalmente com a segunda alternativa **58%** das entrevistas. Indiferente ou não saberia responder são **17%** das entrevistadas.

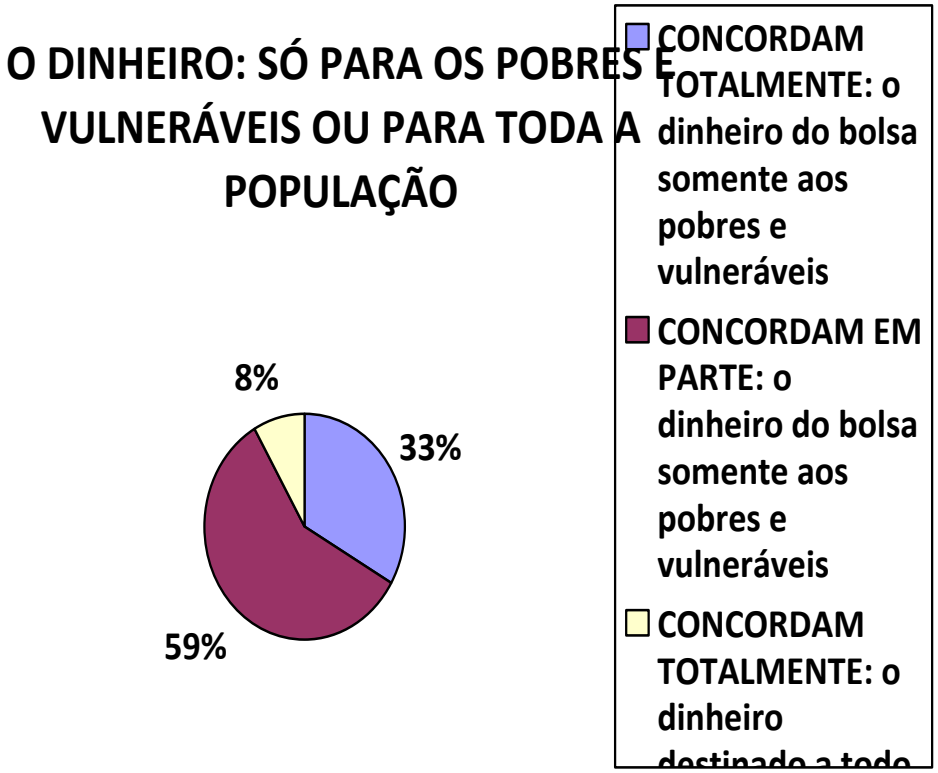
**Gráfico 69 - O valor da Bolsa deve permanecer baixo ou aumentar**




Fonte: produzido pelo autor (2019)

***O benefício em dinheiro do governo deve destinar-se somente aos pobres e vulneráveis*** ou ***devem ser destinados a toda a população***. Concordam totalmente com a primeira alternativa **33%** das entrevistas. Concordam em parte com a primeira alternativa **59%** das entrevistadas. Concordam totalmente com a segundo alternativa **8%** da entrevistada**.**

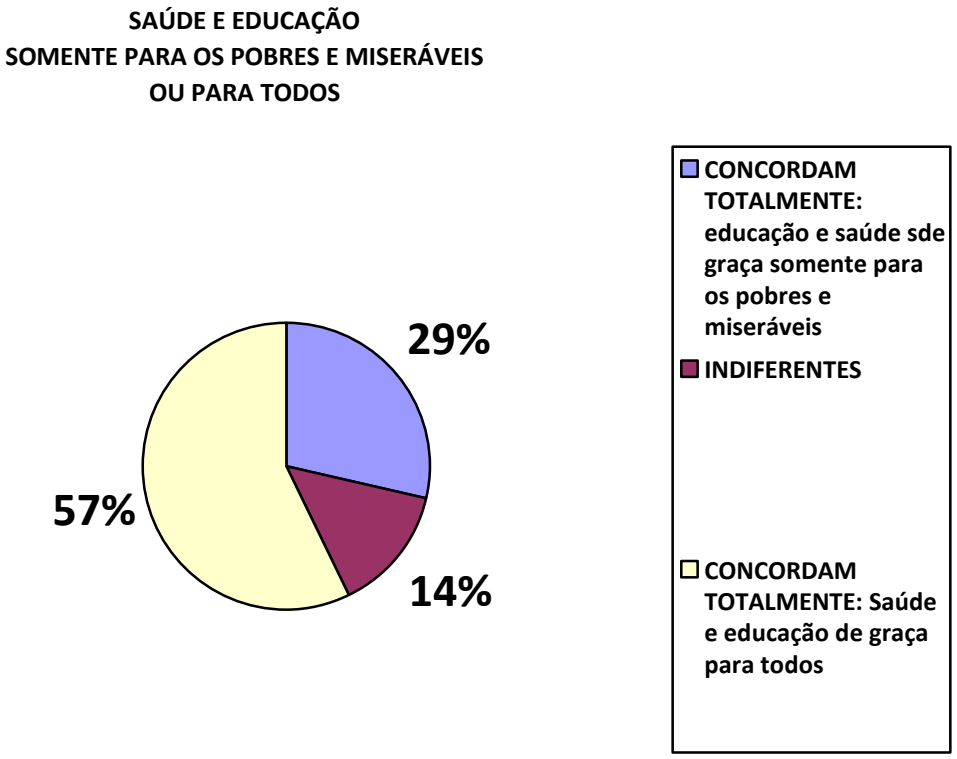
**Gráfico 70 - O dinheiro: só para os pobres e vulneráveis ou para toda a população**




Fonte: produzida pelo autor (2019)

Diante das alternativas: ***o governo deve oferecer educação e saúde de graça somente para os pobres e vulneráveis*** ou ***esse benefício deve ser oferecido de graça para todos***. Concordam totalmente com a primeira alternativa **29%** da entrevistada. São indiferentes ou não sabem responder **14%** das entrevistadas. Concordam totalmente com a segunda alternativa **57%** das entrevistadas**.**

**Gráfico 71 - Saúde e educação somente para os pobres e miseráveis ou para todos**

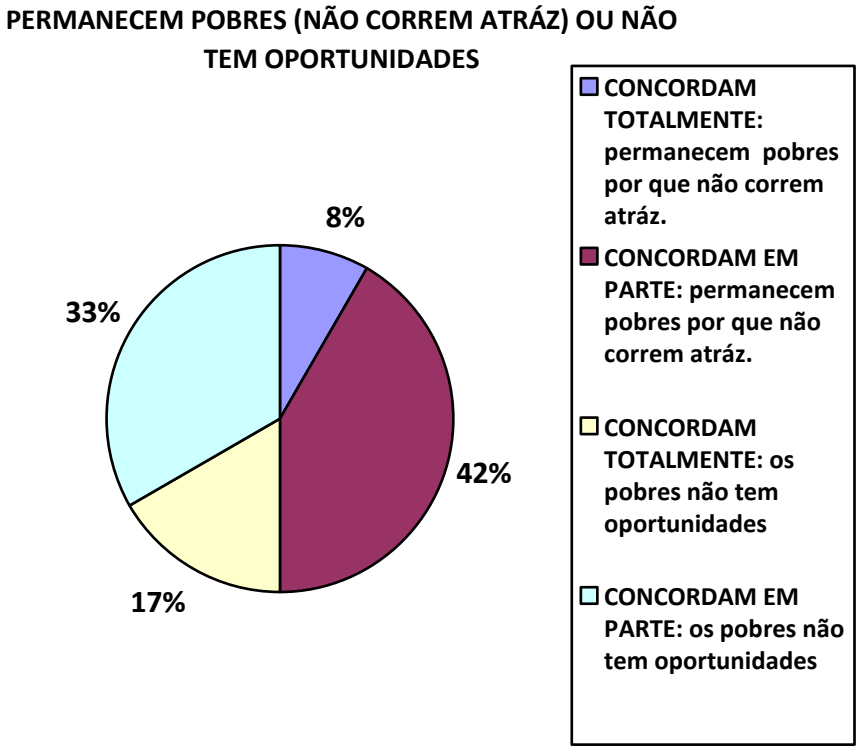



Fonte: preparado pelo autor (2019)

**POBREZA E DESIGUALDADE**.

Perguntadas: ***tem gente que permanece pobre principalmente, porque não corre atrás de trabalho*** ou ***porque não tem oportunidade***. Concordam totalmente com a primeira alternativa **8%** das entrevistas. Concorda em parte com a primeira alternativa **42%** das entrevistadas**.** Concordam totalmente com a segundo alternativa 17% das entrevistadas. Concordam em parte com a segundo alternativa **33%** das entrevistadas.

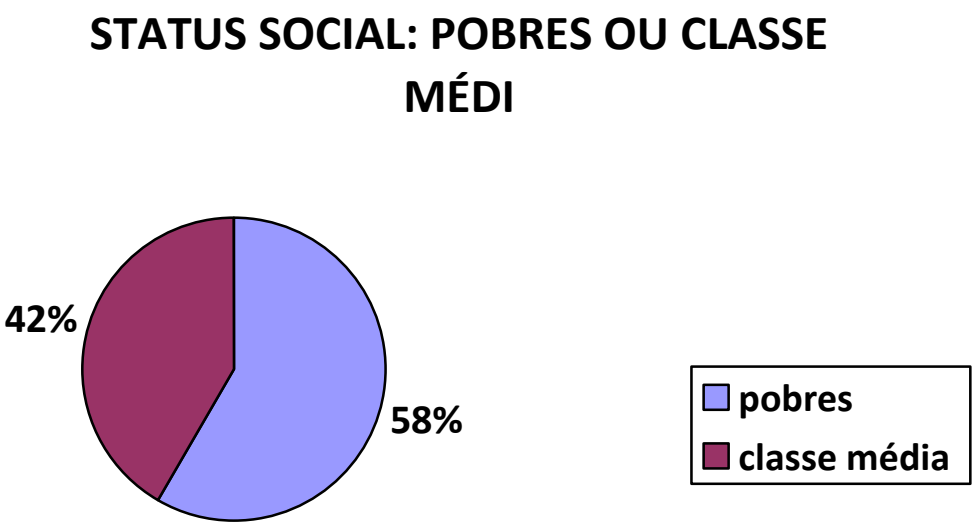
**Gráfico 72 - Permanecem pobres (não correm atrás) ou não tem oportunidades**




Fonte: preparada pelo autor (2019)

Perguntadas em que ***status social se localizam***: 58% das entrevistadas se dizem pobres; 42% das entrevistadas se consideram da classe média baixa.

**Gráfico 73 - Status social: pobres ou classe média**




Fonte: preparado pelo autor (2019)

# 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou o trabalho de pesquisa sobre *o Programa de Transferência de Renda, Bolsa Família* havia a preocupação de escolher um ângulo a partir do qual o assunto deveria ser tratado. O assunto, complexo, envolvia tratar da *pobreza, sua produção e os mecanismos de reprodução*, gerando a desigualdade na sociedade brasileira; os atores, suas posturas estratégicas envolvidas nessa reprodução e as iniciativas sociais para sua resolução através da Assistência Social; os pobres beneficiados com o bolsa família e suas respostas cotidianas aos problema da pobreza aproximou a pesquisa de dois pesquisadores renomados - Jessé Souza e Neil Fligstein - que ajudaram a configurar uma explicação precisa sobre *porque a desigualdade no Brasil*, isso como contexto ampliado, e *quais são as respostas possíveis dos pobres em situações de desvantagem social*. O tema se formou com a seguinte consignia: *a solução da pobreza através das habilidades sociais aprendidas por mulheres beneficiadas com o programa de transferência de renda, bolsa família, em situações de desvantagem social no bairro Parque Genibaú*. O título do trabalho de pesquisa fixou-se como se segue: AS HABILIDADES SOCIAIS DAS BENEFICIADAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BAIRRO PARQUE GENIBAÚ – FORTALEZA-CE[211].

Diante disso a pesquisa teve como objetivo geral ***apresentar as respostas das mulheres beneficiadas pelo programa bolsa família ao problema da pobreza em situações de desvantagem social***. O nosso olhar se dirigia para *as habilidades sociais aprendidas, incorporadas e reações esperadas ou inesperadas (de ressignificação) dessas mulheres*, com a ajuda do aporte da bolsa em dinheiro, a situações desafiadoras da realidade em que viviam. Habilidades sociais, partindo de um pressuposto de desigualdade, que se mostrou para as mulheres pouco equipadas (mulheres em situação de pobreza) e insuficientemente equipadas (mulheres em situações de miséria).

O que conseguimos constatar no capítulo terceiro, escutando com atenção e, depois de longa reflexão a partir dos teóricos, foi que as mulheres beneficiadas com o programa bolsa família podem ser distribuídas em três categorias em termos de habilidades sociais que incorporaram: *trabalhadoras pobres*, *trabalhadoras pobres subaproveitadas* e *dependentes totalmente do bolsa família*. Essas mulheres respondem diferentemente à realidade desafiadora no bairro através de modelos de valores orientadores diversos e, portanto, guiadas com habilidades diversas: **mulheres trabalhadoras** são proativas, com

[211] Um outro título poderia ser configurado, na seguinte consignia: "*A mobilidade tática*" das mulheres beneficiadas com o bolsa família no encaminhamento de soluções as situações de pobreza.

melhor estudo e articuladas. Conseguiram se estabilizar com um trabalho definido ou montando pequenos negócios. São capazes de se orientar na vida com uma racionalidade para a ação melhor estruturada. São mais independentes dos maridos sabendo discordar deles com mais esperteza. Estão geralmente mais distantes relativamente da criminalidade; **mulheres trabalhadoras subaproveitadas** se direcionaram a trabalhar em serviços gerais, sem carteira assinada ou fazendo bicos. Não terminaram os estudos ou sabem assinar o nome. A racionalidade característica para a ação é errática e mediada por indecisões. São mulheres dependente dos maridos e orientadas por modelos tradicionais de gênero. São mais próximas de situações e perigos em relação a criminalidade; ***mulheres totalmente dependentes do programa bolsa família***. São, no geral, analfabetas e/ou assinam o nome. Com sérios problemas de saúde física e/ou mental, originadas de família conflituosas, sem a presença do pai, somente com a mãe encarregada pelo sustento da casa ou, elas mesmas desde pequenas tiveram que educar-se sozinhas e sustentar, no decorrer da adolescência/juventude, outros irmãos.

A pesquisa, através do objetivo geral, conseguiu mostrar que as mulheres pobres e miseráveis, com aporte do programa bolsa família, reagem diversamente ao problema da pobreza. E esse fato repercute na qualidade do programa quando, muitas vezes, os técnicos do governo, sabendo ***quem são os sujeitos que agem*** e ***como elaboram seus valores centrais***, podem avaliar o Programa e estabelecer políticas públicas capazes de propiciar saídas à condição de pobreza dos mais pobres e, mesmo, *com ressignificação dos* objetivos estabelecidos no Programa Bolsa Família.

O objetivo geral também carrega um pano de fundo que foi aprofundado teoricamente para dar fundamento à pesquisa empírica: ***as situações cotidianas submetidas a orientação e organização da estrutura econômica*** em que os mais pobres estão inseridos são postas a lhes ***produzir desvantagens*** [produção e reprodução da pobreza] no modo como resolvem seus problemas. De forma *a reduzir as possibilidades* dos pobres de ter um emprego bem remunerado, casa própria, escola de qualidade, acesso a saúde de qualidade, etc. E o modo como resolvem esses problemas – incorporando de forma insuficiente e deficitária habilidade ensinadas socialmente na família e escola (capital cultural) – mostram que há *mecanismos simbólicos* para *dificultar* ou *impedir* os pobres de acessar qualidade de vida. Essa questão foi mostrada com bastante intensidade no capítulo terceiro.

Desdobramos nossa investigação em três aspectos ou objetivos:

O primeiro aspecto (a), a passagem da ***proteção social*** para ***o seguro social***. Mudança preparada historicamente e posta em ação no Brasil atual, segundo as disputas e

lutas sociais pelo poder de definir as prioridades das políticas de Assistência Social e os sujeitos portadores da atenção do Estado. O campo da Assistência Social onde o Estado oferece segurança social aos menos favorecido, longe de ser um campo tranquilo, está sujeito a batalhas essenciais e, muitas vezes, aparentemente silenciosas, por recursos (econômicos e simbólicos culturais). Nessa passagem em que o processo está ainda acontecendo, da proteção ao seguro social, infelizmente, o Programa Bolsa família foi utilizado pelo Estado sob a orientação do mercado promovendo os mecanismos da focalização e condicionalização das políticas sociais nos pobres no intuito de consolidar valores libertários contra valores igualitários. Infelizmente nossa avaliação dessa transição pende para desmobilização apressada da Assistência Social e o grave perigo da grande maioria ser deixada a sua própria sorte.

O segundo aspecto (b), descrevemos ***a origem, as disputas, a trajetória e a consolidação do programa de transferência de renda, bolsa família*** dentro da política pública da Assistência Social. Também desenvolvemos uma explicação do sentido do termo ***pobreza*** e sua relação com ***a sociedade, estado e família brasileira*** na capacidades de reagirem, como nação, aos desafios de nosso desenvolvimento; mostrando, também, *o papel dos habitus* ou *habilidades* socialmente transmitidas (*habitus primário*, *precário* e *secundário*) na produção de consensos possíveis para tratar de nossos problemas sociais, políticos e econômicos. Mais uma vez, os resultados consolidados apontam para conflitos não resolvidos entre as classes. Um dos indicadores mais graves que marcam a nossa brasilidade é um racismo de classe contra os pobres que teima em voltar quando os recursos essenciais (culturais e econômicos) sofrem alguma tentativa de distribuição. As classes mais baixas socialmente no Brasil estão ainda reféns de mecanismos simbólicos de dominação e suas tentativas, aqui e acolá, de enfrentamento das elites (Ricos e classe média alta) estão se mostrando, débeis. Essa avaliação se aplica aos conflitos e embates macroestruturais que dizem respeito as escolhas e direção das políticas públicas.

O terceiro aspecto da investigação (c), ligado ao campo empírico, o pesquisador conheceu, escutou, procurou entender as razões e interagiu com as mulheres (mães e avós) beneficiadas com o programa bolsa família atento a captar em seus *modos de pensar, comporta-se e valorar elementos característico da classe (pobres e extremamente pobres) que possam esclarecer sobre a capacidade de resolver problemas em situações de escassez de recursos (materiais, culturais e políticos).* Acima disse que detectei na classe mais baixa da Sociedade Fortalezense ***três modos de orientação por valores*** e, portanto, de *habitus precários* ou uso de *habilidades sociais* que mostram tratos diferentes com a resolução da

pobreza ou trato das situações sociais em que estão envolvidos. Diante do desemprego, da falta de moradia, da violência, como exemplos, há modos diferentes de reagir no confronto, elaborar explicações, sentir emoções dentro do mesmo campo de *habitus precários.*

O nosso pressuposto fundamental em todo o nosso trabalho é que a falta de recursos econômicos, a falta de acesso a bens (materiais e culturais) e a serviços pelas classes baixas na cidade de Fortaleza se deve a ***má distribuição deliberada e histórica*** de recursos culturais (capital cultural) concentrados e controlados pelas elites dominantes (os ricos, acessando e controlando o capital econômico e classe média, acessando e controlando os recursos culturais) exercendo uma influência avassaladora nas políticas públicas promovidos pelo Estado que lhe beneficiam e, por outro lado, excluem.

As respostas diferenciadas que encontramos dentro da ***classe subalterna*** (pobres e miseráveis), se revelam, por exemplo, nas questões de gênero, na educação dos filhos sobre sexualidade, nas considerações do trabalho e emprego, na compreensão da relações política, seus fins e na forma de exercer a cidadania. Se no próprio mundo das ***classe altas*** (ricos e classe média) há acordos mínimos para orientar a sociedade e distribuir as funções sociais de status, onde uma classe exerce mais poder de influência que outras, também no mundo da ***classe subalternas*** (pobres e extremamente pobres) existem consensos tácitos orientadores que produzem reconhecimento, mas que também há atores mais poderosos que possuem mais influência, nos momentos de disputas, para impor determinados valores e ordenar o espaço dos pobres e outros atores mais fracos que consentem obedecer as regras consensuadas por enquanto não avistar possibilidade de reação. A relação entre classes no Brasil, alta e subalternas, também obedece a esse modelo acima proposto, onde há acordos tácitos, mas que uma classe, os ricos, tem mais argumento e poder de convencer as outras classes sobre a ordem que quer estabelecer e sobre a forma de distribuição de status em sociedade. Os mais fracos tendem a obedecer sob o critério que as vezes (ou na maioria das vezes) não compensa entrar numa disputa acirrada. Imagine leitor a quanto tempo nossa sociedade não produz controle e submissão das classes subalternas obedecendo a uma *hybris* que é justificada, em nossos dias, em nome de uma tal, ***meritocracia***.

Diante de um campo de conflito e acordos negociados para impor uma ordem estabelecida na sociedade resta aos pobres, por exemplo, a *subversão* cotidiana *do sentido* esperado de um acordo estabelecido em torno de valores, dando outros encaminhamentos ao aprendido socialmente ou, encontrar formas de empoderamento e acordos entre eles (os pobres) para resistirem e/ou associar-se com outros (das classes médias ou ricas) para estabelecer estratégias mais eficazes para forçar ganhos sociais, políticos e econômicos das

classes hegemônicas ou, mesmo, revolucionar a sociedade mudando as relações de poder e regras sociais estabelecidas – há uma gradação de reações possíveis que aqui não exemplificaremos.

***Como as mulheres pobres, beneficiadas com uma bolsa em dinheiro, com suas habilidades sociais, respondem, afinal, ao problema da pobreza, em situações com fatores tão adversos onde seu espaço de manobra (ação) são reduzidos?***

Não vamos dar uma resposta com intenção de especificar, em termos de habilidades sociais distintas, os modos de reação referente a três tipos ideais de mulheres pobres apresentadas. Vamos falar de mulheres pobres, em termos de uma identidade unificada, portanto, de *habitus precários* ou habilidades sociais precárias.

As mulheres pobres agem, pensam e sentem precariamente em relação a ***um modelo primário***, instituído e socialmente reconhecido, sob a bandeira do capital, no entanto esse ***modelo precário*** de pensar tem sua lógica e merece ser entendido, respeitado e isso, significa, características psicossociais identitárias que lhes permitem interagir com:

- Relações de *bricolagem* com o mundo, com indivíduos e experiências em sua volta: a necessidade de ***adaptar*** as experiências vivenciadas ao seu modo de compreender, as vezes empobrece a realidade vivida, mas para os pobres, os situa diante deste evento ou, inclui essas experiencias em esquemas para poder abarcá-las e responde-las melhor, produzindo resistência as regras socialmente dominantes. A partilha de bens, serviços e cuidados que são trocados entre famílias e comunidade com objetivo de amenizar as condições de pobreza produzidas pela vida cotidiana é um modo de bricolagem e de subversão em meio a um ambiente movido por relações de trabalho precários (capitalistas) e de resposta ao desemprego.
- Relações que *burlam* as regras socialmente produzidas que para às mulheres, numa avaliação geral, tem um pano de fundo injusto ou sujeitos a interpretações diversas. Os pobres usam de táticas sutis e contestatórias**.** Mesmo aceitando as regras do programa bolsa família para serem incluídas, muitas escondem informações, simulam situações, não por serem mal caráter, mas porque está em jogo a segurança familiar e risco de perigo para a família. Dever de mãe e avó cuidar e proteger.
- Relações de poder entre o forte e o fraco. Os pobres, como acima dito, entram em acordo sobre as regras de mundo (vivem essas regras) impostas nas relações de força, mas subvertem essas regras localmente as adaptando. Os pobres parecem conformar-se, mas resistem aos poderosos. Muitas mulheres submetidas aos ditames masculinos

na família e na rua, por exemplo, de forma sutil encontram seu lugar social, adapta-o a suas conveniências e produzindo outro sentido para seu gênero.

- Relações de comparação e avaliação das possibilidades a serem enfrentadas: entre as possibilidades presente e os riscos de futuros incertos. Em situações de crise financeira, por exemplo, muitas mães e, os filhos/filhas também, avaliam suas condições escolares e possibilidades de futuro em termos de estudo e seus resultados com as necessidades reais da família. Fazem uma análise dos riscos de investir na escola ou no emprego.
- Relação com a escola e o trabalho – a ideia de *responsabilidade pessoal* se apresenta como fórmula de sucesso na vida: nessa lógica as pessoas precisam querer aprender por si, querer por si mesma. Essa visão separada de outros componentes sociais influenciadores do sucesso ou fracasso dos mais pobres resultam da incapacidade de análises das mulheres de habilidades precárias.
- Relação com a moral: a noção de valor pelo auto sustento: a pessoa sem serviço perde a dignidade e não é reconhecida como útil à sociedade; revela a luta por ser reconhecido na realidade cotidiana, mas ao mesmo tempo revela o grande pano de fundo que os pobres com habilidades precárias são descartados. Muitos trabalham em serviços precários (são dignas) mas fora e incapaz de participar do panteão dos fortes e poderosos que acessam a cultura e renda com facilidade e podem agir com autonomia e liberdade.
- Relação com a escola: uma vida familiar organizada e segura X ambiente família tenso e inseguro é determinante para o sucesso ou fracasso dos filhos;
- Relação com as instituições: as mulheres, revestidas de habilidades precárias, não são reconhecidas (naquilo que elas pensam e agem) e são postas de lado sem direitos e cidadania. A vida e experiência dessas mulheres são como um mundo separado do mundo real e valorizado, no sentido que alguém só participa deste mundo real se tiver algum valor aos interesses do mercado. Nesse sentido as instituições públicas (escolas, repartições etc.) precisam estar atentas em se perguntar como veem os pobres que lhe são clientes? Que tipo de atendimento dispensam aos membros desses grupos sociais?

Essas características citadas, a um nível mais abstrato, são exemplos que servem para mostrar que das ***habilidades precárias*** que se revelam nas ações e escolhas dos pobres saem pequenas formas de resistência e transformações de valores aprendidos socialmente que

são representados com outro registro diante do opulento poder de influência do mercado que os quer apossar e controlar. Mas também lhe falta olhar mais de perto os mecanismos simbólicos utilizados pelos fortes para envolvê-las. Os pobres, portanto, manuseiam pequenos recursos culturais e econômicos de forma modificados ao seu interesse de classe capacitando sua disposição para manter-se e manter suas famílias e comunidades na vivência, seguras e, capazes de enfrentar os desafios do cotidiano. Mas ainda não dominando o grande jogo da cena local, regional e nacional por exclusão dos recursos essenciais ao jogo organizado e com expertise.

Além de uma pesquisa bibliográfica, documental, nossa pesquisa empírica foi realizada no bairro Genibáu entrevistando e aplicando questionários às mães e avós beneficiadas com o programa bolsa família. Doze mulheres participaram da pesquisa. Às entrevistas, apliquei o método de análise de conteúdo que me permitiu acesso balizado as reflexões e valores comuns acima produzidos. Os questionários foram elaborados para coleta de opiniões complementares às entrevistas.

A pesquisa carrega algumas limitações, nomeadamente a nível da amostra que foi não-probabilística e por escolha racional, ou seja, as participantes foram escolhidas por terem uma ou mais característica específica. Limita, por sua vez, a possibilidade de extrapolação para a totalidade das participantes do programa bolsa família, mas somente a localidade estudada. Futuras investigações poderiam utilizar amostras maiores que possam incidir sobre uma estrapolação para as cidades, regiões ou país.

Apesar das limitações identificadas e, outras que podem ser apontadas, considera-se que o estudo realizado permitiu conhecer melhor as atitudes de mães e avós beneficiadas com uma bolsa em dinheiro que as ajudam de forma complementar a prover a família. Principalmente revelou alguns traços característicos comuns de ação entre indivíduos que se reconhecem por identificação de respostas próximas a situações de pobreza.

A nossa pesquisa buscou apresentar *soluções* para o problema da pobreza através da observação das *habilidades sociais comuns* de classe apreendidas e incorporadas de mães e avós beneficiadas com o programa bolsa família, capazes de operar mudanças nas situações de desvantagem social. Esse modelo de pesquisa poderia ser estendido para captar os impactos, sobre os fiéis, de valores religiosos produzidos nos discursos dos pastores evangélicos capazes de *orientar para o empreendedorismo*, e determinar *como esses modos de ação são de fato incorporados* na vida dos fiéis e se tornam eficazes em termos de ação econômica. Estando interessado não nos discursos, propriamente, mas naquilo que fazem os fiéis a partir desses discursos. Uma outra aplicação possível é a compreensão da relação

interna de aprendizagem colaborativa nas startups produzindo inovações, tendo como foco habilidades sociais trocadas, para potencializar resultados e competição no mercado. Quais são as habilidades sociais mais requeridas num profissional?

Por fim esta pesquisa constitui uma contribuição, dentre outras, para conhecer as respostas possíveis das mulheres (mães e avós), beneficiados com o Bolsa Família a solução da pobreza. Há muito que se fazer no campo da investigação diante do problema, sendo, portanto, um campo propício de trabalho para outras investigações.

# REFERÊNCIAS


ALVES, Giovani. Trabalho, capitalismo e formas do salariato: notas teórico-criticas. **O público e o privado**, v.8, n.6, p.33-37, jul/dez, 2005. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=196&path%5B%5D=317>. Acesso em: 05 jul. 2018.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2000.

ALENCA, Luciana FEITOSA, Gustavo Raposo Pereira. **Repensado a pobreza e a concepção de necessitado na atuação da defensoria pública.** [S.l:s.n], 2018. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=460d2456c49e58db>. Acesso em: 01 maio 2019.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo**. Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. Condições socioeconômicas em saúde: discussão de dois paradigmas. **Rev Saúde Pública,** São Paulo, v.7, n.2, p.12-22, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/2008nahead/6411.pdf>. Acesso em: 11 abr.2019.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho?** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2007.

ARAÚJO, Fábio Resende, et al. Uma avaliação do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n.2, p. 367-393, mar./abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n2/0034-7612-rap-49-02-00367.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

ARAÚJO, Tania Bacelar de. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. In: SADER, Emir . **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil:** Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. In: ARRUDA, Rodolfo. **Notas sobre o conceito de indivíduo na teoria social contemporânea:** um percurso a partir das obras de Stuart Hall, Norbert Elias, Richard Sennett e Zygmunt Bauman. Marília: [s.n], 2010. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/Rodolfo.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Danos colaterais:** desigualdades sociais numa era global. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Bolsonaro, o liberalismo político e a democracia.** São Paulo: Carta Capital**,** 2018. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2018/fevereiro/18.02-Bolsonaro-Liberalismo.pdf>. Acesso em: 11 abr.2019.

BENEVIDES, Marinina Gruska. **Os direitos humanos das mulheres:** transformações institucionais, jurídicas e normativas no Brasil. Fortaleza: Ed UECE, 2016.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. Os fundamentos do conhecimento da vida cotidiana. In: BERGER, Peter; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1978.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia:** uma defesa das regras do jogo. 11.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. **Teoria Geral da Política:** a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

_____. **Liberalismo e Democracia.** São Paulo: Brasiliense, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. Capital simbólico e classes sociais. **Novos Estudos**, v.96, n.2, p.33-36, jul. 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a08n96.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2018.

_____. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **O desencantamento do mundo:** estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOSCHETTI, Ivanete. et al. **Capitalismo em crise:** política Social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria. Brasília: MDS, 2014.

_____. **Cartilha:** Bolsa Família Transferência de renda e apoio à família no acesso à Saúde, à Educação e à Assistência Social. [S.l:s.n], 2015. Disponível em:

<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_BolsaFamilia.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2018.

_____. **Manual do entrevistador:** cadastro único para os programas sociais. Brasília: MDS, 2018. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual_do_Entrevistador.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

_____. **Índice de Gestão Descentralizada**. Brasília: MDS, 2018. Disponível em:< http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/igd/igd>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. **Manual do Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (Municípios e Distrito Federal).** Brasília: Caderno Do IGD-M, 2016. Disponível em; <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Guias_Manuais/ManualIGD.pdf>. Acesso em: 13 jul.2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: MDS, 2004.

_____. Conselho Nacional De Assistência Social. **Orientações para as Conferências Municipais de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/vii-conferencia-nacional/orientacoes-conferencias-de-assistencia-social-2009.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. Ficha de Programa. **Programa Bolsa Família (PBF).** Brasília: MDS, 2017. Disponível em: < https://wwp.org.br/wp-content/uploads/02.-Programa-Bolsa-Familia-PBF-Ficha-de-Programa.pdf>. Disponível em: 16 jul. 2018.

_____. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Disponível em: < http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2018.

_____. Collor, Fernando. **Brasil:** um projeto de reconstrução nacional. Brasília: Senado Federal, 2008.

_____. Cardoso, Fernando Henrique. **Uma estratégia de desenvolvimento social**. Brasília: Presidência da República, 1996.

_____. Secretaria da Reforma do Estado. **Organizações Sociais**. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004**: norma operacional básica NOB/SUAS. Brasília: SUAS, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica SUAS – NOB SUAS:** aprimoramento da Gestão e Qualificação dos Serviços Socioassistenciais. Minuta Consulta Pública. Brasília: SUAS, 2012. Disponível em: <

https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome. **Plano Brasil sem Miséria.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/caderno_brasil_sem_miseria.pdf>. Acesso em: 09 jul.2019.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Brasil, sociedade nacional dependente. **Novos Estudos CEBRAP**, v.93, n.55, p. 101-112, jul. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n93/n93a08.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2017.

CAMARGO, José Márcio. Gastos sociais: focalizar ou universalizar. **Políticas sociais acompanhamento e análise**, v.7, n.5, p.11-17, ago. 2003. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_07.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento – Brasil:** JQ-JK. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

CARNELOSSI, Bruna. Limites do Programa Bolsa Família no reconhecimento da segurança de renda no âmbito da Assistência Social: a mediação das condicionalidades. **Revista O Social em questão**, v.17, n.30, p.23-31, 2013.

CARVALHO, Carlos Eduardo; BRAMI-CELENTANO, Alexandrine. A reforma tributária do governo Lula: continuísmo e Injustiça fiscal. **Rev Katál.,** Florianópolis, v.10, n.1, p.44-53, jan-jun 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a06.pdf. Acesso em: 28 jan.2018.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à desfiliação. **Revista Caderno CRH,** v.26, n.27, p.32-38, 1997.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVEY, Mírian. **Por um novo paradigma do fazer políticas:** políticas de/para/com a juventudes. [S.l:s.n], 2013. Disponível em:< http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001313/131361por.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2018.

CATANI, Afrânio Mendes. **O Que é Capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAPRA, Fritjob. **A teia da vida:** uma nova compreensão dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. **Perfil socioeconômico de Fortaleza.** Fortaleza: IPECE, 2018. Disponível:

<http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Perfil%20Socioeconomico%20Fortaleza%20final-email.pdf>. Acesso em: 01 jan.2018.

CHALHOUB, Sidney. **A forca da escravidão:** ilegalidades e costumes no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

COHN, Amélia. **Gastos sociais e políticas sociais nos anos 90:** a persistência do padrão histórico de proteção social brasileiro. Petrópolis : Anpocs, 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. **Significado e perspectivas da crise atual:** temos sido incapazes de entender que sofremos de uma moléstia que não é passageira. ela não surgiu nem tende a desaparecer de uma hora para outra no Brasil. São Paulo: Carta Maior, 2015 disponível em: https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Estado-Democratico-de-Direito/Significado-e-perspectivas-da-crise-atual/40/34933. Acesso em 08 de junho de 2018.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **Radicalizar a democracia:** o desafio da reinvenção da política em tempos de ajuste. [S.l:s.n], 2018. Disponível em: < file:///C:/Users/dell/Downloads/3757-11758-1-PB.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2019.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo:** para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira:** uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2010.

CARTA CAPITAL. **Combate à desigualdade também é política macroeconômica, defende Crocco.** São Paulo: Diálogos, 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/dialogos-capitais/combate-a-desigualdade-tambem-e-politica-macroeconomica-defende-crocco>. Acesso em: 14 jun. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa:** o perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2017. Brasília: CNC, 2017. Disponível em:< http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/perfil_de_endividamento_das_familias_brasileiras_em_2017.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2018.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008**. Brasília: Senado Federal, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo ou resistência:** aspecto da cultura popular no Brasil. [S.l]: Brasiliense, 1986.

_____. **Cultura e Democracia:** o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1990.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2005.

CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darcy de; OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **A vida na escola e a escola da vida**. Petrópolis: Vozes, 1998.

COUTO-OLIVEIRA, Verusca. **Vida de mulher:** gênero, pobreza, saúde mental e resiliência. Brasília: EdUNB, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Documents/22007_VeruscaCoutodeOliveira.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2019.

DANNER, Leno Francisco. Habermas e Giddens sobre a crise da esquerda ocidental: considerações em torno à crise do Estado de bem-estar social. **Revista Estudos Filosóficos**, São João del Rey, v.6, n.9, p.2-7, 2012. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art8_rev9.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2009.

DE PAULA, Marilene **. "Nunca antes na história desse país"...? :** um balanço das políticas do governo Lula. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2011.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: 34, 1992

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social.** Rio de Janeiro: EdFGV, 1999.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Política social, educação e cidadania**. São Paulo: Papirus, 1994.

_____. **Política social do conhecimento:** sobre futuros do combate à pobreza. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Charme da exclusão social.** Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **Pobreza da pobreza.** Petrópolis: Rio de Janeiro, 2003.

_____. Santo estado, maldito mercado: de certas esquerdas que são direitas. **Sociedade e Estado,** Brasília, v. 20, n. 2, p. 427-450, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v20n2/v20n2a09.pdf. Acesso em: 19 jun. 2018.

_____. **Pobreza Política:** a pobreza mais intensa da pobreza brasileira**.** Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006.

DUMONT, Louis. **O individualismo.** São Paulo: Rocco, 1993.

_____. **Homo hierarchicus.** São Paulo: Edusp, 1997.

_____. **Homo aequalis**. São Paulo: Edusc, 2000.

DUSSEL, E. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAGNANI, Eduardo. **Política Social no Brasil (1964-2002):** entre a cidadania e a caridade. Campinas/SP, 2005. 298f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

_____. **Análise e propostas - Seguridade Social:** a experiência brasileira e o debate internacional. [S.l]: Fundação Friedrich Ebert stiftung, 2011.

FAQUIN, Evelyn Secco; PAULILO, Maria Ângela Silveira. SUAS, CRAS e controle social: um estudo sobre Londrina. **Sociedade em Debate,** Pelotas, v.16, n.2, p.63-86, jul.-dez.2010. Disponível em: < file:///C:/Users/dell/Downloads/674-2499-1-PB.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.

FERNANDES Walisson Pereira. A imprevisibilidade moderna e o detrimento da esfera pública: uma crítica à individualização. **Revista de Humanidades, Tecnologia e Cultura**, v.2, n.1, p.33-38, dez.2012. Disponível em:< http://www.fatecbauru.edu.br/ojs/index.php/rehutec/article/viewFile/43/39>. Acesso em: 29 jan. 2018.

FERNANDES, Florestan. **Integração do negro na sociedade de classes.** Rio de Janeiro: Ática, 1978.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de janeiro: Zahar, 1973.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar , 1975

FIORI, José Luis. Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro. In: TAVARES, M. Carmo, FIORI, J. Luis. **(Des)ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FONSECA, Ana. **Avaliação em Políticas sociais:** o desafio de fazer, analisar e corrigir simultaneamente. Campinas: EdUnicamp, 2005.

_____. **A superação da extrema pobreza no Brasil e a centralidade da política pública de assistência social**. [S.l]: Conselho Nacional de Assistência Social, 2011. Disponível em: <http://www.ceas.pr.gov.br/arquivos/file/ceas/caderno_de_textos_26_07_2011.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

FONSECA, Ana Maria Medeiros da. **Família e política de renda mínima.** São Paulo: Cortez, 2001.

FORTALEZA. **Fortaleza 2040.** Fortaleza: IPLANFOR, 2015. Disponível em: <http://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/publications/fortaleza2040_iniciando_o_dialogo_17-08-2015.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015

_____. **Do governo dos vivos**. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009

_____. **Segurança, Território, População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade Social e a Teoria dos Campos. **RAE-Revista de Administração de Empresas,** v.47, n.2, p.61-80, 2007.

_____. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. **Contemporaneidade e Educação**, v.6, n.9, p. 26-35, 2001.

FLIGSTEIN, Neil; DAUTER, Luke. A sociologia dos mercados. **Caderno CRH,** Salvador, v. 25, n. 66, p. 481-504, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n66/07.pdf.>. Acesso em: 21 set.2017.

FORTALEZA. Plano Municipal Básico De Saneamento. Fortaleza: PMSB, 2018. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/blog/2018/04/12/aspectos-precisa-saber-saneamento/>. Acesso em: 24 abr. 2019.

_____. Plano Municipal De Saneamento Básico de Fortaleza Convênio de Cooperação Técnica entre Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE e Agência Reguladora De Fortaleza – ACFOR. **Diagnóstico do Sistema de Esgotamento Sanitário**. Fortaleza: ACFOR, 2014. Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/infocidade/diagnostico_do_sistema_de_esgotamento_sanitario.pdf>. Acesso em: 25 abr.2019.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.63, n.6, p.7-20, out. 2002. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. Reconhecimento Sem Ética? **Lua Nova,** São Paulo, v.70, n.34, p. 101-138, 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>. Acesso em: 01 jun.2018.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva:** um (re)exame das relações entre educação e estrutura economica-social capitalista. São Paulo: Cortez, 2006.

FROTA, Maria Helena de Paula; OSTERNE, Maria do Socorro. **Família, Gênero e Geração:** temas transversais. EdUECE, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários a à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas,** v.6, n.21, p.33-38, jun.2000. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/89-474-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder:** introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 2003.

GALVÃO, Paulo Henrique Caetano. **Nunca antes neste País:** uma análise do discurso do presidente Lula. São Paulo: EdPUC, 2009.

GENTIL, Denise Lobato. **A política fiscal e a falsa crise da seguridade social brasileira:** análise financeira do período 1990–2005. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social:** atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação,** v. 16, n. 47, p.45-54, maio-ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2019.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Revista Ciência & Saúde coletiva,** v.10, n.2, p.22-27, 2005.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; BRITO, Murillo Marschner Alves de; ANDRADA, Ana Carolina Silva; PICANÇO, Monise Fernandes. Os pobres e o acesso ao trabalho. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, v36, n.2, p.83-105, jul. 2017. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/nec/v36n2/1980-5403-nec-36-02-83.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo:** racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014

HAMMANN, Trent H. Neoliberalismo, governamentalidade e ética. **Ecopolítica,** v.3, n.2, p. 99-133, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/12910-30890-1-SM.pdf>. Acesso em: 29 jan.2018.

HAYEK, F.A. **O caminho da servidão.** São Paulo : Instituto Ludwig von Mises, 2010

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes,** v.21, n. 55, p.33-39, nov.2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 01 jun.2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

_____. **A taxa de desemprego no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil socioeconômico de Fortaleza**. Fortaleza: IPECE,2018. Disponível em:

<http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Perfil%20Socioeconomico%20Fortaleza%20final-email.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2018.

JACCOUD, Luciana. Risco Social. In: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurelio. **Dicionário de Políticas Públicas.** São Paulo: Fundap, 2013.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Políticas Sociais: focalização ou Universalização? **Revista de Economia Política**, v.26, n.4, p.33-38, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n4/06.pdf>. Acesso em: 29 jan.2018.

_____. **O estado do bem-estar social na idade da razão:** a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KOGA, D. **Medidas de cidades:** entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. O território e suas múltiplas dimensões na política de assistência social. **Cadernos de estudos: Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, v.8, n. 2, p. 17-33, dez. 2005.

KOGA, D.; NAKANO, K. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. In: ABONG NAS CONFERÊNCIAS. **Criança e Adolescente, Assistência Social**. Brasília: Abong, 2005.

LAVINAS, Lena América Latina: Mínimos monetários em lugar da proteção social. **Revista política social e desenvolvimento**, v.8, n.2, p.22-25, jul. 2014. Disponível em: < https://plataformapoliticasocial2.files.wordpress.com/2014/11/revista-08.pdf>. Acesso em: 31 maio 2018.

_____. **Na contramão da financerização:** preservar a provisão pública no século XXI. [S.l]: Fiocruz, 2017. Disponível em: <http://cee.fiocruz.br/sites/default/files/Artigo_Lena_Lavinas_financeiriza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2018.

_____. Combinando compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil. In: HENRIQUES, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

_____. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, v.4, n.1, p.33-38, out.2003. Disponível em: < http://www.uff.br/revistaeconomica/v4n1/lavinas.pdf>. Acesso em:18 jul. 2018.

_____. **Medindo o grau de aversão à desigualdade da População Brasileira através dos Resultados do Bolsa-Família** - Relatório Técnico Final. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

LAVINAS, L; VARSANO, R. **Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza.** Brasília: IPEA, 1997.

LAHIRE, Bernard. **O homem plural:** os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

LERBACH, Brena Costa. **Movimentos Sociais:** percursos práticos e conceituais. [S.l:s.n], 2015. Disponível em: < file:///C:/Users/dell/Downloads/1534-2360-1-SM.pdf>. Acesso em: 07 jun.2019.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de sociologia e política,** v. 21, n.48, p.101-110, dez. 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n48/a06v21n48.pdf>. Acesso em: 22 jul.2018.

LYRA, Diego Mendes. **A crise econômica e o mundo do trabalho**. João Pessoa: EdUFPA, 2010.

MACIEL, David. **De Sarney à Collor:** reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). 2008. 231f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiânia, Goiânia, 2008.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **A exclusão e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, José Ricardo. Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? **Iberoamérica Social**, v.5, n. 1, p.1-95, 2015**.** Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/Martins-J.-R.-2015.-Immanuel-Wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual.-Iberoamrica-Social-revista-red-de-estudios-sociales-V-pp.-95-1.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2018.

MARQUES, Rafael. "Introdução, os Trilhos da Nova Sociologia Económica". In: PEIXOTO, João; MARQUES, Rafael. **A nova sociologia económica.** Oeiras: Celta, 2003.

MELAZZO, Everaldo Santos. Problematizando o conceito de políticas públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. **Tópos,** v. 4, n.2, p. 9-32, 2010. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/viewFile/2253/2062>. Acesso em: 23 jul. 2018.

MENEZES, Joyceane Bezerra de. A família na Constituição Federal de 1988 – uma instituição plural e atenta aos direitos de personalidade. **NEJ**, v.13, n.1, p. 119-130, jan-jun. 2008. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2722.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social**. Orientação técnicas sobre o PAIF**. Brasília: PAIF, 2012.

MOURA, Cleyton Domingues de. **O Programa Bolsa Família no Campo das Políticas Públicas.** Brasília: EdUnB, 2012.

MORENO, L. **Ciudadanos precarios**. Barcelona: Ariel, 2000.
MORAN, Edgar. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Martins. **Bourdieu & a educação**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NORONHA, Gabriel Vieira. ROCHA, Luiz Guilherme Burlamaqui Soares Porto. Elias e Bourdieu - Para uma sociologia histórica, ou seria uma história sociológica? **Habitus,** Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 47-58, 30 mar. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/11282-22618-1-PB.pdf>. Acesso em: 05 jul.2019.

OLIVEIRA, Luciana Aparecida Aliaga Ázara de. **Transformismo, hegemonia e subalternidade no pensamento de A. Gramsci**. [S.l]:UFPA, 2017. Disponível em:<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/transformismo-hegemonia-e-subalternidade-pensamento-gramsci.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2018.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Violência nas relações de gênero e cidadania feminina.** Fortaleza: EdUECE, 2007.

PAIVA, Denise. **Era outra história:** política social do governo Itamar Franco 1992-1994. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, v. 25, n.105, p.139-165, 1990. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2018.

PAIM, Bruno. Perfil da dívida das famílias e o Sistema Financeiro Nacional. **Indic. Econ. FEE,** Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 9-24, 2015 Disponível em: < file:///C:/Users/dell/Downloads/3499-21193-1-PB.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2018.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social:** ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ/Cortês, 2003.

PARKER, Richard; CAMARGO JR, Kenneth Rochel de. Pobreza e HIV/AIDS: aspectos antropológicos e sociológicos. Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Cad. Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v.16, v.1, p.89-102, 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Documents/download.pdf>. Acesso em: 05 abr.2019.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem estar. In: **Política Social, Família e Juventude:** uma questão de direitos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização:** a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

POLANIY, Karl. **A grande transformação:** As origens políticas e econômicas de nosso tempo. São Paulo: Elsevier, 2011.

PALMA FILHO, J. C. A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas. In: PEDAGOGIA CIDADÃ. **Cadernos de Formação:** História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP, 2005.

PORRECA, W. Famílias recompostas: casais católicos em segunda união. In: OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar :** família, filhos e desafios. Franca : UNESP, 2009.

PETRINI, J. C. **Pós-modernidade e família.** Bauru: Ed. Edusc, 2003.

PLANO DE AÇÃO DO COMPROMISSO NACIONAL PELA PARTICIPAÇÃO SOCIAL. **Guia Técnico orientador**. São Paulo:[s.n], 2014. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/nexin/dissertacoes/donwloads/mariana-louzada-de-toledo.pdf>. Acesso em: 1 jul.2018.

REGO, Walquíria Leão. **Vozes do bolsa família:** autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Unesp, 2014.

ROY, Ananya. **Cidades faveladas:** repensando o urbanismo subalterno. [S.l:s.n], 2017. Disponível em; <http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/233/original/emetropolis31_capa.pdf?1513866648>. Acesso em: 12 fev. 2018.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas:** conceitos básicos. [S.l]: BID, 1997. Disponível em: <http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20_%20analisedepoliticaspublicas.pdf >. s/d. Acesso em: 01 jun. 2018.

_____. **Políticas Públicas.** Florianópolis: EdUFSC, 2012.

RUA, Maria das Graças; ROMANINO, Roberta. Para aprender políticas públicas. **Conceitos e teorias**. [S.l]: Instituto de Gestão Econômica e Políticas Públicas, 2003. Disponível em: <http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para_aprender_politicas_publicas-2013.pdf>. Acesso em: 24 jul.2018.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e Incertezas sobre o Currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

_____. O direito à educação e a nova segregação social e racial – tempos insatisfatórios? **Educação em Revista,** v. 31, n. 3, p. 15-47, jul./set. 2015

_____. O humano é viável? É educável? **Revista Pedagógica,** v. 17, n. 35, p. 21-40, maio/ago. 2015.

SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil:** Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

SALVADOR, Evilásio. Crise do capital e socorro do fundo público. In: BOSCHETTI, Ivanete. **Capitalismo em crise:** política social e direito. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar o espaço, democratizar o território. **Educare et educare, Revista de Educação**, v. 9, n. 17, p.45-49, jan./jun. 2014. Disponível em: < file:///C:/Users/dell/Downloads/9293-37011-1-PB%20(1).pdf. Acesso em: 30 jan. 2018.

_____. Para uma sociologia das ausências e das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.63, n.56, p. 237-280, 2002.

_____. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

_____. **Reinventar a Democracia.** 2. ed. Lisboa: Gradiva Publicações, 2002.

_____. **Renovar a Teoria Crítica:** e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Os processos de globalização:** fatalidade ou utopia? Porto: Afrontamento, 2002.

_____. **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Poderá o direito ser emancipatório? **Revista Crítica de Ciência Sociais,** v.65, n.14, p.56-61, maio, 2003. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/podera_o_direito_ser_emancipatorio_RCCS65.PD>. Acesso em: 02 jun.2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologias,** Porto Alegre, v.18, n.43, p. 14-23, set/dez 2016. Disponível em:<file:///C:/Users/dell/Downloads/68312-286812-1-PB.pdf>. Acesso em: 02 mar.2018.

SANTOS, Fabio Franklin Storino dos. **Capital Social:** vários conceitos, um só problema. São Paulo: FGV, 2003.

SANTOS, Theotonio dos. **Desenvolvimento e civilização**: homenagem a Celso Furtado. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. A problemática da pobreza na construção de um movimento cidadão. **Revista Política & Sociedade**, v.8, n.3, p.33-38, out.2003. Disponível em: < file:///C:/Users/dell/Downloads/2021-5736-1-PB.pdf>. Acesso em: 07 jun.2019.

SCHMIDT, Janaina Albuquerque de Camargo; SILVA, Mossicléia Mendes da. A Assistência Social na Contemporaneidade: uma análise a partir do orçamento público. **R. Katál.,** Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rk/v18n1/pt_1414-4980-rk-18-01-00095.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Glória Incerta:** a Índia e suas contradições. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SENNETT, Richard. **A queda do homem público.** Rio de Janeiro: Zahar, 1986;

_____. **Respeito:** a formação do caráter em um mundo desigual. São Paulo: Record, 2003

SILVA, M. O. da S.; YASBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. **A Política Social Brasileira no Século XXI:** a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almeida. **Avaliando o Bolsa Família:** unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVEIRA, Daniel. **Desemprego entre os jovens é superior ao dobro da taxa geral, aponta IBGE**. São Paulo: PNAD, 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

_____. **Globalização e desemprego:** diagnóstico e alternativas. 4. ed.São Paulo: Contexto, 2000.

SIMMEL, George. **Sociología 1:** estudios sobre las formas de socialización. Madrid: Alianza, 1955.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Brasil:** radiografia de um modelo. Petrópolis: Vozes, 1982.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira :** quem é e como vive. Belo Horizonte : EdUFMG, 2009.

_____. **A tolice da inteligência brasileira:** ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015

_____. **A construção social da subcidadania:** para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo horizonte: EdUFMG, 2003.

_____. **A invisibilidade da desigualdade brasileira.** Belo Horizonte : EdUFMG, 2006.

_____. **A elite do atraso:** da escravidão à lava. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____. **A elite do atraso:** da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

_____. **A modernização seletiva:** uma interpretação do dilema brasileiro. Brasília: UnB, 2000;

_____. (Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é "ser gente"?. **Lua Nova**, v.6, n. 59, p.33-38, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n59/a03n59.pdf>. Acesso em: 12 fev.2018.

_____. **Os batalhadores brasileiros:** nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: EdUFMG, 2012.

_____. "A parte de baixo da sociedade brasileira". **Revista Interesse Nacional,** v.14, n.4, p. 33-41, 2011.

_____. **A radiografia do golpe:** entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

_____. "Uma teoria crítica do reconhecimento". **Lua Nova,** v.50, n.5, p.133-158, 2018.

SOUZA, André de; COSTA, Cleber. As reformas de base e o golpe de 64. **Em Debat: Rev. Dig.,** Florianópolis, v.2, n.3, p.1-9, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/21323-67932-1-PB.pdf>. Acesso em: 22 fev.2018.

SPOSATI, Aldaíza et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras:** uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Modelo Brasileiro de Proteção Social não Contributiva**: concepções fundantes. In. Concepção e Gestão da Política Social não contributiva no Brasil. Brasília, MDS, 2009. Disponível em: < http://www.ceprosom.sp.gov.br/portal/wp-content/uploads/2015/05/texto-aldaiza-1.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

SUPLICY, E. M. **Renda de cidadania:** a saída é pela porta. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo e BUARQUE, Cristovam. Garantia de renda mínima para erradicar a pobreza: o debate e a experiência brasileiros. **Estudos Avançados**, v.11, n.30, p.50-59, 1997. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/8997-11649-1-PB.pdf>. Acesso em: 03 jul.2018.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Salvador: AATR-BA, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2018.

TEIXEIRA, E. **O local e o global.** São Paulo: Cortez, 2001.

TEIXEIRA, Déa Lúcia Pimentel; SOUZA, Maria Carolina A.F. de. **Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo.** [S.l:s.n], 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v25n4/v25n4a07.pdf>. Acesso em: 12 fev.2018.

TAYLOR, Charles. **As Fontes do Self:** a construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 2011.

TOMAZINI, Carla Guerra e SILVA, Cristiane Kerches da Leite. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão? **Rev. Sociol. Polit.,** v. 24, n. 58, p. 13-30, jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v24n58/0104-4478-rsocp-24-58-0013.pdf. Acesso em: 14 jun. 2018.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 24, n.47, p.13-28, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a02v2447.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2018.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. **Resiliência e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VAN PARIJS, P. Más allá de la solidaridad. Los fundamentos éticos del Estado de bienestar y su superación. In: LO VUOLO, R. **Contra la exclusión:** la propuesta del ingreso ciudadano. Buenos Aires: CIEPP, 1995.

VIANNA, M. L. T. W. **A americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil:** estratégias de bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro: Revan, 1998

JINKINGS, Ivana; et. al. **Luís Inácio Lula da Silva - a verdade vencerá:** o povo sabe porque me condenam. São Paulo: Boitempo, 2018.

WENDHAUSEN, A. **O duplo sentido do controle social.** Itajaí: Univali, 2002.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro:Revan, 2003.

_____. Bourdieu, Foucalt e o Estado Pena na era neoliberal. **Revista Transcreções: ciência criminal em debate,** Natal, v.3, n. 1, p.44-48, maio 2015.

WALLERSTEIN, I.. **O sistema mundial moderno Vol. I:** a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

_____. **O sistema mundial moderno. Vol. II:** o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: EdUnB, 2009.

XAVIER, Antônio Roberto. Políticas públicas de combate ao crime organizado: ações da polícia militar do Ceará nas divisas do estado. **Planejamento e políticas públicas,** v.3, n. 48, p.33-39, jan./jun. 2017. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8006/1/ppp_n48_pol%C3%ADticas_combate.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2017.

YANNOULAS Silvia Cristina; GARCIA, Adir Valdemar . Educação, pobreza e desigualdade social. **Em Aberto,** v. 1, n. 1, p.22-27, nov. 1981.

# APÊNDICES

APÊNDICE A- Quadro de referência 1: Identificação das entrevistadas – resumo sobre a história de cada uma delas produzido pelo autor.

| **Identificação das entrevistadas – resumo sobre a história de cada uma delas** |
|---|
| **Entrevistada 1** (nome fictício: D. **Ana**) |
| Sexo feminino, 52 anos, cor parda; analfabeta; evangélica não praticante; mãe solteira: 5 filhas; origem Camocim; profissão: doméstica e faz faxina; mora a 20 anos no Parque Genibaú; mora na casa da filha; saúde: portadora do vírus da AIDS. Ela recebe o bolsa família pela neta no valor de R$ 130,00 reais. A renda familiar/mensal é constituída no valor de R$ 250,00 reais. Essa renda é composta com a ajuda do genro que faz bico e com o trabalho que faz como faxina. |
| **Entrevistada 2** (nome fictício: D. **Beta**) |
| Sexo feminismo, 48 anos, cor morena clara; estudou até o 6º. Ano do Ensino fundamental; evangélica, não praticante; mãe solteira com duas filhas; origem: Iguatu; profissão: ajuda no transporte escolar e é diarista (lava-roupa; faxina); mora a 13 anos no Parque Genibaú em casa alugada. Com ela mora uma filha. Esta inspira cuidados por ter algum tipo de doença infeciosa. Ela recebe o bolsa família pelos seus netos no valor de R$ 110,00 reais. Os netos não moram com ela, moram com a filha em outra casa perto da casa da entrevistada. A renda familiar/mensal é de R$ 480,00 reais. Isso sem incluir o dinheiro do bolsa família. |
| **Entrevistada 3** (nome fictício: D. C**arla**) |
| Sexo feminino, 57 anos, cor parda; terminou o Ensino Médio no EJA (Educação de Jovens e Adultos) depois dos filhos criados; católica praticante; casada a 30 anos, com 4 filhos (1 é filho do marido com outra; casamento anterior) e cria uma neta; mora com ela mais 3 pessoas, incluindo a neta; a casa é própria; nasceu no sertão de Itapagé; seu marido é comerciário, estudou o 1º. Ano do Ensino fundamental, ganha um salário e meio. O filho também ajuda nas despesas com a filha. Profissão da entrevistada: trabalha para uma facção por produção; mora no Parque Genibaú a mais de 30 anos; a renda da casa é de aproximadamente dois salários mínimos e meio (R$ 1.431,00 reais, tendo por base o salário mínimo de 2018). Com ela mora mais 3 pessoas.<br><br>A neta é criada pela avó, mas é a mãe (separada do filho da entrevistada) que recebe o dinheiro do bolsa família; não sabe dizer o valor do bolsa família. A ex-nora, cor branca, trabalha com manicure e não terminou o Ensino Médio. Constitui outra família cujo companheiro está desempregado. |
| **Entrevistada 4** (nome fictício: D. **Daniela**) |
| Sexo Feminino, 68 anos, cor clara; diz saber ler pouco e escrever pouco, mas estudou até a 5º. Série do Ensino fundamental através do EJA, disse ela: "*depois de velha*". Católica praticante; separada do marido por causa da traição do mesmo a 25 anos. Sente mágoa com isso. Mesmo ainda gostando dele, não quer voltar porque não é "*um homem confiável*". O ex-marido também estudou até a 5º. série do Ensino fundamental. Tem três filhas e um filho cego, mas sua vida é marcada com a morte de seu filho (pai do neto que recebe o bolsa família) e de sua filha, assassinada por seu marido envolvido com drogas.<br><br>Mora no Parque Genibaú a mais de 32 anos. Sua casa é grande: o andar de cima é dividido em três casas que moram os filhos. Moram com ela três netos que ele ajuda a sustentar. O andar de baixo ela cedeu para ser uma loja de construção cujo dono é o sogro; ela nasceu em Amotada. Profissão: dona de casa mais ajuda na loja do sogro na qual ganha uma salário-mínimo. Não é aposentada.<br><br>A mãe do seu neto, mora em outra casa, inscreveu o filho para receber o bolsa família. Ela diz que o neto recebe parte do dinheiro do programa, mas que também esse dinheiro serve para manter a outra família. Pois a mãe do neto não trabalha e o que ganha o marido vendendo produtos de limpeza não dá para a manutenção da família. Ela não sabe dizer quando a mãe do neto recebo pelo Programa Bolsa Família. |
| **Entrevistada 5** (nome fictício: D. **Eveline**) |
| Sexo feminino, 36 anos, "*eu sou de cor preta, mesmo*"; "*não tenho religião, mas creio em Deus*"; terminou o Ensino Médio pelo Pró-jovem; identificou-se como "mãe solteira, mas com um companheiro"; tem 4 filhos de pais diferentes: "*se não deu certo, pega o beco, também se não prestar, pega o beco*". O companheiro estudou |

até a 4ª. Série do Ensino fundamental. Trabalha com som de carro. A entrevistada não sabe ao certo onde nasceu: "São Luís do Curú ou Paraipaba.

Seu trabalho anterior era cuidar de idosos, agora, para ficar mais com os filhos, compra e vende joias para ajudar na manutenção da família. Ela e o companheiro mantem uma lojinha de acessório para carros; já está morando no bairro Genibaú a mais de 25 anos; os três dos seus filhos recebem o bolsa família no valor de R$ 253 reais que segundo ela "*dão uma ajudinha meio humilhada. Pois tudo que dão, tem que se humilhar demais...".*

A casa é própria, fica nos fundos da casa dos pais. Na perspectiva da entrevistada ela "faz de tudo" para cada vez melhorar a vida da família. Vida que ela não teve. Trabalhar, esforçar-se, cuidar uns dos outros". Renda familiar juntando o do "companheiro" e da entrevistada fazendo um total de R$ 2.000 reais. Segundo ela a renda vai depender muito de cada mês. Há variação.

**Entrevistada 6** (nome fictício: D. **Fabiana**)

Sexo feminino, 38 anos; cor amarela; católica, não praticante. Estudou até o 2º. Ano do Ensino Médio; casada, com dois filhos; nascida em Fortaleza; profissão: trabalha por conta própria vendendo Lingerie e bijuterias para ajuda o marido na manutenção da casa. O marido trabalha como pedreiro e pintor (autônomo). Ele estudou até o 1º. Ano do Ensino fundamental.

A casa é própria. Os dois filhos participam do programa bolsa família recebendo o valor de R$ 244,00 reais. Diz ela "*moro a bastante tempo no bairro, desde os meus 8 anos*". Renda familiar: um salário e meio

**Entrevistada 7** (nome fictício: D. G**abriela**)

Sexo feminino, 42 anos, cor branca; evangélica, não praticante. Estudou até a 3º. Série do Ensino Fundamental; nasceu em Camocim. Profissão: empregada doméstica com carteira assinada. Sabe pouco ler e escrever, daí disser que foi criada "*meio jogada*" pois "*seu pai teve que trabalhar muito cedo*". Ela mora no bairro Genibaú a mais de 40 anos.

A casa é própria. Ela é casada e tem 3 filhos (uma é casada): moram com ela, o marido e mais 2 filhos. O marido trabalha com carpintaria como autônomo. Ele estudou até a 4ª. Série do Ensino fundamental. Estes filhos recebem o bolsa família no valor R$ 180,00 reais. Renda familiar R$ 2.500,00. Segundo eles a renda varia conforme o tempo.

**Entrevistada 8** (nome fictício: D. **Helena**)

Sexo feminismo, 51 anos, cor parda; católica, não praticante. Terminou o 9º. Anos do Ensino Fundamental no EJA. Casada no religioso, mas não no civil. Seu marido é pedreiro numa empresa, com Ensino fundamental incompleto, ganhando um salário de R$ 1.400,00. Tem *quatro filhos*. Nasceu em Caridade. Profissão: inicialmente trabalhava em casa vendendo roupas, depois montou a sua própria loja de roupas no bairro.

Ela se autodenomina "microempreendedora" que deseja crescer nos negócios. A casa é própria. Mora no Genibaú a 29 anos. Dois de seus filhos recebem o bolsa família no valor de R$ 170,00 reais. Renda familiar R$ 2.200,00 reais. Há variação na renda mensalmente.

**Entrevistada 9** (nome fictício: D. **Inácia**)

Sexo feminino, 46 anos, cor morena; católica praticante. Estudou até a 5ª. Série do Ensino Fundamental pois teve que trabalhar muito cedo. "*Sei ler e escrever pouco. Só sei escrever o nome*". Nasceu em Fortaleza, no bairro Pirambú. "*Vivo junta a 18 anos, mas não sou casada, pois sou católica e ele é evangélico*". Moram com ela o marido e suas Três filhas. O Marido trabalha ajudando transportar móveis. Fez até a 7ª. Série do Ensino Fundamental. Ganha por trabalho. Casa cedida pela mãe. Profissão: antes "de casar-se" trabalhava em casa de família e sofreu assédio sexual pelo patrão.

Hoje é dona de casa. "*Sofro de depressão, ansiedade e síndrome do pânico e sou atendida por um psiquiatra*". Sua filha mais velha sofre de forte depressão que a obrigou deixar a faculdade. As outras filhas são estudiosas e estudam num curso de línguas no governo. Eles vivem do Programa bolsa família. Ela recebe pelas três filhas o valor de R$ 421,00 reais. Vivem no bairro a 30 anos. Renda familiar R$ 421,00 reais e recebe ajuda da família para viverem.

**Entrevistada 10** (nome fictício: D. J**uliana**)

Sexo feminino, 42 anos, cor parda. Evangélica, adventista. Não é praticante. Casada a 26 anos. A casa é própria e moram a 17 anos. "*Quando mais nova não tive condições de estudar pois cuidava dos irmãos pois a minha mãe sofria de "problemas na cabeça*". Logo casei e tive filhos. Estudou até a 8ª. Série de Ensino Fundamental através do EJA (Educação de jovens e adultos). Nasceu em Fortaleza, no Autran Nunes. "E*u tomo remédio para cabeça, pois sofro de depressão. Tenho diabetes e pressão alta*. *O remédio que eu tomo dá muito sono por isso tive que parar de estudar e não continuei os estudos*".

A casa é própria. Moram com ela, o marido e sua filha, mas estão constantemente os netos que ela cuida quando a filha mais velha vai trabalhar. O seu marido é analfabeto e faz bicos. Essa filha mais velha é separada e vive em outra casa. A entrevistada tem um filho que está na cadeia por ter assassinado um outro rapaz. Ele tem 23 anos. Ela diz que só tem o dinheiro do bolsa família para sustentar sua família. O valor que ela recebe do bolsa família em nome de sua filha mais jovem é de R$ 170, 00 reais. Essa mesma filha inscreveu-se no jovem aprendiz e ganha aproximadamente R$ 300,00 reais. Ajuda na manutenção da casa. Renda familiar R$ 470,00 reais.

**Entrevistada 11** (nome fictício: D. **Liduína**)

Sexo feminino, 45 anos. Cor parda; evangélica. Estudou até a 4ª. Série do Ensino fundamental. Separada a 15 anos desde que ficou grávida do menor; nesse período descobre a traição do marido com a vizinha. Ela diz "*que se sentiu ferida e magoada*" por essa traição. "*ser tão desconsiderada assim, mas fazer o que...*". Foi embora morar no interior. Depois veio para Fortaleza, mas como o aluguel estava muito caro, pediu ao ex-marido para voltar a morar na sua casa. Ela disse "*eu não tinha como pagar o aluguel. Aí eu fui pedir por caridade, ele não queria deixar de jeito nenhum. Eu fui pedir por amor de Deus*". Continuo a dizer "*ele morar com ela a poucos passos daqui...essa casa é minha também e eu tive que suplicar...*". Profissão: trabalha como ajudante de cozinha no bairro João XXIII, mas sem carteira assinada. Entra 8 horas e sai as 14 horas. Ganho aproximadamente R$ 600 reais. Ela nasceu em Itapagé; recebe o valor de mais ou menos R$ 130, 00 reais em nome de seu filho menor. Ela tem outros dois filhos. Ela conta que no interior passou a receber ajuda do Programa Bolsa Família e a partir daí começou a levantar-se. E "*prometi a partir daí a não deixar faltar nada em casa para meu filho. Prometi correr atrás, não ficar esperando. Eu já fui separada [chora]. Eu sofri bastante, bastante mesmo...precisei das coisas...meu ex-marido podia me dar. E eu me obriguei quando eles crescessem a correr atrás...o que for preciso eu faço para conseguir*". Renda familiar R$ 600,00 reais.

**Entrevistada 12** (nome fictício: D. **Mariângela**)

Sexo feminino, 39 anos de idade. Cor branca. Católica, não praticante. Casada a 13 anos. Tem três filhos. Nasceu em Forquilha e foi para São Paulo para cuidar dos irmãos. Voltou para Fortaleza casada. Veio casada com o Marido morar em Fortaleza. Teve que deixar a faculdade de pedagogia por causa que no trabalho mudou de horário. No interior era professora do infantil. Quando mudou para Fortaleza passou a trabalhar em administração e sempre desejou que quando voltasse a faculdade gostaria de fazer administração por identificação. Mas há 10 anos que ela está desempregada e vive somente com o salário do marido (salário mínimo e meio) que é porteiro na Aldeota.

Ela diz que o bolsa família foi cortado a menos de um ano E que faz falta esse dinheirinho que complementava a renda da família. A casa é própria. Ela diz que o principal problema da família hoje é financeiro. Segundo ela é muito difícil manter duas crianças em escolas particulares só com uma pessoa trabalhando. Eles estão sempre apertados financeiramente. Foi feito algumas opções: ela ficar em casa para está presente com os filhos, acompanhando. Os filhos estudarem na escola particular para se prepararem melhor, pois na escola particular há mais condições de prepará-los para as oportunidades da vida. Renda familiar R$ 1.900 reais mais ou menos.

APÊNDICE B - Quadro de referência 3: herança familiar e escolar (produzido pelo autor)

| **Processos educativos: herança familiar e escolar - capital cultural (socialização)** |
|---|
| **Entrevistada 1** (nome fictício: **Ana**)<br>52 anos, cor parda, **evangélica não praticante**. Analfabeta. Doméstica e diarista. |
| A E1 não se pronunciou sobre a importância da educação na vida das pessoas e da comunidade, ou seja, sobre os seus impactos. No entanto, ela deu pistas sobre como ela aprende sobre o mundo ao seu redor. E como esse mundo a afeta.<br>Ela é analfabeta. A filha mais velha, mora no mesmo bairro; é para ela importante "*tradutora*" dos acontecimentos. A E1 diz: "*Eu não entendo destas coisas*". Ou seja, o caminho para o CRAS e os serviços de assistência social. Foi ela que apresentou a mãe ao CRAS (Centro de Referência e Ação Social) e lhe falou da existência do bolsa família. Isso para ela foi fundamental, pois precisava "*ir atrás de um benefício*" para viver. Outro fato complementa o anterior, na perspectiva da *socialização*: importante para ela, foi participar do PAIF (Serviço de proteção integrada à família) pois segundo ela "*faz muito bem [*a ela*] as reuniões do PAIF*". Mas reclama que entre os encontros há muita distância. Ou seja, demora acontecer.<br>Ela é analfabeta. Trabalha com faxina e lava roupa para conseguir "*um dinheirinho*". O Pai, nunca estudou. A mãe fez até a 4ª. Serie. E suas filhas pararam de estudar, pois foram envolvendo-se com os namorados, casaram-se e/ou ficaram grávidas. O genro tem pouco estudo e faz bico para ajudar em casa. |
| **Entrevistada 2** (nome fictício: **Beta**)<br>48 anos, cor parda, evangélica, não praticante. Ensino fundamental incompleto. Diarista. |
| "*...Eu não tive uma vida boa...gostaria de dar a elas* [filhas] *o que* eu não tive*" ..., mas é complicado. Eu não tenho ajuda de ninguém. Só eu e Deus*".<br>"Eu *eduquei* as minhas filhas", diz a E2, para saber lidar "*com um mundo perigoso*", "*de brigas e mortes*". O primeiro dado informado, é "*ter cuidado com a vida* [mundo]", pois ele é perigoso, prega peças: "*não falar com estranhos, não pegar corona*". "*não pegar nada dos outros"*, mas "*ser mulher direita. Ser boa mãe*".<br>O ensino escolar é para dar instrumentos aos seus filhos lidar com esse mundo hostil: primeiramente, "*respeito pelos pais e avós*" [então, falta respeito] e, segue-se, "*aprender a se comportar*" diante desse mundo.<br>A mãe e a avó só aparecem na escola quando é chamada. Geralmente é por conta dos filhos estarem "*conversando demais*" (e, portanto, desconcentrados dos acontecimentos da aula). [Precisam aprender o jeito certo – "comportar-se" − pois ainda os filhos não possuem incorporados desde casa].<br>Segundo a E2 é obrigação da Escola (pública) "*ensinar a ler e escrever*", por um lado, e "*arte e religião*", por outra. Que tanto a família como a escola deveriam falar sobre educação sexual, alerta sobre o problema das drogas [pois "*não é boa...*"] e falar sobre política, mas que na casa dela se fale pouco (pois "*não é chegada em política...no fim tanto faz qual o político assumir*.").<br>No CRAS oferecem vários cursos, mas "*para a gente se interessar, tem que querer...*"; "nunca fui a procura" ... "meu tempo não dá".<br>Os pais da E2 são analfabetos. Ela tem o ensino fundamental incompleto pois *se juntou*. A filha casada e o genro tiveram também pouco estudo. A outro filha deixou de estudar. Os netos, um, está na creche e outro, está no ensino fundamental. |
| **Entrevistada 3 (**nome fictício: C**arla**)<br>57 anos, cor parda, **Católica praticante. Ensino Médio completo (EJA)** ***trabalha para facções de roupas.*** |
| "*Eu sou muito família, acho que tudo parte da família. A base hoje e sempre é a família*".<br>A entrevistada entende que a educação da neta (valores) deve ficar a cargo da família. Já o ensino (ler, escrever, matemática etc.) deve ficar a carga da Escola. Como a neta veio morar com ela desde os 7 anos "*a cabeça dela está misturada*": educação que vem dos quadros valorativos dela e de quadros valorativos da mãe. E isso, para |

ela, dificulta educar. A entrevistada tem sérias restrições com o modo de agir da ex-nora.

Nesse sentido, a entrevistada, reforça uma ideia importante: as pessoas devem "*assumir suas próprias responsabilidades*" e não jogar a culpa na família, na escola, enfim, nas instituições. As instituições cumprem seu papel, as pessoas é que não cumprem a delas. São irresponsáveis.

A entrevistada reclama que há "*muitos direitos para jovens e adolescentes*" [criticando o ECA). Hoje "*não podemos ser mais firmes. Dar uma mãozada nos filhos quando merecem*" [quando] "*fazem burradas*". "*Eu não sou a favor* [de usar] *violência para educar...eu não criei meus filhos com violência. Eu os criei ensinando o que é o certo e o errado*". "*Eu não os criei trancadas dentre de casa. Todo canto aqui tem drogas. Eu os criei: olha esse caminho, é assim, esse outro caminho leva a isso. E não tem volta é o seu fim*".

"*O que fulano e fulano fazem? Ele está usando drogas lá na pracinha* [ao lado do Posto Galba*], não tá? Se tu se mistura com ela, se contamina. Mesmo que tu não use, não está lá? E quando a polícia chegar, vai te meter a chibata*.".

A entrevistada diz que "*a burrada*" dos filhos implica outros, prejudica outros: no sentido que os outros são envolvidos pelo problema.

"*Eu sempre fui muito franca com os meus filhos e tento ser* [com minha neta]. No entanto, "*a cabeça* [de minha neta] *vem outro sangue, pois também tem uma mistura*". Para dizer se ela não é responsável e por causa da influência da mãe (que "*faz besteira e é preguiçosa*").

"*eu acho que não existe colégio ruim, nem bom, eu acho que os alunos devem querer as coisas* [se esforçar para estudar]. *Se não presta atenção e fica de recuperação a culpa não é do professor e nem da escola. A culpa é dele* [não se responsabilizou]".

"*A escola* [pública] *está fazendo o papel dela* (ensinar a ler, escrever, matemática, laboratórios), *mas os pais não querem ter responsabilidade pelos filhos. Jogam toda a culpa na escola*". Diz que a escola deve ser a pública". "*A escola pública é a mais cara que a particular. Porque nós pagamos impostos. Quem tem que valorizar a escola pública são os alunos...não tem nenhum professor analfabeto, todo são concursados. Então se os alunos não prestam atenção a aula, não fazem seus deveres e se não se interessam, não é por causa do professor, mas dos alunos. A escola* [pública] *pode melhorar, talvez pudesse. O meu filho foi monitor na escola (...) de matemática...se os alunos não se esforçam e estudam...a culpa não é da escola e dos professores*".

A mãe e o pai são analfabetos, ele terminou o Ensino Médio (EJA) e alguns filhos fizeram faculdade outro não (mas com ensino médio completo).

**Entrevistada 4** (nome fictício: **Daniela**)

68 anos, cor amarela. ***Ensino fundamental incompleto (EJA)***. Católica praticante. Dona de casa.

"*Quem não sabe é um cego. Cego é aquele que não sabe*" (...) "*Às vezes as pessoas não tem nada* (e, mesmo os jovens*), pois não se interessam, tem preguiça...não querem trabalhar*".

A entrevistada diz ao seu neto, como conselho: "*deixe os amigos. Só dá para a perdição. Ter cuidado com as amizades que podem levar para esse negócio de drogas*. *Mas ele não é de "fumar"* [drogas*], fazer bagunça. Ele é um bom neto*".

Falando da relação com seus ex-marido que ela o denomina de "*raparigueiro*" ('*me deixou pela empregada, já deixou essa e já pegou outra*". "Diz ele que quer voltar, mas "*gato escaldado de água fria tem medo*".

Pais analfabetos. Ela fez ensino médio incompleto. Uma filha com nível superior. O Neto estuda no ensino médio. A entrevistada é marcada por perdas trágicas de 2 filhos. Uma filha foi morta pelo marido, envolvimento com drogas; a morte do filho não foi informado.

**Entrevistada 5** (nome fictício: **Eveline**)

36 anos. Cor preta. **Ensino Médio completo/Pró-jovem**. Sem religião. Vende joias e "loja" de som para carros.

*"... antes da fazer uma coisa, deve pensar... Muita gente faz coisas sem pensar ... no futuro. Pensar nas consequências*".

"*A educação depende muito de quem quer aprender alguma coisa*".

"*Ter cuidado com a vida lá fora. Você acha que conhece, mas não conhece ninguém*"

"*muito importante a educação escolar. Muita gente não quer esse tipo de educação. Prefere esse mundo veio*

*sem futuro**.** vai procurar na rua, tanto gente **vendendo drogas**. É a educação que eles querem hoje*".

"*Cuidado com quem você anda. Você não conhece fulano. Às vezes fulano morre e você também morre porque está junto dele. Porque você não sabe como é a vida dele*".

A educação escolar "*deve ensinar a ler, escrever, a se comparta nos lugares. Isso é o básico para a educação dos jovens*".

"*Tem muita coisa que aprendi no Pró-jovem que passo para os meus filhos: cuidado para não pegar doenças como a sífilis, a AIDS, o HPV*".

"Quando meu filho se dana e conversa muito eu já entro em contado com o pai, chego junto dele, para ele fazer a mesma coisa que eu. O menino não tem para onde correr".

Os pais são analfabetos, ela possui o Ensino médio completo. Os filhos: um estuda em escola integral, e os outros dois em ensino médio. E um na creche.

**Entrevistada 6** (nome fictício: **Fabiana**)

38 anos, cor amarela. Ensino médio incompleto. Católica. Vende lingerie e bijuterias.

*"Estudar e ir a escolar são importantíssimos". Pois o estudo os possibilitará um futuro melhor. Melhor do que eu tive".*

"*Olhando para esse mundo como ele está hoje eu tento educar o melhor possível: converso com eles o máximo possível. Que eles não se envolvam com pessoas que não prestam. Eles saem e vão para o colégio, as vezes jogam bola. Eu digo para eles para verem com quem eles andam. Nem todas as pessoas merecem confiança*".

"*Meus filhos estudaram quando pequenos em escola particular. Quando passaram para o ensino médio entram na escola pública".*

"*A educação na escola pública é boa. Mas poderia melhorar um pouquinho. Eu estudei [nessa escola] mas não me adaptei e sai. Os meninos só ficam na sala de aula, no lugar de fazer dinâmica. Isso ajudaria o aluno a estudar e se interessar mais e mais. Outra coisa. Na escola não tem cursos profissionalizante, computação, por exemplo*".

"*o menino mais novo, fala da escola e dos estudos. O mais velho não conversa. A escola me chamou e descobri que ele ficou de re re. Aí eu disse: se ele ficasse reprovado ele ia ver. Uma das coordenadoras da escola me chamou e disse: por eles terem estudado na escola particular, eles teriam a obrigação de passar. Não gostei o que ele falou*".

"*Um dele está melhorzinho, mas o outro não está bem de notas. Acho que é por meu descuido. Praticamente ele só vive no celular. Os professores da escola disseram que meu filho é boa pessoa, mas só quer brincar e não estudar. Fique triste e chorei*."

O pai da entrevistada saiu de casa muito cedo e nunca mais voltou. A mãe é analfabeta. Os dois filhos estudam no ensino médio.

**Entrevistada 7** (nome fictício: G**abriela**)

42 anos. Cor branca. Ensino fundamental incompleto. Evangélica. Empregada doméstica.

"*Eu espero que com o estudo, o esforço deles, eles tenham um bom emprego*".

"*A gente não tem estudo, mas a gente ensina a eles a serem melhores*". "*A serem alguém na vida*".

"*Esse mundo violento, com drogas, eu tenho medo. Eu peço a eles para ter juízo. Não se envolvam com mas amizades. Conhecer casa pessoas e não se envolver com pessoas que leve ao mal caminho*".

A escola deve ensinar "*serem pessoas direitas, ser educadas, ser pessoas boas. Respeitar as pessoas e os mais velhos. Eu acho que meus filhos são pessoas boas*".

A menina faz a primeira série do ensino fundamental numa escola particular. A patroa dela ajuda a pagar. Lá eles dão reforço escolar. O rapaz faz ensino médio na escola pública.

A rapaz ajuda o pai de vez enquanto com o trabalho de marcenaria, mas ele não gosta.

A entrevistada tem pouco estudo sabe pouco ler e escrever. Como o pai teve que trabalhar muito cedo diz ela que "*foi criada meio jogada*". Os pais são analfabetos. Os filhos: um estudo no primeiro ano do ensino

fundamental e o outro, no ensino médio.

**Entrevistada 8** (nome fictício: **Helena**)

51 anos. Cor parda. Terminou o ensino fundamental (EJA). Católica. Microempresária.

"*Hoje os filhos sabem mais que os pais, mas é necessário aumentar os conhecimentos sobre esse mundo. Quando mais vamos lembrando, mas vai abrindo a mente. Os jovens estão sabendo, mas precisam ser lembrados das coisas. Sabe o que é ter filhos? Eles trazem tarefas de classe, mas nós temos que está encima. É a fase. Eu cobro muito deles prá estudar. Sabendo como eles estão. Assim eu acompanho. Eu falo por meus filhos que a educação é importante. Que hoje quem não estuda, não tem trabalho. Hoje o mínimo é o ensino médio o caminho é estudar*".

"*A educação na vida de uma pessoa é muito importante. Você chegar num canto e as pessoas lhe receber com cuidado e você responder da mesma forma. Isso não é bom pra você. No nosso trabalho [*ela tem uma loja de roupas*] requer saber lidar com os clientes. Os professores saber ensinar nossos filhos, …"*

"*A educação vem de casa primeiramente, depois vamos ampliando na escola. A educação é algo necessário. todos os meus filhos estudam. A minha terminou o ensino médio e montou um negócio de venda de roupas, ao lado do meu negócio. Um está terminando a faculdade em mecânica, e os outros estudando ainda no ensino médio*".

Eu não tenho o que cobrar, pois até agora onde meus filhos chegaram mostra que o ensino muito bom. Não tem nada o que pedir a mais não. O estudo vem muito do esforço e dedicação do aluno, não é só da escola. Eu não tenho condições de pagar uma escola prá eles, mas o senhor mostrou sempre uma boa escola para os meus filhos. Eu não tenho o que reclamar.

Os pais são analfabetos. Mas sempre colocou na cabeça estudar e trabalhar. Terminou o ensino fundamental pois acha importante ter estudo. As filhas estudam no ensino médio.

**Entrevistada 9** (nome fictício: **Inácia**)

46 anos, cor morena. Ensino fundamental incompleto. Católica. Dona de casa. Tem depressão.

A entrevistada não tocou no assunto educação. Mas deixou algumas pistas.

Ela estudou até a 5º. Série, mas não sabe ler e escreve só o nome. As filhas são estudiosas. Duas de suas filhas estudam no Ensino médio. Uma delas terminou curso de língua em espanhol. Outra filha trancou a faculdade por problema de forte depressão e já tentou se matar. A mãe também sofre depressão e síndrome do pânico.

"*estudem para ter suas casas" [*a entrevistada não tem casa própria*]. Só casem quando tiver um emprego em mãos. Para não ter a vida que eu tive. Antes de fechar meus olhos eu gostaria de ver minhas filhas todas empregadas*".

**Entrevistada 10** (nome fictício: **juliana**)

42 anos. Cor parda. Ensino fundamental incompleto (EJA). Dona de casa. Tem depressão.

"*Eu não tive oportunidade de estudar quando jovem pois minha mãe teve problema na 'cabeça' e eu tive que cuidar de meus irmãos. Eu era muito nova. Logo depois conheci meu marido*".

"*Retomei meus estudos e cheguei até 8ª. Serie, mas não pude continuar por causa da depressão. Os remédios dão muito sono*". "*Mas eu tenho vontade de terminar meus estudos*".

"*Esses jovens, hoje, acham que a mãe tem obrigação de fazer tudo. Ela tem 18 anos. A mais velha cobra muito de mim pois saiu de casa cedo, casou cedo, teve filho cedo, teve que se virar, e a mais nova tem tudo*. [Essa filha mais velha tem 23 anos, hoje separada, trabalha no centro, numa revendedora]. *Mas eu nunca deixei que faltasse nada em casa. Fui sempre muito preocupada. Ela pode reclamar disso. Ela cobra um tipo de educação mais rígida para a mais nova. Eu falei* [para a mais velha] *para voltar a estudar par ter um emprego melhor*"

"*Eu penso que os filhos devem respeitar o próximo. Valorizar seu trabalho. As coisas que elas tem. Levantar cedo. Pois você não vão me ter para o resto da vida. Eu não sei não, a gente vai falar mais eles nem aí*".

"*Aqui e acola a mais nova brinca. Aí eu digo, mulher vai estudar. Aí ela volta a estudar. Eles dão muito livro para estudar, não é. Ela ficou a frente de uma organização da equipe dela para ganhar ponto. Ela é sabida*", levou a frente." *Ela entrou no projeto de governo jovem aprendiz (primeiro emprego).*

| |
|---|
| "Eu criei meu filho para ser obediente, respeitar o pai e mãe. foi fazer besteira. Eu acho que faltou a meu filho controle de si, deixou-se levar por ciúmes" [ela fala do filho que matou um outro cara, no bairro, por ciúme]<br><br>A pais são analfabetos. Ele não terminou o ensino fundamental. As filhas: uma não terminou o ensino fundamental e outra faz o ensino médio. Está no programa do governo primeiro emprego. |
| **Entrevistada 11** (nome fictício: **Liduína**)<br><br>45 anos, cor parda. Ensino fundamental incompleto. Evangélica. Ajudante de cozinha. |
| A educação hoje é muito importante para encontrar um emprego e para a vida.<br><br>Pessoas que não tem estudo não conseguem um trabalho que preste.<br><br>Que quero que meu filho seja alguém na vida e termine os estudos.<br><br>Meu filho é interessado no colégio e eu creio quando ele terminar ele vai procurar um trabalho.<br><br>Os pais analfabetos. Ele não terminou o ensino fundamental. O filho encontra-se no ensino médio. |
| **Entrevistada 12** (nome fictício: **Mariângela**)<br><br>39 anos. Cor branca. Superior incompleto. Católica. Dona de casa. Já trabalhou como auxiliar administrativo. |
| "*Muitas pessoas podem pensar porque minhas filhas estudam em escola particular e vão de transporte escolar e podem dizer que essas famílias têm dinheiro. Mas não sabe onde a gente aperta o sinto para mantê-las. Pode ter certeza que o sacrifício que a gente faz é pensando no futuro. Se eu soubesse que a escola pública de ensino fundamental no caso tivesse condições de minhas filhas estudarem lá talvez eu mudasse esse pensamento. Mas quando não me provarem o contrário, não coloco. Continuarei fazendo sacríficos, eu e meu marido, para possibilitar um futuro diferente que eu tive*".<br><br>"*Pois se somente um trabalha para sustentar a casa e sustentar cinco pessoas um salário mínimo é muito pouco. E tanto que sempre estamos apertados, fazendo malabarismo aqui e agora para manter a família. A gente passa um aperto. Vou ser muito sincero com você. Por que a gente não coloca os filhos para estudar na escola pública? Fizemos uma escolha. Eu fico em casa para acompanhar os filhos e ele trabalha. Nos estudos também. O [fulano: nome do filho] estudou até o 9 ano numa escola particular. Quando ele foi para o Liceu* [do Conjunto Ceará], *as referências do Liceu são ótimas, o seu nível de ensino – agradeço demais pois é uma escola incrível – mas ele já foi com uma mentalidade formada [inculcada; meu acréscimo] com o que ele queria para vida dele. Mas as duas meninas estão em formação. Aí eu acho que elas devem estudar na escola particular. Sabe porque: eu ensino reforço para alunos da escola pública que estudam no ensino fundamental e eu vejo que a educação é muito ruim. Não tem tarefa pra casa. Eu penso assim: colocar minhas filhas em escola pública nesse período eu acho que eu vou atrasar elas. Porque elas já têm uma base. Eu ouvi de uma amiga profissional da prefeitura dizer que ela foi orientada pela diretora dela a passar os alunos. Não deixar ninguém reprovado. Eu como mãe se soubesse isso reclamaria que eu não quero que meu filho passe, pois não há condições. Não há bases: vai se atrasar, vai se atrasar e vai chegar uma hora que os alunos se prejudicariam no seu futuro e possibilidades futuras"* (E12, 39 anos, católica, Ensino Superior incompleto). |

ANEXO C - Quadro de referência 4: família e pobreza (produzido pelo autor).

| **Situação social, impacto na família e pobreza** |
|---|
| **Entrevistada 1** (nome fictício: **Ana**)<br>52 anos, cor parda, **evangélica não praticante**. Analfabeta. Doméstica e diarista. |
| A entrevistada veio morar com a filha num "quarto/casa" perto dos trilhos do Metro já faz 5 anos. Ela é mãe solteira. O "quarto/casa" é pequeno. Moram ela, a filha, gravida novamente e seu companheiro, a neta. O genro faz bicos, ela é diarista. Os pais do genro (aposentados e possuem um botequim) ajudaram a construir a casa, fizerem a laje e pintaram o cômodo. A pai da entrevistada já idoso e seus irmãos pagam a ela uma ajuda para lavar e passar.<br><br>Ela acha que não é tão pobre pois tem seus filhos (cinco ao todo), seus netos e o Pai de 101 anos. Ou seja, tem um uma rede de pessoas que lhes dão suporte e lhe apoia. Ser rico para a entrevistada é ter "*uma casa e um emprego, muito necessário para se sentir gente e viver melhor*". Mas o que ela tem é o bolsa família que ajuda sua família e a ela. Queria ter seu próprio bolsa família. O valor da bolsa família (R$ 130,00) que ela é responsável em receber pela neta.<br><br>Para a entrevistada a solução para o problema da pobreza "é ter emprego".<br><br>"nós conversamos [com os vizinhos] sobre a vida. Os vizinhos se ajudam, às vezes. O problema maior é a fofoca: querem dar conta da vida dos outros". |
| **Entrevistada 2** (nome fictício: **Elizabete**)<br>48 anos, cor parda, evangélica, não praticante. Ensino fundamental incompleto. Diarista. |
| A entrevistada é mãe solteiro com duas filhas e netos. Somente a filha mais jovem (23 anos) mora com ela. Ela tem um quadro de doença. O "quarto/casa" (1 cômodo com banheiro) é alugado construído rente ao muro do Metro do São Miguel. A casa é feita de tijolos. Piso de cimente. Rebocada e pintada toda de branco. Duas camas e uma estante com Televisão. Uma pia. Um fogão de 2 bocas.<br><br>Ela trabalha ajudando no transporte escolar de crianças e faz diárias (faxina; lava e passa) nas casas de família. Ela diz que ganha pouco, mas dar para o sustento, com sacríficos e ajuda da família. Ela é responsável em receber o bolsa família dos netos no valor de R$ 110,00 reais. O bolsa família ajuda a manter a família. A filha mais velha ajuda na manutenção da casa. "Uma mão lava a outra".<br><br>Ela diz que gostaria de ter dinheiro para comprar o que falta, ter mais conforto: comprar uma geladeira e um liquidificador. O fogão dela têm duas bocas. Acha que o gás é caro.<br><br>A família costuma comer no dia a dia arroz, feijão, macarrão e franco.<br><br>"*Se a gente tem saúde é tudo; e força prá trabalhar*", ter dinheiro para "*colocar comida na mesa*" e "*oferecer melhoria para meus filhos*". Isso é ser rico. Muita gente "*não tem nada para botar no fogo. Amanhece o dia e não ter nada"*. A filha disse que a explicação para a existência de pessoas que tem mais que outras é "*outras famílias tem tudo*", por isso "*há falta, né*".<br><br>A relação com os vizinhos é boa. Me dou com minha sogra. A filha dela, casada, trouxe uma porção de café vindo da sua sogra. Há trocas constantes de benefícios, ajuda, entre a família. "*Quando minha filha está doente, ela fica destruída, uns trazem água de coco, outros trazem um caldo, um suco. Outros vizinhos, fazem fofocas, olhando a vida alheia*". |
| **Entrevistada 3** (nome fictício: C**arla**)<br>57 anos, cor parda, **Católica praticante. Ensino Médio completo (EJA)** ***trabalha para facções de roupas.*** |
| Na casa da entrevistada todos trabalham, menos a neta que faz o ensino médio. A própria entrevistada trabalha para uma facção por produção. Fazendo roupas.<br><br>A minha família é pequena. Três legítimos meu, e um que veio com o Pai. O Pai [da sua neta] trabalha, assume suas **responsabilidades**. Tenho meu outro filho. Também é responsável. Está terminando de construir a casa dele para morar com a família. A mulher e o filho.... Que tem a mesma idade da [de sua neta]. Tem o [outro |

filho] que tem 32 anos. O mais novo. Trabalha na distribuidora Tp Havaiana e se formou em ciências contáveis. Também tem a família dele, tem os filhos. Tem os filhos dele. Tem [a sua filha] a mais nova, com 30 anos que também é responsável pela casa dela.

A neta é criada pela avó, mas é a mãe (separada do filho da entrevistada) que recebe o dinheiro do bolsa família; não sabe dizer o valor do bolsa família. A ex-nora, cor branca, trabalha com manicure e não terminou o Ensino Médio. Constitui outra família cujo companheiro está desempregado. Sua antiga nora, tem quase 40 anos. É mais velha que o Pai [da sua neta]. Não sei se terminou o ensino médio, não. ***Ela não trabalha. Em que? Em que? Só vive do dinheiro do governo (rindo). Por isso que eu digo, o povo é morto de preguiça.***

Eu tenho 57 anos. Desde que eu me entendi no mundo que eu trabalho. Pois eu com três anos de idade minha mãe deixava sozinha cuidando de minha irmã menor e ia por roçado trabalhar. Prá colocar fogo no feijão eu me atrepava em cima de um banco pra colocar os paus de lenha embaixo da panela. Com 7 anos de idade eu torrava café, eu trabalhava na roça. Eu botava água em casa e ainda cuidava dos meus irmãos. Eu digo prá [minha neta]: eu com dezesseis anos já era uma cozinheira profissional. E tu mal sabe fritar um ovo. Aí ela responde: vó os tempos eram outros. Neste tempo o povo tinha vergonha. Hoje não tem mais. E aí de não fazer. Porque ele levava era peia. A [minha neta] não faz nada.

**Ser pobre**, prá mim, é a pessoa ser pobre ***de espírito***. Tem gente que tem um monte de coisas e é pobre. Não sabe receber ninguém, não sabe falar com as pessoas, não sabe o que é humanidade, não hora que precisa. Não sabe ser humano. Prá mim, isso é a pobreza. As vezes a gente não tem nem o que botar no fogo, mas não é pobre, a gente tem o espírito rico em Deus. Sobre essa ***pobreza material*** eu sou bem radical. Eu sei que existe a pobreza material, mas sei que existe preguiça, demais. Pois as pessoas não querem trabalhar. Tem muita gente que eu conheço que não querem trabalhar. Muita gente que recebe essa ajuda do governo que tem aquilo alí, como tábua da salvação. Que não lavam uma roupa (...) [que não] rapa mandioca. Plantar, capinar. E as mulheres não vão fazer isso. Pois todo mês elas têm aquelas migalhas, aquela esmola que o governo dá. A ajuda do governo os faz preguiçosos. Pois se não tivesse elas se obrigavam a trabalhar. E são pessoas tão boas, tão fortes, tão bonitas que não tem coragem de trabalhar. Passa aqui uma criatura pedindo e a gente olha que a criatura tem condições de trabalhar. Pedinte existe. Mas existe pedinte que não sabe nem pedir. Se a agente não der jogam praga. É louvável a ajuda do governo, mas as pessoas não entendem que essa ajuda é uma ajuda. Você recebe uma ajuda do governo. É prá você fazer o que? Um curso. Uma especialização. Eu entendo se fosso assim. Prá você achar um emprego. Mas não, as pessoas se acomodam, que naquele dia X o dinheiro está na caixa prá pegar. Isso para mim, meu amigo, é cruel. Por que as pessoas não têm coragem de trabalhar. É um povo preguiçoso.

Eu sou tenho uma ***vizinha***. É muito boa. O resto tudo é conhecido. Mas falo com todo mundo, tenho amizade com todo mundo. Eu não ando em casa de ninguém e ninguém anda na minha. Mas qualquer coisa está todo mundo junto. ***Aqui nesta faixa ninguém precisa de ajuda de ninguém*** não. ***Cada um trabalha, vive sua vida***. Não tem essas necessidades não. Mas quando tem alguma necessidade ajuda sim

**Entrevistada 4** (nome fictício: **Daniela**)

68 anos, cor amarela. ***Ensino fundamental incompleto (EJA)***. Católica praticante. Dona de casa.

Desde que meu filho morreu passei a cuidar do meu neto – ele mora comigo - e ajudar a minha ex-nora em suas necessidade familiares.

A mãe do meu neto está junta de novo com um rapaz, moram numa casa humilde. Meu neto tem outros irmãos de outros casamentos. Foi a mãe que escreveu o seu neto no programa bolsa família. O dinheiro é para ele e para ajudar a família. Eu não sei quanto recebem. O atual companheiro tem um negocinho de vender produtos de limpeza, mas ele não sabe vender, não, por isso não dá para a manutenção da familial. Eu ajudo a familia também. Ele é esforçado, mas não vende nada.

A minha ex-nora não trabalha. “Trabalha, nada!” (falou com desdém).

Ser pobre é viver pior que eu: “não muito miserável”. [o miserável está abaixo do pobre]. Se eu fosse rica não estaria nem aqui. Ser rico é “ter a graça de Deus, saúde, paz, dinheiro, também.

Por que os pobres permanecem pobres? “Rapaz, porque, não querem se esforçar, trabalhar... dá para todo mundo...eu vejo o pessoal que ***vende limão***, bem. Vende limão, dá prá viver. Muitos ***empurram carrinho***, vendendo; ***junta lixo*** pra reciclagem. Muita gente que ***vende cheiro verde***, é bem de vida, tem casa própria, moto. Os jovens têm vergonha de fazer isso. Muita gente na juventude não tem nada pois não se interessam. Bom é que tivesse emprego prá esses jovens. Tem jovens que não quer nada, que Deus me perdoe.

**Entrevistada 5** (nome fictício: **Eveline**)

36 anos. Cor preta. **Ensino Médio completo/Pró-jovem**. Sem religião.

Vende joias e "loja" de som para carros.

A entrevistada 5 tem sua própria casa, um quarto modificado em 4 cômodos que fica no fundo da casa dos pais. Ele passou a morar quando ficou grávida do primeiro filho.

Ela recebe o bolsa família para seus filhos, mas não incluiu seu companheiro atual. Cada filho é um pai diferente. O marido atual trabalho com acessórios para carros e ela compra e vende joias.

" Quando preciso de ajuda posso contar com minha mãe, quando precisei reformar a casa, ela me ajudou a comprar cimento, arreia, tijolo, agora quero forrar o canal – cheio de lixo e ratos - ela vai me dar uma ajuda".

Comemos o de sempre, vai variando, feijão, arroz, às vezes é ovo, as vezes é peixe. Quando nos quer, comenos pizza, vamos para a churrascaria. A gente é pobre, mas é pobre que demostra para os outros que temos condições de comer: comer pizza, um franco assado pois trabalhamos duro. Todo mundo tem condições de trabalhar duro.

Um dia desse apareceu ... um cara pedindo ajuda para pagar a luz – um cara tão novo -. eu perguntei se ele não tem coragem de trabalhar só de pedir. As vezes o ser humano não se ajuda. Lá na frente ele demostre quem ele é. Às vezes você tem bolsa família, aposentadoria e gosta de estar perturbando. Manter ativo pelo trabalho é importante. O bolsa família é uma contribuição, mas não se pode depender disso. É uma ajuda, temos que fazer nossa parte.

Tem gente que tem coragem de vive só de perturbar, que não tem coragem de dá nada, nem trabalha.

Tem gente que não tem condições de nada, vive numa vida miserável: não ter nada pra comer, não ter onde morar. É viver na miséria mesmo.

Eu me considero rico de saúde prá me trabalhar e conseguir as coisas prá mim e para os meus filhos. Se você pensa que estou aqui, ontem eu fui de bicicleta, depois do....com a minha filha atrás, carregando, lá eu fui fazer uma cobrança. Coisa que muita mulher não tem coragem de fazer. Amanhã, não, eu vou para o capuã... pegar a transferência para minha filha estudar no Américo Barreiro. Tem mãe que é retardada que não busca uma coisa [um objetivo] pro filho.

**Entrevistada 6** (nome fictício: **Fabiana**)

38 anos, cor amarela. Ensino médio incompleto. Católica. Vende lingerie e bijuterias.

A casa onde vive a entrevistada 6 e a sua família é própria. O Terreno, a mãe consegui obter da justiça o usucapião. Ela trabalha vendendo Lingerie e bijuterias e o marido é pedreiro e pintor. "tem dia que ele consegue trabalho, tem dia que não consegue".

A família sofre com a falta de dinheiro [renda familiar: um salário e meio] para suprir as necessidades, principalmente dos dois filhos ["que querem tudo": "roupas...perfumes, que eles gostam de andar cheirosos"]. Mas o que a gente tem está bom.

***Eu sou pobre, né, mas*** *também sou rica da graça de Deus.* ***Tem gente muito pior do que eu***. Outro dia eu vi uma reportagem de ***uma pessoa só de coro e osso***, meu Deus, ***passando fome, ne deu pena***, não tendo o que comer. ***Seu eu morasse perto*** eu daria um prato de comida (risos). Eu pensei: que ***a gente tem tudo e não dar valor. O que Deus me dá está bom***. Eu não quero ser rica, mesma.

**Entrevistada 7** (nome fictício: G**abriela**)

42 anos. Cor branca. Ensino fundamental incompleto. Evangélica. Empregada doméstica.

A casa da entrevistada 7 é própria tem dois andares com 6 cômodos. Seu esposo é carpinteiro (autônomo) e ela é empregada doméstica. Diz que passa muito tempo fora de casa por causa do trabalho, só chegando a noite, mas o pai está frequentemente em casa, pois é o seu lugar de trabalho. Destaca que todo mundo ajuda em casa.

Ela diz que ser pobre é "passar por *muitas dificuldades*. Não é bom". Aqueles que são ricos "resolvem as coisas com mais facilidade". Ela diz que a vida familiar atual está muito melhor do que ela vivia anteriormente.

Ela diz que *paga* direitinho a escola da filha (particular), com a ajuda de sua patroa. "Paga, mas com muitas

dificuldades”

Ela diz que “o bolsa família é uma ajuda para aqueles que *não tem condições*”

**Entrevistada 8** (nome fictício: **Helena**)

51 anos. Cor parda. Terminou o ensino fundamental (EJA). Católica. Microempresária.

A casa da entrevistada é própria. Mudou-se para a atual moradia a três meses.

Ela conta uma história que precisou ajudar o cunhado a resolver um problema no INSS e não sabia como e foi atrás de como resolver. Essa caracteriza a entrevistada: *ir atrás, procurar saber como resolver problemas*. Ela também diz que para tudo que se for fazer é muito importante *o apoio da família*.

Ela caracteriza **a situação de pobreza** “*pela dificuldade*” e ***a condição do rico*** pelo atributo de “*ter condições financeira*”. “Ter condições financeiras é muito bom”. Dar autonomia. Ela se diz “nem pobre, nem rica”: trabalha para ter condições financeiras. Viver do trabalho. O trabalho, mesmo que pouquinho, propicia vida digna. A resolução da pobreza, passa pelo “oferecimento de um trabalho, para que o pobre tenha condições [financeira]”.

**Entrevistada 9** (nome fictício: **Inácia**)

46 anos, cor morena. Ensino fundamental incompleto. Católica. Dona de casa. Tem depressão.

A entrevistada mora numa casa (2º. Andar) cedida pela mãe, com piso de cimento. Casa coberta com telhas, mas com muitas goteiras. Paredes não rebocadas. Banheiro sem porta. Os fundos da casa sem janela. Enfim, a casa é apertada; muito desprotegida. Já aconteceu ser invadida por “um drogado”, mas nada sofreram.

A entrevistada se sente humilhada pela família pois “eles jogam na cara que eu moro de favor. Isso dói muito”.

Se rico é *ter saúde*: antes eu era rica, agora não sou mais, pois eu tenho depressão, síndrome do pânico, ansiedade.

Nós *não temos bens materiais, não temos condições de vida, temos dificuldade de acesso a muitas coisas, mas temos paz.* (...) Minha irmã tem mais condições de vida, tem carro, o marido é músico profissional, mas ela é feliz, não é. *A gente sabe que é feliz, a gente sobrevive com o que tem*. As vezes minhas filhas pedem uma roupa que eu não posso dá. Aqui é uma calca dividida para as três. Não serve mais pra uma, passa pra outra. Minha irmã que mora na barra do Ceará tem moto, coisas, gasta dois mil reais por mês, a filha é muito minada, mas só vivem brigando, com ciúme do marido. Esta não tem paz. Aquilo não é vida. O que ela está ensinando pra filha?

O que a gente tem, nós conseguimos com o nosso suor. Isso é importante. A minha sogra morreu agora, o meu marido tem direito, mas como o pai está brigando com isso, deixa prá lá. Eu quero o que é meu, conseguido com o meu suor. Que quero o que é meu, não quero nada que é dos outros. Mesmo essa casa não sendo minha, pois é de minha mãe, eu ajudei a construir o que podia. Meu esforço.

O que eu queria primeiramente pra mim, uma casa, uma casa, pra bater assim, essa é minha. (...) não me escrevi “na minha casa, minha vida”, mas o psicólogo diz pra min escrever. Mas tudo vai ter o seu dia.

A entrevistada é dona de casa. Seu marido trabalho como montador de móveis. A família vive com a ajuda do Programa Bolsa família. Com o bolsa família ele paga luz, água e gás.

**Entrevistada 10** (nome fictício: **juliana**)

42 anos. Cor parda. Ensino fundamental incompleto (EJA). Dona de casa. Tem depressão.

A casa da entrevistada são quatro cômodos. Sem piso e sem reboco, mas coberta de telha recém colocada. Na entrada diz “vende-se” pois ela gostaria de ir embora, morar em outro canto. O motivo: medo de ser morta. O filho dele matou um outro do bairro. E ela tem medo de ficar. Precisou sair do bairro por um tempo. Voltou recentemente.

A moradora e sua família vivem do Programa Bolsa Família. Não tem outra renda. Seu marido faz “bico” ela é dona de casa com problemas de depressão.

.... ***mesmo pobre, digno***. Falta oportunidade aos mais pobres. Os que podem facilitar um trabalho, essa oportunidade, não cooperam. A mim mesmo eu tenho muita vontade de trabalhar e assinar minha carteira. Eu

poderia ter tido oportunidade, mas como eu era tão nova, assim, eu não estou culpando, mas eu tive que criar meus irmãos. Desde os meus 15 anos ***eu ando por Fortaleza todinha me virando***. (...) Se for preciso ...vamos tal hora eu estou ali.

Ser rico é.... eu não me tomo tendo bens materiais. Tendo a minha casa. ***Ter dinheiro facilita***, mas não compra tudo. Às vezes você gasta tanto numa coisa que não vale a pena.

**Entrevistada 11** (nome fictício: **Liduína**)

45 anos, cor parda. Ensino fundamental incompleto. Evangélica. Ajudante de cozinha.

A entrevista é separada. Mora ela e seu filho numa casa de três cômodos. Ela trabalha de 8 da manhã a 2 horas da tarde, como auxiliar de cozinha, ganha proporcional ao tempo de trabalho. Ela não gosta de morar no bairro, porque sua casa é em frente à casa da "outra" que atualmente está com seu ex-marido. Ela não tem condições de pagar aluguel.

Ser pobre ... aqueles que não tem nada pra comer dentre de casa. As vezes andam *pedindo* de porte em porta uma ajuda.

A solução para o problema da pobreza: essas pessoas procurar o que fazer. Quando falta alguma coisa dentre de casa, a gente tem que correr a trás. Tem que correr atrás para conseguir alguma coisa para trazer para casa. É importante ir atrás. Não ficar esperando. Eu já fui separada (ela chora nesse momento)...eu sofri bastante, bastante mesmo...meus filhos ...precisava mesmo das coisas...e ele (o ex-marido) podia me dar, mas não ajudou. E eu me obriguei ... corro atrás, o que for possível eu faço para conseguir, para não falta nada dentre de casa.

**Entrevistada 12** (nome fictício: **Mariângela**)

39 anos. Cor branca. Superior incompleto. Católica. Dona de casa. Já trabalhou como auxiliar administrativo.

A entrevistada 12 não recebe mais o bolsa família a menos de um ano. Foi cortado. Na casa somente o marido trabalha como porteiro. Segundo ela é muito difícil manter uma casa somente uma pessoa trabalhando. Ela trabalhava na contabilidade numa empresa mais já está desempregada a muito tempo. O bolsa família era um complemento importante. Achei injusto retirar esse dinheiro. Mas tudo bem.

Eu quero dinheiro não para ficar rica, mas para ter o suficiente e possibilitar *uma casa arrumadinha* e ter uma *geladeira e armário cheio de alimentos* para a família. Quem sabe poder ter *um lazer*, que é importante para todo mundo. Mas as coisas estão meio apertadas. É sacrifício mesmo.

A pobreza é viver uma situação de desigualdade. Em nossa sociedade a gente tem muita desigualdade. (...) há uma exclusão proposital do pobre.

Quando eu vou colocar o lixo e saio na calçada eu converso um pouco. Quando eles precisarem e eu precisar estou aí. Quando eles precisam receber uma encomenda, mas eles estão fora eles recomendam eu receber do correio. Estou pronta a ajudar. Tem uma senhora que é idosa, quando eles saem pedem para dar uma olhada. Estamos aí. É uma convivência boa só não estou na casa de ninguém.

ANEXO D - Quadro de referência 5: saúde pública

| **Saúde pública, uma condição importante para a resolução do problema da pobreza** |
|---|
| **Entrevistada 1** (nome fictício: **Ana**)<br>52 anos, cor parda, **evangélica não praticante**. Analfabeta. Doméstica e diarista. |
| Eu tenho um problema de saúde. Tenho Aids a algum tempo. A minha saúde depende de ter melhoria na qualidade dos serviços [públicos]; e um cuidado constante para melhorar a vida no dia-a-dia<br>O CRAS, através da Assistente social, me encaminhou ao ***Posto de Saúde Carlos Ribeiro, Jacareacanga*** onde sou atendida. Tomo todos os dias *os remédios*.<br>Gostaria de "Ter um benefício para quem está doente como eu"<br>Ninguém sabe sobre a minha doença, nem meu pai. |
| **Entrevistada 2** (nome fictício: **Elizabete**)<br>48 anos, cor parda, evangélica, não praticante. Ensino fundamental incompleto. Diarista. |
| Quando minha filha está em crise, eu levo para ser internada no H***ospital São José*** [O Hospital São José de Doenças Infecciosas foi criado pela Lei N.º 9.387 de 31 de julho de 1970]. Lá tem um excelente atendimento, bons médicos e enfermeiras. Quando vamos lá somos bem orientadas e sempre trago os medicamentos dela.<br>Aqui no bairro tem péssimo atendimento em saúde. Tem ***o Posto [de Saúde] Galba de Araújo*** [Município de Fortaleza], tem o ***Posto [de Saúde] Luiza Távora***, no São Miguel [Município de Caucaia]. Tem que melhorar tudo. Não sabe atender os pacientes. Muita demora, sem ter remédios, eles dizem que não tem. Eles vão por cara, pela cara dos pacientes. |
| **Entrevistada 3** (nome fictício: C**arla**)<br>57 anos, cor parda, **Católica praticante. Ensino Médio completo (EJA)**. ***Trabalha para facções de roupas.*** |
| Eu recebo meus remédios no ***Posto de saúde Galba de Araújo***. Eu sou hipertensa. Tem dia que está bom, tem dia que está ruim. Tem dia que o médico vem, outro dia, não vem. Agora, não temos médico não. Diz que vai chegar. Os cubanos foram embora. Passavam meus remédios mandavam fazer meus exames.<br>Sou acompanhada na ***Maternidade escola [Assis Chateaubriand, UFCe/SUS]***que o posto me mandou prá lá por estar na menopausa.<br>Não recebo nada do governo. Graças a Deus. Assim eu não devo nada a ele. É ele que me deve. |
| **Entrevistada 4** (nome fictício: **Daniela**)<br>68 anos, cor amarela. ***Ensino fundamental incompleto (EJA)***. Católica praticante. Dona de casa. |
| ----------[Nada registrou-se sobre o assunto serviços de saúde e família} ---------- |
| **Entrevistada 5** (nome fictício: **Eveline**)<br>36 anos. Cor preta. **Ensino Médio completo/Pró-jovem**. Sem religião.<br>Vende joias e "loja" de som para carros. |
| O principal problema do Genibáu é a falta de *saneamento básico*. Coisa que não tem. Aqui é cheio de rato. Minha parte (em frente à casa dela) eu fechei, não aparece, mas prá lá, muito rato. Aqui (fala do riacho cheio de lixo que passa ao lado de sua casa) não era pra gente está forrando não. Era a prefeitura. Ela já veio aqui, só faz medir. Medir eu também faço. Só pegar um trema. Tudo o que cai, vem das casas lá de cima, cai nesse canal. Quando chove aqui esse canal, ele enche e entope<br>Quando os meus filhos estão doentes levo ao ***Posto de saúde [Ronaldo de Albuquerque Ribeiro]***, perto de |

CRAS. Com médico ou sem médico, só tem esse. As vezes falta *médicos*. Falta *remédio*. Ali só é beleza. Contar com o posto, nem conte. Não tem *médico*, não tem *dentista*. Não tem *as coisas que a gente procura*. Agora está bom, antes era longe, ia para o [***Posto] Galba de Araújo***, agora tem esse posto.

Vou a farmácia ali, consulto ali mesmo e eu mesmo compro o remédio. Os farmacêuticos entendem e passam o remédio.

As vezes o agente de saúde vem aqui. Fala sobre água parada, evitar dengue. A gente de saúde também vem, marca consulta para o neném. Marca prá mim. Mas poderia vim mai vezes, acompanhar.

De 6 em 6 meses eu levo todos para *pesar no posto*. Só os pequenos e eu, que smos os principais do bolsa família.

Os meus dois filhos pequenos têm *plano de saúde*. O meu marido paga pelo meu pequeno e o pai do outro, paga para o outro. É o HAPVIDA. Paga o plano de saúde, paga *a pensão*, paga as coisinhas dele. Por isso é burrice a mulher ter filho só com um homem só. O pai vem e pega ele de 15 em 15 dias, leve prá passar férias...

**Entrevistada 6** (nome fictício: **Fabiana**)

38 anos, cor amarela. Ensino médio incompleto. Católica. Vende lingerie e bijuterias.

Tem dois **UPAS (Unidade de Pronto Atendimento)** pra gente ir, do Henrique Jorge [creio que ela está se referindo ao *UPA do Autran Nunes*] e do ***Conjunto Ceará***. Eu prefiro a UPA do Henrique Jorge pois o atendimento é muito mais rápido do que do Conjunto Ceará.

Meus filhos ou outros daqui de casa nós vamos para o UPA quando alguém fica doente. O serviço não é muito bom, não. É bem melhor para criança do que para adultos.

Fui bem atendida no UPA. Eles me deram uma receita e fui pegar no posto os remédios, mas não tinha, pois, não fazia parte dos remédios do posto. Era um remédio muito caro. Comprei na farmácia. Foi um remédio para o estomago e outro para infecção urinária. Era um remédio muito caro aí eu tive que comprar. Foi mais de 100 reais. Isso pesa no orçamento pois a gente vai tirando de uma coisa pra fazer outra.

Para ter meus filhos foi na ***Posto de Saúde Nossa senhora de Fátima, no conjunto Ceará.*** Em todo os dois eu fui bem atendida.

Agora em estou pagando um tratamento de saúde pois eu não consegui vaga no posto.

**Entrevistada 7** (nome fictício: G**abriela**)

42 anos. Cor branca. Ensino fundamental incompleto. Evangélica. Empregada doméstica.

Quando alguém da família está doente ela recorre ao ***Posto Galba***. "*Às vezes não é bom, não. Não tem médico, as vezes marcam a consulta e o médico não aparece. Em termos de remédio quanto tem, dão, mas quando não tem, a gente tem que comprar. O posto somente é para consulta"*.

"*Às vezes a gente vai para o* ***UPA***".

Ela passou dois meses internada primeiro, na *Santa Casa*, foi melhorzinho, e depois, no ***Hospital Geral*** que foi mais "complicado".

"*Às vezes, a cada seis meses, passa uma agente de saúde visitando as residências. Ela vem olhar, como eu tomo remédio de pressão, essas coisas. Também olhar se estou recebendo os remédios*".

Também como ela recebe o bolsa família a gente tem que ir no posto de seis em seis meses.

**Entrevistada 8** (nome fictício: **Helena**)

51 anos. Cor parda. Terminou o ensino fundamental (EJA). Católica. Microempresária.

----------[Nada registrou-se sobre o assunto serviços de saúde e família} ----------

**Entrevistada 9** (nome fictício: **Inácia**)

46 anos, cor morena. Ensino fundamental incompleto. Católica. Dona de casa. Tem depressão.

Seu esposo curou-se de hanseníase, mas ainda tem outra doença, que são as sequelas. Ele faz tratamento no

***Centro de referência nacional em dermatológico sanitária Dona Libânia (CDERM)*** que pertence ao governo do Estado do Ceará. Todos são vacinados em casa. Recebia um benefício do INSS, mas foi cortado. Ele não pode trabalhar com problema nas pernas, problema nos nervos das pernas que o dificulta andar, mas não está podendo operar, mas segue trabalhando mesmo que não podendo.

Sua filha mais velha sofreu de depressão. Segundo a entrevistada foi por causa que o namorado a deixou. Abandonou a faculdade.

A entrevistada sofre também de problemas de saúde: eu tenho depressão, síndrome do pânico, ansiedade. Eu sou atendida por um psiquiatra. Ela disse quando teve as filhas teve dois partos complicado. Teve dois pré-eclâmpsia. E já tive também uma trombose

Ela diz que não tem lazer, e nem tem condições de tratar dos dentes.

Perto de minha casa há o ***Posto de saúde [Ronaldo de Albuquerque Ribeiro]*** e o ***UPA do Conjunto Ceará***. O posto, apesar dos pesares é bom. Ele é referência, segundo elas, na campanha de arrecadação do leite materno para doação para mães que não podem amamentar.

**Entrevistada 10** (nome fictício: **juliana**)

42 anos. Cor parda. Ensino fundamental incompleto (EJA). Dona de casa. Tem depressão.

Aqui, onde moro, não há esgoto. As pessoas dizem que não querem esgoto porque pagam conforme a água. Mas eu gostaria sim de ter esgoto.

A entrevistada toma remédios controlado prá cabeça, sente depressão, tem pressão alta.

Desde madrugada eu estou acordada para ir para o posto. Não tem mais demanda. Tem que acordar cedo. Eu acordei 4:40 para ir para o ***Posto Galba*** para pegar ficha. Para ser a primeira. Isso é para marcar o atendimento para o mês de abril. Para tirar receita. Como ele tomo remédio e preciso. Demora. Eu acho isso um absurdo. Uma falta de respeito. Tem gente que ainda chega lá e quer passar na frente. Saíram um bocado de médico agora chegou outros.

Eu me trato no ***CAPs do bom Jardim*** [Centro de atenção psicossocial do Bom Jardim. Tipo II: acolhe e atende pessoas com sofrimentos psíquicos]. Eu gosto de lá. Fui encaminhada pelo Dr., um Cubano, no Posto Galba, quando eles trabalhavam aqui. Agora foram simbora. Foi uma pena era muito bom. Nos tratavam muito bem, como gente.

Eu quando sofri da vesícula e precisei operar. Eu não tinha condições. Se não fosse umas pessoas conhecidas, eu tinha morrido. Eu dei graças a Deus por essas pessoas ajeitar essa cirurgia. Elas trabalhavam para o vereador. E ela já chegou para mim para dizer se alguém da minha família precisar ela está aí (...)

**Entrevistada 11** (nome fictício: **Liduína**)

45 anos, cor parda. Ensino fundamental incompleto. Evangélica. Ajudante de cozinha.

Os postos de saúde, é uma coisa boa que existe no Ganibáu, a gente agenda e, quando no dia certo se a gente for, a gente é atendido. Ela frequente o Galba. Segundo ela quando ela vai lá é bem atendida por todos.

O filho ainda não foi ainda, precisa marcar uma consulta para ele. Para ver como está. Segundo ela o filho teve **Hanseníase**, mas graças a Deus se curou. Ele foi tratado num posto especializado: ***Centro de referência nacional em dermatológico sanitária Dona Libânia (CDERM)*** que pertence ao governo do Estado do Ceará, fica no centro.

**Entrevistada 12** (nome fictício: **Mariângela**)

39 anos. Cor branca. Superior incompleto. Católica. Dona de casa. Já trabalhou como auxiliar administrativo.

A menorzinha tem plano de saúde. Todos tinham, mas a questão financeira fez que a gente dessa prioridade. A menor tem devido aos problemazinhos que exigem (refluxo) mais cuidado.

Os outros nós levamos para a Upa do conjunto Ceará. As vezes que eu os levei para a Upa do Genibáu eu não achei bom o atendimento. A Upa de lá é muito mais organizada do que a daqui. Em tudo, inclusive na higiene. Sempre fomos bem atendidos.

ANEXO E - Quadro de referência 6: moradia

| **Morar no Parque Genibaú; a repercussão do contexto social na configuração dos indivíduos e famílias beneficiados do Programa Bolsa Família.** |
|---|
| **Entrevistada 1** (nome fictício: **Ana**)<br>52 anos, cor parda, **Engélica não praticante**. Analfabeta. Doméstica e diarista. |
| "*O [Parque] Genibaú é muito perigoso. Muita morte. Um foi levado para matar pois, aqui, não pode roubar. Roubar na área é proibido*".<br>Ela se sente, apavorada. Causa preocupação. *Não há segurança*: muito tiro e morte.<br>*Todos* do bairro reagem *calados*. *Não pode falar*. Todos querem *mais segurança*.<br>A polícia deveria resolver, mas não resolve. Aparece aqui, passa direto. Tem ronda e o Raio. Quando chega já tem acontecido.<br>As pessoas de fora ver o bairro como muito violento. Até os urber não querer entrar nem aqui<br>*O trem*, perto de casa, foi uma coisa boa no bairro. *Os ônibus* são outra coisa boa: Genibáu, centro; o ônibus lagoa. Pode pegar na esquina. "falta dinheiro, né. É muito difícil irmos para outros lugares. Ficamos aqui mesmo".<br>De instituição que ajuda no bairro só conhece o CRAS. Ajuda no bolsa família. Ter acesso à "minha casa, minha vida". Ela quer uma casa. Ela desconhece algum serviço ou programa direcionado da prefeitura aos moradores.<br>Não participa de nenhum grupo no bairro. Não tem tempo. |
| **Entrevistada 2** (nome fictício: **Elizabete**)<br>48 anos, cor parda, evangélica, não praticante. Ensio fundamental incompleto. Diarista. |
| Ela gosta de morar no Genibau, mas não sabe dizer por quê. Acostumou-se morar aqui.<br>O povo de fora tem receio de vir prá cá. Dizem que é perigoso. Mas tem lugar que é mais perigoso do que aqui no Genibaú. Eu acho que o Genibaú está mais calmo.<br>Esse negócio de morte causa muitas aflições. Esse negócio de facção. Diz a filha: "de arrancar a cabeça". Recente, mataram dois. Outro iam matar, mas a polícia interferiu. Mas depois, mataram o rapaz.<br>Eu moro de medo. Quando sua filha vai dormir na casa das amigas, fico preocupada. Do jeito que está o mundo. A filha diz "mãe, eu não devo nada a ninguém". Para gente ruim, diz entrevistada, não precisa dever nada, só prá ver o sofrimento da família.<br>Todos temem as facções. Nada podemos fazer. Ficar preso dentro de casa. Os vagabundos estão livres na rua, soltos, os cidadãos estão presos na sua própria casas, com medo.<br>Não tem como resolver esse problema, pois até a polícia tem medo de confrontar-se com eles. Eles não têm mais medo da polícia, antes temiam. Todos comentam sobre isso.<br>A polícia passa constantemente. Só passam, com carros e motos. Mas não fazem nada. Às vezes, quando tem alguma suspeita, fazem busca por armas.<br>Não participa também de nenhum grupo no bairro com atividades sociais, políticas. Ela lembrou que algumas terças feiras a universal vêm a faz uma oração campal. Nesses momentos ora a Deus pela família, pedido proteção a casa da gente. Uma vez quando não tinha nada para comer, não tinha nada, a minha filha doente, - nesse momento eu morava no bairro São Miguel, eles deram uma cesta básica.<br>Já no Genibaú, quando passei a receber o **bolsa família,** a vida melhorou 100% através do CRAS.<br>No bairro a Prefeitura faz coleta de lixo. Há também água encanada e Luz a disposição. |
| **Entrevistada 3** (nome fictício: C**arla**) |

57 anos, cor parda, **Católica praticante. Ensino Médio completo (EJA)** ***Trabalha para facções de roupas.***

Eu moro no Genibáu, mas nem conheço o Genibáu. A única parte do Genibáu que conheço é esse pedacinho aqui. Já foi bem melhor claro, bem mais calmo. Hoje já tem muita violência. Essa rua era uma rua tranquila e calma, mas agora não é mais. Assalto. 5 horas da manhã tem gente roubando aqui. Tomando celular das meninas que trabalham na Guararapes que saem para trabalhar. É difícil não ter. Tiroteio e morte é muito difícil. É mais pelos lados do calçadão.

Para resolver esses problemas já se fez abaixo assinado, fez tudo no mundo. Os padres já fizerem. Eu não sei qual é o problema não que não se resolve. A viatura passa direto e de vez em quanto o raio faz batida. Eu acho bom. Mas as coisas não se resolvem.

Eu não sei dos problemas do Genibáu. Mas sei de um problema nesta rua que de vez em quando me zango. Da Fernandes Távora até a padaria não tem esgoto. Receberam o dinheiro do Esgoto e não fizeram. Eu sei, pois, a Cagece cobrou esgoto meu e eu fui lá dizer que não tinha. Eles disseram que no mapa tinha. O fiscal veio aqui e constatou que não tem. Água encanada tem. Fossa tenho na minha casa, no quintal.

Lazer, não tem espaço de lazer no Genibáu. Não tem. Fizeram essa areninha aí. Ficou melhor para o povo de lá. Não gosto de andar por lá. Essa pracinha, perto do Posto Galba, de vez em quando reforma, mas tem mais drogueiro que menino brincando. Faz até medo.

Daqui eu conheço tudo e não conheço nada, pois eu não saio de casa. Só saio de casa a negócio. Vou para o CSU fazer minha hidroginástica. Depois cuido das minhas obrigações, minha casa, minhas costuras, que eu trabalho também.

A minha neta não sai de casa. Só no quarto dela. E quando ela quer ir ela vai para a tia dela, dia de sexta e dia de sábado, para as pistaria no conjunto Ceará.

No bairro há recolhimento de lixo. Três dias na semana.

**Entrevistada 4** (nome fictício: **Daniela**)

68 anos, cor amarela. ***Ensino fundamental incompleto (EJA)***. Católica praticante. Dona de casa.

Eu gosto de morar no Genibaú, onde eu morava não gostava não. Apesar que aqui mataram minha filha há 16 anos (atrás). Mataram de bala. Foi o ex-marido dele que matou. Matou por ciúmes.

Estou no Genibáu a 32 anos.

O principal problema do Genibaú, somente é *essa droga*. Bem pertinho de casa tem uma boca de fumo. Uma boca de droga. Agora um bisneto meu, usuário de droga, ...ele pegou uma televisão que a mãe comprou por mil e tanto e colocou na boca de fumo, para comprar drogas, por 150 reais. (...) .... depois foram pegar a televisão, e eles disseram, que agora era 250 reais. Mas o [meu neto; que recebe o bolsa familia] não é envolvido, não.

Esse problema resolveria se a política se desfaçasse para desbancar essas barracas que vendem drogas. Só descobre se viesse à paisana. Mas não acontece. Passa direto.

Aqui não se pode falar nada, dizer nada.

A E4 frequenta o ***CSU (Centro Social Urbano do Conjunto Ceará)***, "local para natação, pois é de graça. Recebe verdura". O CSU "é da prefeitura", disse ela. Antes "pagava uma academia num colégio particular.... Minhas colegas saíram de lá e também eu fui prá lá. O professor é muito maravilhoso. Tem curso de computação. Eu quero fazer o curso, mas só é em janeiro as inscrições. É de dois meses". Agora frequenta esse espaço público. Não me pareceu que tenha dificuldades para pagar a academia. Mudou-se por causa das amigas.

**Entrevistada 5** (nome fictício: **Eveline**)

36 anos. Cor preta. **Ensino Médio completo/Pró-jovem**. Sem religião.

Vende joias e "loja" de som para carros.

Gosto! Ninguém mexendo comigo, está bom demais. Eu gosto de morar aqui. Não tem perturbação. Faço festa aqui. Tranco o portão. Quem quiser que mora lá fora, não tenho nada a ver com isso.

Os outros acham que aqui é perigoso. Que mata gente. Que realmente, aqui não há só um Genibáu. Tem o um, dois e o três. O um e o três é mais perigo que o dois; é o que matam. *Do parque albano pra lá. Também o são*

*Miguel onde está a Feira do dez é perigoso.* Aqui é o dois. Aqui já não pode roubar. Se roubar perde a mão. E tanto que aqui você não ver roubo, você não vê nada. Se você quiser resolver um problema, não chama a polícia, chama os caras, eles resolvem. Se eles verem que o cara é bonequeiro eles expulsam do bairro. Não pode entrar polícia prá cá. A polícia vem, mas ninguém diz nada a polícia.

Já mora no Genibáu a mais de 20 anos.

O principal problema do Genibáu é a falta de saneamento básico. Coisa que não tem. Aqui era cheio de rato. Minha parte (em frente à casa dela) eu fechei, não aparece mais, mas prá lá, muito rato. Aqui (fala do riacho cheio de lixo que passa ao lado de sua casa) não era prá gente está forrando não. Era a prefeitura. Ela já veio aqui, só faz medir. Medir eu também faço. Só pegar um trema. Tudo o que cai, vem das casas lá de cima, cai nesse canal. Quando chove aqui esse canal, ele enche e entope.

Nem de bom, nem de ruim. As vezes tem uma festa na pracinha, dos crentes. Quando o irmão, esse daí, faz alguma coisa.

Não participa de nenhuma atividade no bairro. Não tem tempo. Só no meu trabalho mesmo.

**Entrevistada 6** (nome fictício: **Fabiana**)

38 anos, cor amarela. Ensino médio incompleto. Católica. Vende lingerie e bijuterias.

Mesmo morando a bastante tempo no bairro...se eu lhe disser que não conheço muito o bairro Genibáu, pois eu sou uma pessoa trancada, não sou de sair. Só saio se precisar. Aqui do lado foi alugado a pouco tempo, não conheço a vizinha. Do outro lado, é bom dia, boa noite. Os dois vizinhos que a gente conversa uma vez perdida na vida são dois que moram ali.

Se você ver todas as ruas são asfaltadas, menos aqui. Dizem que essa rua nunca foi asfaltada porque o dono do center box derruba a liminar que sempre tem. Pois é do seu interesse que a avenida principal seja lá, que passe em frente ao center box. O plano que tinha é que os carros passariam lá e voltaria por aqui. Mas não foi pra frente. A prefeitura já tentou resolver mais o Geraldo, do center box, derruba a liminar. Mas essa rua é a rua mais calma que tem. Dificilmente tem assalto.

A prefeitura oferece recolhimento de lixo. Há esgoto também.

**Entrevistada 7** (nome fictício: G**abriela**)

42 anos. Cor branca. Ensino fundamental incompleto. Evangélica. Empregada doméstica.

Eu gosto de morar no Genibáu. É onde a gente mora. Graças a Deus aqui...tem violência por todo canto, mas aqui eu gosto. As vezes a mãe reclama, diz a filha menor, "não tem uma bodega que preste, uma padaria que preste".

A violência que tem muito, as pessoas que matem as pessoas; drogas que vendem. Agente mora perto de favela, aqui, tem outra ali. O filho diz, "aqui é uma favela". Mas a mãe responde; "Pra dentro é mais favela" [querendo fazer uma distinção entre o lugar onde vive e os outros lugares do bairro]. Segundo ela não há saneamento básico, mas logo disse que há esgoto e recolhimento regular de lixo: segundo quarta e sexta.

**Entrevistada 8** (nome fictício: **Helena**)

51 anos. Cor parda. Terminou o ensino fundamental (EJA). Católica. Microempresária.

Eu já moro no Genibáu a 29 anos. Antes tinha muitos assaltos, mas agora melhorou. Mas hoje, crime, assalto está em todo canto. Quem anda tranquilo, na sua, sem envolvimento com essas coisas, vive bem aqui.

Essa violência vem tomando de conta. Se Deus arranjasse o meio de acabar com isso, o Genibaú seria o melhor local prá se morar.

A polícia passa aqui, é bem visitado. Só resolve o problema da violência aqui se fosse um comandante bom que botasse lei. Eu falo no Genibaú porque eu moro nele, mas é em todo conto.

Eu não sou a favor da pena de morte. Falar em morte, já tirando a vida de alguém, mas pra ter uma lei, não isso. Eu sou a favor da diminuição da idade penal para adolescentes. Esses adolescentes acham que prá eles, não existe lei. O grande não se mete e manda esses de menor fazer tudo de ruim. Porque não tem lei pra eles. Eles ponde fazer o que querem.

Todo mundo reage tomando cuidado, tendo medo. Porque os filhos da gente quando saem, tendo um tiroteio, a gente fica preocupada. Acho que é muito ruim para gente que está esperando um filho que tá na rua prá chegar em casa.

- O bairro é bom prá trabalhar. O que tem de bom, são muitas famílias boas. Onde tem famílias tem coisas boas. Um bairro bom, bem movimentado, é bom para o comercio. Essa área da avenida Genibaú é bom prá o comércio. Eu acho melhor que o conjunto Ceará.

**Entrevistada 9** (nome fictício: **Inácia**)

46 anos, cor morena. Ensino fundamental incompleto. Católica. Dona de casa. Tem depressão.

Ela já se acostumou morar no Genibaú, já são 30 anos. Segundo ela, agora está calmo. Mas tinha muitas mortes. Mas tem os que mandam lá dentro. São jovens. Quando há problemas na região são eles que resolve.

Tem o CRAS em frente. Tem o posto, tem a igreja pertinho. O Upa também é pertinho. Só as escolas das filhas que não longe. Mas vão de vã. Elas dizem que o posto é muito bom.

**Entrevistada 10** (nome fictício: **juliana**)

42 anos. Cor parda. Ensino fundamental incompleto (EJA). Dona de casa. Tem depressão.

Eu moro aqui no Genibáu a quase 17 anos.

Eu queria vender a casa desde o acontecimento do assassinato. Eu precisei sair com minha família por 7 meses fora pra casa de minha mãe. Hoje eu não durmo mais direito, eu tenho depressão. Eu fui ameaçada. A mãe do morto mora perto daqui. Quando eu passo ela fica apontando. A gente não quer o que aconteceu. Agente morava perto, mas sem relacionamento de vizinhos; engraçado uma convivência bem perto de casa e a gente não sabia, só depois que a agente ficou sabendo da parte de lá que o que morreu não era boa pessoa. Aí aconteceu o que aconteceu. O motivo da morte foi negócio de ciúme. Acontece que faltou ele se controlar, precisava se controlar nessas coisas. Se não acontece e perde a cabeça.

- Na verdade eu queria morar mais perto de minha mãe. eu tenho vontade. Ou, ir para o interior. Por causa desses acontecimentos. Não me sinto bem aqui.

- O Genibáu é falado por ter matanças. Mas eu não tenho o que falar. Mas o acontecimento foi coisa que me chocou. Eu já moro aqui a muito tempo. Eu estou desgostada do lugar. Mas eu não tenho para onde eu ir. Só passando um carro eu já tenho medo. Medo de que alguém faça alguma coisa comigo e minha familiar.

- Aqui no Genibaú já teve alguma coisa boa. A vila do conjunto Ceará. Tinha muitas atividades. Tinha piscina. Tinha coisas para os adolescentes. Eu fazia atividade na vila. Fazia ginastica. Não tem mais essas coisas. Ficam dizendo que vão ajeitar, mas só tem gente consumindo drogas. Eu vejo tudo como fazendo parte. Pois aqui mesmo sendo o Genibaú a luz diz que é Conjunto Ceará. Depois do trilho é outro município Caucaia. Parque Albano. Tem o ***CITS [Centro de Inclusão Tecnológica e Social)*** onde eu fiz curso de informática lá. Eu tinha vontade de fazer corte e costura. Eu acho que vou lá de novo ver o que tem de curso ou ginástica. Mas aqui no Genibáu não há nada para os jovens, seria tão bom, nem para os adultos e idosos. Nosso bairro não há nada disso. Precisa ter. Seria por causa da ser violento

- Aqui e acola eu fazia com outras (incluindo minha irmã) um bazar na feira do Genibáu para ganhar um dinheirinho. Agente apura 20 reais, 30 reais. Isso já serve muito para ajudar nas despesas de casa. Era uma coisa que me prendia, mas eu tinha vergonha. Mas foi indo, foi indo e eu passei a gostar. Nunca mais eu fui, mas vou retomar.

**Entrevistada 11** (nome fictício: **Liduína**)

45 anos, cor parda. Ensino fundamental incompleto. Evangélica. Ajudante de cozinha.

Não gosto muito de morar aqui no bairro, mas fazer o que, não posso pagar aluguel. Você sabe né... (ela está se referindo a situação do ex-marido com a outra)

O principal problema no Genibaú é a violência. O tráfico, né.

Quase não sai de casa. Só saio para a Igreja.

**Entrevistada 12** (nome fictício: **Mariângela**)

| 39 anos. Cor branca. Superior incompleto. Católica. Dona de casa. Já trabalhou como auxiliar administrativo. |
| --- |
| Assim que eu cheguei para morar no Genibáu nós morávamos na Campo Verdes. Eu gostava mais de morar lá. Aqui eu já não gosto muito. O ambiente é muito pesado. Ultimamente teve essas questões de drogas, essas coisas. Gente que morava aqui e era traficante mesmo. Eu não queria criar minhas duas filhas aqui não. Eu tenho interesse de vender aqui e mudar para outro canto.<br><br>O [meu filho, fulano] nasceu noutra rua (Campo Verde), ele veio para cá com uma mentalidade já formada e eu sei que ele é um menino que não vai envolver-se com essas coisas. Mas as meninas são muito pequenas. A minha vontade e de meu esposo é de não ficarmos aqui por muito tempo. As condições financeiras for melhorando a tendência a nos mudarmos.<br><br>A principal preocupação no bairro são as drogas.<br><br>Eu acho que as pessoas daqui já estão se acostumando com esse problema das drogas. Não é como eu que sinto medo disso. Um cuidado atento. |

ANEXO F - Quadro de referência 7: sonhos pessoais e profissionais

| **Sonhos, pessoais e profissionais** |
|---|
| **Entrevistada 1** (nome fictício: **Ana**)<br>52 anos, cor parda, **evangélica não praticante**. Analfabeta. Doméstica e diarista. |
| Ter uma casa própria: "inscreveu-se através do CRAS na "*minha casa, minha vida*".<br>Que o valor do bolsa família aumentasse; |
| **Entrevistada 2** (nome fictício: **Elizabete**)<br>48 anos, cor parda, evangélica, não praticante. Ensio fundamental incompleto. Diarista. |
| Eu tenho tantos sonhos: ter uma casa própria;<br>minhas filhas terem uma vida boa, que eu não tive. Gostaria de dar a elas (suas filhas) o melhor, mas é complicado. Eu não tenho ajuda de ninguém. Só eu e Deus.<br>Gostaria de ter mais dinheiro para ter o que mais está faltando, ter mais conforto, como por exemplo. Comprar uma geladeira e um liquidificador. (obs.: o fogão dela só tem 2 bocas; a energia usa da vizinha.)<br>Eu gostaria de ganhar na loteria para melhorar a vida da familia: comprar uma casa para mim e outras casas para as minhas filhas. Eu poderia morrer sossegada, tranquila. |
| **Entrevistada 3** (nome fictício: C**arla**)<br>57 anos, cor parda, **Católica praticante. Ensino Médio completo (EJA)** ***Trabalha para facções de roupas.*** |
| Quando meu marido se aposentar a gente está pensando em morar no interior. Já estamos construindo, aos poucos nossa casa, lá. |
| **Entrevistada 4** (nome fictício: **Daniela**)<br>68 anos, cor amarela. ***Ensino fundamental incompleto (EJA)***. Católica praticante. Dona de casa. |
| ---------- ------- |
| **Entrevistada 5** (nome fictício: **Eveline**)<br>36 anos. Cor preta. **Ensino Médio completo/Pró-jovem**. Sem religião. Vende joias e "loja" de som para carros. |
| Fazer uma casa no andar de cima. Ajeitar a minha casa está bom demais.<br>Dar o melhor para os filhos. Uma coisa melhor, cada um ter seu cantinho para dormir. O resto a gente consegue. |
| **Entrevistada 6** (nome fictício: **Fabiana**)<br>38 anos, cor amarela. Ensino médio incompleto. Católica. Vende lingerie e bijuterias. |
| Eu vendo lingerie, bijuterias, [para completar a renda de casa]. Eu gostaria de me tornar uma empresária". "Se der certo, deu, se não dar certo, não deu".<br>A minha casa foi uma conquista, também pra reformar e, ainda, estamos arrumando aos poucos. Antes, morávamos em outra casa com dois cômodos [foi nesse período que a família recebeu uma visita do Programa bolsa família e passaram a receber a bolsa em dinheiro] |
| **Entrevistada 7** (nome fictício: G**abriela**) |

| |
|---|
| 42 anos. Cor branca. Ensino fundamental incompleto. Evangélica. Empregada doméstica. |
| Eu gostaria de reformar minha casa. Estamos reformando aos poucos. |
| **Entrevistada 8** (nome fictício: **Helena**)<br>51 anos. Cor parda. Terminou o ensino fundamental (EJA). Católica. Microempresária. |
| Como projeto eu quero melhorar minha lojinha. Nós temos isso, mas é com dificuldades. Eu quero ser acompanhada pelo **SEBRAE** [Serviço brasileiro de apoio às pequenas e médias empresas]. Eu e minha filha somos registrados com microempreendedores. |
| **Entrevistada 9** (nome fictício: **Inácia**)<br>46 anos, cor morena. Ensino fundamental incompleto. Católica. Dona de casa. Tem depressão. |
| Meu sonho é ter uma casa própria, mas não tenho condições de comprar. Nesse sentido a prioridade é concertar a casa e colocar um piso, colocar uma janela e a porta do banheiro. Ajeitar as goteiras. Por não ter piso qualquer movimento faz muito barulho e, embaixo o pessoal reclama. |
| **Entrevistada 10** (nome fictício: **juliana**)<br>42 anos. Cor parda. Ensino fundamental incompleto (EJA). Dona de casa. Tem depressão. |
| Eu meu sonho é ter uma carteira assinada, pois nunca foi assinada e terminar os estudos<br>Rebocar a minha casa. Passar um cimento. Dar um jeito nela. Quando chegamos aqui, era um quartiho. Fomos ajeitando aos poucos |
| **Entrevistada 11** (nome fictício: **Liduína**)<br>45 anos, cor parda. Ensino fundamental incompleto. Evangélica. Ajudante de cozinha. |
| Eu queria um trabalho que pagasse um salário mínimo para reformar minha casa. Forrar a minha cozinha e meu banheiro. Está sem forro, quando chove, molha tudo. |
| **Entrevistada 12** (nome fictício: **Mariângela**)<br>39 anos. Cor branca. Superior incompleto. Católica. Dona de casa. Já trabalhou como auxiliar administrativo. |
| Resolver os problemas financeiros da família.<br>Ter uma casa arrumada e geladeira e armário cheio de alimentos.<br>Fazer um lazer no final de semana com a minha família. |

ANEXO G - Quadro de referência 8: o Bolsa Família

| **O Bolsa Família e os impactos nas famílias que moram no bairro Parque Genibáu.** |
|---|
| **Entrevistada 1** (nome fictício: **Ana**)<br>52 anos, cor parda, **evangélica não praticante**. Analfabeta. Doméstica e diarista. |
| No CRAS a assistência social a encaminhou para o Programa Bolsa Família.<br>Ela é a inscrita no Cadastro Único, como responsável, para receber a bolsa em dinheiro para a família. O valor da Bolsa Família é de R$ 130,00 reais.<br>Ela queria fazer um bolsa família só para ela. O que ela tem é só para a neta.<br>O Programa Bolsa Família deveria beneficiar mais aquelas pessoas mais carentes. Tem gente que recebe, mas não tem carência. Muitas crianças precisam, muitas mães precisam, onde outros tem carro, moto, casa, tem tudo, e recebem. Acho isso errado.<br>Não conhece alguém que deixou o programa porque este tenha melhorado a situação. Aqui são pessoas muito carente. O sonho dela é que o bolsa família aumentasse.<br>Os recursos do bolsa família é muito pouco para quatro pessoas.<br>Compramos coisa para a menina (sua neta); frauda; o leite, mas a avó completa comprando leite.<br>O bolsa família é uma ajuda muito grande. A minha vida melhorou com o recebimento deste dinheiro. Ela não recebia nada: é pouco mas ajuda, serve para muita coisa; faz diferença para pelo menos comprar o pão. Muita gente as vezes não tem dinheiro para comprar pão.<br>Muitos no Genibáu vivem melhor que ela, pois tem casa, trabalho. O que ela tem é o bolsa família.<br>Muitos donos do comercio no bairro confia vender fiado, por saber quem recebe o bolsa família. comprar no caderninho. Mas o comerciante confiando no recebimento do bolsa família. compramos só num lugar só.<br>Diz ela que nunca a chamaram para fazer nenhuma avaliação, ou dar sugestão para a melhoria do programa bolsa Família. Deveria ter mais visitas para ouvi. Acompanhar e orientar mais as famílias precisa saber da vida que leva a família.<br>Ela não sabe por que foi criado o bolsa família. |
| **Entrevistada 2** (nome fictício: **Elizabete**)<br>48 anos, cor parda, evangélica, não praticante. Ensio fundamental incompleto. Diarista. |
| A E2 conta que ficou sabendo do bolsa família quando falaram a ela do CRAS. “Eu fui, procurei e me inscrevi no Cadastro Único. Até hoje eu estou no programa.<br>Uma vez, o bolsa família foi bloqueado, pois não foi fazer o recadastramento, mas foi ao CRAS recadastrar e voltou a receber o dinheiro.<br>A E2 diz que quando sua filha estudava recebia o bolsa família. Quando parou de estudar, foi cortado; depois colocou os dois netos como dependentes no Cadastro Único e passou a receber a bolsa no valor de R$ 110,00 reais.<br>Ela tem o bolsa família a mais de 4 anos com o dinheiro compra o gás e alimento.<br>“Antes eu passava muitas dificuldades para viver. Quando vim morar no Genibaú, passei a receber o bolsa família, a vida melhorou 100%”. “é uma ajuda boa como complemento de renda e ajuda familiar, o bolsa família”.<br>O benefício pago em dinheiro facilita muito, recebe na lotérica.<br>Mas poderia aumentar mais o “acesso” de pessoas que realmente necessitam do programa bolsa família. Tem gente que não precisam e recebem e uns que precisam e não consegue. Eu tiro por mim, eu preciso do bolsa família. Mas tem gente com aposentadoria, com carteira assinada, não pode. Eu acho isso errado. |

O valor do bolsa família está bom.

Quem não concordam com a existência do bolsa família eu digo que eles são uns imbecis. Pois isso é uma ajuda pós pobres, pós carentes. Tem muita gente que tem raiva do programa bolsa família, pois acham que o dinheiro é fácil. Fácil por quê? Se está beneficiando um bocado de crianças, que tem muito criança com fome, que tem dia que não tem nem o que comer. É Verdade que tem pais e mãe, mas cadê o trabalho. O trabalho está difícil. O bolsa família já é uma ajuda. É isso

O mais importante é atender os que precisam. O bolsa família ajuda a diminuir a pobreza, pois serve para comprar uma roupa, um chinelo, comprar a matéria da escola.

Sobre as condicionalidades, eles pedem para as crianças não faltarem pois se faltar vai constar e pode ser cortado. Ter cuidado. Ir ao posto registrar o peso. Para E2 deve ser cobrado das famílias essas exigências do governo, pois muitas mães que nem ligam com os filhos.

Segundo a E2 ela nunca foi chamada a participar de nenhuma reunião de avaliação do programa e dar alguma contribuição. Ela diz que seria importante os beneficiários participar de alguma forma, dando opinião e contribuir para a melhoria do programa, pois o bolsa família não é para beneficiar a gente? Eles deveriam "participar" mais com a agente, não só quando fazer algum cadastro. Uma das coisas que ela nota e sugeriria ao programa é incluir os mais pobres, os mais necessitados no programa, pois ela ver muito pobreza no Genibaú. Se ela fosse convidada ele participaria com certeza.

A entrevistada diz que foi o Lula que criou o bolsa família. O povo critica o Lula mas eu não tenho nada a dizer dele, pois ele ajudou um bocado de família carentes. O Lula pensou nos pobres. eles via que tinha muitas famílias carentes [a filha também respondeu: que o Lula pensou nos pobres}. Ele quis ajudar pois o Lula já foi muito humilde. Ele era pobre, como nós.

**Entrevistada 3** (nome fictício: C**arla**)

57 anos, cor parda, **Católica praticante. Ensino Médio completo (EJA).** ***Trabalha para facções de roupas.***

Quem inscreveu no Programa Bolsa Família a minha neta foi sua mãe. Ela a inscreveu no CRAS Genibaú. Ela quem usufrui do dinheiro. Quem mantém realmente a minha neta é meu filho, seu pai, e eu ajudo a criar. Não sabe o valor recebido pelo bolsa família.

Quem não tem o que fazer, sabe de tudo sobre a ajuda do governo. Por isso ela [mãe de sua neta] soube do bolsa família.

Ela (sua ex-nora) não trabalha. Em que? Em que? Só vive do dinheiro do governo (rindo). Por isso que eu digo, o povo é morto de preguiça.

Sobre essa pobreza material eu sou bem radical. Eu sei que existe a pobreza material, mas sei que existe *preguiça* demais. Pois as pessoas não querem trabalhar. Tem muita gente que eu conheço que *não querem trabalhar*. Muita gente que *recebe essa ajuda* do governo e tem aquilo alí como *tábua da salvação*. (...) Pois todo mês elas têm aquelas migalhas, aquela esmola que o governo dá. A ajuda do governo os faz preguiçosos. Pois se não tivesse elas se obrigavam a trabalhar. E são pessoas tão boas, tão fortes, tão bonitas que não tem coragem de trabalhar. É louvável a ajuda do governo, mas as pessoas não entendem que essa ajuda é uma ajuda. Você recebe uma ajuda do governo. É prá você fazer o que? Um curso. Uma especialização. Eu entendo se fosse assim. Prá você achar um emprego. Mas não, *as pessoas se acomodam*, que naquele dia X o dinheiro está na ***Caixa*** [Banco] prá pegar. Isso para mim, meu amigo, é cruel. Porque as pessoas não têm coragem de trabalhar. É um povo preguiçoso. (...).

O que eu sei do bolsa família é que é para as pessoas carentes. É um projeto que antigamente era bolsa escola e depois passou a ser o bolsa família. Eu acho que é uma ajuda, mas o que existe é uma tal de "tábua de salvação".

Eu não sei se o valor do bolsa família ajuda. Acho que não é ajuda, não. Muito pouco, o valor recebido. Acho que é uma tábua de salvação. Eu não sei como é que fazem prá sobreviver desse jeito. Mas parecem que *sabem viver de qualquer jeito*.

Eu acho que o programa não deveria nem existir. O que eu sou a favor: que o governo acabe com isso, Não? Acho que isso não era pra nunca ter existido. O que o governo deveria ter feito, emprego pró povo. trabalho, pró povo. Mas não, o que esse governo fez, estou falando da máquina, transformou o país em esmoleu. Porque isso é uma esmola. Transformou o país em esmoleu e surrupiou o dinheiro. (...).

Eu sei que o dia de receber a gente não pode nem se encostar nessa loteria que é muito gente. No entanto aqui

no Genibáu tem uma parte, muita gente que é bem fracassadinho mesmo, mas prá dentro. Bem fracassadinho mesmo, mas eu nem ando dentro dessas ruas. Eu não conheço não. Mas o Genibáu é muito grande mesmo.

A verdade é que o pessoal não quer nem mudar. Não é o governo que não quer mudar. É o povo que não quer mudar. A maior das coisas que acontece a culpa é do povo.

**Entrevistada 4** (nome fictício: **Daniela**)

68 anos, cor amarela. ***Ensino fundamental incompleto (EJA)***. Católica praticante. Dona de casa.

A mãe do [meu neto] foi atrás do bolsa família, no CRAS Genibaú pois não tem emprego e o marido, o que ganha, fazendo produtos de limpeza, não dá para sustentar a sua família. Na verdade, eu ajudo o meu neto. Ele mora comigo. Foi a mãe que escreveu o seu neto no programa bolsa família. O dinheiro é para ele e para ajudar a família. Eu não sei quanto recebem em dinheiro do Programa Bolsa Família.

Ela usa o dinheiro do bolsa família para a manutenção da família: comer, comprar uma roupa, e dar uma pontinha para o filho. Esse dinheiro ajuda a complementar a renda.

A mãe do [do meu neto] trabalha? "Trabalha, nada" [falou com desdém].

As vezes quando o [meu neto] precisa eu ajudo, não com todas coisas. (...) Com o dinheiro que ela (mãe) recebe do bolsa família o ajuda, dá prá ele; ajuda a compra ... o que ele quer. Esse dinheiro é prá ele mesmo. E, ele mesmo cobra: eu que estudo, o dinheiro é meu. Às vezes eu ajudo na compra de uma roupa, um calçado.

**Entrevistada 5** (nome fictício: **Eveline**)

36 anos. Cor preta. **Ensino Médio completo/Pró-jovem**. Sem religião.

Vende joias e "loja" de som para carros.

Só com o NIS gerado na inscrição no Cadastro Único. Com o NIS temos baixa renda, o bolsa família. Se não for através dele ninguém tem.

Eu conheci o CRAS desde o tempo que morava no Picuí, 2001 ou foi em 98. Eu já era do bolsa família a muitos anos. Mais de 10 anos.

Eu recebia o bolsa jovem do meu menino. Ele foi tirado pois ele completou 19 anos. E aí diminuiu o valor. Eu recebia R$ 357, 00 reais. Agora está em R$ 253 reais. É uma ajudinha, mas é uma ajudinha meu humilhada. Tudo que dão, tem que se humilhar demais. Agora não está tanto. Sabe porque, agora todos que chegam lá (no CRAS), são atendimentos logo. Agora que inventaram esse Vaptvupt as pessoas estão indo todos pra lá. Também se pode ir na regional.

Todos os Três filhos recebem o bolsa família no valor de R$ 253, 00 reais.

Eu recebo na caixa. Porque o meu é da poupança fácil da caixa. Eu tenho cartão só prá casa ....

Um dia desse apareceu ... um cara pedindo ajuda para pagar a luz – um cara tão novo -. eu perguntei se ele não tem coragem de trabalhar, só de pedir. (...) As vezes o ser humano não é ajudado pois, lá na frente, ele demostre quem ele é. Às vezes você tem bolsa família, aposentadoria e gosta de estar perturbando, dependente, não vive... (...) não tem coragem de dá nada, isso é uma vida miserável e tem condições de trabalhar.

O bolsa família é uma ajuda, uma renda familiar que deve ser utilizado para alguma coisa: comprar uma roupa para os meninos, uma coisa prá outro. Pagar uma prestação, paga outra.

O dinheiro [do bolsa família] ajuda, melhorou. Mesmo o meu esposo trabalhando, mesmo o meu menino de 19 anos trabalhando ajudando o meu esposo. Praticamente, eu e meu esposo, temos uma loja de acessórios. Só que é uma loja de acessório que você só ganha pra se alimentar, colocar as coisas dentro de casa. (...).

As pessoas devem se orientar, pois o bolsa família não é prá sempre. Um dia vai se acabar. Quem receber que aproveite com alguma coisa. Fazer alguma coisa pra melhorar. No dia 19 eu já vou comprar umas telinhas pra ajeitar aqui. As pessoas tem que se orientar e saber o que está fazendo com seu dinheirinho que recebe da bolsa. Tem muita gente que recebe, 300, 500, 600, tem gente que recebe, mas não sabe o que fazer. Não são controlados, são descontrolados, mesmos. Eu faço muitas coisas com o dinheiro que recebo.

Uso do dinheiro: "eu uso na compra de roupa, calcados, alimentação para os meninos. Eu não gosto nem comigo, não.

O que deve melhorar no bolsa família é a questão do respeito. Parece que ele não tem respeito pelas pessoas.

Há, eu vou cortar fulano. Aí o pessoal endoida. Entrou o Temer e disseram que ele ia tirar o bolsa família.

O aumento que teve, misericórdia, 5 reais, ou 6 reais o aumento. Só Jesus na causa. O que você faz com 243 reais? Me diga. Eu acho que o governo só pensa nele quando ele está com o bolso cheio, está tudo de boa, aí ele dá um coice no povo. é o que todos faz.

Os objetivos do bolsa família: 'É pra tirar o pessoal mais da pobreza. Dessa pobreza que passa fome e necessidades. O bolsa família deveria preparar as famílias para crescerem. E isso precisa orientações as famílias.

Quando a gente quer a gente procura eles [os agentes do CRAS]. Da mesma forma, ele deve nos procurar. Perguntar o que está acontecendo. O que você faz com o bolsa? Porque se tiver esse povo que vai nas casas, tipo uma investigação, dando palestras para as pessoas, o que fazer no período de tempo que recebe o bolsa familia , eles vão saber que precisa e quem não precisa do bolsa. Muita gente recebe o bolsa sem precisão.

Eles nunca pediram opinião de ninguém, nem participar de avaliação nenhuma. Avaliação é quando você tem que aparecer a cada dois anos. É só isso. Mas seja por isso, por ser muita gente que eles têm que acompanhar, não dar tempo. Um dia eles chegam aqui, não sei qual o ano.

Eu nunca fui encaminhada para curso ou formação. Mas um curso de formação deve ser importante que prepare para o mercado de trabalho. Eu também não procuro. Eu só vejo o pessoal se matriculando. Procurar uma coisa pra me matricular e não ir. O que adianta. Nesse tempo pra curso eu estou ajudando o meu marido fazendo alguma merenda. Dando os remédios pra pressão, para o coração. Que ele tem problema. Eu tenho que me preocupar com ele. Pois é ele que me sustenta, não é o bolsa família. o bolsa família é um acrescido de ajuda. Se eu não for atrás de cuidar dele, fica como? Mas se precisa pensar em cursos que ajuda a empregar-se.

**Entrevistada 6** (nome fictício: **Fabiana**)

38 anos, cor amarela. Ensino médio incompleto. Católica. Vende lingerie e bijuterias.

Eu já tinha escutado falar do bolsa família, só depois apareceu esses entrevistadores e passei a conhecer. Quando eu me inscrevi no bolsa família foi umas dessas pessoas que passaram aqui, fazendo uma pesquisa quem estava necessitando mesmo. Eu achava que existia pessoas com mais necessidade do que eu. Fizeram meu cadastro aqui mesmo, respondendo às perguntas. Eu não sei se foram pessoas enviadas da regional ou foi do banco mesmo, da caixa. Eles me inscreveram, messe tempo eu morava numa casa de dois cômodos, não era nem rebocada, depois de dois meses eles me ligaram dizendo que eu tinha sido aprovada. Eu fui receber no banco.

Na regional V eu só vou renovar o cadastro. Achei bem mais prático. (...). Quando eu vou na regional V eu vou fazer o cadastro de dois em dois anos. É muito mais rápido do que no CRAS. Aqui no CRAS eu tenho que marcar, eles agendam. Acordar 5 horas da manhã chegar 12 horas em casa, não dá. Aquela multidão! Demora. No regional, na base de ½ horas eu sou atendida. No CRAS é muito burocrático, na regional é mais rápido. E também a gente é bem atendida. Lá na regional a gente é bem tratado. Ninguém me olha de lado.

Na minha casa moram 4 pessoas: eu, meu marido, e meus [dois filhos]. Os filhos recebem o bolsa família. Bem, eu não incluí o meu marido no bolsa família, pois ele montou uma microempresa de descarregar mercadoria a serviço do center box, mas não deu certo, ele entrou na falência. Mas ele não deu baixa, por isso para não ficar sem o bolsa família eu não o coloquei no bolsa família. se eu colocasse ele, não receberia. Não deu certo, a empresa colocou fora, a contadora não deu baixa porque tinha que pagar um tanto e ele não tinha. E ele está parado.

Os dois filhos recebem o bolsa família no valor de R$ 244, 00.

O que eu faço quando eu recebo? Eu não gosto comigo, assim, eu compro roupa para os meus filhos, compro merenda pra eles, compro perfumes pra eles, que eles gostam de andar cheirosos. Eu compro a prestação e vou pagando quando vou recebendo o bolsa família. É isso que eu faço com o dinheiro. Com o bolsa família melhorou 100% porque eu pago minhas continhas todo tempo, como disse pra você eu compra as coisas para os meus filhos. Compro o que preciso. Sempre ela vem numa boa hora. Ela chega quando eu estou sem dinheiro. Nesse mês eu vou receber já dá prá comprar a roupa deles do final do ano. Eu já vou tirar esse dinheiro já pra compra as roupas deles. Eu sou pobre, olha meu celulazinho, mas eu estou muito satisfeira com ele. Acredita.

O bolsa família ajuda as pessoas que precisam. carentes. Que não tem condições de se sustentar. Eu acho que o bolsa família deveria ser para os mais necessitados. Tem os pobres e os mais necessitados. São esses que deveria receber. Eles viram um meio de ir colaborando com a população. É um bem. tem uns que não precisam. o bolsa família é uma ajuda pra mim. Você sabe que quem vive de venda, tem dia que está bom, tem

dia que não vende. Tai esse homem que eu vendi pra mulher dele, que mais de um ano ela não me paga, mas ele veio hoje, pois eu fui falar com sua esposa. Ela foi discutir comigo.

O bolsa família foi criando pra amenizar a situação dos mais pobres.

Tem exigência pra receber o bolsa família sim, mesmo filhos continuarem no colégio, na escola. A frequência deve estar direitinho. Eu tenho que ir ao posto me pesar de três em três meses. Fazer acompanhamento. Eu vou no Posto Galba. É a única vez que eu frequento esse posto aí. A gente passa a saber com andam os filhos na escola e na saúde.

O que deveria melhorar no bolsa família? Tem muita gente que necessita do bolsa e não recebem. E muita gente que não necessita e recebe muito mais do que é pra receber. Tem uma pessoa que conheço que trabalham, tem filhos de maior, que não mora mais com ele, e mais dois filhos, esses moram com ela, e ela recebe mais de 500 reais. Só usa roupa boa.

Eu nunca fui chamada para participar de nenhuma avaliação sobre o programa bolsa família. Eu acho que eu não fui chamada porque não estão precisando ainda. Eu acho importante eles chamarem pra conversar porque eles saberiam quem realmente precisa e quem não precisa.

Elas são contrárias ao bolsa família porque elas não precisam.

O que eu sei, as famílias só recebem o bolsa família até quando os filhos completam os 20 anos. Depois dos 20 elas não recebem mais

Eu não sei quem criou o bolsa família. mas dizem que foi o Lula.

**Entrevistada 7** (nome fictício: G**abriela**)

42 anos. Cor branca. Ensino fundamental incompleto. Evangélica. Empregada doméstica.

É do posto [de saúde] que eles mandam a gente prá lá [CRAS Genibáu]. Eu soube da existência do bolsa família no posto quando eu engravidei [da minha filha]. Eles mandam a gente ir resolver esse problema do bolsa família. Eu fui lá tentar fazer e consegui. Passei, acho que, quatro meses pra eu receber. Foi assim.

O valor do bolsa família é de R$ 180,00 reais beneficiando 2 filhos. Ela passou 5 meses sem receber o bolsa família; nesse dia ela foi no CRAS resolver e, num dia desses, passou na caixa, passou o cartão e veio. Segundo ela não procurou saber o que aconteceu pois tem que marcar no CRAS, depois voltar e isso é um problema. Não é tudo o que a gente pode fazer, trabalha. (...).

Ela no recadastramento explicou "*por que [a sua filha] estuda na escola particular pois a sua padroa ajuda a pagar a escola. Eu achei que por isso até seria cortado o benefício, mas mão cortaram*". Diz "*o quanto ela gasta em casa e o que faz; disse que trabalha com carteira assinada, mas graças a Deus voltou a pagar o bolsa família*".

O dinheiro do bolsa família eu dou prá eles. Eu compro uma roupa; o que é prá eles mesmo. Mal dá pra compra uma roupa. Eu acho que deve aumentar mais o valor do dinheiro, como também ampliar o programa para mais população. Esse dinheiro é uma ajuda. Mas eu acho que com esse dinheiro é muito pouco, dar prá compra nada, mas completa o dinheiro. Cento e poucos reais...se fosse uma pessoa que não trabalhasse como isso ajudaria a viver?

O que poderia melhor no bolsa família: mais dinheiro, o valor fosse melhor. O seu filho acha muito pouco: se a gente fosse viver com esse dinheiro desse aí...tem gente que tem a vida boa e tem o bolsa família, né. Isso ai estão errado. Tem gente que tem dinheiro, mas recebe o bolsa família

Sobre a opinião sobre o bolsa família: Ela diz que já assistiu palestras sobre o bolsa família, explicando o programa, mas nunca pedirão sua opinião.

Ela diz que quem criou o bolsa família foi o Lula. O bolsa família foi criando segundo ela para ajudar os pobres, melhorar a vida dos pobres.

Eu acho que todo mundo tem sua opinião sobre o programa bolsa família. Tem pessoas que acham que não devem as pessoas receber o bolsa família. há pessoas que ficam incomodadas realmente. Tem gente que não trabalha só pensando na bolsa família. pessoas que acham que tem mais filhos recebem mais. Sou contra não, cada um tem sua opinião diferente.

**Entrevistada 8** (nome fictício: **Helena**)

51 anos. Cor parda. Terminou o ensino fundamental (EJA). Católica. Microempresária.

Nessa época estava passando uma necessidade e estava precisando mesmo do bolsa família e a moça disse que estava se escrevendo e me escrevi no colégio Américo barreira, pois não tinha o CRAS ainda. Isso já está com 15 anos, desde que eu tive o meu filho. Quando eu fui me escrever já tinham pessoas recebendo já a três anos. Quase eu não consigo. Na época era com ficha. Eu tive acesso ao programa bolsa família quando fiz a ficha e esperei ser chamada. Passou bem um ano para poder chegar. Na época a gente tinha que ligar pra saber se estava liberado. Tinha que está no olheirão direito.

Estão no bolsa família, meus dois filhos... Recebo do bolsa família o valor de R$ 170,00 reais.

Eu compro, com o dinheiro que eu recebo, o que eles precisam. Mochila quando eles são pequenos, caderno que ele no momento eles não recebem mais. O que precisar, o que sobra compro calcados. No começo do ano compro uma farda. Esse dinheiro ajuda, ajuda. Eu nunca tive interrupção no recebimento do bolsa família.

O bolsa família exige que os filhos estejam na escola. Já é fácil prá pessoas o bolsa família e, então, é preciso uma certa exigência. Um esforço da pessoa. Tem muita criança que as mães não estão nem aí. Não vai para a escola, não quer ir, não vai. Então essa obrigação prende as mães a cumprir responsabilidades.

Eu nunca fui procurada para participar de reunião e dar sugestão para o programa. Eu nunca fui chamada prá isso. Acho que não fui chamada pois não é só eu, são tantas, muitas mães. Era bom chamar para saber se a gente tem alguma coisa pra reclamar ou a cobrar deles mesmo. eu, por exemplo, sei o que faço com o dinheiro, mas há mães que não sabem usar o dinheiro. Há mães que recebe um monte, 300, 400 reais, por que eles recebem? Eu não vou reclamar, pois tem mães que não reclamam, fica por isso. Eles não chamam prá explicar. No dia que faltar eu vou até eles e eles vão me cobrar alguma coisa. A frequência dos meninos sempre teve, eles cobram.

A gente escuta muitas pessoas que reclama sobre o programa, mas não, existe famílias carentes que precisam. Eu não aconselharia não ter não ter não (o bolsa família).

**Entrevistada 9** (nome fictício: **Inácia**)

46 anos, cor morena. Ensino fundamental incompleto. Católica. Dona de casa. Tem depressão.

Hoje na casa só trabalha o marido como ajudante de transportador de móveis numa transportadora. Ele ganha por serviço prestado. Quando trabalha, ganha. D. Leila é dona de casa e sua família vive com a ajuda do Programa Bolsa Família.

D. Leila fez o recadastramento do Programa Bolsa Família no Vaptvupt, pois no CRAS, segundo ele, demora muito.

Ela recebe pelas *três filhas* que participam do Programa bolsa família o valor de R$ 421, 00. Ela diz que todo mês dar um dinheiro para elas como mesada aproximadamente R$ 50,00 dizendo a elas isso é para não deixar de estudar. E o resto ela utiliza para a manutenção da casa. Água, luz, gás.

Há pessoas que precisam de ajuda pra viver. As coisas são difíceis para acontecer. Tem que ter ajuda. Sem essa ajuda piora a vida.

**Entrevistada 10** (nome fictício: **juliana**)

42 anos. Cor parda. Ensino fundamental incompleto (EJA). Dona de casa. Tem depressão.

Eu só tenho para viver o dinheiro do bolsa família, o dinheiro que minha filha ganha no projeto Jovem Aprendiz e, aqui e acolá, a ajuda da minha mãe. A minha mãe dá um alimento ou uma coisa.

Eu fiquei sabendo que era um programa do governo para as famílias carentes. Era um benefício do governo. Andou passando umas pessoas escrevendo e me cadastrei. Foi desde 2003 que eu me inscrevi. Passei cinco anos esperando. Eu achei que não era aquela capaz de receber. Depois de cinco anos é que chegou. Foi uma felicidade tão grande.

Um tempo foi cortado, por causa da infrequência, porque minha filha teve que sair do bairro, como te falei. Isso mexeu também comigo pois tudo é eu que vou atrás. Chegou a carta avisando, o cartão bloqueia...fiquei sem receber um bom tempo. Mas voltou...fui atrás...é coisa pouca mais serve é muito. E como serve, pois, quem vai

atrás sou eu. Eu sei o que esse dinheirinho ajuda. A gente vai é cedo, pois a gente tem que estar é cedo no CRAS Genibáu...Diminuiu muito de 135 para 35 reais. Foi. Foi e foi aumentando. Creio que é por causa do meu perfil. Agora recebo normalmente.

Ela recebe o bolsa família e diz ela que houve um aumento passando de R$ 130,00 para R$ 180, 00.

Ela usa o dinheiro do bolsa família com as coisas de casa mesmo. paga a água, compra o remédio dela (quase quarenta reais). Ajuda a manter a casa. O marido contribui na casa com bicos. No momento ele está no interior tratar de uns problemas de saúde. Ele trabalha lavando sofá, quando aparece.

Tem gente que tem mais necessidade que eu, como essas velhinhas que estava aqui, tem necessidade tão grande. Eu é que levo ela para os médicos. Ela tem marido, mas não ligam. Isso é de mim, pois eu tenho vontade de fazer as coisas por ela.

Mas se o governo desse uma oportunidade de um trabalho. Eu era uma que queria. Preciso de um trabalho. E mas se for com carteira assinada. Ficaria muito feliz.

Para todos ele não dará esse programa, mas que o governo procurasse um meio para dar para aqueles que realmente precisam. eu sei que preciso. Mas também tem outros que precisam e não recebem. Eu procuro ver a situação do próximo.

Eles nunca me perguntaram ou procuraram saber do que eu penso sobre o bolsa família.

A minha vida e de minha família melhorou, pois não tinha esse ganho, né. Eu moro de medo de perder.

Foi o Lula que criou o bolsa família. criou para ajudar os pobres. Mandou esse projeto. Há pobres que necessitam.

**Entrevistada 11** (nome fictício: **Liduína**)

45 anos, cor parda. Ensino fundamental incompleto. Evangélica. Ajudante de cozinha.

Eu fique sabendo do bolsa família quando voltei para o Itapagé. Chegando lá minha vó falou do bolsa família. Me inscrevi. Depois deu certo voltar de novo para cá. Fui chamada lá, voltei e recebi. E até hoje eu recebo. O valor do bolsa família é de R$ 130,00 reais. Aqui eu frequente a regional para informar qualquer mudança.

Eu frequento a regional, não o CRAS. Em dois em dois anos eu tenho que me recadastrar. Tudo eu resolvo lá.

Eles lá nunca me perguntaram (na regional) o que eu acho do bolsa família, não. Também nunca me chamaram para dar alguma sugestão sobre o bolsa família pra mim. Seria muito importante eles perguntarem sobre o programa pois uma dona de casa sabe de tudo o que necessita a família. Por exemplo, há o gás, a energia, a água para pagar eu não tenho como pagar, pago com o bolsa família. Um sapato pró filho, ajuda a compra. Inclusive agora ele está indo de ónibus, o bolsa família ajuda a pagar a passagem. É uma importante ajuda para aqueles que não tem. E eu não tenho. Tenho que ter ajuda.

**Entrevistada 12** (nome fictício: **Mariângela**)

39 anos. Cor branca. Superior incompleto. Católica. Dona de casa. Já trabalhou como auxiliar administrativo.

Eu fiquei sabendo do Programa bolsa família por uma vizinha aqui no bairro. Quando eu vim morar no Genibaú o meu filho mais velho tinha 2 anos. Eu morava no Montese e aí eu vim morar no Genibaú com meu irmão. Aí eu fui atrás e consegui. Eu fui atrás no CRAS Genibaú. Eu não tive dificuldade nenhuma em conseguir o bolsa. Em dois meses eu passei a receber. O valor do bolsa família é de R$ 124,00 por dois filhos.

Eu me lembro que eu passei a receber 48 reais. Foi aumentando para 90 depois passou para 184,00 depois deu uma queda para 124,00 e depois cortaram. Eles alegaram que meu marido ganhava um pouco mais de um salário mínimo. Porque segundo eles não havia necessidade desse dinheiro. Isso para nós foi injusto. Pois se somente um trabalha para sustentar a casa e sustentar cinco pessoas um salário mínimo é muito pouco. E tanto que sempre estamos apertados, fazendo malabarismo aqui e agora para manter a família. A gente passa um aperto.

Eu recebia no final do mês o dinheiro do bolsa família. é você sabe que na casa de pobre esse momento, o dinheiro é superimportante. O dinheiro que recebe no salário paga o que deve ser pago, faz o mercantil e o dinheiro vai embora. E o resto do mês a gente vai se virando. Nesse sentido ajudava a complementar as necessidades. Agora, sem esse dinheiro, eu trabalho com reforço, entra um dinheiro para comprar alguma coisa, comprar pão. Portanto esse dinheiro chegava numa hora maravilhosa. Mas acabou, que pode fazer. Faz muita falta. Eu acho que essa regra do bolsa família deveria ser mudada. Eu acho que deve ser bem estudando isso.

Um salário mínimo é muito pouco, precisa estudar, precisa ter um lazer. Será que não temos esses direitos. Um lazer é importante para a vida familiar, a cada mês ou a cada três meses, sei lá. Ir a um cinema. Uma praia. O bolsa família deveria ver isso. Se a gente for para esses lugares a gente pensa que vai faltar para outras coisas mais importantes. Como comida, escolar. Saúde. Essa questão no bolsa família é uma questão mal trabalhada.

ANEXO H - Quadro de referência 9: cidadania, Políticas Públicas e Redistribuição de Renda

| **Cidadania, Políticas públicas e redistribuição de renda** |
|---|
| **Entrevistada 1** (nome fictício: **Ana**)<br>52 anos, cor parda, **evangélica não praticante**. Analfabeta. Doméstica e diarista. |
| Espera que o governo de Jair Bolsonaro acabe com *a violência* e diminuísse *o custo de vida*.<br>Nunca participei de nenhum grupo para melhorar o bairro. Não tenho tempo. Muito trabalho em casa.<br>O CRAS ajuda no bairro com o bolsa família. Ter acesso à "*minha casa, minha vida*". Ela gostaria de uma casa para morar com minha família.<br>A prefeitura deveria oferecer mais transporte, outras linhas de ônibus e diminuir o tempo de espera; queria que a prefeitura colocasse academia no bairro para fazer atividades. |
| **Entrevistada 2** (nome fictício: **Elizabete**)<br>48 anos, cor parda, evangélica, não praticante. Ensio fundamental incompleto. Diarista. |
| Sobre política diz que não é chegada em política, mas conversa: nessas eleições, todo mundo estava apostando no Haddad, candidato de Lula, mas quem ganhou foi Bolsonaro. Para ela tanto faz.<br>A prefeitura de Fortaleza deveria colocar mais hospitais, colocar mais polícia, e melhorar o ambiente, não tem uma pracinha para uma criança brincar. A Prefeitura faz melhorias não sei por onde, não aqui.<br>A E2 sonha ter uma casa própria.<br>Ela diz esperar que o novo presidente eleito, seja um bom presidente: mais escola, mais curso, mais trabalho. Segundo a E2 o Presidente deveria colocar mais trabalho para os pais de família. |
| **Entrevistada 3** (nome fictício: C**arla**)<br>57 anos, cor parda, **Católica praticante. Ensino Médio completo (EJA).** ***Trabalha para facções de roupas.*** |
| Não recebo nada do governo. Graças a Deus. Assim eu não devo nada a ele. É ele que me deve.<br>Eu acho que o programa [***bolsa família***] não deveria nem existir. O que eu sou a favor: (...) o que o governo deveria ter feito, emprego pró povo. Trabalho, pró povo. Mas não, o que esse governo fez, estou falando da máquina, transformou o país em esmoleu. Porque isso ***é uma esmola***. ***Transformou o país em esmoleu e surrupiou o dinheiro.*** Porque nós temos um país falido ...? (...) basta você assistir, né, ***onde está o dinheiro*** do país? ... o que eu vejo, ***dinheiro saindo tudo*** por qualquer canto. Vai ***prá onde***? ***A Venezuela*** entrou todinho no Brasil. ***E quando o Brasil se tornar uma Venezuela, ele vai entrar onde?*** Prá onde nós vamos? Porque o nosso país está ***quebrado***. ***Eles preferirão transformar o país em esmola e surrupiar o governo***. A verdade é que o pessoal não quer nem mudar. Não é o governo que não quer mudar. É ***o povo que não quer mudar. A maior das coisas que acontece a culpa é do povo.***<br>Se, no governo Bolsonaro não melhorar o país ele vai quebrar. Precisamos de saúde, ela está falida. A educação está falida. A segurança, tchau. Esses são as prioridades do novo governo. Se ele conseguir ajeitar essas três coisas ele conserta o país. Precisará da mão divina. Votei no Bolsonaro.<br>O povo de fora invadindo a amazonas. Roubando as ervas, fazendo medicamento e vendendo bem cari pra nós mesmos. Eu vejo isso na televisão aqui e acolá. |
| **Entrevistada 4** (nome fictício: **Daniela**)<br>68 anos, cor amarela. ***Ensino fundamental incompleto (EJA)***. Católica praticante. Dona de casa. |
| Mas há pessoas que o governo deve ajuda. O bolsa família é para os pobres. Deve ser escolhido bem para receber o bolsa família. |

| |
|---|
| A prefeitura deveria oferecer mais espaço de lazer e cursos de formação.<br><br>O que eu acho do novo presidente. O que fazer? Emprego é prioridade e acabar com a bandidagem. Dar atenção para os jovens. |
| **Entrevistada 5** (nome fictício: **Eveline**)<br><br>36 anos. Cor preta. **Ensino Médio completo/Pró-jovem**. Sem religião.<br><br>Vende joias e "loja" de som para carros. |
| Próximos anos do governo Bolsonaro: vai ser uma desgraça. Muitos jovens vão entrar na chibata é cedo. Muito jovens que não escuta pai e mãe. Porque a polícia vai sair prá bater. Acabar com a marginalidade é uma prioridade. Acabar com a marginalidade o pessoal vai ter sossego.<br><br>Os principais desafios da prefeitura em relação a fortaleza: "deve ajeitar o saneamento básico da cidade". |
| **Entrevistada 6** (nome fictício: **Fabiana**)<br><br>38 anos, cor amarela. Ensino médio incompleto. Católica. Vende lingerie e bijuterias. |
| Sinceramente essas eleições agora, eu só votei porque tinha que votar. Eu votei nulo. Porque nenhum dos dois...não estava tendo política nesse ano não. Não estava falando dos problemas [que sofremos]. O que estava tendo era um ringue. Toda vez na televisão o que a gente assistia era um ringue. Nesse ano, pra mim, não se fez política. |
| **Entrevistada 7** (nome fictício: G**abriela**)<br><br>42 anos. Cor branca. Ensino fundamental incompleto. Evangélica. Empregada doméstica. |
| Eu quero que os próximos anos do governo Bolsonaro seja melhor; a gente espera as coisas melhorar porque o que a gente já passa tanto coisa de ruim; se ficar pior que isso teremos muitas dificuldades. É muita carestia. Eu acho que no governo dele tenha mais trabalho, até colégio melhor, mais posto, médico, pois as vezes a gente vai e nos postos não tem.<br><br>A vida dos jovens tem que ter prioridade. Aos 11 anos tem muito jovens seguindo a vida de crimes. A vida deles tem que melhorar. |
| **Entrevistada 8** (nome fictício: **Helena**)<br><br>51 anos. Cor parda. Terminou o ensino fundamental (EJA). Católica. Microempresária. |
| A crise financeira tem que melhorar, pois o custo de vida é alto para nós. É geral, tem que agir o mais rápido possível pois a gente afunda mais ainda. |
| **Entrevistada 9** (nome fictício: **Inácia**)<br><br>46 anos, cor morena. Ensino fundamental incompleto. Católica. Dona de casa. Tem depressão. |
| As coisas são difíceis para acontecer. Há pessoas que precisam de ajuda pra viver. Sem essa ajuda piora a vida.<br><br>O governo deve arranjar emprego. Tratar da saúde pra as pessoas. a educação também é muito importante. Sem isso não vai. |
| **Entrevistada 10** (nome fictício: **juliana**)<br><br>42 anos. Cor parda. Ensino fundamental incompleto (EJA). Dona de casa. Tem depressão. |
| Eu quando sofri da vesícula e precisei operar. Eu não tinha condições. Se não fosse umas pessoas conhecidas, eu tinha morrido. Eu dei graças a Deus por essas pessoas ajeitar essa cirurgia. Ela trabalhava para o vereador. E ela já chegou para mim para dizer se alguém da minha família precisar ela está ai. Então o meu voto vai ser para esse vereador. Tanto faz ele perder ou não. É preciso fazer isso se não como resolver esse problema e |

| |
|---|
| outros. Não temos saída...<br><br>Eu não esperava. Tinha muita gente que não queria que ele ganhasse. (...) Se ele ganhou era para ele está no poder. Pois muita gente não votou nele. Eu vou falar uma coisa que eu estou vivendo que eu acho que ele (presidente) deve priorizar: as pessoas criticam muito os presos. Mas eu acredito que ele deveria colocar trabalho para os presos para ajudar as famílias. (...) |
| **Entrevistada 11** (nome fictício: **Liduína**)<br><br>45 anos, cor parda. Ensino fundamental incompleto. Evangélica. Ajudante de cozinha. |
| Um dos principais problemas que ele deveria resolver e foi isso que ele disse, resolver os problemas das pessoas que agem de forma errada, criminosos. Outra coisa que ele deveria priorizar, para ajudar as famílias melhorar de vida, é ter mais trabalho. |
| **Entrevistada 12** (nome fictício: **Mariângela**)<br><br>39 anos. Cor branca. Superior incompleto. Católica. Dona de casa. Já trabalhou como auxiliar administrativo. |
| o dia primeiro começou rui quando o Bolsonaro assumiu. Eu acho a pior aberração. Não sei mas o povo escolheu. Eu tenho que aguentar, mas em todo caso ele deve priorizar a meu ver a educação e saúde. Isso como prioridade resolve o problema da violência. Realmente precisamos de segurança. Mas isso se resolveria pondo em prática essas duas prioridades. |